

*Geografia e redefinições
territoriais do Cerrado*

ANAIS

**XIII Encontro
Regional de Geografia**

Editora
Kelps

XIII EREGEO
Encontro Regional de Geografia

Geografia e redefinições territoriais do Cerrado

Anais

Denis Castilho
Alexsander Batista e Silva
Ivonaldo Ferreira Duarte
(Organizadores)

Editora Kelps
Goiânia
2014

ANAIS DO XIII ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA - EREGEO

Geografia e redefinições territoriais do Cerrado

Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis.

Anápolis-GO

22 a 25 de maio de 2014

Realização

Universidade Estadual de Goiás – Curso de Geografia/UnUCSEH (Anápolis) Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Goiânia

Coordenação Geral

Mary Anne Vieira Silva
Uelinton Barbosa Rodrigues
Júlio César Pereira Borges

Secretaria Executiva

Lorraine Gomes da Silva
Marcos Augusto Marques Ataidés
Noelma Silva

Comissão Financeira e Tesouraria

Ricardo Júnior de Assis F. Gonçalves

Comissão de Divulgação e Contatos

Júlio César Pereira Borges
Marcos Augusto Marques Ataidés
Késia Rodrigues dos Santos

Comissão de Infraestrutura

Marcos Augusto Marques Ataidés
Noelma Silva
Wânia Chagas Faria Cunha

Secretaria

Flávia Maria de Assis Paula
Loçandra Borges de Moraes
Jordana Alves

Comissão Científica

Coordenação

Denis Castilho
Alexsander Batista e Silva
Ivonaldo Ferreira Duarte

Pareceristas

Alexsander Batista e Silva
Ana Carolina de Oliveira Marques
André Lima Sousa
Benjamim Pereira Vilela
Bento Alves A. Jayme Fleury
Curado
Danilo Cardoso Ferreira
Denis Castilho
Eguimar Felício Chaveiro
Ivonaldo Ferreira Duarte
Márcia Cristina Hizim Pelá
Matheus Hoffman Pfrimer
Mauricio Ferreira Mendes
Ricardo Júnior de Assis F.
Gonçalves
Thiago Sebastiano de Melo
Wagner Alceu Dias

Apoio

Instituto de Estudos Socioambientais - IESA/UFG
Universidade Estadual de Goiás – UnU Cidade de Goiás
Universidade Estadual de Goiás – UnU Formosa
Universidade Estadual de Goiás – UnU Iporá
Universidade Estadual de Goiás – UnU Itapuranga
Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos
Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos
Universidade Estadual de Goiás – UnU Porangatu
Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis
Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão
Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí
Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Barra do Garças
Universidade Federal do Tocantins - Campus Porto Nacional
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Cidade de Goiás
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Catalão



CÂMPUS DE CIÊNCIAS
SÓCIO-ECONÔMICAS
E HUMANAS



FAPEG
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS



Copyright © 2014 by Denis Castilho, Alexsander Batista e Silva e Ivonaldo Ferreira Duarte
(Organizadores)

Foto da Capa

Paula Helluska dos Santos Soares

Projeto Gráfico

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 – St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 – Goiânia – GO

Fone: (62) 3211-1616

Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Programação Visual

Tatiana Lima

Ficha bibliográfica

CASTILHO, Denis; SILVA, Alexsander Batista e; DUARTE, Ivonaldo Ferreira (Orgs.). **Anais do XIII Encontro Regional de Geografia: Geografia e redefinições territoriais do Cerrado.**

Goiânia: Kelps, 2014.

Disponível em <<http://www.agbgoiania.com/publicacoes/>>

ISBN: 978-85-400-1037-6

DIREITOS RESERVADOS

As informações e conceitos emitidos, assim como a revisão gramatical, são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O conteúdo dos textos aqui publicados não representam, necessariamente, o ponto de vista dos editores

É permitida a reprodução de artigos desde que a fonte seja citada.

SUMÁRIO

EIXO TEMÁTICO 1 - Leituras do espaço agrário no Cerrado

AS (IN) JUSTIÇAS AMBIENTAIS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL FLORESTAL

Cristiane Silva e Souza - 09

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E EXPULSÃO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO CAMPO REFLETIDO EM SANTA HELENA DE GOIÁS

Elizete Ferreira da Silva / Edevaldo Aparecido de Souza - 17

IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS PARA A SAÚDE HUMANA: O PODER DAS CORPORações E A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO

Gleida Gutielle da Silva Melo / Tatiane Barbosa dos Santos Rodrigues - 31

O AGRONEGÓCIO E A NOVA DINÂMICA TERRITORIAL DO CERRADO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

José Novais de Jesus / Julieth de Oliveira Bássilio - 39

O ESPAÇO AGRÁRIO DO CERRADO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ângela Maria Martins Peixoto - 49

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NOS ASSENTAMENTOS ROBERTO MARTINS E SÃO SALVADOR EM MINAÇU-GO, 2014

Edson Batista da Silva / Tânia Alves Teixeira - 61

PARA ALÉM DO QUE A CANA PERMITE VER: ANÁLISE SOBRE TRABALHO E AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ-GO

Ana Michelle Ferreira Tadeu dos Santos - 79

ROTINA AGRÍCOLA E AGRICULTURA CIENTÍFICA NA COLÔNIA ORFANOLÓGICA BLASIANA, EM SANTA LUZIA, ATUAL LUZIÂNIA, GO

Hamilton Matos Cardoso Júnior - 93

EIXO TEMÁTICO 2 - A produção do espaço urbano em áreas de Cerrado

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPO ALEGRE DE GOIÁS (GO)

Lara Cristina Brandão da Silva Soares / Valdivino Borges de Lima - 107

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CERRADO GOIANO: RELAÇÕES ENTRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA MESORREGIÃO DO CENTRO GOIANO, ENTRE 2010 E 2012

Edgar da Silva Oliveira / Leandro Oliveira de Lima - 115

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE NOVA OLÍMPIA E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Laurentino Bernardes Vieira - 123

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: NOVAS INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES-GO

Érika Munique de Oliveira - 131

APARECIDA DE GOIÂNIA-GO: DA FORMAÇÃO A REESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO SUBCENTRO "CIDADE LIVRE" NA DÉCADA DE 2000

Alessandra Pereira Egêa - 139

DINÂMICAS PRESENTES EM ANÁPOLIS (GO): SUBSÍDIOS PARA A EXPANSÃO URBANA

Bruno Augusto de Souza / Rubens Elias Santana Moraes - 155

MORFOLOGIA SOCIOESPACIAL DE GOIÂNIA: MÚLTIPLOS COTIDIANOS E MÚLTIPLAS LEITURAS NA FORMAÇÃO DOS LUGARES

Benjamim Pereira Vilela / Andréa Pereira dos Santos - 167

O CENTRO URBANO DE IPORÁ E A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE URBANA

Edna M^a Ferreira de Almeida / Jackeline Silva Alves - 179

O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO CERRADO GOIANO E A FORMAÇÃO DE UMA REDE URBANA DESIGUAL

Mariana Fernandes Pavezzi - 193

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EM GOIÂNIA, A DEMANDA POR HABITAÇÃO E O MERCADO DE TERRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Ana Luísa Santana Aragão - 201

TEMPORALIDADES REVELADAS: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DA CIDADE DE ARAGARÇAS (GO)

Pollyany Pereira Martins / Eguimar Felício Chaveiro – 211

EIXO TEMÁTICO 3 - Teoria da Geografia & Dinâmicas culturais no Cerrado

A PAISAGEM: O LUGAR NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EXISTENTES NO MONUMENTO DO CRISTO DE FORMOSA-GO

João Gabriel Gomes / Gleicon Queiroz de Brito - 227

CERRADO, LUGAR E POESIA: “E AÍ, VAMOS CONVERSAR?”

Rodrigo Capelle Suess / Rafael Gonçalves Bezerra - 235

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE RIO QUENTE E A CONSOLIDAÇÃO DE CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO NA REGIÃO GOIANA DAS ÁGUAZ QUENTES

Debora Rodrigues das Neves & Magda Valéria da Silva - 249

O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO) E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Claudia Ferreira Torres - 265

OBSERVAÇÕES GEOGRÁFICAS: OLHARES SOBRE OS ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO TERRITÓRIO GOIANO E BRASILENSE

Marcos Vinícius Ferreira da Silva / Bárbara Maria Freitas da Silva - 273

ROTAS TURÍSTICAS EM PAISAGENS SERTANEJAS DE MINAS GERAIS

Nilda Aparecida Pascoal Rezende / Jean Carlos Vieira Santos - 285

TERÇO CANTADO: DEVOÇÃO E SOCIABILIDADE EM ANÁPOLIS – GO

Juliana Alves Machado - 297

EIXO TEMÁTICO 4 - Dinâmicas físico-territoriais, geotecnologias e representações cartográficas do Cerrado

ANÁLISE AMBIENTAL NA CABECEIRA DO CÓRREGO VERTENTE 1- UBERABA- MG

Juliana Paula da Silva Rodrigues / Carlos Alberto Araújo Campos - 307

CABECEIRA DE DRENAGEM DO RIBEIRÃO DAS ANTAS EM ANÁPOLIS (GO): DE UMA VOÇOROCA A UM TÚNEL DE FERROVIA

Edvaldo Alves Pereira Filho / Kesia Rodrigues dos Santos - 315

DEGRADAÇÃO DO RIO CANASTRA EM ITAPURANGA (GO): POTENCIAIS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA EXTRAÇÃO DE AREIA

Danilo Cardoso Ferreira / Wilhan Delfino Lourenço - 325

DISCREPÂNCIA ENTRE USO E CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO

Adriana Aparecida Silva - 339

EROSÃO ACELERADA NA FAZENDA VARJÃO: UMA ANÁLISE DO USO DO SOLO EM ÁREA RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)

João Antonio Lopes - 349

EROSÕES LINEARES DE GRANDE PORTE EM CALDAS NOVAS (GO)

Alik Timóteo de Sousa / Aristeu Geovani de Oliveira - 363

ESPACIALIZAÇÃO DAS INUNDAÇÕES EM GOIÂNIA

Thalyta Lopes Rego / Bernardo Guedes Ariza - 369

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DA UEG IPORÁ-GO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Renata Martins de Almeida Santana / Thiago Rocha - 381

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA E OS TERRITÓRIOS (DES)PROTEGIDOS EM GOIÁS
Valdeir Cesário dos Santos - 389

USO DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO NA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIOECONÔMICA DE CAÇU (GO)
Ana karoline Ferreira Dos Santos / Rosangela Rodrigues Almeida - 403

EIXO TEMÁTICO 5 - Educação, ensino e práticas curriculares em Geografia

A CRISE DA LICENCIATURA NO ÂMBITO DAS IDEIAS NEOLIBERAIS: A GEOGRAFIA EM CONTEXTO
Wagner Alceu Dias - 415

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II DE ALGUMAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FORMOSA-GO
Queila Oliveira Costa - 431

A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL CELESTINO FILHO EM MORRINHOS GOIÁS NO PERÍODO DE 2008 A 2012
Débora Rosa de Moraes - 445

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO EM GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SABER GEOGRÁFICO EM ESCOLA PÚBLICA COM A UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS
Loren Lucas Ribeiro - 459

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS (GO)
Valtemira de Fátima Gomes Beraldo - 467

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA A CONCEPÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL SERAFIM DE CARVALHO
Franciane Prado Gonçalves / Tatiane Rodrigues de Souza - 483

DA TEORIA À PRÁTICA DE ENSINO: UMA ABORDAGEM SOBRE PROCESSOS EROSIVOS, NUMA PERSPECTIVA GEOMORFOLÓGICA E AMBIENTAL COM OS ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE FORMOSA GOIÁS
Gleudson de Sousa Brasileiro / Marcos Vinicius Santos Dourado - 491

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO PARTICIPATIVA
Luciana Domingues Chaves / José Vieira Neto - 505

ENSINO DE GEOGRAFIA E CINEMA: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA
Marcos Augusto Marques Ataídes / Jordana Alves da Silva - 513

ENSINO GEOGRÁFICO: BRINCAR E DESENHAR NAS SÉRIES INICIAIS
Iris Maria Tomé / Odelfa Rosa - 523

ESTÁGIO REFLEXIVO - CRÍTICO: RESSIGNIFICANDO A INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA
Hugo de Carvalho Sobrinho / Hildete da Silva Quinane - 531

MEIO AMBIENTE E ENSINO FUNDAMENTAL: A POSSIBILIDADE DE UMA VIVÊNCIA E APRENDIZAGEM INOVADORA
Cleudimar Rosa Alves / Marli José Tavares - 541

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA ESCOLA COMO POSSIBILIDADE DE ESCALA DE ANÁLISE NO ENSINO DE GEOGRAFIA
Alessander Batista e Silva - 553

O LIVRO DIDÁTICO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: O TEMA CERRADO E SUA ABORDAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL
Hugo Gabriel Mota / Daniel Mallman Vallerius - 561

O USO DA IMAGEM PELO PROFESSOR COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL ALCÂNTARA DE CARVALHO, JATAÍ (GO)
Uerlei de Jesus - 571

PRÁTICAS CURRICULARES NAS ESCOLAS CAMPO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO LOCALIZADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS (GO)
Valmir Crispim dos Santos - 579

REPRODUÇÃO DO FOGUETE DE GARRAFA PET: UMA AULA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Sandro Cristiano de Melo / Carlos Alessandro dos Reis - 593

LEITURAS DO ESPAÇO
AGRÁRIO NO CERRADO

EIXO
1

AS (IN) JUSTIÇAS AMBIENTAIS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL FLORESTAL

Cristiane Silva e Souza
Universidade Federal de Goiás
geocristiane@gmail.com

Resumo

Com a publicação da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, tornou-se obrigatório para todos os imóveis rurais o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um instrumento estratégico no auxílio da regularização ambiental e que tem como objetivo o monitoramento, o controle e o planejamento econômico e ambiental. A Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 e a Lei 18.104 de 18 de julho de 2013 cometeram *injustiças ambientais* ao tratar diferente o pequeno do grande proprietário, anistiar os proprietários que possuem áreas consolidadas que são os passivos ambientais ocorridos antes de 22 de julho de 2008, permitir áreas menores de reserva legal e preservação permanente aos imóveis com até quatro módulos fiscais, e amplas possibilidades de legalização no programa de regularização ambiental (PRA), contrapondo-se à defesa do meio ambiente equilibrado. Portanto, a pesquisa vem contribuir com a sistematização da legislação ambiental florestal federal e goiana, no que diz respeito às informações que devem ser inseridas no CAR, pois é neste registro eletrônico que as injustiças ambientais se concretizam e nos permite futuramente correlacionar os efeitos diretos e/ ou indiretos do CAR no ordenamento e na gestão territorial e ambiental.

Palavras-chaves: Cadastro Ambiental Rural, injustiças ambientais, código florestal.

INTRODUÇÃO

Com a publicação da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, tornou-se obrigatório para todos os imóveis rurais o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um instrumento estratégico no auxílio da regularização ambiental e que tem como objetivo o monitoramento, o controle e o planejamento econômico e ambiental.

O CAR consiste no registro eletrônico dos imóveis rurais junto aos órgãos estaduais ou municipais de meio ambiente em todo o país. O cadastro deve conter informações como a delimitação das áreas do perímetro do imóvel, da reserva legal, da vegetação nativa, de áreas de preservação permanente, de uso restrito, de servidão administrativa, de pousio, de interesse social ou utilidade pública e de áreas consolidadas.

De acordo com a política florestal do estado de Goiás (2013), a reserva legal consiste em 20 ou 35% de área de cobertura de vegetação nativa que devem ser preservados no imóvel rural, o uso restrito são áreas de inclinação entre 25 e 45° com uso limitado, a servidão administrativa é um apossamento feito pelo poder público ou empresa concessionária do serviço público para instalação de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão dentre outros, o pousio é o descanso da terra de atividades agrossilvipastoris em até cinco anos e por fim as áreas consolidadas que consistem em degradações ocorridas no imóvel antes de 22 de julho de 2008.

O cadastramento possibilita aos órgãos estaduais / municipais de meio ambiente identificarem áreas desmatadas ilegalmente, agilizando dessa forma, o monitoramento e a responsabilização legal de infrações, conforme o art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012:

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (BRASIL, 2012).

Além disso, esse instrumento proporciona aos proprietários rurais o acesso ao crédito e melhor planejamento de suas atividades produtivas. A inscrição deverá ser feita em um ano contado da sua implantação, prorrogável uma única vez e será requisito para a venda da propriedade, licenciamentos ambientais e financiamentos.

O código florestal federal além de inovar com o CAR trouxe conceitos como áreas consolidadas, uso restrito, áreas alteradas e transformações nas áreas de preservação permanente, de reserva legal, anistia de multas, além de tratar diferente o pequeno dos grandes proprietários.

O proprietário que possui algum passivo ambiental em seu imóvel rural, como degradação ou multa, terá sua propriedade regularizada pelo CAR, se aderir ao programa de regularização ambiental. O PRA, consiste em três tipologias:

I – Regenerar

II – Recompor

III – Compensar

A regeneração será possível quando existir árvores nativas porta-sementes suficientes para facilitar a recuperação da área afetada e consiste num processo simplificado em que o proprietário assinará um termo de compromisso de que serão adotadas práticas que auxiliem esta área na regeneração.

A recomposição será feita através do Projeto de recomposição de áreas degradadas e alteradas – PRADA, e ocorrerá quando a área afetada não possuir condições de regeneração sem a intervenção humana, ou seja, quando detectarem uma baixa capacidade de resiliência do ambiente.

A Compensação, diferentemente das anteriores, não é feita dentro do imóvel que possui o passivo ambiental. O proprietário poderá optar por comprar o equivalente de área afetada da reserva legal em outro imóvel no estado de Goiás e no mesmo bioma. Este procedimento é mais conhecido em alguns estados como extrapropriedade. A segunda opção de regularização é a doação de áreas em unidades de conservação passíveis ainda de regulamentação. E por

fim, a compra de cotas de reserva ambiental – CRA, que diferentemente da extrapropriedade, em que o proprietário é responsável pela matriz (área que foi degradada) e a área requerida, o proprietário da matriz será detentor de títulos que regularizam o passivo ambiental de seu imóvel, sendo que uma cota equivale a um hectare, e este título poderá ser oneroso ou gratuito, temporário ou permanente.

As vantagens de adesão ao PRA são a suspensão das sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22/07/2008, relativas à supressão irregular de áreas de preservação permanente, de reserva legal, e de uso restrito (art. 13 do decreto 7.830/2012); suspensão da punibilidade dos crimes previstos nos artigos 38, 39 e 48 da Lei 9.605/98, durante o cumprimento do PRA, conforme o art. 60 da Lei 12.651/2012.

Por ser uma ferramenta nova de gestão ambiental no meio rural, o CAR em Goiás não possui um levantamento e sistematização da legislação, dos dados e documentos pertinentes ao assunto. Portanto, o estudo proposto vem contribuir com a sistematização da legislação ambiental florestal e os resultados estão sendo apresentados no fórum permanente de meio ambiente, criado pelo artigo 83 da lei 18.104/2013, para atualização e correções do código florestal goiano.

A pesquisa consistiu de levantamento documental e uma revisão da literatura a respeito do assunto abordado. Esta etapa também envolve levantamento da legislação ambiental vigente no Brasil e principalmente no Estado de Goiás, no que tange à política florestal e de conservação da biodiversidade.

A metodologia utilizada envolveu pesquisa aplicada no que tange à classificação quanto à natureza desta. Quanto aos objetivos temos uma pesquisa exploratória e ao mesmo tempo explicativa. No que se refere aos procedimentos técnicos, à pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental.

INJUSTIÇAS AMBIENTAIS

A Constituição Federal em seu artigo 225 nos diz que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). No entanto é dever do poder público e da coletividade cuidar do ambiente e preservá-lo para as futuras gerações. Porém vemos que o código florestal permitiu a redução de áreas de reserva legal e de preservação permanente que auxiliariam neste equilíbrio, conforme observado nos artigos 61-A do §1º ao 4º e no 67 da lei federal 12.651/2012.

A Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 e a Lei 18.104 de 18 de julho de 2013 cometeram injustiças ambientais ao tratar diferente o pequeno do grande proprietário, anistiar os proprietários que possuem áreas consolidadas que são os passivos ambientais ocorridos antes de 22 de julho de 2008. Conforme Herculano (2002) entende-se por justiça ambiental:

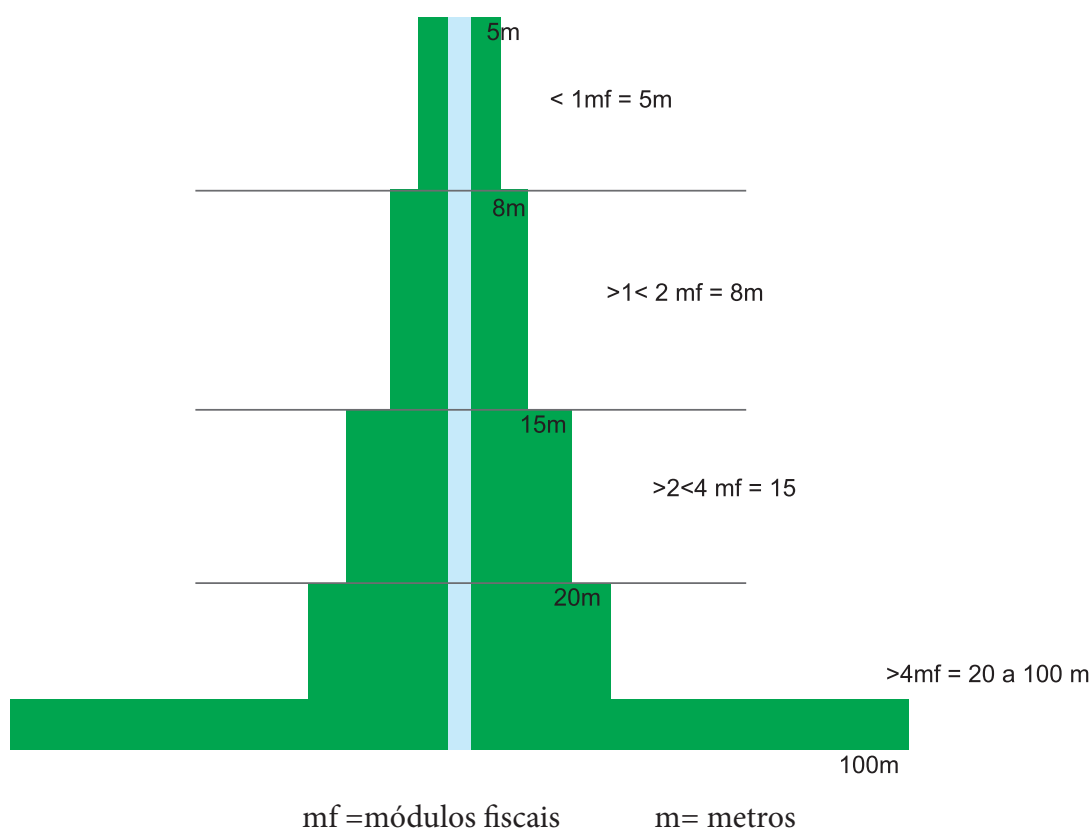
O conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupo étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2002, p.2)

No Cadastro Ambiental Rural estas injustiças ambientais se concretizam, exemplo disto é que todo pequeno proprietário que possui propriedade de agricultura familiar de até quatro módulos fiscais (em Goiás o módulo varia de 7 hectares a 80 hectares, conforme o município), de acordo com o código florestal federal:

Art. 52. A intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3º, excetuadas as alíneas *b* e *g*, quando desenvolvidas nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º, dependerão de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que esteja o imóvel devidamente inscrito no CAR (BRASIL, 2012).

Art. 53. Para o registro no CAR da Reserva Legal, nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º, o proprietário ou possuidor apresentará os dados identificando a área proposta de Reserva Legal, cabendo aos órgãos competentes integrantes do Sisnama, ou instituição por ele habilitada, realizar a captação das respectivas coordenadas geográficas (BRASIL, 2012).

Ainda na mesma lei, de acordo com o artigo 61- A em seus § 1º ao 4º, nas Áreas de Preservação Permanente de cursos d'água localizadas em pequenas propriedades, é autorizada a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas. Conforme demonstrado na figura 1, para imóveis de até 1 módulo fiscal com áreas consolidadas, será obrigatória recompor apenas 5 metros contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água. Já entre 1 e 2 módulos fiscais, 8 metros; entre 2 a 4 módulos fiscais recomposição de 15 metros; e acima de 4 módulos fiscais de 20 a 100 metros conforme determinação do PRA.



Ainda, por disposição do código florestal, foi permitida aos detentores de até quatro módulos a possibilidade de não constituir ou recompor a reserva legal:

Art. 67. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo (BRASIL, 2012).

Para Miranda (2011, p. 47) no direito ambiental “o princípio da reparação surge uma vez que ocorreu o dano ao meio ambiente”, claramente infligidos nos artigos supracitados, e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu artigo 170 inciso VI trata diferenciado as propriedades conforme o impacto ambiental e não pelo tamanho do imóvel.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, existem entorno de 146.461 imóveis rurais no estado de Goiás e destes 103.205 são de pequenas propriedades, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Sistema Nacional de Cadastro Rural – índices básicos de 2003.

	Quantidade	Área (ha)
ESTADO DE GOIÁS	146.461	30.956.930,40
Pequena propriedade	103.205	5.034.458,20
Média propriedade	31.168	9.104.528,30
Grande propriedade	12.088	16.817.943,90

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/2003.

Isso implica dizer que 70,47% dos imóveis rurais de Goiás são pequenas propriedades que serão beneficiadas com áreas menores de preservação permanente, de reserva legal, com trâmite simplificado de desmatamentos nos órgãos públicos, além daqueles que independente de tamanho do imóvel irão computar a reserva legal em áreas de preservação permanente, ou recompô-la com 50% de vegetação exótica. Ganha o proprietário em área agrossilvipastoril com estes dispositivos ambientalmente nocivos e equivocados, motivo pelo qual vários são frutos de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), perde o país em áreas protegidas.

A legislação ambiental brasileira pautada em diversos interesses em especial ao econômico, como a recomposição de áreas de reserva legal ou de preservação permanente com 50% de vegetação exótica que poderão ser comercializadas, faz com que princípios de justiça ambiental sejam deixados de lado, favorecendo a expansão da monocultura sob áreas que deveriam ser protegidas com vegetação nativa, e as regularizações dos passivos ambientais infringem princípios como o da reparação e da prevenção, contrapondo a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Goiás possui hoje em hectares 30.956.930,40 de imóveis rurais e destes 5.034.458,20 ha são de pequenas propriedades que se estiverem em situação consolidada poderão recompor as áreas de preservação permanente de cursos d'água com 5, 8 ou 15 metros, suas nascentes com 20 metros e em suas reservas poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas,

ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, ou poderá ser constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225, da Constituição Federal de 1988, dentre outras disposições constitucionais ficam claramente comprometidas com a redução de vegetação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, esta última exposta abaixo no comparativo entre as leis.

Quadro 1 – Comparativo da Lei 4.771/1965 e 12.651/2012 referente à Reserva Legal

Situações	Código de 1965	Código de 2012
Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP)	Sobreposição apenas se houvesse mais 50% de APP	APP com vegetação pode ser usada como RL
RL e pequenas propriedades	20% abaixo do paralelo 13 ou 35% acima	Beneficiada pelo artigo 67 (Inexistência de RL em alguns casos)
RL e parcelamento do solo (loteamento urbano)	Obrigatoriedade de manutenção da RL	Beneficiado pelo artigo 19 (extinção de RL)
RL e rodovia, ferrovia, Linhas de transmissão, abastecimento público de água e hidrelétrica	Área afetada deveria ser relocada	áreas isentas de RL
RL e extrapropriedade	Bacia hidrográfica	Mesmo bioma
Compensação	Apenas como extrapropriedade	Cota de Reserva Ambiental Extrapropriedade Doação em Unidade de Conservação
Averbação	Obrigatória	Desobriga com o CAR

Fonte: Lei federal 4.771/1965 e lei federal 12.651/2012

Quadro 2 – Comparativo da Lei federal 12.651/2012 e a lei estadual 18.104/2013 referente à Reserva Legal

Situações	Código federal	Código Goiano
Compensação	Extrapropriedade, Cota de Reserva Ambiental, Doação em Unidade de Conservação (áreas consolidadas)	Cota de Reserva Ambiental Extrapropriedade Relocação Doação em Unidade de Conservação (Qualquer caso)
RL e Extrapropriedade	Somente para áreas consolidadas	Permitido em qualquer caso desde que haja ganho ambiental – art. 28
RL e mineração	Compensação somente para áreas consolidadas	Poderá ser explorada mediante aprovação da compensação
Relocação de Reserva Legal (intrapropriedade)	Não existe	É permitido desde que para área com vegetação nativa e ganho ambiental

Fonte: Lei federal 12.651/2012 e Lei estadual 18.104/2013

No Cadastro Ambiental Rural a organização destes imóveis seja nas paisagens naturais ou artificiais serão evidenciadas, e a partir deste ordenamento os órgãos ambientais poderão propor políticas públicas para uma gestão ambiental.

Elencar elementos que se manifestam no processo de produção do espaço no campo é importante, pois num primeiro momento sabemos apenas quantidades de pequenas, médias e grandes propriedades rurais em Goiás, as perdas em áreas de reserva legal e preservação permanente, no entanto há a necessidade de se entender como se dá a organização e as transformações deste espaço para que possamos fazer gestão territorial sobre a apropriação e uso dos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a publicação do código florestal Federal e Goiano ocorreram alterações nas áreas da reserva legal e de preservação permanente do Estado de Goiás, que possui aproximadamente 147 mil propriedades rurais e destas 70,47% são de pequenas propriedades que serão beneficiadas com: áreas menores de reserva legal, com a sobreposição de Cota de Reserva Ambiental em Reservas Legais, além daqueles que independente de tamanho do imóvel irão computar a reserva legal em áreas de preservação permanente, recompô-la com 50% de vegetação exótica, anistia de passivos ambientais, consolidação de situações ilegais, e amplas possibilidades de legalização no programa de regularização ambiental (PRA) Neste sentido, é fundamental no atual contexto de um novo código florestal e de nova organização ambiental - territorial, discutir território, ordenamento territorial e gestão territorial. O território é visto por Santos e Silveira (2001, p. 248) como “materialidade sobre a qual assenta uma sociedade e as transformações que advêm das relações que entre eles se estabelecem”. Ordenamento do território consiste no planejamento destes “assentamentos” com usos específicos e diferenciados do território. A gestão territorial são as decisões, ações, políticas, os programas aplicados pelos atores no território.

O CAR possibilita um melhor conhecimento dos imóveis rurais, das formas de uso e condições ambientais, agora se é uma ferramenta eficaz para a gestão territorial-ambiental em Goiás, cabe uma análise crítica acerca do assunto.

A sistematização da legislação ambiental florestal no que tange as injustiças ambientais é apenas a primeira etapa para um estudo do (re) ordenamento ambiental e territorial dos “assentamentos” rurais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-lei n.7830 de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 96, 6 set. 2012. Seção 3.

_____. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas

derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 13 fev. 2012. Seção 1.

_____. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n^{os} 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n^{os} 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n^o 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 28 mai. 2012. Seção 1.

_____. Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera a Lei n^o 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n^{os} 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis n^{os} 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória n^o 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei n^o 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2^o do art. 4^o da Lei n^o 12.651, de 25 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 18 out. 2012. Seção 1.

_____. Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 9529, 16 set. 1965. Seção 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> Acesso em 24 fev. 2014.

GOIAS. Lei 18.104 de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências. **Diário Oficial de Goiás, Poder Executivo**, Goiás, 23 jul. 2013, p. 6-11.

HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social**: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 1, 2002, Indaiatuba/SP. *Anais*. Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**: Índices básicos. Brasília, 2003.

MIRANDA, Robinson Nicácio de. **Direito Ambiental**. 3.ed. São Paulo: Rideel, 2011. p. 2.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E EXPULSÃO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO CAMPO REFLETIDO EM SANTA HELENA DE GOIÁS¹

Elizete Ferreira da Silva

Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis
eliz.takay@hotmail.com

Edevaldo Aparecido de Souza

Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis

Resumo

O presente artigo discute o processo de pequenas propriedades rurais no Município de Santa Helena de Goiás, localizada na região Sudoeste do estado. Ao longo dos anos 2000 e 2010, com a expansão do agronegócio na região Sudoeste de Goiás, houve um aumento da expropriação rural nesse município. Esse fenômeno intensificou o processo de expulsão e expropriação de produtores familiares do espaço rural, possibilitado, a esse estudo, a abordagem da questão agrária, bem como das relações sociais das famílias do Assentamento Hidrocilda. São vários os problemas enfrentados pelas famílias de pequenos produtores, que veem suas terras serem expropriadas para dar lugar a grandes lavouras ligadas às agroindústrias. Essa realidade revela a necessidade da luta pela e na terra, levando-nos a compreender a problemática, a partir da categoria de análise território, por intermédio da discussão teórica e da observação em campo. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa, além da discussão teórica, consiste em uma pesquisa empírica, através de aplicação de formulários e registros das observações, junto aos pequenos produtores rurais do Assentamento Hidrocilda. Sendo assim, a pesquisa tem como relevância abordar a realidade vivida pelos os produtores rurais do assentamento Hidrosilda.

Palavras-Chave: Expropriação, luta pela terra, desterritorialização, assentamento.

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década (de 2000 até 2010), com a expansão do agronegócio na região sudoeste de Goiás, houve um aumento da expropriação rural na região. Ciente dessa situação, interessou-nos investigar o processo de expulsão e expropriação de produtores familiares nas propriedades rurais do Município de Santa Helena de Goiás, localizado nessa mesma região.

¹ Este texto é parte da monografia defendida em 2012, intitulada “Expropriação dos pequenos produtores rurais no Município de Santa Helena de Goiás”.

Este texto é parte da Monografia defendida no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Quirinópolis, no ano de 2012, com o objetivo principal de compreender a questão da expropriação rural no município, analisando as famílias do Assentamento Hidrocilda, no Município de Santa Helena de Goiás.

Segundo dados do INCRA (2011), entre outubro de 1986 e março de 2011 foram criados, no Estado de Goiás, 290 assentamentos, com mais de 14.500 famílias assentadas, numa área total de 666.863 hectares, localizadas nas 10 regiões do estado. Dentre essas, a Região Sudoeste Goiano apresenta 34 assentamentos, com 1.455 famílias. Essa classificação é uma criação estadual, que contempla as Microrregiões Sudoeste de Goiás e Quirinópolis, pela classificação do IBGE. Nesta primeira, está localizado o município de Santa Helena de Goiás (FIGURA 1), que atualmente possui 03 assentamentos com 56 famílias assentadas: o assentamento Bauzinho, com 18 famílias, o assentamento São Gabriel, com 17 famílias e o assentamento Hidrocilda, com 21 famílias, localizado na região leste do município no sentido à capital Goiânia.

O município de Santa Helena de Goiás conta com uma área territorial de 1.128 km² e uma população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), de 35.207 habitantes. Localizado a 200 km da capital do Estado, o município faz divisa com as cidades de Rio Verde, Acreúna, Turvelândia e Maurilândia.

O objetivo principal é compreender a questão da expropriação rural no município, analisando as famílias do Assentamento Hidrocilda, criado pelo Decreto de 25 de junho de 1998 e Portaria nº 67 de 16 de setembro de 1998. O assentamento recebeu o mesmo nome da fazenda desapropriada para a reforma agrária.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa foi à discussão teórica a partir de livros, de textos científicos e de dados oficiais disponíveis na internet; assim como por intermédio da pesquisa empírica, com aplicação de questionários e entrevistas aos os pequenos produtores rurais do assentamento estudado.

Entendemos que as lutas pela terra desenvolvidas e organizadas através de movimentos sociais no campo brasileiro, são lutas históricas, que foram se complexificando e se ampliando, no que diz respeito aos direitos de cidadania às populações rurais sujeitas a várias formas de exclusão social. A cada ano, vários são os problemas enfrentados pelas famílias dos pequenos produtores, que veem suas terras serem expropriadas para dar lugar às grandes propriedades e grandes empresas.

O debate em torno da categoria território esteve centrado nas transformações do espaço ocupado historicamente pelas populações locais de Santa Helena de Goiás e, nesse caminho, chega-se aos pequenos produtores do Assentamento Hidrocilda.

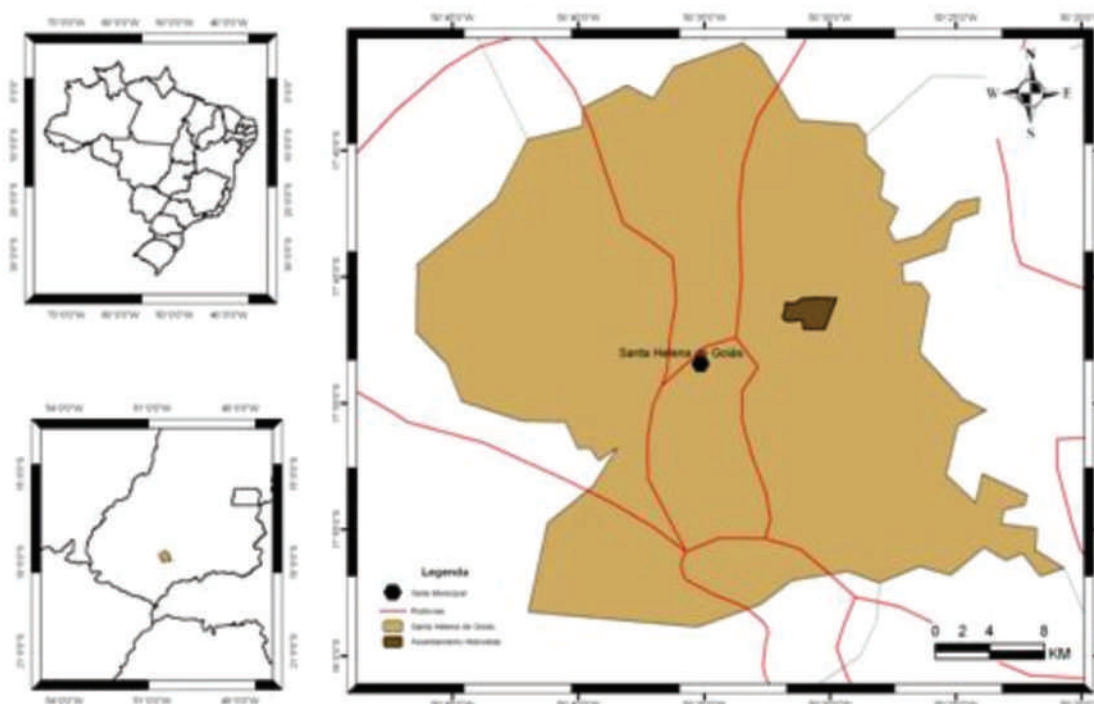


Figura 1: Roteiro do Assentamento Hidrocilda, em destaque o local do assentamento.

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

O território é importante nessa discussão por demonstrar como a estrutura fundiária do país tem se expandido na concentração de terras e desterritorialização dos pequenos produtores. A produção agrícola tem um crescimento cada vez mais alto, porém, somente os grandes produtores tem mais facilidades para receber incentivos estatais para produção. A terra está se tornando cada vez mais concentrada nas mãos dos grandes empreendimentos, desencadeando as lutas e conflitos no campo e expulsão dos camponeses do campo.

A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL

Entender o território como espaço da ação implica reconhecer a ação de diversos sujeitos presentes em um determinado espaço, sobretudo o capital. Desse modo, remete-nos à perspectiva de discutir como a expansão do capital no espaço agrário, representado principalmente pelo agronegócio, transforma o território ocupado pelas populações tradicionais. Também interessou saber como os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), definidos por Raffestin (1993), assim como as vertentes do território – jurídico-política, econômica e cultural(ista) – apresentadas por Haesbaert (1997), podem estar manifestados no Cerrado brasileiro, nas áreas em que se realiza a produção dos agrocombustíveis.

Para Raffestin (1993, p. 143) é importante compreender bem o conceito. Ele considera que o espaço vem antes do território, ou seja, o segundo se forma a partir do primeiro. É, portanto, “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço”.

A palavra território, de acordo com Haesbaert (1997), deriva do latim “*territorium*” que é derivado de terra (pedaço de terra apropriada) que Corrêa (1995) define como pertencimento (a terra pertence a alguém) não necessariamente como propriedade, mas com caráter de apropriação. Ou ainda conforme define Andrade (1996), a consciência de sua participação e sentimento de territorialidade.

Em suas palavras, Fernandes (2005, p. 03) descreve que “o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais”, como os aspectos econômicos, políticos, culturais e os ciberespaços. Dessa forma, segundo o autor, a partir dessas relações, se produz um espaço geográfico e/ou social específico, o território, propriamente dito.

É no espaço e no território que as relações sociais se realizam, produzindo espaços e territórios contraditórios, solidários e também conflitivos, ou seja, são essas relações marcadas pela contradição, que ajudam a entender o território em sua multidimensionalidade. Por isso, entendemos ser importante compreender a relação espaço/território a partir da apropriação da terra, em temporalidades diferentes da atual.

A questão agrária brasileira tem como elementos principais, a desigualdade, a contradição e o conflito, por isso, de acordo com Fernandes (2000, p. 04), o desenvolvimento da sociedade, construído pelo capital, é desigual e contraditório, principalmente, pela renda capitalizada da terra, que promove uma diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. De acordo com esse autor:

Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de Paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2000, p. 04).

Gaspar (2009, p. 01) destaca alguns aspectos relevantes da Reforma Agrária, seguinte forma: a) a necessidade de ser um processo amplo e abrangente, que conte efetivamente com a participação dos camponeses e beneficie a maioria dos trabalhadores rurais; b) a localização da reforma somente no setor primário, ou seja, a distribuição de direitos sobre a propriedade de terra agrícola, evitando-se assim deturpações quanto ao seu âmbito, fato que pode inviabilizar todo o processo; c) o estabelecimento de uma política abrangente, que leve em conta a promoção humana, social, econômica, política [**e produtiva**] (grifo nosso); d) a rapidez e firmeza do processo, como forma de atingir metas, em curto prazo, e de conseguir modificações na estrutura latifundiária.

Conforme descreve Favaredo (2006, p. 30), “a persistência do conflito agrário e suas diferentes formas de manifestação ao longo do tempo, são o pano de fundo para o entendimento do sucessivo retorno de bandeiras de luta como a reforma agrária”. Surgem e ressurgem, portanto, de forma dialética como expressões do conflito e portadoras de promessas de sua superação. Esse autor acredita, que a reforma agrária seja uma questão de entendimento, porém não pode ser feita sem luta. A questão dos conflitos é uma conseqüência dessas.

Visando manter sobre controle a questão agrária no Brasil, sem se fazer de fato uma reforma, o governo militar encontrou, na criação de vários projetos de colonização, a resposta para essa

questão. A partir de 1970, no governo de Médici, escolheram-se as regiões para colonização, sendo principalmente a região da Amazônia e o Centro-Oeste do país. Trabalhadores sem terra, especialmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, migraram para as regiões de colonização. Porém, a maioria desses projetos transformou-se em fonte de corrupção e escândalos de mau uso do dinheiro público (MORISSAWA, 2001). Nesse contexto, Sauer (1999, p. 07), enfatiza que:

A abertura de novas fronteiras agrícolas e áreas de colonização tinham o objetivo político de acomodar posseiros e sem terras, como uma forma de diminuir a pressão social por terra e trabalho nas regiões mais populosas. A abertura das fronteiras agrícolas era a solução ideal para amenizar os conflitos agrários e promover o desenvolvimento agrícola de novas áreas. O deslocamento de migrantes, direcionados pelos programas governamentais ou privados de colonização, deixava as terras mecanizáveis do Sul e Sudeste abertas para o processo de modernização, aumentando a concentração da propriedade.

O autor argumenta que havia a existência de terras vazias e baratas, na Região Norte e no Centro-Oeste, o que justificava-se “como um caminho natural para resguardar as fronteiras contra possíveis invasões, baseada na doutrina da segurança nacional” (SAUER, 1999, p. 07). Ressalta ainda que a criação desses projetos de Territorialização era tornar produtivas as terras, antes consideradas ociosas.

Essa mudança de base da tecnologia da agricultura começou a expropriar muita gente do campo. Os conflitos agrários passaram a se deslocar para outras regiões, deixando abertas novas fronteiras para a modernização agrícola que se tornaram a esperança de terra e trabalho para os migrantes que não encontravam lugar nos centros urbanos-industriais (SAUER, 1999).

Na verdade, o processo de modernização agrícola brasileira teve seus primeiros indícios em meados de 1950, quando as importações se tornaram os meios de produção mais avançados. No entanto, esse processo somente solidificou-se a partir de 1960, com a implantação da indústria direcionada à produção de equipamentos e insumos para a agricultura (TEIXEIRA, 2005).

Nesse sentido, Júnior (2005) descreve que a modernização agrícola ocorrida naquela época, fora resultado de uma política de promoção de incentivo à capacitação de profissionais, pesquisa agrícola e políticas agrícolas, principalmente voltadas para os grandes produtores, pois estes tinham maiores condições de aplicar as tecnologias e produzir um diferencial no resultado da produção e em consequência da renda.

Diante dos fatos, este autor reforça que “[...] há clara distinção entre pequenos e grandes agricultores, quando se trata do emprego de tecnologia pela necessidade de sua aplicação em escala, resultando num diferencial de produtividade e consequente renda agrícola” (JÚNIOR, 2005, p. 01).

Com o processo de modernização da agricultura, o produtor cria técnicas que o permita se adaptar às mudanças climáticas e territoriais. As culturas que antes só poderiam ser produzidas em determinadas regiões, em virtude das ações climáticas e de solo, podem ser facilmente modificadas em virtude da tecnologia, invenção da natureza, conforme citam Milton Santos e Laura Silveira (2001). Teixeira (2005, p. 23) enfatiza que “através da modernização os produtores buscam melhores condições de enfrentar as dificuldades impostas pela natureza no que concerne à produção e melhorar alguns fatores necessários”.

Chega-se à década de 1970, com um novo cenário de debates dos rumos a serem tomados pela agricultura, com discussões acerca do tema reforma agrária, e com uma estrutura fundiária pautada pela concentração de terras pela minoria e a produção voltada para exportação e matéria-prima para a indústria e também com a marginalização dos camponeses (TEIXEIRA, 2005).

Quanto a reforma agrária, tida como um movimento da esquerda brasileira, nos anos 1970, passa a ser uma vertente para os problemas ocasionados pela falta de alimentos. Nesse sentido, Teixeira (2005, p. 26) comenta que tomaram lugar das duras críticas a reforma agrária, novos discursos que enfatizam que a reforma agrária seria uma forma de contribuir com a política de distribuição de terras, combatendo assim, o problema da falta de alimentos e matéria-prima para a indústria”.

O que se observa, nos anos que sucedem, é que o processo de modernização torna-se cada vez mais concentrado nas mãos dos grandes produtores, considerando que o problema da fome se resolve com a revolução verde, a partir da produção em grande escala. Com uma discrepância cada vez mais acentuada entre as regiões, abrangendo principalmente as regiões Centro-Sul, Sudeste e Sul, e excluindo de forma clara os pequenos produtores, principalmente pelo alto custo dos insumos e equipamentos (TEIXEIRA, 2005).

ASSENTAMENTO HIDROCILDA: LUTA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS

O assentamento Hidrocilda (FIGURA 2), foi criado em julho 1998, com a ocupação da Fazenda do Senhor José Carlos Barbosa, com 483 ha. No início da ocupação, e até os dias de hoje, os assentados enfrentaram as dificuldades de se instalar numa propriedade privada. Porém, durante o processo de ocupação, até a determinação do INCRA para a divisão dos 23 ha para cada família, esses assentados não precisaram enfrentar conflitos por terra. História diferente, de muitos outros assentamentos, que só conseguiram suas terras, após muitos conflitos.



Figura 2: Placa do INCRA, na entrada do Assentamento Hidrocilda.

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Um dos pontos principais problemas enfrentados pelo assentamento refere-se à falta de acesso ao crédito para o assentamento, devido a falta de informações aos assentados, e a desestruturação na organização, quanto a gerência dos recursos obtidos. Assim, sem acesso ao crédito, o assentamento não tem como competir com os grandes produtores. Isso posto, observa-se que a produção agrícola do assentamento Hidrocilda é basicamente para o auto consumo

As famílias mantêm uma produção leiteira individual, entretanto, a produção é vendida de forma conjunta, cada uma recebendo o equivalente à sua produção. Desse modo, com um total de 23 ha por família, a produção de leite para comercialização é de aproximadamente 25 lts/dia no período seco e 100 lts/dia no período chuvoso, sendo que a produção total é de 15.750 litros no período da seca e 63.000 lts no período das chuvas. O leite é vendido por 0,65 reais o litro, no período da pesquisa, nos meses de julho e agosto de 2012, enquanto a média de preço no Estado de Goiás é de 0,92 centavos (Tabela 1).

Tabela 1: Produção Leiteira do Estado de Goiás, Santa Helena de Goiás e do Assentamento Hidrocilda.

Produção Leiteira	Quant. média (lts)	Preço (lt)
Goiás	4.449.738	0,96
Santa Helena de Goiás	2.343.045	0,85
Assentamento Hidrocilda	34.345	0,65

Fonte: IBGE/SEGPLAN-GO/SEPIN/GESCON (2011).

Considerando os dados da tabela 1, observa-se que o assentamento Hidrocilda, representa 0,15% do total de leite produzido no município e o valor recebido pelos assentados é de 24% menor do que o pago a outros produtores. Como não possuem acesso aos programas de financiamento do governo, os camponeses não tem competitividade para disputar com os grandes produtores, por isso, se mantem somente com a produção leiteira (FIGURA 3).



Figura 3: Gado do assentamento.

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

As famílias do assentamento não têm implementos agrícolas, por isso, não investem na produção agrícola. Somente duas famílias, possuem maquinário para esse fim, mas este se limita a tratores, já que, como citado anteriormente, sobre o crédito agrícola, as famílias não têm acesso a este recurso, devido à falta de informações e estrutura do assentamento. Esta problematização se comprova com a descrição do fato que restringiu totalmente o crédito dos produtores do Assentamento Hidrocilda, junto às instituições financeiras.

No ano de 2000, após a criação do assentamento, 05 famílias se associaram para o desenvolvimento de um projeto de construção de uma granja de fornecimento de suínos para uma grande empresa do setor, instalada próxima ao município de Santa Helena de Goiás. Com o apoio da Agência Rural do município, foi desenvolvido um projeto junto ao Banco do Brasil que, com recursos do PRONAF, viabilizou a concessão do crédito para as famílias.

O programa foi implantado, porém a falta de experiência na atividade e de apoio técnico da Agência Rural, fez com que o projeto não fosse desenvolvido nos padrões exigidos pela empresa compradora. Este fato fez com que a empresa, não aceitasse os produtos oriundos do programa. Sendo assim, as famílias não puderam desenvolver o projeto e, não tendo como pagar as parcelas contraídas do financiamento, fez com que a instituição financeira negativasse o nome dos assentados e inviabilizasse qualquer outra nova concessão de crédito aos assentados.

O apoio que as famílias assentadas em Hidrocilda, têm encontrado como possibilidade de permanência na terra, tem sido oferecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Santa Helena de Goiás, juntamente com técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e da Agência Rural (que disponibiliza seus técnicos para informações de produção). Há que acrescentar que todo esse respaldo é dado de forma precária, já que o assentamento não tem estrutura produtiva alta e seus moradores são pessoas que possuem muito conhecimento no campo, porém não tem experiência empreendedora.

No intuito de demonstrar como o sindicato dos trabalhadores rurais vê a situação dos assentamentos do município de Santa Helena de Goiás, o atual presidente apresenta a história da luta por terras destinadas a assentamentos no município de Santa Helena de Goiás e a influência deste Sindicato na criação desse e outros assentamentos.

Quatro assentamentos foram criados em Santa Helena de Goiás, todos de forma pacífica, uma vez que, os proprietários das terras tinham dívidas junto ao Banco do Brasil, e as terras já tinham sido penhoradas pelo Banco. O objetivo do banco era leiloar as propriedades. O sindicato, juntamente com os trabalhadores rurais, descobriu a situação que se encontravam as terras e que, naquele momento havia um convênio do INCRA com o Banco do Brasil.

Tendo observado este fator, viu-se a oportunidade das terras serem oferecidas ao INCRA para serem utilizadas como assentamento de reforma agrária. No entanto, a intenção do Banco do Brasil era receber o valor da dívida em moeda. Sendo assim, a propriedade em questão, não foi oferecida ao INCRA no primeiro momento, devido a decisão do Banco de que as terras fossem vendidas a terceiros, através de leilão. Entretanto, mesmo com a sua realização, nenhum fazendeiro teve interesse em comprar a propriedade.

Assim, o Sindicato e os trabalhadores continuaram a acompanhar a evolução desta situação, sendo organizada a ocupação da propriedade, visando pressionar o INCRA. A experiência foi positiva, porque, apesar de passar por algumas pressões, ameaçada e cumprimento de liminares visando a desocupação da propriedade, a luta foi fundamental, pois os trabalhadores

conquistaram a terra onde vivem. São dezenas de famílias que não tinham como sobreviver e hoje vivem no campo, considerando-se um ponto positivo, afirma o presidente.

No entanto, o sindicato faz uma análise crítica do assentamento, destacando a falta de políticas públicas de incentivo à permanência dos mais jovens nos assentamentos, fazendo com que atualmente estes sejam destinados a uma faixa etária de pessoas adultas e idosas. Isso se deve ao fato de que as crianças, ao se tornarem jovens, buscam qualificação profissional urbana e deixam o campo em busca de melhores condições de emprego e vida. Se houvesse uma política de incentivo profissional do e no campo, seria possível evitar essa evasão. Conjuntamente com essa questão, vêm outra mais importante: com o êxodo dos jovens, as pessoas mais velhas, ao se sentirem cansadas e não terem mais força para o trabalho acabam vendendo as propriedades e decidem viver nas cidades.

Todos estes fatores poderiam ser evitados, de acordo com o sindicato, se houvesse um trabalho maior por parte do Estado, no sentido de evitar a expropriação do trabalhador do campo, que geograficamente é possível entender como processo de desterritorialização do homem do campo. A implantação de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do campo, melhores condições de acesso ao crédito, cursos de formação profissional para as áreas do campo e principalmente assistência dos órgãos governamentais, visando qualificar e preparar o trabalhador para melhor lidar com os recursos de financiamentos e o próprio rendimento da produção agrícola, constituem-se as mais urgentes.

Também os assentados, produtores de leite, apresentam suas considerações sobre o assentamento, a luta pela terra e a produção e comercialização. A maioria dos produtores assentados (85%) tem em média 15 anos de experiência na lida com a terra. Todas as famílias têm suas terras originárias da reforma agrária.

A principal fonte de renda dos trabalhadores se constitui da produção leiteira e de hortifrutigranjeiros para o auto consumo. A venda do leite produzido é feita através das parcerias com o sindicato rural, a um laticínio do município de Rio Verde-GO. Um ponto a ser considerado é que a falta de administração dos líderes do assentamento, acabam por dificultar a negociação com os laticínios por melhores preços. Essa falta de administração é causada pela inexperiência administrativa e também a falta de conhecimentos técnicos dos assentados.

Segundo os assentados, as maiores dificuldades enfrentadas na produção leiteira é a falta de recursos para a aquisição de um número maior de animais, a falta de conhecimentos técnicos em lidar com o mercado leiteiro, sobretudo no que se refere ao preço do leite pago, e a ausência de tecnologia (e capital para adquiri-la) para o aumento da produção.

Outro ponto analisado foi quanto ao modo de produção, da época em que o produtor era criança e nos dias atuais. Neste aspecto, 75% dos assentados acreditam que as coisas ficaram mais difíceis, pois antigamente era mais fácil produzir, principalmente porque naquela época a produção agrícola não dependia de insumos, agroquímicos e principalmente não tinham uma concorrência comercial tão desigual. Neste aspecto, considera-se como um aspecto negativo da produção. Ressalta-se que, a produção leiteira do assentamento, não é muito representativa para a economia do município, principalmente se considerarmos que ela representa apenas 0,14% do total produzido.

A ausência de uma cooperativa ou associação que os represente faz com que, os assentados não recebam o mesmo que os demais produtores da região. A ausência de organizações

associativas, também não auxilia na diversificação das culturas. Se houvesse incentivo e auxílio das associações, o assentamento poderia diversificar a produção. Os órgãos municipais e estaduais oferecem pouco apoio aos assentados. E a falta desse incentivo faz com que, além do leite, as outras produções fiquem restritas à economia de consumo. Segundo os assentados, toda a produção é utilizada no sustento das famílias do assentamento.

Analisando os dados, percebe-se que a desterritorialização dos trabalhadores rurais é uma realidade latente, e isso se deve à falta de estrutura no ambiente em que vivem. As crianças que vivem no assentamento Hidrocilda tem acesso à educação somente na cidade, não havendo nenhuma escola no assentamento. Futuramente, ao se tornarem jovens e adultos, essas crianças não terão expectativas profissionais e de ensino de maior qualidade no campo, sendo obrigados a deixarem o campo em busca de melhores recursos na cidade.

Outro aspecto importante, observado no campo, é com relação ao sentimento que as famílias têm com a propriedade e com o lugar em que vivem. O sentimento de pertencimento é muito grande. O amor pela terra e pelo lugar é a maior conquista dos assentados, mas sem condições de vida e expectativa de uma melhor qualidade de vida, eles acabam por migrar para as cidades.

O aumento da produção de cana-de-açúcar, no município, representou um avanço na oferta de empregos. Porém, esse aumento de produção, principalmente pelos grandes latifúndios e os grandes empresários agrícolas, faz com que os pequenos produtores percam espaço no mercado. Com a expansão da cana-de-açúcar e a instalação de novas usinas no município de Santa Helena de Goiás, o pequeno produtor tem perdido espaço, pelo processo da desterritorialização, e a expectativa para os próximos anos é que o município se torne um grande produtor de açúcar e álcool e que a produção leiteira, tenha cada vez menos espaço nas terras santelenenses.

Os assentados enfatizam que é de suma importância para eles, a produção leiteira e o uso da terra, que sem as propriedades que atualmente possuem, seria muito difícil sobreviver. No entanto, com o avanço tecnológico e o uso cada dia maior de insumos e implementos agrícolas na economia goiana e santelenense, o pequeno agricultor tem perdido espaço na economia. Quanto a este fato, Rodrigues e Ferreira (2008, p. 08) descrevem que:

A modernização da agricultura em Goiás, como de forma geral em todo Brasil, demonstrase conservadora. A partir do pressuposto que ela beneficia os grandes produtores, na medida em que aumenta a concentração fundiária e, conseqüentemente, centraliza a produção. A estrutura agrária é conservada e até agravada com a concentração fundiária, que por sua vez permite a centralização da produção. Com isso a modernização da agricultura traz benefícios agrícolas a aqueles que tiveram acesso a ela. Porém quanto aos avanços sociais no campo não existiram, aliás, intensificou as condições precárias dos trabalhadores rurais, mesmo porque houve considerável diminuição no número de empregos devido aos implementos técnicos.

A expropriação rural no município de Santa Helena de Goiás tem crescido com a falta de incentivo dos programas do governo. As terras do município estão concentradas nas mãos dos grandes produtores e apesar do número de propriedades rurais destinadas para a agricultura familiar, estes produtores tem tido menos espaço na economia do município. Conforme o IBGE (2010), a população atual é de 36.469 pessoas, sendo 34.815 residentes na zona urbana e apenas 1.654 pessoas na zona rural.

As condições socioeconômicas das famílias assentadas são precárias. Moram em residências de alvenaria, com pouco conforto (FIGURA 4), porém com a utilização de energia elétrica e água encanada vindas das cisternas ou poços. Por terem dificuldade de se locomover até as cidades, e também por questões culturais, muitas famílias ainda cozinham no fogão a lenha. O sistema de coleta de esgoto é feito através de fossas sépticas.



Figura 4: Tipo de Residências do Assentamento Hidrocilda

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Pode-se perceber que o assentamento não possui nenhum tipo de tecnologia em relação à produção leiteira, não há utilização de nenhum tipo de produção mecanizada, retirando-se o leite de forma manual, comprometendo, por imposição da agroindústria, a produção do assentamento. A alimentação do gado é garantida com a utilização do pasto e, no período seco, é complementado com ração animal, produzida com cana-de-açúcar plantada na propriedade. Ainda quanto à produção, observa-se, também, a produção de alimentos, sendo estes: milho, mandioca, frutas (nos pomares) e hortaliças. Toda essa produção é destinada a o auto consumo das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater a questão agrária brasileira é um assunto que nos remete a diversos fatores a ser considerados. São questões políticas, econômicas, sociais, culturais e outros, que envolvem esse tema demasiadamente discutido. A cada ano, vários são os problemas enfrentados pelas famílias dos pequenos produtores, que vêm suas terras serem expropriadas para dar lugar a grandes propriedades e proprietários de grandes empresas.

No sudoeste goiano, a cada novo ano surge novos empresários, na atualidade, em sua maioria grandes usineiros que tem por intuito construir novos empreendimentos e transformar o que antes eram pequenas propriedades produtivas, em grandes concentrações da sua produção. Retirando assim, o sustento de muitas famílias que antes sobreviviam da terra, dando lugar à máquinas e implementos.

O assentamento Hidrocilda é um exemplo de programa agrário brasileiro, sendo as terras foram distribuídas aos assentados para que estes pudessem trabalhar e viver de sua

produção. A produção dos assentados, como pôde ser observada, é primordialmente leiteira e, com pequena extensão a produção de hortifrutigranjeiros para a economia de consumo das famílias assentadas.

Entretanto, esses têm enfrentado graves problemas na produção, comercialização e até mesmo na condição de permanência no campo. Os principais problemas quanto a produção é a falta de tecnologia, implementos e insumos agrícolas que não permitem a diversificação de culturas. A falta de incentivo, por parte dos órgãos governamentais, também é um fator de extrema relevância, pois, os assentados não têm acesso nem mesmo aos programas de financiamento rural, por ingerência dos recursos, ocasionados pela falta de apoio técnico. Considera-se que a questão agrária envolve diversos posicionamentos, principalmente ligados a políticas públicas e que a expropriação rural é um problema grave e que enfrenta diversos entraves para ser solucionado.

O processo de desterritorialização no assentamento se deve principalmente pela busca dos mais jovens por melhores condições de vida nas cidades, primeiramente pelos estudos e depois profissionalmente, visto que a formação que eles recebem no sistema de educação os direcionam para trabalhos industriais e urbanos, desfazendo qualquer possibilidade de retorno ao campo.

Conclui-se, portanto, que o município de Santa Helena de Goiás passa por um momento de grande crescimento econômico e com essa evolução é cada dia mais crescente o número de famílias desterritorializadas do campo, que passam a viver e trabalhar na cidade, aumentando ainda mais os problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1996. 88 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FAVAREDO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: Do agrário ao territorial**. 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Ciência ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GASPAR, Lúcia. **Reforma Agrária no Brasil**. Publicado em: 24 set. 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=228&Itemid=1>. Acesso em 14 jul. 2012.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que o Incra faz**. Publicado em: out. 2011. Disponível em: <<http://incragoias.wordpress.com/o-que-o-incra-faz/>>. Acesso em: 28 set. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados dos Estados**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm/>, 2010. Acesso em: 06 jul. 2012.

JÚNIOR, Alberto. **Modernização da Agricultura no Brasil**. Publicado em: 17 out. 2005. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/modernizacao-da-agricultura-no-brasil/11445/>>. Acesso em 20 jun. 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Diego Emanuel. FERREIRA, Idelvone Mendes. Modernização da agricultura e os reflexos na agricultura familiar. **XII Jornada do Trabalho**. Curitiba: CEGET, 2008 p. 01-14. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXII/GT4/06%20Diego%20Emanuel%20Rodrigues%20e%20Idelvone%20M%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SAUER, Sérgio. **Reforma Agrária e o Sindicalismo Rural: a luta pela terra no entorno de Brasília**. Brasília: 1999. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasil.pdf>>. Acesso: em 14 maio 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Rev. Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagos/MS, vol. 2, nº 2, ano 2, set. 2005. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS PARA A SAÚDE HUMANA: O PODER DAS CORPORações E A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO²

Gleida Gutielle da Silva Melo

Universidade Estadual de Goiás / UnU Goiás
gleidagutielle@hotmail.com

Tatiane Barbosa dos Santos Rodrigues

Universidade Estadual de Goiás / UnU Goiás
tatianebarbosa006@hotmail.com

Resumo

Desde a introdução do “pacote tecnológico” apresentado pela Revolução Verde o uso dos agrotóxicos tem aumentado, colocando os agricultores reféns desses agentes químicos, pelo incentivo que o Estado fornece, sendo pressionado pelas grandes indústrias químicas. Como consequência do aumento dos litros de agrotóxicos “despejados” nas lavouras os impactos causados na saúde dos seres humanos e meio ambiente são cada vez maiores. Pesquisas e relatos comprovam os sérios impactos à saúde do ser humano, como: intoxicações agudas e crônicas, alergias, problemas respiratório, cânceres, entre vários outros. O presente texto tem como objetivo geral discutir os problemas causados na saúde humana por agrotóxicos. O artigo foi subsidiado de referências ligadas ao consumo e problemas acarretados pelo uso dos biocidas, com destaque para o “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”. Analisamos também o caso de envenenamento ocorrido na Escola Municipal São José do Pontal, em Rio Verde/GO, no dia 3 de maio de 2013, que demonstra a vulnerabilidade das comunidades camponesas, que estão expostas mais diretamente aos biocidas, contaminando os solos, os possíveis cursos d’água existente no local. Esperamos com esta reflexão contribuir com o debate em torno dos agrotóxicos e de seus impactos para a saúde coletiva.

Palavras-chave: Agrotóxicos, Agricultura, Saúde.

INTRODUÇÃO

A Revolução Verde introduziu, a partir de meados do Século XX, um pacote tecnológico baseado no uso de insumos químicos, mecanização, sementes híbridas e assistência técnica. De forma geral, este pacote teve como origem as tecnologias (principalmente, substâncias químicas, como o “Agente Laranja”) desenvolvidas para utilização nos conflitos da Segunda

² Trabalho resultante dos planos de trabalho “Impactos socioambientais da utilização de produtos agrotóxicos na atividade pecuária goiana” (PBIC/UEG) e “A indústria agroquímica no estado de Goiás: uma análise a partir do levantamento/registro de informações quantitativas e qualitativas” (PIBIC/CNPq) pertencentes ao projeto CNPq (409568/2013-9) “Veneno! Os Impactos socioambientais dos agrotóxicos no território goiano” tendo como coordenador o Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza.

Guerra Mundial. Após o período de guerra, para que as indústrias químicas não ficassem sem mercado consumidor para seus produtos, estes foram introduzidos na agricultura, para combate às supostas “pragas” das lavouras. E o “campo de teste” para estes produtos foi composto pelos países do então chamado Terceiro Mundo, destacadamente, Brasil, México e Índia.

Vista como uma suposta solução para aumentar a produção de grãos na lavoura e, conseqüentemente, acabar com a fome mundial, a Revolução Verde foi implementada sem restrições no território brasileiro, principalmente nas áreas de Cerrado. Porém os resultados não foram os esperados, pois a fome não foi amenizada e os impactos sociais, ambientais e para a saúde da população do campo e da cidade, foram amplificados. Nas últimas décadas, com o desenvolvimento de novas tecnologias, como a transgenia, o consumo de agrotóxicos no país tem se elevado ainda mais, nos fornecendo o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos, como exemplifica a citação abaixo.

Nos últimos três anos o Brasil vem ocupando o lugar de maior consumidor de agrotóxicos no mundo, alguns deles já proibidos em outros países. Em 2010, o Brasil representou 19% do mercado mundial de agrotóxicos, à frente dos EUA, que representou 17%. Confirma-se plenamente a relação entre agrotóxicos e monocultura. As maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz. (RIGOTTO et al., 2012, p.12).

Tendo como base estas monoculturas e o controle das grandes corporações do agronegócio, a agricultura tem sido pensada e praticada, infelizmente, como imagem da indústria, com o único intuito de produzir maior quantidade, para comercializarem mais e obterem maiores margens de lucro. Mais que isto, além de tantos incentivos e atrativos comerciais, os agrotóxicos despejados na agricultura são definidos de forma branda pela legislação, tendo no Estado um “parceiro” privilegiado das corporações atuantes no agronegócio brasileiro, como revelado no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, em sua definição de agrotóxico e produtos afins.

IV - agrotóxicos e afins - produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 2002).

Tais produtos químicos são fabricados por grandes empresas como a Syngenta, Monsanto, Bayer, Basf, Dow, Dupont, Nufarm entre várias outras, que exercem uma forte pressão sobre o Estado, que por sua vez, acaba cedendo e contribuindo com um sistema que incentiva o consumo excessivo de agroquímicos. Incentivos fiscais, financiamentos, créditos, entre outros, tem aumentado o consumo destes produtos no Brasil e colocado os produtores (principalmente, os familiares) como reféns do agronegócio.

Os impactos causados pela imposição da indústria de agrotóxicos aliada à conivência do Estado são amplos e variados. Desde os problemas relacionados ao monopólio das terras e recursos naturais, representado pelo modelo de agricultura estabelecido, passando por impactos

ambientais e para a saúde de trabalhadores e consumidores, os agrotóxicos têm impactado de forma invisibilizada o território e o povo brasileiro.

Os impactos para a saúde de trabalhadores e consumidores tem sido especialmente elevados. Os alimentos produzidos, em função de sua boa aparência e tamanho, alcançados pelo uso excessivo de insumos químicos e sementes transgênicas, se tornaram mais atrativos aos consumidores, levando a diversificadas enfermidades. E as intoxicações de trabalhadores rurais, no processo de produção, comercialização e uso de agrotóxicos, também tem sido recorrentes, causando intoxicações agudas e crônicas, além de outros tipos de doenças pelo contato prolongado com alguns produtos.

Segundo a Augusto et al. (2012) um terço dos produtos que consumimos diariamente está contaminado por agrotóxicos, sendo que cada brasileiro está exposto pelo contato direto, pelos alimentos contaminados, entre outras formas, em média, a 5,2 litros de agrotóxicos/ano. Os impactos de tal situação para a saúde coletiva no Brasil são imensuráveis e negligenciados pelas políticas públicas de saúde no país.

Essas substâncias físicas, químicas ou biológicas, apresentam elevados riscos à saúde e a natureza, devido a sua alta toxicidade, apresentando consequências negativas e tendência de crescimento em função dos incentivos e pressões que as determinadas empresas/Estado fazem sobre o agricultor. O maior problema, contudo, é o fato de não estarmos preparados para evitar ou, pelo menos, amenizar os impactos de tais produtos, especialmente no que se refere à saúde pública. A utilização de agrotóxicos, neste contexto, não é segura. São vários os casos de “acidentes” na produção e uso de agrotóxicos que tem ocorrido muitas partes do país. Também são inúmeros os eventos envolvendo contaminação de trabalhadores rurais por agrotóxicos. Para além do que é registrado, as intoxicações e outros problemas para a saúde permanecem invisíveis. Portanto, os impactos são, provavelmente, muito maiores do que o registrado.

Com base em tal debate temos como objetivo discutir os impactos causados à saúde coletiva pelo uso crescente de agrotóxicos no campo brasileiro. Especificamente, temos ainda como objetivo analisar a ação do poder público no controle do uso de agrotóxicos na agricultura e no acompanhamento dos impactos para a saúde destes produtos de forma geral.

Metodologicamente, a reflexão aqui apresentada é resultado do debate sobre os impactos dos agrotóxicos levado a cabo no Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Gwatá), da Universidade Estadual de Goiás, assim como, no âmbito do Comitê Goiano da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, especialmente do acompanhamento, pelo referido Núcleo do incidente ocorrido no município de Rio Verde/GO, em 3 maio de 2013, quando mais de 100 alunos, professores e funcionários da Escola Municipal São José do Pontal, foram “pulverizados” por agrotóxicos por uma aeronave agrícola.

Na construção do artigo, tivemos ainda subsídio de referências ligadas ao consumo e problemas acarretados pelo uso dos biocidas, com destaque para o “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, construído no âmbito da Campanha Contra os Agrotóxicos e que revela impactos, como os de Rio Verde/GO, em várias partes do país, afirmando que estes não são casos isolados, mas a regra do agronegócio brasileiro. Esperamos, com esta discussão, contribuir com a reflexão sobre os problemas causados pela indústria agroquímica, especialmente para a saúde da população, seja do campo ou da cidade.

OS AGROTÓXICOS E A SAÚDE: ALGUNS EXEMPLOS

A adaptação ao pacote tecnológico na agricultura tem sido uma imposição do modo de produção em praticamente todos os biomas brasileiros. Através das técnicas de correção da acidez do solo no Cerrado, por exemplo, o solo foi ocupado por monoculturas de eucalipto, algodão, cana-açúcar, soja, milho, entre outros, sendo que este processo tem crescido rapidamente. O uso alargado de agrotóxicos nessas lavouras, junto às técnicas agrícolas, resulta em grandes impactos para o meio ambiente e para a saúde humana.

Com relação aos impactos para a saúde, especificamente, considerando que os agrotóxicos utilizados são compostos por ingredientes ativos com alto grau de toxicidade é comprovado que causam sérios problemas neurológicos, reprodutivos, cancerígenos. Danos são provocados não somente a trabalhadores que possuem contatos diretos com os produtos químicos (como os trabalhadores das fábricas), como também aos trabalhadores que fazem o plantio das lavouras. Além disto, a população que está no entorno das lavouras e os consumidores, que adquirem alimentos contaminados, também estão expostos aos danos causados por esses produtos.

Os problemas relacionados à contaminação de alimentos por agrotóxicos, por exemplo, tem sido demonstrado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em vários relatórios. O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) desta agência identificou, por exemplo, que 89% das amostras de Pimentão, 67% das amostras de Cenoura e 43% das de Alface, possuem resíduos de agrotóxicos além do permitido. Os efeitos à saúde causados pelo consumo de tais produtos são cumulativos, em longo prazo, levando a problemas no sistema nervoso, câncer e alterações fetais (ANVISA, 2014).

Com relação à intoxicação direta pelo contato com produtos agrotóxicos, os dados do Sistema Nacional de Informações Tóxicas (SINITOX) mostra que, no período de 1999 e 2009, aconteceram cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola, isso tem como significado que acontecem por volta de 5.600 intoxicações por ano no país, equivalente a 15,5 intoxicações diárias, uma a cada 90 minutos (BOMBARDI, 2011). Por mais assustadores que esses dados sejam eles ainda não contabilizam corretamente os casos de intoxicações.

Para além da contaminação direta, como indicado nos dados mostrados, ao longo dos anos, “acidentes” com agrotóxicos vêm causando graves problemas ambientais e de saúde por todo mundo, seja pela falta de fiscalização, pela fragilidade legislativa ou outros fatores. Alguns casos relacionados aos impactos dos agrotóxicos tem sido emblemáticos no país, como os ocorridos e recorrentes na Chapada do Apodi, no Ceará e em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso.

Na área monocultora de banana na Chapada do Apodi, no Ceará, por exemplo, no combate à Sigatoka-amarela, doença endêmica, tem sido pulverizado, em 2.950 hectares, aproximadamente, 442.500 litros de agrotóxicos anualmente. Este caso se torna ainda mais grave em função da inoperância e deficiência das instituições públicas de fiscalização, sendo que o descumprimento da Instrução Normativa Nº 2, de 3 de Janeiro de 2008, estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que estabelece distância mínima, para pulverização aérea, de 500 metros de povoações, cidades, vilas e bairros. (RIGOTTO apud AUGUSTO et al., 2012). Isto tem elevado, entre outros problemas, os casos de câncer entre moradores da região pulverizada.

Outro caso é o do Lucas do Rio Verde (Mato Grosso), onde os moradores e animais foram vítimas de intoxicação causada por pulverização aérea de agrotóxicos, substâncias essas que são proibidas em diversos países e na união europeia. O produto que era aplicado na produção agrícola da região pelo vento foi levado até a cidade causando diversos problemas, causando contaminação das águas, do ar, dos alimentos e, inclusive, do leite materno.

Pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) têm buscado identificar resíduos de agrotóxicos em vários elementos, (destaque para o leite de mães residentes em Lucas do Rio Verde). Foram coletadas amostras de leite de 62 mães que se encontravam amamentando. Todas as amostras de leite materno coletadas, de acordo apresentaram algum tipo de composto químico tóxico, como DDT proibido no Brasil desde 1972 por seu alto grau de toxicidade. Outros sintomas foram má formação fetal, indução ao aborto e o desenvolvimento de cânceres, além de diversos problemas que poderão vir afetar os bebês futuramente, como dificuldade no desenvolvimento cognitivo e má formação física. (PALMA, 2011 apud CARNEIRO, 2012).

Também foram realizadas pesquisas com 14 sapos-cururu, 22 rãs-pimenta, além de terem analisado água dos córregos (Cedro e Xixi), detectando a presença do agrotóxico Endosulfan no plasma sanguíneo de sete sapos, má formações glandulares em cinco deles, observando na lagoa que 6% dos indivíduos têm má formações. Além de acidentes de comuns aos seres humanos expostos a tais venenos, relacionados com a monocultura da soja, milho e do algodão (AUGUSTO et al., 2012).

Todos estes exemplos e dados são, certamente, subestimados. A fabricação de pesticida, por exemplo, também é um problema grave, desde que inúmeros casos envolvem cerca de milhares de trabalhadores contaminados por estas substâncias cancerígenas. Portanto, a intoxicação por agrotóxicos, em suas diversas possibilidades, continua sendo invisível ao poder público de saúde. A legislação tem sido, cada vez mais, deturpada para que agrotóxicos proibidos em outras partes do mundo possam ser livremente utilizados no país. E enquanto o Estado trabalha na liberação destes produtos pouco é realizado no sentido de fortalecer o sistema de saúde no que se refere à prevenção e acompanhamento dos impactos dos agrotóxicos para a saúde coletiva. A seguir apresentamos um incidente com a pulverização de agrotóxicos, ocorrido em escola pública do município de Rio Verde, em Goiás.

“CHUVA DE AGROTÓXICO”:

O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO PONTAL - RIO VERDE/GO

Um caso grave de exposição de pessoas, entre elas crianças, adolescentes, adultos e idosos, aos agrotóxicos, foi o caso que aconteceu no estado de Goiás, com a “chuva de veneno” que atingiu a Escola Municipal São José do Pontal, localizada no município de Rio Verde/ Goiás, no dia 03 de maio de 2013³. Mais de 100 pessoas foram intoxicados, como apresenta o relato a seguir:

³ Sobre este caso ver os Vídeos Documentários “Pontal do Buriti: brincando na chuva de veneno”, de Dagmar Talga; e “O Veneno Está na Mesa II”, de Silvio Tandler.

O proprietário de uma lavoura de milho, no Projeto de Assentamento Pontal dos Buritis, contratou a empresa Aerotex Aviação Agrícola Ltda. para pulverizar uma área de 10 hectares afetada por “pulgão”. O receituário do agrotóxico a ser utilizado (Engeo Pleno) foi fornecido por Engenheiro Agrônomo da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), onde também o produto foi comprado. O agrotóxico foi levado, pelo agricultor, até um campo de aviação próximo da área onde seria aplicado. Neste local, a aeronave foi abastecida com o produto a uma proporção de 250 ml/hectare, que segundo a bula do agrotóxico é a concentração máxima a ser utilizada para o milho. Cabe destacar que esta concentração é direcionada à aplicação terrestre, já que em lavoura de milho o referido produto somente pode ser aplicado desta forma. (SOUZA, 2013, não paginado).

A aeronave da empresa *Aerotex Aviação Agrícola Ltda.*, iniciou a pulverização a partir das 09:00 h, em uma área cultivada com milho de 10 hectares. A lavoura estava dividida em duas partes, sendo que a aeronave, com o sistema de liberação de agrotóxico estava aberto enquanto o piloto passou sobre a escola, localizada entre as duas áreas. Como pode ser constatado na figura 1, a proximidade do milharal com a escola não ultrapassava 20 metros. No dia do incidente o piloto da aeronave abriu o compartimento que despeja o agrotóxico passando sem fechá-lo pelo menos uma vez sobre a escola. Neste momento, brincavam em quadra poliesportiva descoberta (figura 2), aproximadamente 60 crianças e adolescentes, em horário de recreio, quando receberam a “chuva de agrotóxico”.



Figura 1 – Área Externa da Escola São José do Pontal, mostrando proximidade com a lavoura de milho, Rio Verde/GO, 2013.

Autor: Murilo M. O. de Souza, 2013.



Figura 2 – Quadra Poliesportiva. Local onde as crianças brincavam quando foram atingidas pelo agrotóxico.

Autor: Murilo M. O. de Souza, 2013.

Como mencionado, a foto 1 mostra a proximidade da plantação de milho com a Escola, onde muitos dos alunos encontravam-se na hora do “acidente”. É importante destacar que, neste caso, a legislação não tem sido cumprida, pois para a utilização do agrotóxico lançado sobre a escola, deve-se guardar uma distância de, pelo menos, 250 metros de qualquer área habitada, o que não ocorreu no caso relatado.

Os atingidos apresentaram, imediatamente, sintomas agudos de intoxicação, como vômito, coceira, vermelhidão na pele, desmaio, dor de cabeça, entre outros. Os sintomas mais

intensos foram o desmaio de alguns alunos. Após a comunicação do diretor da escola com a Secretaria de Educação de Rio Verde, foi chamado o SAMU da cidade de Montividiu, uns 57 km da escola, onde alguns alunos receberam atendimento ainda no caminho, pois já estavam sendo transportados por veículos escolares devido ao estado em que eles se encontravam, sendo levado em seguida para a cidade.

As vítimas tomaram banho e foram medicados e, algumas horas depois, foram levadas para almoçar, recebendo alta do médico que fez os atendimentos. Neste caso, contudo, de intoxicação por agrotóxico, deve-se permanecer por, pelo menos, 48 horas em observação. Assim, após intervenção do Delegado responsável pelo caso, as vítimas retornaram ao hospital e outros locais.

Delegado que atendeu o caso, no entanto, ligou para o diretor da escola e solicitou que todos os atingidos fossem levados para hospitais de Rio Verde, onde ficariam em observação por 48 horas. Muitos continuaram com sintomas da intoxicação, especialmente, uma professora que apresentou um caso de alergia grave e foi hospitalizada na rede particular com médico especialista. No sábado pela manhã (24 horas depois) os técnicos da regional de saúde [técnicos de Goiânia vieram até Rio Verde] “liberaram” os alunos e professores para retornarem para casa. O Delegado responsável pelo caso, novamente, alertou o diretor da escola de que todos somente poderiam ser liberados após 48 horas. Por isto, os alunos foram levados para um hotel, onde ficaram em observação até o domingo (5 de maio), quando finalmente tiveram alta. (SOUZA, 2013, não paginado).

Apenas uma aluna ficou internada até a terça-feira até (dia 7 de maio). Porém os alunos e professores ainda constatavam sintomas como: vermelhidão na pele e dor de cabeça, que foram os principais sintomas relatados pelos alunos, mesmo alguns dias após o ocorrido. Também no hospital, conforme relato de Souza (2013), não houve consenso entre os profissionais de saúde sobre o tratamento adequado para este tipo de intoxicação. Durante os meses posteriores, vários dos atingidos continuaram apresentando, periodicamente, sintomas relacionados à intoxicação. No entanto, os médicos ligados à Secretaria Municipal de Saúde passaram a negar a relação dos sintomas com o envenenamento, dando diagnósticos de virose, entre outros. Passado quase um ano do incidente, os problemas de saúde das famílias continuam.

Vale a pena ressaltar que o caso ocorrido na Escola São José do Pontal não é um caso isolado no estado de Goiás ou no país. A hegemonia do agronegócio e a utilização predadora de agrotóxicos é a regra no campo brasileiro. Como visto, os casos de intoxicação direta, pelo consumo de alimentos envenenados ou por contato indireto com produtos agrotóxicos está levando a um problema grave de saúde pública. Os impactos dos agrotóxicos para a saúde da população são imprevisíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema implantado na agricultura a partir dos anos 1960, com a Revolução Verde, fez da agricultura refém da indústria agroquímica. Por causa de incentivos, cada vez mais presentes na agricultura/monocultura, nossa alimentação está conseqüentemente ficando cada vez mais contaminada, onde se sabe que leva e levará futuramente a problemas irreversíveis. Somos os maiores consumidores mundiais de agrotóxicos e isto tem levado a um quadro impactante para

a saúde coletiva brasileira. Os casos de intoxicação e várias outras enfermidades, como câncer, má formação fetal, tem se multiplicado com o passar dos anos.

O Estado, por sua vez, apoia incondicionalmente o agronegócio, mas não investe na garantia de fiscalização para cumprimento da legislação ou para prevenção/ação na saúde contra os agrotóxicos. É necessário, portanto, que consolidemos uma discussão concreta sobre a questão que relaciona a saúde e os agrotóxicos no país, pois, com o discurso da produção de alimentos (na verdade são commodities) está se colocando em risco o meio ambiente e a saúde do povo brasileiro, sendo todos afetados.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Ministério da Saúde. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA 2011/2012). Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/15c8f90041ebaeb39d9dbd3e2b7e7e4d/Resultado+2011-2012_30-10-13.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 08 de abril de 2014.

AUGUSTO, L. G. S.; CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; FARIA, N. M. X.; BÚRIGO, A. C.; FREITAS, V. M. T.; GUIDUCCI FILHO, E.. Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. **Parte 2 - Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Data luta**. Artigo do Mês, set. de 2011. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 20 de nov. de 2013

BRASIL. **DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/4074-02.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S.; RIZOLLO, A.; MULLER, N. M.; ALEXANDRE, V. P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M. S. C. Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. **Parte 1 - Agrotóxicos, segurança alimentar e saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

MELO, Gleida Gutuelle da Silva; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; RODRIGUES, Tatiane Barbosa dos Santos. **O uso de agrotóxicos não é uma escolha do produtor, mas sim uma imposição do agronegócio!** Goiás-GO, dezembro de 2013.

RIGOTTO, R. M.; PORTO, M. F.; FOLGADO, C.; FARIA, N. M.; AUGUSTO, L. G.; BEDOR, C.; BURIGO, A.; CARNEIRO, F. F.; CASTRO, F. P.; FERNANDES, G. B.; FERREIRA, M. J. M.; FRIEDRICH, K.; MARINHO, A. M. C. P.; MONTEIRO, D.; PIGNATI, A. W.; PINHEIRO, T. M. M.; RIZZOLO, A.; SILVA, N.; TYGEL, A.. Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. **Dossiê Abrasco – Parte 3 - Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes**. Porto Alegre, novembro de 2012.

SOUZA, M. M. O. **Pontal do Buriti**: pulverização da Escola Municipal São José do Pontal. Relato de Caso. Universidade Estadual de Goiás/Unidade de Goiás, maio de 2013. (Impresso).

O AGRONEGÓCIO E A NOVA DINÂMICA TERRITORIAL DO CERRADO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

José Novais de Jesus

Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis
novaisdejesus@yahoo.com.br

Julieth de Oliveira Básilio

Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis
juliethshego@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo trazer alguns elementos para refletir a expansão do agronegócio na região do Centro-Oeste brasileiro e em particular no sul e sudoeste goiano. As transformações socioespaciais proporcionadas pelo setor sucroalcooleiro estão promovendo grandes impactos e mudanças na paisagem do cerrado, alterações no modo de vida das comunidades tradicionais e impulsionando a migração campo cidade. A reorganização do território para atender aos interesses do grande capital, e a implementação dos grandes projetos, traz consigo desenvolvimento econômico, mas surgem contradições que por um lado concentra riqueza e também promove a desarticulação da agricultura camponesa familiar.

Palavras-Chave: Agronegócio, Território, Resistências.

INTRODUÇÃO

O debate em torno da questão da expansão do setor sucroalcooleiro no Centro-oeste brasileiro tem impulsionado transformações significativas na reorganização do território. Objetivando de contemplar e atender aos grandes interesses econômicos. Tais mudanças têm provocado preocupações a estudiosos e pesquisadores referentes à problemática e os dilemas que vivem o Cerrado. A inserção do Cerrado no cenário nacional e internacional estabelecendo uma nova relação com o mercado global que de certo modo implica em consequência positiva e negativa do ponto de vista do crescimento e do desenvolvimento sustentável.

No decorrer da construção deste artigo foram feitos estudos e levantamentos bibliográficos referentes às questões pertinentes à problemática do campo. Bem como a utilização de literatura agrária para entender a expansão no agronegócio no sudoeste goiano.

A cadeia produtiva da cana nas últimas décadas tem avançado de forma avassaladora na região do Centro-Oeste e em particular no sul e sudoeste goiano. É importante salientar que o setor sucroalcooleiro no seu bojo traz muitas contradições que são visíveis, às mudanças na paisagem, alterações no modo de vida das comunidades tradicionais, áreas de produção de alimentos já estão sendo ocupadas pela cana.

O grande dilema se refere à questão da biodiversidade do cerrado e os impactos ambientais, apesar do agronegócio sustentar que o setor sucroalcooleiro é ambientalmente sustentável. Mas, essa lógica se contradiz pela constatação das mudanças nas relações de trabalho. Impulsionam a migração campo cidade, ou seja, forçando os camponeses próximos as áreas de plantio de cana a deixar suas terras; outro fator que merece atenção, camponeses está também arrendando suas terras para as usinas.

Notório é que existem algumas questões que precisam ser questionadas como, por exemplo, o número de usinas que estão projetadas para serem instaladas no Estado de Goiás, cabe perguntar se esses projetos ressaltam de um planejamento de estudos de zoneamento para definir quais áreas deveriam ser ocupadas pelo plantio da cana. Como afirma Glass (2009, p.77):

Tomando-se o exemplo do estado de Goiás – que possui 32 usinas já em funcionamento e 48 projetos em elaboração – na faixa indicada pelo zoneamento como área de pastagem apta para o plantio de cana nas regiões sul e sudoeste do Estado (de Limeira do Oeste e Quirinópolis a Doverlândia, Caiapônia e Piranhas), os dados do Sidra de 2007 apontam a predominância de municípios com alta concentração de gado (85 mil a 715 cabeças). Da região central (Goiânia) ao noroeste (Nova Crixás), a concentração oscila de média (38 a 75 mil cabeças) a alta.

Os dados apontam a intensificação dos projetos para instalação de usinas no sul e sudoeste goiano. A preocupação de desenvolver estudos para delinear as áreas que deveriam ser disponibilizadas para o plantio de alimentos, cujos objetivos a partir do zoneamento indicaria as áreas de pastagem para o plantio da cana. Se de fatos todas essas usinas forem instaladas percebem que essa região apresenta maior concentração de criação de gado, isto trará grandes impactos, ou seja, como outras regiões que apresentam áreas ocupadas com produção de arroz, feijão é possível que a cana avance também nas áreas ocupadas por essas culturas.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CENTRO OESTE AMEAÇA O CERRADO

O Centro-Oeste brasileiro que em décadas anteriores não apresentava importância econômica do ponto de vista produtivo, por que as terras do cerrado eram tidas como “fracas, árvores tortuosas, de vegetação veia e outros adjetivos que se referia de forma pejorativa o bioma como um todo”.

Neste sentido, vale ressaltar que após as mudanças que ocorreram no âmbito econômico e político-principalmente com a transferência da capital federal para o planalto central e a implementação das inovações tecnológicas insere o cerrado no cenário nacional e internacional como o território da produção e como o principal fornecedor de matéria prima.

Com o advento da modernização da agricultura proporcionou uma nova dinâmica na reorganização produtiva desta região. As décadas de 1970 com a introdução da soja, criação de gado, nas últimas décadas o sudoeste goiano recebem diversas indústrias, como destaque as implantação de usinas sucroalcooleiro com isto estabelecem uma nova dinamização em função da apropriação e uso da terra e as possíveis conseqüências socioambiental para o cerrado.

Analisar a questão agrária pela perspectiva do território implica trazer algumas reflexões teóricas acerca dessa temática, segundo Santos (2005) “só pode entender o território a partir do

seu uso, ou seja, o território utilizado socialmente e economicamente”. Sendo assim, vale pensar as várias formas que o território está sendo usado por diferentes atores sociais. Aqui pode se definir apropriação e uso do território pelo agronegócio e em contra partida com o campesinato.

Desse ponto de vista são estabelecidas relações sociais e econômicas a partir do território. Para Raffestin (1980) “o território configura a partir das relações marcadas pelo o poder”. Nesta conjuntura é relevante buscar elementos novos para compreender a dinâmica do capital e o uso do território no embate entre as indústrias e campeseinato.

A expansão do agronegócio no sudoeste goiano vem de encontro com as novas demandas impostas pelo mercado interno e externo, aliado as novas estratégias em sintonia com o poder público e o setor privado, os incentivos fiscais, as condições edofoclimáticas, abundância de recursos hídricos também se destaca como grandes atrativos para as implantações destas indústrias na região.

Neste sentido, vale salientar que com a chegada principalmente das usinas sucroalcooleiro, surgem grandes transformações na reconfiguração do território goiano, isto, porque novas relações sociais estão sendo criadas a partir da imposição do capital. As mudanças que vem ocorrendo no campo em consequência das atividades da agroindústria.

Outra questão pertinente diz respeito à relação do agronegócio versus as comunidades rurais tradicionais, que no atual contexto requer uma análise mais aprofunda para poderem-se entender as contradições que o desenvolvimento vem ocasionando em função das desarticulações das pequenas unidades agrícolas, estão cedendo espaços para o plantio da cana de açúcar.

Além dessas questões outros pontos devem ser acrescentados e refletidos para também saber quais são as implicações para o cerrado. Desse modo, percebe-se que as investidas do grande capital na região sul e do sudoeste goiano são pensadas a partir de uma logística integrada com diversos projetos que vão desde implantação de usinas hidrelétricas com o objetivo de disponibilizar energia e assim atender as demandas das indústrias e garantir o seu crescimento. Por isso:

Apesar da inexistência de dados conclusivos sobre os impactos da expansão da cana em áreas de agricultura, a Conab reconhece que o rearranjo produtivo do território agrícola nacional poderá trazer alterações aos preços dos alimentos, principalmente em localidades aonde a cana vier ocupar lavouras de culturas alimentares e que passarão a se abastecer de produtos vindos de mais longe. Glass (2009, p.78).

Alguns problemas vão surgindo no decorrer desse rearranjo produtivo do território, novas implicações poderão ocorrer em função do plantio da cana-de-açúcar, dados já apontam que em áreas ocupadas pela cana já não se produz alimentos como antes pelo fato de os agricultores camponeses estarem alugando suas terras para as usinas sucroalcooleiras.

O compromisso do capital de atender essas novas demandas que visam simplesmente produzir sem sequer preocupar com as questões socioambientais, que também é uma preocupação de pesquisadores e órgãos de proteção do meio ambiente.

De modo geral se devem fazer alguns questionamentos em relação aos impactos causados pelas intensas atividades agrícolas na região do sul e sudoeste goiano. Ainda conforme Glass (2009, p.76):

De maneira geral, projetos de monitoramento da expansão da cana por parte de órgãos do governo e de universidades confirmaram o avanço do setor sucroalcooleiro sobre áreas anteriormente ocupadas por atividades agropecuárias. O que ainda se discute, todavia, é se a substituição de culturas trouxe ou poderá trazer prejuízos à produção de alimentos, e conseqüentemente ameaçar a segurança alimentar do país.

Ocupar áreas que produziam alimentos, para produzir etanol pode gerar alta dos preços, ameaça da biodiversidade em conseqüência da expansão de novos plantios, também promove a desarticulação das propriedades rurais camponesas que nos últimos anos vem perdendo território para o agronegócio.

As transformações socioespaciais têm impulsionado a migração campo cidade, estabelecendo uma relação que geram muitos problemas negativos como crescimento desordenado, violência, a ausência de infraestrutura que não atendem as demandas que surgem acompanhadas dessas deficiências na organização espacial.

O campo sofre diversas ameaças com a introdução desse processo intenso do modo de produção capitalista que visa a qualquer custo em primeiro lugar à busca de lucros.

A agroindústria canavieira constitui-se assim, num dos mais significativos exemplos de unidade entre agricultura e indústria no processo de expansão do capital. Mas, há que se observar também que esta unidade não ocorreu em todos os ramos e atividades agrícolas, revelando que a unificação não é uma via de mão única, pelos a acumulação capitalista não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho (real e formal), mas também na sujeição da renda da terra ao capital. Neste caso, a concentração de terras assume papel fundamental no processo de acumulação de capital, quando no processo contraditório e desigual de expansão das relações capitalistas, são recriadas e reproduzidas relações sociais de produção típicas do rural e agrária. Fabrini (2010, p.58).

Desse modo, a indústria canavieira tem avançado significativamente e também proporcionando mudanças nas relações de trabalho, por um lado traz crescimento econômico, mas de maneira desigual, pois nem todos são beneficiados com o processo de desenvolvimento dessas atividades.

As conseqüências desse processo vão se acentuar intensamente em função da sua expansão que vão causar grandes impactos principalmente para o meio ambiente e sem dúvidas trará implicações sociais a partir das relações que as agroindústrias estabelecem os camponeses impondo ou mesmo expulsando dos lugares de sobrevivência e de culturas.

AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO CERRADO: QUESTÕES PARA REFLEXÃO

O processo de transformações socioespaciais que vem ocorrendo no sul e sudoeste goiano tem demonstrado a capacidade e potencial que a região tem oferecido e com isso as ações de políticas públicas têm sido importante para instalações das grandes empresas do setor agroindustrial.

Essas ações estão promovendo mudanças na reconfiguração do território impulsionado pelo capital. Diante desses acontecimentos novas situações vão surgindo em função da intensidade das atividades do setor sucroalcooleiro.

No debate político, existem algumas questões que precisam ser questionadas como, por exemplo, o número de usinas que estão projetadas para serem instaladas no Estado de Goiás, cabe perguntar se esses projetos ressaltam de um planejamento de estudos de zoneamento para definir quais áreas deveriam ser ocupadas pelo plantio da cana. Como afirma Glass (2009, p.77):

Tomando-se o exemplo do estado de Goiás – que possui 32 usinas já em funcionamento e 48 projetos em elaboração – na faixa indicada pelo zoneamento como área de pastagem apta para o plantio de cana nas regiões sul e sudoeste do Estado (de Limeira do Oeste e Quirinópolis a Doverlândia, Caiapônia e Piranhas), os dados do Sidra de 2007 apontam a predominância de municípios com alta concentração de gado (85 mil a 715 cabeças). Da região central (Goiânia) ao noroeste (Nova Crixás), a concentração oscila de média (38 a 75 mil cabeças) a alta.

Os dados apontam a intensificação dos projetos para instalação de usinas no sul e sudoeste goiano. A preocupação de desenvolver estudos para delinear as áreas que deveriam ser disponibilizadas para o plantio da cana, cujos objetivos a partir do zoneamento indicaria como área de pastagem para o plantio da cana. Se de fatos todas essas usinas forem instaladas percebem a região apresenta maior concentração de criação de gado, isto trará grandes impactos, ou seja, como outras regiões que apresentam áreas ocupadas com produção de arroz, feijão é possível que a cana avance também nas áreas ocupadas por essas culturas.

É preocupante e se deve atentar para os possíveis impactos que serão causados pelo setor sucroalcooleiro, Glass (2009, p.77):

Ainda é difícil avaliar se a expansão da cana no Sudoeste e Centro-Oeste têm empurrado atividades agropecuárias – em especial a soja e o gado – para a Amazônia, o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai. Fato é que a região Norte teve um aumento de 7,9% de área plantada de soja na safra 2009/2010 em comparação com a safra 2008/2009, de acordo com o último levantamento da produção de grãos da Conab, de janeiro de 2010 (no Nordeste o aumento foi de 8,2% e no sul de 6,4%).

Diante dos fatos são necessários mais pesquisa e estudos das implicações causadas pelas atividades do setor sucroalcooleiro. Quais são as áreas que estão sendo ocupadas pela cana? A expansão da cana no sul e sudoeste goiano ameaçam áreas ocupadas por culturas como feijão, soja e milho?

O capital está impondo uma nova reconfiguração do território a partir da expansão e implantação de grandes projetos do setor da agroindústria, estimulado pelas demandas do mercado interno e externo. Este cenário contribui de certa para repensar a lógica do desenvolvimento que por um lado produz riquezas e gera divisas, mas por um lado temos um crescimento desigual e combinado, ou seja, a reprodução da pobreza continua pelo fato dos lucros que detém as grandes empresas. De acordo com Santos (2012, p.260):

A compreensão da expansão da atividade canavieira, no Brasil está diretamente ligada à opção de um novo modelo energético mundial, pois a matriz energética que sustenta

o atual modelo de sociedade, baseada nos combustíveis fósseis está em crise. Diante disto, a oferta de petróleo tende a diminuir nos próximos anos e a demanda a aumentar, acarretando, conseqüentemente, preços altos. É neste contexto que o agro combustível são cada vez mais valorizados.

As preocupações com a diminuição das fontes dos combustíveis fossem não renováveis, estão levando vários países a fazer grandes investimentos na busca de novas fontes de energética. As chamadas fontes de energia renováveis, que ganharam destaque por ser considerada energia limpa.

O Brasil torna-se pioneiro na produção de etanol a partir da cana de açúcar, e se apresenta com um grande potencial na produção de energia limpa. Pois o país dispõe de variadas fontes que podem ser exploradas para atender essas novas demandas como fontes alternativas, a exemplo: biomassa, eólica, solar e outras.

Neste cenário, o setor do agronegócio sustenta que as práticas são sustentáveis e tem se preocupado com as questões ambientais. Não se pode esquecer-se das contradições que são produzidas por meio das relações sociais e de trabalho. As alterações que vem ocorrendo no campo são significativas principalmente no que diz respeito à ampliação das áreas que vem sendo ocupadas com o plantio da cana. Conforme Santos (2012, p. 265):

O Centro-Oeste também é alvo para a expansão da cana, tendo a área colhida saltada de 215.983ha, em 1990 para 591.622ha, em 2006, atingindo 689.362ha, no ano de 2007, e 1.990.990ha, no ano de 2010, com destaque para os estados de Goiás (573.205ha, colhidos em 2010), Mato Grosso (222.248ha, colhidos em 2010). Mato Grosso do Sul (404.437ha, colhidos em 2010).

A área ocupada pela cana na região Centro-Oeste do Brasil vem aumentando significativamente e grandes empreendimentos estão sendo implantados na região para atender aos interesses do grande capital. O estado de Goiás se destaca com grandes projetos sucroalcooleiro no sul e sudoeste goiano. Com a chegada desses projetos tem promovido mudanças importantes na reestruturação do território que visa possibilitar mobilidade e rapidez. Estas atividades econômicas impõem uma nova lógica na dinâmica territorial que são estabelecidas em função das relações sociais criadas a partir das contradições do capital.

Os grandes projetos trazem consigo desenvolvimento econômico, muda a dinâmica da região, impulsionam o crescimento das cidades intensifica os fluxos migratórios atraindo trabalhadores das regiões periféricas e até mesmo de outros estados da federação. Além disso, a transformação da paisagem do cerrado está ocorrendo devido o avanço do agronegócio.

A transformação socioespaciais que vem ocorrendo no cerrado tem implicações negativas do ponto de vista da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. É necessário que haja preocupação para entender as questões complexas que permeiam as tramas culturais das diferentes populações que vivem no/do cerrado. Para Chaveiro (2005, p.53):

O mecanismo dessa modernização tem implicação na política local e na aliança com o Estado nacional, na estratégia do desenvolvimento, na subordinação da nação ao capitalismo desenvolvido, na inserção de capitais, na abertura de fronteiras, na montagem de discursos ideologizados, na mudança da renda dos municípios e na estrutura da

economia, na reorganização do trabalho etc. Todavia, o que se tem explicado pouco e avançado de maneira exígua é o entendimento como esse processo se relaciona com a tradição e com os seus signos culturais.

A modernização e suas conseqüências precisam ser entendidas num contexto onde a preocupação está estritamente voltada para o capital. Em relação às mudanças que ocorrem em todas as esferas de poder principalmente o local onde tem um impacto importante para a cultura do lugar. Segundo Castilho e Chaveiro (2010, p. 43):

Com isso deixa de considerar o Cerrado apenas enquanto ambiente natural para entendê-lo como produto da história social, sobretudo um ambiente que localiza; que foi e é apropriado; que possui lógicas atuais, culturas diversas ou resistências; que está em movimento que possui um sentido socioespacial proveniente do cruzamento das variáveis internas e externas que se configuram e desenham-no enquanto histórico território.

A apropriação e o uso do cerrado nas últimas décadas estão inseridos num projeto hegemônico de desenvolvimento que caracteriza por ser um território que apresente melhores condições para atrair capitais e assim responde as demandas necessárias para a reprodução do modelo de desenvolvimento econômico que o país adotou.

Para isso, vale ressaltar que com as instalações das agroindústrias foram necessárias mudanças drásticas na reformulação e reestruturação do território para a inserção do cerrado neste novo cenário econômico que desponta com grandes perspectivas para o setor produtivo.

Neste sentido, não se dá muita ênfase as manifestações culturais, ou simplesmente concebe o campo como território da produção econômica; necessita atentar que nesses espaços acontecem diversas dinâmicas sociais, pois a sua reprodução é também histórica e cultural. E neste contexto os diferentes passam por reconfigurações impostas pelo avanço do capital, que de uma forma ou de outra provocam alterações significativas, pelo de impor novos valores nas relações que vão sendo estabelecidas. Conforme Castilho e Chaveiro (2010, p. 470):

Por conseguinte, a territorialização do capital moderno no Cerrado representa a sua negação enquanto ambiente natural como também de sua existência para a vida. Neste caso, o Cerrado, hoje, é movido pelo cruzamento internas e externas – sob hegemonia das últimas. Na medida em que os elementos da modernização penetram o espaço cerradoeiro, o seu conteúdo é alterado e re-funcionalizado. Trata-se de um processo perigoso, movido por uma ganância produtiva, pela geração de “riqueza” restrita a poucos e pelo cerceamento dos símbolos e manifestações socioculturais.

Os grandes investimentos que chegam ao Cerrado, não quer dizer que possibilita benefícios, ou distribuição de renda para todos, pois a riqueza produzida ainda continua concentrada e os grandes beneficiários são os mega investidores. É importante analisar as contradições do sistema que também interfere nas manifestações socioculturais dos povos cerradoeiro.

Dessa maneira, podem-se analisar as conseqüências negativas da modernização, mudanças de paisagens, causando impactos ambientais, criando novos conflitos, alterando

as relações de trabalho, impondo uma nova reconfiguração do território, que determina as formas e uso da terra.

As transformações que ocorrem no cerrado trazem átonas questões complexas para ser estudadas e compreendidas do ponto de vista da dimensão geográfica, entender a hegemonia do capital, as estratégias e as relações de poder que são estabelecidas entre os diferentes atores nas disputas do território. Por isso, é necessário atentar para os novos desafios e perspectivas que surgem a partir das resistências das comunidades tradicionais camponesas em contraposição ao capital.

DESAFIOS: AS CONTRADIÇÕES E A SOBREVIVÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS NO CERRADO

Diante dessa realidade é importante avaliar quais são os desafios que estão postos? E como compreender os movimentos de resistências das comunidades camponesas para permanecerem e continuarem nos seus territórios de sobrevivência e de cultura. Como bem afirma Petersen et.all (2010, p.85):

A defesa da vigilância histórica da agricultura familiar camponesa nos dias de hoje ainda é muito freqüentemente interpretada como uma tendência do idealismo utópico. Mas essa vigilância vem sendo construída no dia-a-dia pelo próprio campesinato, por meio de lutas silenciosas pelo contrário de frações do território com vistas a reproduzir o poder de apropriação das riquezas socialmente geradas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio.

Essas lutas se expressam de várias maneiras na tentativa de romper com o processo de exclusão imposta pelo capital, os camponeses muitas vezes lutam de forma silenciosa, como estratégias de resistências para poder reproduzir o seu modo de vida. A construção do território camponês se da partir da reprodução social e histórica numa relação de conflitos constantes do campesinato e o capital.

Percebe-se que a expansão do agronegócio tem contribuído para forçar a saída dos camponeses do campo para as cidades, esse fluxo migratório é mais freqüente nas áreas aonde o plantio de cana vem se ampliando. A necessidade de ações efetivas e organizadas a partir dos movimentos sociais do campo, não tem se manifestado em relação aos impactos dos grandes empreendimentos, principalmente no sul e sudoeste goiano. Para Schimitt e Tygel (2010, p, 105):

O caráter contra-hegemônico dessas ações de resistências ao modelo de desenvolvimento econômico que perpetua a dominação das elites agrárias no meio rural ou ao modo capitalista de organizar as relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza, contribui, sem duvida para que as mesmas apresentem um caráter descontínuo e, por vezes, contraditório.

A sobrevivência das comunidades tradicionais implica na ampliação e criação de novas políticas públicas que garanta a reprodução do seu modo de vida e condições para permanecer

na terra. As inúmeras dificuldades impõem restrições na criação de alternativas por parte dos camponeses frente às ações transformadoras que o campo brasileiro está passando.

A agricultura camponesa passa um por processo de desarticulação apesar de exercer uma função importante na produção de alimentos para o mercado interno. Mas o que se verifica nesta nova conjuntura é que existem mudanças relevantes que estão ocorrendo com a perda de seu território para as grandes agroindústrias.

O Cerrado sofre perdas incalculáveis no que diz respeito a sua biodiversidade e ainda mais sobre as manifestações socioculturais que de certa forma as mudanças da modernização trouxeram muito prejuízo no desarranjo do modo de vida desses povos que residem e vivem no cerrado. Segundo Chaveiro (2008, p. 93):

Por essa via, pode se dizer que o cerrado é resultado da acumulação de energia potencializada pela matéria de seus organismos e pela capacidade de força de seus sujeitos, ou da relação de seus sujeitos com elos de poder e de domínios econômico que, em diferentes épocas, fundamentalmente em diversos objetivos, controlam essa matéria e essa energia mediante usos e valores que correspondem aos seus interesses.

O poder econômico está impondo uma nova redefinição na apropriação e uso do cerrado a partir dos seus interesses. A contradição desse processo se baseia pelo fato dos sujeitos históricos não serem incorporados como protagonistas deste cenário que apresenta o “Novo Cerrado” concebido pelo grande capital que busca incessantemente lucra a qualquer custo.

Neste sentido, o cerrado vive um dilema, por um lado, sofre com a ameaça da expansão do capital e por outro lado como os camponeses estão resistindo a desenfreada transformação no contexto agrário.

Transformação que tem mudado a paisagem impulsionando a migração campo cidade, modificando e remodelando espaços, criando novos conflitos em função das disputas que se dão na trama das relações de poder em contraposição dos distintos interesses que delinea na utilização e reprodução da vida no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste contexto, vale destacar a importância de compreender a lógica do agronegócio e a dinâmica na apropriação e uso do território, que tem como objetivo articular estrategicamente para responder significativamente aos interesses do capital.

São contradições em função do modo de produção capitalista empregado pelo setor produtivo sucroalcooleiro trazem elementos relevantes para analisá-la a forma que o território está sendo utilizado. Constata-se que as transformações socioespaciais que ocorreram nas últimas décadas impostas pela expansão do capital no campo, trouxeram conseqüências significativas para o Cerrado como um todo.

Os impactos do setor sucroalcooleiro também ameaçam a sobrevivência das comunidades tradicionais, mudanças no seu modo de vida, em função da saída dos seus territórios de sobrevivência e de cultura. Estes camponeses estão migrando para as cidades, pois, não vêem o campo como perspectivas de vida, ou seja, eles não encontram mais sentido em permanecer em suas terras.

Surgem grandes desafios, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses fazem com que muitos perdem a esperança e abandonam o campo, porque as políticas públicas ainda não são eficientes para contemplar e atender as demandas e interesses dos trabalhadores do espaço rural.

Em suma, o campo brasileiro passa por profundas transformações em função das demandas internas e externas. O Centro-Oeste entra nessa dinâmica impulsionada com a chegada do setor sucroalcooleiro fica explícito as contradições deste projeto de desenvolvimento, que por um lado produz riqueza, mas por outro gera pobreza, conflitos nas relações sociais, disputam território com o campesinato e estabelecem outra forma de utilização dos recursos naturais.

Desarticulação da agricultura camponesa, pelo fato de proporcionar o esvaziamento do campo de forma direta ou indireta, causadas pela migração. São desafios postos para serem analisados, estudados e aprofundados.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Silveira. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7ª ed.-Rio de Janeiro Record, 2005. 473 p.

GLASS, Verena. **Impactos da cadeia produtiva da cana**. In. **Conflitos no campo Brasil 2009/ CPT**; Coordenação: Canuto, et all. – São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200p.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une Géographie Du pouvoir**. Copyright Litec, Paris, 1980.269p.

FABRINI, João Edmilson. **O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível**. In. Geografia agrária, território e desenvolvimento. SAQUET, Marcos Aurelio e SANTOS, Roseli Alves dos. (Orgs).1ª ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2010. 256p.

SANTOS, Joelma Cristina dos. **A territorialização da agroindústria canavieira e o (Re) ordenamento territorial do capital e do trabalho na microrregião geografia de presidente prudente-SP**. In. Geografia Agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro. CHELOTTI, Marcelo Cervo. et. All. (Orgs). – Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012. 304p.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Símbolos das paisagens do cerrado goiano**. In. **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidades e singularidades cultural**. GERALDA, Maria Almeida (Org). – Goiânia: ed.Vieira, 2005. 348p.

CASTILHO, Denis e CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma análise territorial do cerrado**. In. **Cerrados: perspectivas e olhares**. PELÁ, Marcia e CASTILHO, Denis. (Orgs). – Goiânia: ed. Vieira, 2010. 182p.

PETERSEN, Paulo Fabio. **A construção de uma ciência a serviço do campesinato**. In. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Petersen Paulo Fabio. (Org.)- Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

SCHMITT, Cláudia Job e TYGEL, Daniel. **Agroecologia e Economia solidária: trajetórias, confluências e desafios**. In. **Agricultura Familiar camponesa na construção do futuro**. In. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Petersen Paulo Fabio. (Org.)- Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

CHAVEIRO. Eguimar Felício. **O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas**. In. **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. (Orgs). ALMEIDA, Maria Geralda de. et. all. Goiânia: ed. Vieira, 2008. 313p.

O ESPAÇO AGRÁRIO DO CERRADO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL⁴

Ângela Maria Martins Peixoto
Universidade Federal de Goiás
angelamgeo@gmail.com

Resumo

O presente trabalho está fundamentado na análise da incorporação produtiva do Cerrado e, especificamente, do Cerrado Goiano. Assim, o objetivo consiste em analisar a espacialização desse processo de ocupação, atendo-se às suas características ao longo do século XX e início do século XXI. Para isso, adotou-se como recorte espacial o município de Ipameri, localizado na Microrregião de Catalão, sendo a metodologia pautada em coletas de dados de fonte secundária, por meio de revisão bibliográfica, e de fonte primária a partir de uma pesquisa de campo, com aplicação de roteiros de entrevistas com representantes dos produtores camponeses, do poder público local e da indústria de biodiesel. Por conseguinte, foi possível identificar a implementação de dois programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Enquanto o PAA tem garantido a inserção comercial dos produtores camponeses, contribuindo para a sua permanência no espaço rural, o caráter de atuação do PNPB não tem correspondido às suas orientações oficiais, pois verifica-se a subordinação da produção camponesa ao capital agroindustrial. Nesse sentido, cabe analisar o atual processo de apropriação do Cerrado goiano e suas implicações para os sujeitos em atuação e transformações no território.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Cerrado. Produção camponesa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versará sobre o processo de incorporação produtiva das áreas de Cerrado, denominado como a modernização da agricultura. Nesse sentido, o objetivo consiste em analisar a espacialização desse processo de ocupação no Cerrado goiano, destacando suas características e particularidades, além das suas consequências para o espaço agrário e seus sujeitos. Para isso, adotou-se como recorte espacial da pesquisa o município de Ipameri, localizado na microrregião de Catalão.

⁴ O presente trabalho é resultado de uma pesquisa monográfica desenvolvida durante o ano de 2013 sob a orientação do Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira para a conclusão do curso de licenciatura em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais/IESA da Universidade Federal de Goiás.

Assim, os procedimentos metodológicos consistiram primeiramente na realização de uma revisão bibliográfica do tema proposto. Paralelamente, foi realizado um levantamento de dados de fonte secundária junto as seguintes instituições e órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no âmbito dos Censos Agropecuários, Censos Demográficos, Produção Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). E, por fim, coleta de dados de fonte primária por meio de uma pesquisa de campo em Ipameri-GO, a partir da realização de entrevistas com representantes de duas associações de produtores camponeses do município, do poder público local e da empresa de biodiesel.

O texto está estruturado em duas partes, além das considerações finais. Na primeira parte apresenta-se como ocorreu a ocupação do Cerrado ao longo do século XX e a sua inserção definitiva no cenário produtivo nacional na segunda metade desse século. Na segunda parte, busca-se delinear o atual panorama de apropriação das áreas do Cerrado, especialmente em Ipameri, partindo da análise de políticas públicas de desenvolvimento rural criadas no início do século XXI.

A INCORPORAÇÃO DAS ÁREAS DE CERRADO NO CENÁRIO PRODUTIVO NACIONAL

Pensar a dinâmica produtiva das áreas de Cerrado da região Centro-Oeste na atualidade requer a retomada do processo histórico de sua incorporação pelo capital agroindustrial, uma vez que sua importância econômica em âmbito nacional somente foi conquistada ao longo do tempo, especialmente a partir da década de 1970 por meio de uma intensa ocupação.

Cabe ressaltar que a consolidação de práticas agropecuárias na região Centro-Oeste ocorreu desde a primeira metade do século XX, como resultado de uma política governamental de incentivo a ocupação de tais áreas. Neste sentido, Hespanhol (2000) destaca que

na década de 1930, além de incentivar o desenvolvimento do setor industrial e estimular a diversificação da produção agrícola, o Governo Vargas procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país, através da chamada “Marcha para o Oeste”, proclamada em 1938, que tinha por objetivo ocupar e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país. (HESPANHOL, 2000, p.9)

Assim, à medida que o desenvolvimento industrial foi impulsionado no sudeste do país, tem início o desenvolvimento agrícola na região Centro-Oeste, visando atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas da porção que estava passando por esse processo de industrialização, pois “[...] a região Centro-Oeste e, portanto, o estado de Goiás passam a integrar a nova dinâmica capitalista do país, como uma região capaz de contribuir, por meio do fornecimento de bens primários, para a consolidação do capital industrial.” (BEZERRA; CLEPS JR. 2004, p. 31).

Entretanto, mesmo com a existência desse incentivo governamental de ocupação do Brasil central, até a década de 1970 o Cerrado goiano era representado por uma imagem negativa,

sendo identificado como “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”; “floresta de cabeça para baixo”; “espaço opaco e vazio” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.15). Tal representação é decorrente das próprias características da vegetação e do solo desse bioma, composta por árvores de galhos retorcidos, de casca grossa e folhas ásperas, além de um solo ácido e inóspito para a agricultura.

Porém, é a partir da década de 1970 que esse bioma passa a ser observado por outra perspectiva. Em função de uma profunda alteração na dinâmica do padrão produtivo agrícola, denominada Revolução Verde, durante a década de 1960, adota-se um sistema pautado na adição de insumos químicos, no melhoramento genético e na mecanização. São esses elementos combinados que promoveram o aumento da produtividade, como consequência de uma maior utilização das terras. Sendo assim, ocorreu um uso intensivo do solo caracterizado pela presença da monocultura e da irrigação, pois conforme Graziano da Silva (1998, p. 17) “o crescimento com base no aumento das áreas cultivadas perdurou até o final da década de 60”.

É nesse sentido que as áreas de Cerrado passaram a ser alvo de estudos detalhados, resultando na correção dos solos ácidos, por exemplo. De acordo com Inocêncio (2010, p. 80), o desenvolvimento da pesquisa agrícola, sobretudo pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), promoveu o Cerrado a uma importante área de expansão da agropecuária nacional, sendo que os “investimentos direcionaram-se às inovações tecnológicas, bioquímicas, técnicas de manejo do solo e adaptações de cultivos às condições agroecológicas do Cerrado”. Logo, associando-se as mudanças proporcionadas por essa revolução da agricultura moderna com as características geomorfológicas e climáticas do Cerrado concretiza-se a instalação de intensas práticas agrícolas nesta região.

Dessa feita, o Cerrado adquire uma nova conotação totalmente diferente daquelas denominações depreciativas citadas anteriormente. Ou seja, surge uma imagem positiva para as áreas de Cerrado, ressaltada por Chaveiro; Barreira (2010, p. 15) nos termos: “celeiro do Brasil” ou “caixa d’água do planeta”.

É importante ressaltar que no contexto das transformações que resultaram na modernização da agricultura há um consenso entre os diversos autores que tratam do tema (Graziano da Silva, 1998; Delgado, 2001; Gonçalves, 2008; Inocêncio, 2010) de que o elemento norteador do processo de incorporação produtiva das áreas de Cerrado é representado pelo papel do Estado.

Para Graziano da Silva (1998), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965 configurou-se como o mecanismo que garantiu uma modernização quase compulsória da base técnica da agropecuária brasileira. Sendo que a política de crédito rural é o carro-chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 1970. Uma característica peculiar dessa política é que até 1979 tinha como destinação específica a aquisição de insumos químicos, sementes selecionadas e demais investimentos rurais.

Delgado (2001, p.43) também aponta que “como se sabe o instrumento fundamental da política agrícola brasileira na década de 1970 foi a política de crédito rural subsidiado.”. E quanto ao estado de Goiás, Gonçalves (2008, p.27) acrescenta que “não se pôde deixar de lado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no período de 1970 a 1990, visto que seus recursos foram decisivos para o processo de modernização conservadora do campo brasileiro e, especialmente, na modernização conservadora goiana.”.

Outro ponto comum de tais análises é referente ao caráter excludente do crédito rural, uma vez que priorizou o atendimento aos interesses dos grandes produtores rurais. Assim, Pires

(2000, p.116) salienta que “as linhas de crédito implantadas pelo governo estavam atreladas à compra de insumos modernos, ampliando a dependência do setor produtivo agrícola ao setor produtor de insumos.” Além disso, o autor também acrescenta que “durante esse período as grandes fazendas eram consideradas mais adequadas à modernização que as pequenas propriedades e, por isso, contavam com privilégios creditícios.”

É a partir da atuação estatal que são formulados programas direcionados exclusivamente para o desenvolvimento das áreas de fronteira agrícola, a exemplo do POLOCENTRO e do PRODECER, que foram criados no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, durante o regime militar.

O POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial. (BEZERRA; CLEPS JR., 2004).

De acordo com Pires (2000, p. 120), este programa iria incorporar “mais de 3 milhões de ha – 1,2 milhão de ha com a pecuária, 1,8 milhão de ha em lavouras e 0,7 milhão de ha em reflorestamento.” Para isso, “os recursos gastos somaram cerca de 860 milhões de dólares, distribuídos para os setores de transporte, pesquisa e agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural.” Assim, o autor apresenta que o programa pretendia promover a difusão de tecnologias adequadas às condições edáficas do Cerrado, estimulando os produtores rurais a adotarem essas inovações para aperfeiçoar os resultados produtivos nas suas propriedades.

O “POLOCENTRO foi projetado para um período de 10 anos, porém foi desativado no início da década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos.” (INOCÊNCIO, 2010, p. 73). E, mesmo assim, foi relevante para o processo de territorialização do capital no campo e para a transformação da estrutura produtiva no Cerrado.

Portanto, nesse contexto foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) como resultado de uma parceria público-privada entre o Brasil e o Japão com o objetivo de fornecer *commodities* para o mercado japonês, contribuindo para a desativação do programa POLOCENTRO, que já apresentava resultados inexpressivos. Assim, o PRODECER

é um projeto de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão, específico, de grande porte, e que cumpriu três papéis importantes no processo de territorialização do capital no Cerrado. Primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial. (INOCÊNCIO, 2010, p. 86).

Além disso, os agricultores favorecidos eram selecionados por meio de cooperativas credenciadas, e para isso considerava-se a sua aptidão para desenvolver a agricultura nas áreas

de cerrado, sendo que “tratou-se de um programa voltado à constituição de fazendas de médio porte (entre 250 a 500 ha), destinadas principalmente à produção de grãos.” (BEZERRA; CLEPS JR., 2004, p. 42-43).

Desse modo, cabe assinalar a premissa apresentada por Inocêncio (2010) de que o PRODECER constitui-se tanto como uma política de ordenamento territorial quanto uma política de Estado para ocupação do Cerrado. De fato, o desenvolvimento da agricultura em áreas de fronteira agrícola tem esses dois fatores imbricados, porque teve início em função dos interesses estatais para a dinamização da produção, resultando no desenvolvimento territorial.

Com efeito, a transformação do Cerrado deve ser entendida como uma das estratégias globais do capital, tal como salienta Inocêncio (2010), pois esse bioma foi transformado numa mercadoria internacional, em virtude de alguns fatores relevantes, são eles: fatores naturais – relevo plano a ondulado com solos profundos, boas condições climáticas, recursos hídricos abundantes, vastidão de terras; fatores econômicos – tamanho do alqueire goiano, o preço das terras e da mão de obra; e fatores financeiros – os subsídios governamentais.

Para além da localização estratégica do Cerrado como fator determinante para sua intensa ocupação e exploração, apresenta-se esta área como “célula estratégia da expansão do capitalismo brasileiro e de sua consolidação.” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.25). Neste sentido, um estudo realizado pelo IBASE (1986) sintetiza que

a ideia de que a “vocação” natural da região era a de desenvolver uma agricultura de exportação nos moldes da empresa capitalista, foi difundida, propalada, financiada e articulada, obviamente, sem nenhuma consulta às populações locais acerca das outras possíveis “vocações” que a região poderia ter. A definição da “vocação” surge como algo natural, do direito divino e, portanto, inquestionável. Mas, cada vez fica mais claro que a redefinição dessa “vocação” da região é parte integrantes de uma estratégia mais ampla de redivisão regional do trabalho, onde cabe aos cerrados o papel de servir de ponte a uma maior internacionalização da produção agrícola e agroindustrial do país. (IBASE, 1986, p. 14).

Assim, é a partir desse Cerrado agora dito modernizado que ocorreram mudanças na paisagem antes desvalorizada. Segundo Pelá; Mendonça (2010, p.62), essas mudanças tornaram o Cerrado produtivo e lucrativo, provocando alterações significativas na configuração socioespacial dos territórios, surgindo monoculturas e agroindústrias. Ainda de acordo com esses autores, os incrementos técnicos científicos aplicados nesses solos transformaram essas terras em “um ‘paraíso’ para a implantação do agronegócio”.

Para exemplificar tais características produtivas das áreas de Cerrado, cabe apontar o município de Ipameri que apresenta relevante participação na produção de grãos no âmbito da Microrregião de Catalão, uma vez que na década de 1980 foi inserido no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), explicitado anteriormente. Portanto, os produtos cultivados e os resultados alcançados são decorrentes do processo de modernização da agricultura.

Conseqüentemente, esse aspecto torna-se importante para justificar a tradição agrícola desse município com ênfase na produção de soja, pois

a principal cultura introduzida pelo PRODECER foi a soja e a sua inserção se deve às mudanças na base técnica da agricultura nacional, sendo considerada a precursora das diversas inovações dos sistemas de produção e processamento de produtos agropecuários no país. A evolução de seu consumo e produção relaciona-se às grandes transformações da agricultura ao final do século XX e à incorporação de novas áreas no Cerrado, substituindo os espaços antes ocupados com outros produtos de subsistência. (INOCÊNCIO, 2010, p.189).

De fato a Revolução Verde proporcionou um aumento dos índices de produtividade agropecuária do município de Ipameri e do estado de Goiás, a partir da inserção das áreas de Cerrado no circuito produtivo nacional, especialmente por meio do cultivo de *commodities*, como a soja. Porém, tais mudanças foram direcionadas para as grandes propriedades rurais, enquanto as pequenas propriedades ficaram a mercê desse processo. Dessa forma, conforme assevera Mendonça (2004),

a moderna agricultura é a expressão mais visível da materialização do capital através das grandes empresas de fertilizantes e insumos, das revendedoras de máquinas e implementos agrícolas e dos equipamentos técnicos, territorializados nas áreas de Cerrado, precisamente nas chapadas – empresas rurais – onde a produção e a produtividade aparecem como resultado do capital e quase nunca do trabalho. (MENDONÇA, 2004, p.43).

Nesse contexto ganham notoriedade, a partir da primeira década dos anos 2000, os programas governamentais dotados, oficialmente, de uma nova perspectiva de atuação das políticas públicas: a adoção de uma abordagem territorial, visando superar o viés produtivista e setorial que perpassou todo o processo de modernização agrícola. Dessa forma, buscar-se-á no próximo item apresentar, exemplificar e analisar como tem ocorrido a implementação desses programas nas áreas de Cerrado.

O CERRADO NO SÉCULO XXI E OS NOVOS PROGRAMAS EM ATUAÇÃO: O EXEMPLO DO PAA E DO PNPB NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO

Na primeira década do século XXI, o caráter concentrador da distribuição das terras continua sendo uma característica marcante no espaço agrário brasileiro assim como no estado de Goiás, haja vista que as transformações promovidas pela modernização da agricultura ficaram circunscritas à base técnica – tendo como objetivo melhorar a produção e, sobretudo, incentivar o cultivo de *commodities* para exportação, ou seja, ficaram restritas ao setor agrícola, desconsiderando e aprofundando a questão agrária.

Historicamente, a existência de políticas agrícolas esteve sempre vinculada aos setores mais importantes da economia, pois conforme salienta Hespanhol (1997, p.39) “no período pré 1950 não havia, propriamente, uma política agrícola global, mas sim políticas específicas que atendiam aos interesses dos segmentos mais importantes da economia agrária, tais como o açucareiro, o cafeeiro e o cacauero”.

Esse caráter produtivista perdurou ao longo do processo de modernização agrícola, destacando-se para as áreas de Cerrado a criação do POLOCENTRO e do PRODECER, como foi destacado. Entretanto, Wanderley (2004, p.55) enfatiza que esse processo não ocorreu de

forma homogênea e, assim, cabe questionar “em que grau a força transformadora dos novos processos se impõe e qual a sua capacidade efetiva para atingir os microespaços rurais e provocar mudanças nos processos sociais agrários.”

Logo, é importante destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, como resultado da pressão dos movimentos sociais na luta por direitos quanto às políticas governamentais. Consequentemente, o PRONAF é considerado um marco no que se refere à elaboração de políticas públicas voltadas aos produtores camponeses, pois conforme destaca Veloso (2011), a criação desse programa reconhece a legitimidade da produção com base familiar.

Nesse sentido, vale apontar a proposta de mudança do caráter setorial das políticas públicas no âmbito do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), buscando-se promover o desenvolvimento territorial rural e, que intenta se consolidar na primeira década do século XXI a partir de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

No que tange ao PAA, esse programa foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e está inserido no Programa Fome Zero. De acordo com esse artigo a finalidade do programa é “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.” (BRASIL, 2003)

Dessa forma, o PAA tem se destacado como uma alternativa para a inserção comercial dos produtores camponeses, ao garantir a comercialização dos produtos por meio de uma negociação direta com o governo federal junto a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de promover a segurança alimentar a partir do repasse dos alimentos para pessoas desprovidas desses recursos cotidianamente e que são atendidas pelo programa Fome Zero. Portanto, “o Programa se torna um fortalecedor do mercado interno, melhora a dieta das famílias e garante a demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar.” (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p.173).

Por outro lado, o PNPB foi criado em 2004 no contexto de uma conjuntura internacional de estímulo ao uso de fontes de energia renováveis. Assim, o PNPB é apresentado como uma ação estratégica e prioritária para o Brasil, para viabilizar a produção e uso do biodiesel no país, “com foco na competitividade, na qualidade do biocombustível produzido [...], na diversificação das matérias primas, no fortalecimento das potencialidades regionais para produção, e, prioritariamente, na inclusão social de agricultores familiares.” (BRASIL, S/D, p. 6).

Oficialmente, as informações disponibilizadas na Cartilha do PNPB (S/D) ressaltam que o programa objetiva garantir a inclusão social e a geração de renda entre os agricultores familiares, e para isso a sua operacionalização é realizada a partir do Selo Combustível Social, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que garante benefícios significativos – como, por exemplo, acesso a melhores condições de financiamento e participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões da Agência Nacional Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – para as empresas produtores de biodiesel que obtêm matéria-prima de origem familiar.

Entretanto, essa forma de atuação do programa tem sido amplamente criticada, uma vez que políticas como o PNPB continuam tendo um caráter setorial, sendo que “uma das consequências do biodiesel para os agricultores camponeses será a sujeição à lógica das empresas de biocombustíveis.” (LOCATEL; AZEVEDO, 2008, p. 18).

Nessa perspectiva, cabe pensar a implementação desses programas em uma determinada realidade para analisar suas características e consequências efetivas para os produtores

camponeses. Assim, apresenta-se aqui o município de Ipameri que possui tradição agropecuária, sendo que essa atividade corresponde ao segmento de maior arrecadação no Produto Interno Bruto municipal, tal como evidencia a tabela 01. Porém, ao contrapor esses dados com a estrutura fundiária (figura 01), é possível observar um dos resultados da incorporação produtiva do Cerrado: a concentração fundiária.

Tabela 01: Produto Interno Bruto (PIB) – Ipameri/2010

Atividade	Valor (R\$)	Participação (%)
Agropecuária	419.444.000,00	60,0
Indústria	52.747.000,00	7,5
Serviços	197.538.000,00	28,2
Impostos sobre produtos líquidos	29.825.000,00	4,3
Total	699.553.000,00	100

Fonte: IBGE – Cidades (2010).
Org.: Ângela M. M. Peixoto.

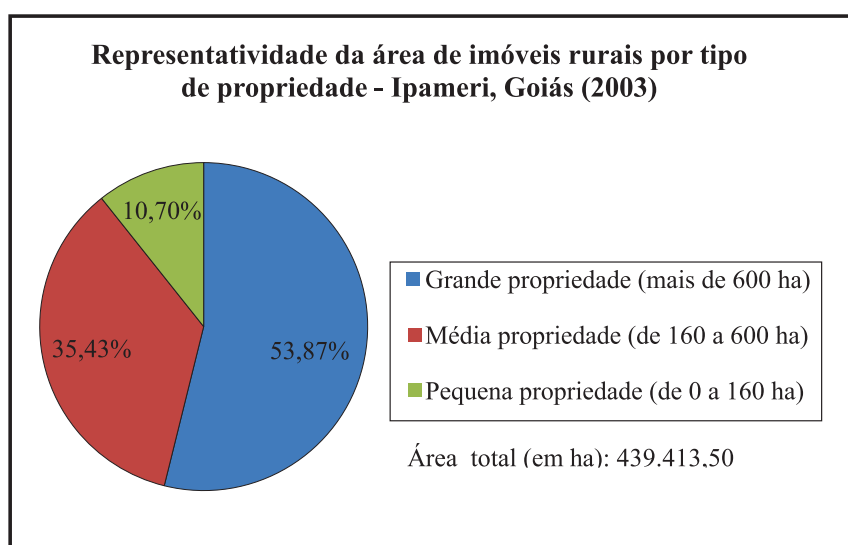
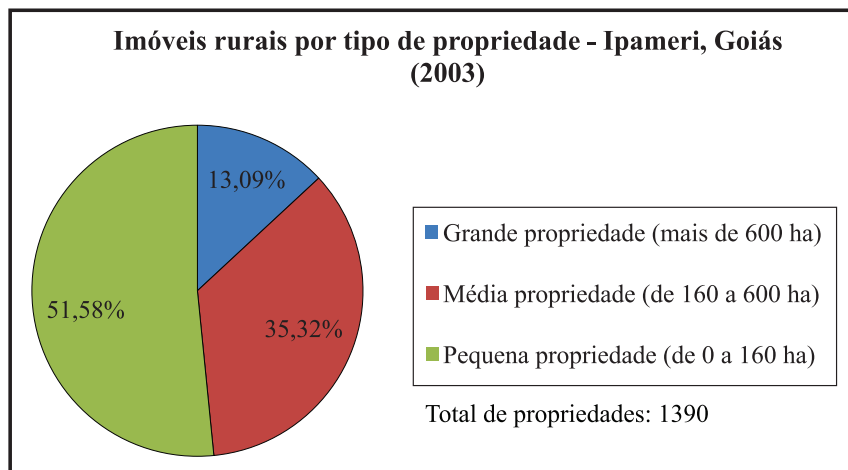


Figura 01: Estrutura fundiária do município de Ipameri-GO (2003).

Fonte: INCRA (2003) / SEGPLAN (2005).
Org.: Ângela M. M. Peixoto.

A partir desse panorama de significativa desigualdade fundiária ao comparar a quantidade de propriedades rurais e a área ocupada em hectares quanto aos três estratos de propriedades, programas como o PAA e o PNPB foram implementados recentemente no município, possibilitando verificar de que forma tem ocorrido a produção agrícola e quais elementos irão caracterizar a ocupação das suas áreas de Cerrado a partir de 2010.

No que tange ao PAA, o programa está em vigor em Ipameri desde 2010, somente na modalidade de Compra por Doação Simultânea, por intermédio das associações, sendo nesse caso a Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar (ASCRAF) e a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB).

Essas associações tiveram os seus projetos aprovados para realizar a produção de frango vivo e produtos de panificação, como pães, bolos e biscoitos, destacando-se a construção de uma padaria rural no município e que é utilizada coletivamente pelas famílias da ASCRAF e da ASPRAOB. Assim, por meio dessa prática os assentados têm garantido tanto a sua renda familiar quanto a sua permanência no espaço rural, tal como se observa no depoimento de uma assentada: “Gosto demais do meu lote, não pretendo sair daqui.”

Apesar da significativa disparidade existente na estrutura fundiária e da hegemônica ocupação das terras por grandes produtores rurais com extensas áreas de monocultura, a implantação do PAA tem permitido a reprodução socioeconômica dos produtores camponeses.

Em contraposição, os resultados do PNPB não podem ser considerados nessa mesma perspectiva. Diferentemente do PAA, esse programa não tem funcionado na prática como foi preconizado nas orientações oficiais. Primeiramente, é válido ressaltar que a empresa produtora de biodiesel, Caramuru Alimentos, foi instalada no município de Ipameri em 2010, além de realizar o armazenamento de soja desde 2003.

Atualmente, tem ocorrido um trabalho de incentivo para a produção de matéria-prima do biodiesel pelos produtores camponeses, sendo que essa agroindústria busca aumentar o cultivo de soja oferecendo assistência técnica e sementes. Porém, um aspecto fundamental consiste em verificar o real cumprimento da função do Selo Combustível Social, tendo em vista que a referida indústria de biodiesel apresenta publicamente sua conduta empresarial pautada nos moldes estabelecidos pelo PNPB, com o objetivo de realizar a inclusão social, todavia as informações oficiais do MDA mostram que não houve a renovação do Selo Combustível Social para o ano de 2013, e sua concessão foi feita em 12 de novembro de 2010.

De acordo com Fernandes, Welch e Gonçalves (2011), o subsídio que o governo oferece ao sistema industrial do agronegócio por meio do Selo Combustível Social tem contribuído para a subordinação da produção camponesa, visto que o controle do processo de produção e comercialização é do agronegócio.

Nessas condições, cabe questionar quem são os fornecedores de matéria-prima do biodiesel, uma vez que a lógica de implementação desse programa em Ipameri tem revelado elementos contraditórios, sendo que o cultivo da soja já havia se territorializado por meio da ocupação do Cerrado durante o processo de modernização da agricultura, especialmente nas grandes propriedades rurais.

Com efeito, a existência do PNPB em Ipameri tem reforçado a utilização de terras para a produção de soja visando atender a demanda de matéria-prima para o biodiesel, e as observações da pesquisa de campo evidenciam opiniões duvidosas quanto aos benefícios do programa para o produtor camponês.

Por fim, pode-se observar que a presença desses programas no município de Ipameri, nas áreas do bioma Cerrado, fornece elementos importantes para analisar as características desse processo de apropriação nas próximas décadas, considerando tanto os sujeitos sociais quanto as atividades desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se tecer algumas considerações no que tange à apropriação das áreas de Cerrado, particularmente o Cerrado Goiano. Nesse sentido, vale salientar que tal ocupação caracteriza-se enquanto um processo ao longo do século XX e, assim, deve ser analisado não somente a partir da adoção do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde na década de 1960.

Além disso, a modernização da agricultura apresenta-se como um desdobramento da expansão capitalista, ou seja, da territorialização do capital. Dessa forma, promoveu diversas consequências que reverberaram negativamente no espaço agrário brasileiro do ponto de vista da homogeneização do acesso às novas formas de produção, uma vez que foram criadas políticas públicas direcionadas exclusivamente aos grandes produtores rurais – como, por exemplo, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), priorizando-se o investimento em uma produção agrícola que pudesse atender ao mercado externo.

Por conseguinte, ao analisar uma determinada realidade, tendo como recorte empírico o município de Ipameri, é possível visualizar essas características de forma acentuada: concentração fundiária e paisagens do Cerrado com extensas áreas de monocultura da soja. Logo, ao ultrapassar uma abordagem meramente produtivista, tal como o POLOCENTRO e o PRODECER, programas como o PAA e o PNPB apresentam especificidades quanto a sua implementação. Nesse caso, enquanto o primeiro tem alcançado os objetivos propostos, o segundo apresenta problemas quanto a sua operacionalização. Assim, faz-se necessário ter uma avaliação criteriosa dos seus resultados para questionar o atual caráter dessas políticas no âmbito do desenvolvimento rural.

Com efeito, pensar a dinâmica de atividades desenvolvidas no Cerrado no início do século XXI representa um exercício para delinear esse panorama de ocupação de forma crítica ao considerar tanto a transformação desse território quanto os sujeitos atuantes nessas áreas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. S/D. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/arquivos-2011/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JR, João. O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. In: **Caminhos de**

Geografia. p.29-49, Jun/2004. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/t17.pdf>> Acesso em: 04 maio 2012.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (org.) **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas de Agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial. In: **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 1, n.1, p. 21-43, 2011. ISSN 2236-1367. Disponível em:< <http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/publicacoes/index.php?journal=espacoaberto&page=article&op=view&path%5B%5D=3> >. Acesso em: 02 jun. 2013.

GOIÁS, SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Perfil Socioeconômico - Ipameri**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/perfil_bde.asp?vprint=1&munic=112&ASP=5>. Acesso em: 16 maio 2013.

GONÇALES, Claudedir. **As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no sul goiano: 1970-2005**. 2008. 245f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 211p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Revista Faz Ciência**.v.1, n.1, p.38-49: Faculdade de Francisco Beltrão, 1997. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7624/5614>>. Acesso em: 19 maio 2013.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 22, 2000, p. 7-26. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/nivaldo/textos-nivaldo/AGRICULTURA%20MODERNA%20-%20CENTRO%20OESTE.PDF>>. Acesso em: 01 out. 2013.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **A ocupação dos Cerrados: Uma Análise Crítica**. Jul/1986. p. 1-34.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades – Goiás, Ipameri**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=521010>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no cerrado: o PRODECER**. 2010. 272f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferreira de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469/4991>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

LOCATEL, Celso; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Desenvolvimento rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/313.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista -UNESP, Presidente Prudente, 2004.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (org.) **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131. Disponível em:<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/459/443>> Acesso em: 04 maio 2012.

VELOSO, Fernando. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Outubro, 2003. p. 42-61. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NOS ASSENTAMENTOS ROBERTO MARTINS E SÃO SALVADOR EM MINAÇU-GO, 2014.

Edson Batista da Silva
Universidade Estadual de Goiás – UnU Itapuranga
edson_bat_silva@hotmail.com

Tânia Alves Teixeira
Universidade Estadual de Goiás – UnU Minaçu
Taniaalves_29@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a intensidade do processo de modernização da agricultura nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, em Minaçu-GO. Para atingi-lo foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documental e de campo, com realização de entrevistas estruturadas, mediante formulário previamente elaborado, aplicado com os assentados. Além de caderneta de campo, para anotar as impressões das observações diretas a campo e dos diálogos informais estabelecidos com as famílias camponesas. Os resultados apontam que a modernização instalada nos assentamentos tem caráter parcial, pois a adoção do pacote tecnológico ocorreu de modo frágil. Nesse sentido, se observa a permanência da temporalidade da agricultura tradicional combinada com aquela da sua modernização. Além disso, apesar de serem formados por entidades mediadoras diferentes, não há diferenças significativas entre os assentamentos no que concerne a adoção da modernização da agricultura. Portanto, esses territórios camponeses se encontram monopolizados pelo capital, o que acarreta uma reprodução social precária dos camponeses assentados.

Palavras-chave: Modernização da agricultura, campesinato, desenvolvimento desigual.

INTRODUÇÃO

Segundo Marx e Engels (2008), a burguesia não pode existir sem revolucionar. Santos (1.996) declara que há um movimento incessante no sistema capitalista, ou uma totalidade em constante processo de totalização. Daí a afirmação marxiana: “Tudo que era sólido desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13). A modernização da agricultura, enquanto transformação capitalista do campo destruiu as relações sociais e técnicas de produções anteriores. Contudo, também trouxe a violência e a barbárie para o espaço agrário, vidas foram ceifadas e modos de vida foram eliminados.

No entanto, como o desenvolvimento do capitalismo acontece de modo desigual, combinado e contraditório, o capital instituiu suas próprias contradições. Ou seja, recria aquilo

que a sua dinâmica deveria destruir. Nesse sentido, como declara Martins (2010), o capitalismo se desenvolve pela lógica de atrasos e avanços de um mesmo processo simultâneo. Com isso, permaneceram as temporalidades não resolvidas, em que o capitalismo não apenas recria o campesinato, mas imprime um processo de modernização desigual no campo. Assentado nestes pressupostos teórico-metodológicos, a intenção desse projeto de pesquisa, desenvolvido no ano de 2013 na Universidade Estadual de Goiás, foi compreender a intensidade da modernização da agricultura que atingiu os assentamentos Roberto Martins e São Salvador, localizados no município de Minaçu. A escolha ocorreu porque as organizações mediadoras, presentes na formação deles têm posições diferentes, frente ao processo de modernização da agricultura. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), responsável pela formação do primeiro, tem uma postura atual de enfrentamento à modernização. Enquanto a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), importante na formação do segundo, tem uma política acrítica desse processo.

A metodologia adotada para atender o objetivo foi pesquisa bibliográfica, tendo em vista ter subsídios teórico-metodológicos para análises dos resultados. Também se empreendeu pesquisa documental no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para validar informações e afirmações. Assim como pesquisa de campo, em que foram realizadas vinte entrevistas estruturadas, com formulário previamente elaborado, nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, sendo que foram aplicadas dez entrevistas em cada assentamento.

Além disso, nas visitas a campo foram utilizadas a caderneta de campo e a máquina fotográfica para anotação dos diálogos informais, impressões das observações diretas a campo e realização de registros fotográficos. Na apresentação dos sujeitos pesquisados foram adotados nomes fictícios, com vistas a preservar a integridade dos mesmos. Após esses passos, os dados e informações coletados foram tabulados e evidenciados em gráficos, figuras e falas. O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item há uma breve discussão teórica do campesinato no sistema capitalista de produção e do conceito de modernização da agricultura. Já no segundo a discussão se vincula à modernização que atingiu os Assentamentos São Salvador e Roberto Martins.

1. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A PERMANÊNCIA DO CAMPESINATO COM A TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA DO CAMPO

Segundo Luxemburgo (1985), o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se desenvolver, porque é o meio não capitalista que absorve os produtos capitalistas, lhe fornece mercadorias a preços de custo, além de mão-de-obra assalariada. Oliveira (1998) afirma que na análise da modernização da agricultura brasileira, deve se levar em conta que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é desigual, contraditório e combinado. Desse modo, reproduz um espaço desigual, contraditório e combinado, ou seja, as relações assalariadas se expandem, mas não eliminam o trabalho familiar camponês. Além disso, a desigualdade espacial articula interdependências entre empresas e Estado, entre empresas e comunidades camponesas e outras ligações entre atores sociais. Como afirma Vergés (2011), a modernização

permite as empresas capitalistas explorarem o campesinato por diversos caminhos, tanto na venda de insumos, implementos agrícolas e bens de consumo, quanto pelos empréstimos e pela compra da produção.

No entanto, a tese de permanência do campesinato, com o desenvolvimento do capitalismo, não é produtora de consensos, Kautsky (1998) já declarava que o camponês tende a ser eliminado com a expansão do modo capitalista de produção, devido ao seu próprio processo de endividamento com o capital. Nesse sentido, de acordo com Oliveira (1998), se refuta essa tese, o capitalismo, mesmo com a modernização, não destrói por completo o campesinato. Isso porque, nas palavras do próprio autor: “[...] quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social (OLIVEIRA, 1998, p. 106).”

Nesse sentido, se compartilha o entendimento da corrente heterodoxa marxista, de que a modernização da agricultura não elimina por completo o campesinato, pois ele não somente reage à expropriação impetrada pela territorialização do capital, por meio da luta pela terra, como aconteceu com os camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, assim como, o capital tem a possibilidade de explorá-lo pela monopolização de seus territórios, com a consequente apropriação da renda da terra. Não obstante, quanto à modernização da agricultura no Brasil, tal como declara Graziano Silva (1981), a mesma se deu de forma conservadora, ou seja, aconteceu pela aliança das grandes corporações com os latifundiários, amparados pelo Estado, privilegiou algumas culturas agrícolas, algumas regiões e alguns produtores, principalmente os grandes e médios produtores. Nesse ínterim, até que ponto os camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador foram atingidos por esse processo? E se foram, com que intensidade a modernização penetrou em seus territórios?

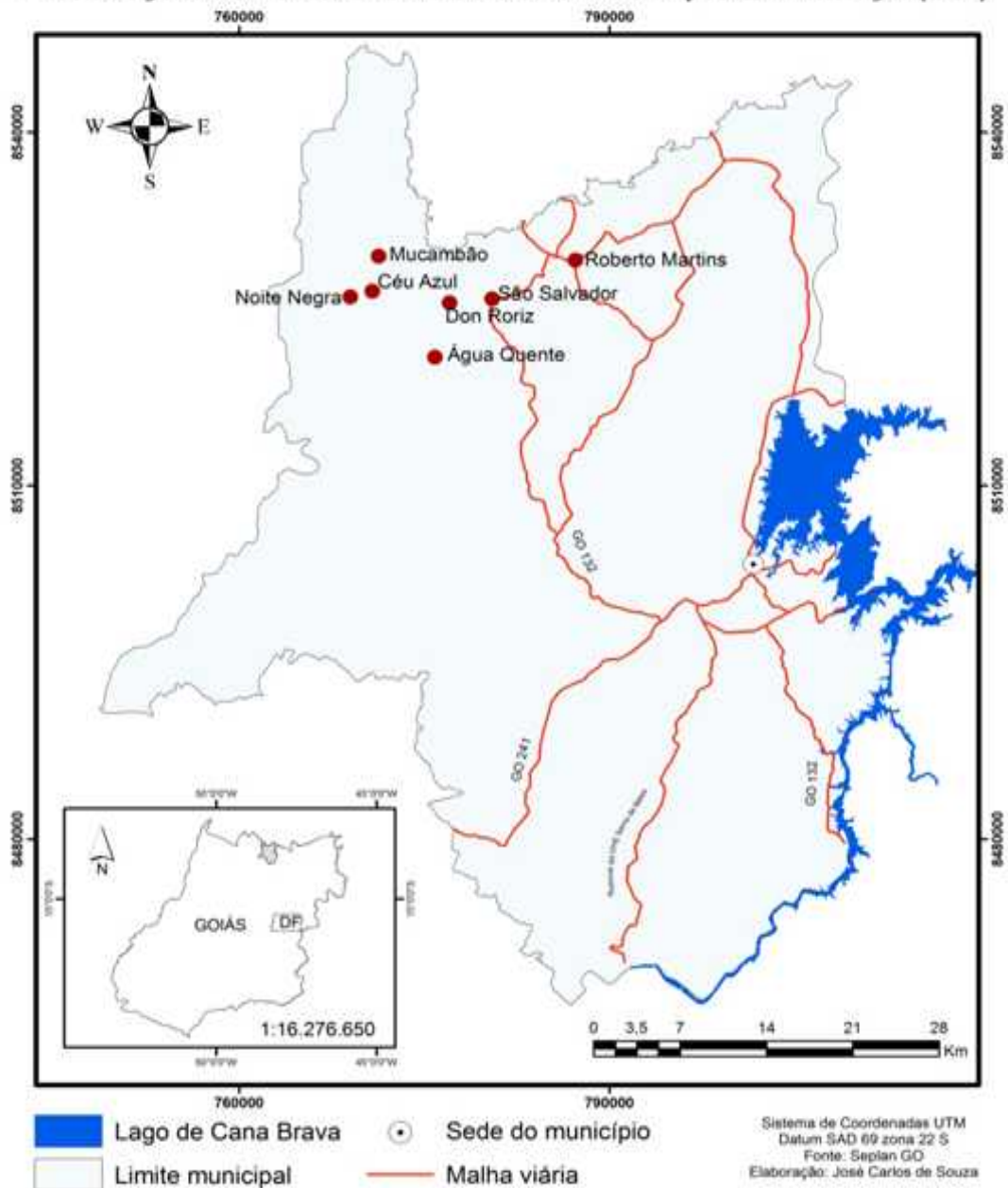
Esta problemática será objeto de preocupação do próximo item. Por hora, entende-se que o camponês é um sujeito social de dentro do capitalismo e a modernização da agricultura como a transformação capitalista do campo. Como destaca Graziano Neto (1982), a mesma institui modificações nas técnicas e nas relações sociais de trabalho, tendo em vista o aumento da produção e da produtividade do trabalho. O fato é que a modernização da agricultura não foi pensada para todos, expropriou e subordinou o campesinato, causou a destruição dos solos, o aumento do descontrole das pragas e doenças, à perda da qualidade dos alimentos. Como relata Graziano Neto (1985, p.78): “É por isso que não se pode confundir modernização com desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento é um processo de transformação socioeconômica que promove o bem estar para toda a população [...]”

2. A MODERNIZAÇÃO QUE ATINGE OS ASSENTAMENTOS EM MINAÇU

No município de Minaçu há sete assentamentos, conforme demonstra a Figura 1. Neles, segundo dados do INCRA (2103) foram 33.320,55 hectares retomados do latifúndio e 521 famílias reterritorializadas. Esses assentamentos se localizam no noroeste do município, distam cerca de 56 km do centro urbano e estão próximos aos rios Dois de Junho e Mucambão. Quanto aos camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, eles se assemelham a característica de desterrado do campesinato brasileiro.

Os assentados do primeiro assentamento vieram de municípios do Vale do São Patrício no estado de Goiás, como: Rubiataba, Itapuranga, Jaraguá e Itapaci, além de outros municípios brasileiros, como Aurora do Norte e Salvador. Já os camponeses do segundo assentamento são originários de Cavalcante, Ceres, Palmeiropolis, Uruaçu e Uberlândia. Eles anteriormente eram meeiros, agregados e arrendatários. Contudo, a modernização os expulsou de seus espaços originários e os levou a ocupar as periferias das cidades. Marginalizados e tendo de se submeter a trabalhos desumanos, veem na rebeldia contra a barbárie e violência do capital a possibilidade de conquista da terra de trabalho.

Localização dos assentamentos no Município de Minaçu (GO)



Quanto a modernização, de acordo com o gráfico 1, a maioria das famílias do Assentamento Roberto Martins a avaliam como regular, enquanto a maioria daquelas do

Assentamento São Salvador a concebem de forma positiva. A explicação para essa divergência parece se vincular a denominada ideologia modernizadora, apresentada por Graziano Neto (1982) e as diferentes posturas políticas das entidades mediadoras, presentes na formação desses assentamentos. A ideologia modernizadora pregava o atraso das práticas agrícolas tradicionais, seu discurso se renova na contemporaneidade pela ação do agronegócio. Segundo Leite; Medeiros (2012) há um esforço dos atores do agronegócio em torná-lo símbolo de produtor de divisas, dinâmico e moderno.

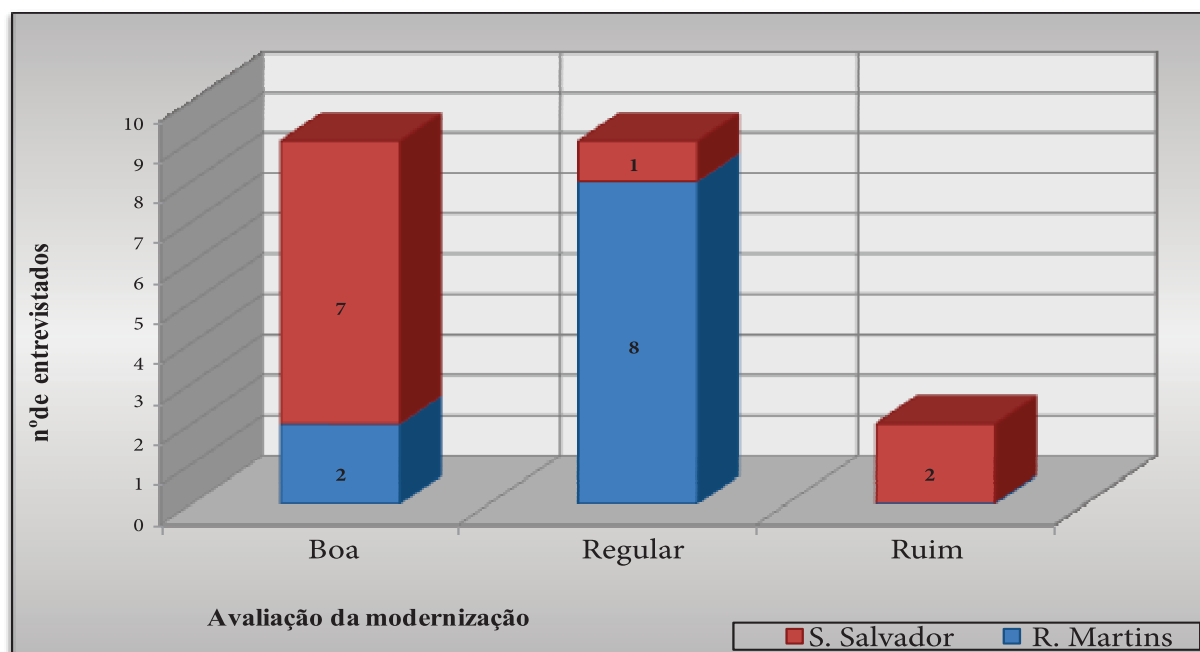


Gráfico 01 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins de Melo e São Salvador – Avaliação do processo de modernização pelos assentados entrevistados - 2014.

Fonte: Pesquisa de campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; Silva, Edson B. da.

Nesse sentido, esse discurso ideológico fortalece a positividade da modernização e escamoteia as mazelas geradas, como: destruição dos biomas, concentração da propriedade da terra e sujeição de trabalhadores a condições análogas a de escravidão. Desse modo, o agronegócio se esforça por produzir consensos sociais favoráveis à modernização capitalista do campo, o que facilita obter maiores fatias dos recursos públicos. No entanto, enfrenta a contraposição de movimentos sociais camponeses como o MST, responsável pela formação do Assentamento Roberto Martins. Já a FETAEG, filiada a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura do Brasil (CONTAG), tem uma postura política mais condescendente com a política de modernização do campo. Isso explicaria porque a maioria dos camponeses do Assentamento São Salvador a avalia de forma positiva.

Entretanto, como demonstra o gráfico 1, há uma minoria neste assentamento que percebe a negatividade da modernização, como o senhor Pedro: “É ruim, difícil para arrumar um trator, a semente é cara e o remédio também.” Como afirma Graziano Silva (1981), a modernização conservadora beneficiou o segmento dos grandes e médios produtores. Além disso, como declara Vergés (2011), a mesma viabilizou a exploração do camponês pelo capital, com a compra dos insumos no mercado. Altieri (2012) afirma que a mesma acentuou o desequilíbrio ecológico no

campo. Além disso, com as políticas de financiamento das pesquisas controladas pelas grandes corporações, os camponeses se veem submetidos a seus interesses. O senhor Francisco, residente no Assentamento São Salvador, acerca do uso de agrotóxicos, menciona: “*Não acho bom, faz mal pra saúde, mas uso porque não tem como plantar sem veneno.*”

No Assentamento Roberto Martins não há escolas, os estudantes vão para o Assentamento São Salvador, ou para o Distrito de Santo Antônio de Cana Brava. Contudo, a escola do Assentamento São Salvador possui a mesma perspectiva de educação das escolas urbanas, o que dificulta a negação à modernização conservadora, com a assimilação de alternativas contrapostas, como a da agroecologia⁵. No entanto, os assentados sequer tem acesso a determinados elementos do pacote tecnológico da modernização. No que concerne à mecanização, contam com máquinas fornecidas pela prefeitura, em que o assentado tem direito a seis horas de serviço, com a obrigação de fornecimento do óleo diesel. Mas, diante da insuficiência dessas horas se vê explorado por grandes proprietários, que fornecem as máquinas pelo valor de R\$ 75 a R\$ 100 a hora-maquina. Portanto, sem acesso a motomecanização, os assentados se submetem aos empresários rurais próximos e utilizam instrumentos técnicos simples, como os apresentados no gráfico 2.

Os dados reafirmam o espaço-tempo desigual da modernização da agricultura no Assentamento Roberto Martins e, principalmente, no Assentamento São Salvador. O manejo das culturas agrícolas e das criações animais são realizados por instrumentos que remetem ao tempo lento da agricultura tradicional. É o trotar do cavalo; a dança da foice, das enxadas e dos enxadões; o revolver o solo com o arado e a carpideira, conduzidos pela força manual dos camponeses, que permitem a realização da produção nas propriedades. Embora, o pulverizador costal remeta a presença dos agrotóxicos, elemento do tempo imperialista das corporações multinacionais. Como afirma Santos (1996), resultado do império se fazendo nos lugares.

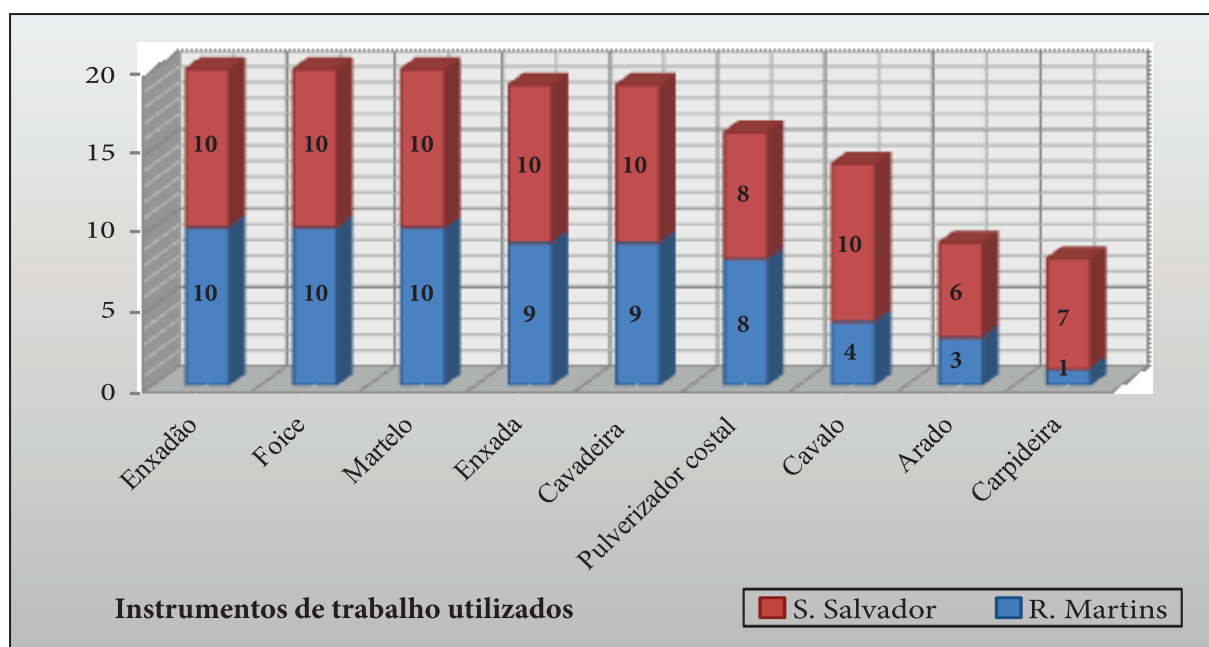


Gráfico 2 – Minaçu – Assentamento Roberto Martins e São Salvador – Instrumentos técnicos utilizados pelos assentados entrevistados - 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

⁵ Segundo Altieri (2012) a agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência se baseia na Ecologia, para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas. Para o autor, a agroecologia não deve se restringir à dimensão técnica, precisa incorporar a perspectiva social.

A subordinação do território camponês aos centros “frouxos”, dirigido pelas multinacionais, se torna mais nítido pela análise do gráfico 3. Nele se observa a gradativa perda do controle das sementes, a racionalidade da biotecnologia bioimperialista⁶ do capital se impõe sobre os assentados. Todavia, a modernização que eles têm acesso é de segunda mão, pois, ao contrário das sementes transgênicas utilizadas pelos empresários rurais, na chamada agricultura de precisão da segunda “Revolução Verde”, os assentados fazem uso, principalmente das sementes híbridas, fruto do pacote tecnológico da primeira “Revolução Verde.” Contudo, o uso das sementes de “paiol”, ou sementes crioulas, demonstra a permanência de outra racionalidade. Como declara Santos (1996) articulada por aqueles que vivem a experiência da escassez.

Na análise do gráfico 4, a monopolização do território camponês pelo capital permanece. O uso do adubo químico é predominante entre os assentados. Não obstante, o uso do adubo orgânico remete a permanência do conhecimento camponês, o uso de recursos locais servem para recomposição da fertilidade do solo. Contudo, o fortalecimento desta contra-racionalidade enfrenta a força do capital, que por meio da modernização da agricultura se territorializa pelos discursos e pelas infraestruturas. Como afirma Gonçalves (2012), o agronegócio dita o que é moderno, dinâmico, atraso e primitivo no campo. Altieri (2012), também declara que as grandes corporações controlam as pesquisas em agropecuária, pelo domínio de centros de pesquisa particulares e daqueles das universidades públicas. Além disso, os financiamentos de campanhas políticas os permitem ter *lobby* no interior do Estado, com o direcionamento da política agrícola, que possibilita a instalação de infraestruturas favoráveis a seus interesses. Portanto, há dificuldades para a instalação do diálogo de saberes, com a produção de tecnologias favoráveis ao campesinato.

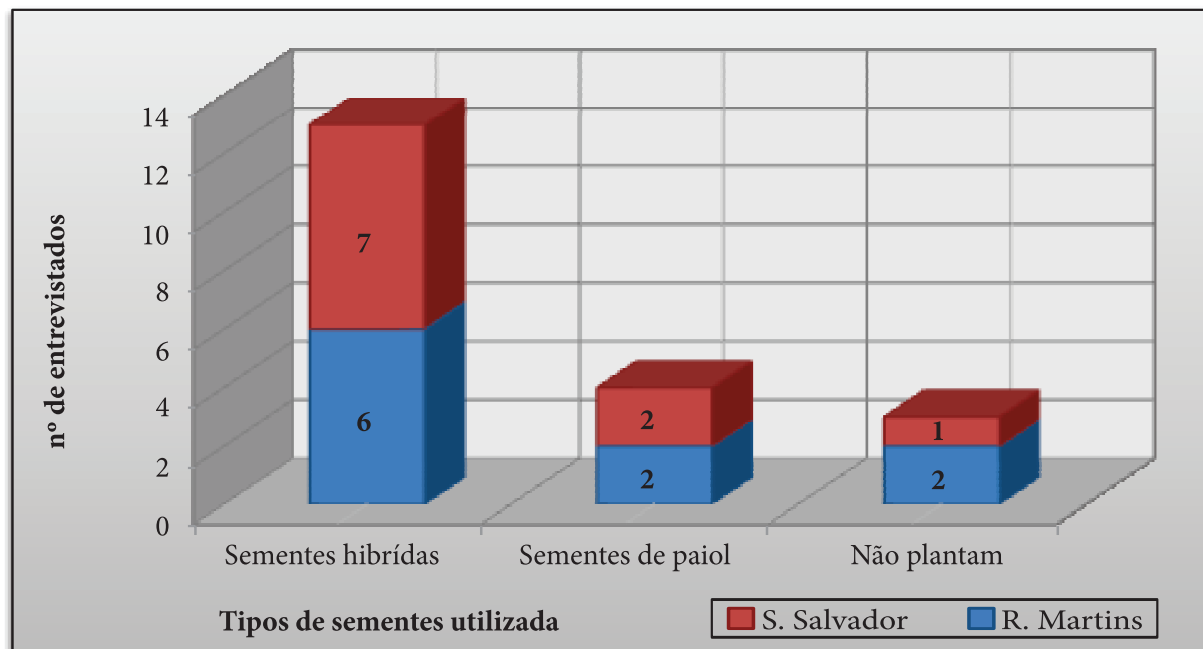


Gráfico 3 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Tipos de sementes utilizadas pelos assentados – 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

No gráfico 5, a predominância do uso de agrotóxicos nos Assentamentos Roberto

⁶ No trabalho o termo biotecnologia bioimperialista é entendido como a face política do capital financeiro-industrial, concentrado nas corporações multinacionais de biotecnologia, que tem por objetivo se apropriar/dominar as formas de produção da vida na agropecuária e, por conseguinte, criar a uniformidade genética para atender aos seus desígnios, causando a expropriação camponesa dos meios de produção.

Martins e São Salvador remete a força do agronegócio. De acordo com Martins (2012), essa aliança de classes no campo, que envolve empresários rurais, corporações multinacionais, latifundiários, amparados pelo Estado, institui a necessidade de adesão ao pacote tecnológico da “Revolução Verde” para o acesso a financiamentos. Sete famílias do Assentamento São Salvador, que tiveram acesso a financiamentos agrícolas afirmaram que lhes foram impostas a compra de agrotóxicos para a obtenção do crédito. Assim, o Estado mostra seu pacto com o capital, institui normas que beneficiam as empresas multinacionais. Além do mais, segundo Gonçalves (2012), o discurso do agronegócio articula a construção de conceitos ideológicos. Por exemplo, há o esforço de substituição do termo agrotóxico por defensivo, que remete a necessidade de se defender da natureza, com sérios prejuízos para a relação sociedade/natureza.

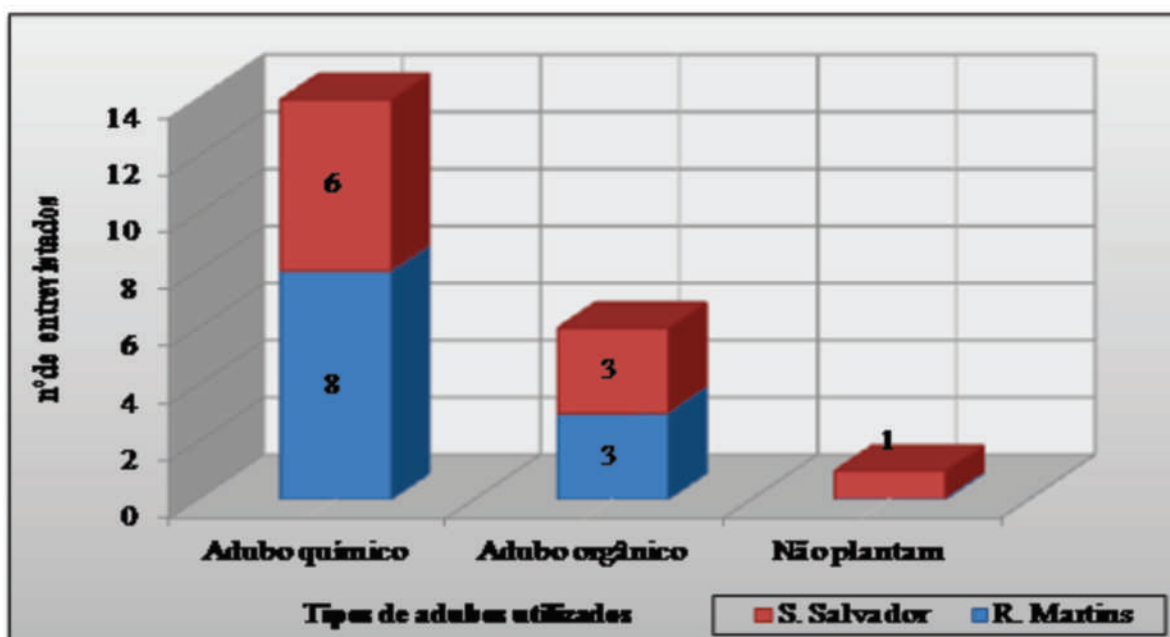


Gráfico 4 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Tipos de adubos utilizados pelos assentados entrevistados – 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Os dados do Censo Agropecuário (2006) destacam que o Brasil é o campeão no consumo de agrotóxicos no mundo, sendo o responsável por 86% do mercado consumidor da América Latina. Não obstante, em Goiás o mesmo censo aponta que de 18.756 estabelecimentos pesquisados, 10.681 utilizam na aplicação de agrotóxicos o pulverizador costal, que ampliam as possibilidades de exposição, intoxicação e envenenamento dos trabalhadores. Nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, como demonstra o gráfico 2, o pulverizador costal é o instrumento utilizado para a aplicação de venenos, o que remete ao possível envenenamento dos camponeses assentados. A modernização da agricultura, por meio do agronegócio, institui a produção cotidiana e silenciosa da morte. Mas, como a mesma atingem os dois assentamentos de forma parcial, fragilizada. As contra-racionalidades camponesas permanecem, por exemplo, no uso do manejo natural das “espécies-praga.”

Na pecuária, a sujeição do território camponês dos dois assentamentos pelas multinacionais também se acentua. Como evidencia o gráfico 6, há uma intensa utilização de produtos veterinários nas criações animais, principalmente no Assentamento São Salvador, devido a pecuarização mais intensa nele. Segundo Elhers (1996), um dos resultados da “Revolução Verde” e, por conseguinte, da modernização da agricultura foi à formulação de compostos nutricionais e medicamentos veterinários, como: rações, vacinas, carrapaticidas, dentre outros. Tendo em vista reporem deficiências nutricionais, combater “espécies-praga” e doenças que atacam os rebanhos. No entanto, Graziano Neto (1982) defende que a intensa utilização de agrotóxicos e produtos veterinários é fruto da fabricação de seres para o capital, com a conseqüente aceleração do desequilíbrio ecológico, além da ampliação do fenômeno da ressurgência, ou seja, a resistência das “espécies-praga” a medicamentos e agrotóxicos utilizados nas criações animais e culturas agrícolas.

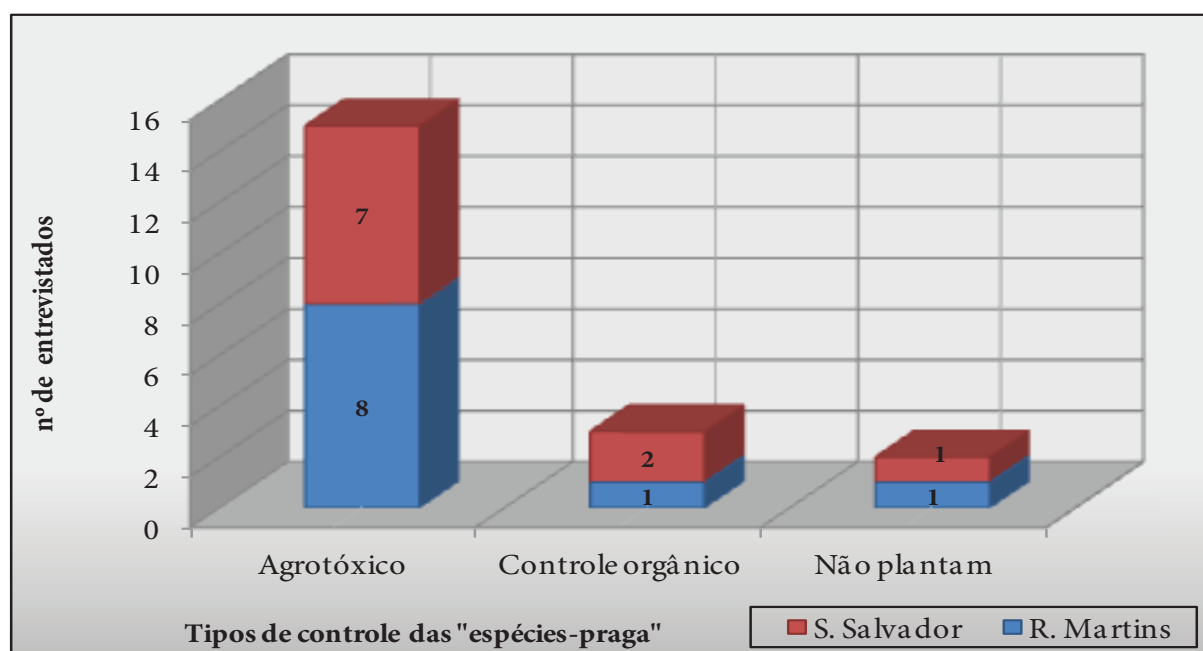


Gráfico 5 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Formas de controle das “espécies-praga” utilizadas pelos assentados entrevistados - 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Portanto, a análise do pacote tecnológico da modernização da agricultura, presente nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador demonstra uma monopolização do território camponês pelo capital financeiro/industrial. Além disso, como afirma Fernandes; Welch (2008) evidencia a posição subalterna do campesinato no agronegócio e, também a apropriação da renda da terra pelo capital. No gráfico 7 se destaca os gastos anuais das famílias com as criações animais e culturas agrícolas. Nele fica claro o que Oliveira (1998) denomina de monopolização do território camponês pelo capital. A modernização elevou o custo de produção, assim se expressa o senhor Manuel: “Hoje plantar ficou mais caro, porque tudo precisa de adubo, mecanizar e arar.”

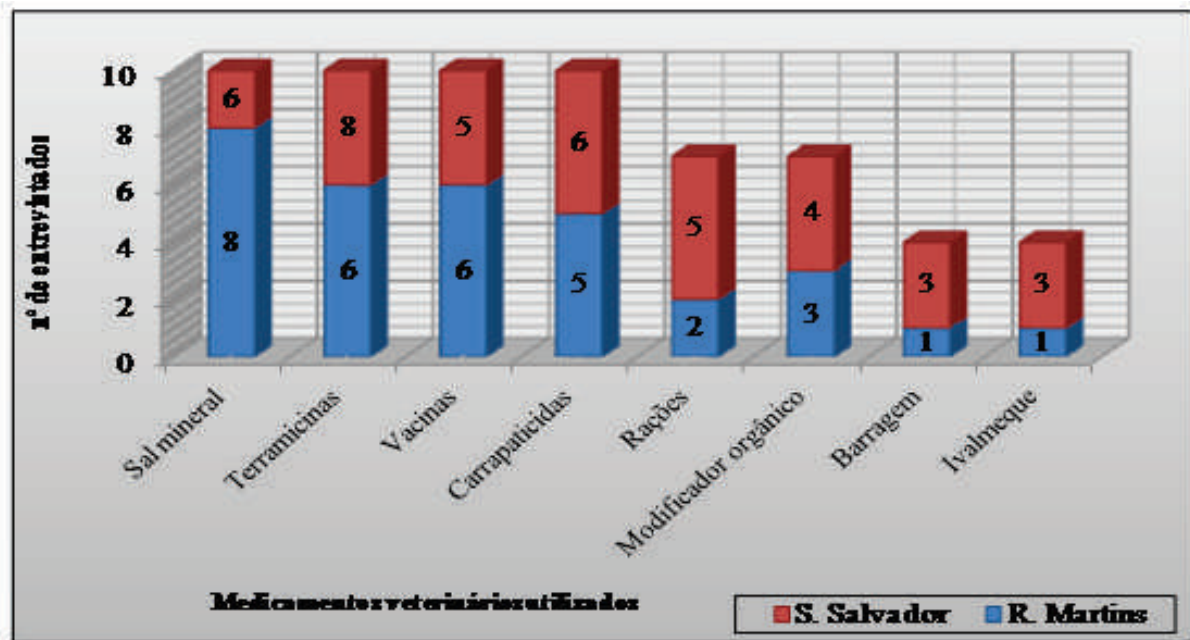


Gráfico 6 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Tipos produtos veterinários utilizados pelos assentados entrevistados - 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Associado a isso, os camponeses afirmam que as colheitas são menores. Sendo que para 80% dos assentados do Assentamento Roberto Martins e 60% do Assentamento São Salvador, hoje está mais caro produzir no campo. Segundo eles a mecanização facilitou o trabalho, contudo, o custo para a aquisição e manutenção dos maquinários é altíssimo, também o solo precisa de recomposições nutricionais constantes e o desequilíbrio ecológico amplia o número de “espécies-praga.” São inúmeras as despesas, desde a vinculada a preparação do solo, a correção do mesmo, a compra de sementes e agrotóxicos.

As dívidas adquiridas são quitadas com a aquisição de outras, principalmente junto ao capital usurário. As dificuldades de acesso aos financiamentos subsidiados submete o campesinato aos interesses do capitalista usurário. Nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador são correntes as reclamações dos camponeses, como relata o senhor Fernando, do assentamento Roberto Martins: “Falta a carta de crédito, o juro particular é alto e não tem renda para pagar, a burocracia é muito grande.” Nos dois assentamentos, os assentados entendem que a falta de financiamento é o principal entrave para a adoção completa do pacote tecnológico da modernização.

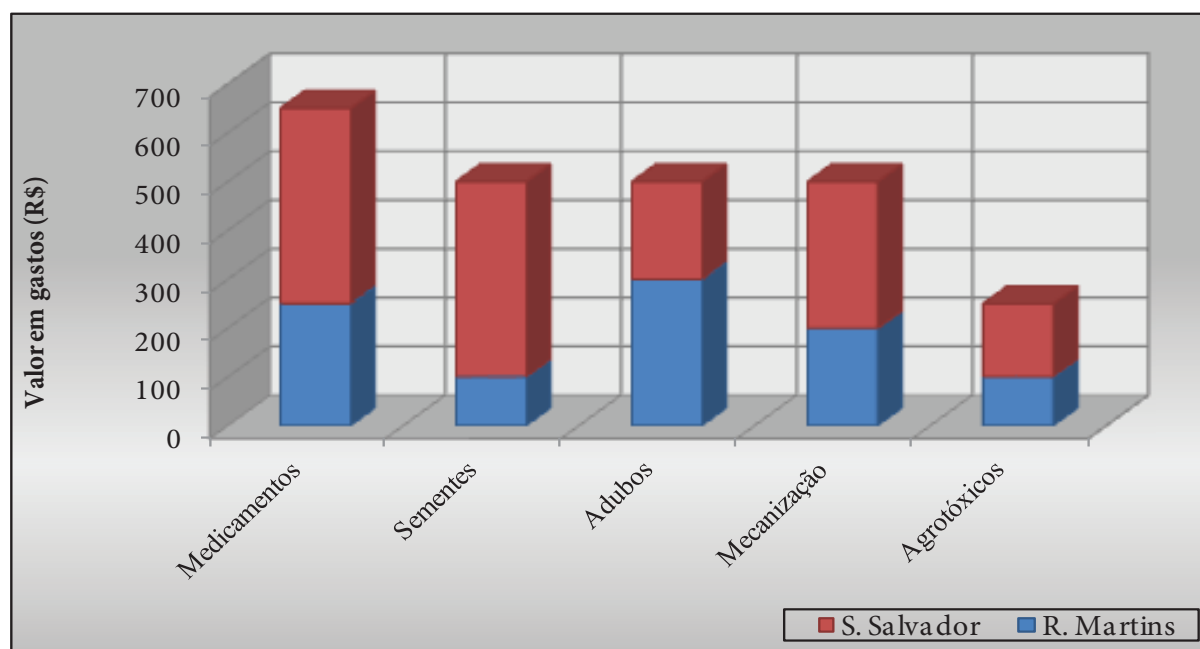


Gráfico 7 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Despesas anuais em reais, com produção agrícola e criações animais, segundo os assentados entrevistados - 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Segundo Martins (2012), o Estado pactuado com o agronegócio, disponibiliza mais créditos no setor bancário aos empresários rurais. Dentro da lógica contemporânea a intenção é garantir o saldo positivo na balança comercial com a exportação de *commodities* e, por conseguinte, assegurar reservas cambiais aos especuladores internacionais. Vergés (2011) menciona que a precariedade da política de financiamentos para a agricultura camponesa submete o campesinato aos juros abusivos do capital usurário, o que acarreta na drenagem da renda camponesa. No entanto, os camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador utilizam de práticas culturais históricas para garantir sua reprodução social precarizada. No gráfico 8 se nota a presença da policultura nesses assentamentos.

A observação do gráfico 8 evidencia a permanência nos assentamentos do cultivo de culturas agrícolas destinadas ao mercado interno, tais como: arroz, feijão, mandioca e banana, entre outras. Já o plantio de cana-de-açúcar é destinado à produção de rapaduras e na alimentação do rebanho bovino no período da estação seca. A produção de melancia, hortaliças e milho se vertem para diversos usos, como a satisfação das necessidades de autoconsumo, assim como a alimentação de criações animais, especificamente para o caso do milho. Os dados e informações comprovam a tese de Oliveira (1998), de que a agricultura camponesa é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno. Assim como a afirmação de Martins (1981), de que ao campesinato foi relegada a denominada agricultura de “pobre.” Já a foto 1 reafirma a presença da policultura nos dois assentamentos pesquisados.

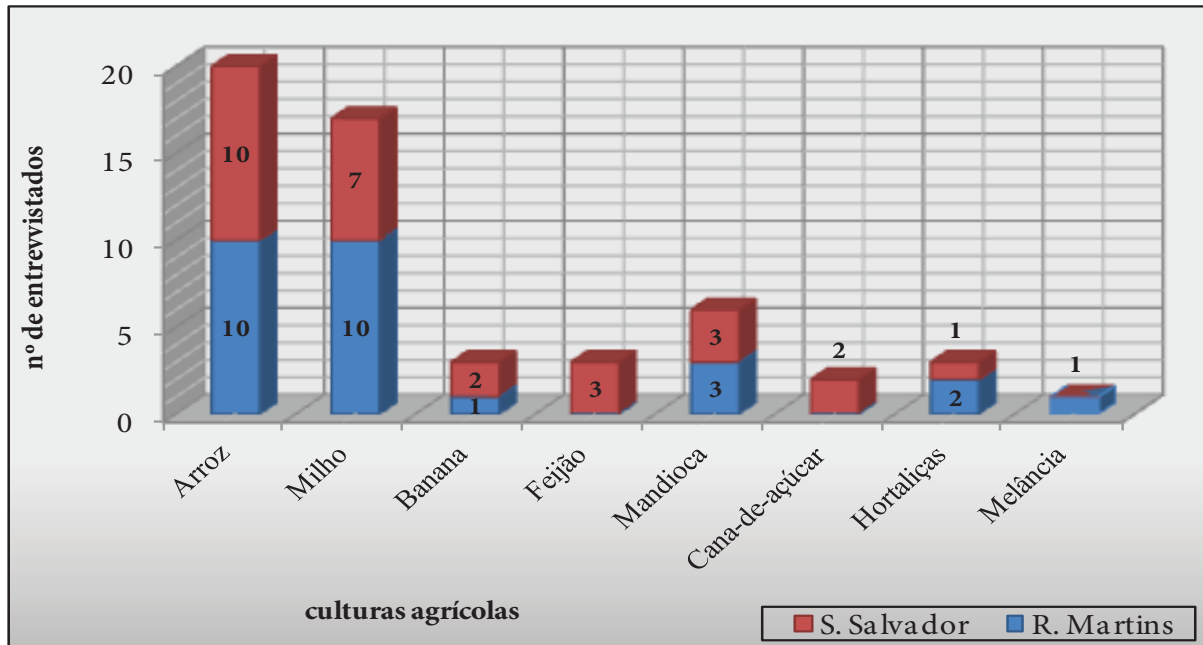


Gráfico 8 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins de Melo e São Salvador – Tipos de culturas agrícolas desenvolvidas segundo os assentados entrevistados - 2014.

Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

A observação da foto 1 demonstra a contra-racionalidade adotada pelo campesinato, tendo em vista sua reprodução social. A diversificação é parte da estratégia política desta classe social, diante da ação exploratória do capital industrial/financeiro e comercial. Nas propriedades camponesas dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, planta-se e cria-se de tudo um pouco. O milho serve para a produção de pamonha, de milho cozido e assado, além da alimentação de galináceos, bovinos e suínos. Os galináceos servem para a alimentação, para a produção de ovos e esterco. Já dos suínos tudo se aproveita, desde a carne, a banha e os resíduos, utilizados na produção de sabão caseiro. A mandioca *in natura* é utilizada na alimentação, além de se constituir em matéria-prima fundamental para a fabricação de farinha e polvilho.

A distância dos assentamentos da sede do município de Minaçu dificulta a realização da mercadoria camponesa. A subordinação aos intermediários, seja os proprietários de açougues, restaurantes e churrascarias, dentre outros causam a apropriação da renda camponesa pelo capital comercial. O acesso a programas de compras institucional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), esbarra na logística de transporte.



Foto 1 – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Culturas agrícolas e criações animais - 2014.

Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. Nov. 2013.

Os assentados enfrentam dificuldades para escoar o excedente, por não ter infraestruturas de armazenamento e transporte da produção. Segundo Portilho (2014), diante disso, o campesinato em Minaçu, no ano de 1997 solicitou ao prefeito municipal a criação de uma feira. Nesse sentido, no ano de 1999 foi criada a Feira do “Apito”, em que o poder público municipal ficou responsável por fornecer transporte da produção. A participação na Feira do “Apito” está atrelada a filiação em uma associação.

Há no município de Minaçu atualmente dezessete associações, que formam a Central das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Minaçu (CAMPEAM), sendo composta por 240 camponeses sócios. Essa organização política foi fundamental para a construção de canais de comercialização direta, importante para a venda da mercadoria camponesa em condições menos subordinadas, já que como afirma Vergés (2011), o intermediário pago ao camponês o preço de produção e quando comercializa o produto realiza o lucro médio. Na foto 2 se observa a comercialização de mercadorias camponesas na Feira do “Apito.” Não obstante, na CAMPEAM também ocorreu a formação de uma cooperativa. Segundo Portilho (2014), para a participação nela é necessário o pagamento de uma mensalidade de R\$ 500, 00 anuais e a entrega 12% de cotas partes, com a venda das mercadorias.



Foto 2 – Minaçu – Comercialização de produtos da agricultura camponesa na “Feira do Apito em Minaçu - 2014

Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. Nov. 2013

A cooperativa tornou possível a aquisição menos subordinada dos insumos e a inserção das famílias nos programas de compra institucional. Todavia, há dificuldades de participação dos assentados dos assentamentos pesquisados no PAA e PNAE. Pois, faltam meios de transporte, tanto por parte da cooperativa, quanto dos assentados, isso dificulta a comercialização com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O fato é que a modernização da agricultura, que atingiu os Assentamentos Roberto Martins e São Salvador tem característica parcial. Na foto 3 se retrata a prática agrícola típica da agricultura tradicional no Assentamento São Salvador, com a denominada roça de “toco.”

No entanto, além da característica parcial da modernização da agricultura no interior dos assentamentos pesquisados, com a permanência de elementos da agricultura tradicional, como: trabalho manual, roça de “toco”, utilização de instrumentos técnicos simples, das sementes crioulas, dos adubos orgânicos e da prática da policultura, entre outros. Associado ao domínio parcial do pacote tecnológico da modernização, com a aquisição precária das sementes, agrotóxicos, adubos químicos e da motomecanização. A observação dos espaços limítrofes aos assentamentos pesquisados demonstra o caráter desigual, combinado e contraditório da modernização.



Foto 3 – Assentamento São Salvador - Prática de “roça de toco” para o cultivo do milho e gueiroba -2014.

Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. Nov. 2013.

Na foto 4 é apresentada a plantação de soja, realizada na Fazenda Colorado, limítrofe ao Assentamento Roberto Martins. Nesta grande propriedade o trabalho é desenvolvido com o uso de máquinas agrícolas de última geração e adoção de todo o pacote tecnológico da segunda “Revolução Verde.” A modernização reproduz o espaço desigual, porque não atinge de forma homogênea todos os espaços e classes sociais.



Foto 4 – Minaçu - Plantação de soja na Fazenda Colorado, limítrofe ao Assentamento Roberto Martins -2014.

Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. Nov. 2013.

Além disso, se dá de forma combinada, pois atende os interesses dos empresários rurais, do Estado e, principalmente, das grandes corporações multinacionais. Associado ao fato de que os assentados tornam-se mão-de-obra barata para os empresários rurais. No assentamento Roberto Martins de Melo muitos camponeses assentados trabalham de forma assalariada na Fazenda Colorado. Neste caso o assentamento se transforma em viveiro de mão-de-obra barata. Com isso, a modernização da agricultura produz sua própria contradição, ao mesmo tempo em que proporciona a reprodução precarizada do campesinato, por conseguinte, o submete a proletarianização, condição que o camponês havia negado e, desse modo, cria as condições para a superação do capitalismo. Portanto, a modernização seletiva, excludente e exploratória mostra seus limites como modelo de produção agropecuária para o campesinato. Os camponeses não conseguem competir com os empresários rurais, devido à escala de produção e a competição internacional da produção agropecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam que a modernização da agricultura atingiu os Assentamentos Roberto Martins e São Salvador. Contudo, a análise do pacote característico dela, demonstra que ocorreu uma modernização parcial. Há nos assentamentos a utilização tanto de sementes híbridas, agrotóxicos, adubos químicos e motomecanização, quanto das sementes crioulas, controle natural das “espécies-praga”, adubos orgânicos, assim como do arado e da carpideira. Além disso, os elementos da modernização que atingem os assentamentos são, principalmente de segunda mão, ou seja, resultado da primeira “Revolução Verde.” Estes espaços, quando comparados aos espaços limítrofes, como a Fazenda Colorado, reafirma o caráter desigual, combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo.

A realização da modernização nos dois assentamentos, não apresentou diferenças significativas. Nesse sentido, a postura política do MST na década de 2000, de enfrentamento do agronegócio, ao menos no Assentamento Roberto Martins, não representou em mudanças representativas, quanto à negação ao pacote tecnológico modernizante. As famílias, tal como aquelas do Assentamento São Salvador o tem adotado. Entretanto, a despeito de projetos políticos contrapostos, é preciso considerar os limites enfrentados pelos movimentos sociais, para a territorialização de projetos alternativos. As reticências do Estado, de fortalecer projetos contrapostos ao do agronegócio, colocam serias dificuldades para os anseios dos movimentos sociais.

Portanto, os resultados evidenciam a perda de autonomia do campesinato, com a penetração do capitalismo industrial/financeiro e comercial nas propriedades camponesas. Por esse meio o capital se apropria da renda da terra, o que resulta na reprodução social precária das famílias assentadas. Há uma monopolização desses territórios pelo capital, ou seja, uma recriação do camponês articulada às necessidades de reprodução ampliada do capital. Isso reafirma a importância da luta não somente pela terra, mas contra o capital.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2.006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 Abr. 2013. 775 p.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável** (origens, perspectivas de um novo paradigma). São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e**

Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 45-69 p.

GONÇALVES, Carlos W.P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

GRAZIANO NETO, José. **Questão Agrária e Ecológica** (crítica da moderna agricultura). São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GRAZIANO SILVA, José. **A modernização dolorosa** (estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação.** 2012. P. 01-316. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In:* ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 79-85 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MARTINS, Adalberto. A Agroecologia na Estratégia do MST como Parte da Contraposição ao Agronegócio. *In:* **Seminário da região Sul sobre a Agroecologia.** Porto Alegre: Setembro de 2012. 10 p.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Contexto, 2010. 193-194 p.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 1998. 63-110 p.

PORTILHO, Solange Cordeiro dos Santos. **A Feira do Apito como espaço de encontro e troca das relações camponesas de produção.** UEG: Minaçu, 2014. 68 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

VERGÊS, Armando Bartra. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

PARA ALÉM DO QUE A CANA PERMITE VER: ANÁLISE SOBRE TRABALHO E AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ-GO

Ana Michelle Ferreira Tadeu dos Santos

Universidade Federal de Goiás
anamichele_alfa@hotmail.com

Resumo

Essa pesquisa analisa a situação do trabalhador canavieiro envolto no agronegócio e no território sucroalcooleiro. O enfoque principal se dá entorno da precarização das condições dos trabalhadores que compõe o corte da cana-de-açúcar em moldes de superexploração no município de Itaberaí, Estado de Goiás. A análise se realiza sobre os elementos que compõe essa dinâmica degradante. Dentre esses elementos podemos citar a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro que foi construída para o trabalhador, mas que se mostra frágil e não normatiza e nem legitima o direito desses sujeitos. Outra questão é a presença do Estado que fecha os olhos para esses trabalhadores e incentiva e financia o agronegócio sucroalcooleiro. Como recorte local para essa análise tem-se o município de Itaberaí e suas implicações nesse contexto. Sobre o caminho da pesquisa, este foi construído por meio da pesquisa bibliográfica, na internet, coleta de dados e informações em jornais, revistas e periódicos acadêmicos. Também foi realizado estudo de campo para entender a relação de trabalho presente no canavial. A pesquisa apresentada se configura por meio do viés que busca levantar elementos que vão além do que os grandes números da produção do agronegócio sucroalcooleiro deixam ver.

Palavras-chaves: Território Sucroalcooleiro. Trabalhador canavieiro. Superexploração. Município de Itaberaí-GO.

INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa analisamos o agronegócio sucroalcooleiro retratando a atual situação do trabalhador canavieiro e as relações de trabalho que eles estão sujeitos, frente a esse agronegócio da cana-de-açúcar no município de Itaberaí⁷ o que nos permite uma análise do Estado de Goiás. O desejo de conhecer e analisar, de forma intrínseca, às relações territoriais presentes no cultivo da cana, tem como sujeito principal dessa análise o trabalhador braçal, inserido num contexto

⁷ Pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Goiás no ano de 2011, para obtenção de título de Licenciatura em Geografia, sob orientação da professora Dr^a. Francilane Eulália de Souza.

de subalternidade, sem, contudo marginalizar ou de maneira exacerbada exaltar o trabalhador assalariado do campo. Desvendando assim a realidade que o agronegócio se estabelece com incentivos do Estado.

Para entender toda essa dinâmica do agronegócio da cana, foi necessário realizar a pesquisa bibliográfica, pesquisa na internet para ampliar as discussões, também foi realizada coleta de dados e informações em jornais, revistas e periódicos acadêmicos das quais foram tomadas para apontar e analisar as principais características do cultivo da lavoura de cana-de-açúcar.

Em outro momento, foi realizada pesquisa de campo no município de Itaberaí por meio de entrevistas aos trabalhadores e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Itaberaí. Buscamos, a partir de entrevistas com os trabalhadores de cana, entender e apresentar a relação de trabalho que se configura nesse território.

Vale ressaltar que essa pesquisa de campo foi essencial nesse trabalho, visto que foi ela que nos proporcionou desvendar o doce amargo estabelecido nas relações de trabalho impulsionado pela lavoura canavieira.

Com todos esses levantamentos confirmamos que o trabalhador está envolto numa dinâmica de relações degradantes e superexploratórias que por inúmeras vezes são mascaradas pelo agronegócio sucroalcooleiro. Iniciamos as discussões partindo do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil.

1 BREVE REFLEXÃO SOBRE O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

No debate que realizamos não percebemos o agronegócio como um termo utilizado como modismo, utilizado para definir um modelo desenvolvimentista econômico agroindustrial e nem tão pouco como elemento isolado da dinâmica de mundialização do capital.

Sobre o surgimento do termo agronegócio, Fernandes e Welch (2008) afirmam que a primeira formulação foi de David e Goldberg em 1957, dois economistas americanos que começam a influenciar autores brasileiros a utilizarem essa terminologia para analisar as relações de produção no campo a partir da modernização e da industrialização. Oliveira (2009) ressalta que o termo agronegócio é realmente datado da década de 1950, mas que enquanto modelo agrícola já existia desde o século XIX.

A prática de explorar a terra e o trabalho que se emprega nela é uma prática arcaica, mas que vai ganhando outros patamares mais intensos e destrutivos.

Para Fernandes e Welch (2008) *agribusines*, termo americano para agronegócio, é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças, o qual se constitui na relação da produção a montante e a jusante. Sobre isso Guimarães (1979, p.134) diz que “as duas indústrias, a montante e a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o agronegócio”. Assim sendo, Oliveira (2009) acrescenta que o agronegócio é a ideia de interdependência e de entrelaçamento dos vários elos que constituem uma cadeia produtiva.

E em suma, Souza (2011) analisa que o termo agronegócio, vem sendo tratado como um conjunto de atividades ligadas à agropecuária, tais como: suprimento, produção, transformação, acondicionamento, armazenamento, distribuição e consumo.

O agronegócio é sistema econômico, social, cultural e ideológico e não é fruto interno de si mesmo. Esse modelo de organização de produção e das relações que se estabelecem a cerca do campo é reflexo de uma dinâmica produzida pelo capital, no modo de produção capitalista.

Assim sendo, o agronegócio é uma vertente do capitalismo, onde a sua “tendência é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz”. (MARTINS, 1995, p. 160).

Compreendemos também que o agronegócio e, de modo particular o agronegócio canavieiro, é um modelo produtivo excludente que visa a lógica industrial de produção e acumulação de riqueza por meio da expropriação e da exploração do trabalhador no campo.

Analisamos que na sua dinâmica estrutural o agronegócio só existe porque ele desterritorializa os indivíduos, desconstruindo territorialmente os sujeitos que possuem relação de sobrevivência com o campo, ou seja, o agronegócio explora o outro como sendo isso parte da sua lógica de construção e soberania. Sintetizando isso Martins (1995, p. 160) afirma que “[...] o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital”.

Antes de adentrar na discussão específica do agronegócio da cana/álcool, iremos fazer uma descrição sucinta sobre o Complexo Agroindustrial brasileiro. Isso será importante para a análise que realizamos neste artigo.

2 A EXPANSÃO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE GOIÁS

O cultivo de cana-de-açúcar, até a década de 1980, não era expressivo em terras do Centro-Oeste, entretanto a expansão e os lucros que produtores-usinas têm conseguido atualmente tem sido fator estimulante para essa produção agrícola. As instalações desses produtores-usinas em Goiás é fruto de uma dinâmica nacional, e que o Estado de Goiás tem ganhado posição relevante entre os produtores brasileiros de açúcar condicionado pela presença nítida do Estado que estrutura e dá manutenção ao agronegócio sucroalcooleiro. Diante desse quadro podemos destacar que de acordo Goiás (2013) em 2012 Goiás era o 4º produtor nacional.

Podemos afirmar que expansão do cultivo de açúcar e usinas no Estado de Goiás tem como elementos característicos a própria dinâmica do açúcar e do etanol, impressa nos carros bi-flex que demandam o etanol para abastecer o mercado que se somam a voraz necessidade dos lucros gerados pela produção em sistema de superexploração da mão de obra. Também podemos citar as várias disponibilidades e facilidades que o estado de Goiás proporciona, destacando-se fatores naturais e econômicos.

A ação do governo estadual por meio dos programas, como o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), pelo qual o governo reduziu o valor do ICMS mensal tendo como objetivo incrementar a implantação; a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado além de reajustes tributários incentivam ainda mais esse setor.

Os arranjos e as formatações desencadeadas pelo capital agroindustrial canavieiro financiado pelo Estado, nos últimos anos, decorrem das inúmeras estratégias adotadas por essa personificação do capital. O processo de reestruturação produtiva, as fusões, as aquisições de empresas e/ou ações de empresas por vários grupos do setor são exemplos significativos que configuram o fortalecimento do agronegócio.

O agronegócio tem em sua essência o constante revigoramento de antigas e novas práticas de superexploração do trabalho e a destruição da sua principal força produtiva, o trabalhador. Invariavelmente, a reprodução e a acumulação de capital não rompeu com o que era considerado

“atrasado”, sendo assim, sua própria dinâmica interna de funcionamento necessita fortalecer e recriar constantemente as práticas ditas arcaicas, ou formas regressivas de relações de trabalho para se reproduzir.

Sendo assim, as amarrações desencadeadas pelo agronegócio da produção da cana-de-açúcar, que acabamos de apontar, se sustentam nas relações que ocorrem na grande produção canavieira. Essas relações territoriais não são delimitadas somente pelo espaço físico no qual ela adentra, mas pelo conjunto que engloba todo um território que não se atenha espaços a limites fronteiriíssimos, e acaba por adentrar em terras do Estado de Goiás, reconfigurando a agricultura goiana e construindo na sua hegemonia estatal uma dinâmica de desterritorialização do trabalhador canavieiro.

3 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR CANAVIEIRO

Os trabalhadores que estão envolvidos no agronegócio da cana são superexplorados constantemente, principalmente no corte da cana e até no próprio trabalho que realizam nas usinas.

Nesse contexto, apontamos os principais problemas ligados a essa exploração no Estado de Goiás (quadro 1).

Quadro 1 – Principais problemas ligados a exploração do trabalhador canavieiro no Estado de Goiás

Problemas	Detalhamento
Excesso de trabalho	Cargas horárias que chegam até 12 horas, buscando maior produtividade
Irregularidades no transporte dos trabalhadores	Falta de transporte adequado, sem segurança
Falta de instalações sanitárias no campo	As empresas não se preocupam em oferecer condições de higiene para os trabalhadores no campo
Falta de locais para os trabalhadores fazerem as refeições	Os trabalhadores fazem as refeições sentados no chão ou em cima de galões de água, sem qualquer acomodação
Discriminação	Os trabalhadores são vistos pela sociedade como mera mão-de-obra, discriminados como parte dessa sociedade
Máquinas sem proteção	A utilização de máquinas sem as devidas seguranças
Acidentes de trabalho no campo	Falta de treinamento para utilização de utensílios de trabalho, além da falta de equipamentos de segurança e até mesmo sem condição de uso
Falta de assistência médica	Não existe uma política médica que dê assistência aos trabalhadores no campo

Nesse quadro podemos observar que os problemas ligados a exploração do cortador de cana são causados principalmente pela jornada excedente, falta de manutenção de equipamentos e pelas várias situações relacionadas à saúde e segurança de trabalhadores.

As empresas não têm a preocupação em oferecer qualquer tipo de assistência ao cortador de cana-de-açúcar e isso tem causado muitos acidentes e até mortes nos canaviais. Segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, em entrevista concebida em reportagem ao jornal “O Popular”, somente este ano já ocorreram dezenas de acidentes graves do trabalho de corte de cana-de-açúcar, resultando na morte de seis trabalhadores.

Os números que envolvem morte nos canaviais, amputações e até trabalho em situação análoga são mascarados e de difícil acesso. O motivo mais provável é que não haja de fato uma fiscalização que mensure de forma adequada esses casos ou que as empresas disponibilizem dados errôneos. Os números mesmos mascarados apontam para uma situação alarmante no setor relacionado ao corte de cana-de-açúcar.

Outro elemento da superexploração de relevância que nos foi informado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí-GO, é que além das empresas estabelecerem uma meta de produção, como condição para a contratação e a permanência dos trabalhadores, no corte de cana-de-açúcar (de 14 a 15 toneladas), ainda utiliza determinados artifícios para estimulá-los a aumentar sua produção.

Nesse sentido, podemos mencionar os sistemas de bonificação e de premiações implantados pelas empresas agroindustriais canavieiras, para “agraciar” os trabalhadores que conseguirem cortar mais toneladas de cana/dia. Inserido nessa lógica, e sem darem conta de que estão sendo tratados como máquinas, esses trabalhadores alimentam falsas expectativas de que, trabalhando mais estarão ganhando mais.

Nesse sistema, os trabalhadores, para perfazerem mais rendimentos, estão, de fato, antecipando sua morte, em vista do grande dispêndio de energia e desgaste físico, que não têm reposição à altura dos ganhos alcançados.

As reais condições de trabalho no campo são maquiadas, por meio do discurso da certificação da empresa que se preocupa com a qualidade ambiental, com a saúde e com a segurança dos trabalhadores.

Para essas empresas, é fácil adotar esse discurso, uma vez que se escondem espertamente atrás de seus prepostos, também conhecidos como “gatos”, e ainda, contam com a vantagem de que seus fornecedores não são vistoriados pelas certificadoras, durante a vigência da certificação, podendo, desse modo, até manipular dados e informações, para garantir a continuidade da certificação durante as vistorias internas, além da corrupção presentes nas mais distintas esferas públicas.

As condições em que muitos desses trabalhadores chegam até as empresas agroindustriais canavieiras do Centro-oeste são seriamente questionáveis. Muitos deles viajam em condições subumanas. Ainda, os trabalhadores nordestinos são preferidos pelas usinas do Centro-oeste, não apenas porque falta mão-de-obra local, mas, sobretudo por estes apresentarem mais resistência física e maior “submissão” às condições impostas.

Oliveira (2009, p.72) afirma que algumas usinas preferem contratar trabalhadores do Nordeste, que são menos politizados, entendam-se, mais susceptíveis aos ditames do capital e, portanto, menos ameaçadores, do ponto de vista reivindicativo de direitos, do que os trabalhadores locais.

Uma questão observada contraria a Convenção Coletiva de trabalho no setor canavieiro goiano, da qual diz que os trabalhadores devem ser naturais dos municípios dos quais a cana esta instalada, como discorre a cláusula décima – sétima

Os empregadores rurais darão preferência à contratação de trabalhadores dos municípios sedes das usinas e destilarias, do local da cana plantada e dos municípios vizinhos, desde que estes trabalhadores retornem ao seu município ao final da jornada diária de trabalho. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO SETOR CANAVIEIRO GOIANO, 2010, p.17).

A Convenção Coletiva do Setor Canavieiro Goiano (2010) ainda normatiza a “eventual” contratação de trabalhadores em municípios de outros Estados ou regiões, onde o empregador deverá consultar nos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios da área produtora para saber da disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho.

Entretanto, inúmeros trabalhadores canavieiros são dos estados do nordeste do Brasil, o que aumenta o contingente populacional de migrantes no território goiano. Não discriminamos ou desprezamos a presença desses trabalhadores no Estado de Goiás, mas esses sujeitos refletem as estatísticas gerais que acentuam de forma drástica a marginalização dos nordestinos.

A carga horária de um trabalhador no Estado de Goiás é de 44 horas semanais, sendo 8 horas de segunda a sexta-feira, e 4 horas no sábado. O horário na semana é de 7 horas até às 16 horas, sendo 1 hora de almoço, e no sábado das 7 horas a 11 horas. A usina prioriza a contratação do trabalhador que corte cerca de 10 e 14 toneladas por dia. Ou seja, o trabalhador canavieiro carrega cerca de 10 a 14 toneladas de cana em uma única jornada de trabalho.

Refletindo sobre isso Alves (2006, p. 92) afirma que para cortar 6 toneladas de cana em um dia, considerando uma cana de primeiro corte, de crescimento ereto, o comprimento do eito deve ser de aproximadamente uma área total de 1.200 m² (200 m de comprimento por 6 m de largura), nele o trabalhador realiza as seguintes atividades:

- Corta a cana rente ao solo, desprendendo as varas das raízes;
- Corta a ponteira da cana, que é a parte de cima, onde estão as folhas verdes, que não têm sacarose e, portanto, não servem para as usinas;
- Transporta a cana cortada em cada rua para a rua central;
- Abraça a cana-de-açúcar para cortar uma quantidade razoável;
- Arruma a cana em montes ou esteirada na rua central.

A figura 1 demonstra trabalhadores realizando algumas das atividades relacionadas.



Figura 1 – Trabalhadores referindo o golpe de podão e o outro flexionando a coluna para juntar a cana-de-açúcar cortada.

Autora - SANTOS, A. M. F.T. dos. (2011).

Por meio desses dados, podemos perceber as atividades diárias de um cortador de cana-de-açúcar. Alves (2006, p.94) ainda diz que um cortador de cana pode ser comparado a um atleta corredor fundista, de longas distâncias, e não a um corredor velocista, de curtas distâncias. Os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, tão necessária aos velocistas; para os fundistas, é necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas, em período de grande safra, pode ser até mais.

Ainda o autor afirma que um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros, caminha a distância de aproximadamente 4.400 metros e despense aproximadamente 66.666 golpes de podão (pondosadas) por dia de trabalho. Pode-se pensar que esses dados são exacerbados, mas ao analisar um dia de trabalho de um cortador de cana é possível notar que em muitos casos esses dados são até ultrapassados, uma vez que as usinas priorizam a contratação de trabalhadores que cortam acima de 10 toneladas por dia, o que implica em dizer que esses números praticamente dobram de valor.

Na figura 2 um cortador de cana dar podonsadas. E nesse sentido, podemos observar a posição desconfortável e prejudicial a saúde na qual ele se encontra.



Figura 2 – Trabalhador no corte da cana-de-açúcar em Itaberai dando podonsadas.

Autor - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberai (2008).

A colheita da cana-de-açúcar demanda um esforço que chega a ser desumano. Tal esforço acarreta em uma cruel realidade, em que a atividade do trabalhador canavieiro, constituído pelo excesso de trabalho, leva a dores no corpo, câimbras, falta de ar, desmaios e muitas mortes.

Ainda, como instrumento de trabalho o cortador de cana utiliza o facão, o podão, a lima e a bainha do facão, além dos equipamentos de segurança como o bico de fera, botas com bico de ferro, manguete-manga, chapéus, luvas e óculos. Esta vestimenta faz com que os trabalhadores transpirem abundantemente e percam muita água junto com os sais minerais, levando à desidratação e a frequente ocorrência de câimbras.

Esses instrumentos devem ser oferecidos gratuitamente pela empresa, que tem como obrigação trocá-los periodicamente. Entretanto é comum o prolongamento do uso e até mesmo a falta desses. Por outro lado vale ressaltar que os usos desses equipamentos são de suma importância para a segurança do trabalhador, uma vez que ao adentrar no canavial, o contato com a cana machuca, e esses equipamentos servem para proteger, não só de arranhões, mas de lesões sérias.

Partes dos equipamentos estragam rápido e não são substituídos como se vê na figura 3, levando o trabalhador a se expor a acidentes de trabalho.



Figura 3 - Botas sem condições de uso

Fonte -Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberai (2008).

É importante lembrar que é comum a ausência de treinamento para o manuseio desses utensílios, uma vez que seria necessário, visto o risco de amputação de membros inferiores e até a morte.

Pensando nesses riscos e na fragilidade de incidência relacionadas à saúde no canavial, é necessária uma política de assistência médica, mas, nem fora e nem dentro do canavial existe ela existe. No caso de o trabalhador se sentir mal, ele é encaminhado para o hospital mais próximo, levado pela empresa de carro, o que nem sempre ocorre, valendo a lei da omissão.

Existem várias incidências de moléstias que atingem o trabalhador canavieiro, das quais podemos destacar: congestão devido o trabalhador não ter um período apropriado para as refeições, e se alimentando de pouco a pouco para não parar de cortar cana buscando sempre produzir; é frequente também a incidência de desmaios, devido o grande esforço físico feito para cortar determinada quantidade, além de câncer de pele, que, mesmo com roupas cumpridas não impedem a incidência dos raios solares.

4 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS CANAVIAIS NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ-GO

Segundo dados obtidos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás⁸, a cana-de-açúcar no município de Itaberaí demanda mão-de-obra no campo de aproximadamente 400 trabalhadores, filiados e registrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Destes atualmente trabalham 30 mulheres. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Itaberaí, essas mulheres não fazem o mesmo serviço dos homens, elas catam bituca (restos de cana que cai dos caminhões que transporta a cana cortada).

Grande parte dos trabalhadores da cana-de-açúcar no município de Itaberaí são do Nordeste do país: Piauí, Maranhão e Bahia, sendo poucos naturais do município. Alguns trabalhadores trazem famílias, outros constituem suas famílias no próprio município. Os trabalhadores canavieiros se situam no bairro periférico chamado Fernanda Parque, conhecido pela violência e precariedade de estrutura física. Sobre isso a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro Goiano (2010, p.18) do qual é vigente em todos os municípios goianos, estabelece no parágrafo quarto que “nos casos de contratação de trabalhadores em municípios de outros estados ou regiões, o empregador fornecerá alojamento gratuito, sem caráter salarial, observando as normas de segurança, saúde e higiene”. Mas isso nem sempre ocorre, visto que segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município já houve caso em que cinco famílias inteiras dividiam 1 casa pequena, com condições precárias.

Os trabalhadores são contratados inicialmente pela ajuda de “gatos”, depois essa contratação é feita pela própria indústria, atrelada muitas vezes ao sindicato dos trabalhadores que de certa maneira como “contratadores”. Essa prática antiga e muito comum nos canaviais brasileiros é legalmente uma prática criminosa, visto os “gatos” são pessoas que possuem relação de ganho com a contratação dos trabalhadores, sendo proposta de um ganho salarial justo.

A lei que proibi essa prática esta na cláusula décima oitava da Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro Goiano (2010, p. 18) estabelecendo que “os empregadores não poderão utilizar “gatos” na contratação de empregados para prestar-lhes serviços na lavoura de cana, devendo designar um proposto para representá-los perante os empregadores”. Para essa questão, que se constitui como hábito nos canaviais do município de Itaberaí, seria necessário utilizar expressões mais emblemáticas, como ao invés de utilizar o termo “não poderão” por que não fazer uso de terminologia é “terminantemente proibido” a utilização de “gatos”. Entretanto, essa questão e tantas outras não podem ficar em papéis, mas devem se tornar vivas no que se refere a punição de empregadores com tais práticas criminosas.

Ainda, a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro Goiano (2010) estabelece que o piso salarial dos trabalhadores na lavoura canavieira não pode ser inferior a R\$ 606,77 mensais, ou seja, independente do que o trabalhador corte, o salário dele não pode ser menor que esse piso. Mas o que se percebe como prática é que para receber esse valor o trabalhador deve cortar diariamente mais de 14 toneladas (média dos trabalhadores no município de Itaberaí) os que cortarem menos não serão contratados pelo empregador rural, soma-se a isso o agravante de que o cortador de cana-de-açúcar ganha por metro/pesado, acentuando as jornadas e os exercícios do trabalho com base na exploração.

⁸ Informações obtidas em estudo de campo, no município de Itaberaí, com entrevista ao presidente José Jackson Ribeiro e ao secretário Romildo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itaberaí-GO. Em: 28 de setembro de 2010 e em 23 de agosto de 2011.

No canavial o tempo para o almoço nem sempre acontece, pois muitos dos trabalhadores vão comendo aos poucos, para não parar de cortar cana, ou até mesmo não se alimentam, visando a renda mensal que é paga por produção, ou seja, o foco nos canaviais não é o trabalho legitimado com direitos mas pelos os “incentivos” econômicos que mascaram a realidade de trabalho degradante.

Não podemos culpar os trabalhadores por quererem ganhar mais e prejudicarem a sua integridade física, pois é o sistema, do qual o capital permite ter como lógica de pagamentos salariais somente o “suficiente” para a subsistência do trabalhador, que o condena a tal situação. Essa exposição do trabalhador ao trabalho degradante dos canaviais propícia, como já foi destacado congestão, desmaios frequentes, câncer de pele e outros males que vão atingir esses trabalhadores durante o restante de suas vidas, dessa maneira o capital constitui relações degradantes, desconsiderando o trabalho, e logo os trabalhadores que sustentam tal sistema de produção.

Os canaviais não ficam perto de postos de saúde, muito menos de hospitais, por tal, acidentes e até números de mortes nos canaviais poderiam ser amenizadas se no próprio canavial houvesse algum tipo de assistência médica, o que serviria como prevenção. Entretanto, os empregadores não tem muita preocupação com os trabalhadores que são mão-de-obra pulsante da produção canavieira, visto que a legislação não fiscaliza e nem pune os produtores que negligenciam a saúde física do trabalhador canavieiro.

No que se refere a medição da cana-de-açúcar cortada, a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro Goiano (2010) estabelece que seja usada uma medida padrão, sendo o compasso de 2 metros com ponta de ferro utilizado para medir “eito a eito” da cana, essa medição para o trabalhador é realizada pelo fiscal ou coordenador de turma. Isso, portanto, não legitima, mas lesiona o trabalhador canavieiro, visto que ele não possui instrumento nenhum para saber se a medição é correta.

Fica estabelecida também que os empregadores forneceram comprovante da produção diária do trabalhador permanente, temporário e do diarista. O pagamento dessa produção deve ser semanal ou quinzenal, realizado por meio de cheque, dinheiro ou depósito em conta bancária, contando ainda com contra-cheque ou recibo de pagamento. Surge então um questionamento que é de conhecimento de todos, mas é sempre válido questionar: quem assegura que os trabalhadores recebem tais comprovantes? Para responder tal questão não é plausível titubear, visto que não a nada e nem ninguém que confira se eles recebem esses comprovantes de pagamento.

Existem contradições emblemáticas na Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro Goiano (2010) da qual rege e é instrumento do Sindicato do Trabalhador Rural no município de Itaberaí. Dentre algumas temos a da cláusula vigésima – condição especial para estudante da qual discorre que:

Fica assegurado ao empregado rural estudante o direito de ausentar-se do trabalho nos períodos de estágios ou outras atividades exigidas pela escola, considerando-se falta justificada, porém não remunerada, desde que o empregado comprove tal situação mediante declaração ou outro documento fornecido pela escola. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO SETOR CANAVIEIRO GOIANO, 2010, p. 19).

Ora, tal cláusula é irrisória, visto que o cansaço e o ganho proporcionado por produção não incentivam e muito menos permitem que os trabalhadores, muitos com pouca escolaridade, frequente o ensino escolar.

Se a intenção da Convenção é assegurar a escolaridade do trabalhador canavieiro, só essa cláusula não da conta disse, visto que esse é um problema que não pode ser solucionado com medidas paulatinas, mas com legislações sérias que ultrapassem a teórica e se concretize na prática.

E ainda, no que se refere a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro Goiano (2010) a cláusula vigésima quinta dispõe que “fica proibida qualquer discriminação em razão de idade e sexo, oferecendo-se igual oportunidade de trabalho a todos e a todas”. Colocamos em destaque que o trabalho no canavial é por demasiado exaustivo e por tal nem todos podem realizar esse trabalho, ocorrendo assim uma natural discriminação.

Essas características no município de Itaberaí são base para uma leitura local dos objetos dessa pesquisa, permitindo o contato e estabelecimentos com as relações trabalhistas presentes no campo, ligadas a produção de cana-de-açúcar.

Essas características são o agronegócio que envolve as relações comerciais produtivas estabelecidas na produção da cana-de-açúcar, a partir das relações de poder e suas implicações no espaço por meio da territorialidade canavieira, além do uso do trabalhador canavieiro em um contexto de superexploração.

No município de Itaberaí as características que constituem o cultivo da cana, são características hegemônicas da dinâmica sucroalcooleira em relação ao Estado de Goiás e no Brasil. Tal quadro de exploração e degradação do trabalho intensifica os índices de trabalho em condições análogos no que se refere ao setor sucroalcooleiro.

Não podemos justificar esse cenário meramente nas faltas de conhecimentos das leis que de fato legitime os trabalhadores e na própria falta de leis que buscam regular o trabalho no campo, visto que existem leis e convenções com esse intuito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção capitalista, expresso nas relações de trabalho no agronegócio sucroalcooleiro, evidenciam o trabalhador como parte inferior do capital, sendo esse sujeito subalternizado e degradado enquanto trabalhador e enquanto sujeito social.

Nesse contexto, as características que constituem a dinâmica das relações de trabalho estabelecidas na produção da cana-de-açúcar no município de Itaberaí-GO, a partir das relações de poder e suas implicações no espaço, destaca-se o uso do trabalhador canavieiro em um contexto de superexploração.

Essas características são:

1. Falta de transporte adequado e sem segurança;
2. Falta de instalações sanitárias no campo;
3. Os trabalhadores fazem as refeições sem qualquer acomodação;
4. Falta de treinamento para utilização de utensílios de trabalho, de equipamentos de segurança e até sem condição de uso.

5. Jornadas de trabalho excessivas, que não permite descanso;
6. Incidências de doenças relativas a saúde do trabalhador, como câncer de pele por exemplo.

Ainda, constatamos que a maioria desses trabalhadores são oriundos de regiões com pouco desenvolvimento econômico e social do Brasil, como a Bahia, Piauí e o Maranhão. Digase que esses trabalhadores são mais suscetíveis as barganhas e aos mandos da superexploração exercida sobre eles.

Outro dado relevante é o baixo índice de escolaridade, variando da ausência total de escolaridade até a escolaridade primária (1º a 4º série do Ensino Fundamental). Isso implica em dificuldades para saber dos seus direitos e em uma maior facilidade para as barganhas que se configuram, na maioria das vezes em exploração.

Nesse contexto de subalternidade, muitos afirmam que beira a exaustivo o trabalho que eles realizam, visto que eles próprios afirmam que quando começaram a trabalhar nos canaviais notavelmente perderam peso, reflexo do corte de cana-de-açúcar.

Com essa pesquisa constatamos que o cultivo da lavoura de cana-de-açúcar é composto por características em que o agronegócio, a partir das relações de poder constituídas pelo domínio de um território, submete o trabalhador canavieiro em um contexto massacrante de superexploração.

Assim concluímos que as relações de trabalho estabelecidas e constituídas nos canaviais do município de Itaberaí, são características hegemônicas da dinâmica sucroalcooleira e que não revelam o que esta por traz de uma produção cada vez mais lucrativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Por que morrem os cortadores de cana?** In: Revista Saúde e Sociedade, 2006. Vol.15, nº3. p. 90-98. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 20. Set. 2010.

BLUMENSCHIN, C. Fiscalização pune usinas de álcool. Jornal **O Popular**, Goiânia, 5 de out. 2010. Caderno Cidades, p.4.

Convenção Coletiva do Setor Canavieiro Goiano. Goiânia: Liberdade. 2010.

FERNANDES, B. M e WELCH, C. A. O agronegócio da laranja na América Latina. In: FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1º d. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOIÁS, SEPLAN - Secretária do Planejamento e Desenvolvimento. **Goiás cresce no ranking de produção nacional**. Disponível em:< <http://www.seplan.go.gov.r/sepin/perfilweb/croquis/Itabera%C3%AD>> Acesso em: 03 Out. 2013.

GUIMARÃES, D. M. “Os “novos” capitalistas do agro brasileiro: Estudo sobre a burguesia rural industrializada de Rio Verde”. Brasília, dissertação de mestrado. 1990, p. 15.

MARTINS, J. de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. 1995.p.151-166. In: MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.p.151-166.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **A relação capital - trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado gestão do trabalho e certificação ambiental**. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. Disponível em <: <http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em 20. Set.2010.

SOUZA, F. E. de. **O papel da Geografia escolar para o fortalecimento do campesinato no município de Goiás**. 2011. 228f. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. (não publicado).

SRTE/GO - **Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/delegacias/go/sgcnoticiaDRT.asp?IdConteudoNoticia=6142&Palavra-Chave=escravo,%20grupo%20movel>>. Acesso em 20. Out. 2010.

ROTINA AGRÍCOLA E AGRICULTURA CIENTÍFICA NA COLÔNIA ORFANOLÓGICA BLASIANA, EM SANTA LUZIA, ATUAL LUZIÂNIA, GO⁹

Hamilton Matos Cardoso Júnior
Universidade Estadual de Goiás - UnUCEH
hjuniorgo@hotmail.com

Resumo

A Colônia Orfanológica Blasiana, que funcionou de 1881 a 1895, era uma instituição voltada para a instrução de crianças negras desvalidas, que também se empenhava em modernizar e diversificar a agricultura goiana. Durante sua existência procurou aplicar técnicas modernas de cultivo com a intenção de transformar os métodos rotineiros da agricultura. Recebeu vistas de autoridades políticas e religiosas, bem como de jornalistas, que deixaram relatos sobre as atividades agrícolas praticadas na instituição, tais como, as formas de plantio, de irrigação e sobre o que se cultivava. Ela trouxe para Goiás e aclimatou diversos gêneros de plantas de valor comercial. Contudo, não é possível afirmar que seu objetivo de superar os métodos rotineiros da agricultura da época com o uso da agricultura científica foi totalmente bem sucedido, não foram encontrados registros sobre quais eram os instrumentos agrícolas utilizados, nem sobre adubação e experimentos cientificamente controlados. Entretanto, Colônia Blasiana foi responsável pelos primeiros passos na modernidade agrícola do Estado de Goiás, ainda que em seus métodos de cultivo houvesse a convivência entre o tradicional e o moderno. Na metodologia da pesquisa foram utilizados estudos na área da história das ciências que tratam do assunto Ferraro (2005) e Bediaga (2011).

Palavras chaves: Colônia Blasiana, Agricultura Moderna, Joseph de Mello Alvares, Ensino Agrícola.

INTRODUÇÃO

No século XIX os métodos de cultivo praticados em Goiás e no Brasil eram tradicionais. A agricultura era a base da economia do Império. Com o objetivo de introduzir técnicas modernas no modo de cultivo do solo, o governo imperial incentivou a criação de institutos agrícolas, tais como o Instituto Imperial Fluminense de Agricultura e o Instituto Agrônômico de Campinas. Também apoiou a criação de escolas destinadas a receber filhos de escravos libertos pela Lei do

⁹ Trabalho feito sob a orientação do Prof. Dr. Mário Roberto Ferraro.

Ventre Livre e proporcionar-lhes ensinamentos profissionalizantes em agricultura, como, por exemplo, a Colônia Blasiana, objeto de estudo deste artigo.

Segundo Joel Orlando Bevilaqua Marin (2006, p. 116) a Colônia Blasiana era uma instituição de ensino profissionalizante criada por Braz Bernardino Loureiro Tavares, apoiada pelo governo da Província de Goiás e mantida graças ao empenho de seu diretor Joseph de Mello Alvares. Foi instituída no dia 21 de abril de 1881 na cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia, tendo suas atividades encerradas no ano de 1895. Seu objetivo principal era abrigar filhos de escravos, oferecendo educação básica, moradia e uma profissão voltada para a agricultura.

A Colônia Blasiana, durante seus anos de funcionamento, abrigou um total de 43 meninos (MARIN, 2006, p. 111) com número médio de 25 crianças, sendo o maior número, o de 36 em 1884 e o menor 17, nos últimos três anos de sua existência (MARIN, 2006, p. 123). Oferecia educação pautada na disciplina e bons modos.

Para Marin, (2006, p.112), a criação da Colônia Blasiana deu-se a partir de dois problemas desencadeados no século XIX. Com a abolição da escravatura crianças negras passaram a ser vistas como perigo potencial para a sociedade, estando na pobreza, abandono e no risco de sucumbir à marginalidade, sendo necessária a criação de escolas que as pudessem educar com o objetivo de serem cidadãos de bem, participando da criação de uma nova nação. Outro problema foi que com o fim da escravidão, a mão de obra tornou-se escassa e, com o aumento da produção agropecuária, que implicava no incremento das exportações, fazia-se basicamente pela incorporação de novas terras e de mais trabalhadores no processo produtivo, ou seja, não havia mão de obra suficiente para suprir essa demanda.

A Colônia Blasiana não possuía mão de obra escrava, o que é um indício de modernidade para a época. Parte de sua mão de obra era das crianças ali abrigadas. Eram essas crianças que realizavam as atividades da instituição plantavam, cultivavam, colhiam, domesticavam os animais, além de outros afazeres. Ali era seu lar, sua escola e o local onde receberiam ensinamentos agrícolas.

Para Marin (2006, p.130), a real intenção da Colônia Blasiana em abrigar crianças não era apenas para dar-lhes uma educação que as pudesse realmente emancipar. Seu intuito era salvaguardar a agricultura goiana de um colapso de mão de obra, devido à abolição da escravatura. As crianças eram educadas no e para o trabalho braçal. Ao completarem seus 21 anos, iriam trabalhar nas fazendas vizinhas como trabalhadores braçais e subalternos.

Podemos concluir parcialmente, então, que ambos os problemas, com ênfase no segundo, levaram ao governo a incentivar a criação de colônias agrícolas que estariam voltadas para ensinamentos de rudimentos de agricultura, abrigando crianças negras e garantindo assim mão de obra para as fazendas, porém, de forma qualificada.

A Colônia Blasiana possuía como modelo o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Em sua tese, Begonha Eliza Hickman Bediaga (2011, p. 21 a 31) descreve o IIFA como um instituto agrícola de natureza privada; entretanto, criado na província do Rio de Janeiro através de decreto imperial no ano de 1860, tendo como finalidade nortear o progresso da agricultura fluminense¹⁰.

Em seu estatuto de criação, verifica-se que seus principais objetivos eram a busca de alternativas para a mão de obra escrava, através da vinda de colonos estrangeiros; o aprimoramento de máquinas e instrumentos para incrementar a produção

¹⁰ Também abrigava um orfanato. Por contar com associados mais qualificados, possuía uma revista, a **Revista Agrícola** e uma fábrica de chapéus.

agrícola; o apoio às investigações acerca do solo e adubagem e de aclimação das novas espécies; e estudos de variedades de vegetais, em especial as que tivessem retorno econômico. Observam-se também os propósitos de criar escolas agrícolas e incentivar publicações que propiciassem a circulação de informações sobre a agricultura. (BEDIAGA, 2011, p. 1)

Era de se esperar que os objetivos da colônia fossem os mesmos do IFFA.

A Colônia Blasiana, além de oferecer educação às crianças negras desvalidas, procurava modificar os métodos de cultivo praticados na época, introduzindo técnicas de cultivo que possuíssem embasamento científico, dando os primeiros passos para a modernização da agricultura em Goiás, sendo apenas parcialmente bem sucedida nesta última missão. Apesar de ser uma instituição de importância na modernização da agricultura goiana e muito conhecida na época, a Colônia Blasiana é pouco citada na pela historiografia.

AGRICULTURA TRADICIONAL X AGRICULTURA MODERNA

A agricultura tradicional é uma forma de produção agrícola que imperou desde o descobrimento do Brasil e persistiu por parte do regime republicano. É um sistema que se baseia em uma produção agrícola sustentada por métodos rústicos e tradicionais. Foi implantada no Brasil pelos colonizadores portugueses; porém é um método de produção copiado dos índios brasileiros pelo fato do meio físico¹¹ do novo mundo não permitir uma agricultura semelhante à praticada na Europa. Segundo Ferraro (2005), apoiado em outros autores, a mão de obra utilizada na agricultura tradicional era a escrava, primeiramente dos índios e posteriormente dos negros trazidos da África, já que os primeiros não aceitavam trabalho pesado e, sendo assim, eram adversos à “domesticação”.

A “rotina agrícola” se valia de instrumentos de cultivo tradicionais, tais como: a enxada, o machado e a foice, complementados pelo uso do fogo¹². Suas etapas consistem: 1º a mata é derrubada por força apenas humana utilizando-se enxada, foice, machado e outros objetos manuais; 2º queima-se a mata já derrubada; 3º faz-se a sementeira do solo, cultiva-se e colhe-se.

No processo da rotina agrícola, os agricultores usam o solo até que este fique exaurido – desgastado – já que nem o adubo natural, nem o químico, são utilizados na recuperação da área cultivada. Em seguida, o lavrador, sai à procura de terras férteis em outros terrenos com mata virgem, deixando o antigo em repouso, o chamado pousio, que poderia durar mais de duas décadas. Dessa forma cria-se uma agricultura nômade, pois não fixava o plantador em um único local, característica aprendida com os índios. Neste processo, segundo Luciana Murari (2002) “o trabalho no campo não se tornava nem fácil nem ameno, mas uma labuta ingrata sob o sol tropical” (MURARI, 2002, p.148), a luta para o domínio do meio tornava-se incessante, pois o homem derrubava e a floresta se reconstituía, o homem tornava a derrubar, e ela se reconstituía novamente, em uma luta sem fim.

A agricultura tradicional foi utilizada tanto para plantio destinado à exportação quanto para o abastecimento interno. Seus resultados consistiam na criação de uma sociedade praticamente

¹¹ A vegetação das novas terras descobertas era densa e alta, tornando as condições naturais do novo mundo adversas à implementação dos métodos de produção europeus. Outro fato a esse impedimento, era o despreparo dos aborígenes para lidar com os instrumentos agrícolas utilizados na Europa. (FERRARO, 2005, p.39).

¹² Daí o título do famoso livro de Warren Dean (1996): *À ferro e fogo: a destruição da Mata Atlântica Brasileira*.

nômade e de impactos ambientais sobre a floresta, com sua total derrubada, e sobre o solo, com seu uso até o desgaste. Questões que a Colônia Blasiana buscou solucionar, presume-se, procurando introduzir uma agricultura considerada moderna para época, utilizando-se de novos métodos para produção agrícola, transformando o espaço rural.

A agricultura moderna propõe métodos diferentes e mais eficazes do que os utilizados pela agricultura tradicional. Começou a ser implantada no fim do Império, porém passou a ser utilizada de forma abrangente apenas na primeira metade do século XX, perdurando até os dias atuais com uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas e inovadoras.

Seus métodos se baseavam no plantio com uso de máquinas movidas a tração, inicialmente, animal e, nos dias atuais, mecânica. O uso de adubos, naturais ou não, é outra técnica que a diferencia da agricultura tradicional, proporcionando um cultivo interrupto do solo deixando de lado a necessidade de se mudar de área após o uso do mesmo, já que não há desgaste do solo nas proporções que havia antes. Além da utilização de sementes selecionadas, proporcionado uma maior produção e culturas resistentes a pragas. Incentivava a policultura.

A mão de obra, nesse método de cultivo, em geral, era assalariada. Bediaga (2011, p. 57), em uma análise do que configuraria agricultura moderna, aponta que “além do recurso a equipamentos e do uso racional da terra era necessário [...] que contasse com mão de obra livre e capacitada”.

Como seus métodos são mais eficientes que os utilizados na agricultura tradicional, a agricultura moderna proporcionou um maior controle do homem sobre a natureza, sendo esse um diferencial entre os dois métodos de produção. Ferraro (2006, p. 57) nos mostra isso ao dizer que “a ideologia da modernização representava, portanto, uma forma de romper a associação do rural com a barbárie, tornando-se o campo um espaço civilizado, onde o homem assumiria o controle dos elementos naturais [...]”.

Na agricultura tradicional se tem uma incessante luta entre homem e meio, na moderna, com o auxílio da ciência e da tecnologia, o homem domina o meio físico com mais facilidade, eficiência e rapidez. Seus resultados/impactos consistem em uma exploração do solo em que a mudança constante não seja necessária, já que o homem consegue dominar a natureza e suprir as necessidades do solo desgastado com a reposição da fertilidade. Porém, leva a resultados mais desastrosos ao meio ambiente, já que áreas maiores serão devastadas e qualquer tipo de solo, seja ele íngreme ou plano, poderá ser utilizado para a produção agrícola.

O ESPAÇO AGRÁRIO NA COLÔNIA BLASIANA

Santa Luzia desde o início do século XIX possui tradição em fabricar marmelada. O município era o maior fabricante no estado de Goiás¹³. A marmelada é um doce feito com o fruto do marmeleiro, planta originária da Ásia Menor e do Sudeste da Europa, trazido para o Brasil pelos colonizadores. No entanto, foram os escravos que difundiram a tradição de fabricar o doce de marmelo. Até os dias de hoje, essa herança escravista, continua a ser fabricada e comercializada na região e é responsável pela sobrevivência de muitas famílias. Há mais de 150 anos é conhecida como “A Marmelada de Santa Luzia”, mesmo a fabricada em na Cidade Ocidental, (GO).

¹³ Nos dias atuais, a produção de marmelo no município de Luziânia sofreu forte queda, tendo produzido 12 toneladas no ano de 2011, último ano de registro pelo IBGE. Hoje, a posição de cidade com maior produção de marmelo do estado fica com Cidade Ocidental, desmembrada do município de Luziânia há 37 anos, produzindo 48 toneladas no ano de 2012, seguida por Mossâmedes que produziu 32 toneladas no mesmo ano. (GOIÁS. Instituto Mauro Borges (IMB). **Estatísticas Municipais: Séries Históricas**. Goiânia, 2012)

Em 1866, cerca de quinze anos antes da fundação da Colônia Blasiana, Joseph de Mello Alvares participou de uma exposição de produtos agropecuários. A feira foi promovida pelo Império e realizada na capital de cada província, ficando para cada governo provinciano a responsabilidade de organizar e datar os dias de exposição. Joseph de Mello Alvares tratou de expor seus produtos, sendo eles o doce de marmelada e o doce de marmelo:

N.194. – Marmelada.

Exposta pelo coletor do município de Santa Luzia José de Mello Alvares. Este doce é feito no referido município, onde o marmeleiro cresce e produz tantos frutos e de tão boa qualidade, como em nenhum outro lugar do Brasil. Grande parte da população emprega-se ali no fabrico da marmelada, que é o principal ramo de comércio: muitas mil arrobas deste doce são exportadas anualmente para outros municípios desta província e também para as de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro.

N. 195. – Doce de Marmelo.

Exposto pelo mesmo. É preparado em calda de açúcar no mesmo município; porém não em tão grande quantidade como a marmelada, sendo, aliás, um doce muito estimado. (CORREIO OFFICIAL, 1867 p. 03).

Joseph de Mello Alvares, portanto, processava artesanalmente um produto agrícola, o marmelo, que era beneficiado na sua própria fazenda, permitindo sua conservação e comércio com outras regiões. Também se pode destacar a divulgação de seus produtos em exposição, fazendo a propaganda deles. Mello Alvares possuía prestígio como fazendeiro antes da fundação da Colônia Blasiana.

A Colônia Blasiana era ponto de parada dos viajantes que passavam por Santa Luzia. Muitos que ali vinham buscavam visitar essa instituição para conhecer as atividades ali realizadas, como a educação oferecida aos órfãos e, principalmente, sendo o que mais chamava a atenção desses visitantes, o espírito da instituição de empregar novas técnicas no cultivo do solo. Joseph de Mello Alvares fazia questão de que os visitantes visitassem a Colônia para mostrar o que ali era realizado. Percebe-se então nos relatos dos viajantes que as atividades agrícolas praticadas na Colônia Blasiana eram inovadoras para a época. O comum entre todos os relatos são as diferentes e inovadoras formas de se cultivar o solo praticadas naquele local. Seu diretor queria mostrar a imagem de progresso e de civilização, o que justificaria a captação de mais recursos junto aos poderes públicos e doações particulares. Em sua visita no ano de 1884, o Vice Presidente da Província de Goiás aponta a Colônia Blasiana como um local de possível progresso.

Oscar Leal, em seu livro **Viagem às Terras Goianas**, aponta a cidade de Santa Luzia como:

[...] uma cidade verdadeiramente sertaneja, de casas apenas barradas ou mal caiadas, muito pouca pintura, pouco gosto artístico nas construções, principalmente nas modernas, separadas umas das outras por largos claros, ocupados por taipas, com as suas ruas tristes, e apenas concorridas em ocasiões de festas, quando o governo municipal ou os próprios moradores se resolvem a limpá-las do mato, que muitas vezes as tornam intransitáveis. (LEAL, 1980, p. 138).

Santa Luzia possuía ares de cidade atrasada, com casas rústicas feitas da forma mais simples possível havendo ruas nem mesmo calçadas. Era a perfeita imagem de uma cidade goiana no século XIX, cidades sertanejas decadentes, com pouca infraestrutura e com suas populações

quase que exclusivamente morando nas áreas rurais. Dessa forma, podemos observar que o atraso se evidenciava tanto na agricultura do estado quanto em suas cidades e no modo de vida da população goiana.

Entretanto em meio ao atraso, Leal (1980) destaca um local com ares de modernidade:

A três léguas da cidade e a um quilômetro da margem esquerda do rio Corumbá, existe a Colônia Blasiana de que é diretor o Joseph de Mello Alvares, que designou-se a receber nossa visita no dia 6 de maio. Nesta colônia orfanológica ensina-se a cultivar a terra, e as crianças recebem as primeiras noções de agricultura depois que sabem ler corretamente. (LEAL, 1980, p. 142)

No ano de 1882, o jornal **A Tribuna Livre** publicou as palavras do Padre Doutor Raymundo Henrique des Genettes a respeito de sua estadia na Colônia Blasiana. Ele a descreve como sendo um local de bom gosto, organizado, com jardins e fontes de água que encantaram os seus olhos, que apenas na corte (capital) se poderia encontrar, além do zelo com que se tratavam as crianças e como aquelas eram cheias de bons modos, referenciando-se a instituição como exemplo para a criação de outras colônias no Brasil. Outro importante aspecto é evidenciado em suas palavras:

De cada lado do pátio, correm fontes de água viva que banham o jardim. As plantações acham-se em uma área de 1.500 a 1.600 metros perfeitamente plana, oferecendo vastos passeios bordados todos eles de flores e cortados em ângulos retos. (GENETTES, 1882, p. 02).

A plantação se fixava em uma área de pelo menos 1.600 metros com um solo perfeitamente plano. Deparamo-nos com indícios de modernidade na forma de cultivo do solo promovidos na Colônia Blasiana: o mais importante indício deles é que de cada lado do jardim corria água que o banhava. O que pode ser irrigação tanto para o jardim da propriedade quanto para a plantação que ali estava. É característica de a região Centro Oeste atravessar uma longa estiagem ao longo do ano, podendo durar até seis meses. O uso da irrigação permitia atravessar o período de seca dando continuidade à produção.

Outro aspecto que chama a atenção são as plantações que formam um ângulo reto, isto é, são plantadas em linha, o que é mais um indicativo de modernidade. Tanto Oscar Leal quanto o Padre Genettes, evidenciaram uma forma diferente de disposição das plantas na colônia. Leal (1980) destaca a simetria com que as plantas eram dispostas, todas em linha reta. Padre Genettes também aponta o modo de dispor as plantas: todas em um ângulo extremamente reto. Fala também sobre “bananeiras plantadas à cordel” (GENETTES, 1882, p.2), isto é, plantadas em linha reta com o uso de uma corda esticada. Configura-se que as plantações não eram organizadas de forma irregular e aleatória, havia um padrão a ser seguido, configurando o uso de técnicas científicas no modo de produção agrícola. A técnica de cultivar a plantação em linhas retas confere mais facilidade na manutenção da lavoura, o espaço para cultivo se torna melhor disposto e bem aproveitado e há um aprimoramento na época de colheita da plantação.

A instituição foi responsável pela introdução de novas culturas na agricultura goiana, incluindo plantas consideradas exóticas ao cerrado. Algumas delas são cultivadas até os dias atuais; entretanto outras não obtiveram tanto sucesso. Marin (2006, p. 125) destaca diversas plantas cultivadas na Colônia Blasiana, tais como: café, feijão, arroz, milho, trigo, mandioca,

batata doce, batata inglesa, cará, inhame, gengibre, amendoim, gergelim, erva-doce, algodão, tabaco, fava, linho, centeio, cevada, trevo, sorgo, guandu, urucum, anil, lúpulo, palmeiras, videiras, bananeiras, chá e diversas variedades de cana-de-açúcar.

Algumas dessas culturas eram comum na região de Goiás, a exemplo do feijão, arroz, milho, mandioca, bananeiras, amendoim e cana-de-açúcar, algumas já cultivadas pelos índios e outras introduzidas desde o período colonial e utilizados na culinária local. Outras nem tanto, possivelmente só passaram a existir em solo goiano após o cultivo na Colônia Blasiana.

Outras plantas também eram cultivadas na Colônia Blasiana, tais como: o eucalipto, a uva, o trigo de inverno, a baunilha, variedades de pimenta, a canela e o marmelo, como mostra o Padre de Genettes (1882). Todas tiveram a necessidade de passar por aclimação¹⁴, adaptando-se às condições de solo, clima e temperatura do cerrado. As plantações de uva são as que mais impressionam ao se ler o relato do Padre Doutor Raymundo Henrique dês Genettes ao dizer que “dentre as numerosas plantações notei uma de vinhas com mais de 600 pés” (GENETTES, 1882, p.2).

Dentre todas as plantas cultivadas na Colônia Blasiana algumas são produzidas em larga escala nos dias atuais como, por exemplo, o eucalipto, usado na produção de lenha e na fabricação de papel, e o sorgo, muito cultivado para alimentar o gado no período da seca. No entanto, não se pode afirmar que houve um sucesso na introdução dessas plantas, pois muitas caíram no esquecimento. A uva, por exemplo, pouco é produzida nos dias de hoje, talvez devido ao clima ou pela falta de interesse dos agricultores por esta cultura, já que hoje é possível o cultivo de uva em locais de clima mais quentes usando técnica artificiais para quebra de sua dormência. A cevada também é pouco produzida, pois se adapta melhor a climas temperados, apesar de haver fábricas de cerveja no estado. O eucalipto e sorgo, por exemplo, não se transformaram imediatamente em culturas de valor comercial e tiveram ser reintroduzidas posteriormente.

A implantação de novas culturas pela Colônia Blasiana é outro aspecto de modernidade agrícola proporcionado por esta instituição. Sua intenção não era apenas a prática da monocultura, o cultivo de um único gênero agrícola, característica da agricultura da época, mais sim a prática da policultura, isto é, o cultivo de diversos espécimes¹⁵.

Para se introduzir novas culturas faz-se necessário a aclimação das espécies. A uva, geralmente cultivada em locais de clima mais ameno, é um dos melhores exemplos. A aclimação consiste no processo de adaptar um organismo a condições de habitat diferentes ao de sua origem. Geralmente envolve-se a temperatura e o clima. Entretanto, não há relatos sobre haver experimentos cientificamente controlados para a aclimação de plantas.

Durante o funcionamento da Colônia Blasiana, foi remetido a ela, pelo Ministério da Agricultura, um projeto arquitetônico de estábulos apropriados para criação científica de gado.¹⁶

Aos imperiais institutos Fluminense, Bahiano, Sergipano, e Pernambucano, bem como às escolas agrícolas de Santa Isabel, Piracicaba, Blasiana [...] remeteu o ministério da agricultura o plano de estábulos apropriados a estabelecimentos agrícolas [...] (REVISTA DE ENGENHARIA, 1887, p. 35).

14 Apesar de alguns vegetais já tivessem sido aclimatados nas ilhas portuguesas do Atlântico, e posteriormente introduzidos no litoral brasileiro, a exemplo da banana, cana de açúcar e a vinha.

15 Hoje em dia a monocultura também é praticada com princípios científicos, sendo, portanto, moderna.

16 Os estábulos são locais fechados onde os animais domésticos, como gado bovino ou cavalos, são recolhidos, geralmente, para dormirem ou alimentarem-se.

São, portanto, um novo método para a criação e domesticação de animais. Com seu uso os animais não seriam criados de forma solta em grandes áreas, mas sim agrupados em um único local facilitando seu manejo e domesticação. O confinamento do gado, além de garantir maior produtividade do rebanho, garante a concentração do estrume em um único local, facilitando seu aproveitamento como adubo. Portanto, o uso de estábulos para animais possui uma estreita ligação com a adubação do solo das plantações. Essas técnicas que podem ser consideradas modernas, tanto a adubação do solo com adubos naturais providos dos animais da própria fazenda, quanto na forma de manejo dos animais. Não se sabe se esse projeto foi implantado.

Para que as formas de plantio na Colônia Blasiana sejam consideradas modernas outro aspecto também deve ser levado em consideração, que são os instrumentos agrícolas utilizados. O auxílio da tração animal ou mecânica proporciona mais eficácia e rapidez na produção agrícola. Alguns exemplos de máquinas à tração animal são: o arado, os gradeadores, colheitadeira, dentre outros.

Segundo Ferraro (2005, p. 54), no final do século XIX e início do século XX somente poucos agricultores do Sul e Sudeste utilizavam máquinas agrícolas modernas. Clayton Silva (2009, s/n) mostrou que somente na década de 20 do século passado, o uso de maquinário agrícola será incorporado efetivamente pelos fazendeiros. Isto é, que a agricultura moderna se efetivará.

Mas será que Colônia Blasiana realmente usava esse instrumento? O fato de não haver nenhuma menção ao seu uso, por parte de quem visitou a instituição e na imprensa, não permite comprovar totalmente a nossa hipótese. Ou seja, como supor que a Colônia Blasiana foi um importante agente de modernização da agricultura goiana, se ela não a praticava totalmente em suas lavouras?

Possivelmente os instrumentos utilizados na prática agrícola, pela Colônia Blasiana, eram movidos à tração animal, não há menções a respeito de quais máquinas eram utilizadas e nem de pedidos feitos por Joseph de Mello Alvares ao governo ou a outras instituições de quaisquer instrumentos agrícolas, tão pouco o envio de maquinários à instituição. Entretanto, como um de seus objetivos era a introdução de técnicas modernas na agricultura goiana, seus instrumentos, pode-se supor, deveriam ser movidos à tração animal, o que configuraria o uso de técnicas científicas no modo de produção.

Durante a existência da Colônia Blasiana, Joseph de Mello Alvares não poupou forças em realizar pedidos de livros a instituições de norte a sul do país. Pouco mais de um mês após o envio de um pedido seu, o Imperador, no dia 5 de fevereiro de 1883, no jornal **O Globo**, fez uma solicitação à Associação Promotora da Instrução, situada na corte do Império, que enviasse livros literários, agrícolas e religiosos para à Biblioteca Senador Corrêa, que era o nome da biblioteca da colônia.

No mesmo ano e mês, Joseph de Mello Alvares agradece em uma nota publicada no jornal **O Apostolo** de 1883, ao Excelentíssimo e Reverendo Senhor Bispo da Diocese de Mariana pelo donativo de livros religiosos e didáticos que o mesmo acabara de enviar a biblioteca da Colônia.

Manifesto ao Exm. e Rvm. Sr. Bispo da Diocese de Mariana aos sentimentos da minha gratidão e eterno reconhecimento pelo importante donativo de livros religiosos e didáticos que o mesmo Exm. e Rvm. Senhor acaba de fazer à biblioteca da colônia ophanologica que estou dirigindo, suplico a S. Ex. Rvma. Para que lance a sua benção apostólica sobre mim e sobre a mesma colônia. (ALVARES, 1883, p. 4).

No ano de 1884 foi nomeada uma comissão de notáveis, na capital de Goiás, incumbida de angariar doações de livros, jornais e revistas para a biblioteca da instituição. A comissão foi composta pelos conselheiros: Francisco Antônio de Azevedo, João Gonzaga de Siqueira, João Geraldo Teixeira e José Ignácio da Luz. Outra comissão com os mesmos objetivos foi criada na corte imperial.

No dia 11 de novembro de 1884 foi publicado no **Diário de Belém**, o deferimento de um pedido feito ao Conde Villeneuve:

O pedido do Sr. Joseph de Mello Alvares, diretor da Colônia Blasiana, situada em Santa Luzia, na Província de Goiás, acaba o Sr. Conde Villeneuve de enviar para a biblioteca do mesmo estabelecimento 94 volumes, dos quais 55 encadernados e 39 brochados. (**DIÁRIO DE BELÉM**, 1884, p. 02).

No ano de 1886, outro pedido é deferido pelo Ministério do Interior a respeito do envio de uma coleção da **Revista Pedagógica**, “encomendou-se ao diretor da ‘Pedagogium’ que [providenciasse] [...] uma remessa da coleção da revista pedagógica ao diretor da Colônia Blasiana, em Goiás” (**JORNAL DA CIDADE DO RIO**, 1896, p. 2). A coleção da **Revista Pedagógica**, possivelmente, para auxiliar os professores da colônia na instrução das crianças.

Os livros doados ampliavam e diversificavam o acervo da biblioteca da Colônia. Os de assuntos agrônômicos seriam utilizados na capacitação dos meninos, produzindo mão de obra especializada. Todos os livros ficariam a disposição para auxílio na catequese, para a alfabetização e formação intelectual dos alunos.

A Colônia Blasiana, além dos recursos anuais, sempre recebia ajuda financeira por parte do governo Imperial. Nos anos de 1883 e 1882 a colônia foi agraciada com o envio de suas primeiras doações. As mesmas se destinavam a biblioteca e as aulas de música. Na **Gazeta de Notícias** do dia 23 de dezembro de 1883 foi publicado o envio de uma quantia de 200\$ réis para auxílio da recém-fundada biblioteca.

Foram solicitadas ao Ministério da Agricultura sementes de diversas plantas de interesse econômico, algumas não existentes no estado de Goiás. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura enviava também sementes de diversas culturas sempre que solicitado. No dia 30 de novembro de 1881 foi publicada no Diário do Brasil uma solicitação, por parte do Ministério da Agricultura, ao IIFA que enviasse ao diretor da Colônia Blasiana sementes de trigo, centeio, cevada, aveia e linho maior. E no dia 10 de fevereiro de 1883 foi publicado no **Correio Oficial** uma notícia sobre o envio, por parte do mesmo ministério, de uma segunda remessa de trigo branco do Chile à Colônia:

Ao diretor da Colônia Blasiana de S. Luzia, remetendo mais 4 pacotes contendo sementes de trigo branco do Chile, com os quais fica completa a remessa feita pelo Ministério da Agricultura e de que trata o ofício desta presidência n. 67 de 13 de novembro ultimo, visto terem chegadas estragadas algumas latas, perdendo-se assim grande parte das sementes. (**CORREIO OFFICIAL**, 1883, p. 02)

O trigo branco do Chile, variedade de trigo, que possivelmente era uma cultura inexistente no Estado de Goiás, possivelmente foi cultivado e implantado pela Colônia Blasiana por sugestão do Ministério da Agricultura. Observa-se que a Colônia Blasiana era agraciada com o

envio de sementes por instituições diferentes, sejam elas particulares, como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ou públicas, como o Ministério da Agricultura.

No ano de 1891 o Ministério da Agricultura publica um extrato de considerações acerca da indústria agrícola no Brasil, no qual nomeou uma série de instituições que recebiam subsídios do referido ministério para projetarem suas atividades, dentre elas cita-se a Colônia Blasiana.

Um ano após a fundação da Colônia Blasiana, a mesma recebia do governo um montante anual de 5.000\$000 réis, passando a 6.000\$000 depois de dois anos. Publica-se no dia 28 de outubro de 1882 no **Correio Oficial** o consentimento de 2.000\$000 réis a colônia:

Ao inspetor da fazenda, remetendo-lhe, por cópias, para os fins convenientes, os avisos do Ministério da Agricultura de 15 de julho do ultimo, sob ns. 1 e 2: o 1º concedendo o credito de 2.000\$000 rs. para ser entregue ao diretor da Colônia Blasiana a titulo de subvenção[...] (**CORREIO OFFICIAL**, 1882 p. 03).

No ano de 1884, três anos após sua fundação, Joseph de Mello Alvares apresenta um relatório ao governo da província com os gastos anuais da Colônia Blasiana. Seus gastos chegavam a 9.576\$000 (réis), ao qual se tornava pequena a quantia recebida de 6.000\$000. Para garantir a manutenção da instituição seu diretor afirmava, sendo amparado por outras pessoas, que retirava dinheiro de seu próprio bolso para garantir a manutenção da instituição. (MARIN, 2006, p. 127)

No ano de 1887 foi feito o envio de novos recursos à Colônia Blasiana. Segundo o **Boletim da Alfândega** (1887, p. 3), “5.500\$000, aumento de subvenção à Colônia Blasiana, na província de Goiás” quantia retirada de um montante total de 32.000\$000 destinado às escolas orfanológicas do país. Entretanto, apesar de subsídios destinados a instituição, no ano de 1895 a Colônia Blasiana teve suas atividades encerradas com a justificativa de contenção de custos e gastos. Na verdade, houve problemas de cunho político com o governo republicano da época, assim como houvera antes com o IFFA, que encerrou suas atividades quatro anos antes em circunstâncias parecidas. Ambas eram instituições de referência da monarquia, que traziam prestígio ao Imperador e era temerária sua continuidade, pois poderia causar constrangimentos ao novo regime.

De acordo com o exposto, percebe-se que era ideia de Joseph de Mello Alvares era equiparar a agricultura de Goiás a outras regiões do país. Entretanto essa ideia não pode ser levada adiante por conta do baixo interesse do estado para com as atividades desenvolvidas na Colônia Blasiana, a qual fechou suas portas no ano de 1895.

CONCLUSÃO

Fundada com a intenção de oferecer educação a crianças negras e desvalidas, a Colônia Blasiana teria ido além de sua finalidade inicial, buscando mudar o cenário atual da agricultura no Estado de Goiás. Porém, embora haja alguns indícios e gozasse de privilégios junto ao Ministério da Agricultura, pode-se e dizer que ela procurou introduzir métodos modernos em suas plantações, mas não há elementos suficientes para afirmar que ela tenha influenciado nos rumos da agricultura goiana.

A instituição foi responsável pela introdução de novas culturas no Estado de Goiás e algumas delas consideradas exóticas ao cerrado, como o eucalipto e a uva. Buscou combater a rotina agrícola, considerado insustentável na época em função do aumento do mercado consumidor,

que exigia novos produtos, maior produção e maior produtividade para barateamento dos preços ou aumento dos lucros. Também havia a diminuição das áreas cobertas com mata virgem, essenciais para a expansão das lavouras naquele método.

Em seu espaço agrário havia uma convivência entre rotina agrícola tradicional e uma rotina moderna. Ao mesmo tempo em que a Colônia Blasiana convivia com o atraso do pensamento dos agricultores vizinhos e com suas limitações, a exemplo do maquinário utilizado, ao qual não há registros de quais eram, sendo esse o essencial para a superação do tradicionalismo no meio agrícola.

Também não foi possível identificar como funcionava a escola, quem eram seus professores e o programa de ensino agrícola, o que caberá um novo estudo. Portanto, não se pode afirmar com segurança que essa instituição de ensino profissionalizante realmente fosse responsável pela implantação de novos métodos.

Fechou suas portas no ano de 1895. Foi, durante o período de seu funcionamento, a instituição mais importante na agricultura do Estado de Goiás. Porém, é pouco conhecida e mencionada nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Joseph de Mello. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro, 1883. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=Colonia%20Blaziana&pasta=ano%20188>>. Acesso em: Julho de 2013.

ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DA INSTRUÇÃO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 de Fevereiro, 1883. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369381&pasta=ano%20188&pesq=Colonia%20Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas**. 2011. 265 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas. Campinas – São Paulo, 2011.

CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 de Dezembro, 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=Colonia%20Blaziana>. Acesso em: Julho de 2013.

CORREIO OFFICIAL, Goiás, 18 de Maio, 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pesq=Mello%20Alvares>>. Acesso em: Julho de 2013.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIÁRIO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 30 de Novembro, 1881. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=225029&pasta=ano%20188&pesq=Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

EXPEDIENTE da Presidência, **Correio Oficial**, Goiás, 28 de Outubro, 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pesq=Colonia%20Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. 2005. 106 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba – São Paulo, 2005.

FERREIRA, Firmino Pires. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 30 de Janeiro, 1986. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20189&pesq=Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

GENETTES, Raymundo Henrique, **A Tribuna Livre**, Goiás, 15 de Julho, 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717592&pasta=ano%20188&pesq=-Colonia%20Blaziana>>. Acesso em: Julho de 2013.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges (IMB). **Estatísticas Municipais (Séries Históricas)**. Goiânia, 2012. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em: Julho de 2013.

JAYME, Luiz Gonzaga, **O Publicador Goyano**, Goiás, 17 de Maio, 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716774&pesq=Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)**. Publicação 11. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980, 255 p.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Revista Profissionalizante em Goiás: A experiência pioneira da Colônia Blasiana. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG**, Goiânia, v. 31, p. 11-137, jan./jun. 2006.

MARQUES, Joaquim Roberto de Azevedo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 de Dezembro, 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=Blasiana>. Acesso em: Julho de 2013.

MURARI, Luciana. **As Concepções de Sertão na Literatura Brasileira**. 2002. 487 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 2002.

NOTÍCIAS, **Diário de Belém**, Belém do Pará, 11 de Novembro, 1884. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=222402&pesq=Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

PLANO de Estábulo, **Revista de Engenharia**, Rio de Janeiro, 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709743&pesq=Blaziana>>. Acesso em: Julho de 2013.

SEÇÃO 12: Diversas despesas. **Correio Oficial**, Goiás, 5 de Abril, 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pesq=Colonia%20Blasiana>>. Acesso em: Julho de 2013.

SEÇÃO NOTICIOSA. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 4 de Janeiro, 1884. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=Colonia%20Blaziana&pasta=ano%20188>>. Acesso em: Julho de 2013.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO EM ÁREAS DO CERRADO

EIXO
2

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPO ALEGRE DE GOIÁS (GO)

Lara Cristina Brandão da Silva Soares
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
lara_sergio-2010@hotmail.com

Valdivino Borges de Lima
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
vallima13@hotmail.com

Resumo

Este artigo versa sobre a organização do espaço urbano em Campo Alegre de Goiás (GO), especificamente sobre o bairro Céu Azul, exemplo de segregação social que surgiu em meados da década de 1990, período de grande movimentação de pessoas e atividades econômicas como o processo de industrialização e modernização da agricultura. Procura-se demonstrar, nesse sentido, as mudanças na estruturação do espaço urbano de acordo com as demandas dos processos socioeconômicos e como, a partir da década de 1970, essas transformações se intensificam. Como consequência, a modernização da agricultura impulsiona a migração de trabalhadores em busca de trabalho e de empresários rurais à procura de vantagens governamentais. Este incremento tem como consequência o aumento da demanda por serviços públicos. O crescimento da malha urbana passa a ocorrer de forma que fica visível o poder aquisitivo dos novos moradores caracterizados na localização e implantação de equipamentos urbanos. O bairro Céu Azul é um exemplo deste processo.

Palavras-chaves: Urbanização, Modernização da Agricultura, Migração, Bairro.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre a organização do espaço urbano de Campo Alegre de Goiás (GO), após a inserção da agricultura moderna no município, ou seja, com a chegada dessa atividade econômica ocorrem mudanças na malha urbana, e resultado de nossa preocupação em relação à cidade nos estudos urbanos. Foram visitadas algumas localidades do perímetro urbano, com o propósito de observar e compreender os processos que levaram à consolidação da atual forma da cidade no momento relacionando-a, principalmente, aos sujeitos que se apropriaram da mesma após o advento da agricultura moderna por volta da década de 1970 do século passado. E como exemplo da segregação social, identificamos o bairro Céu Azul, localizado na periferia da cidade e pelo modelo e organização das moradias, pode-se inferir que abrigam pessoas de baixo poder aquisitivo.

A justificativa e o interesse por essa temática estão fundamentados, sobretudo por ter realizado esta pesquisa como objeto do Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia e, tem como objetivo contribuir com estudos de caso que abordem a organização do espaço urbano, verificando as demandas socioeconômicas que transformam a paisagem urbana.

Embasados teoricamente no contexto da Geografia Urbana, propomos enquanto metodologia uma discussão através de artigos, livros, pesquisas em órgãos públicos, dissertações e teses, que abordem a temática além do trabalho de campo pautado pela observação não estruturada realizado no local a fim de apresentar e analisar as transformações do espaço urbano da cidade e especificamente do bairro Céu Azul produzido ao longo da construção histórica. A ideia de discutir o espaço urbano a partir de uma ideia geral e chegar ao específico nos parece bastante pertinente visto que são estas particularidades, o bairro, que dão identidade ao lugar.

O município está localizado no Planalto Central Brasileiro, na região Sudeste do Estado de Goiás, na Mesorregião do Sul Goiano e na Microrregião de Catalão (GO), cortado pela rodovia BR 050 que liga São Paulo (SP) a Brasília (DF). Sua extensão territorial é de 2.462,993 km², faz limite com Catalão e Ipameri no Estado de Goiás e com Paracatu no Estado de Minas Gerais, encontra-se a 250 km Goiânia (capital do Estado), a 215 km de Brasília (capital federal) e a 800 km de São Paulo. Segundo dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 6.060 habitantes, sendo 1.579 habitantes na zona rural e 4.481 na zona urbana.

AGRICULTURA MODERNA E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS

Segundo os dados históricos do município, a cidade se consolidou a partir do pouso de tropeiros que adentravam o território goiano desde o final do século XVIII e surgiu no entroncamento da estrada para Catalão e Ipameri tornando-o como ponto de parada, descanso, reposição de energias para continuar a caminhada. Provavelmente alguns destes tropeiros estabeleceram morada no local, na medida em que fixavam mais pessoas ao povoado, este se eleva a condição de distrito. Sua elevação à categoria de município com denominação de Campo Alegre de Goiás se deu em 12 de novembro de 1953, pela lei estadual nº 893, desmembrando de Ipameri. Constituído de distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1954 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)¹.

Com a emancipação do município demarca-se o perímetro urbano, mas a população continuava predominantemente rural, as pessoas residentes na cidade estavam intimamente ligadas ao setor público municipal ou às vendas². Com a falta de infraestrutura propícia para atender a população local, esta continuou mantendo relações com Ipameri, durante longo tempo até mesmo, pela questão do município fazer parte até hoje da Comarca de Ipameri.

Desde a Revolução de 1930, a Macha para Oeste, a construção de Goiânia, podemos dizer que o Estado de Goiás como um todo vem sofrendo constantes transformações sociais,

¹ Histórico do município de Campo Alegre de Goiás (GO). Disponível em <<www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

² Termo regional muito utilizado para caracterizar lojas comerciais de diversos produtos.

econômicas, culturais e espaciais. Esses processos aconteceram impulsionados por forças políticas que visavam à expansão e desenvolvimento do Planalto Central Brasileiro.

Esses momentos históricos do Estado de Goiás tiveram papel fundamental no seu crescimento e contribuíram fundamentalmente na sua integração com as regiões mais importantes do Sul e Sudeste, mais precisamente no final da década de 1950 e início da década de 1960. Lançava-se outro grande projeto bem ao centro do território brasileiro, a construção de Brasília (DF) sede da nova capital federal. Essas mudanças que já vinham acontecendo ganha um novo aliado Juscelino Kubistchek, responsável pela consolidação do projeto de interiorizar a capital federal que já estava em discussão bem antes de seu governo.

Estes programas de ocupação e expansão, como a Marcha para Oeste, a construção de Goiânia e a construção de Brasília num espaço de trinta anos foram fundamentais para que o Estado de Goiás se tornasse alvo de migrantes que contribuíram com a implantação de diversos setores da economia, inaugurando uma nova fase nesta região.

Após o final da II Guerra Mundial, o processo de globalização implicou numa nova divisão territorial do trabalho, redefinindo assim, a própria organização do espaço. E ainda, a partir de 1970 o processo de modernização do campo expandiu e alterou grande parte do território brasileiro. (Corrêa, 1995). E foi nesse processo de modernização que aconteceu a expansão da fronteira agrícola, abrangendo o *Cerrado*³ e dando início ao desbravamento, conseqüentemente, essa expansão atinge o município de Campo Alegre de Goiás.

A emancipação do município ocorreu em 1953, e até o final da década de 1970 a cidade se desenvolveu a um ritmo brando. O principal agente transformador do espaço urbano, o poder público municipal passa a investir em algumas obras de forma a atender as necessidades mais prementes da população local. Todavia, no final desta década a agricultura brasileira passa a sofrer processos de modernização e transformação; e com a escassez de terras nas regiões mais desenvolvidas Sul e Sudeste do país, os produtores começam a buscar novas fronteiras agrícolas, mais precisamente, sobre o Cerrado no Centro-Oeste do país.

A expansão da fronteira agrícola foi possível devido aos baixos preços das terras do Cerrado, incentivos governamentais para o desenvolvimento do Estado, como por exemplo, os programas; POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado), juntamente com as pesquisas de correção de solo, feitos inclusive por órgãos oficiais além de outros fatores de forma que a paisagem do Cerrado começa a se modificar, dando lugar as grandes extensões de monoculturas, principalmente de soja e milho para a exportação.

O POLOCENTRO foi responsável pela modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste; “[...] estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente na dotação de infra-estrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de financiamento rural” (ESTEVAM, 1998, p. 166). Esse programa destinou ao Estado de Goiás o maior número de projetos, promoveu a mecanização, a distribuição de energia elétrica na zona rural, e ainda, disponibilizou investimentos para construção e conservação de armazéns e estradas, entre

³ O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em extensão territorial, localizado no Planalto Central do Brasil, caracteriza-se pela presença de gramíneas cobrindo o solo, clima tropical, com duas estações bem definidas uma seca outra chuvosa, abundância hídrica, solos ácidos e diferentes fitofisionomias. Mais informações sobre o Cerrado consultar Ferreira (2003).

outros fatores. Por sua vez, o PRODECER consistiu na cooperação entre Brasil e Japão, um programa governamental direcionado ao setor agrícola.

Com a chegada da agricultura moderna no município de Campo Alegre de Goiás, tanto o campo quanto a cidade ganham novos sujeitos, que passam a conviver com sujeitos antigos. Podemos destacar a presença de agrônomos, pilotos agrícolas, novas agências bancárias, armazéns e silos às margens da rodovia BR 050, empresas voltadas ao setor agropecuário, representantes de multinacionais compradoras de grãos, empresas fornecedoras de insumos e fertilizantes e trabalhadores braçais. Através desses novos sujeitos, surgem também novas demandas na cidade, e caberá ao poder público municipal a implantação de infraestruturas como, “[...] sistema viário, calçamento, água, *esgoto*, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral [...]”⁴ (CORRÊA, 1989, p. 24, grifo nosso).

A partir desse momento a população rural começa a migrar para cidade. Os pequenos produtores por não disporem de capital e também não ter domínio das novas técnicas de produção, se vêem obrigados ou tentados a venderem ou arrendarem suas propriedades aos grandes proprietários, sendo o destino principal a cidade. Deve ser considerado também o movimento de migração de mão de obra, de outras regiões do estado e do país, que vieram para trabalhar nas lavouras como boias frias.

Esses trabalhadores alojavam-se nas fazendas ou mesmo na cidade, em condições de vida precárias, o que contribuiu para o aparecimento de moradias marginalizadas e também para a criação do bairro Céu Azul. No princípio, esses trabalhadores realizavam inicialmente o trabalho sazonal, mas posteriormente foram se fixando na cidade e buscavam o restante dos familiares. Como solução para a moradia desses trabalhadores que não retornaram a sua terra natal, o poder público cria o bairro popular, Céu Azul (figura 01) e doa a moradia para aqueles trabalhadores que tinham mais de dois anos de residência no município⁵.



Figura 01: Vista parcial do bairro Céu Azul.

Autor: LIMA, M. S. 10/02/2013.

4 Em Campo Alegre de Goiás (GO) não há rede de esgoto e o meio utilizado ainda é a fossa séptica.

5 A doação desses imóveis estava condicionada à comprovação de residência no município de pelo menos dois anos.

Atualmente a cidade de Campo Alegre de Goiás conta com 4.481 (quatro mil quatrocentos e oitenta e um habitantes), IBGE (2010) como pode ser visto na tabela 01. Esta população se espalha pelo centro e pelos outros bairros da cidade como Santa Catarina, Bela Vista, Céu Azul, Vila Aurora, Vila Satélite, Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Delermundo. Porém, é possível identificar as desigualdades e as desigualdades espaciais produzidas pelo sistema de produção capitalista, na área urbana pela disposição de sua malha urbana e distribuição de equipamentos públicos, ou seja, a cidade territorialmente dividida em classes sociais. De acordo com Simmel (1967, p.24) “as cidades são, em primeiro lugar, sede da mais alta divisão econômica do trabalho”.

Tabela 01 – População Residente de 1970 a 2010 em Campo Alegre de Goiás (GO).

Ano	Rural	Urbano	Total
1970	3.926	610	4.536
1980	3.506	1.076	4.582
1991	2.442	2.094	4.536
2000	1.656	2.869	4.525
2010	1.579	4.481	6.060

Fonte: LIMA, V. B. 2003; IBGE, 2010. Org. SOARES, L. C. B. da S. 2013.

Ao analisar a tabela, pode-se inferir que, até a década de 1991, a população residente no município era predominante rural. Entretanto, a inversão de rural para urbana ocorreu em 2000, isto é, aumentou o fluxo de pessoas na cidade. Esse aumento da população urbana não está relacionado apenas com a inversão de rural para urbana, mas também, com a inserção de migrantes. O maior salto quanto à totalidade da população foi de 2000 a 2010, nesse período, a zona rural teve uma perda aproximada de 4,7% e a zona urbana um ganho de 56, 2%.

Campo Alegre de Goiás por ser uma cidade com menos de 20.000 habitantes, não possui Plano Diretor ou qualquer tipo de planejamento urbano. O principal agente produtor e modelador do espaço urbano é o poder público municipal, através da Secretaria de Obras e vinculado ao setor agrícola, de forma que as classes sociais ficam explicitamente dispostas, isto é, segregam os menos favorecidos através da distribuição de casas populares em bairros marginais da cidade. A partir desta segregação em lugares com pouca ou até mesmo sem infraestrutura, observamos a discriminação por parte dos governantes e das pessoas de maior poder aquisitivo em relação à proximidade com os mais carentes. Ou como diz Corrêa (1989);

Na sociedade de classes verificam-se diferenças no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo [...] correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado (CORRÊA, 1989, p. 29).

Ou ainda como comenta Caldeira (1984, p. 7) a “[...] referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura urbana”. No entanto, quem foi contemplado com a moradia, são pessoas humildes, que ficam gratas ao líder do poder municipal, muitas vezes, sendo seus eleitores em todas as ocasiões, demonstrando o aproveitamento dos políticos que se apropriam dessa fragilidade para fazerem proselitismo político, com promessas de assistencialismo, e se elegem graças a essas pessoas carentes, humildes, pobres e excluídas dos direitos elementares de cidadania. A troca de favores se estabelece.

O BAIRRO CÉU AZUL

O bairro Céu Azul é o exemplo de segregação da classe social, foi construído na década de 1990 através de programas de moradias inspecionado pelo poder público municipal, considerado como um bairro popular, por estar localizado na periferia da cidade e próximo ao Cemitério Municipal. A repartição dos cômodos das casas inclui; sala, cozinha, dois quartos e um banheiro, num total de 39 m². As residências destinam fundamentalmente ao abrigo de população de baixa renda, sobretudo trabalhadores migrantes. É um bairro constituído desde doações de habitações populares a lotes para construção de moradias.

Por ser uma cidade com pequena quantidade de habitantes e dimensão territorial, pode ser observada a segregação, e por meio desta observação, logo, já se consegue identificar o espaço periférico. Ao olhar do geógrafo, depara-se com uma paisagem periférica, com trabalhadores sem qualificação, destinados ao trabalho mais exaustivo e à remuneração mínima.

De acordo com Corrêa (1989) de um lado temos:

[...] ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infra-estrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros (CORRÊA, 1995, p. 31).

Contraditório ou não, após a construção do bairro Céu Azul a gestão pública constrói um lixão próximo a ele, causando desconforto a população, pois os moradores sofriam com o mau cheiro, insetos e animais (moscas e ratos), que percorriam o lixão e as casas, sob o perigo de contrair alguma doença. Também sofriam com outros problemas como a fumaça preta que invadiam suas casas toda vez que era colocado fogo ao lixo. Com a transferência do mesmo em 2009, estes problemas diminuíram. Atualmente o local é utilizado como depósito de lixo reciclável.

Conforme os estudos de Engels (Londres, década de 1840) e Caldeira (São Paulo, década de 1984), podem ser percebidos que a segregação e a ausência de infraestruturas básicas aos cidadãos, não são recentes e não ocorrem somente nas grandes cidades, mas em todos os lugares. Nosso exemplo no bairro Céu Azul. A figura 02 retrata uma das necessidades básicas do homem, a moradia, além da alimentação e de outros recursos fundamentais. Para sobreviver e se proteger das intempéries do tempo o homem improvisa precariamente sua moradia.



Figura 02: Autoconstrução no bairro Céu Azul.

Autor: SOARES, L. C. B da Silva. 30/05/2013.

Engels (2010, p. 68) nos alertava sobre a guerra social, a guerra de todos contra todos “[...] cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto os muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida”. Ele nos dizia, ainda, que as condições sociais são marcadas pela desigualdade e contradição. Normalmente as condições para os trabalhadores migrantes são mais difíceis, e às vezes podemos nos deparar com a vulnerabilidade social.

Ainda de acordo com o autor “[...] desempregado, fica a mercê da sorte e come o que lhe dão, o que mendiga ou [...] o que rouba – e se não encontra nada, simplesmente morre de fome [...]”. No caso do nosso objeto de estudo observamos que de todos os bairros da cidade de Campo Alegre de Goiás, o bairro Céu Azul é o único que apresenta concentração de casas. Nos outros bairros as casas estas dispersas uma das outras e com um padrão de construção completamente diferente.

Ao estudar o bairro Céu Azul, tentamos caracterizar o seu espaço a partir de memórias, do processo histórico de consolidação da cidade, da análise da sua classe de moradores, todavia, verificamos que, o espaço urbano é construído por diferentes usos da terra, e é produzido através do trabalho (Corrêa, 1989). Observamos ainda, que antes da chegada da agricultura moderna esta segregação da classe trabalhadora não era tão explícita, até mesmo pela questão da população urbana ser menor do que a rural; composta basicamente por pessoas nativas, não havia, portanto, tamanha distância entre ricos e pobres, pelo menos espacialmente, não existindo bairros marginalizados. Enfim, esta estratificação da sociedade de classes é contraditória e excludente, e o que nos deixa indignado é a precarização das condições humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este trabalho sobre o município de Campo Alegre de Goiás constatamos que este tem sua origem relacionada à uma atividade muito importante no processo de ocupação do território goiano: o pouso de boiadas e tropeiros em um período que se destacava a *pecuária extensiva* e a *agricultura de subsistência* (ESTEVAM, 1998). Desenvolveu-se lentamente, até a década de 1970, quando iniciou a exploração do Cerrado e implantação de lavouras comerciais. A

partir desse momento, o município começa a se transformar; chegada de migrantes, incremento e demandas de infraestruturas voltadas ao setor agropecuário, a população local começa a passar por processos de mudanças, no que diz respeito às relações sociais e de trabalho.

Sabemos que a produção da agricultura moderna, entendendo-a como o uso intensivo de técnicas e insumos e voltada para o comércio externo, é alta e estabelece relação com diversos lugares. Entretanto, não se destina a sanar a vulnerabilidade social, emprega pouca mão de obra e exige qualificação, por isso, observamos no bairro Céu Azul a extratificação da classe trabalhadora com pouca ou quase sem nenhuma qualificação. Através da realização desse trabalho, observamos que o município se reestruturou a partir da implantação das lavouras de monoculturas, ou seja, ao longo do tempo as transformações no espaço ficam evidentes, modificando assim, as relações sociais existentes, e incrementando as novas demandas de acordo com as exigências impostas pela modernização. Verifica-se a facilidade em identificar a moradia de empregados pela forma e localização, enquanto a dos proprietários das lavouras de monoculturas torna-se mais difícil, pois a maioria destes não reside na sede do município mas em centros urbanos maiores, e alguns poucos que residem na sede de suas propriedades na zona rural.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA. T. P. do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORRÊA, R. L. **A urbanização nas áreas de Cerrado: algumas notas.** Uberlândia: Sociedade e Natureza, 1995. p. 147-150.

CORRÊA. R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

ENGELS. F. As grandes cidades. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução SHUMANN. B. A. Edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Ed. Do Autor, 1998.

LIMA. V. B. **Os caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000).** 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU. 2003.

FERREIRA. I. M. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO).** 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS (GO). Disponível em <<www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS (PRODECER). Disponível em <<www.abrasil.gov.br>>. Acesso em 16 de abril de 2013.

SIMMEL. G. A. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Otavio g. Velho (Org.).

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CERRADO GOIANO:
RELAÇÕES ENTRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
E A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA MESORREGIÃO DO
CENTRO GOIANO, ENTRE 2010 E 2012**

Edgar da Silva Oliveira

Universidade Estadual de Goiás – UnU Goiás
edgardasilvaoliveira@gmail.com

Leandro Oliveira de Lima

Universidade Estadual de Goiás – UnU Goiás
leandro_oliveira_lima@hotmail.com

Resumo

O presente artigo versa sobre a questão da produção de uma parte do espaço goiano historicamente importante na consolidação da ocupação do cerrado. O nosso objetivo é discutir as relações estabelecidas entre o Estado, a partir do seu aspecto tributário, e a sociedade, pelo viés da dinâmica demográfica, nessa parte do cerrado brasileiro. Especificamente, miramos nosso debate para as relações estabelecidas entre as transferências constitucionais (federal e estadual) e a dinâmica demográfica da mesorregião do Centro Goiano, compreendendo que elas guardam características peculiares pois, decorrem desses dois elementos (receitas e demografia), a dinâmica da produção do espaço goiano. Metodologicamente fizemos levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e órgãos de fiscalização e controle das receitas constitucionais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os anos de 2010 e 2012.

Palavras-chave: espaço goiano, dinâmica demográfica, transferências constitucionais.

INTRODUÇÃO

O artigo a seguir tem como propósito discutir a produção do espaço goiano a partir da coleta e sistematização de dados de repasses constitucionais a 34 municípios da mesorregião do Centro Goiano, entre 2010 e 2012. A escolha justifica-se pelo crescente debate em torno dos municípios goianos que perderam população nos últimos anos. Por isso mesmo é importante refletir sobre as condições de infraestrutura desses municípios, pois estas têm profunda relação com o trabalho e a geração de emprego, que são importantes indicadores do processo de migração populacional. Sabemos que as transferências da União e do Estado incidem sobre a escala municipal propiciando aos municípios condições de desenvolvimento, mediante as transferências diretas, resultantes de recolhimentos de impostos no caso do Imposto sobre

a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e repasses federais como os provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) e os oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ao longo do texto discorreremos sobre a relação entre as transferências constitucionais ao nível federal e estadual e analisamos como elas guardam relação com os dados populacionais da mesorregião do Centro goiano, objeto de estudo dessa pesquisa. Por fim, nosso propósito é compreender como ocorre a distribuição dos recursos e em que medida as receitas interferem nas disparidades verificadas entre os municípios no tocante a dinâmica populacional.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram no levantamento bibliográfico, coleta de dados secundários em fontes oficiais dentre as quais, o IBGE, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Associação Goiana de Municípios (AGM) e na análise comparativa, que possibilitou a construção do artigo. O artigo foi dividido em três partes sendo que a primeira versa sobre as características demográficas da Mesorregião do Centro Goiano, a segunda avalia a forma com se dá os repasses federais para os municípios investigados e por fim, discorreremos sobre os repasses estaduais apontando seus critérios de transferências das receitas para os municípios selecionados e suas implicações na produção do espaço goiano.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA MESORREGIÃO DO CENTRO GOIANO

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000;2010), a mesorregião do Centro Goiano possuía, no ano de 2000, 589.983⁶ habitantes distribuídos em uma área de aproximadamente 54.217,896 Km² de extensão territorial (IBGE, 2000). No ano de 2010 esse número elevou-se para 972.236⁷ (IBGE, 2010), representando 10,62% da população total do Estado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 34 municípios estudados 21 tiveram redução de população entre 2000 e 2010, o que aponta para um processo de migração intrarregional, pois nesse mesmo recorte temporal o Estado de Goiás apresentou crescimento populacional passando de 4.994.897 em 2000 para 6.003.788 em 2010. No caso dos municípios estudados partimos da hipótese que as condições socioeconômicas e de infraestrutura dos municípios e a parca geração de receitas próprias do setor terciário agiram como mola propulsora do processo migratório.

A análise da figura 1 aponta para um forte processo de migração intrarregional, das populações dos municípios estudados. Segundo o IBGE, entre os 34 municípios estudados, treze municípios apresentaram aumento de sua população ao passo que vinte e um apresentaram perda populacional. Entre os municípios que aumentaram população destaca-se Santa Fé de Goiás com o maior crescimento entre 2000 e 2010(16,6%). O município com menor taxa de crescimento no mesmo período foi Adelândia (0,6%). Acreditamos que o incremento demográfico positivo nesses municípios tem forte relação com o aumento da taxa de envelhecimento que evoluiu, por

⁶ Número considerado sem a presença da população dos municípios de Brazabrantes, Caturai, Inhumas e Nova Veneza. Esses municípios possuíam, em conjunto, no ano de 2000, 63.109 de habitantes.

⁷ Sem a população dos municípios de Brazabrantes, Caturai, Inhumas e Nova Veneza. Esses municípios possuíam, em 2010, 69.730 de habitantes e fazem parte da Região Metropolitana de Goiânia.

exemplo, em Itaguari, de 6,91% para 9,64%, e em Heitorai, de 6,24% para 9,97% entre 2000 e 2010, respectivamente.

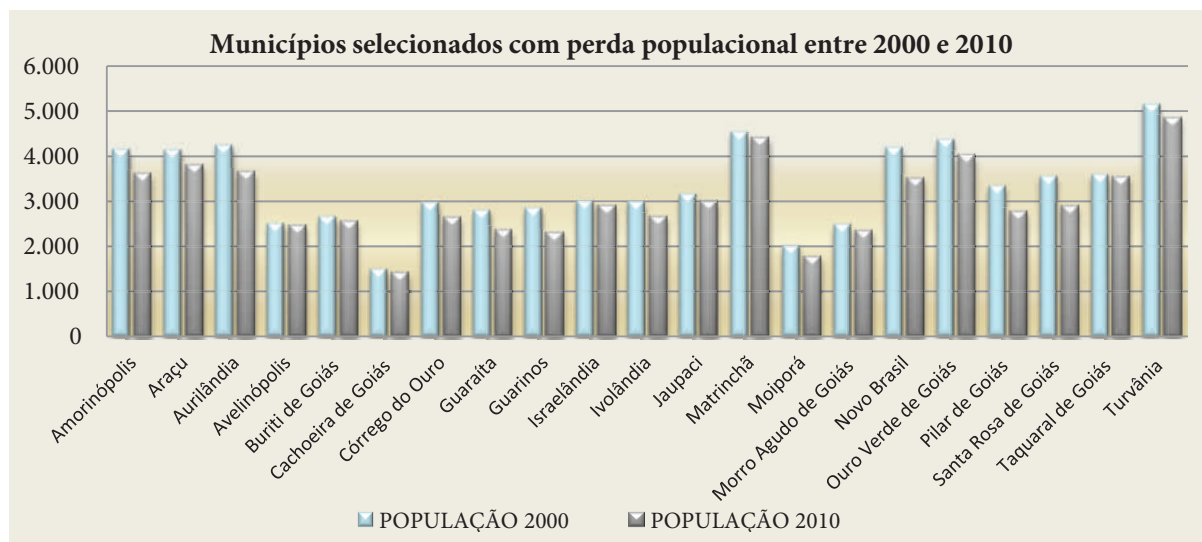


Figura 1: Municípios selecionados com perda populacional entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE (2000;2010)

No caso dos municípios que perderam população entre 2000 e 2010 destaca-se Novo Brasil (com perda de 15,83%), Avelinópolis (com perda de 13,81%) e Amorinópolis (com perda de 12,93%). O município que apresentou a menor perda demográfica foi Taquaral de Goiás (com perda de 1,28% entre 2000 e 2010) devido à sua dinâmica econômica ligada a indústria têxtil.

OS REPASSES FEDERAIS PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Quanto aos repasses aqui analisados, distingue-se conforme a fonte, em dois grupos repasse federal e repasse estadual: repasses federais originam-se do recolhimento de impostos federais como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), que compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)⁸, outra forma de repasse da escala federal é a formação de um fundo para subsidiar áreas específicas como a saúde e a educação é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)⁹.

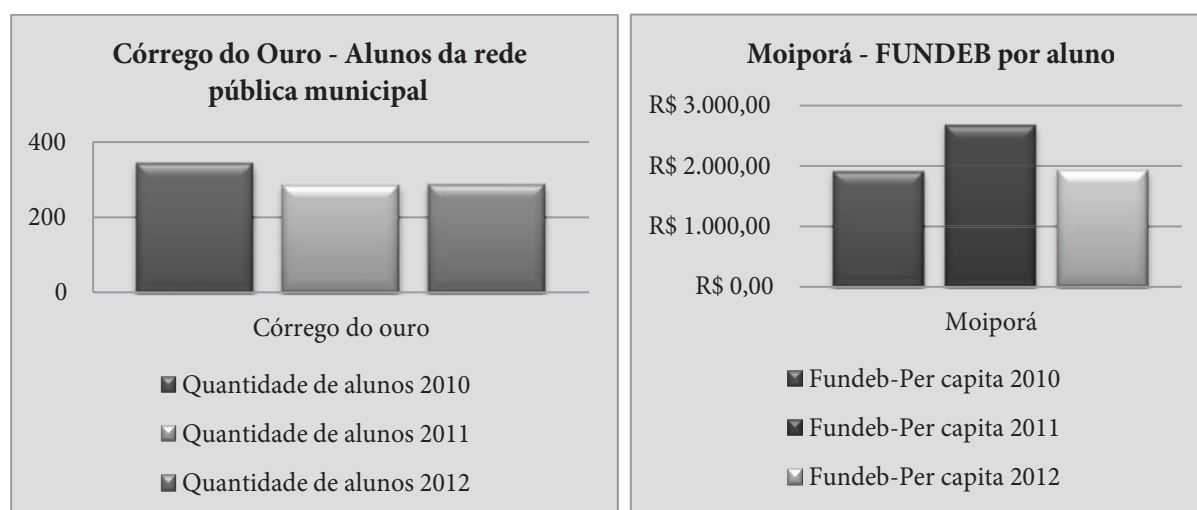
⁸ FPM Da arrecadação total do IR e do IPI são descontados os valores das restituições e dos incentivos fiscais. Da receita líquida, 23,5% são destinados ao FPM. Conforme estabelece o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), do valor total destinado ao FPM, 10,0% são distribuídos entre as Capitais, 86,4%, entre os demais municípios, e o restante, 3,6%, são distribuídos entre os municípios do interior com mais de 156.216 habitantes, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981. Além disso, a Lei Complementar nº 91/97 definiu que os municípios de coeficiente 3,8 também participarão do Fundo de Reserva, nos termos do citado Decreto-lei. Para calcular o FPM, também são utilizados coeficientes de participação divulgados anualmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

⁹ FUNDEB - criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 1.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do Fundo atingiu o patamar de 20%. O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Conforme especifica a lei do FPM, todos os municípios abaixo de 10.000 mil habitantes desfrutam de cota igual a 0,06 e, portanto, receberam respectivamente entre 2010 R\$ 3.600.677,06 milhões de reais, em 2011 R\$ 4.348.870 milhões de reais e em 2012 R\$ 4.480.175 milhões de reais. No caso estudado todos os municípios receberam esses valores referente ao Fundo de Participação dos Municípios, recursos que aumentaram provenientes do Governo Federal. A questão de fundo da relação entre as transferências e a dinâmica demográfica é que, quanto menor for a população dentro da faixa limite, maior tende a ser a renda per capita atribuída. Contudo, essa característica não esconde as disparidades na distribuição de renda que envolve a produção do espaço goiano e as diversas famílias em cada município estudado.

Outro fator importante que podemos verificar na relação entre o Estado e a produção do espaço goiano são os investimentos na educação, pois é um indicador do desenvolvimento econômico e social de um município. Considerando apenas a rede pública municipal contemplada pelo FUNDEB, que compreende a educação infantil e o ensino fundamental, é possível observar uma elevação anual do repasse para os municípios estudados.

O valor distribuído é utilizado para a contratação de mão-de-obra, aquisição de materiais pedagógicos, manutenção e conservação dos prédios escolares e para a contratação de serviços, gerando assim empregos diretos e indiretos e contribuindo para o crescimento e fortalecimento do comércio local. Assim, por meio da análise das figuras 02, 03, 04 e 05 verificamos a discrepância entre o quantitativo de alunos da rede pública municipal e os repasses para subsidiar o setor da educação nos municípios. Em Córrego do Ouro existia 283 alunos matriculados e recebeu um valor de R\$ 2.662,97 anual por aluno. No mesmo ano Moiporá possuía 77 alunos matriculados e recebeu R\$ 2.651,89 anual por aluno.



Figuras 02 e 03: Alunos da rede pública municipal de Córrego do Ouro; e FUNDEB por aluno em Moiporá.

Fonte: INEP (2010; 2011; 2012); STN (2010; 2011; 2012)



Figura 04 e 05: Alunos da rede pública municipal de Moiporá; e FUNDEB por aluno em Córrego do Ouro.

Fonte: INEP (2010; 2011; 2012); STN (2010; 2011; 2012)

O FUNDEB por utilizar dados do censo escolar os valores são mais igualitários, porém ainda insuficientes para garantir uma educação de qualidade, pois não considera a realidade das instituições de ensino e principalmente a realidade social dos alunos. Como se vê, embora a diferença entre o total de alunos matriculados entre os municípios seja bastante elevada, o repasse per capita se mostra equivalente, o que nos faz pensar que a distribuição dos recursos do governo federal, nesse aspecto, apresenta-se bastante equânime.

OS REPASSES ESTADUAIS PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Já os repasses de ordem estadual, destacamos o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)¹⁰, seu recolhimento e distribuição e de responsabilidade do Estado, a escolha desse repasse se dá pela forma de sua distribuição, pois há grande divergência entorno dos critérios que determinam os valores de repasse, uma vez que os montantes arrecadados variam de acordo com a produção industrial e a intensidade do comércio nas cidades.

O município de Santa Fé de Goiás e o município de Turvânia apresentam valores repassados de ICMS distintos. Enquanto Santa Fé de Goiás teve aumento do repasse na ordem aproximada de 75,2% de 2010 para 2012, no mesmo período Turvânia apresentou queda no repasse do mesmo recurso de aproximadamente 70,6%. No caso do ICMS – Per capita as discrepâncias dos valores são ainda maiores, pelo fato do mesmo variar com a oscilação da produção industrial e do consumo no Estado, nos períodos de queda destes fatores os repasses proporcionalmente cai.

¹⁰ ICMS - O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um imposto de competência do Estado, como determina a Constituição Federal (art. 155, II). Tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. Do produto da arrecadação do Estado, 25% são transferidos para os Municípios (CF, art. 158, IV). A Constituição do Estado de Goiás define a partilha entre os municípios da seguinte forma (CE, art. 107 §1º): - 85%. Com base no valor adicionado de cada município- 10% - Uniformemente entre todos os municípios - 5% Com base em critérios de preservação do meio ambiente. O repasse do ICMS aos Municípios está regulado na Lei Complementar Nº 63/90 onde se destacam os seguintes parâmetros:- transferência automática e semanal;- repasse é feito pelo sistema financeiro estadual, sem a necessidade dos recursos transitarem pelo Tesouro do Estado;- os recursos arrecadados em uma semana deverão ser transferidos à conta de cada Município até o segundo dia útil da semana seguinte;- Possibilidade de fiscalização permanente pelo Município ou sua entidade de representação.

Outro problema na distribuição de ICMS é que em muitos municípios onde não há produção industrial e no comércio predomina a modalidade informal, fazendo com que a participação desses seja pequena no montante final. Porém, é muito recorrente que, proporcionalmente, um município com o Faina receba mais receitas decorrente de ICMS que sua própria arrecadação, em oposição os grandes municípios geradores de ICMS, que acabam por receber valores proporcionalmente inferiores a sua arrecadação, como é o caso de Senador Canedo.

Assim, a diferença do critério de distribuição de recursos como Fundeb e ICMS, quando considerados a partir do critério demográfico faz com que municípios como Cachoeira de Goiás que possui segundo o IBGE (2010) a menor população dentre os municípios estudados receba uma cota-parte acima dos outros municípios pois a relação entre produção do espaço, consumo, demanda por equipamentos urbanos e dinâmica demográfica, não guarda relação de equidade na distribuição de recursos, o que, inevitavelmente fomenta ainda mais os processos migratórios em municípios com baixa dinâmica do setor industrial e de serviços.

CONCLUSÕES

Foi possível verificar que os critérios para distribuição do FPM são diversos e que o componente demográfico de sua distribuição limita pouco as características de desigualdade. Assim, municípios com baixa densidade demográfica deveriam gozar de boa infraestrutura, pois dispõem (em termos per capita) de mais recursos para investir em saneamento básico e promover o crescimento urbano de forma planejada.

A partir das informações levantadas neste trabalho foi possível verificar que os critérios para distribuição do FPM são orientados pela dinâmica demográfica. Contudo, municípios com baixa densidade demográfica deveriam gozar de boa infraestrutura, pois dispõem de mais recursos *per capita* para investir em saneamento básico e promover o crescimento urbano de forma planejada, por exemplo. Já os critérios adotados para a partilha do ICMS penalizam os municípios geradores de receita, uma vez que estes têm que arcar com o ônus daqueles que, por possuir uma infraestrutura deficitária não apresentam condições para a instalação de indústrias e seu comércio tem uma limitada diversificação, fato que induz a migração intrarregional.

Os critérios adotados para a partilha do ICMS penalizam os municípios geradores de receita, uma vez que estes têm que arcar com o ônus daqueles que, por possuir uma infraestrutura deficitária não apresentam condições para a instalação de indústrias e seu comércio é subdesenvolvido. Contudo, como o ICMS sofre também as oscilações da economia, os momentos de aumento ou queda das receitas incidem sobre todos os municípios.

A migração intrarregional em Goiás é condicionada por uma gradiente socioeconômica dos municípios. Para cada nova leva de população que migra de um município para outro proporcionalmente aumenta a demanda por recursos naturais como a água e o solo. Quanto aos ajustes no sistema de financiamento escolar, a migração guarda coerência com a distribuição, o que não ocorre necessariamente com o FPM e o ICMS.

Os repasses tanto da ordem federal quanto da ordem estadual mesmo estando vinculados à dinâmica demográfica dos municípios guardam uma parca relação com o desenvolvimento local e regional. No caso dos repasses federais, as transferências tem impacto significativo na circulação de capital nas economias municipais, propiciando assim um incremento econômico à necessidades humanas nestes municípios e colaborando para minimizar parte das disparidades

construídas dentro de um contexto histórico de desigualdade entre as regiões conforme destaca Arrais (2007), Arrais *et. al.* (2010).

O capitalismo inserido hoje tanto no campo como na cidade tem sido protagonista na dinâmica populacional dos municípios do Centro Goiano, pois aonde há um acúmulo de capital frequentemente há também uma abundância de recursos que fomentam toda uma rede de fluxos de mercadorias, pessoas e serviços. As condições históricas de consolidação da infraestrutura em alguns municípios interferem diretamente na dinâmica demográfica, como avaliou Cunha (2010) para o caso da formação territorial da mesorregião de Anápolis.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, T. A. O Território Goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém- Pará, 2007.

ARRAIS, T. A.; LIMA, L. O.; PINTO, J. V. C.; SALGADO, T. R. Impactos territoriais dos programas estaduais de intervenção regional no Centro Oeste: Ne e N. Goiano e entorno do Distrito Federal (1998-2006). **Mercator**. Fortaleza; UFC, 2010.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Brasil. 1988.

CUNHA, W. C. F. Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distrito industrial. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, UFG. 2010. Vol. 30 n. 01. p. 69-92.

GOIÁS, Lei Complementar de. Goiás. 1999.

Sítios consultados

http://www.agm-go.org.br/2011/index.php?option=com_docman&Itemid=47. Acessado em: 13/07/2013.

<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acessado em: 13/07/2013.

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acessado em: 15/07/2013.

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf>. Acessado em 15/07/2013.

http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/CartilhaFPM.pdf. Acessado em 18/07/2013.

http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp. Acessado em 18/07/2013.

http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novo_site.asp. Acessado em 19/07/2013.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE NOVA OLÍMPIA E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL¹¹

Laurentino Bernardes Vieira

Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT

laurentinobvieira@hotmail.com

Resumo

A cidade de Nova Olímpia localiza-se na mesorregião Sudoeste do estado do Mato Grosso, microrregião de Tangará da Serra, e está inserida numa zona de transição entre os biomas Amazônico e Cerrado. É uma cidade de origem espontânea, fundada em 1954. O objetivo do presente trabalho é demonstrar como a produção do espaço urbano de uma maneira desorganizada influi na vida da população citadina, pois a falta de planejamento e de infraestrutura deixa a população sem opção de lazer, as habitações, na grande maioria, são precárias, e os problemas ambientais são nítidos em todo o espaço urbano desta cidade encravada entre dois biomas. Utilizou-se como procedimentos metodológicos entrevista semiestruturada, visitas a campo, fotografias e leituras bibliográficas. Averiguou-se que a cidade tem um aspecto paisagístico simples, com construções sem plantas e sem documentos, loteamentos irregulares e ruas estreitas. Os problemas ambientais estão evidenciados por todo o espaço urbano, tornando-se mais patentes junto ao córrego São João, o qual está desprovido de mata ciliar, contaminado por esgoto doméstico, poluído e com diminuição de seu potencial hídrico. Este córrego outrora era utilizado para o abastecimento público da cidade, porém com as agressões das atividades antrópicas não pôde mais ser utilizado para tal função.

Palavras-chave: Espaço, cidade, Nova Olímpia.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o 5º maior país mundo em extensão territorial, com dimensões consideradas continentais, constituído de centenas de pequenas, médias e grandes cidades, porém algumas delas foram planejadas e atendem bem aos anseios de sua população e das normas padronizadas pela legislação ambiental federal, estadual e municipal; em outras, se percebem ocupações desordenadas sem se levar em conta até mesmo o meio biótico e abiótico dos ecossistemas nos quais estão inseridas.

¹¹ Trabalho orientado pelo professor Deocleciano Bittencourt Rosa, ligado ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. e-mail: dbrosa@terra.com.br

A cidade de Nova Olímpia se localiza na mesorregião Sudoeste do estado do Mato Grosso, pertence a microrregião de Tangara da Serra, e é uma cidade pequena, pois de acordo com o Censo do IBGE de 2010, o município contava com 17.517 habitantes. Fundada no dia 19 de março 1954 pelo Sr. Belizário de Almeida, o qual comprou grandes extensões de terra na gleba denominada por ele de Nova Olímpia, para diferenciar do nome da cidade de onde ele viera, a cidade de Olímpia, no estado de São Paulo. Já em 15 de maio de 1964, pela Lei 2.153, Nova Olímpia tornou-se Distrito do município de Barra do Bugres. Sua incipiente economia baseava-se na poaia, na pecuária de corte e nas culturas do milho e do arroz. Na década de 1980, o grupo Itamarati iniciou os trabalhos de instalação de uma destilaria na região para produção de açúcar e álcool, o que deu um impulso considerável na economia regional e, por conseguinte, houve o aumento populacional. Por meio da Lei nº 4.996, no dia 13 de maio de 1986 houve a emancipação política administrativa do município de Nova Olímpia. Como no Brasil o critério utilizado para definir cidade não é por número de habitantes, mas sim, que o aglomerado humano seja sede de um município, Nova Olímpia, quando se emancipou, tornou-se então, oficialmente uma cidade brasileira.

Em se tratando da origem das cidades, estas podem ser planejadas ou espontâneas. O objetivo do presente trabalho é demonstrar que Nova Olímpia tem na sua gênese uma formação espontânea, ou seja, o povoado teve uma ocupação territorial desordenada, sem o mínimo de preocupação com o meio ambiente ou com aparência paisagística da cidade. Sendo assim, faz-se necessário um estudo mais aprofundado dessa situação para compreendermos os problemas ambientais e espaciais da cidade. Os procedimentos metodológicos utilizados foram entrevista semiestruturada, visitas a campo, fotografias e leituras bibliográficas.

Verifica-se que se trata uma cidade desassistida de ocupação territorial com pouco ou quase nada de planejamento. Observa-se também que muitas das construções estão situadas em lugares impróprios, inclusive próximos a mananciais, outras fora dos padrões básicos das ruas. Por esse motivo e nesse prisma é que esse artigo se motiva a entender melhor o funcionamento da ocupação dessa cidade e sua dinâmica espacial.

DISCUTINDO O ESPAÇO EM SI

O espaço foi e continua sendo muito utilizado na ciência geográfica. Renomados autores discutem e teorizam o espaço. Haja vista que este é um conceito polissêmico, isto é, dotado de vários significados. O espaço geográfico ou simplesmente espaço, em geografia, é fruto da relação homem-meio ou sociedade natureza, sendo assim, um produto histórico-social construído ao longo do tempo pela sociedade.

Na perspectiva da geografia, o conceito e a importância de espaço mudou ao longo do tempo histórico, conforme as correntes do pensamento geográfico. “O espaço em realidade, não se constitui em um conceito-chave na geografia tradicional. Contudo, está presente na obra de Ratzel e de Hartshorne, ainda que, como no caso segundo, de modo implícito” (CORRÊA, 2012, p. 17). Percebe-se que na geografia tradicional o espaço não era um conceito-chave desta ciência, a geografia de então, privilegiava os conceitos de paisagem e região. Todavia o espaço era abordado de forma implícita por alguns geógrafos.

Na geografia teórico-quantitativa, a qual emerge na década de 1950, o espaço ganha importância na discussão geográfica e passa a ser um conceito-chave desta ciência, sobressaindo aos conceitos de paisagem e região. A discussão espacial entra no âmbito da geografia, e as teorias sobre o espaço se multiplicam.

Na década de 1970 surge a geografia crítica embasada no materialismo histórico e na dialética. A questão do espaço é enfatizada no rol das discussões geográficas e mais uma vez o espaço é tido como um conceito-chave da geografia. Nesta perspectiva, de acordo com Corrêa (2012, p. 26) “O espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.” A geografia crítica rompeu com a geografia tradicional e com a geografia teórico-quantitativa e, por sua vez, se propunha a resolver alguns problemas da sociedade, não só descrevendo-os, mas agindo sobre os eles. Isso explica, em parte, a importância da questão espacial enfocada pelos geógrafos dessa corrente do pensamento geográfico. Percebe-se que a questão espacial está no âmago da geografia, sendo esta uma ciência que lida constantemente com o espaço.

A QUESTÃO ESPACIAL DA CIDADE DE NOVA OLÍMPIA

A cidade de Nova Olímpia tem atualmente dezessete bairros, e é uma cidade que se formou espontaneamente, isto é, não foi uma cidade planejada. Por isso se verifica muitos bairros sem infraestrutura adequada, o que pode proporcionar a desvalorização das habitações e, na maioria das vezes, agredir o meio ambiente, causando sérios e danosos impactos ambientais. Verifica-se que as áreas de preservação permanente foram retiradas sem preocupação com a legislação ambiental vigente e nem com os impactos ambientais que surgiriam depois, como pode ser averiguado nas margens dos córregos São João, que perpassa a cidade, e o córrego Mineiro, o qual passa nas suas adjacências, sendo este muito importante para a população novaolimpiense, por ser dele a água utilizada para o abastecimento público. Segundo o Departamento de Engenharia da Prefeitura de Nova Olímpia, em entrevista realizada em 2013, muito pouco está sendo feito para minimizar os impactos acima citados. Mas de acordo com esse mesmo Departamento, o município tem uma proposta para elaboração de projeto de rede de esgoto, junto à Funasa, o qual poderá ser entregue ao município no ano de 2014 para que este possa pleitear recursos financeiros para sua execução.

Em se tratando da infraestrutura da cidade, o poder público vem melhorando a pavimentação de ruas, drenagem de vias públicas, limpezas e reformas de Posto de Saúde da Família – PSF, entre outros. Todavia verifica-se que, no que tange à questão da organização espacial, muito pouco tem sido feito. A cidade de Nova Olímpia não tem um Plano Diretor, pois esse sim ajudaria grandemente na organização e ocupação espacial. De acordo com Medauar (2010), com base na Constituição Brasileira, toda cidade com mais de 20 mil habitantes deverá ter esse mecanismo, porém isso não é cobrado por lei nessa cidade, porque ela tem menos habitantes do que o total exigido para a implementação de Plano.

O Plano Diretor é, portanto, um importante instrumento de planejamento urbano, do qual deve se valer o poder público municipal para a realização de um efetivo planejamento urbano, de modo a promover a infraestrutura urbana e assegurar o desenvolvimento

econômico do município, bem como possibilitar uma prestação mais efetiva dos serviços públicos. GEOGRAFIA, p. 29-30.

Verifica-se, dessa forma, que o Plano Diretor é de suma importância para a organização e urbanização do espaço citadino. Por ele os espaços seriam delimitados e definidos como deveriam ser utilizados: habitações, áreas de lazer, área industrial, aterro sanitário, áreas de preservação permanentes, entre outros.

A ocupação desordenada de algumas áreas trouxe implicações sociais e econômicas para a cidade, como se pode averiguar na Rua José Salgueiro, uma rua estreita e com habitações desprovidas de plantas de construção. Essa rua outrora fora um aeroporto, o qual foi posteriormente ocupado pelos moradores. Os terrenos não são padronizados nas dimensões necessárias, o que deixa as residências muito próximas umas das outras. Os lotes não possuem documentos, e essa rua foi e continua sendo ocupada pela população que possui um menor poder aquisitivo. Em uma mesma cidade percebemos diferenças gritantes entre bairros e construções. Há bairros bem estruturados, com ruas e avenidas largas e pavimentadas, praças, abastecimento de água e luz, casas e terrenos espaçosos, e encontramos também bairros ou vilas carentes de tais infraestruturas, havendo assim, uma diferenciação espacial. Carlos (2008, p. 47) explica: “Isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social.” Vemos assim, que a organização do espaço urbano está estritamente relacionado ao poder econômico da população citadina. Enfatizando ainda esta questão da diferenciação espacial e habitacional, Correa (2002, p. 73-74) argumenta que “O papel da organização espacial como condição para a reprodução social é mais evidente quando se consideram as diferentes classes sociais e suas frações em um meio urbano. É, em grande parte, através da segregação residencial que estas se reproduzem.” Em toda cidade, seja ela pequena ou grande, encontrar-se-á paisagens urbanas heterogêneas, todavia, nas cidades de origem espontâneas, como é o caso da cidade de Nova Olímpia, essa diferenciação paisagística entre os bairros, se torna mais evidente. Isso se deve em parte, porque a paisagem urbana traz intrinsecamente as marcas do tempo, já que a paisagem é um produto histórico e social. Assim os bairros que foram planejados são mais bem estruturados do que aqueles bairros ou áreas que outrora foram espontaneamente ocupados, como os casos que acima já citamos – adjacências do córrego São João e na Rua José Salgueiro, nesse último caso, podemos observar na figura 01.



Figura 01: Aspectos da Rua José Salgueiro

Fonte: Foto do autor, 24/10/2013

De acordo com o chefe de Departamento de Engenharia da Prefeitura de Nova Olímpia, isso implica, em parte, na desvalorização habitacional em alguns bairros. Inclusive, os bairros mais carentes não oferecem condições mínimas para prática de atividades de lazer, tais como quadras poliesportivas, locais para caminhada, campos de futebol, entre outros, deixando assim a comunidade e, sobretudo as crianças, sem oportunidades para o desenvolvimento de atividades que ocupem seu tempo de forma prazerosa. Deve-se frisar ainda que a paisagem urbana de uma cidade não planejada fica com uma aparência feia.

DES(ORGANIZAÇÃO) ESPACIAL E IMPACTOS AMBIENTAIS URBANOS

O córrego São João tem sua nascente na região central da cidade de Nova Olímpia. Desde a fundação da cidade e com o passar do tempo, a população foi construindo habitações nas margens desse curso de água. Não havia planejamento no espaço urbano e as autoridades públicas responsáveis pelo setor habitacional, seja por falta de uma política voltada para esse setor ou por mero desinteresse, não tomaram as devidas providências. Atualmente algumas construções (casas, barracos) estão construídos a menos de um metro do leito do córrego. Lixos e esgotos domésticos são lançados indiscriminadamente em suas águas, o que provoca sua contaminação e poluição. Observe a figura 02.



Figura 02: Córrego São João

Fonte: Foto do autor, 24/10/2013.

O córrego São João já foi utilizado, até o início da década de 1980, para o abastecimento público da cidade. Porém, com a contaminação e a poluição de suas águas, e com a diminuição do seu potencial hídrico, o abastecimento de água passou a ser feito por outro córrego – Mineiro – o qual passa nas adjacências da cidade de Nova Olímpia. Sobre essa temática Botelho e Silva (2012, p.176-177) discorrem que

No ambiente urbano, não só a dinâmica das águas é alterada, mas, em geral, sua qualidade encontra-se comprometida. O aumento significativo da população urbana no

Brasil a partir de 1940, quando representava cerca de 32% do total, até 2000, quando atinge 80%, e o forte crescimento do parque industrial, a partir da década de 1950, foram acompanhados da ocupação de áreas sem infraestrutura de saneamento básico, o que contribuiu para a rápida degradação da qualidade das águas.

Fica evidenciado que as ações antropogênicas podem degradar o meio ambiente. A falta (ou o não cumprimento) de uma política habitacional e ambiental podem contribuir para a rápida degradação ambiental. No caso do córrego São João, os esgotos domésticos são lançados diretamente em suas águas, contaminando-as. Outro fator agravante é a escassez da coleta de lixo, já que a ocupação espontânea não planeja ruas. Assim, o difícil acesso dos caminhões coletores de lixo até as residências, contribui para o acúmulo de lixo nas margens ou mesmo no leito do córrego. De acordo com Guerra e Marçal (2012) a maioria das intervenções antrópicas que o homem faz nos canais fluviais produz vários impactos para o meio ambiente e para o homem. Tais impactos necessitam de intervenções para corrigir as ações inadequadas que os causaram, destacando-se assim, a importância da geomorfologia na recuperação de áreas degradadas em microbacias.

A necessidade de sobrevivência do homem implica em relações com o meio ambiente. Quando essa relação homem-meio ou sociedade-natureza não é planejada de forma racional, há uma forte tendência em agredir o ambiente. Em alguns casos essas agressões são reversíveis, em outros, podem ser irreversíveis, como no caso do córrego São João, em que o fluxo de água diminuiu tanto que deixou de ser capaz de suprir as necessidades hídricas da população novaolimpiense.

Os problemas ambientais muitas vezes não são enfrentados de forma contundente, e as possíveis soluções acabam sendo proteladas pelas autoridades competentes. “Não basta mais apenas sabermos o que é certo ou errado em relação ao ambiente. Precisamos até mesmo superar a noção de sensibilizar, que na maior parte das vezes é entendida como compreender racionalmente” (GUIMARÃES, 2012, p. 101). Existem leis que coíbem as ações antrópicas que agredem o meio ambiente, o problema é que em muitos casos, essas leis não são cumpridas.

Outro quesito importante para evitar, ou pelos menos amenizar, os problemas ambientais é a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Todavia se deve destacar aqui que esta não é a única solução para a problemática ambiental atual, seja ela urbana ou rural. A educação ambiental deve ser preventiva, ou seja, ensinar e conscientizar a população sobre as questões ambientais. Já as autoridades competentes devem cumprir a legislação e coibir as práticas que agredem o meio ambiente, do qual o homem é um componente integrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nova Olímpia, uma cidade encrava entre dois biomas, Cerrado e Amazônia, se configura como uma cidade que possui ocupação territorial desordenada, como já mencionado anteriormente; isso pode proporcionar prejuízos tanto sociais como econômicos para as vidas humanas que nela residem e para o meio ambiente em geral, enfatizando, em especial, os recursos hídricos.

Uma cidade com seu espaço urbano organizado e estruturado proporciona saúde para as pessoas que nela vivem e traz até mesmo conforto aos cofres públicos, pois muitas doenças deixarão de existir e todos os setores do município poderão ser beneficiados com ações desse nível e, como consequência, há melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. Considera-se que uma cidade organizada em todos os setores e principalmente na ocupação espacial de seu território poderá gerar conforto, valorização social e econômica e melhoria na qualidade de vida, que é um dos itens bastante discutidos frequentemente dentro de um mundo cada vez mais globalizado.

Todavia, observou-se que nem todos os bairros da cidade de Nova Olímpia, ou algumas partes deles, possuem organização espacial adequada. Há ocupações irregulares nas margens do córrego São João, as quais são desprovidas de infraestrutura básica, como rede de esgoto, coleta de lixo, ruas padronizadas e pavimentadas. As construções habitacionais, em sua grande maioria, também não possuem plantas, o que demonstra a falta de uma política habitacional efetiva e que atue na organização do espaço territorial da cidade. Isso é prejudicial por que diminui a arrecadação de impostos municipais, dificultando a realização de obras de infraestrutura no espaço urbano. Haja vista que a desorganização espacial também contribui para a baixa qualidade de vida das pessoas que habitam em áreas impróprias, como nas margens do córrego São João, onde deveria ser uma área de preservação permanente. Os esgotos das casas são lançados diretamente nas águas do córrego, poluindo-o e propiciando a proliferação de insetos e ratos transmissores de doenças.

A cidade de Nova Olímpia é apenas um caso, entre os muitos que existem no Brasil, onde a produção do espaço urbano não é pensado de forma racional, faltando uma política pública efetiva que oriente e atue na organização espacial de maneira contundente.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Rosangela Garrido Machado; SILVA, Antonio Soares da. Bacia Hidrográfica e Qualidade Ambiental. *In*: VITTE, Antonio Carlos; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. Ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. 2ª impre. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA. Pesquisa de campo. [Entrevista: Erison Barros Campos, em 10/09/2013].

GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. *In*: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&cod-mun=510623>>. Acesso em 10/03/2014.

MEDAUAR, Odete. (Org.). **Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal**. 9. ed. rer., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, Ecírio Barreto Santos de. A gestão dos centros urbanos. **GEOGRAFIA** n. 40, p. 28-47. São Paulo, SP. 2011 – Mensal. ISSN 1984-0101.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: NOVAS INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES-GO

Érika Munique de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás/ UnU Goiás
rika.munique@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como intuito demonstrar uma nova abordagem Campo-Cidade a partir de Mossâmedes-GO. Buscamos interpretar as transformações ocorridas na relação Campo-Cidade nesta unidade Territorial, bem como demonstrar os resultados que obtivemos por meio da pesquisa de campo com os principais sujeitos que Contribuíram com tal manifestação.

Palavras-chave: Relação Campo-Cidade, novas interpretações, evolução econômica.

INTRODUÇÃO

O homem desde sua existência tem sido o responsável pela construção e seleção de lugares no mundo. Mas ao longo de sua história, a necessidade tem revelado as formas de constituição da paisagem seja ela urbana ou rural para a reprodução da vida em sociedade. Nesse sentido tem-se campo e cidade cujo sentido de existência não se distingue no que diz respeito ao desenvolvimento social. Constituindo, porém, várias escalas de relações: cultural, social e econômica. É indispensável levar em conta as relações sociais em sua complexidade para o entendimento desses dois processos de constituição de vida. A relação campo-cidade nunca foi tão próxima como se estende hoje no mundo, apesar de algumas contradições. Hodiernamente, temos a cidade como morada dos antigos camponeses que migraram para as cidades mediante “êxodo rural”. Em outros casos temos o campo como local de morada e trabalho de famílias urbanas, como fonte de sobrevivência. O campo e a cidade têm sido equipados em função de um e outro. Para entendermos essa relação campo-cidade, evocaremos tal manifestação no município de Mossâmedes-GO.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é mostrar as novas interpretações acerca da relação cidade-campo, a partir dos (chacareiros), sujeitos envolvidos no processo de constituição desta realidade em Mossâmedes-Go.

Por meio de entrevistas abertas e revisão bibliográfica de alguns autores, foi feito um levantamento de ideias, mostrando uma nova forma de relação constituída a partir da realidade interpretada no presente espaço. Considera-se que o urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que esses espaços não podem ser identificados como

dicotômicos, haja vista a dimensão da realidade que foi e está sendo constituída hodiernamente. A ideia central talvez seja levar em discussão uma relação campo-cidade formada não só pela “ruralidade” produzida como é colocado em ênfase em alguns periódicos. Nosso objetivo parte de uma construção teórica que não abrange unicamente um elemento e sim a aglomeração de elementos que juntos produziram a relação cidade-campo em Mossâmedes-Go.

UMA NOVA ABORDAGEM CAMPO-CIDADE

Estar se diante de uma dicotomia, em que campo e cidade, são espaços dialéticos, mas que estão mutuamente ligados. Essa construção é *a priori*, resultados de novas dinâmicas espaciais que emergem sobre o campo e a cidade.

A cidade por si só, não representa um materialismo urbano pronto e acabado. A produção agrícola também já não é unicamente uma característica rural, como nos séculos anteriores. A realidade é muito complexa se analisar o campo e a cidade separadamente, a identificação de uma característica de um e outro foram instrumentos metodológicos utilizados pelos deterministas em classificar a função de ambos separadamente. O que de certo modo levou a criação de tantas disparidades.

Estar-se diante de um contexto de complementaridade e não de separação rígida entre os dois espaços. O campo e a cidade num contexto hodierno estão próximos, e dividem algumas características semelhantes no bojo das ações sociais que os distinguiram num momento anterior á urbanização. Mas não pode afirmar que campo e a cidade dão segmento as mesmas coisas. Afirmar isso levaria á óbito algumas características cruciais do primeiro.

A grande relação campo-cidade que se estende hoje, é o reflexo da urbanização no Brasil e consequente da divisão social do trabalho. Essas novas relações instauradas dão curso ás heranças culturais socialmente construídas a partir da valoração do ambiente. Nesse sentido, o campo vem se reestruturando cada vez mais para preencher o capital na cidade, e a sociedade diante do processo, de urbanização e modernização do campo tem mantido algumas peculiaridades camponesas na cidade.

Mediante as transformações sociais,culturais e que não deixam de certo modo ser econômicas, o urbano e rural, adquiriram novas identidades, o que levou Biazzo e Marafon (2009, p. 105 e 106) a interpretar:

São inúmeros os exemplos de novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontrados tanto no campo quanto na cidade. Associadas à economia seriam a revitalização das práticas de produção orgânicas nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de commodities em espaços citadinos [...] Associadas à cultura, como já se destacou, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem country, o sucesso de músicas sertanejas, entre muitos outros.

Veiga (2003, p.95), em sua obra “Cidades imaginárias”, estabeleceu uma nova abordagem sobre a relação campo-cidade, mas se limitou ao considerar apenas as transformações de ordem cultural, vinculados á valores criados a partir de mudanças que implicariam um novo apego ao campo, revalorizando suas funções ao afirmar: “O que esta ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio”.

A cultura, elemento investigativo dos autores, não é a única forma de expressão das novas relações Campo-Cidade hoje, apesar de ser um fator primordial nos debates.

Deve-se entender que as relações campo-cidade que sucedem, são tendências de uma reconfiguração territorial estabelecida pelos processos de organização do espaço e processos econômicos e sociais nos mais variados contextos. Portanto as interpretações que posteriormente serão abordadas, partirão da análise de uma reconfiguração no espaço urbano de Mossâmedes, em que o campo existente passou incluir a cidade num mesmo espaço, consideravelmente rural-urbano.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM MOSSÂMEDES-GO

A relação campo-cidade que se estabeleceu em Mossâmedes, tem sido o reflexo da urbanização no Brasil, e conseqüentemente da expansão da cidade.

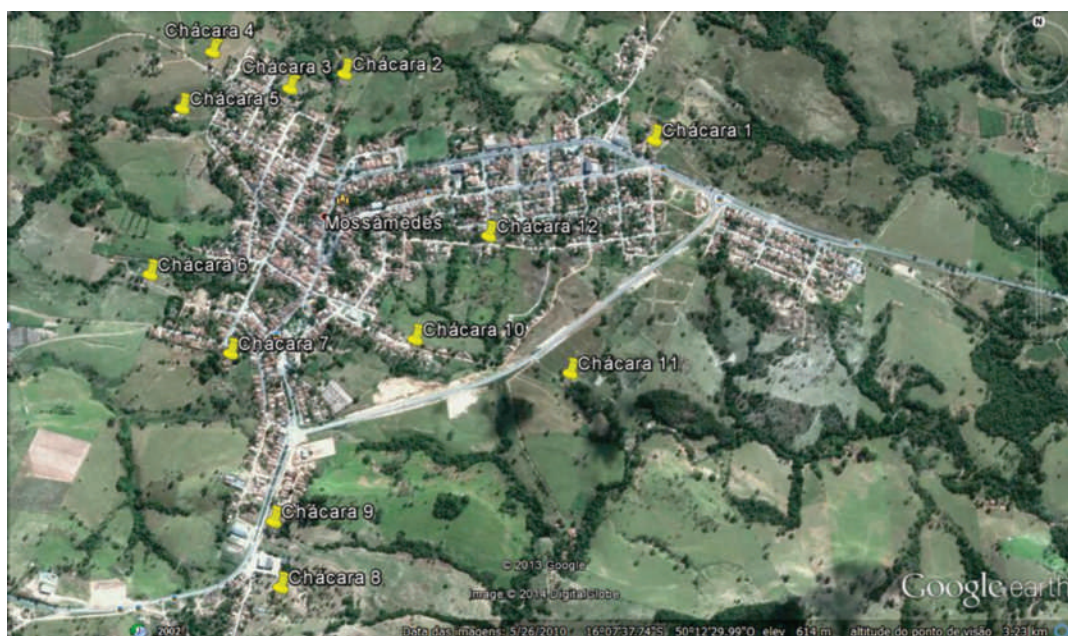


Figura 01: Imagem aérea do município de Mossâmedes, Goiás.

Fonte: Google Earth, 2014.

A localização das chácaras no espaço urbano evidencia as transformações do campo em relação a sua identidade e localização, bem como da cidade que foi sendo reproduzida ao redor de um campo que já existia como pode ser identificado na foto acima.

O urbano e o rural se confundem, mediante processo, o que levou boa parte dos chacareiros a afirmar “somos as duas coisas, urbanos e camponeses, urbanos por estarem morando dentro da cidade e camponeses pela terra que possuímos e trabalhamos nela”.

Em outra situação, Maria Cândida Marques afirmou durante entrevista que “Na porta da sala é cidade, na porta da cozinha é chácara, uma das mais belas coisas que já vivi e estou vivendo, gosto muito desse lugar, talvez seja por isso que estou até hoje morando aqui”.

Não se pretende aqui realizar uma distinção entre campo-cidade, mas um debate sobre algumas contribuições na relevância de enfatizar as mudanças na relação entre dois elementos a partir da realidade dialógica. Lefebvre apesar de algumas contradições no que tange a

compreensão das mudanças na relação Campo-Cidade aborda a importância de compreender “três termos (a ruralidade, o tecido urbano, a centralidade)”. Nesta linha de abordagem, Lefebvre parte de uma análise metropolitana, no caso a seguir discutiremos Mossâmedes numa pequena escala de abordagem.

Levando em consideração um campo já existente, a cidade e sua expansão urbana e as transformações econômicas, que se produziu uma nova relação campo-cidade e não mais ao contrário como tantos afirmam Cidade-Campo, como se a própria cidade preexistisse ao campo e fosse a única responsável pela dinamicidade das transformações atuais.

Em Mossâmedes, a relação Campo-Cidade se permeabilizou diante de contextos sociais e políticos na própria formação da cidade. Isto porque boa parte da população entrevistada é considerada parte de duas realidades -famílias rurais ora famílias urbanas. O que de certo modo a própria expansão do município tem promovido essa proporção, haja vista, que 11% das chácaras que estão dentro do perímetro urbano cobrem algumas residências que foram sendo construídas próximas, em virtude da reprodução da cidade.

Nessa condição o campo aqui, insere como local de reprodução de vidas, quanto à cidade como uma paisagem em movimento ligada a sentimento de envolvimento com os serviços públicos e privados a qualquer momento.

Houve mudanças na relação Campo-Cidade, não só na ruralidade como fenômeno subjetivo, que abrange costumes e valores culturais, mas no que tange um território construído, a centralidade dos setores comerciais e sua importância, a paisagem na concretude material, em que a população e o poder público, tem reforçado a permanência do campo.

Em entrevista realizada com o secretário de Planejamento Urbano Antônio Ferreira da Cunha, foi possível confirmarmos a hipótese, que a cidade foi sendo expandida, incluindo em sua paisagem, um campo, em razão disso tem-se no Município tantas chácaras no espaço urbano, que não incluem no pagamento de imposto urbano IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) pagando imposto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), isto em razão de sua preexistência. Em muitos casos houve negociações entre a prefeitura e muitos fazendeiros e chacareiros na época para serem construídas casas populares e estabelecimentos comerciais nestes setores próximos as chácaras. Em outros casos houve desapropriações, em virtudes de irregularidades.

Diante desse quadro de ações, é notório as transformações físicas sobre o campo, a cidade e até mesmo da população que acompanhou tais manifestações.

Apesar de algumas mudanças em sua extensão, a paisagem rural de Mossâmedes ainda é reveladora de uma interpretação de um campo dominante, vinculada ao modo de vida coletivo, disseminado de geração em geração, em que a cidade acompanhou a modernização do Estado, mas ao adequar aos movimentos, não absorveu o campo em sua paisagem, muito pelo contrário, a paisagem rural tem superado o urbano, se observarmos a foto 1. Isso, sem levar em conta outras chácaras, que não se descreve no perímetro urbano.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA NO CONTEXTO HODIERNO

Com a pesquisa realizada na cidade de Mossâmedes foi notório, a importância e a relação estabelecida entre campo-cidade, embora boa parte dos discursos tem valorado a ruralidade como estratégia de transformações nas relações estabelecidas em ambos espaços . Nesta relação

abordamos não só este critério de análise,mas, incluímos elementos que se estabeleceram a partir de uma cidade em desenvolvimento. E do campo, como setor que tem complementado a cidade no preenchimento de demandas sociais, políticas e que não deixam de ser também econômicas.

Diante dessa realidade, concorda, assim, com as considerações teóricas de Martins e Souza (2010, p.3) ao afirmar:

O atual debate sobre a relação campo e cidade, sobretudo, para realidade brasileira se deve a um conjunto de atividades que passaram a ser desenvolvidas. Na cidade temos a materialização da produção de bens materiais ligados ao ciclo da terra com a agricultura urbana. No campo, tem-se arraigado as atividades ligadas ao lazer, à prestação de serviços e ao trabalho não propriamente agrícola.

Nessa condição, Mossâmedes tem sediado algumas características que foram identificados nos chacareiros, principais sujeitos desta pesquisa. Mesmo estando em área urbana os chacareiros foram os pioneiros, isso porque quando começou a construção da cidade, eles já estavam ali morando, não só os que estão hoje, mas os chefes da família, pois as chácaras em sua maioria, foram heranças, sendo passadas de geração a geração.

Algumas chácaras com mais alqueires foram e são utilizadas para loteamentos. Outras tem como renda o lucro tirado do local. A maioria dos chacareiros tem como principal lucro a comercialização do leite. Este é vendido para Copram (Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Mossâmedes).

Alguns têm plantações como: hortaliças, mandioca, milho, abóbora etc. Esses alimentos são vendidos na feira. Como pode ser demonstrado na imagem a seguir:



Figura 02: Conjuntos de fotografias que ilustram chácaras, plantação de hortaliças e feira de produtos orgânicos, Mossâmedes – GO.

Fonte: OLIVEIRA, Érika Munique de, 2014.

Como pode ser observada acima, a produção agrícola, tendo como destino final, a comercialização no centro da cidade aos sábados. Nestas ocasiões a produção agrícola, ocorrida nas chácaras é destinada para auto sustento de algumas famílias, que tem como única fonte de sobrevivência. Sendo um total de 12 chácaras no perímetro urbano, deste total, 3 chácaras incluem nesta atividade.

Posteriormente tem-se uma produção agropecuária vinculada unicamente para a produção e comercialização do leite, que é vendido para a cooperativa local, e também na feira. Como foi verificado durante toda pesquisa, sendo a maioria, 9 chácaras realizam essa atividade. Estabelece aqui algumas imagens que conferem exemplos de algumas das chácaras que foram realizadas a pesquisa.



Figura 03: Chácaras onde a pesquisa foi realizada, Mossâmedes – GO.

Fonte: OLIVEIRA, Érika Munique de, 2014.

Nestas imagens, é possível interpretar como a presença de um campo trouxe modificações tanto material quanto de valores estabelecidos para a cidade, em sua reprodução econômica e social.

Seria talvez, equivocado afirmar que a cidade é sustentada somente pela produção do campo, considerando boa parte desse campo localizado no perímetro urbano. Mas podemos afirmar que no decorrer dessa pesquisa, constatamos que em sua grande parcela a economia local é proveniente da produção rural, isso é notável pela quantidade de chácaras na cidade, que de certa forma, todas realizam algum tipo de atividade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação Campo-Cidade em Mossâmedes, tem alimentado um campo e ao mesmo tempo ruralizado a cidade, não só em seus aspectos culturais, mas em sua evolução política, econômica e

social, e como provedora dessas relações que foram sendo estabelecidas nesta unidade territorial. Como ao contrário de algumas situações em que o campo foi substituído pela reprodução citadina em sua totalidade.

O que de certo modo ocorreu em Mossâmedes, mediante processo de expansão da cidade, foi uma inclusão da cidade num campo, criando dois tipos de relações: urbano-rural, que se completam e dialogam culturalmente, politicamente e socialmente.

A nova relação Cidade-Campo aqui discutida partiu de uma realidade que tem se manifestado em Mossâmedes-Go, em que o Campo existente não foi incorporado em sua totalidade na cidade para preencher demandas sociais, como acontece de práxis em regiões metropolitanas, e cidades em desenvolvimento cujo capital foi sendo instaurado paulatinamente. O que leva a busca de valores na paisagem rural como portadora de algumas soluções para os problemas sociais como stress, cansaço, ar puro etc., como o próprio Veiga (2003) já havia mencionado em sua obra. Em Mossâmedes, ao mesmo tempo em que se depara com ar puro, paisagem verde ao redor das chácaras no perímetro urbano é possível sentir a constante movimentação de carros, serviços dos mais variados como hospital, bancos e comércios. É como Maria Cândida colocou durante a entrevista, como foi mencionado anteriormente. O urbano e o rural estão juntos completando tais necessidades sociais.

Em Mossâmedes, acreditamos em não ter a possibilidade de realizar uma separação rígida entre campo-cidade no âmbito das relações socializadas, isto em virtude da aproximação entre ambos e a permanência entre os dois espaços ao mesmo tempo, como foi colocado por alguns chacareiros que sobrevivem essa realidade diariamente.

Portanto, a própria cidade é um campo territorialmente transformado, o que consequentemente leva a interpretar a paisagem citadina como reveladora de um campo permanente.

REFERÊNCIAS

BIAZZO, Pedro Paulo, MARAFON, Glaucio José. Novo caráter das relações campo-cidade no norte do Estado do Rio de Janeiro- Brasil. IN: SAQUET, Marcos Aurélio, SOUZA, Edson Belo Clemente. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 144p.

LEFEVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes de. A Relação Campo e Cidade: Novas Urbanidades e Ruralidades, Definições e (Re) Definições1. **Revista: CAMINHOS DE GEOGRAFIA**. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 12/01/2014.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é Menos Urbano do que se Calcula**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

APARECIDA DE GOIÂNIA-GO: DA FORMAÇÃO A REESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO SUBCENTRO “CIDADE LIVRE” NA DÉCADA DE 2000*

Alessandra Pereira Egêa
Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG
alessandraegea@hotmail.com

Resumo

Aparecida de Goiânia surge em 1922 e ao longo de seus noventa anos de existência passou por transformações estruturais que modificaram seu espaço urbano. Devido sua conurbação com Goiânia, é um solo atrativo ao mercado imobiliário oriundo da capital devido às leis de restrição a novos loteamentos. Anos mais tarde é uma cidade que recebe a instalação de indústrias e empresas, começando aí a reestruturação intraurbana. E como resultado dessa transformação o município aumentou demográfica e economicamente, diversificou as áreas de empregos tanto na indústria quanto no comércio em geral e polarizou serviços. Desse processo de reestruturação surgiram subcentros em seu espaço urbano, dos quais, neste trabalho, enfocaremos o subcentro Cidade Livre.

Palavras-Chave: Reestruturação Intraurbana, Subcentro, Cidade Livre, Aparecida de Goiânia.

INTRODUÇÃO

Entender a formação estrutural de uma determinada cidade é fundamental para compreender sua constituição, seu desenvolvimento, os movimentos migratórios, as interdependências, as contradições sociais, a valorização de um espaço em detrimento de outros, etc. As transformações no espaço urbano são determinadas por sua trajetória política, social e econômica. E é neste sentido que iremos abordar o processo de reestruturação intraurbano de Aparecida de Goiânia-GO nas últimas décadas, tendo em vista, que essa reestruturação foi fundamentada inicialmente pela atração imobiliária, isto é, devido às restrições de novos loteamentos em Goiânia, seguida de alterações estruturais em vários pontos da cidade, como a inserção de indústrias, a especialização e/ou sua diversidade de serviços em determinadas áreas e a distribuição de equipamentos urbanos.

Dessas alterações formaram-se os subcentros Cidade Livre, Cruzeiro, Vila Brasília, Santa Luzia, Buriti, Mansões/Papilon, Garavelo e Centro. O subcentro Cidade Livre, por sua vez será

* Este artigo é fruto de trabalho monográfico apresentado junto ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do prof Dr. Denis Castilho.

destaque nesta pesquisa por apresentar uma consolidação bem estruturada e diversificada em serviços bancários, hospitalares, de ensino superior público, postos de combustíveis, lojas de materiais de construção, de móveis e eletrodomésticos, roupas e calçados, entre outros. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar como se deu o processo de reestruturação intraurbano de Aparecida de Goiânia, assim como apresentar o processo de consolidação do subcentro Cidade Livre nos anos 2000 e os principais elementos de sua efetivação.

Na efetivação deste trabalho os procedimentos metodológicos utilizados foram desde pesquisas em jornais a respeito da história de Aparecida, na *internet*, como o *website* do IBGE e Boletim Goiano de Geografia; trabalhos e artigos relacionados à reestruturação, subcentros, Aparecida de Goiânia e Goiânia. Realização de estudos de campo, com coleta e tabulação de dados quantitativos e qualitativos. Além do campo com entrevista e questionários aplicados aos transeuntes no setor Cidade Livre.

A FORMAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA NO CONTEXTO DA METRÓPOLE GOIANIENSE

Goiânia e Aparecida de Goiânia são duas cidades que originaram num espaço/tempo bem próximos (onze anos de diferença), mas de contextos históricos diferentes. A trajetória trilhada por ambas delinearam caminhos particulares que modificaram o espaço urbano. Deste modo, faremos uma breve apresentação da origem e do desenvolvimento de cada uma delas, assim como analisar a influência de uma sobre a outra. Nessa perspectiva, será feita uma breve análise nos trabalhos de Santos (2008) e Pinto (2009 a/b) a respeito de Aparecida de Goiânia. E sobre Goiânia, nos ateremos em Moysés (2004), devido estes autores detalharem com maior precisão a história de formação, assim como os elementos que fortaleceram e desenvolveram as respectivas cidades. E para uma busca detalhada de determinados assuntos não explorados ou aprofundados nesta pesquisa, orienta-se a leitura das respectivas obras.

Aparecida de Goiânia é uma cidade que se consolidou muito recentemente, sua origem se deu em 11 de maio de 1922, a partir de quatro alqueires de terras cedidas por três casais proprietários¹² da época que decidiram doar terras para a construção da capela Nossa Senhora Aparecida, Santos (2008, p. 61). E como muitos municípios, este também surgiu devido à religiosidade de seus moradores. Nesta época Aparecida de Goiânia se fortaleceu basicamente pela religiosidade e conseqüentemente, este foi o embrião de um vilarejo comercial para abastecer a região, pois o município era circundado de outros como Campinas (hoje bairro de Goiânia), Santo Antônio das Grimpas (hoje Hidrolândia), conforme Pinto (2009 a (p.89) / b (p. 91). Aparecida de Goiânia recebeu por um tempo o nome de povoado Aparecida, devido a padroeira do município ser Nossa Senhora Aparecida. Em 1958, a Lei Municipal nº 1.295 alterou o nome para Vila Aparecida de Goiás. Em 1958, a Lei Municipal nº 1.406, de 26 de dezembro, fixou-lhe o nome de GOIALÂNDIA, formado de GOIA de Goiânia e LÂNDIA

¹² Os proprietários doadores foram: José Cândido de Queiroz e esposa D. Maria Elias de Jesus, Abrão Lourenço de Carvalho e esposa D. Maria Antônia de Jesus e Antônio Barbosa Sandoval e esposa D. Bárbara Thomásia de Jesus. (SANTOS, 2008, p. 61).

de Hidrolândia, o que indica Vila situada entre os municípios de Goiânia e Hidrolândia. Anos mais tarde porém, o nome “Goialândia” não teve aceitabilidade de seus moradores, permanecendo então o nome anterior. Pela Lei Estadual nº 4.927, de 14 de novembro de 1963 Aparecida que antes era distrito é elevada à categoria de município e mudou o nome para Aparecida de Goiânia (IBGE, s/d).

Durante alguns anos Aparecida de Goiânia pouco se desenvolveu, segundo Santos (2008, p. 61), “A década de 1930 é marcada pela movimentação gerada pela construção de Goiânia e a transferência da capital da antiga Vila Boa para a novíssima Goiânia”, e acrescenta ainda que “(...) tal fato não gera grandes transformações nem no núcleo urbano de Aparecida, nem nas áreas de entorno que posteriormente vão compor seu território municipal”. Goiânia por sua vez surge anos após Aparecida de Goiânia. A mudança da capital do Estado, de Vila Boa para Goiânia ocorreu por volta de 1933, e conforme Moysés (2004),

A implantação de uma nova capital era fruto de desejos antigos e de muitas controvérsias. Não tinha nome e nem forma, mas já era desejada, ainda no tempo do Brasil Colonial. Durante muito tempo, foi apenas objeto de desejo, e sua construção era uma questão de tempo. Mais cedo ou mais tarde seria criada. (MOYSÉS, 2004, p. 130).

O contexto histórico da mudança e construção de Goiânia, acima aludida, se insere numa explosão de fatos que segundo Moysés (2004, p. 128/130) vão desde: confrontos políticos entre Pedro Ludovico Teixeira (força emergente) e os Caiados (forças conservadoras); marcha para o Oeste (neste período a região mais dinâmica do país era o Sudeste, com São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de inserir Goiás no plano da economia nacional, com a implantação de uma nova capital para o Estado, implantação de indústrias, entre outros, a construção de Goiânia acaba se inserindo neste contexto); e Revolução de 1930 (forte discussão em relação ao papel do Estado para o desenvolvimento do país).

Nas décadas de 1940/50 Goiânia passa por um processo de significativa transformação no espaço urbano, neste contexto (PRAZERES, 1942 *apud* MOYSÉS, 2004, p. 139), “Goiânia construiu por mês mais de cem prédios ou quase quatro prédios por dia. Não é um crescimento: é quase uma explosão ou mais que uma explosão”. A população estimada em Goiânia na década de 1950 (Quadro 01), segundo Moysés (2004, p. 153) era de 53.389 habitantes, isto é, de acordo com o censo demográfico daquela década. Durante as décadas de 1930/40/50, a efervescência gerada com a construção de Goiânia, pouco interfere no crescimento de Aparecida de Goiânia, isto é, em relação aos loteamentos criados e a demografia da cidade. Conforme Santos (2008),

Durante as décadas de 1920/30/40 nenhum loteamento é criado na área que hoje é o município; também a sua condição demográfica parece modificar-se pouco, pois em 1963 (ano de emancipação do município) de acordo com o plano diretor (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2001), estima-se que Aparecida tinha em torno de 7000 habitantes. (SANTOS, 2008, p 63).

Na década de 1960, estimava-se que Aparecida de Goiânia tinha cerca de 7000 habitantes, mas (MELO, 2002 *apud* SANTOS, 2008, p.63) para adequar o processo de emancipação do município, Tanner de melo e Freud de Melo elaboraram um documento afirmando que Aparecida tinha um total de 7076 habitantes, mas na verdade a população não chegava a 2000 habitantes, para ele estes não eram dados oficiais e demonstrava o que deveria ser o pequeno distrito. Neste sentido, Moysés (2004, p. 153) mostra a quantidade de população de cidades do aglomerado de Goiânia em 1950 e 1960 (Quadro 01), onde se vê que Aparecida não possuía dados que demonstrassem a quantidade de habitantes mencionados acima. Com isso, pressupõe-se que Aparecida de Goiânia mesmo pela proximidade com a capital, não era um polo atrativamente demográfico.

Quadro 01: População da Aglomeração de Goiânia em 1950 e 1960

Municípios	1950			1960		
	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Aparecida de Goiânia	–	–	–	–	–	–
Goiânia	53.389	74,7	25,3	153.505	86,9	13,1

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Em contrapartida, Aparecida por sua vez só começa a se destacar em relação a capital, a partir de 1950 com a criação de loteamentos, pois segundo Moysés (2004, p. 141), em 1944, através do Decreto-Lei nº 11, de 06.03.1944, o Governo proíbe novos loteamentos por um período de cinco anos, e acrescenta ainda que esse decreto propunha impedir que “(...) a cidade, ainda em processo de consolidação, se submetesse as pressões da economia de mercado e para evitar a desfiguração do seu plano original”, mas para não perder lucros sobre a venda de terras, Moysés (2004), afirma que:

As medidas restritivas de expansão urbana tomadas em 1944, entretanto, resistiram até 1947. (...) Na nova capital, a mercadoria terra passou a ser objeto de desejo daqueles que queriam maximizar, num curto espaço de tempo, sua riqueza. Por isso, era o bem econômico que mais se valorizava, mesmo com o forte controle estatal sobre sua comercialização. (MOYSÉS, p 143).

Com isso, o que se constata é que mesmo com a restrição em criar novos loteamentos em Goiânia, anos mais tarde percebe-se em Aparecida uma significativa quantidade na criação de loteamentos, sobretudo, na década de 1950, isto é, conforme o Quadro 02, elaborado por Santos (2008, p. 66), onde se vê que de 1922 a 1963 foram aprovados 24 loteamentos, o que se supõe é que na referida década, com a restrição de loteamentos em Goiânia, a explosão imobiliária passa a ser então no município de Aparecida.

Quadro 02: Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1922 a 1963

	Nome do Loteamento	Data de aprovação
01	Bairro Itapuã	1957
02	Bairro Nossa Senhora de Lourdes	1953
03	Bairro Santo Antônio	1957
04	Bairro Hilda	1955
05	Centro	1922
06	Chácara Marivânia	1960
07	Chácara São Pedro	1960
08	Cidade Satélite São Luiz	1955
09	Jardim Bela Vista	1951
10	Jardim das Esmeraldas	1956
11	Jardim Helvécia	1955
12	Jardim Luz	1955
13	Jardim Trans-brasiliano	1957
14	Parque Primavera	1954
15	Parque São Jorge	1956
16	Santos Dumont	1954
17	Vila Brasília	1955
18	Vila Mariana	1953
19	Vila Real	1955
20	Vila Santa	1952
21	Vila São Joaquim	1955
22	Vila São Jorge	1956
23	Vila São Tomás	1955
24	Vila Souza	1952

Fonte: Seção de cadastro imobiliário de Aparecida de Goiânia (2008).

Em 11.09.1959, o governo municipal de Goiânia aprovou outra lei nº 1.566 de restrição de novos loteamentos, devido ao caos que havia se instalado por conta da explosão demográfica, a expansão horizontal desordenada na cidade e a isenção de infraestrutura nos novos loteamentos (MOYSÉS, 2004, p. 156). Anos mais tarde em 31.12.1971 a lei municipal nº 4.526 volta de forma mais rigorosa, pois esta exigia “a implantação de infraestrutura básica nos novos empreendimentos imobiliários” (SANTOS, 2008, p.70), o capital especulativo imobiliário de Goiânia juntamente com a flexibilidade de regulação urbana do poder público de Aparecida de Goiânia naquela época, passaram a lotear grande parte do município, devido à sua proximidade e enorme oferta de áreas (PLANO DIRETOR, 2001).

Juntamente com as leis restritivas de 1971, Goiânia passa por um processo de expansão urbana na década de 1970, que conforme Moysés (2004, p. 164) ocorrem três

vetores simultâneos dessa transformação. Primeiro, a cidade avança sobre as zonas rurais e de expansão urbana. Esse avanço, para ele é caracterizado pela iniciativa privada com a criação de loteamentos clandestinos voltados à formação de núcleos habitacionais para a população de baixa renda, o que evidencia as primeiras manchas de segregação sócioespacial. Segundo, momento de ampliação e consolidação da face “ilegal” da cidade com o aumento de loteamentos clandestinos e irregulares. Essa ampliação era feita em áreas de chácaras de recreio localizadas nas zonas de expansão urbana e rural, loteadas pelos proprietários e com ajuda das imobiliárias, toda essa tramitação era de conhecimento do Estado e é também nesta fase que começa as invasões tanto em áreas rurais, quanto em urbanas. E a terceira transformação se deve à verticalização de áreas localizadas na “zona urbana”, para o autor, esse novo desenho na cidade é caracterizado pela expansão vertical nas “áreas do meio”, combinada com a horizontalidade das áreas da ponta, isto é, com a construção de conjuntos habitacionais criados para atender a necessidade de moradia das camadas populares.

De certo modo as leis restritivas foram um atrativo para a criação de novos loteamentos em Aparecida o que conseqüentemente aumentou a parcela demográfica da cidade na década de 1980. Santos (2008, p. 76/79), afirma que de 1964 a 1980 foram criados 144 loteamentos. A população total de Aparecida de Goiânia na década de 1970 era pouco representativa em relação à capital, se a população total de Goiânia era de 381.055, em Aparecida chegava a 7.470, conforme exposto no Quadro 03. Esse período de criação de loteamentos inserido no processo de constituição do município foi à base de preparação e formação do que Aparecida poderia esperar em décadas posteriores.

Para Pinto (2009a, p. 101) e PLANO DIRETOR (2001) o capital especulativo imobiliário emergente de Goiânia juntamente com a flexibilidade de regulação urbana do poder público de Aparecida de Goiânia, passaram a lotear grande parte do município, devido à sua proximidade e enorme oferta de áreas. Segundo Moysés (2004, p. 161) a taxa média geométrica de crescimento anual da população da aglomeração de Goiânia – 1960-70 e 1970-80 indica que Aparecida de Goiânia tem um total de 19, 2% e Goiânia 6,8%, mais adiante ele utiliza outro dado (Quadro 03), de população da aglomeração de Goiânia dos censos demográficos feito pelo IBGE nas referidas décadas, para demonstrar esse crescimento demográfico nas cidades próximas a capital. Nesse quadro, observa-se que a população de Aparecida cresce quase sete vezes a mais na década de 1980 em contraposição a década anterior.

As leis restritivas de 1971 e as transformações, acima mencionadas, ocorridas em Goiânia, na década de 1970, levaram-na a crescer para dentro de seus municípios vizinhos (MOYSÉS, 2004, p. 165). Devido essa junção de fatores, crescimento demográfico e criação de loteamentos, podemos afirmar que é somente a partir de meados de 1970 e começo de 1980, que Aparecida começa a se destacar e se configurar no cenário goiano.

Quadro 03: População da Aglomeração de Goiânia em 1970 e 1980

Municípios	1970			1980		
	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Aparecida de Goiânia	7.470	11,8	88,2	43.405	48,9	51,1
Goiânia	381.055	95,3	4,7	738.117	98,1	1,9

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

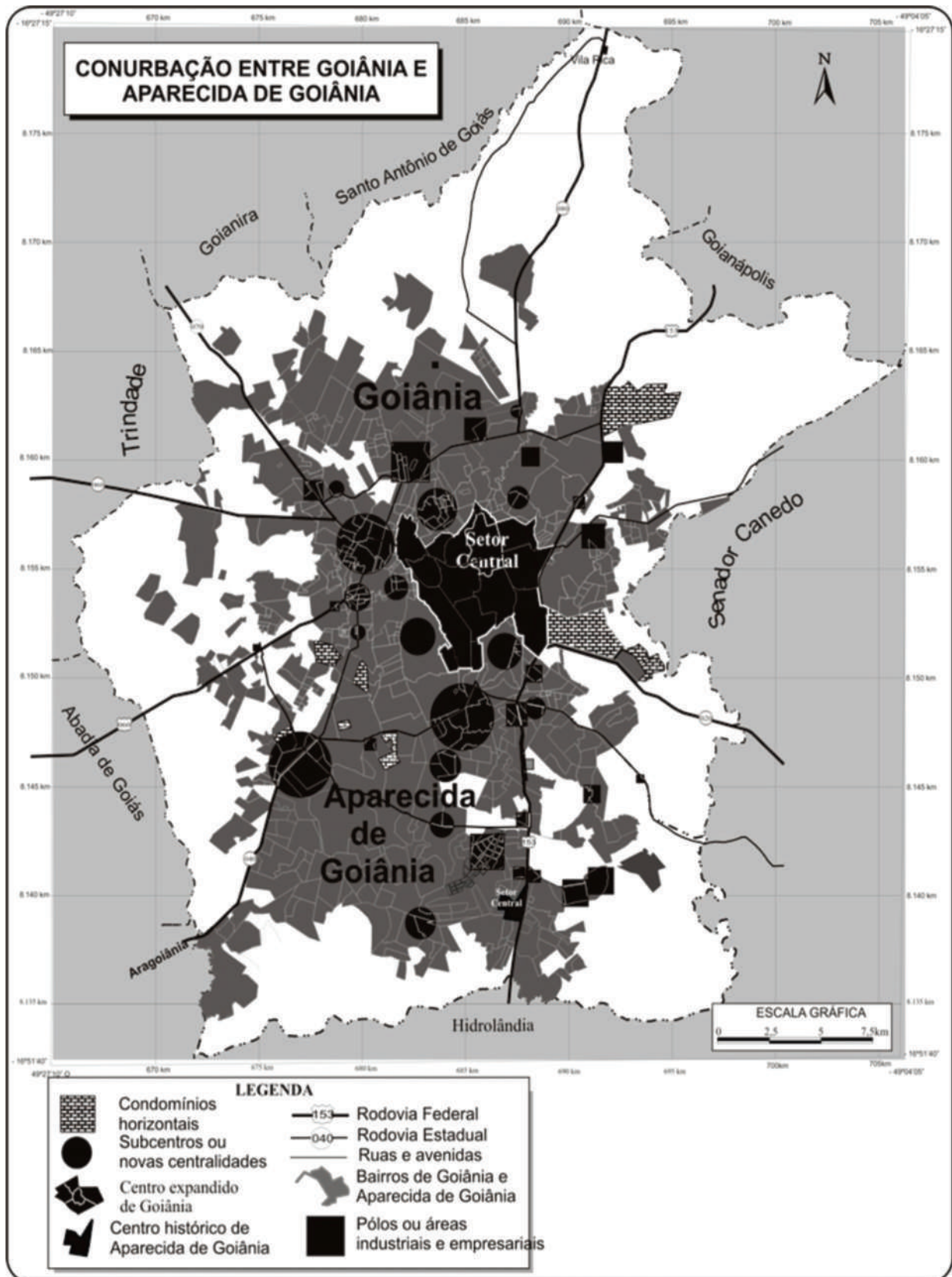
Se por um lado, Aparecida de Goiânia na década de 1980, sobressai a capital em loteamentos e quantidade demográfica, é neste período também que configura o processo de segregação sócioespacial no município. Pinto (2009a, p. 103), caracteriza “Aparecida de Goiânia como um centro densamente urbanizado e periférico da grande Goiânia”. Para Santos (2008, p. 74/75), Aparecida desde 1970, vem se consolidando como periferia expandida e segregada de Goiânia, segundo o autor, isto se deve a dois fatores. Primeiro a pouca quantidade de equipamentos urbanos. Para tanto o autor registra que em 1980 haviam: 14 hotéis; 04 postos de gasolina e álcool; 180 bares; 173 estabelecimentos comerciais; 01 estabelecimento bancário; 01 estabelecimento médico com 180 leitos; 30 escolas oferecendo o ensino fundamental (antigo 1º grau); e 01 escola oferecendo o ensino médio (antigo 2º grau). Neste contexto Pinto (2009a, p.103), afirma que o município só começou a receber água tratada, a partir da década de 1980. O segundo fator se deve, a grande reserva de mão de obra não qualificada, morando em áreas degradadas e mal servidas de transporte. Se em 1980 a população total de Aparecida de Goiânia é de 43.405 habitantes e de Goiânia, 738.117, (conforme Quadro 03), em 2010, a população total de ambas as cidades são de 455.657 e 1.302.001 habitantes, respectivamente (IBGE- Censos Demográficos, 2010).

Anos mais tarde, Aparecida se configura como cidade conurbada¹³ à Goiânia, tal fato é constatado no Mapa 01, de Conurbação¹⁴ entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, elaborado por Pinto (2009a, p.74). O Mapa 01 apresenta uma densa conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, na Região Sul de Goiânia com a Região Norte de Aparecida; áreas centrais dos municípios (o centro expandido de Goiânia e o centro histórico de Aparecida); os subcentros ou novas centralidades; os bairros e os polos e áreas industriais e empresariais de ambas as cidades; no mapa ainda observamos as cidades que compõem a Região Metropolitana de Goiânia (RMG).

O fim da década de 1980 e começo de 1990, ficou marcada pelo fenômeno “Início do Processo de Industrialização” e os elementos desse processo se dão pela implantação de indústrias, como o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG), em 1988; o Distrito Municipal de Aparecida de Goiânia (DIMAG), em 1995; a Cidade Empresarial (primeiro condomínio de empresas de Goiás), em 1997; o Polo Industrial de Goiás, em 1999; e a construção do Parque Industrial de Aparecida.

¹³ O período de conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, segundo Pinto (2009a, p.64) começa em 1960. Para uma análise mais detalhada sobre o assunto recomenda-se a leitura da dissertação do autor.

¹⁴ Para Villaça (2001, p.49), conurbação é a fusão de áreas urbanas.



Mapa 01. Conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Fonte: MORAES, L. B. Goiânia em mapas: a cidade e sua representação no ensino de Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFG. p. 66, 2001 (base cartográfica).

Cartografia digital e organização: José Vandérico Cirqueira Pinto - 2008.

Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia - 2001.

Com isso podemos reafirmar que as mudanças ocorridas em Aparecida de Goiânia, são indicativas desse processo de reestruturação, pois é a partir desse momento que o município identifica as maiores transformações no espaço urbano. Essas transformações não se deram num momento específico, mas ao longo de mais de duas décadas. Os principais elementos que mostram evidências dessa reestruturação são: a implantação de algumas indústrias na Região Leste de Aparecida, sobretudo, nas proximidades da BR-153. Para Santos (2008, p. 109), a BR-153 desempenha “papel importante na atração de empreendimentos industriais, pois sua “situação geográfica” acaba por gerar as condições de fluidez e fácil escoamento da produção”. Essa área da cidade é conhecida pela atração de polos industriais, dentre eles temos o DAIAG, o DIMAG, o Polo Empresarial de Goiás e o Parque Industrial de Aparecida de Goiânia.

Outro fator é a distribuição de equipamentos urbanos em vários bairros do município, criando dessa forma os subcentros/centralidades¹⁵, para Santos (2008) e Pinto (2009 a/b) respectivamente. Equipamento urbano, aqui é entendido como junção de serviços prestados pelo Estado em suas diversas áreas (escolas, universidades, hospitais, cais, postos de saúde, órgãos administrativos, entre outros) e por empresas de grande ou média proporção (supermercados, lojas de vestuário e calçados, concessionária de carros e motos, postos de gasolina, drogarias, academias, bares, entre outros).

Para ambos os autores estes são fatores que marcaram o processo de reestruturação de Aparecida de Goiânia a partir de 1990 até dias atuais. É notável a importância das empresas, comércios, indústrias, órgãos do Estado na formação dos subcentros/centralidades. Neste sentido, a discussão da criação de subcentros/centralidades, serão os norteadores do processo de reestruturação intraurbana de Aparecida de Goiânia no fim do século XX e início deste.

SUBCENTROS E/ OU CENTRALIDADES: DIFERENTES ÁREAS DO ESPAÇO URBANO

A reestruturação intraurbana de Aparecida de Goiânia para Santos (2008, p. 95), começa na década de 1990. O autor afirma que “A construção do Buriti Shopping é o pontapé inicial desta reestruturação”. E para justificar sua afirmação utiliza uma citação em que Pinto (2006) dialoga com Villaça (2001) e demonstra que:

Os processos de reestruturação intraurbana não se dão somente através da localização das classes dominantes e seu poder de atração de infraestruturas, serviços, comércios etc. Também a localização de “objetos geográficos” como um *shopping Center* é elemento determinante nestas transformações. (SANTOS, 2008, p.95) (grifos no original).

Com apoio nesta citação, Santos explica ainda que a área do Buriti Shopping é um subcentro aburguesado¹⁶, ou seja, uma área gentrificada, pois a presença tanto do shopping Buriti, quanto de dois condomínios horizontais (Jardins Mônaco e Viena), contribuíram para a “valorização imobiliária da área, aumento na quantidade e diversificação do comércio e serviços, enfim refuncionalizou o lugar” (Santos, 2008, p.98). E que segundo Pinto (2006)

¹⁵ Os termos subcentros/centralidades utilizados por Santos (2008) e Pinto (2006, 2009 a/b), respectivamente, serão trabalhados no próximo tópico da pesquisa.

¹⁶ Em sua dissertação, Santos fala que o subcentro Buriti Shopping é um subcentro diferenciado dos demais, por apresentar elementos (shopping Center, condomínios fechados, comércios e serviços diferenciados) que desencadaram a atração da classe burguesa residente na região. (SANTOS, 2008, p. 95).

esta área não se tornou um subcentro, mas uma centralidade¹⁷. Ao falar de subcentro, Santos (2008), se baseia no conceito de Villaça (2001), e o utilizaremos nesta pesquisa, devido essa conceituação se aproximar da nossa proposta. Em seu estudo, Villaça (2001, p 293) usa o termo subcentro e justifica afirmando que a expressão *subcentro* será utilizada para designar aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços que não o centro principal (grifos no original). Mais adiante faz uma explicação mais clara do termo, dizendo que:

O subcentro consiste, portanto numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade. (VILLAÇA, 2001, p 293).

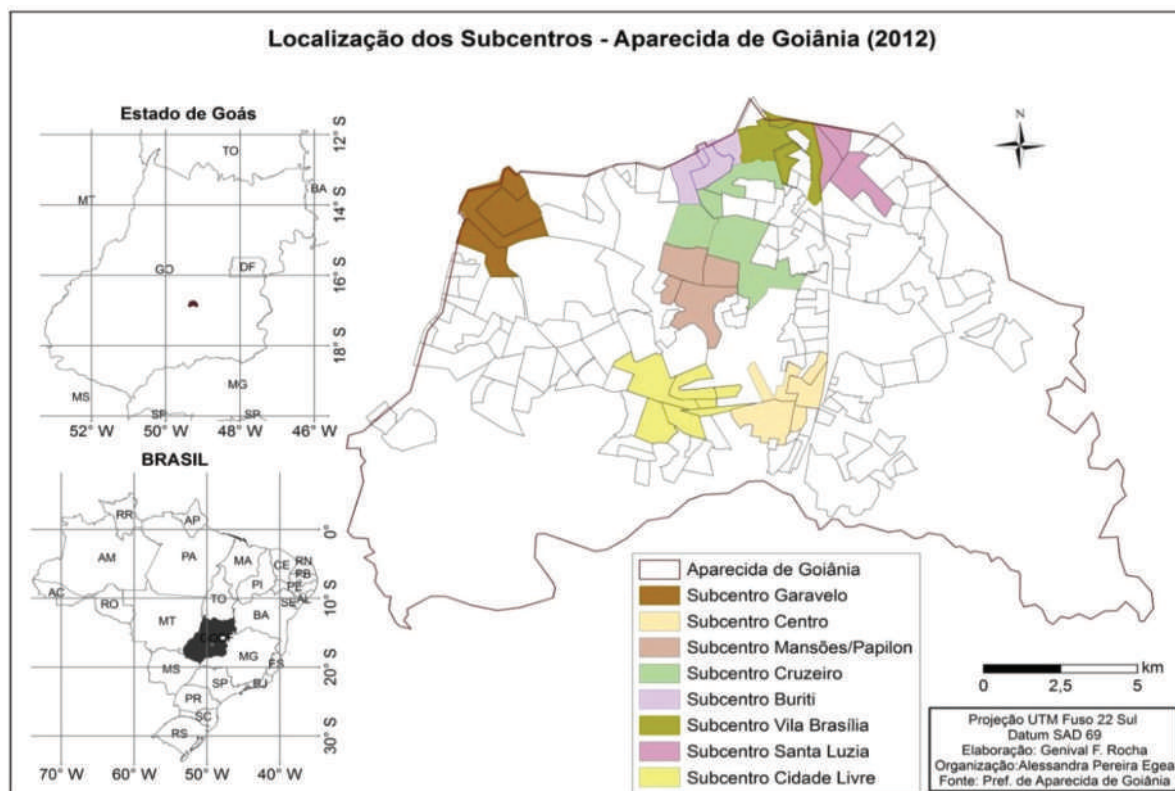
Posterior à análise do subcentro do Buriti Shopping como área aburguesada e gentrificada, Santos (2008) também classifica outros subcentros, dentre eles: Vila Brasília, Cruzeiro do Sul, Garavelo e Cidade Livre. Mas a diferença do subcentro Buriti para os demais, esta na dominação de uma determinada classe social e todos os elementos geográficos atraídos por ela (região próxima ao Buriti), já nos outros subcentros, há a predominância de serviços e comércios variados. Para afirmar o uso dessa denominação e justificar essas regiões, Santos (2008) diz que estas:

Caracterizam-se fundamentalmente pela prestação de serviços e oferecimento de comércio concentrados em um dado lugar da cidade com o intuito de abastecer uma determinada porção desta que de certa maneira encontra-se distante do centro principal ou tradicional. (SANTOS, 2008, p. 101).

Pinto (2009a, p. 132/133) também faz uma classificação das áreas, mas em seus estudos ele denomina de centralidades. Para ajudar na compreensão deste termo ele utiliza-se de ideias já apresentadas por Spósito (1998), Raffestin (1993), Villaça (2001) e Corrêa (2001), referentes a centralidades, mas ao justificar o uso deste termo o autor apoia-se em Spósito (1998), no qual esta diz que “A centralidade apresenta os mesmos requisitos dos subcentros, mas se forma de um modo mais dinâmico, rápido e fragmentado ao longo do espaço urbano”. E acrescenta ainda que quando estes surgem acabam por ocasionar momentos de congestionamento no trânsito e que isto geralmente esta ligada “a implantação de hipermercados, shopping Center, polos econômicos, valorização imobiliária, a eixos comerciais e a novos centros de consumo”.

Ao definirem como centralidades e subcentros, Pinto (2009a) e Santos (2008) respectivamente, classificam praticamente as mesmas regiões do município. Devido essa classificação, foi elaborado um mapa de Localização dos Subcentros – Aparecida de Goiânia (2012), conforme Mapa 02. Nele, estão presentes os subcentros e seus respectivos setores: Santa Luzia (Jardim Bela Vista, Nossa Senhora de Lurdes e Santa Luzia); Buriti (Setor dos Afonsos, Jardim Luz, Nova Era e Vila São Tomás); Centro (Setor Central, Jardim Belo Horizonte, Serra Dourada, Araguaia e Village Garavelo); Cidade Livre (Independência, Colina Azul, Conde dos Arcos, Jardim Cristalino, Cidade Livre, Parque Itatiaia e Monte Cristo); Cruzeiro (Satélite São Luiz, Cruzeiro do Sul, Maria Inês e Bela Morada); Garavelo (Residencial Park São Garavelo, Jardim Tropical e Garavelo); Mansões/ Papilon (Mansões Paraíso, Papilon Park, Veiga Jardim e American Park) e Vila Brasília (Vila Brasília, Jardim Santo Antônio e Parque Real).

¹⁷ Ideia apresentada e defendida em sua monografia.



Mapa 02. Localização dos Subcentros – Aparecida de Goiânia (2012).

Como salientado em momentos anteriores nesta pesquisa, o nosso objeto é o subcentro Cidade Livre. Portanto, a história de sua criação, formação, assim como os elementos que o consolidaram como subcentro, serão assuntos aprofundados no próximo tópico.

FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SUBCENTRO CIDADE LIVRE

O subcentro Cidade Livre localizado na região sul de Aparecida de Goiânia (Conforme Mapa 02, em que o Subcentro Cidade Livre está representado com a cor amarela), exerce ligação entre os subcentros Garavelo e Centro pela Avenida Independência no sentido leste/oeste (PINTO, 2008, p. 159). Este subcentro é formado pelos setores Colina Azul, Conde dos Arcos, Jardim Cristalino, Independência, Cidade Livre, Parque Itatiaia e Monte Cristo. O setor a originar a denominação deste subcentro surge em 1976 (SANTOS, 2008, p. 77).

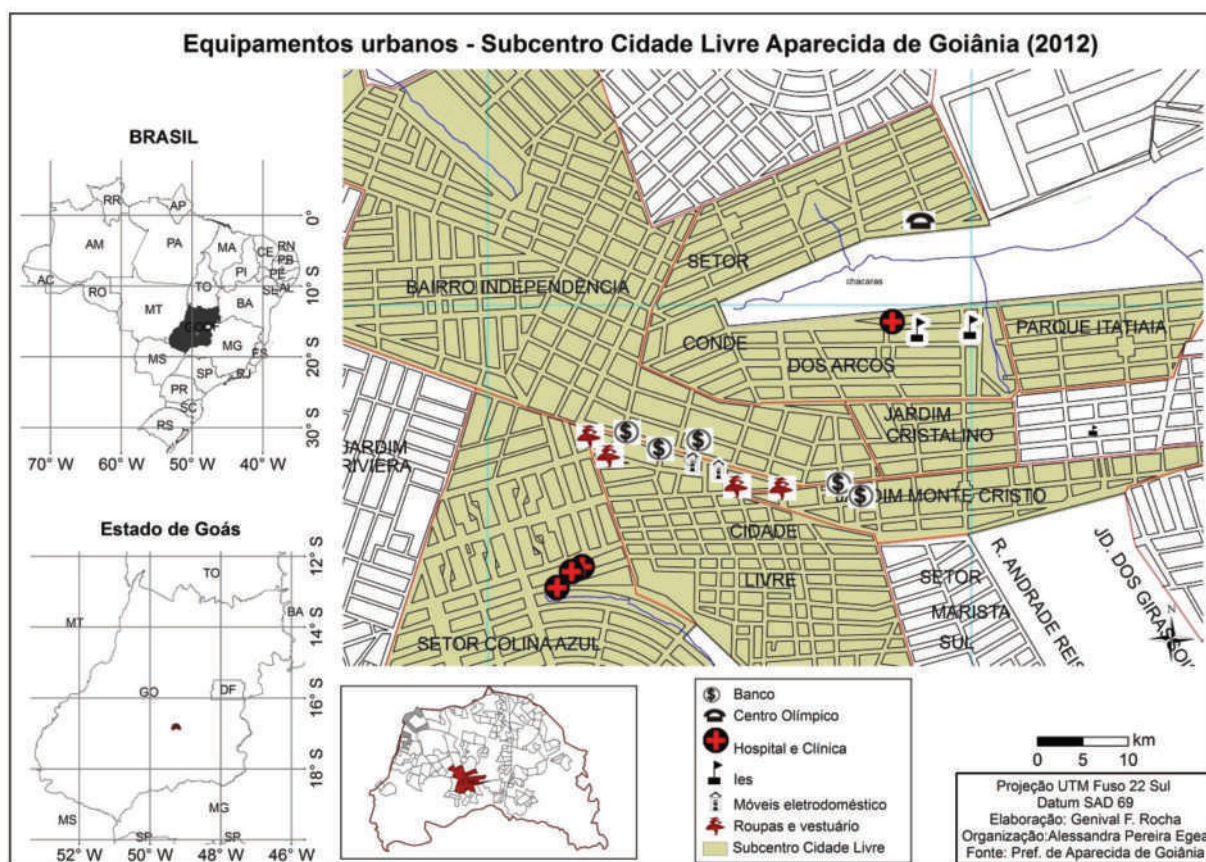
Devido a crescente oferta de lotes e ocupações indesejáveis em Goiânia na década de 1980, o governo do Estado e a prefeitura de Goiânia, transferiram cerca de “70 mil pessoas para o município, formando os assentamentos Colina Azul, Cidade Livre, Tiradentes, Independência Mansões, Cascata, Nova Cidade e parte da Terra Prometida”, O Popular (11/05/2008, p.4). Neste sentido, Sr. Domingos¹⁸, também afirma que “Goiânia virou um inchaço. Como Goiânia virou um inchaço de habitantes, eles despejaram em Aparecida (...)” e ainda segundo Sr. Domingos, a população inicial da Cidade Livre era em torno de 4 mil e 800 pessoas e dois anos mais tarde

¹⁸ Sr. Domingos (71 anos) é fotógrafo, professor de karatê, massoterapeuta e morador do Setor Cidade Livre. Participou ativamente do processo de formação e construção desse bairro. Entrevista cedida em março de 2013.

chegaram a um total de 13 mil pessoas e estes no começo não estavam cadastrados a receberem lotes e vieram no “peito da raça”.

Ainda segundo relatos da entrevista, Sr. Domingos, afirma que na época, este setor possuía poucos comércios para atender a população local, dentre eles uma padaria e uma mercearia, depois que outras lojas foram abrindo, tendo estes que procurar os demais serviços em Goiânia. Conforme os relatos, a associação dos moradores do bairro só foi efetivada 4 anos após a criação do setor, ou seja, por volta de 1980. A formação do subcentro Cidade Livre dava seus indícios de surgimento em meados da década de 1990 (PINTO, 2009a, p. 159), e os elementos de tal afirmação se devem ao Cais do bairro Colina Azul, ao comércio e serviço varejista, as casas de móveis e supermercados, entre outros.

O subcentro Cidade Livre conforme mencionado, tem seu início datado em meados de 1990, mas só vai se consolidar realmente no início dos anos 2000. Os equipamentos urbanos de maior expressividade e que por sua vez, comprovam essa consolidação estão presentes no Mapa 03, de Equipamentos urbanos – Subcentro Cidade Livre – Aparecida de Goiânia (2012). No mapa, são demarcadas instituições relativamente importantes e que comprovam nossa afirmação, como: a presença de 04 bancos (Caixa, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) e uma caixa lotérica; hospitais (HUAPA – Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia) e clínicas; e por fim instituições de ensino superior (Universidade Estadual de Goiás – UEG, Instituto Federal de Goiás - IFG). Estes equipamentos serão divididos em duas etapas: a primeira caracterizada pelo comércio diversificado e a segunda pela instalação de hospitais, unidades de ensino superior e bancos.



Mapa 03. Equipamentos Urbanos - Subcentro Cidade Livre - Aparecida de Goiânia (2012).

Na primeira etapa, o comércio local é diversificado e possui lojas de pequeno porte como: drogarias; clínicas odontológicas; óticas; distribuidoras de bebidas. Já as lojas que variam de médio à grande porte e que mantêm significativa importância para o subcentro e setores próximos são: lojas de vestuários e calçados (Flávios, A Fortaleza, Potência, A Ideal); casas de materiais de construção (JR, Casa Fácil – Rede da Construção e Achei); concessionária de carros e motos (Helen Car e Valdivino Motos); Loja de eletrodomésticos (Novo Mundo, Eletrosom); postos de combustíveis (Auto Posto Cidade Livre, Auto Posto Sauro; Posto Piloto e Petrobrás); supermercados (Galleão e Rede Super Store).

Com o interesse de demonstrar a importância do comércio local e sua área de abrangência, foram utilizadas duas metodologias: a primeira esta relacionada à aplicação de questionário e a segunda, se refere à análise de dados gerados pela loja de vestuário e calçados A Ideal¹⁹. No primeiro caso, foram aplicados 10 questionários a alguns transeuntes dos setores Cidade Livre e Independência. E quando perguntado qual (is) serviço (s) a pessoa mais utiliza no subcentro Cidade Livre, a variação entre os serviços mais procurados ficou empatado com relação a supermercados e bancos, sendo utilizado por 7 pessoas entre as 10, ou seja, 70%. Já as lojas de vestuário e calçados ficou em segundo lugar, sendo utilizado por 5 pessoas entre as 10 pessoas, ou seja, 50% e em terceiro lugar as lojas de móveis e eletrodomésticos com 4 entre as 10 pessoas, ou seja, 40%.

A segunda forma de comprovar a relevância do subcentro para a população local e o raio de abrangência de alguns comércios em relação aos setores do município, se constata quando solicitado nas lojas de vestuário e calçado (segunda categoria mais utilizada pelos moradores), quantos clientes e bairros estão cadastrados na loja. O resultado obtido veio a constatar a influência do subcentro Cidade Livre. No Quadro 04, de Quantidade de Clientes e Bairros Cadastrados – Loja A Ideal – Cidade Livre – 2012, observa-se que os bairros a compor o subcentro Cidade Livre, estão presentes no quadro e grande parte desta clientela se insere nestes bairros respectivamente, conforme a seguir: Parque Itatiaia (21), Monte Cristo (32), Jardim Cristalino (45), Conde dos Arcos (121), Independência (141), Colina Azul (241) e Cidade Livre (315). A categoria registrada como ‘Outros’ no quadro, se deve a bairros localizados no município de Aparecida e totalizam cerca de 940 clientes.

Quadro 04. Quantidade de Clientes e Bairros Cadastrados – Loja A Ideal – Cidade Livre – 2012

Clientes	Bairros
01	Retiro do Bosque
01	Vila Brasília
01	Residencial Itaipu
03	Vila Isabel
05	Vila Maria
06	Andrade Reis
07	Residencial Village Garavelo

¹⁹ A quantidade de clientes e setores cadastrados na loja A Ideal foi obtido em trabalho de campo realizado em outubro de 2012. As lojas Flávios e A Fortaleza, não disponibilizaram os dados, alegando que a quantidade de clientes e bairros são cadastrados de forma geral no sistema e não teria como separar estes dados. Já a loja Potência, não disponibilizou os dados da loja.

11	Jardim Ipiranga
16	Parque das Nações
21	Parque Itatiaia
32	Monte Cristo
45	Jardim Cristalino
51	Jardim Riviera
59	Pontal Sul
70	Marista Sul
72	Independência Mansões
121	Conde dos Arcos
141	Independência
241	Colina Azul
315	Cidade Livre
940	Outros

Organização: Alessandra Pereira Egêa.

Na segunda etapa, os equipamentos urbanos a consolidarem este subcentro são: Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia (HUAPA); Universidade Estadual de Goiás (UEG); Instituto Federal de Goiás (IFG); Centro Olímpico; Caixa Econômica Federal; Banco do Brasil; Bradesco; Itaú e uma agência lotérica.

Como apresentado em discussões anteriores, o setor Cidade Livre, se constituiu de um assentamento originado em 1976, por pessoas vindas da capital na década de 1970. Este setor, segundo relatos, possuía poucos comércios e atendiam precariamente as necessidades da população, tendo estes que recorrerem ao Centro Tradicional da cidade ou a capital. Com o processo de reestruturação intraurbano, iniciado em 1990, todo o município passa a modificar estruturalmente, formando assim os subcentros Vila Brasília, Buriti, Centro, Cidade Livre, Cruzeiro, Garavelo, Mansões/Papilon e Santa Luzia. O subcentro Cidade Livre, ganha destaque nesta pesquisa, por totalizar vários elementos dessa reestruturação. Conforme relata Villaça (2001, p 13), em relação à reestruturação, não basta dizer que simples registros de transformações no espaço urbano é uma estruturação ou reestruturação. Para tanto, ao afirmar essa ideia é preciso mostrar os elementos que estruturaram ou reestruturaram essas transformações. Neste sentido o subcentro Cidade Livre é palco de várias transformações e estas são comprovadas quando enumeramos os equipamentos urbanos que a consolidaram como Subcentro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos realizados a respeito da estruturação e reestruturação das cidades permeiam as pesquisas que envolvem o estudo de casos urbanos, pois para compreender como e por que determinados fatos ocorrem é preciso recorrer a análises na formação do objeto de estudo a que algumas pesquisas se propõem. Para tanto, neste trabalho o uso e diferenciação destes termos se fez necessário, assim como o uso e justificativa do termo Subcentro em detrimento do termo Centralidade, para identificar transformações ocorridas no espaço urbano. Centralidade é o

modo de dizer que uma transformação urbana ocorreu de forma rápida e num curto prazo de tempo, ao contrário do subcentro.

A formação de Aparecida de Goiânia e posteriormente a transferência da capital de Vila Boa para Goiânia são fatos iniciais que irão permear a trajetória de história e inter-relação de ambas as cidades. Com isso, durante o desenvolvimento comercial, urbano e territorial de Goiânia, Aparecida apresentava-se isolada desses acontecimentos. E só começa a ascender quando em Goiânia ocorrem as leis de restrição a novos loteamentos, onde o Estado e as imobiliárias se duelam por um lado, na busca da efetivação de questões propostas no Plano Diretor de Goiânia e por outro na venda desenfreada de lotes, mesmos sem a mínima preocupação com a instalação de equipamentos urbanos básicos.

Aparecida de Goiânia, livre de exigências legislativas, torna-se o “novo eldorado imobiliário”, sobretudo, na década de 1970. É perceptível a atração que Aparecida causou entre as imobiliárias, as indústrias, as empresas e comércios nesta época. É neste contexto que ocorre o processo de reestruturação intraurbano em Aparecida, com diversas áreas do município se fortalecendo com a implantação de indústrias, instituições de ensino superior, comércios e bancos. Com a polarização de indústrias em algumas áreas e a diversidade de serviços prestados em outras da cidade, fica caracterizado o aparecimento de subcentros. E estes por sua vez se fortalecem a medida que aumenta a concentração de serviços em determinadas áreas.

Com base nas pesquisas aprofundadas nos trabalhos de Santos (2008) e Pinto (2006/2009a) em relação a formação, reestruturação e criação de subcentros/centralidades em Aparecida de Goiânia, constatamos um total de oito subcentros, sendo eles: Cruzeiro, Centro, Cidade Livre, Santa Luzia, Garavelo, Buriti, Vila Brasília e Mansões/Papilon. O subcentro Cidade Livre, por exemplo, é destaque neste trabalho por apresentar uma diversidade de atividades e equipamentos urbanos que confirmam sua consolidação. Neste sentido, a implantação do HUAPA, da UEG, do IFG, do Centro Olímpico, de bancos como a Caixa, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, da loja Flávios, agência dos Correios, entre outros elementos constatam essa afirmação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APARECIDA DE GOIÂNIA, Prefeitura de. **Plano Diretor de Aparecida de Goiânia**. Decenal 2001/2011. Aparecida de Goiânia, 2001.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. In: _____ **Trajelórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE. **Aparecida de Goiânia**. Goiânia, s/d. (*mimeografado*).

_____. **Censos Demográficos**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 15 fev. 2013.

MOYSÉS, A. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.

PINTO, J. V. C. **Reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia: o impacto da implantação do Buriti Shopping e a formação de uma nova centralidade na Avenida Rio**

Verde. 2006. 110 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2006.

_____. **Fragmentação da metrópole, constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia.** Goiânia: IESA/UFG, 2009a. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Periodização de Aparecida de Goiânia, da forma embrionária às novas funcionalidades do espaço fragmentado.** Revista Boletim Goiano de Geografia. Goiânia. Vol. 29, nº 1, p. 87-106, jan./jun. de 2009b. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/7111>. Acesso em: 21 mai. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, L. M. dos. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia: de 1960 aos anos 2000.** Goiânia: IESA/ UFG, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SPOSITO, M. E. B. **Gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana.** Território. Rio de Janeiro: UFRJ, ano III, n. jan./jun. 1998. p. 27 – 37. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_3_sposito.pdf. Acesso em: 15 Jun. 2012.

UMA HISTÓRIA DE SUCESSO. **O Popular**, Goiânia, 11 Mai. 2008. Evolução, p. 4.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

DINÂMICAS PRESENTES EM ANÁPOLIS (GO): SUBSÍDIOS PARA A EXPANSÃO URBANA

Bruno Augusto de Souza

Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH
b.a.desouza@hotmail.com

Rubens Elias Santana Morais

Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH
morais.res@gmail.com

Resumo

O perfil de uma cidade é dado muitas vezes pela base que a sustenta economicamente. Tendo em vista como o processo de urbanização de uma cidade ligado a diversos fatores que trazem a essa cidade uma relação com certa atividade econômica, é proposto neste trabalho analisar como se constituiu a dinâmica na cidade de Anápolis por meio de muitas décadas e como isso propiciou a expansão urbana com foco na área nordeste da cidade. Esse processo se constitui ao longo de uma historicidade que o justifica, uma série de acontecimentos que viabilizou a chegada de uma lógica capitalista como foi a chegada da ferrovia em 1935 que fortaleceu o comércio dentro da cidade de Anápolis. Como exemplo da expansão urbana, utilizamos a área nordeste da cidade, que é composta por 13 bairros. Essa parte é importante para a expansão da cidade, pois além de estar na área de influência de duas rodovias federais, a BR-153 e a BR-414, é uma área onde três loteamentos foram aprovados no século XXI. Analisamos o processo de expansão urbana, caracterizamos e georreferenciamos as atividades encontradas no local, que por encontrar inúmeras atividades, se torna uma área atrativa para novos moradores.

Palavras-chave: Dinâmica. Cidade. Espaço Urbano. Expansão urbana.

INTRODUÇÃO

O fato de Anápolis estar inserida no eixo Goiânia-Brasília contribui para que esse eixo se consolidasse como o mais importante da região Centro-Oeste, principalmente pela dinâmica regional que a cidade exerce no setor comercial e industrial que a destacam em meio a essas duas capitais. E, com a criação em 1974 do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) a cidade passa a ter enorme influência na economia do estado de Goiás, tornando-se não só um ponto intermediário, mas também de partida de mercadorias. Antes da criação do DAIA, Anápolis era a cidade que recebia as mercadorias que vinham do sul e sudeste tanto do país quanto do estado de Goiás, distribuindo essas mercadorias para as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Neste artigo analisamos a dinâmica da cidade de Anápolis (GO), com foco na área nordeste da cidade e abordamos questões referentes à produção do espaço urbano. Com três novos loteamentos aprovados nos anos iniciais do século XXI, buscamos por meio do georreferenciamento dos equipamentos urbanos presentes, e também nos demais fatores que subsidiam a expansão urbana acelerada no local citado.

DESENVOLVIMENTO

Todo espaço geográfico é constituído de variáveis diretamente ligadas ao homem, que envolvido nesse espaço, apresenta a necessidade de entendê-lo para que nele possa encontrar condições de sua existência. Esse pensamento do homem sobre o espaço trouxe uma dimensão bem ampla sobre a forma como essa categoria de análise se vincula ao social. Assim, ele deixa de ser visualizado como algo que se constitui naturalmente e/ou aleatoriamente e passa a ser analisado como espaço pensado e formado para atender a uma lógica que rege o mundo (SANTOS, 1996). E nos dias atuais, essa lógica é a do capital.

Um pensamento só é desenvolvido por meio de uma necessidade que se reforça a cada dia, esse pensamento surgirá concernente à vontade de sanar algum problema ou dificuldade que se encontre. Dessa maneira, a lógica presente no espaço que venha a ser organizado é encontrada nos primórdios da relação do homem com a natureza, antecedendo ao ordenamento do espaço voltado para as demandas de um mundo capitalista, (SANTOS, 1996; LEFEBVRE, 2001). O que reforça a ideia de que o espaço em sua gênese está ligado ao tempo, já que um processo de evolução como podemos observar no pensamento e ordenamento inseridos sobre o espaço apenas se concretiza com o tempo, e o que demanda a necessidade de se pensar o espaço de forma diferente é o espírito da época.

A produção do espaço na atualidade é estritamente voltada para o capital. Como afirma Carlos (2011, p. 64):

No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e socialmente (no sentido de que penetra em todos os lugares do mundo e em toda a sociedade) incorporando as atividades do homem, redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria.

O espaço encontrado na atualidade se diferencia devido às funções que ele tem, trazendo a ele especificidade que o faz um objeto de estudo interdisciplinar que atrai muita especulação sobre os olhares do capital. Produto de compra e venda pelos agentes imobiliários e organizados pelo poder estatal e econômico. Assim:

O espaço aparece e é vivido de forma distinta quando a habitação torna-se uma mercadoria, quando o ato de habitar passa a ser destituído de sentido, decorrente do fato de que os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, suas casas se reduzem à mercadoria, passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do crescimento econômico) (CARLOS, 2011, p. 65).

O espaço se encontra pautado na ordem do capital no qual sua função e re/funcionalização determinam sua especificidade. O morador não é dono de sua habitação. Ele é usuário de tal espaço e só permanecerá por lá enquanto o capital permitir, pois o espaço é um produto de compra e venda pertencente ao que por sua vez é sujeito ao fator econômico. Dessa forma, o espaço então habitado será destituído de seu verdadeiro uso e servirá ao processo de compra e venda.

Esse espaço-mercadoria ausente de seu real sentido é colocado pelo capital como um bem material que possa ser adquirido e representa em sua materialidade poder e *status* perante

a sociedade. Para o capital no ramo imobiliário o importante é que esse espaço-mercadoria continue sendo um produto de circulação onde possa perpassar por várias funções inseridas na ordem comercial, constituindo-se em uma moeda de troca. Visto que:

O Processo caminha, portanto, em direção à abstração, à homogeneidade e à repetição através de mediações múltiplas, apagando o histórico e projetando-se no mundo, e também deslocando as contradições para este plano. É assim que a produção do espaço em seu novo sentido – no processo de valorização do valor – inscreve-se e realiza-se na contradição entre espaços integrados e desintegrados em relação ao movimento de reprodução do capital como desdobramento da contradição centro-periferia. O mundial esmaga e coage as relações nos lugares desintegrados em relação à lógica da reprodução global (CARLOS, 2011, p. 67).

O espaço como produto de venda ou mercadoria passa a ser fragmentado e esses fragmentos são vendidos a fim de que venha a ser atendida a lógica do capital. O fato de se ter o espaço como mercadoria enfatizará as contradições presentes no capitalismo e no próprio espaço, os conflitos entre as classes e as disputas pelos espaços específicos que o poder econômico trará.

As especificidades que o espaço-mercadoria demonstra advém de várias relações econômicas que se estabelecem em seu meio. Essas relações criam um sistema de redes que estão interligados entre si, pois as especificidades de cada espaço fazem necessárias as dependências entre os mesmos.

Em detrimento do capitalismo existente nos dias atuais são visíveis às incoerências pertinentes às questões voltadas ao território, por isso abordaremos essa categoria de análise da Geografia em uma perspectiva mais econômica onde o território é fruto das relações de poder nele presentes e permanentes. Essas relações nem sempre apresentam conflitos diretos entre duas forças econômicas, mas ele só existirá se houver uma força que predomine sobre a outra, ou seja, uma hierarquia na qual o mais forte prevalece. No sistema capitalista isso é apresentado de forma clara por meio das disparidades econômicas, mas em meio a esse conflito pelo poder existem as relações pelo fortalecimento de uma hegemonia da classe burguesa que se estabelece sobre as demais e essas relações acontecem devido às especialidades que o setor terciário impõe que se propagam pelos fluxos e redes estabelecidas pelo setor.

O reflexo das grandes produções e relações entre os grandes capitalistas se depositou na necessidade de meios de transportes para disseminar as grandes quantidades de mercadorias, as implantações de novos mecanismos de transportes e melhorias nos sistemas já existentes. Como afirma Silveira (2011, p. 355):

No Brasil, são três as áreas de lavra que têm produção destinada ao mercado externo. Ao conjunto formado pelas minas, plantas de beneficiamento, infraestrutura de apoio e centros urbanos que gravitam no entorno da atividade extrativa, consideraremos, nesse texto, como os “espaços de mineração”. São espaços organizados de forma a apresentarem o máximo de produtividade espacial, regidos diretamente pelos interesses corporativos e pela conjuntura econômica internacional. A produtividade espacial é tecida com a participação histórica do Estado, ora assumindo diretamente investimentos no setor, ora adotando o mais cômodo ofício de regulação da atividade (grifos da autora).

A circulação deixou sua marca em escala global e atingiu seu ápice quando o homem foi capaz de se conectar em várias partes do mundo. Fato que propiciou grandes negociações intercontinentais e, com isso, as melhorias nos transportes com o avanço da tecnologia, que os deixaram mais rápidos. Assim:

As comunicações também são atributos fundamentais para entendermos todo o processo. Todavia, desde a invenção do telégrafo, parte importante das comunicações também são atributos da “Geografia da Circulação, Transportes e Logística” já que a comunicação, mesmo hoje sendo realizada, em grande parte, de forma imaterial, enquadra-se em diversos aspectos correlatos, como fixos para transmissão de informações e vias de comunicações imateriais e, por conseguinte, contribuiu para o movimento circulatório do capital. A produção e a distribuição de ideologias (informações, marketing e ideias das elites) pela mídia são responsáveis pela aceleração desse movimento e, como tal, são consequências dele (SILVEIRA, 2011, p. 24).

Os meios de comunicação mesmo entendidos como fixos são fundamentais para a movimentação do capital, pois é por meio deles que ocorrem várias transações em escala regional nacional e global.

O município de Anápolis está localizado no estado de Goiás, posicionado na mesorregião do Centro Goiano. E se constitui na cidade pólo da microrregião que leva o seu nome, (Figura 1).

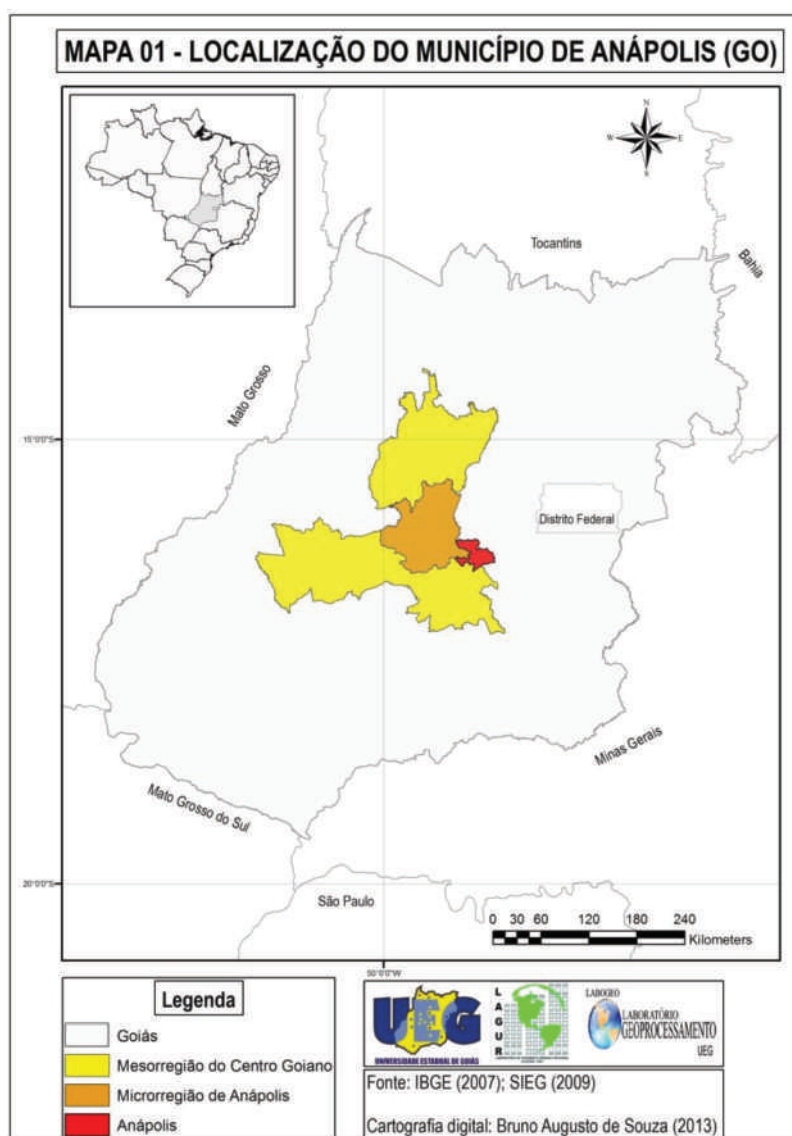


Figura 1 – Mapa de localização da Microrregião e Município de Anápolis.

Elaboração: autores, 2013.

A localização estratégica do município de Anápolis contribui para o seu desenvolvimento e do estado de Goiás. Ao longo do tempo, Anápolis se tornou um forte atrativo de atividades comerciais e mais tarde no século XX, também de atividades industriais.

Para Luz (2009) existem três períodos que compõem o processo evolutivo da cidade de Anápolis: o primeiro período se constitui no fim do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. O segundo compreende a chegada da ferrovia em 1935 e se encerra na década de 1960, com a construção de Brasília. E, por fim, o terceiro período se desenvolve a partir da década de 1960 até os primeiros anos do século XXI.

O município e, principalmente, a cidade de Anápolis está localizada estrategicamente no entroncamento das rodovias BR-060, BR-153 e BR-414 e se consolida na função de entreposto e base logística regional. Fato que consolida como alavanca para a economia regional. (Figura 2):

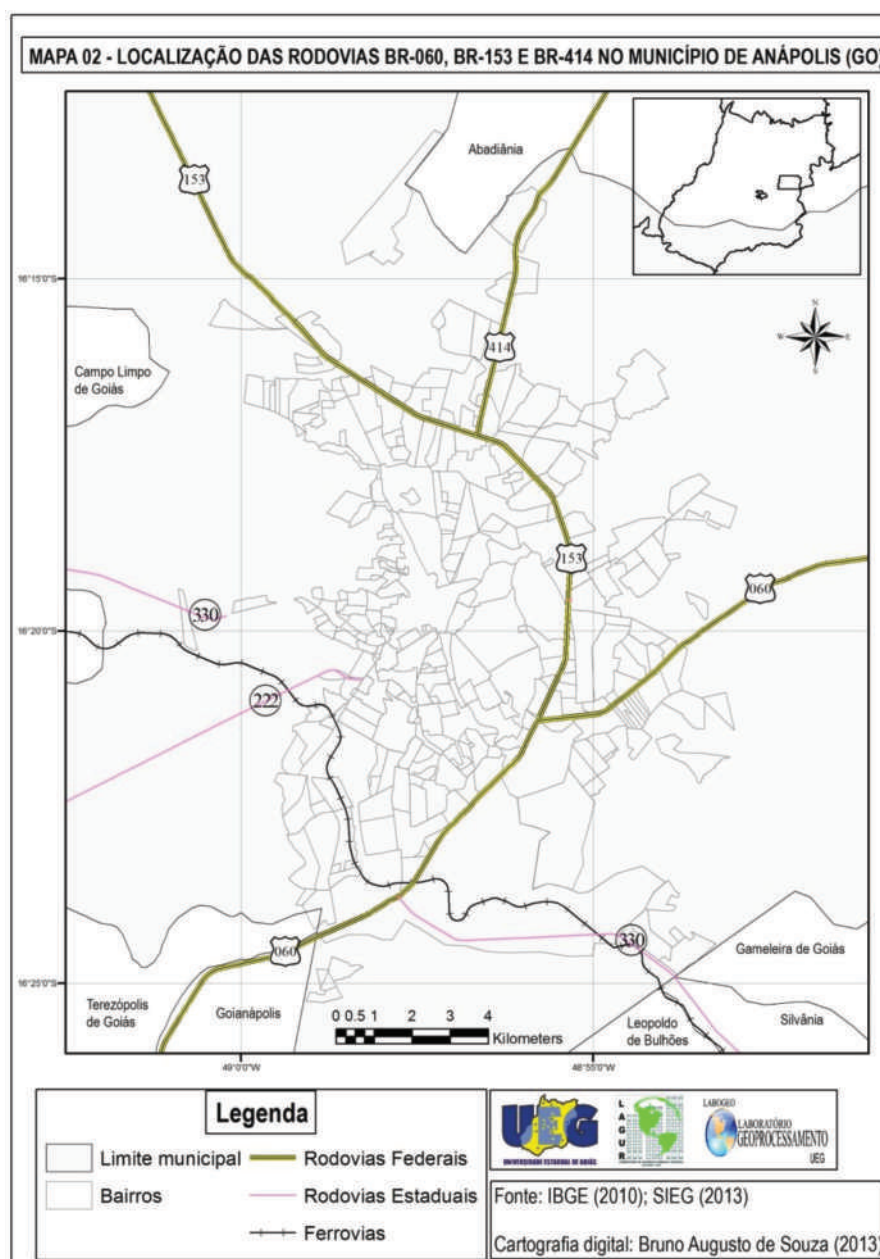


Figura 2 – Mapa de contextualização de Anápolis em relação às grandes rodovias.

Elaboração: autores, 2013.

Para Luz (2009, p. 188), “o caso das rodovias representa uma parcela, importante das alterações que ocorreram no território goiano, pois, além da ampliação das redes técnicas, a região atraiu fluxos migratórios de todo o país”. O que se relaciona com o significativo crescimento populacional que ocorreu no período (Ver Tabela 01):

Tabela 01 - Anápolis (GO): Crescimento da população regional de 1970 a 2013

Área/Localidade	População Total			
	1970	2000	2010	2013 (estimativas)
Anápolis	105.029	288.085	334.613	357.402
Goiânia	380.773	1.093.007	1.302.001	1.393.575
Brasília	537.492	2.051.146	2.570.160	2.789.761
Goiás	2.938.029	5.003.228	6.003.788	6.434.048

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 2000 e 2010); Luz (2009); IBGE - Diretoria de Pesquisas - DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS (2013). Organização: Bruno Augusto de Souza (2014)

Os elementos de infraestrutura contribuem para tornar locais antes desabitados em locais favoráveis para a oferta de moradia para a população em sua área urbana. Todavia, a ocupação da área urbana não significa dizer que toda a cidade possui equipamentos e infraestrutura para atender à população. Por sinal, a seguir o Mapa 03, apresenta a distribuição das pessoas residentes no município de Anápolis.

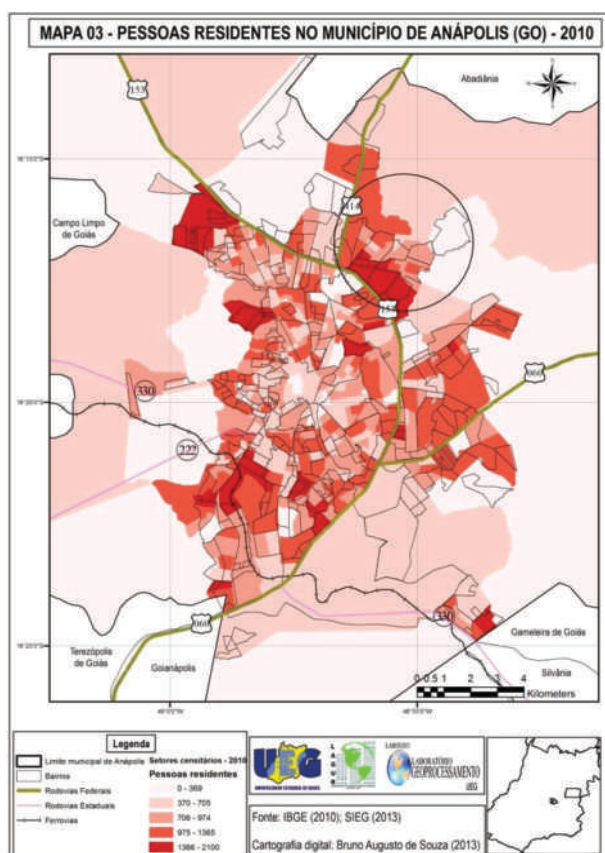


Figura 3 – Mapa de densidade demográfica de Anápolis.

Elaboração: autores, 2013.

A representação utiliza informações censitárias obtidas a partir da análise dos dados coletados nos domicílios que formam cada setor censitário da cidade. Estes, por sua vez, compreendem aproximadamente trezentos domicílios cada, sendo que o IBGE (Censo Demográfico, 2010) considera para Goiás a média de quatro moradores por domicílio, ou seja, temos aproximadamente 84 mil domicílios em Anápolis.

Percebe-se que em Anápolis ocorre uma concentração significativa na parte periférica, aspecto que podemos atribuir ao fato de que a recente expansão urbana promoveu a aprovação de loteamentos periféricos, justificando a contínua necessidade de alteração no perímetro urbano da cidade.

A área nordeste de Anápolis é um local de expansão, visto que diversos loteamentos foram constituídos em um período recente, conforme dados cadastrais obtidos junto à Prefeitura Municipal de Anápolis. A área possui boa localização com acesso direto pela BR-153 e BR-414, e também a duas importantes avenidas da cidade, que são a Av. Universitária e a Av. Brasil, com acesso a Av. Brasil Norte (dividida em Av. Brasil Norte e Sul, devido a sua extensão).

A área nordeste da cidade apresenta fácil acesso, tanto com os bairros vizinhos como com a parte adjacente ao centro e central. Porém, sobre a acessibilidade na escala intraurbana, Villaça (1998, p. 79-80) ressalva:

As acessibilidades variam [...] de acordo com os veículos utilizados. Variam, portanto, com as classes sociais: com a distinção, por exemplo, entre a acessibilidade para quem depende de transporte público e para quem possui transporte individual. Sendo os transportes intra-urbanos os maiores determinantes das transformações dos pontos, as vias de transportes têm enorme influência não só no arranjo interno das cidades, mas também sobre os diferenciais de expansão urbana.

Nessa perspectiva, conforme destacamos antes a parte nordeste constitui uma das áreas de expansão recente da cidade. Sua denominação decorre da localização da mesma em relação à área central da cidade, para onde a população se desloca ao necessitar de serviços e produtos mais diversificados e não oferecidos no local.

Apesar de periférica, a área nordeste possui uma localização privilegiada e fácil acesso aos serviços e empresas comerciais disponíveis nos bairros próximos. A exemplo da região da Av. Universitária onde se encontram as instituições de nível superior: UniEvangélica - Centro Universitário de Anápolis e a Anhanguera Educacional, entre outras. Além de escolas de ensino fundamental e médio, bem como o Hospital Espírita de Psiquiatria, o Anashopping, restaurantes, entre outras atividades.

Por sua vez, a Av. Brasil propicia aos moradores um acesso rápido ao Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo, opções de oficinas mecânicas e borracharias. E por se tratar de uma via estrutural que articula a parte norte e sul da cidade, ela favorece a articulação da área com a cidade de um modo geral, tanto por meio de veículos particulares como pelo transporte coletivo.

O fator localização é importante para a melhoria de infraestrutura dos diferentes locais da cidade. Sobre isso Villaça (1998, p. 72, grifo do autor) afirma:

Há consenso atualmente de que o espaço urbano é produzido - todo espaço social o é, mas vamos nos limitar ao espaço urbano. É produzido pelo trabalho social despendido

na produção de algo socialmente útil. Logo, esse trabalho produz um valor. [...] Há aí dois valores a considerar. O primeiro é o dos produtos em si - os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela *localização* dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra - dos lotes, das ruas, das praças, das praias - valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte.

Com a melhoria dos serviços e infraestrutura em determinados locais, como no caso do transporte e respectivas vias por ele utilizadas. Com isso, atribui-se valor para as melhores localizações ao longo das vias de transporte público, onde se instalam preferencialmente serviços e equipamentos sociais, além das empresas privadas e instituições religiosas, a exemplo do que ocorre na área nordeste. Sobre essa questão Villaça (1998, p. 78, grifo do autor) afirma:

Os pontos do espaço intra-urbano condicionam a participação do seu ocupante tanto na força produtiva social representada pela cidade como na absorção, através do consumo, das vantagens da aglomeração. É esse o valor de uso do ponto - sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si os diversos elementos da cidade. Esse “relacionamento” se dá de diversas formas e por meio de diversos fluxos - o transporte de mercadorias, de consumidores, de força de trabalho ou as comunicações - , os quais têm importância e papéis diferentes conforme se trate de espaço regional ou intra-urbano.

A área nordeste de Anápolis com a facilidade de acesso se apresenta como atrativa para a abertura de novos loteamentos, fato que se confirma nos primeiros anos do século XXI, quando foram aprovados: O Residencial Portal do Cerrado, conforme Decreto nº 23.290 de 03 de maio de 2007; o Residencial Vale do Sol, conforme Decreto nº 2.515 e 10.115 de 2008; e, o Residencial Flor do Cerrado 1ª Etapa, de acordo com Decreto nº 33.617 de 26 de março de 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2013).

No que diz aos equipamentos urbanos presentes de acordo com a NBR 9284 de 1986, que considera as seguintes categorias: Circulação e Transporte; Cultura e Religião; Esporte e Lazer; Infraestrutura; Segurança Pública e Proteção; Abastecimento; Administração Pública; Assistência Social; Educação; e Saúde.

Para a norma NBR 9284 os equipamentos urbanos são “todos os bens públicos e privados, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”. Ao utilizar essa norma, por meio de trabalho de campo destacamos a seguir esses equipamentos.

Ao considerar os equipamentos urbanos (figura 4), a área nordeste de Anápolis possui 60 igrejas, 11 escolas, 07 supermercados, 05 clínicas odontológicas, 02 postos de saúde, 02 creches, 01 campo de futebol, 01 posto policial, 01 centro de assistência social, 01 praça, e 01 penitenciária.

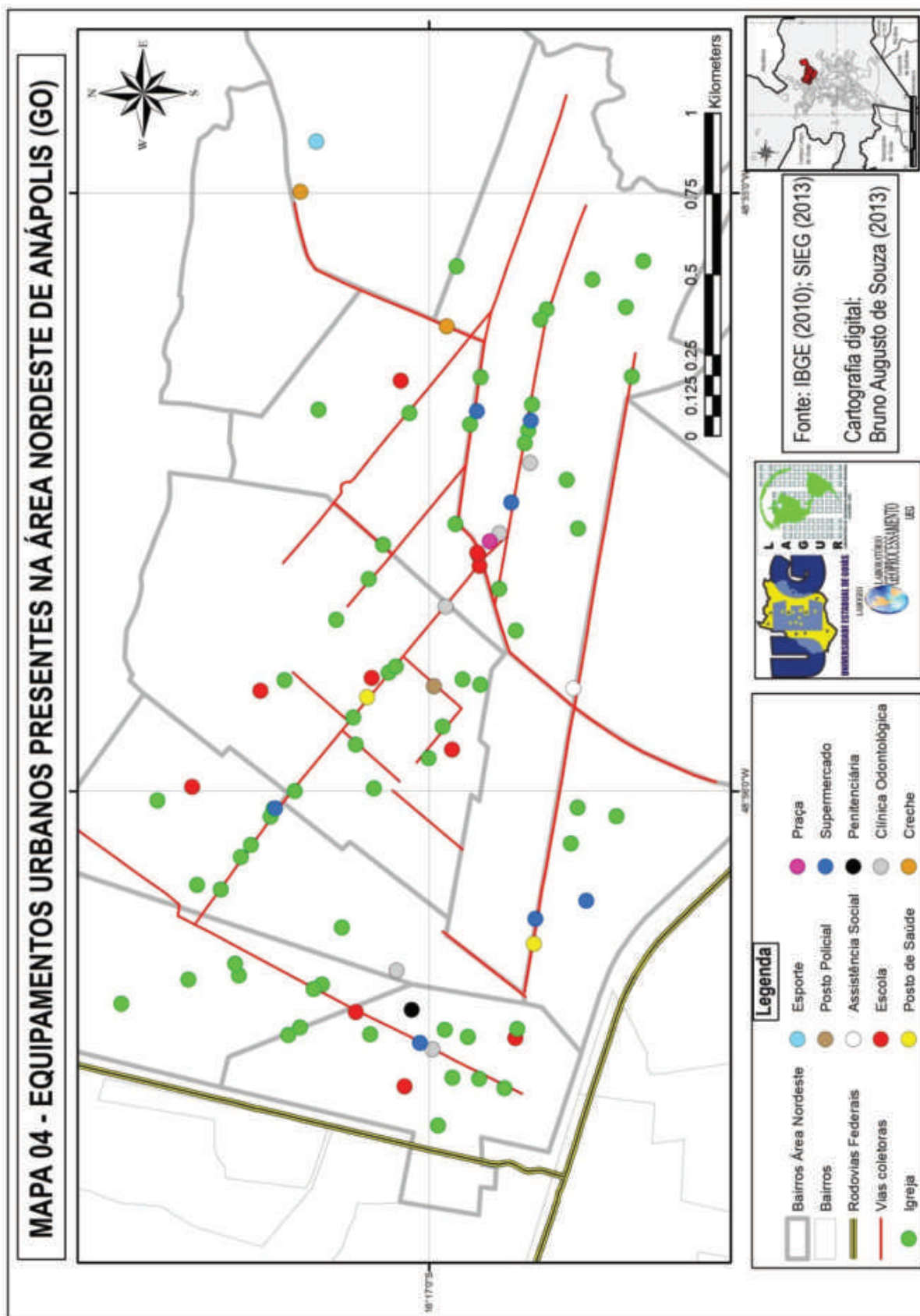


Figura 4 – Mapa de tipos de equipamentos urbanos na região Nordeste de Anápolis.

Elaboração: autores, 2013.

Por compreender uma área que possui dinâmica a alguns anos, a expansão acelerada nos loteamentos aprovados nos anos iniciais do século XXI, demonstra-se subsidiada por inúmeros equipamentos urbanos, além da localização próxima a importantes vias da cidade e rodovias federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pressupostos para o entendimento da configuração do espaço urbano, pois, com o crescimento populacional, o perímetro urbano das cidades necessita se expandir para atender tal demanda.

Em Anápolis (GO) isso ocorreu por sua influência regional e relevância não só antigamente, mas até hoje. Ao exercer a função de cidade média, Anápolis é uma das mais importantes cidades do estado de Goiás, sendo que seu desenvolvimento e atratividade se deram desde o início com as questões de comércio e foi se especializando ao longo do século XX. Visto que no final do século houve a implantação de atividades industriais relevantes para o crescimento econômico da cidade.

Ao compreender as questões de crescimento econômico, o crescimento populacional vem para atender as demandas de mão de obra, ao considerar essas questões, a infraestrutura e serviços necessários para a população estão presentes nos locais com quantitativo populacional para usufruí-las.

A constituição da área nordeste de Anápolis não é recente, data do final da década de 1970, passando por loteamentos aprovados em 1980 e 1990, bem como nos primeiros anos do século XXI. Com essa afirmação compreendemos o fator de não isolamento dessa área polarizada por bairros importantes como Jardim das Américas 3ª Etapa e Recanto do Sol. Além desses bairros, essa área está no entroncamento de duas importantes rodovias federais, que são as BR-153 e BR-414, fatores que propiciam a expansão urbana para o local citado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9284**: Equipamento urbano. Rio de Janeiro, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010** (IBGE Cidades). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em maio-out./2013.

_____. **Censo demográfico de 2010** (IBGE Estados). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go>>. Acesso em maio/2013.

_____. **Estimativas da população de 2013**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em mar./2014.

_____. **Estimativas da população de Anápolis (GO) em 2013.** Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520110&search=goias|anapolis>>. Acesso em mar./2014.

_____. **Estimativas da população do Estado de Goiás de 2013.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go>>. Acesso em mar./2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LUZ, Janes Socorro da. **A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009.** Tese (doutorado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Ficha cadastral de bairros.** Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Habitação, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, M. R. **Circulação, Transporte e Logística.** São Paulo. Outras Expressões, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

MORFOLOGIA SOCIOESPACIAL DE GOIÂNIA: MÚLTIPLOS COTIDIANOS E MÚLTIPLAS LEITURAS NA FORMAÇÃO DOS LUGARES

Benjamim Pereira Vilela

Instituto Federal de Goiás
bpvilela@gmail.com

Andréa Pereira dos Santos

Universidade Federal de Goiás
andreabiblio@gmail.com

Resumo

Objetiva-se, com este trabalho, compreender as morfologias socioespaciais e alguns aspectos referentes as marcas do espaço que se revelam múltiplos em Goiânia. Isso será feito através de elementos apreendidos ao se observar a paisagem (por meio da leitura de imagens, material bibliográfico e observação direta dos lugares), os quais estão cheios de desigualdades e diferenças, apresentadas pelo modo de viver dos cidadãos, bem como pela disposição de equipamentos urbanos e espaços públicos. Concluímos que a cidadania, cultura, educação, são elementos imprescindíveis para que se possa superar parte destas contradições. O que valida o conceito de cidade educadora (GOMES-GRANELLE VILA, 2001), como uma possibilidade para tornar as relações nos espaços urbanos, menos segregadas. Uma vez, que a crise das cidades, é uma crise do modelo de cidade como espaço público.

Palavras-chave: Segregação espacial. Goiânia. Formação dos lugares. Cidade.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é marcado por uma enormidade de elementos sociais que dão características particulares aos lugares. As cidades, como um espaço específico formado de um ajuntamento de lugares, adquirem nuances - tanto as pequenas, quanto às medias e grandes - que as tornam espaços segregados, com diversas divisões sociais e consequentemente espaciais. Entretanto, são múltiplas as faces responsáveis por propiciar espacialidades segregadoras. Entre elas, as mais significativas são a estratificação da sociedade em classes sociais, em que cada classe ou grupo identitário, dentro dos espaços urbanos, têm acessos distintos aos equipamentos urbanos e aos espaços públicos nas cidades.

As cidades são, assim, uma forma de organização socioespacial complexa e, conforme nos diz Carlos (1999, p. 19) “a vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se produz a cidade”. As palavras da autora, indicam que não só os sujeitos estão numa transformação continua, mas também as cidades. E o seu desenvolvimento está relacionado com

a infra-estrutura tecnológica, cultural e administrativa. Assim, cada uma tem características semelhantes e, ao mesmo tempo, singulares. O que as torna um importante objeto de estudo para a geografia, tendo em vista, que esta ciência incumbe-se de compreender as rugosidades existentes no espaço geográfico e suas espacialidades diferenciadas.

Assim, objetiva-se com este trabalho, compreender alguns aspectos referentes as marcas do espaço que se revelam múltiplos em Goiânia. Isso será feito através de elementos apreendidos ao se observar a paisagem (por meio da leitura de imagens, material bibliográfico e observação direta dos lugares), os quais estão cheios de desigualdades e diferenças, apresentadas pelo modo de viver dos cidadãos, bem como pela disposição de equipamentos urbanos e espaços públicos. Também pelas relações que o Estado estabelece com a sociedade, e sua lógica de planejamento para com as diferentes classes sociais. Não é pretensão abarcar todos esses aspectos, em particular, nem tampouco desprestigiar-los neste pequeno ensaio. Pretende-se, aqui, utilizar os elementos qualitativos existentes na pesquisa geográfica e proceder a leitura de alguns deles.

Elementos estes que estão interligados e são os responsáveis pela produção desigual do espaço urbano em Goiânia. De tal modo, faz com que os acessos e a distribuição espacial dos equipamentos urbanos, espaços públicos, moradia sejam injustos. Então certifica-se que prevalece, na constituição e usos da cidade, a lógica do capital. E é justamente esse processo que faz com que em alguns bairros tenha escassez de determinados equipamentos e, em outros, o excesso dos mesmos. Assim pergunta-se: que elementos dos espaços públicos de Goiânia são segregadores? existe uma identidade cultural em Goiânia capaz de gerar uma singularidade ao cotidiano da cidade? Quais são os elementos que caracterizam os espaços diferenciados?

2 ESPAÇOS DIFERENCIADOS NA METRÓPOLE GOIANIENSE: ESPAÇOS SEGREGADOS

As múltiplas faces da cidade de Goiânia, estão diretamente relacionadas com as contradições socioespaciais, fruto da complexa produção do espaço urbano desta cidade. As diferenças sociais, são produtos de um processo histórico que se arrasta desde a ocupação do território brasileiro e relaciona-se com revolução industrial bem como com o surgimento do sistema capitalista enquanto modo de produção. E mais recentemente a partir do advento da globalização, que trouxe um distanciamento e uma fragmentação maiores, ainda entre os sujeitos que vivem nas cidades.

A globalização impôs uma enormidade de mudanças no cotidiano das cidades e propiciou um espaço geográfico fluídico e heterogêneo, entretanto, vale lembrar Santos (2003), o qual diz que seus fenômenos não atingem igualmente os indivíduos. O que acredita ser em função de fatores como contradições sociais e o distanciamento entre ricos e pobres, que propiciam a uma minoria acesso ao que a cidade pode oferecer de melhor, e por outro lado, oferece muito pouco para a maioria da população mais pobre da cidade. Nestes termos, verifica-se uma fragmentação e compartimentação do espaço, de maneira genérica ocorre, sobretudo, pelo que nos diz Santos (2003, p. 79):

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia

das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.

Corroborando com a citação anterior, Vilaça (1998) acrescenta que:

desde a década de 1930, vem-se desenvolvendo no Brasil uma visão do mundo urbano segundo a qual os problemas crescentemente se manifestam nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico – sem planejamento – e que um planejamento “integrado” ou “de conjunto” segundo técnicas e métodos bem definidos seria indispensável para solucioná-los”. (1999, p. 183)

Conforme apresenta as palavras dos autores, o espaço torna-se fragmentado e adquire nuances contraditórias. E para que ações de interesses do sistema capitalista possam ocorrer, faz-se necessário a definição de lugares, e estes precisam estar de acordo com os padrões de eficiência estabelecidos pelos atores hegemônicos, os quais primam pela rapidez, lucro e lucratividade, normatizações.

Dada a importância dos lugares para que a vida aconteça, faz-se aqui a apresentação de alguns elementos, que favorecem as transformações socioespaciais nas cidades, sobretudo, sob a influência da globalização, e do modo como o território é fragmentado. Dentre os elementos que mudaram significativamente as relações espaciais na cidade encontram-se a moradia e o processo de segregação; os equipamentos de lazer; os sistemas de transporte; as vias de acesso; o distanciamento dos sujeitos através dos espaços públicos.

Os múltiplos territórios e seus fragmentos, podem ser encontrados em poesias, obras literárias, reportagens de jornais, etc. O que os torna documentos e registros de elementos do espaço geográfico. A fragmentação dos territórios é um fator importante para se compreender as influências pelas quais os sujeitos são submetidos no contexto de uma metrópole como Goiânia. Nesta medida, pode-se verificar na letra “canção urbana” do cantor e compositor Valter Mustafé, estes elementos.

Canção urbana

Me arrasto nas ruas dessa cidade

Goiânia

E vejo no rosto das pessoas

Que passam inquietas, tão cheias de planos,

Goianos

São frutos do sol

Ou filhos do mato, talvez quem sabe até

são índios falando inglês

Subindo a avenida Goiás

Descendo a Anhanguera

Entrando na fila de espera

Do início ao fim do mês

Cidade eu te olho aqui do alto do Morro do Além
E pergunto a mim mesmo: será que convém?
Convém crescer tanto assim desse jeito
Esbarrar nas estrelas, formar tantos guetos
também?
Teu corpo é de pedra e pau
teu sangue é de asfalto quente, a gente
Te fez e não te vê
Na praça de Tamandaré
Ou no barraco de um Zé Mané
Há um povo
Que vive prá você
(Valter Mustafé)

Na letra da canção, verifica-se o movimento da cidade tanto do ponto de vista temporal quanto espacial. Também mostra a inquietude no rosto dos sujeitos, esta que é um traço característico da influência que o mundo globalizado exerce sobre as metrópoles, e conseqüentemente nos sujeitos que vivem nelas. Ao explicitar que os sujeitos vivem uma rotina do início ao fim de cada mês; a importância de se falar inglês no contexto dos dias atuais; etc, apresenta um traço inerente a lógica da globalização e da fragmentação; fala se das mudanças que ocorrem em Goiânia, observadas de um fixo geográfico - o Morro do Além²⁰.

O autor ao mencionar o surgimento dos edifícios que parecem querer alcançar as estrelas, observadas do Morro do Além, cita também os guetos, que aqui podem ser entendidos como espaços contraditórios na cidade. Como os bairros periféricos, onde vivem os sujeitos de baixa renda, e também dos pontos de invasão próximos ao centro de Goiânia, nas margens dos principais rios e córregos. Dentre estes, podemos citar os sujeitos que vivem às margens do córrego botafogo, próximo a avenida que o margeia (marginal Botafogo); também a “invasão” do setor Pedro Ludovico, Norte Ferroviário, entre outros.

Verifica-se que a letra da canção também coloca um fato corrente dos espaços urbanos em quase todos os lugares: o crescimento urbano desordenando e segregador. O autor questiona “será que convém crescer tanto?”. Pontua-se que o crescimento de uma cidade como Goiânia é fruto, sobretudo, da implantação dos equipamentos urbanos que favorecem o desenvolvimento econômico, cultural e social deste, de maneira a beneficiar alguns grupos dispostos na sociedade e praticamente ignorar outros. O que torna a leitura e compreensão um tanto complexa.

Nestes termos, pode-se dizer “que a segregação urbana é um processo que tende a se tornar mais complexo nas grandes cidades, já que é resultante da maior amplitude da divisão socioespacial do trabalho no capitalismo”, conforme nos diz Cavalcanti (2001, p.29). Ao fazer referência aos elementos da produção do espaço geográfico, a autora aponta as relações trabalho nas cidades. Assim, verifica-se que os benefícios que o poder público disponibiliza para os moradores de uma cidade como Goiânia, não atendem satisfatoriamente a maioria da população. Um exemplo é a realidade dos transportes públicos.

Sobre este tema os sujeitos sociais goianienses vêm enfrentando problemas das mais diversas ordens. Tendo em vista que a expansão urbana que afastou cada vez mais os trabalhadores da cidade para as áreas mais afastadas e com isso, criou uma demanda por transporte público de qualidade. Outro fator refere-se ao aumento de veículos nas ruas os quais tem como proprietários a classe média. Acerca dessa informação pode-se dialogar com Peixoto (2001, p. 135):

²⁰ Morro localizado na região do Vale do Rio Meia Ponte.

No contexto do transporte coletivo público no Brasil, o presente estudo contempla os problemas relativos ao transporte coletivo urbano da cidade de Goiânia que, à semelhança da maioria das grandes cidades brasileiras, não atende à comunidade usuária de maneira satisfatória. Enquanto uma pequena parte da população possui transporte individual e, portanto, de melhor qualidade, a maioria convive com um transporte coletivo público de baixa qualidade e aparentemente segregador, gerando limitações e desconfortos nos deslocamentos dos usuários às diversas áreas do espaço urbano e refletindo de forma negativa na sua qualidade de vida. Apesar de a maior parte da população fazer uso desse transporte, não o faz por falta de uma melhor que atenda às suas necessidades.

Vale mencionar que as considerações apresentadas por Peixoto (2001), procedem, entretanto faz-se uma ressalva em relação ao transporte individual. Uma vez que este, de fato traz conforto ao usuário, mas ao mesmo tempo cria uma série de problemas ambientais que, a longo prazo, pode ser desconfortável, ou seja, a grande quantidade de veículos pode causar um colapso no trânsito, como já ocorre em grandes cidades espalhadas pelo mundo, como São Paulo e a Cidade do México.

Além disso, no caso de Goiânia, verifica-se uma tendência em valorizar o transporte coletivo público, com utilização de ônibus ao invés do metrô ou trens – os quais não são implantados devido à necessidade de elevados investimentos – este é mais eficiente em todos os sentidos, a começar pela diminuição de veículos nas ruas.

Outro aspecto relevante a ser tratado sobre a temática da segregação, que de algum modo aparece na canção de Mustafé, nas referências ao transporte público, diz respeito às áreas de lazer, as quais são disponibilizadas pelo poder público para as classes mais abastadas com mais sofisticação e infra-estrutura, já para os mais pobres as áreas são mal cuidadas e não recebem a atenção devida. Vejam as fotografias abaixo, as quais foram constituídas em um trabalho de campo, realizado na disciplina “Espaço urbano, cidadania e dinâmica cultural”:



Figura 1 - Pista de caminhada - Parque Vaca Brava – Goiânia

Fonte: arquivo pessoal

A figura 1, refere-se a pista de caminhada do Parque Vaca Brava, a qual foi feita com o objetivo de propiciar um espaço de lazer para os moradores do Setor Bueno e adjacências. Esta área é largamente utilizada por jovens da classe média que ficam próximos ao logo quase todos os dias. Além disso, a pista de caminhada existente tem um fluxo frenético de pessoas todas às manhãs e todas às tardes. Esse espaço recebe atenção especial da prefeitura de Goiânia, uma vez que tem uma equipe de limpeza que cuida da manutenção do local para evitar acúmulo de lixo, bem como uma aparência inóspita.

Verifica-se, neste caso, que o poder público cuida muito bem deste equipamento urbano que é utilizado, sobretudo, pela classe média e ricos. O que deveria ocorrer com os equipamentos urbanos, utilizados pelas sujeitos de baixa renda os quais vivem nos espaços segregados. Por outro lado, na figura 2, vê-se um campo de futebol localizado no Bairro Valéria Perillo, o qual encontra-se em péssimas condições, não recebendo se quer, grama para facilitar a prática do futebol. Este equipamento urbano, possivelmente foi improvisado pela população com o objetivo de resolver - em parte - a falta de opção de lazer na periferia.



Figura 2 - Campo de futebol - Valéria Perillo

Fonte: arquivo pessoal

Inferre-se que os espaços urbanos, como pode ser comparado pelas figuras, são espaços segregados. Sendo que as áreas destinadas à moradia dos sujeitos de melhor poder aquisitivo recebem mais atenção por parte do poder público. Este fato pode ser exemplificado de várias maneiras e aspectos. Entretanto, não cabe aprofundar na questão, dada a limitação e pretensão do presente trabalho.

Em um trabalho de campo realizado em 2014 pelo grupo de estudos “Dona Alzira” foram visitados alguns locais importantes tanto para a compreensão histórico espacial quanto para uma vislumbração dos aspectos segregadores da cidade.

O primeiro ponto de visita foi a Praça Cívica. Trata-se do ponto cume da cidade de Goiânia. Ponto onde nasce a cidade e se torna março da mudança da capital. Esse ponto nos lembra que o grande entrave para a construção de Goiânia foi a desapropriação de terras imposta pelo poder político de então. Hoje a Praça Cívica é, além de um local de convivência, um registro histórico do nascimento da cidade.

A Praça Universitária é tida como espaço do contra-poder e praça cultural. Nela que encontros estudantis, e revoltas da oposição ocorriam. Era ponto de encontro daqueles protestadores do passado e palco de mobilizações atuais. Hoje a praça é lembrada como o maior museu ao céu aberto da cidade.

A Praça Boaventura, no bairro Vila Nova, é destacada como o lugar dos não desejados. Pessoas eram expulsas de locais de desapropriação para os redores da praça Boaventura. Hoje o bairro possui um grande potencial comercial e se caracteriza por moradias e condomínios pertencentes a classe média.

Na visita aos condomínios fechados, verificamos no Alphaville uma nova centralidade, uma fragmentação e uma auto-segregação. Por tratar-se de um condomínio pertencente à classe Média Alta, os moradores se isolam nesses grandes condomínios, afastados do centro, e neles residem apenas pessoas pertencentes às suas classes sociais. Dentro dos condomínios o comércio é exclusivo assim como as ruas e áreas de lazer.

De um outro polo o “Madre Germana” abriga milhares de famílias de baixa renda. Bairro construído longe dos setores mais “nobres” destacando a distância entre ricos e pobres da cidade.

O trabalho de campo nos mostrou uma tentativa de organização do espaço público de forma a afastar ricos e pobres. As praças que antes eram palco de movimentos sociais são espaços de passagem, exceto aquelas praças construídas próximo a condomínios, as quais se tornam área de lazer às famílias que residem próximas a elas.

3 LUGAR, COTIDIANO E CULTURA

A segregação espacial em Goiânia, de acordo com o que estamos refletindo, passa pelo transportes, moradia, utilização de espaços públicos, falta de infra-estrutura, etc. Entretanto, a cidade é possuidora de múltiplos lugares, os quais constituem o cotidiano de muitos sujeitos. São estes sujeitos que fazem e transformam suas culturas nestes locais. Assim, julga-se necessário trazer aqui alguns elementos para se discutir o conceito de lugar. Para Agier (1998, p.60-61) esse conceito pode ser:

Um lugar urbano pode ser definido de duas maneiras. Visto de fora - poderíamos também dizer: visto do alto, posto que isso recorta a ambição cartográfica -, ele pode ser definido como uma região moral, no sentido compreendido por Robert Park. É esse nível que define os limites dos bairros, e suas características sociomorais externas. Esse nível permite compreender as orientações da mobilidade residencial, a atração de certas zonas, em função da distinção que elas oferecem etc. Esse sentido de lugar tem a cidade

inteira como contexto de referência (...). A definição de lugar pode-se fazer também a partir de dentro. Se partirmos da observação etnológica das posições, redes e itinerários urbanos dos indivíduos, vemos que o indivíduo torna-se urbano através de uma série de mediações sociais (...).

Verifica-se na definição conceitual de Agier, que lugar pode tanto ser a cidade como um todo, como os lugares que se formam mediados pelas relações sociais existentes num ponto específico da cidade. E as redes de relações culturais que se estabelecem, constituindo-se num elemento de fortalecimento e pertença para com os múltiplos lugares na cidade.

Nesta medida, é importante recorrer a outros conceitos de lugar, cunhados por geógrafos que reforçam a importância desta categoria no estudo de ramos da ciências sociais. Veja o que diz Tuan ao discutir os conceitos de “espaço e lugar”:

Espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As grandes planícies dão a sensação de espaciosidade. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria (...). (1983, p.3)

Para este importante geógrafo, os sujeitos têm relações estreitas com os lugares e neles suas vidas acontecem. Desta maneira, ao colocar a cidade de Goiânia, neste palco de ações que se constituem no espaço, verificar-se-á que os lugares internos como coloca Agier, têm relevância na constituição do espaço externo. Deste modo, as referências identitárias dos sujeitos goianienses são produzidas nestes lugares de vida.

A cidade apresenta-se como um local onde ocorrem atividades variadas e de matrizes culturais diversas. Acontece ao mesmo tempo na metrópole goianiense encontro de folia de Reis no Bairro de Campinas, como show de bandas de Rock; no centro da cidade encontra-se raizeiros e lojas de informática; encontro de malabarista e seminários de medicina genética.

Goiânia é uma cidade que tem fortes influências do campo, e os aspectos culturais oriundos do rural estão fortemente enraizados em seu tecido urbano. Conforme foi mencionado, o cotidiano desta cidade abriga elementos diversos. Nesta medida, há atividades que resistem, persistem e ajudam a produção do espaço urbano se configurar. Pode-se citar elementos da culinária como a Pamonha, o arroz-com-pequi, o uso da guariroba, biscoito frito de polvilho de mandioca, a rapadura, o frango caipira, etc. E há elementos dos saberes do campo convivendo no espaço urbano como a engorda de porcos; criação de galinhas; plantação hortas; etc. Assim como há elementos da cultura religiosa, como as procissões; a reza do terço; as novenas, a folia de reis etc. É lógico que esses signos e essas manifestações sofrem intervenções do aparato e sentidos homogenizadores oriundos da globalização, todavia cumprem o significado da ação mental dos sujeitos em testemunhar, no presente, que os elementos da cultura local vão sendo transformados na cidade.

Goiânia, na condição de metrópole regional, traz em seu bojo um cotidiano construído por atores de diversas origens, tanto os sujeitos vindos das áreas rurais de Goiás, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e outros estados (CHAVEIRO, 2001), como aqueles oriundos de cidades destes estados e outros. Além daqueles vindos de outros países. Há também a inserção de

empresas das mais diversas localidades, que de alguma maneira alteram as relações existentes nos lugares. Este fato consubstancia a constituição de um espaço geográfico rico, contraditório, cheio de signos, símbolos e significantes.

Assim, verifica-se que as marcas espaciais que se apresentam nas cidades nos dias atuais, têm fortes ligações com os aspectos contraditórios que surgem em função das mudanças ocorridas no mundo, após o enorme avanço das técnicas e do modo como as informações são disseminadas e atingem os sujeitos nos espaços urbanos. O geógrafo Milton Santos (2002, p.251) ao falar do lugar e do cotidiano comenta que:

Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e coisas distantes, revelam por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender (...).

Aspectos e transformações significativas emergem no tecido urbano das cidades. Como disse Milton Santos, as relações que antes eram local - local hoje são local-global. Desta maneira a fluidez e a banalidade dos movimentos colocam o corpo como um fator central na materialização dos lugares e ao mesmo tempo, apresenta-se nas inúmeras manifestações que ocorrem nestes espaços urbanos. Como em diversas atividades culturais e expressões corporais como: danças, jogos de futebol, voleibol, handebol, artes marciais, atividades físicas com fim o culto ao corpo, festas juninas, folia de reis, congada, entre outros.

Pode-se dizer que os lugares nas cidades - neste caso Goiânia - têm forte influência da cultura de massa, a qual contribui, sobremaneira, no rumo em que os processos identitários vão moldar e dar forma ao cotidiano. Vale ressaltar que a classe média sofre maior influência, sendo o estrato social mais atingido pelos padrões homogenizadores da cultura de massa. Sobre esse padrões Santos (2002, p. 262) nos diz:

As classes medias amolecidas deixam absorver-se pela cultura de massa e dela retiram argumentos para racionalizar sua existência empobrecida. Os carentes, sobretudo os mais pobres, estão isentos dessa absorção, mesmo porque não dispõem dos recursos para adquirir aquelas coisas que transmitem e asseguram essa cultura de massa. É por isso que as cidades, crescentemente inigualitárias, tendem a abrigar, ao mesmo tempo, uma cultura de massa e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem-fim.

Deste modo, pode-se dizer que o cotidiano de Goiânia apresenta elementos da cultura popular, em grande medida, através das práticas culturais - cotidianas das pessoas de menor poder aquisitivo. Os argumentos do autor podem ser exemplificados através de inúmeros aspectos, os quais podem ser observados, no acesso a internet, que entre as pessoas da classe média é possível a quase todos os sujeitos, por outro lado, entre os menos favorecidos, apenas uma minoria tem acesso à internet. Sendo a maioria nas chamadas *Lan Houses* ou nos seus locais de trabalho.

Verifica-se que a cidade Goiânia, mesmo possuindo espaços segregados, constitui-se num *locus* de produção de vida, cultura, através de ricos cotidianos, os quais são responsáveis por dar as características aos lugares e dota-los de uma processualidade viva e vivida.

Assim, convém dialogar aqui com alguns aspectos importantes na constituição dos espaços urbanos, um deles é a cidadania, que conforme Borja (2003) a cidadania é um conquista cotidiana. As dinâmicas segregadoras, excludentes existem e renovam permanentemente. A vida social urbana exige conquistar constantemente novos direitos e fazer valer os direitos que o cidadão possui. Sendo o cidadão é aquele que exerce os seus direitos na cidade.

Nestes termos, é premente a luta pela cidadania nas cidades. É necessária a articulação de forças, as quais devem unir os vários sujeitos atuantes na cidade, com o objetivo tornar os espaços urbanos, lugares agradáveis e úteis aos cidadãos.

O cotidiano dos moradores das cidades deve servir para a construção de uma vida social digna, e ao mesmo tempo respeitando o modo de vida dos grupos de indivíduos que atuam nestes espaços.

Neste sentido, busca-se pontuar elementos que convergem para o conceito de cidade educadora. Ou seja, os lugares da cidade onde o cotidiano dos sujeitos está presente, deve, sobretudo, educar. Servir de subsídio para a constituição de uma vida, que leve em consideração o direito a cidade. Nesta medida, Cavalcanti (2004, p. 153) nos diz:

A formação da cidadania é então um objetivo básico do projeto de cidade educadora. Trata-se de formar as pessoas no sentido de permitir a vida a todos, de garantir que todos possam se manifestar e buscar formas de viabilizar a realização de seus desejos e necessidades e de compreender e de resolver os problemas cotidianos desses / nesses espaços.

A cidadania exercida consciente, pode ser uma forma de possibilitar aos sujeitos lutar contra as desigualdades e contradições sociais, além ser um instrumento político para se enfrentar as segregações socioespaciais que marcam a paisagem urbana nas grandes cidades.

Ao se observar a referência que a autora pontua, convém trazer aqui o que nos diz Bellot (2002), sobre o papel do cidadão nas cidades, ao avaliar que este deve entender e utilizar as distintas escalas de identidades: baixo, cidade e, eventualmente, entorno metropolitano. Além de descobrir e desvendar o território e suas diversidades. De modo que para exercer tudo isso faz-se necessário os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

E só a cidade enquanto um projeto educativo é capaz de possibilitar isso. Como? Através das ações dos múltiplos atores sociais e suas práticas. Assim, é necessário, tanto o poder público, quanto as escolas, universidades, empresas, entidades não governamentais, implementar ações educativas, visando a conscientizar os sujeitos da importância de agir com o objetivo de encontrar as melhores formas de enfrentar os problemas urbanos que não podem ser mudados e mudar os possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se compreender que a constituição dos lugares no cotidiano da metrópole goianiense sofre a participação de ações segregadoras. Entretanto, ao vislumbrar o cotidiano dos lugares, percebe-se que ele é costurado por um processo rico, cheio de elementos da cultura,

que possibilita o surgimento de múltiplas formas espaciais. E também de múltiplas resistências, convivências, insurgências.

Além disso, a cidade é constituída de espaços e lugares complexos, sob forte influência do sistema capitalista, através da globalização que impõe padrões homogenizadores e torna a vida nas cidades cada vez mais caótica. Entretanto, esse tecido urbano é produzido com a ação de sujeitos, que trazem consigo suas subjetividades e tornam o cotidiano dos lugares ricos de elementos simbólicos.

Nesta medida, a produção do espaço urbano, é feita pelo cotidiano dos sujeitos que habitam a cidade, através das relações e das trocas simbólicas ocorridas em diferentes espacialidades e temporalidades. Desta maneira, a cidade acaba sendo portadora de uma multiplicidade de signos. E também, pelas contradições econômicas, sociais, culturais.

A cidadania, cultura, educação, são elementos imprescindíveis para que se possa superar parte destas contradições. O que valida o conceito de cidade educadora (GOMES-GRANELL E VILA, 2001), como uma possibilidade para tornar as relações nos espaços urbanos, menos segregadas. Uma vez, que a crise das cidades, é uma crise do modelo de cidade como espaço público.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Lugares e redes: as mediações da cultura urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1999. (Repensando a Geografia).

BELLOT, Pilar Figueras. Prólogo. In: ALDEORQUI, Silvia e PENCHANSKY, Pompei. **Ciudad y ciudadanos**: aportes para la enseñanza del mundo urbano. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BORJA, Jordi. La ciudad, aventura de libertad. In: **La ciudad conquistada**. Madri: Alianza Editorial, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da cidade**. Goiânia. Ed. Alternativa, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade, Cidadania e cultura urbana: espaços públicos enquanto espaço de cidadania de jovens em áreas urbanas de Goiânia. In: **Ciências Geográficas** - Bauru - X Vol. X(2). Bauru, 2004.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo: Usp, 2001.

GOMES GRANELL, Carmen e VILA, Ignacio. **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona: Octaedro, 2001.

MUSTAFÉ, Valter. Canção urbana. In: **Livre Cantar**. Goiânia: Vm Produções Artísticas, 199____. (CD musical).

PEIXOTO, Valéria Maria Ribeiro. Transporte coletivo urbano e qualidade de vida em Goiânia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da cidade**. Goiânia. Ed. Alternativa, 2001.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Usp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

O CENTRO URBANO DE IPORÁ E A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE URBANA

Edna M^a Ferreira de Almeida

Universidade Estadual de Goiás – UnU Iporá
edna_ipo@hotmail.com

Jackeline Silva Alves

Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos
jackgeo17@gmail.com

Resumo

Este texto trata sobre a questão da acessibilidade no centro urbano de Iporá/GO. Buscamos nesta pesquisa investigar os aspectos urbanos da mesma, denotando especial atenção à questão da acessibilidade para deficientes físicos (cadeirantes) e bem como daqueles que possuem mobilidade reduzida. Para tanto, diagnosticamos se o centro urbano da cidade citada está ou não preparado para garantir os direitos assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) a todos os cidadãos, logo, aos os deficientes físicos (cadeirantes). Para o desenvolvimento da pesquisa adotamos o seguinte encaminhamento metodológico: levantamento e revisão de fontes bibliográficas que tratam sobre o tema em tela. Leitura e interpretação da Legislação específica que trata sobre a Acessibilidade; Lei n. 1098/94 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou mobilidade reduzida; ABNT NBR 9050 que trata sobre a Acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, que trata sobre o tem em pauta. Acreditamos que os resultados desta pesquisa possam ser levados a conhecimento do Poder Público local, e que enquanto diagnóstico possa auxiliar na tomada de decisões, no que concerne à adoção de políticas públicas que possam na resolução do problema levantado.

Palavras-chave: Acessibilidade Urbana, Planejamento Urbano, Cidadania.

INTRODUÇÃO

Não há como negar que as cidades brasileiras cresceram de forma desordenada, e em sua maioria, sem a adoção de medidas voltadas ao planejamento e ordenamento das mesmas.

Tal situação é ainda mais recorrente em cidades pequenas ou cidades médias, pois nestas é bastante comum observar a ausência da adoção de medidas voltadas ao planejamento urbano. A expansão desordenada e não planejada do espaço urbano acaba comprometendo os padrões estabelecidos por legislação específica para garantir a mobilidade e acessibilidade. De tal modo, entendemos que melhorar os aspectos da acessibilidade urbana deveria constituir-se em preocupação daqueles que atuam no ordenamento e planejamento das cidades.

Iporá é uma cidade do interior de Goiás, situada na mesorregião denominada Centro-Oeste goiano, ou microrregião de Iporá. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia – I.B.G.E. em 2010 Iporá possuía 31.274 habitantes.

Apesar de ser uma cidade interiorana e de pequeno porte, no contexto da microrregião em que se insere Iporá é considerada uma cidade representativa, por concentrar regionais de diversos órgãos da esfera federal, estadual, repartições públicas, uma diversidade considerável de comércios, serviços de saúde e educação, e também entidades de classe da sociedade civil, exercendo assim influência sobre os demais municípios que compõem a microrregião homônima.

Mesmo reconhecendo a importância local desta cidade, há que se considerar que a cidade enfrenta problemas consideráveis de ordem socioeconômica, os quais se traduzem pela carência de infraestrutura; índice considerável de desemprego; déficit de moradias, a saber, o poder público não envida tantos esforços para atrair investimentos para o local.

Neste artigo serão tratados os aspectos relativos à acessibilidade urbana em Iporá, enfatizando nesta investigação a questão da acessibilidade para os deficientes físicos (cadeirantes) e de pessoas que possuem mobilidade reduzida.

O foco principal da pesquisa consistiu em investigar se o centro urbano desta cidade, está ou não preparado para garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais (cadeirantes). Buscou-se investigar se os cadeirantes encontram no centro urbano iporaense condições favoráveis à sua mobilidade, conforme lhes é assegurado por direito.

Como recorte espacial adotado para o desenvolvimento da investigação, delimitou-se apenas o centro urbano de Iporá. Justifica-se a adoção de tal delimitação em função de ser esta a área da cidade onde se concentram em maior quantidade os equipamentos públicos, serviços, comércios, agências bancárias, ou seja, os equipamentos e serviços dos quais todos os cidadãos usufruem cotidianamente.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos o seguinte encaminhamento metodológico. Levantamento e revisão de fontes bibliográficas que versam sobre o tema em pauta, ressaltando aqui a carência de estudos sobre esta temática tratada à luz da Geografia. Dentre as obras utilizadas destaca-se a contribuição dos trabalhos realizados por Souza (2003), que nos auxiliou na compreensão sobre a importância do planejamento da cidade; Lefebvre (2001) que trata sobre o direito a cidade, direito este garantido por legislação específica; Santos (2005); Carlos (1992) que tratam sobre como a cidade é organizada; Alves (2007) que discute sobre a produção do espaço urbano iporaense e os processos de segregação existentes nesta cidade; Gomis (2006) que retrata a cidadania como direito do cidadão que habita na cidade, dentre outros. Leitura e compreensão da Lei n. 1098/94 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadores de deficiência ou mobilidade reduzida e também em consonância com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050²¹).

Acreditamos que os resultados alcançados possam ser utilizados pelo Poder Público local, na tomada de decisões que visem à adoção de medidas voltadas ao planejamento e implementação de políticas públicas que auxiliem na resolução do problema levantado.

²¹ ABNT/NBR 9050/2004. Trata sobre a Acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

2 - APRESENTANDO A CIDADE DE IPORÁ

O município de Iporá está localizado na mesorregião denominada Centro-Oeste goiano ou microrregião de Iporá²², no Estado de Goiás. Com uma população de 31.274 habitantes - IBGE(2010).

Para conhecer um pouco sobre a cidade de Iporá, precisamos recuar um pouco no tempo buscando elementos que melhor permitam compreendê-la. Vale dizer que poucos são os registros escritos que remontam a história da cidade, destacando neste aspecto as obras de Gomis (1998).

Conforme registra a historiografia da região, Iporá originou-se oficialmente na fundação do arraial de Pilões, situado à margem direita do rio Claro em 1748, iniciada com a construção da Paróquia do Senhor Jesus Bom Fim.

Segundo Alves (2008) a origem do município de Iporá esteve ligada a mineração no Séc. XVIII, quando da transferência do Distrito de Rio Claro (antigo Comércio Velho) para onde é hoje a cidade de Iporá.

No ano de 1833 o Arraial de Pilões foi elevado a Distrito da capitania Vila Boa, passando a se chamar Rio Claro. Na Revolução de 1.830 o domínio da oligarquia dos coronéis cai, e o Dr. Pedro Ludovico assume o governo de Goiás.

Em 1.936 acontece à fundação de Itajubá, por iniciativa de Odorico Caetano, Joaquim Paes de Lemes e seu filho, sendo que o Mestre Osório cuidou dos procedimentos burocráticos de transferência do Distrito de Rio Claro para o local com o nome de Itajubá.

Apenas em 1.938 a mudança do Distrito de Rio Claro para Itajubá foi oficializada através do Decreto Lei nº. 557 de 30 de março com atuação de Israel de Amorim que assume a coordenação da mudança.

Por volta de 1940 Israel de Amorim, assumindo o comando político começa a coordenar o processo de urbanização e desenvolvimento local, preocupando-se posteriormente com os aspectos estéticos da futura cidade. Israel de Amorim, contratou dois engenheiros de Goiânia, para fazer o loteamento e elaborar um projeto urbanístico moderno para Itajubá que posteriormente (1943) passou a ser chamada Iporá com perspectivas para o futuro.

Por recomendação de Amorim o projeto inicial previa ruas e avenidas largas e muitas praças destinadas a jardins e áreas de lazer.

Iporá como muitas outras cidades interioranas, sofre com problemas de ordem infraestrutural, econômica e baixa oferta de empregos para a população. Mesmo enfrentando estes problemas, esta cidade é considerada 'polo' no contexto da microrregião em que se insere, por concentrar regionais de diversos órgãos federais e estaduais e oferecer uma rede de comércio e serviços que atendem não só a demanda local como também os demais municípios pertencentes à microrregião.

Em cidades pequenas é notória a ausência da adoção de medidas voltadas ao planejamento urbano e ordenamento urbano, o que, por conseguinte pode comprometer a acessibilidade e mobilidade urbana aos cidadãos deficientes físicos. As cidades precisam estar preparadas para propiciar a acessibilidade e mobilidade a todos os cidadãos.

O Plano Diretor tem grande importância para o planejamento e ordenamento urbano. Este documento é uma exigência constitucional para municípios com mais de 20.000

²² Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN/Goiás) – Instituto Mauro Borges, a microrregião Iporá é composta por 10 municípios, sendo estes: Amorinópolis; Cachoeira de Goiás; Córrego do Ouro; Fazenda Nova; Iporá; Israelândia; Ivollândia; Jaupaci; Moiporá; Novo Brasil.

habitantes; sua elaboração e execução visam uma melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade.

Iporá ainda não possui plano diretor, apesar de o documento ter sido elaborado no ano de 2008, e apresentado à Câmara Municipal, o mesmo não foi aprovado em razão de divergências políticas internas, conforme nos informou a Coordenadora²³ do mesmo. No Capítulo IV (deste documento não aprovado) é tratada a questão mobilidade e acessibilidade urbana, o qual propõe uma política de sensibilização e promoção da acessibilidade, promovendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, proporcionando assim acesso e inclusão social.

Para Souza (2003, p. 61), o planejamento deve promover o desenvolvimento sócio espacial, resultando em mudanças sociais positivas, e conseqüentemente, melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade.

Nesse sentido, podemos ressaltar a importância do planejamento urbano para o ordenamento da cidade, independente de se tratar de uma cidade de grande, médio, ou pequeno porte, como é o caso de Iporá. Se as cidades forem planejadas de forma correta, com consciência social, muitos dos problemas sociais podem ser minimizados.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário ampliar o entendimento e compreensão de alguns conceitos tratados pela Geografia, como, por exemplo, o de cidadania.

Para Gomes (2006, p.136), o próprio conceito de cidadão carrega em si, uma matriz territorial, pois o conceito de cidadania possui um componente espacial em sua base, as saber tal expressão evidencia uma preocupação em relação à justiça social ou justiça na cidade, à guisa de permitir ao cidadão, usufruir da cidade de forma igualitária, levando em conta a ideia de que qualquer pessoa que habita na cidade tem o direito de usufruir de seus espaços públicos, independente de suas limitações físicas.

Cada pessoa na condição de cidadão tem direitos e deveres, e dentre os seus direitos, destaca-se o direito de exercer sua cidadania e viver na cidade com dignidade.

Ainda de acordo com Gomes (2006, p.162),

[...] o espaço público é antes de mais nada, o lugar, a praça, a rua, o shopping, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculo à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa.

Logo, todos os espaços públicos deveriam oferecer condições de utilização pelo cidadão. Para o autor o acesso aos espaços públicos devem obrigatoriamente contemplar a acessibilidade e mobilidade, respeitando as diferenças de cada pessoa, como por exemplo, as pessoas com deficiência física.

Quando o deficiente (cadeirante) é impossibilitado de ter acesso e usufruir de determinados espaços públicos, ele está usufruindo de seu direito à cidade, ou seja, o direito de praticar sua cidadania, uma vez que somos todos iguais perante a Lei²⁴, logo, todas as pessoas devem receber tratamento igualitário.

Na condição de cidadão é garantido a cada indivíduo desfrutar de seus direitos civis e políticos, vivendo decentemente e possuindo direitos iguais conforme assegurado pela Constituição Federal Brasileira (1988), e dentre tais direitos está assegurado o direito de ir e vir livremente e sem a sua acessibilidade.

²³ CABRAL, R. (2008)

²⁴ Constituição Brasileira. TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, ver Capítulo 1, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Outro conceito igualmente importante é o de planejamento, pois o mesmo nos permite entender o quanto é importante planejar a utilização do espaço no qual estamos inseridos. O planejamento deve visar uma melhor qualidade de vida, cidadania e dignidade a todos que participam da cidade.

Para Souza (2003, p.62) o planejamento objetiva mais justiça social e conseqüentemente melhor qualidade de vida ao cidadão, garantindo-lhe justiça social. Quando se planeja com consciência social, pensando e refletindo sobre as diferenças de cada indivíduo, este planejamento poderá contribuir para o exercício da cidadania.

3 - ACESSIBILIDADE URBANA: JUSTIÇA SOCIAL NA CIDADE

Em conformidade com a Lei n. 1098/94 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadores de deficiência ou mobilidade reduzida e também em consonância com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050²⁵) que trata sobre a Acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, reza a norma que a acessibilidade significa a possibilidade de utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos que são todos os bens públicos e privados, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade e seus elementos.

Com base na legislação há que se considerar no planejamento e edificação das cidades a eliminação de barreiras que impeçam o cidadão de circular e utilizar os espaços públicos, edificações, etc., independente de qualquer limitação.

Sanches (1996) *apud* Lima (1998, p. 21) “Acessibilidade é um indicador que permite avaliar a facilidade do acesso da população de uma determinada área, as oportunidades de emprego e aos equipamentos sociais da cidade [...]”.

Uma cidade sem barreiras possibilita aos seus cidadãos gozar de sua cidadania, participando ativamente da vida da cidade, utilizando sem restrições dos espaços públicos, e tendo as suas diferenças respeitadas.

A cidade para ser acessível, deve propiciar aos seus cidadãos possibilidades diversas, oferecendo as condições mínimas necessárias, para que todas as pessoas possam circular sem transtornos ou restrições.

Tagore & Sikdar (1995) *apud* Lima (1998, p. 23) concordam com Sanches (1998), ao argumentarem que a acessibilidade resulta em um potencial de oportunidade de integração de cada ponto e todos os outros, permitindo se locomover com facilidade de um ponto ao outro, oportunizando ao cidadão o exercício da cidadania, integrando o mesmo à sociedade urbana oferecendo oportunidade a todos de forma igualitária.

De tal modo, entende-se que o planejamento é de grande relevância para a edificação da cidade, considerando os aspectos de bem estar social e conforto para seus habitantes.

Conforme Carlos (1992, p. 45),

A cidade enquanto construção humana, produto social materializado e trabalhado, o modo de ocupar a determinados lugares da cidade se dá partindo da necessidade de realização de determinadas ações, sendo elas: produzir, consumir, habitar, de viver [...].

²⁵ ABNT/NBR 9050/2004, foi elaborada pelo Comitê Brasileiro da Acessibilidade e pela Comissão de edificações e meio

Como reflexo da diversidade da sociedade que o compõe, a paisagem citadina reflete a heterogeneidade daqueles que produzem e habitam este espaço. Partindo do pressuposto de que todos são iguais, a produção e ordenamento do espaço deve permitir a todos a acessibilidade, a mobilidade e segurança, destacando nesta pesquisa o acesso do deficiente físico (cadeirante) aos espaços públicos e de uso comum da cidade.

Para Lefebvre (2001, p. 116) “O direito a cidade afirma-se como apelo, como uma exigência.” A expressão direito a cidade encerra a ideia de que o desenho urbano deve proporcionar a acessibilidade e mobilidade, permitindo aos cidadãos a possibilidade de integrar-se à sociedade, e usufruir de todos os equipamentos urbanos independente de suas limitações.

3.1 - O CONCEITO DE SOCIEDADE INCLUSIVA

O conceito de sociedade inclusiva tem sido usado desde 1995, em traduções, textos e palestras que tratam a questão, principalmente no que diz respeito à implementação de normas universais de equiparação de oportunidades que privilegie a pessoa com deficiência física.

Segundo Sassak (1997), em âmbito internacional a Organização das Nações Unidas – O.N.U. foi à primeira entidade a cunhar de forma explícita a expressão de uma sociedade para todos, estando isto registrado na resolução 45/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1991.

A origem do conceito de acessibilidade foi lançada pela própria O.N.U. no ano de 1981 quando realizou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, naquele ano passou a ser reconhecidos os direitos das Pessoas com deficiência física, abrindo possibilidades para que todos pudessem então participar igualmente da vida em sociedade.

Tal conceito ganhou força e obteve êxito durante a década (1983 a 1992) das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, graças ao documento Programa Mundial de Ação, relacionado às mesmas. O documento aborda o conceito de equiparação de oportunidades para o deficiente físico.

Em 1993 a Assembleia Geral da O.N.U. adotou o documento Normas sobre Equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, preceituando que todos os deficientes deveriam receber apoio e oportunidades das quais necessitam nos aspectos de educação, saúde, emprego e serviços sociais.

Em várias partes do mundo, o conceito de sociedade inclusiva, vem sendo trabalhado, como reflexo do processo de implementação dos princípios da inclusão, na educação, no mercado de trabalho, na recreação, no esporte e turismo. Para que isto ocorra, é necessário ações de planejamento, para atender as diferentes necessidades dos cidadãos em usufruir dos espaços urbanos.

3.2 - A SITUAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Não só na América Latina, como no resto do mundo, o cotidiano das pessoas com algum tipo de deficiência não raro é marcado pela exclusão, discriminação e pela violação dos direitos

humanos, mesmo que tenha sido ampliada a discussão a respeito da inclusão conforme aponta Gatjens (2007).

A prática da liberdade e cidadania de pessoas com deficiência na América Latina é comprometida principalmente por problemas de acessibilidade, presentes em espaços urbanos, edificações públicas e privadas, bem como em espaços de uso público, conforme aponta Gatjens (2007).

A maioria dos países possui normas que asseguram que os edifícios sejam acessíveis às pessoas com deficiência; contudo, tais normas e especificações nem sempre são cumpridas, ou observadas. Para ilustrar o exposto, constroem-se rampas que são excessivamente inclinadas; sanitários que não são acessíveis; e calçadas que não são rebaixadas, etc..

Nesse sentido, é correto dizer que tanto a sociedade como os planejadores precisam observar mais atentamente este aspecto da legislação, que na maioria das vezes não é colocada em prática para a edificação de espaços acessíveis, limitando ou impedindo assim o direito de circulação de pessoas deficientes em nossas cidades.

No Brasil temos ainda um longo caminho a percorrer no que tange aos aspectos da acessibilidade. Avanços consideráveis podem ser observados, em algumas cidades de nosso país, contudo, dada a vastidão do território, existe uma relativa dificuldade na uniformização das propostas, corroborando para isto, as desigualdades econômicas, os aspectos culturais que pesam neste aspecto.

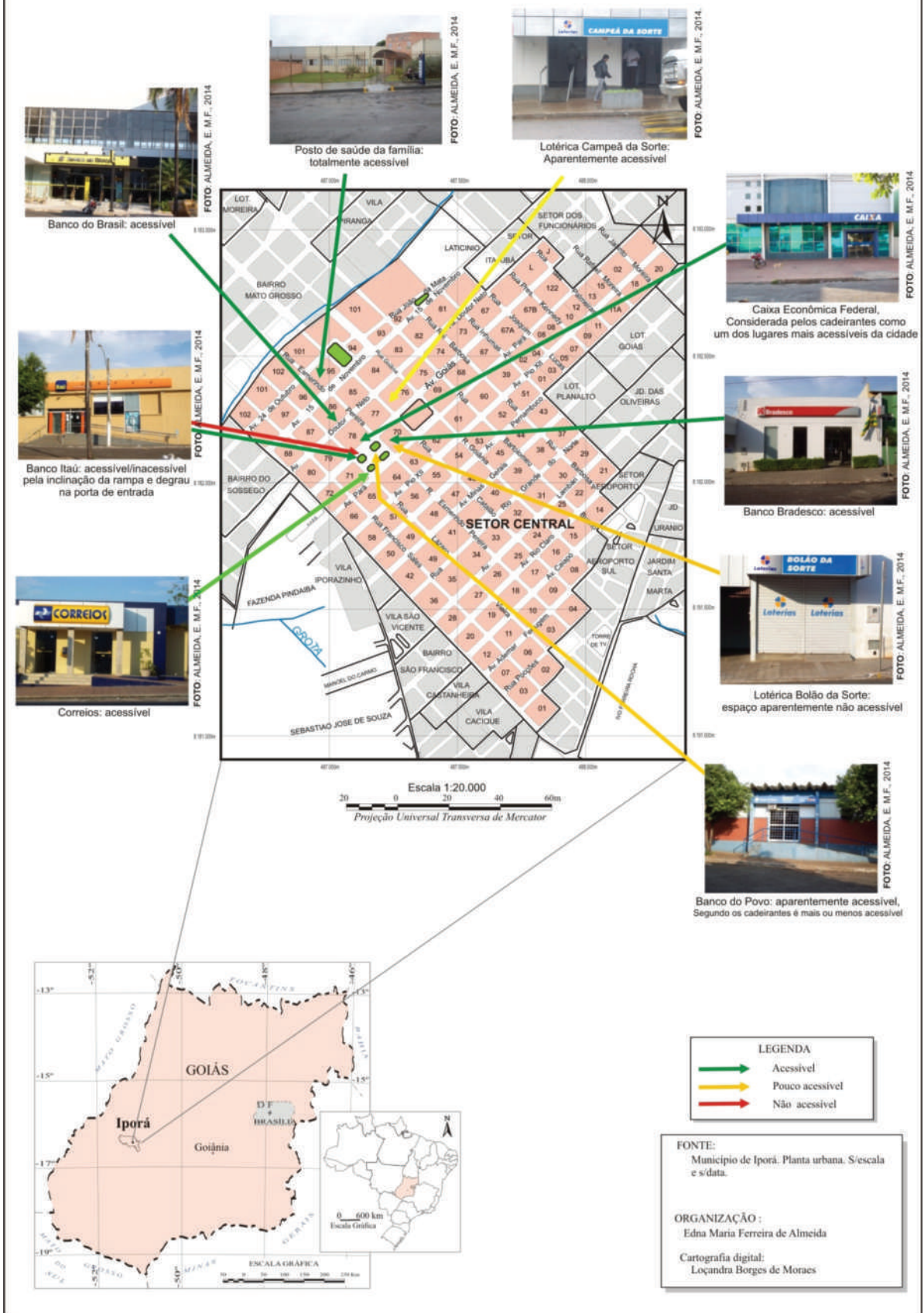
4 - ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE URBANA EM IPORÁ

Através da observação cotidiana dos cadeirantes, foi possível mapear os locais no centro urbano de Iporá que são considerados por estes acessíveis ou não acessíveis.

Através dos trabalhos de campo foi possível constatar que em alguns equipamentos públicos/privados apesar de identificados como acessíveis, são considerados pelos usuários (deficientes) inacessíveis tendo em vista algumas barreiras que apresentam. A acessibilidade ainda é um desafio a ser vencido, e Iporá insere-se nesta lógica, como ocorre também em muitas outras cidades brasileiras.

É possível observar na cidade diversos aspectos que apontam para uma relativa carência no que concerne aos aspectos da legislação que trata sobre a acessibilidade para atender as necessidades de pessoas deficientes. Entendemos que tal situação, possa estar relacionada à ausência de medidas voltadas ao planejamento. A leitura e compreensão do referencial teórico que embasa as considerações postas neste texto, foram subsidiadas pelas observações em campo, o que nos permitiu identificar os principais pontos da cidade que podem ser ou não considerados acessíveis conforme pode ser visto na Figura 1.

FIGURA 1- ACESSIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE IPORÁ - GOIÁS



Conforme informações prestadas pelo ex-presidente da ASDEF, W. ALVES, esta Associação foi fundada em 16 de março de 1985, sendo decretada municipal em 2/11/1985 pelo Conselho Municipal através da Lei. n. 489/85 e decretada pública pela Lei estadual n. 10.634 em 23 de março de 1986.

A ASDEF encontra-se atualmente inativa, mas enquanto esteve em atuação ofereceu grandes contribuições aos deficientes físicos em Iporá, seja cedendo aparelhos como cadeiras de rodas e muletas, e também promovendo trabalhos de sensibilização.

Dentre os objetivos da associação, tinha-se inserir os deficientes físicos na sociedade iporaense, acrescentando que a ASDEF se preocupava com todos os tipos de deficiências (auditiva, visual, mental e deficiência física).

No período em que se manteve ativa chegou a ter 600 associados, e os deficientes físicos representavam 40% desse total, os cadeirantes em torno de 15% do total. A ASDEF não tinha sede própria e funcionava em casa de pessoas que compunham a sua diretoria. A Associação era mantida por patrocínios que os diretores buscavam junto à Igreja Católica. Os seus associados participavam ativamente de reuniões e eventos promovidos pela mesma.

Conforme informação do ex-presidente da associação V. PAIXÃO com muita dificuldade e persistência, eles conseguiram ganhar um terreno da prefeitura para construção da sede da ASDEF, mas em função das dificuldades financeiras enfrentadas pela associação não impossível construir a sede. Em 1998 a ASDEF se tornou inativa, por falta de apoio financeiro e por dificuldades enfrentadas na própria gestão.

Em informações levantadas junto ao CREA-GO/Iporá, este Conselho tem tido preocupação com acessibilidade urbana na cidade de Iporá, oferecendo cursos de conscientização e capacitação profissional.

Todas as cidades necessitam ter o seu Código de Posturas Municipal. Através da observação do Código de Posturas, a prefeitura não pode aprovar projeto de nenhuma edificação que não obedeça aos padrões de postura que a cidade necessita; padrões estes que devem primar pelas necessidades de todos os cidadãos independente de suas limitações físicas.

Iporá não possui o Código de Posturas, e todas as edificações que existem na cidade e que de alguma forma contemplam a acessibilidade resulta de sensibilização dos profissionais que a planejam, e não por influência da prefeitura.

Conforme informações cedidas pelo Engenheiro da prefeitura L. O. BOMTEMPO (2012), a preocupação com a temática da acessibilidade na cidade é ainda recente, e isso talvez possa ser compreendido em razão das legislações que versam sobre o tema. Apesar de demonstrar relativa preocupação com a acessibilidade, e dizer que sempre reforça junto aos gestores a importância em se tratar a questão, existe uma grande dificuldade em fazer o que diz a Lei considerando não ter a cidade o seu Código de Posturas, o que inviabiliza a fiscalização e a cobrança no cumprimento do que prescreve a Lei.

Em casos simples, como por exemplo, as barreiras representadas pelas irregularidades das calçadas, torna-se impossível qualquer forma de intervenção, pois enquanto engenheiro ele só tem autonomia para interferir na obra em si. Segundo o mesmo, ele se sente limitado, pois o que pode fazer é apenas sensibilizar os gestores da cidade sobre a importância desta questão, e planejar as edificações que são realizadas pela Prefeitura observando as normas para a acessibilidade, não podendo intervir na Gestão dos espaços públicos.

Ouvindo os relatos e depoimentos dos cadeirantes residentes em Iporá, é possível constatar as muitas dificuldades que eles enfrentam em seu cotidiano. De modo geral, eles afirmam que é bastante difícil circular no centro urbano da cidade, para não dizer nos bairros. Muitos dizem que pouco saem de casa e que só fazem mesmo em momentos de muita necessidade, relatando ainda que gostariam de ter maiores possibilidades de lazer nos espaços públicos.

Os cadeirantes relatam a dificuldade de utilizarem os equipamentos públicos, pois apesar de alguns lugares tais como bancos, agências lotéricas serem acessíveis, as calçadas que dão acesso a estes locais apresentam barreiras que limitam o acesso.

Outro problema sério relatado pelos cadeirantes é a falta de conscientização da população iporaense, no que tange à obstrução as rampas de acesso. Segundo eles, é comum encontrar as rampas que dão acesso aos estabelecimentos obstruídas por carros e motos estacionados nestes locais.

O cadeirante V.B.P. (66 anos), afirma que até algum tempo atrás era muito mais difícil de locomover; ele afirma que na atualidade tem melhorado, mas que mesmo assim a cidade não oferece acessibilidade e por esse motivo só sai de casa quando realmente é necessário.

Os deficientes relataram não só o problema de acessibilidade em equipamentos da administração pública, mas também nos estabelecimentos comerciais (supermercados, farmácia e lojas), sendo comum, observar nestes lugares a existência de degraus que inviabiliza e ou dificulta a entrada de cadeirantes a estes locais.

A cadeirante M.D. (46 anos), diz que gosta de sair de casa, é independente, mas encontra muitas dificuldades em locomover pela cidade. A mesma afirma que muitas vezes é barrada em determinados locais, mas sua ousadia não o permite abaixar a cabeça; ao contrário, diz se sentir estimulada a lutar ainda mais pelos seus direitos, por sua dignidade e cidadania. Ela também questiona sobre as calçadas que dificulta ainda mais o acesso aos equipamentos públicos.

O jovem D.R.V. (33 anos) relatou que gosta muito de sair de casa, gosta da balada e não deixa a deficiência tirar sua alegria de viver. Para ele o maior problema é a falta de conscientização da população e dos gestores municipais, ele afirma que a maior dificuldade são as calçadas que não são rebaixadas, o que dificulta o acesso aos estabelecimentos que são acessíveis. Ele fala também que alguns deficientes são acomodados, pois nem sempre lutam por seus direitos.

De modo geral, os cadeirantes afirmam que a cidade não contempla a acessibilidade urbana, e que nos poucos estabelecimentos que são acessíveis as calçadas são precárias e limitam o acesso dos mesmos.

Foram observados e mapeados alguns pontos/lugares que apesar de acessíveis, possuem barreiras no seu acesso, conforme pode ser observado a seguir:

Nas instituições financeiras, o Banco do Brasil, segundo os deficientes é totalmente acessível, possuindo rampas que permitem o acesso do cadeirante e portas largas que facilita a entrada com cadeira de rodas. Já o Banco Bradesco apesar de possuir rampa de fácil acesso facilitando a entrada ao banco, não possui calçada rebaixada, o que dificulta chegar até a agência. Já a Caixa Econômica Federal é totalmente acessível, a calçada é rebaixada, a porta é larga, e mesmo não existindo rampas como a calçada é rebaixada, é possível o cadeirante exercer seu direito de ir e vir.

O Banco Itaú, apesar de possuir uma aparência de acessibilidade, oferecendo rampas de acesso, barras de apoio e solo tátil, segundo os cadeirantes o local não é totalmente acessível,

pois a rampa é muito inclinada e não possibilita ao cadeirante o acesso no interior do banco. Os mesmos afirmam também que no interior da agência não existe total acessibilidade.

A agência dos Correios, segundo os cadeirantes é acessível possuindo rampa que possibilita ao cadeirante ter acesso a esse espaço.

As casa lotéricas possuem rampas de acesso, apesar de em uma delas possuir rampa muito inclinada.

A Secretaria Municipal de Educação, situada no centro da cidade, segundo os cadeirantes é mais ou menos acessível, pois a rampa apresenta problemas, eles conseguem usá-la mas com dificuldades.

Existem outros equipamentos públicos que apesar de não estar localizados na área delimitada para a investigação, foram bastante citados pelos cadeirantes, e neste sentido, entendemos que merece ser registrado na pesquisa.

Dentre estes espaços públicos ou equipamentos que foram citados pelos cadeirantes, está o Lago Pôr-do-sol, cartão postal da cidade de Iporá. Neste espaço existe uma academia pública (Figura 2), que não oferece nenhuma acessibilidade em razão da rampa ser muito inclinada e não permitir que o cadeirante usufrua da mesma e tenha acesso ao espaço.



Figura 2: Rampas de acesso a academia Pública do Lago pôr-do-sol.

Fonte: ALMEIDA, E.M.F. Trabalho de Campo, Out.2008.

Outro problema bastante citado pelos cadeirantes em seus depoimentos foram as calçadas irregulares com degraus, que limitam o acesso a determinados espaço e estabelecimentos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de “direito a cidade” estabelecido pela Constituição Federal Brasileira (1988) implica propostas que consolidem a ideia de uma cidade inclusiva, proporcionando acessibilidade e garantindo o direito de ir e vir a todos os cidadãos independente de suas condições físicas, o que nem sempre é respeitado, como vimos no desdobramento desta pesquisa.

No centro urbano da cidade de Iporá, foi possível diagnosticar que apesar de existirem algumas ações no sentido de permitir a acessibilidade, há ainda um longo caminho a ser percorrido, até mesmo no que diz respeito a ter a cidade o seu Plano Diretor e Código de

Posturas, para facilitar que sejam cobradas e instituídas ações que primem pela acessibilidade aos cidadãos deficientes físicos.

Podemos observar durante a pesquisa um relativo desinteresse por parte dos gestores em relação a esta causa. A Lei da Acessibilidade é negligenciada, pois as calçadas não são rebaixadas, impedindo o cadeirante de ter acesso aos poucos espaços que são acessíveis ou relativamente acessíveis na cidade.

Observamos a partir dos depoimentos cedidos, que os espaços que contemplam aspectos da acessibilidade foram idealizados por sensibilização dos profissionais de engenharia que projetaram estes espaços, e não por interesse da prefeitura.

Quanto às calçadas, é importante ressaltar que mesmo os engenheiros estando conscientes, eles por si só não podem interferir nestas obras, uma vez compete ao poder público fiscalizar as mesmas.

Assim, destacamos que para que a acessibilidade seja de fato contemplada é necessária à elaboração do Plano Diretor com orientações que garantam acessibilidade, cujo planejamento não seja restrito aos aspectos estéticos, mas que respeitem a Normalização Técnica existente para garantir o acesso de todos os cidadãos a todos os lugares da cidade.

Outro ponto importante e que merece ser destacado, é a questão das sensibilização de toda a sociedade iporaense quanto a necessidade de respeitar o direito do outro, não impedindo e obstruindo o acesso das pessoas que possuem mobilidade reduzida aos espaços e equipamentos públicos que são dotados total ou parcialmente das adaptações necessárias para promover o acesso de pessoas com deficiência física, permitindo a todos os cidadãos gozar do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. *A Produção do Espaço Urbano e a Segregação Sócio Espacial em Iporá/GO*. In: I Encontro de Divulgação Científica do Oeste Goiano. 2008, Iporá. Disponível em: < <http://www.prp.ueg.br/06v1/conteudo/pesquisa/inic-cien/eventos/sic2008/fronteira/flashsic/animacao/IIIJORNADA/arquivos/resumos/resumo17.pdf>>. Acessado em:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050 NBR 9050* que trata sobre a Acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei Nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 . Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade ao atendimento de pessoas que específica, e dá outras providencias. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providencias. Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a Geografia).

Convenção da ONU classifica como discriminação a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência. Disponível em: < www.direito2.com.br >.

DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIENCIA. Disponível em: <www.sentidos.uol.com.br>. Acesso: 8 agosto 2008

GATJENS, L. F. A. *A situação das pessoas com deficiência na América latina*. (Trad. Sassak, Komeu Kazumi). Brasília, Brasil. 2007

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios geopolíticos da cidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMIS, M. A. *Uma Viagem de Pilões a Iporá*. UEG, 1998.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo>. Acesso em: 26 de mai. 2013. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) – 2010

LEFEBVRE, H. *O Direito A Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, R. da S. *Expansão Urbana e Acessibilidade: Caso das Cidades Médias Brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes). Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

SANTOS, M.. *A Urbanização Brasileira*. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SASSAKI, R. *Como se chegou ao conceito de uma sociedade inclusiva*. Digitado em SP, por Maria Amélia (Diretoria para Assuntos Internacionais) em 12 de Março de 2006.

SIQUEIRA, C. *Cidade Acessível Democracia Plena*. Guia de acessibilidade de Goiânia. Clonne, 2008.

SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO CERRADO GOIANO E A FORMAÇÃO DE UMA REDE URBANA DESIGUAL

Mariana Fernandes Pavezzi
Universidade Federal de Goiás
marianapavezzi@gmail.com

Resumo

O processo de ocupação do Cerrado é marcado pela ação intervencionista do Estado. Com diferentes programas voltados para a ocupação e desenvolvimento econômico do interior do território brasileiro, o Cerrado goiano foi área de atuação direta. O grande marco intervencionista é a partir de 1970, com a modernização agrícola e abertura para o comércio internacional do Cerrado. Esse período também reflete a mudança na dinâmica urbana, com o crescimento acelerado e desigual das cidades. De tal forma que o Cerrado não apenas constitui um bioma, mas passa a ser produto histórico-social da produção do território. Além de ser ator e receptor da atuação dinâmica de atores hegemônicos do mundo globalizado. **Palavras-chave:** Cerrado; Urbanização; Rede Urbana.

INTRODUÇÃO

A área que compõe o território de Goiás era originalmente quase toda de Cerrado, entremeada por corredores e manchas de florestas. Essa fisionomia paisagem foi preponderante pelo menos até o início do século XX (OLIVEIRA, 2002).

O bioma Cerrado é considerado a segunda maior formação vegetal brasileira. Sua área é correspondente a 2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 22% do território nacional. Essa formação vegetal abrange os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e do Distrito Federal (NASCIMENTO, 2002). Em sua área, o cerrado abastece as principais bacias hidrográficas brasileiras, a Bacia do São Francisco, Amazônica e do Prata. Além dessa localização hidrográfica estratégica, o Cerrado concentra um terço da biodiversidade de nacional e 5% da flora e fauna mundiais. A flora, é considerada a mais rica dentre as savanas existentes no mundo (Abramovay, 1999).

O bioma Cerrado foi considerado um dos 25 hotspots da biodiversidade do mundo, em uma análise para delimitar as áreas mundiais de conservação prioritárias. Sendo que 80% de sua extensão foi convertida para demais usos, da sua vegetação original, restam apenas 20%. Sendo que, apenas 6% dessa área está convertida em Unidades de Conservação (PINTO, 2005).

Moysés e Silva (2008), destaca que os principais fatores de modificação do Cerrado goiano, na redução de sua biodiversidade, foram a pressão urbana e o rápido estabelecimento de atividades agrícolas na região.

Ao analisar o processo de redução da biodiversidade e alteração do Cerrado é constatado a intervenção direta de políticas promovidas pelo Estado. Todas essas políticas estavam voltadas a atender interesses econômicos e desenvolvimentistas para o país. O Cerrado goiano se tornou ponto estratégico para a ligação da região Norte ao Sul e Sudeste do país. Além de oferecer os elementos naturais favoráveis a ocupação e exploração econômica, como destaca Nascimento (2002, p.52).

Dentre essas condições incluí-se a geologia, com a presença de jazidas de calcário e fosfato relativamente abundantes na região; o relevo que favorecia a mecanização e utilização intensiva das terras; solos profundos e de boa drenagem que possibilitam a mecanização durante o ano inteiro; a vegetação menos densa e de remoção mais facilitada; e o clima com boa quantidade total de chuvas e de temperatura que proporcionam a produção agrícola em escala comercial.

Dessa forma, o Cerrado goiano, ofereceu uma série de elementos naturais condicionantes ao desenvolvimento de uma produção agrícola voltada para o mercado externo. Para promover essa atividade, o Estado foi responsável por diversas ações intervencionista na ocupação do Cerrado, tendo como uma das consequências a atual rede urbana desigual no estado de Goiás.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as políticas de intervenção do Estado, desde a década de 30 até o final do século XX, que foram responsáveis pela ocupação e pela urbanização no estado de Goiás e conseqüentemente pela formação de uma rede urbana desigual. Esse estudo pretende contribuir para a compreensão do Cerrado além de suas características naturais, mas como um elemento de produção histórico-social. Além de empreender o Cerrado como elemento apropriado em favor do capital.

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA OCUPAÇÃO DO CERRADO GOIANO

No processo histórico de ocupação e formação do território brasileiro, a região Centro-Oeste foi o cenário da atuação de diversas ações e políticas intervencionistas do Estado brasileiro em diferentes momentos históricos. O estado de Goiás como um componente dessa região, não fugiu a esse modelo intervencionista. A análise nesse artigo é composta das ações intervencionistas a partir de 1930, porém consideramos os povos nativos e o papel da mineração como a atividade que iniciou a ocupação em Goiás, nos séculos XVII e XIX.

Podemos considerar como o processo inicial de ocupação do Cerrado goiano com o papel intervencionista do Estado a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e a política regional da Marcha para o Oeste. E a partir da década de 60, com os governos militares e os Planos de Desenvolvimento Nacional que intensificaram a modernização agrícola na região e influenciaram na dinâmica urbana da mesma.

A década de 30, com o governo de Getúlio Vargas é o início de um processo de interiorização, ocupação e desenvolvimento da região centro-oeste do Brasil. O governo

getulista foi responsável pela modificação nas bases socioeconômicas e territoriais do país, além do caráter desenvolvimentista de suas políticas públicas (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010). O intervencionismo na ocupação e desenvolvimento na área central do país, foi marcada por uma política de desenvolvimento regional, a *Marcha para o Oeste*.

O Estado passou a ser o principal agente estruturador, estimulando a ocupação e desenvolvimento no interior do país. Estabelecendo uma ligação entre o Centro-Oeste e o Sudeste do país. Nessa década temos a construção de Goiânia, outro importante fator responsável pelo povoamento e desenvolvimento da região foi a construção da Estrada de Ferro que ligava São Paulo a Anápolis no final da década de 30 (SILVA, 2000). Um importante projeto da época que interferiu diretamente na ocupação do cerrado goiano, foi o plano da Colônia Agrícola – CANG.

A escolha da área para a implantação da CANG de Goiás indica alguns fatores básicos para a modernização daquele período: condições de solo, proximidade com Anápolis (até então principal centro regional) e expansão da política e da economia pelo interior do país (CASTILHO, 2012). Dessa forma, o Cerrado é apropriado como elemento natural facilitador e passível de ser substituído em favor do desenvolvimento econômico do país.

Com o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), dentre as políticas que cobriam o Plano de Metas, que intervíram as áreas do cerrado goiano, devemos destacar a construção de Brasília e a expansão da malha rodoviária pelo interior do Brasil. O desenvolvimento desse plano, principalmente no que tange à malha rodoviária, foi importante para o posterior alargamento das fronteiras econômicas nacionais em direção ao Cerrado (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010).

A década de 60 é marcada pela centralidade e autoritarismo nas atividades do Estado com a Ditadura Militar. Contudo esse é o período histórico de maior intervenção nas áreas do Cerrado, com os planos de desenvolvimento propostos para a modernização da economia do país. Com planos de cunho mais econômicos, como o Plano Trienal (1963-1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG (1964-1967), que reorganizaram a ação do Estado, preparando-o para as próximas etapas de alto intervencionismo estatal na economia, com a institucionalização do planejamento governamental (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010).

O Plano de Integração Nacional (PIN), foi responsável pela criação de superintendências regionais, a fim de modernizar as áreas e suprimir as oligarquias regionais. Um delas, direcionada a área do cerrado goiano, era a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. O PIN tinha como objetivo buscar a integração nacional por meio de obras de infraestrutura no Nordeste e na Amazônia, deu início com a programação de obras que originou o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010).

Entre 1970 e 1980 os PND'S foram os pontos estruturantes da intervenção estatal e tiveram como consequência a forte migração campo-cidade. Esse plano era dividido em três etapas, sendo que apenas as duas primeiras tiveram pleno desenvolvimento. Inocêncio e Calaça (2010), destaca que o objetivo principal dessa primeiro plano, foi a execução de obras de infraestrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações, prosseguindo a expansão capitalista e reestruturação territorial nacional iniciadas pelo Plano de Metas.

Nesse plano foram criados programas como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE. Ao longo do desenvolvimento desse Plano, outras instituições também foram criadas: o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEAO); o Instituto de Pesquisa

Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO); a Fundação Zoobotânica de Brasília, a Universidade Nacional de Brasília (UNB); e as Secretarias dos Estados do Centro-Oeste, que passaram a investir em pesquisas destinadas ao fomento e à viabilização da agricultura moderna nas zonas do Cerrado (HESPAHOL, 2000)

É apenas no II PND que temos programas que influenciaram diretamente na modernização do cerrado goiano. Sendo essa parte de grande importância para compreender o processo de urbanização no cerrado goiano. Esse plano deu continuidade ao crescimento acelerado e à desconcentração industrial, através de investimentos governamentais na indústria de base nas regiões periféricas (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010).

Como programas desse plano, devemos destacar o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados). Ambos os programas buscavam o desenvolvimento regional por meio da articulação com o sudeste do país. O POLOCENTRO (1975), tinha como o principal objetivo incentivo a pesquisa, aumento a estrutura viária no país e a exploração de calcário (SHIKI, 1997). O PRODECER (1978) que representou o programa de maior abrangência e resultados dentro do Cerrado. Promoveu, até 2001, o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias no Cerrado (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010).

O PRODECER, foi responsável pela produção de commodities voltadas para o mercado internacional. Esse projeto, através da financeirização da terra pelo capital internacional, verteu a favor dos médios e grandes proprietários a solidariedade cooperativista, que converteu o sistema tradicional de cultivo em um moderno mecanismo de produção no Cerrado (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2010). O cerrado passa a ser ocupado em favor do capital internacional, com sua produção voltada a atender o mercado externo.

Chaveiro e Barreira (2010, p. 27), destacam como essa modernização e inserção do cerrado na cadeia produtiva global gera conflitos entre os atores locais que compõe a dinâmica socioeconômica do cerrado goiano.

Embora o processo tenha transformado o Cerrado num cinturão produtivo importantíssimo, principalmente para a balança comercial do país, ao gerar bens de exportação, houve uma concentração de terras, um aumento da desigualdade social e uma concentração espacial, especialmente fundada na urbanização desigual que espelha um território urbanizado e cheio de problemas. Segue, junto, um campo produtivo, mas vazio de gente e da cultura do local.

Inocêncio e Calaça (2010, p. 297), destacam a importância na atuação do Estado na ocupação do cerrado e destaca como o processo de modernização insere o cerrado em um novo tipo de produção do espaço.

A efetivação da ocupação do Cerrado foi possível graças ao Estado brasileiro, que ampliou os meios e instrumentos de geração de produtividade, através do capital estrangeiro, possibilitando a implantação das empresas agropecuárias no país. Estas financiaram os insumos indispensáveis à modernização. Tem-se, então, a estruturação de um novo sistema de cultivo nos cerrados, caracterizados por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

Devemos reconhecer que o processo de produção até a década de 60 foi marcado pela subsistência e pela produção familiar. A partir da mecanização e abertura do cerrado goiano para a produção de alimentos voltada ao mercado externo, produziu consequências quanto ao processo de migração de famílias do campo para a cidade. Causando a partir da década de 70 a intensificação no processo de urbanização do cerrado goiano. Além dos problemas ambientais derivados do seu uso (Moysés e Silva, 2008).

A URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UMA REDE URBANA DESIGUAL

O estado de Goiás, deixou de ser majoritariamente rural e passou a ser majoritariamente urbano a partir da década de 1970 (Moysés e Silva, 2008). Como analisado anteriormente como a fase em que a ação do Estado promoveu principalmente a ocupação e o desenvolvimento agrário do Cerrado. Essa intervenção ao mesmo tempo que propiciou a inserção do Cerrado goiano, perante o Brasil e ao mundo, teve consequências e impactos nos espaços rurais e urbanos que compõe essa área.

A modernização da produção agrícola foi responsável pelo fluxo migratório de famílias que possuíam como atividade de subsistência, o Cerrado. Essas famílias foram obrigadas a recorrer a uma nova forma de trabalho e a uma nova relação com as áreas do cerrado. Como destaca Moysés e Silva (2008, p. 12)

Um outro componente era de caráter cultural, pois o processo de “desenraizamento”, para aqueles que deixaram para trás a convivência de um mundo marcado pela solidariedade, em que a vida, apesar de rudimentar era harmônica, gerava, também, frustrações pelo que perderam e medo do que viria pela frente, pois o seu mundo anterior desmoronou-se diante da modernização.

Além de considerar as políticas com o objetivo de interiorizar o país, como a Marcha para o Oeste e o Plano de Desenvolvimento Econômico que também foram responsáveis pela entrada de migrantes de diferentes estados para ocupar e desenvolver as terras do Cerrado goiano. Assim essa área que possuía um vazio populacional no início do século XX, apresentou um forte crescimento populacional, com destaque para a partir de 1950.

Ao analisar a quantidade populacional do estado de Goiás, conseguimos constatar que as políticas intervencionistas foram responsáveis pela atração de um contingente populacional considerável para Goiás. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 1940 a população de Goiás era de 826.414 habitantes. Em 1960 o mesmo já possuía 1.913.289 de habitantes. Já em 1980, a população era de 3.859.602 habitantes. .

Para manter taxas expressivas de crescimento populacional e sustentá-las durante um longo período (de 1950-1980) justifica-se tanto pela existência de fatores de expulsão existentes na dinâmica econômica capitalista de outras regiões, com efeitos perversos em uma economia como a brasileira, quanto de atração, existentes no Centro-Oeste. Sem a combinação desses dois fatores, atração de um lado e expulsão de outro, o “fenômeno” não teria transformado a região num espaço econômico e urbanizado, integrado à economia nacional e internacional e integrador da região Norte (MOYSÉS e SILVA, 2008).

Moysés e Silva (2008, p.20), ainda destacar o processo de urbanização na região centro-oeste, ele destaca a diferenciação das cidades antes do processo de modernização das áreas de Cerrado.

Até os anos 1960, as cidades assumiam um perfil mais disperso, apesar da existência de centros polarizadores, como as capitais e outras aglomerações urbanas de menor porte, que foram importantes enquanto espaço estratégico para alavancar a fase seguinte. A partir dos anos 70, o perfil da região alterou-se com o crescimento acelerado de algumas cidades e a dinamização de centros urbanos de pequeno porte existentes em seu entorno, ensejando o surgimento de uma rede urbana sem a construção de mecanismos que assegurassem a articulação e a complementaridade entre as cidades.

Nesse sentido, Chaveiro (2010) destaca como a urbanização acelerada no Cerrado goiano foi responsável pela formação de uma rede urbana desigual.

É evidente que a urbanização acelerada gerou uma rede urbana concentrada e desigual. Esse desenho não se detém apenas nas formas, no tamanho e nas relações das cidades e suas interações, mas em seus conteúdos. E implica fortemente nos desafios da gestão de suas cidades. A tendência é os grandes centros urbanos atraírem mais população e, portanto, aumentar as desigualdades; e as pequenas cidades perderem população, transformando-se em forças de retração.

A dinamização no cenário urbano, com as redes urbanas a partir da década de 70 é o resultado de todo o processo de inserção do cerrado goiano nas políticas nacionais aplicadas pelo Estado. Ao mesmo tempo em que o Cerrado e seus produtos se tornam material no mercado internacional, a rede urbana que o perpassa assume papel de articulador e distribuidor de serviços que matem o próprio sistema de apropriação. Dessa forma, a própria rede urbana expõe o processo de segregação imposto pelo capital. O mesmo seranejo que perdeu seu trabalho para os commodities, é segregado em sua ocupação urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ciente da posição estratégica do Cerrado, o Estado foi responsável por diferentes programas e ações intervencionistas nessa região. A partir da década de 1930 são desenvolvidas ações estratégicas de ocupação e de desenvolvimento econômico na parte que compreende o Cerrado goiano. O auge dessa ocupação e desenvolvimento ocorre na década de 1970 com programas que inseriam a tecnologia na produção, além de inserir o próprio Cerrado na dinâmica do mercado internacional.

Todo esse desenvolvimento econômico influenciou diretamente na produção do espaço urbano e dos atores sociais no Cerrado goiano. Assim, o Cerrado não é compreendido e analisado simplesmente com o elemento natural ou cobertura vegetal. Ele é resultado dos processos históricos de formação do próprio território brasileiro, e atualmente é elemento globalizado. Ele é biodiversidade, é imagem, é marca, é mídia, é uma construção espaço-temporal.

Dessa forma ao expor e analisar as formas de intervenção Estatal na ocupação do Cerrado goiano, o presente artigo abordou como essas políticas públicas refletiram em um processo

de urbanização e na formação de uma rede urbana desigual. Onde a atração de migrantes para as cidades, seja pelo êxodo rural ou pelas políticas públicas de incentivo a ocupação, concentraram a população em cidades de médio e grande porte, que atendem a concentração de capital decorrente dessa exploração do Cerrado. A medida que essa urbanização resultou da modernização do território, consolidada na modernização da agricultura e na pecuária comerciais, a função das grandes cidades é a de organizar um terciário propício para abastecer as demandas dessa economia agrária moderna (CHAVEIRO, 2010).

A rede urbana que é resultado de todo esse processo de ocupação do Cerrado goiano. Onde as cidades de grande e médio porte concentram a maior parte da população e da produção econômica da região. Cidades que estão vinculadas diretamente ao processo produtivo de apropriação do Cerrado, sendo eixos de distribuição, de comércio ou de produção.

Os grandes projetos de ocupação nas áreas do Cerrado promoveram problemas sociais em diversas áreas em Goiás. É necessário organizar políticas públicas que resolvam ou amenizem esses problemas. Além de promover políticas relacionadas a conservação e proteção ambiental dessas áreas de Cerrado, devem ser pensadas uma série de medidas a serem aplicadas aos pequenos e médios produtores rurais. Também é necessário pesquisas e a aplicação de políticas regionais e urbanas para a integração geoeconômicas nas áreas do Cerrado goiano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Ricardo (1999). Moratória para os Cerrados. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. Texto internet. Departamento de Economia e Programa de Ciência Ambiental da USP. http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1999/Moratoria_para_os_cerrados.pdf - Acessado em 15.02.2014

CASTILHO, D. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012

CHAVEIRO, E. F. BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento do Cerrado. In: PELÁ, M; CASTILHO, D (orgs.). *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia : Editora Vieira, 2010, p.35-51

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do Cerrado. *Dossiê Cerrado*. Editora UFG, anoVX, nº 9. Dezembro, 2010

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. “A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional”. In: *Agricultura, Cidade e Análise Regional*. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente / São Paulo, AGB, julho de 2000, p.07-26

INOCÊNCIO, M. E; CALAÇA, MANOEL. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, p. 271-306, 2010

MOYSÉS, A; SILVA, E. R. Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade. *Cadernos Metrôpole* 20, 2008, p. 197-220

NASCIMENTO, M. A. L. S. O meio físico do cerrado: revisitando a produção teórica pioneira. In: ALMEIDA, M. G (org.). Abordagens Geográficas de Goiás. Goiânia: IESA, 2002, p. 47-89

OLIVEIRA, I.J. Os Chapadões des(s)cerrados: A vegetação, o relevo e o uso das terras em Goiás e no Distrito Federal. In: ALMEIDA, M.G (org.). Tantos Cerrados. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 177-204.

PINTO, M. P; FILHO, J. A. F. D. Biodiversidade do cerrado. In: Tantos Cerrados. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 115-128

SHIKI, Shigeo. “Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos?” In: SHIKI, Shigeo & SILVA, José Graziano da. (Orgs) et al. Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: Editora UFU, 1997, p. 135-165

SILVA, L. L . O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. Caminhos de Geografia 1(2)24-36, dez/ 2000

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EM GOIÂNIA, A DEMANDA POR HABITAÇÃO E O MERCADO DE TERRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Ana Luísa Santana Aragão
Universidade Federal de Goiás
anajoyaragao@gmail.com

Resumo

O aumento populacional de Goiânia, reflexo de um novo momento que passava a reconfigurar o estado de Goiás, demandou mudanças no plano urbano da cidade. A capital passa a ter uma representatividade significativa, seja pelo contingente populacional, seja pela responsabilidade, força política e econômica que passava a ter perante o Estado. Assim, a questão habitacional em Goiânia passa a ser uma das principais características ao se tratar do processo de metropolização no estado de Goiás. Nesse contexto, os municípios limítrofes à capital, que compõe a Região Metropolitana de Goiânia, passam a chamar a atenção do mercado de terras pelo fato destes disporem de um estoque de terras que iria sanar algumas demandas que não eram solváveis à capital, seja para habitação ou para demandas sociais e/ou econômicas.

Palavras-chave: Plano urbano, estoque de terras, Região Metropolitana de Goiânia.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EM GOIÂNIA

Goiânia enquanto capital surgiu, segundo Oliveira (2005), a partir de uma demanda política e econômica, a fim de articular as regiões produtivas do Estado ao novo ritmo de produção capitalista que o país buscava. A lógica territorial do Estado muda com a construção da capital e com a modernização do campo determinando novas estruturas políticas no Estado que alteram também sua economia.

No âmbito nacional, as políticas de interiorização do país, bem como uma nova estrutura econômica que estava sendo desenvolvida em Goiás (sobretudo no sul e sudeste goiano) tornaram a nova capital uma nova fronteira econômica no país, integrando Goiás à nova rede do sistema econômico brasileiro.

As novas relações e conflitos presentes desde a instauração de Goiânia como a nova capital do Estado de Goiás refletiram em um desenho urbano que elucidava também os conflitos de interesse dos atores que exerciam poder sobre a capital, sobretudo interesses do capital imobiliário. Para se ter uma ideia, em 1940 Goiânia tinha uma população de 48.166 habitantes passando para 153.505 habitantes em 1960 (IBGE, Censos Demográficos). Isso se deu ao fato da nova capital atrair famílias retirantes da zona rural de Goiás e outros estados, como Maranhão, Minas Gerais e Bahia.

No que diz respeito à habitação, a alternativa dessas famílias foi direcionar primeiramente para Goiânia e, posteriormente, o foco de atração foi a construção de Brasília. Os migrantes buscavam trabalho e, esse fluxo intenso para as capitais decorreu da necessidade por mão-de-obra, sobretudo na construção civil. Cabe ressaltar que essas famílias foram na verdade resultado da própria mudança política e econômica no país, que favoreceu, na fase de desenvolvimentismo nacional, a iniciativa privada e o financiamento de grandes produtores.

O resultado desse adensamento demográfico na capital goiana foi um crescimento muito distinto daquele previsto na Planta Geral de Urbanização feita em 1947 (figura 1) que tinha a expectativa de abrigar 50 mil habitantes. Até porque o forte adensamento registrado principalmente a partir da década de 50 não respondia mais ao plano de Corrêa Lima e Godói (Ribeiro, 2004).



Figura 1. Planta Geral de Urbanização de Goiânia de 1947.

O aumento populacional rápido de Goiânia, que demandou mudanças no plano urbano da cidade foi reflexo de um novo momento que passava a reconfigurar o estado de Goiás. E, a capital, passa a ter uma representatividade significativa no momento, seja pelo contingente populacional, seja pela responsabilidade, força política e econômica que passava a ter perante o Estado. Goiânia então fez parte de um dos novos rearranjos regionais do Estado (Arrais, 2013), se consolidando como importante mercado de serviços e consumo, além, da função política administrativa que executava e, do perfil econômico da capital que num primeiro momento atendeu à demanda local, passando em um segundo momento a atender uma demanda regional.

Outros fatores fizeram com que a capital recebesse ainda mais levas de migrantes após a década de 1950 como a chegada da ferrovia, as novas políticas de interiorização²⁶, a construção de Brasília, a pavimentação da BR-153, dentre outros motivos que caracterizaram Goiânia como uma cidade de fronteira de interesses àqueles que buscavam novas oportunidades. Em consequência dessa sucessão de fatos, que foram essenciais para a atração de novos habitantes foi registrada de 1950 a 1964 a aprovação de 183 loteamentos que não obedeceram a nenhum critério técnico (Ribeiro, 2004, p. 48).

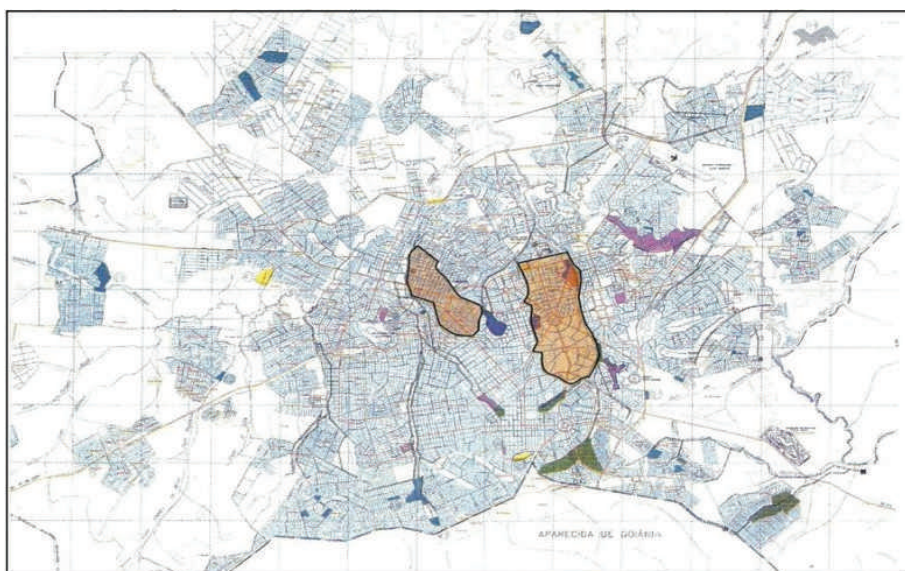


Figura 2. Área loteada de 1933 a 1939 em Goiânia-GO.

Fonte: RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora UCG, 2004. p. 42-43.

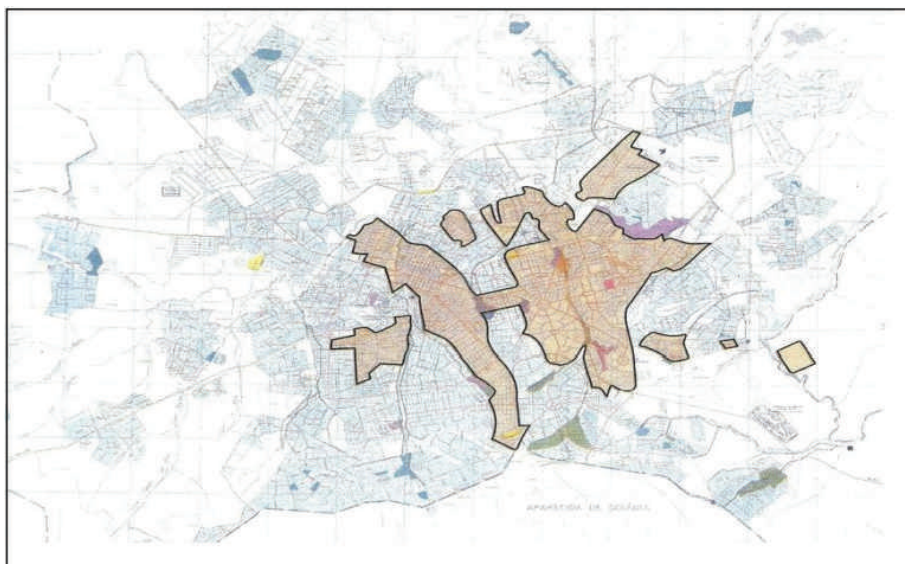


Figura 3. Área loteada até 1951 em Goiânia-GO.

Fonte: RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora UCG, 2004. p. 44-45.

²⁶ Artigo elaborado para a apresentação como trabalho de conclusão da disciplina As Redes Urbanas e o Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás ministrada pelo professor: João Batista de Deus.

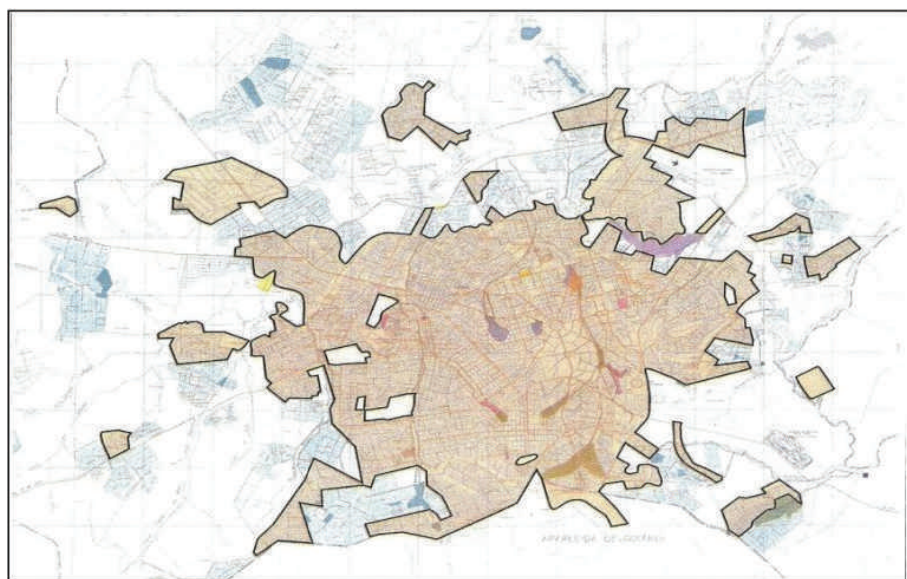


Figura 4. Área loteada até 1959 em Goiânia-GO.

Fonte: RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora UCG, 2004. p. 46-47.

Gonçalves (2003, p. 112) coloca que, durante as décadas de 1950 e 1960 surgiria em Goiânia uma infinidade de bairros, que promoveriam a “desplanejamento da cidade” em um “surto de urbanização”. O que acarretou em grandes mudanças no plano urbano da capital, fugindo do plano moderno proposto, causando descontinuidades, tanto no desenho urbano como na própria estrutura urbana existente.

O que ocorre é que os valores dos lotes na capital passam a aumentar, sobretudo nas áreas de maior infraestrutura e, os loteamentos nos municípios limítrofes à capital passam a atrair habitantes de menor poder aquisitivo. A exemplo, podemos mencionar o valor das terras já em 1946 (Tabela 1).

Tabela 1. Valor das terras de cultura, abrangendo terras de vários tipos, em 1946 (Cr\$)

Município	Próximo à sede municipal	Um pouco afastado	Muito afastado
Goiânia	20.000,00	12.000,00	2.200,00
Anápolis	4.000,00	3.500,00	3.000,00
Inhumas	4.000,00	3.500,00	2.000,00
Trindade	5.000,00	3.000,00	1.000,00

Fonte: Faissol (1952) adaptado.

O grande número de loteamentos irregulares bem como invasões foram reflexo que um plano que não previa habitação para a classe trabalhadora, principalmente para a grande

maioria, da construção civil. Segundo Gonçalves (2003, pg. 94), essa falta de moradia fez com que os trabalhadores recém-chegados já ocupassem às margens do rio Botafogo desde 1933. Louzada (2011) coloca que:

Estas ocupações tinham em comum o fato de haverem se apropriado de áreas devolutas nas quais a construção foi proibida durante a administração de Pedro Ludovico, com a finalidade de que fosse executado corretamente o plano original da cidade. Com a recusa dos moradores em deixar a região, elas se transformariam nos mais significativos espaços de inserção da população pobre – constituída fundamentalmente pelos operários migrantes e seus descendentes - na região central da nova capital. (Louzada 2011, p. 262)

Goiânia então, a capital por muito escolhida à fim de atender e responder aos critérios de escolha quando aprovada a transferência da capital, acaba por dispor aos seus habitantes justamente a ausência de infraestruturas como esgotamento sanitário, pavimentação das ruas, iluminação. Infraestrutura essa que foi um dos fatores que consubstanciaram a transferências da Cidade de Goiás para Goiânia. Com o aumento significativo da população na capital, que demandava por moradia, o capital privado passa a pressionar e a contribuir para o crescimento desordenado de Goiânia.

O adensamento populacional em Goiânia intensificado a partir da década de 1950 e a expansão para as áreas “não planejadas” refizeram o desenho urbano de Goiânia. Além, do principal ator no que se refere a esse novo desenho: o capital imobiliário. O que acontece é que segundo Ribeiro (2004) os proprietários que cederam suas terras na época da construção da capital haviam estocado parte dessas, possuindo ainda propriedades ao redor do plano piloto, dominando o mercado imobiliário.

A pressão desses atores rendeu em loteamentos construídos sem mínimos requisitos de infraestrutura básica, o que deixou a cidade à mercê dos especuladores imobiliários, pois até 1950, segundo a Lei Municipal 547 de 12 de maio de 1947 artigos 5 e 6, estabeleciam que, para a instalação de loteamentos eram necessários uma série de obrigações sobre infraestrutura básica, todas sob a responsabilidade do loteador. Mas, a partir da Lei municipal 176 de 16 de março de 1950 foram revogados os artigos da lei anterior que passou a exigir dos loteadores apenas a locação e abertura de vias.

Esse monopólio de terras na capital passou a refletir em uma estocagem de terra no centro da capital à espera de valorização e as terras localizadas na periferia, passaram a ser vendidas por valores mais baixos à fim de atender a população trabalhadora. Pastore (1984) coloca que, além dos loteamentos terem descaracterizado o plano, deu início à mercantilização de lotes na capital, sendo uma das principais atividades econômicas na época.

O problema da infraestrutura foi se intensificando a partir da década de 1970 “e teve como pano de fundo a questão da habitação, pois as mínimas condições para a reprodução do trabalho, dentre elas a habitação, não estavam disponíveis para as camadas pobres.” (Arrais, 2013, p.162). Assim, a questão habitacional em Goiânia passa a ser uma das principais características ao se tratar do processo de metropolização no estado de Goiás. Nesse contexto, os municípios limítrofes à capital passam a chamar a atenção do mercado de terras pelo fato destes municípios disporem de um estoque de terras que iria sanar algumas demandas que não eram solváveis na capital.

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E O MERCADO DE TERRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA²⁷

A nova dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)²⁸ interferiu na dinâmica do mercado de terras devido à integração de terras que foi se constituindo no decorrer do tempo, já que, a questão fundiária está presente na raiz do processo de constituição da RMG, como mencionado por Arrais (2013). O processo histórico da RMG, também trabalhado por Pinto (2009), o denomina com padrões de conturbações nos municípios do primeiro anel aumentando a população, especialmente por migração de segunda origem.

A forte polarização que Goiânia passa a ter no espaço regional, desde a sua instituição como capital do estado de Goiás passou a ser essencial ao processo de metropolização da capital. Arrais (2013) coloca que:

A palavra “metropolização”, resultado da junção dos substantivos femininos “metrópole” e “ação”, fornece pistas de que se trata de um processo de extensão, uma ação, uma atração, um exercício de força sobre determinado território. Observada dessa forma, a metrópole é transformada em sujeito que exerce uma força centrípeta, influenciando, quando não determinando, as relações econômicas e sociais sobre o território nacional – este compreendido a partir de uma rede hierárquica de cidades, não dos conflitos resultantes da produção do território. Todavia, é uma força relacional, pois existem complementaridades de trocas comerciais e de força de trabalho entre a metrópole e outras cidades inseridas na mesma rede urbana. (Arrais, 2013, p. 145).

Quando analisadas essas ações no território, sobretudo em Goiânia quando relacionada à habitação e o processo de metropolização precisamos considerar a importância no estoque de terras que seria encontrado nos municípios limítrofes à capital, atual RMG. As características que permitem essas integrações perpassam por mobilidade de pessoas, de mercadorias, de serviços, de informações, dentre outras, e que justificam também o desenvolvimento do processo de produção do espaço urbano e a canalização das demandas para os núcleos metropolitanos.

Em contrapartida, são nos municípios localizados nas “franjas” dos núcleos metropolitanos que a população mais pobre e o mercado imobiliário encontram estoques de terras para sanar os problemas relacionados à moradia e à própria produção do espaço urbano, nesse contexto, foi visto que, o problema de habitação na capital esteve presente desde sua instituição como capital, o que fez com que a população com menor poder aquisitivo (em maioria os trabalhadores migrantes) morassem cada vez mais afastados do centro e em áreas com infraestrutura precária.

O acesso da população à terra urbana está diretamente ligado à forma como está disposta a divisão territorial do trabalho no município, já que a localização, o tipo e a forma de moradia vão determinar o nível hierárquico de determinado indivíduo, como evidenciado por Carlos (2011). Harvey (1982) diz que “o trabalho útil concreto produz valores de uso em determinados

²⁷ Isso se deve também ao fato do período, década de 1950 e 1960, ser marcado pela chamada “modernização da agricultura” no estado de Goiás. Arrais (2013, p. 44) coloca que a oferta de terras “foi determinante para o arranjo regional, quando se iniciaram processos conjugados que mudaram a base técnica e o perfil de exploração econômica das regiões goianas”. A alteração no modo de uso e ocupação nos solos do centro-oeste a partir da década de 1960 passaram a caracterizar Goiás como um “celeiro agrícola” no país e isso se deve ao fato da nova implementação agrícola com novas técnicas de cultivo.

²⁸ Lei complementar nº 78, de 25 de março de 2010 altera a Lei Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999; Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

lugares”. Nesse sentido, observa-se que há um espaço com valor atribuído produzido pelo trabalho em lugares que vão ser condicionados, por exemplo, por sua localização.

A Região Metropolitana de Goiânia – RMG exhibe as características apontadas, já que se trata de um ambiente que exerce forte polarização territorial. Goiânia, o núcleo metropolitano, motivou um intenso processo de migração e de polarização, o que acarretou em mudanças no que diz respeito ao acesso a terra, sobretudo após a década de 1970. Essa busca por terra que se encontravam nos municípios vizinhos à capital em “estoques” conseguiram sanar algumas demandas não solváveis à capital goiana – no que diz respeito à local para moradia, já que muitos desses municípios contam com serviços e equipamentos precários, ou seja, há o deslocamento de pessoas, mas a justiça espacial da cidade ainda não é concretizada.

Esses fatores contribuíram para incrementos populacionais consideráveis nos municípios vizinhos ao núcleo metropolitano. Isso acarretou em crescimentos geométricos significativos em curtos períodos, conforme observa-se na Tabela 2.

Município	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000	2000 - 2010
Aparecida de Goiânia	19,03	13,89	7,3	3,08
Trindade	3,12	5,28	4,93	2,52
Goiânia	6,57	2,33	1,94	1,77

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Isso fez com que os municípios limítrofes à capital, que compõe à RMG, apresentassem características da chamada “involução metropolitana” (SANTOS, 2004). Por outro lado, municípios como Goianira, Nerópolis e Hidrolândia, por exemplo, apresentaram respectivamente acréscimos de 38%, 24% e 23% entre os anos de 2008 e 2012, foram bastante superiores ao da capital que foi no período, de 5%.

A dinâmica demográfica e econômica dos municípios da RMG revela que há uma necessidade de terra metropolitana que dê subsídio para manter atividades necessárias a esse ambiente como habitação, serviços, comércio etc. Apesar dos municípios localizados nas franjas da capital apresentarem incrementos populacionais superiores, não significa que as relações destes com a capital, foram desfeitas, muito pelo contrário. Sendo a terra base para execução de distintas atividades tanto sociais como econômicas ela torna-se elemento essencial para compreender dinâmicas demográficas e econômicas no território.

O fato de a terra urbana ser integrada neste ambiente metropolitano evidencia que esse elemento torna-se um importante segmento da economia urbana, uma vez que a busca por terra nas franjas da capital envolve especulação e valorização fundiária interferindo diretamente no valor desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre Goiânia, primeiramente enquanto capital de Goiás e posteriormente como metrópole regional é marcada por um elemento fundamental nas discussões sobre a

cidade: a habitação. E, quando analisado Goiânia, percebe-se que esse assunto é marcado por três atores principais, conforme apontado por Moraes (1991): o Estado, o capital imobiliário e a população que demanda espaço para moradias. Nesse sentido que a capital goiana torna-se peculiar ao analisar sua construção.

A população viu-se obrigada a buscar por moradia nas áreas afastadas do centro de Goiânia. O plano urbanístico rapidamente não pode mais subsidiar uma capital que de 1950 a 1960 cresceu cerca de 187% em contingente populacional. As invasões, o grande número de loteamentos irregulares e sem infraestrutura, dentre outros problemas relacionados à habitação marcaram a capital, alterando seu desenho urbano, a paisagem urbana e estabelecendo dinâmicas diferenciadas no território.

A nova dinâmica demográfica de Goiânia interferiu na dinâmica do mercado de terras do município e dos municípios limítrofes, devido à integração de terras que foi se constituindo no decorrer do tempo. A população, bem como o capital imobiliário achou nas franjas da capital um estoque considerável de terras à fim de atender demandas sociais e/ou econômicas.

Considera-se então que o mercado de terras da capital, que desde 1946 (conforme disposto na tabela 1) já encontrava-se valorizado e pouco acessível à população de menor poder aquisitivo encontrou nos municípios limites à capital um estoque que iria atender demandas para a habitação que a capital já não disponibilizava. Assim, o mercado de terras urbanas em ambientes metropolitanos tem características particulares e, isso não apenas pela localização que determina o valor, mas também devido à dinâmica espaço/sociedade que é mais intensa.

A integração espacial metropolitana deve ser compreendida a partir da ação dos grupos de agentes no espaço urbano e metropolitano. Seu sentido muda de forma substancial já que o conteúdo social da rede é explícito em metrópoles, sobretudo quando estamos tratando de terra urbana. O que possibilita discussões que derivam do problema habitacional e do mercado de terras metropolitano como o valor e a disposição de terras, o a regulação do uso do solo municipal, a aplicação de tributos para o ordenamento do solo urbano, dentre outros temas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, T. A. A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2013

CARLOS. Ana Fani Alessandri. A cidade. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FAISSOL, Speridião. O Mato Grosso de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. Goiânia: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional / Universidade federal de Goiás, 2003.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In Espaço e debates, n. 6 , NERU, 1982. p. 6-35.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 1940 Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 1960 Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 1980 Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 1991 Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2000 Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010 Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MORAES, Sérgio. O empreendedor imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Brasília-DF, 1991.

OLIVEIRA, A. F. de. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. In: MOYSÉS, A. (Org.). Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

PASTORE E. Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933-1983). Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 1984.

PINTO, José V. C. Fragmentação da metrópole: constituição da RMG e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009b.

RIBEIRO, M. E. J. Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira São Paulo: Hucitec, 2004.

TEMPORALIDADES REVELADAS: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DA CIDADE DE ARAGARÇAS (GO)

Pollyany Pereira Martins

Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí
martinsgeo@yahoo.com.br

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás
eguimar@hotmail.com

Resumo

Ao analisar o espaço urbano físico da cidade, o olhar agrega e apreende leitura apenas do que aparentemente estaria fixo no primeiro instante. A temporalidade se retrata em uma cronologia que se refaz a cada novo cotidiano, com o passar dos ponteiros do relógio, das datas e anos marcados na aparência e estrutura das coisas materiais; das pessoas que se entrecruzam sobre os mesmos caminhos, porém, em tempos e viveres diferentes. Ver as representações que se constituem na superfície terrestre no tempo-espaço, além da aparência contida requer compreender as dimensões do tempo que não se limita apenas ao cronológico. O espaço urbano e a cidade são constituídos de abstrato e concretos; e apresentam-se sob uma processualidade histórico presente. Sendo assim, é preciso entender que passado-presente-futuro se configuram sob um entrelaçar de tempos nas espacialidades dos lugares. O propósito do trabalho é mostrar a temporalidade ocorrida na espacialidade urbana de Aragarças (GO), fazendo uso de imagens capturadas da paisagem de anos anteriores e atuais para uma abordagem discursiva de ver o movimento além do que parece estático; numa identificação de alteridades. Fará também uso de escritos literários que os autores em suas formas de escrever/descrever pode criar e retratar tempos específicos ao leitor diante a transtemporalidades existentes.

Palavra-chave: Paisagem, cidade, temporalidade urbana, lugar

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem a intencionalidade de mostrar e ao mesmo tempo por em discussão a questão do tempo contido por dimensões na espacialidade urbana, que hora parece se assentar devido aos movimentos lentos repercutidos, uma vez, que trataremos aqui de um observar da espacialidade urbana a se constituir em cidade pequena, classificação estabelecida a partir de parâmetros definidos até o momento.

No entanto, procurar analisar o tempo sobre a espacialidade urbana, requer entender as variáveis elementares que estão indissociáveis como: as relações sociais, culturais, interesses econômicos públicos e privados de atores diversos, políticos, as territorialidades, identidades e no caso da cidade de Aragarças a fronteira que se estabelece com a divisão de limites estaduais.

O olhar permite ao observador ver e comparar a paisagem mista a se revelar no espaço urbano físico da cidade, no primeiro instante, será agregado e apreendido em uma espécie de leitura rápida e superficial como um clique tecnicamente capturado por uma máquina fotográfica.

De maneira a entrever a temporalidade é retratada por uma cronologia que se refaz a cada novo cotidiano, com o passar dos ponteiros do relógio, das datas e anos marcados na aparência e estrutura das coisas materiais; das pessoas que se entrecruzam sobre os mesmos caminhos, porém, em tempos e viveres diferentes. Ver as representações que se constituem na superfície terrestre no tempo-espaço, além da aparência contida requer compreender as dimensões do tempo que não se limita apenas ao cronológico.

O espaço urbano e a cidade são constituídos de abstrato e concretos; e apresentam-se sob uma processualidade histórico presente. Sendo assim, é preciso entender que passado-presente-futuro se configuram sob um entrelaçar de tempos nas espacialidades dos lugares. O propósito do trabalho é mostrar a temporalidade ocorrida na espacialidade urbana de Aragarças (GO), fazendo uso de imagens capturadas da paisagem de anos anteriores e atuais para uma abordagem discursiva de ver o movimento além do que parece estático; numa identificação de alteridades. Fará também uso de escritos literários que os autores em suas formas de escrever/descrever pode criar e retratar tempos específicos ao leitor diante a transtemporalidades existentes.

Na ciência geográfica, estudar a cidade nas suas temporalidades requer ter a compressão deste espaço/lugar numa ação constante de corporeidade colocado por Chaveiro (2012) em “Corporeidade e lugar: elos da produção da existência”. Compreender o espaço enquanto totalidade, e o tempo conectado a três eixos descritos em estudos filosóficos.

Neste escrito, o propósito é mostrar a influencia temporal ocorrida na espacialidade urbana da cidade de Aragarças (GO), repercutida na paisagem atual e na literatura deixada pra representar um tempo passado. Um tempo que esta marcada historicamente deste o primeiro aglomerado de garimpeiros esperançosos vindos de diversos outros lugares do país, na busca de encontrarem riqueza com a prática da extração de diamantes.

A ocupação, o uso e a convivência faziam criar uma paisagem determinada para o surgimento das aglomerações “currutelas” presentes em duas margens uma na margem do rio Araguaia outra as margens do rio Garças. Estas que, em um tempo futuro seriam cidades com aspectos de conurbação num processo de não metropolização; fenômeno ocorrido atualmente. Duas cidades que convivem e deixam relatos de experiências do período econômico do garimpo. Na margem direita, atual cidade de Barra do Garças no estado de Mato Grosso a margem esquerda, a cidade de Aragarças no estado de Goiás.

Ambas, com nítido processo de configuração da temporalidade urbana diferente em diversos pontos; as disparidades são visíveis na paisagem, num tempo cronológico de construção histórica e política muito próxima.

Portanto, a discussão se fará, sobre temporalidades ocorridas e presentes na cidade de Aragarças (GO), objetivando a analisar e ter documentado/retratado as temporalidades ocorridas para se obter uma percepção maior das que virá em um próximo estágio, fazer uso e mostrar o quanto a sensibilidade do viver a cidade é operante na construção da própria história do residente.

Fará se para a organização e base de legitimação do texto, levantamento de referencial contributo para fundamentação, material literário escrito por pioneiros, que em suas formas de escrever/descrever pode criar e retratar tempos específicos ao leitor; e anexos de imagens capturadas pelos pixels da máquina fotográfica, estas que foram se modernizando com as novas

tecnologias, apesar do olhar milimetricamente delimitado, ainda permite contemplação de forma angular as transtemporalidades e existentes.

1.1 DISCUSSÕES E CONCEITOS

A temporalidade pode ser entendida como um complexo de variedade de coisas combinadas que se perfazem, ligado a um processo histórico configurado e exposto no espaço, nítido, diverso e variável no lugar; característico a uma dada paisagem; onde as heterogeneidades socioculturais nos seus diversos modos de viver criam e recriam o “meio” que ressurgiu com faces novas em um espaço determinado pelo tempo físico e psicológico sob uma relação de multitemporalidade existente.

Desta forma, a temporalidade na paisagem tende a se compartimentar ao nosso olhar, que não abarca todas as propriedades contidas sobre um lugar em observação. Neste caso de estudo da temporalidade urbana, ainda existirá e poderá ser feitos outros recortes da representação vista do aspecto cultural, econômico, político, e social separadamente, ainda que façam parte e uma totalidade.

Na paisagem, constituem-se significados que se fazem ocultos no viver cotidiano criam-se mobilidades que são construídas e reforçadas dentro dos grupos sociais na condução do próprio meio, entre as implantações de técnicas e a natureza. Tais significados e representações estão a mediar o entendimento dos sujeitos envolvidos

As alterações dimensionais do tempo são condutos presentes na história, pacíficos de mutações, sociais, culturais e econômicos que, hora estão marcados no tempo-espaço. Entender os aspectos presentes no hoje requer compreender as representações simbólicas e sociais distintas que estão a se constituir sobre as novas imagens a se exibir no momento contemporâneo. Incide-se a identidade dos grupos que se firmam coletivamente, na formação do lugar de vivência, de valores criados e representados num processo de territorialidade.

Existe um sentimento de posse que se mantém das relações mantidas pela sociedade com o espaço de uso, de manifestações aos modelos constituídos, por meio de uma organização que segundo Haesbaert (2002) se constitui pelas vertentes jurídico-político, culturalista e econômica.

É este sentimento de posse, que esta enraizada e assentado na população aragarcense, estes, sentem se parte desse lugar onde as vivências vão se construindo e refazendo, ainda que em estado frágil de investimentos públicos oferecidos. Este é o lugar das aglomerações de pessoas, onde opera as legislações, as disputas, as manifestações religiosas, os comércios e serviços, da efervescência consumidora instigada pelo capitalismo, onde se materializa as construções civis na retratação do tempo em seu tripé de cunho filosófico, onde a subjetividade se entremeia ao que parece real e fixo, nesta localidade denominada cidade de particularidade e especificidades.

A cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza, Introduzido por Raquel Rolnik em livro intitulado “O que é cidade?” e ao tratarmos de cidade com uma vertente contemporânea, falamos de um fenômeno que se alto caracteriza pela velocidade da circulação, são fluxos que ao se movimentarem em constantes alternâncias vão registrando marcas no próprio espaço urbano, numa materialização de sua própria história.

Pequena dentro de uma ordem de classificação de cidades brasileiras, e para o estado de Goiás, Aragarças começa a mostrar a face da vida das pessoas se modificando tão rápido quanto a reprodução do espaço da cidade imposta pela técnica. Ana Fani, (2009)

Acrescenta em sua obra escrita sobre a cidade que: “[...] O lugar da festa, do encontro, quase desapareceram, o número de brincadeiras de crianças nas ruas diminuiu, as crianças quase não são vistas, os pedaços da cidade são vendidos como mercadorias, árvores são destruídas, praças transformadas em concreto”.

Ainda segundo Raquel Rolnik (2004), “mesmo quando não se trata de massa, quando falamos em cidades menores estão presentes a concentração, a aglomeração de indivíduos, e conseqüentemente a necessidade de gestão da vida coletiva”. Existe uma ordem a se estabelecer para o viver cotidiano, onde os modos e costumes culturais são multiculturais, estabelecidos em escala de dimensões métricas.

A cidade, em sua aglomeração urbana e dimensão política estabelece um poder de atração que se revigora com os mercados para consumo de produtos necessários a vivência através de trocas, que variam atualmente com um sistema capitalista de produção e consumo. Estas cidades com suas respectivas divisões de trabalhos potencializam e especificam centralizando o poder.

A paisagem se transfigura e se apreende aos olhos dos observadores, as construções que datam a história, a divisão de classe que segrega o espaço e o delimita, os modelos de automóveis modernos com cores manipuladas e diversas, a ruas que se alongam as margens das favelas, o asfalto e o meio fio, as redes pluviais e de esgoto, energia, água tratada, linhas telefônicas e de internet que determinam infraestrutura, não estendido a todos, pelo menos em termos de qualidade proporcional.

Esta paisagem do construído diante ao natural que é também presencial, contida; resulta de uma sucessão de atividades acumuladas durante gerações desde seu surgir no espaço em recorte escalar de lugar. Uma vez criada, caracterizada, a paisagem, principalmente a paisagem social, não se mantém fixa, ela se altera com o passar do tempo. Milton Santos (2009) afirma “cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos intensamente variados”.

A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transformam para se adaptar às novas necessidades da sociedade. A paisagem é definida pelas ações culturais que a compõem. Para Schier (2013, p. 81) [...] “a paisagem, é a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar”.

Esta alteridade na paisagem resulta de uma acumulação de tempo, onde os objetos sofrem alterações de forma diferente de um lugar para outro. Se pegarmos diferentes cidades iremos perceber a partir de sua forma, função, estrutura, economia, fluidez e rede de ligação à globalização, diferentes temporalidades.

É nesse movimento social e a partir deste, articulados nos conjuntos de formas fixas que analisamos as funções múltiplas nas suas organizações diversas; onde é fundamental a noção de tempo e de escala, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é, num processo social de produção espacialmente seletivo, assim colocado por SANTOS, (2009).

Sobre a mesma linha de discussão Passavento (2012, p. 13-14) afirma:

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realiza mais opções políticas e se decide mais intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro.

Desta maneira, os múltiplos tempos de construção e reinvenção da cidade de Aragarças (GO) são aqui postos em análise e discussão; a forma materializada pelas relações sociais e o espaço urbano onde as próprias relações sociais se materializam segundo Santos (1988) e

Lefebvre (1991). O segundo subtítulo, se constitui de imagens capturadas do espaço urbano Aragarçense passado-presente; na busca de se construir um paralelo das formas representadas pelas construções (arquitetura), na perspectiva de assimilar as simbologias refletidas neste espaço de transfigurações acometidas pelas ações sociais do lugar. Já no terceiro subtítulo, os escritos literários, de escritores locais, revelam uma temporalidade histórica do lugar, das buscas e anseios expressos pela vivencia.

1.2 ESPACIALIDADE E OLHAR URBANO

“... o espaço é a acumulação desigual de tempos”.

“... o espaço é total a paisagem não o é”.

(Milton Santos)

As temporalidades, principalmente em áreas urbanas, podem apresentar se com maior ou menor intensidade de acordo com o movimento de urbanização, expansão do sítio urbano, o desenrolar dos conjuntos habitacionais e as alterações de edificações no setor central, que vão se definindo conforme desígnios humanos, vão tomando formas geométricas variadas, verticalizando-se ou horizontalizando-se.

A princípio, diante de uma exposição de imagens paisagísticas, com detalhes de alterações ocorridas na área urbana da cidade de Aragarças (GO) fez se necessário inserir, a fim de localização territorial do objeto em estudo, imagens do traçado (planta) urbanístico da cidade sob dois pontos temporais, sendo o primeiro extraído em Maciel (2006 p. 19) numa abordagem sociológica, o segundo traçado elaborado cartograficamente pelo Departamento de Terra do Município. Sequencialmente esta inserido mapa em proporção escalar do município.



Figura 1. Planta de Urbanização de Aragarças 1953.

Autoria: Urbs construção e urbanismo.

Fonte: Arquivo Nacional- Coordenação Regional (DF).



Figura 2. Planta Urbana de Aragarças 2013.

Fonte: Prefeitura Municipal

O processo de expansão e configuração da planta urbana, em seu crescimento, as diversidades culturais e sociais sofreram mudanças ao longo dos tempos, aprisionados na história e traçados geograficamente. Mudanças que, em vertentes de modernidade constituíram se de forma melhorada em muitos aspectos.

A cidade “(re)territorializou-se” expandindo sobre nova áreas, criou novos bairros, novas identidades, relações e pessoas. Num momento de fixação de residência, apropriação, poder, controle; sob uma mediação processual de construção territorial, envolvendo novas territorialidades: códigos, regras, ações, reações (SAQUET, 2011 P. 83).

Tais continuidades se deram e se retrataram em episódios históricos, políticos, ambientais e econômicos a partir de marcos territoriais, estudados, organizados em três poderes: Municipal, Estadual e Federal; divididos estrategicamente em escala, de acordo com interesses levados a cada regionalidade microrregionais; delimitando até mesmo para uma estabilização de procedimentos hierárquicos, os municípios com suas respectivas municipalidades.

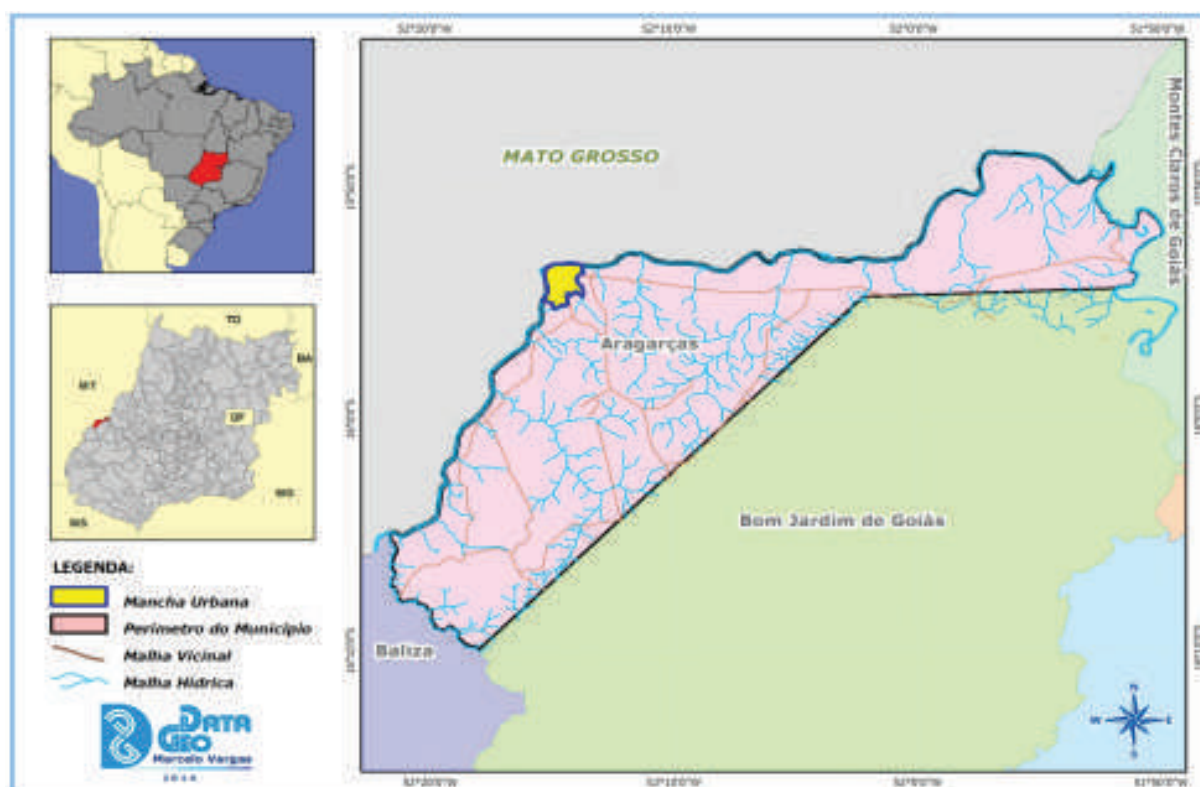


Figura 3. Mapa do Município de Aragarças (GO) Fonte: SEGPLAN/SEPIN, 2012.

Organização: MARTINS, Pollyany Pereira 2014. Elaboração: VARGAS, Marcelo 2014

“Vivemos as processualidades territoriais-espaciais e temporais simultaneamente” completa, Saquet (2011 p. 77).

Ainda sobre a paisagem representada na espacialidade urbana, com abordagens para cidades contemporâneas Alves (2007 p.5) aplica a seguinte abordagem:

A cidade é um fenômeno cultural da identidade e da diferença; um sítio, talvez indiferenciado a princípio, mas que se constrói ao longo do tempo em decorrência de distintas atividades que se inscrevem em seu território. A ideia de cidade conforma-se desde a Antiguidade, consolidando-se a partir da comunidade e concretizando-se através de seus espaços coletivos, públicos ou privados, que, a cada época, decorrem de uma combinação específica de determinadas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Passavento (2012, p. 13) contribui com a abordagem ao afirmar que:

Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço. Mas, embora seja importante datar estas camadas históricas, como por exemplo, no caso de um determinado espaço construído, importa também atingir as temporalidades subjetivas que este espaço urbano contém, dado pelas experiências do vivido, pelos sentidos conferidos a este espaço, tornando-o qualificado, como um lugar no tempo.

A cidade esta caracterizada por formas preexistentes de uma funcionalidade social heterogênea determinada na paisagem por um dado momento de acordo com o interesse de valor e necessidade própria. Neste percurso textual, analisaremos a temporalidade presente, sob uma linearidade de tempo constituído na história de formação do espaço urbano aragarcense alvo de duas frentes de projetos Federais de expansão, desenvolvimento e ocupação territorial: FBC (Fundação Brasil Central) com a Marcha para Oeste e SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste).

As pontes sobre os rios marcam o primeiro momento favorável ao Dinamismo das cidades, o acesso, movimento num constante fluxo de pessoas e mercadorias. Durante e após a construção da ponte, como recurso, símbolo de escoamento, as temporalidades variaram em constantes situações econômicas, sociais e políticas; e poderíamos dizer culturais.

A via de acesso nesta localidade específica de limites estadual proporcionou a recriação de agentes e favoreceu aos novos atores organizar o espaço local e regional que se constituiu e continua a reconfigurar o espaço de acordo com interesses do próprio capital frente aos circuitos de inserção na rede de produção nacional.



Figura 3. Construção das pontes sobre os rios Araguaia e Garças/ Fundação Brasil Central.

Fonte: Acervo, DINIZ, Zélia.



Figura 4. Ponte sobre rio Araguaia, meio de tráfego entre três municípios e dois estados, GO / MT.

Fonte: Moisés, Hélio, 2013

Na busca pela constituição social e na estabilização do povoado, os símbolos culturais sedimentaram-se na afirmação da religiosidade dos primeiros grupos familiares. A primeira missa foi realizada no cruzeiro marco de seguimento expedicionário para o oeste, o cruzeiro encontra-se erguido e mantido preservado a mesma localidade definida como marco zero da expedição.

Assim como o cruzeiro, a igreja São Judas Tadeu, foi símbolo de sacralização da fundação militar no vilarejo que viria a ser chamada Aragarças. Atualmente, muito dos costumes e rituais se alteraram, outras igrejas e capelas foram construídas as vivências religiosas se recriaram com as alterações socioculturais dos moradores.

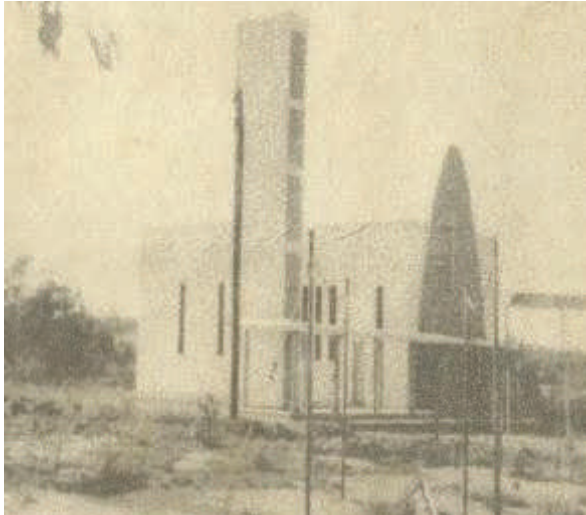


Figura 5. Primeira Igreja de São Judas Tadeu.

Fonte: Acervo, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958



Figura 6. Igreja de São Judas Tadeu.

Fonte: MARTINS, 2013

Construído no período da FBC (Fundação Brasil Central), o maior hotel da região, hospedou Getúlio Vargas, Juscelino Kubstchek entre outros homens do governo, juntamente com militares, médicos, engenheiros, cartógrafos. Atualmente, sem investimentos e projetos de restauração, para uso turístico e visitação; o hotel tornou-se, já em ruínas uma espécie de alojamentos aos indígenas Xavantes; estabelecida como CASAI (Casa de saúde do índio).



Figura 7. Grande Hotel / FBC

Fonte: Fonte: Acervo, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958.



Figura 8. Hotel Hailton, (Beira Rio)

Fonte: MARTINS, 2014

Os hotéis apresentam hoje acomodações e arquitetura mais modernas para viajantes e turistas; muitos se encontram instalados à passarela beira rio, de frente para o rio Araguaia em oferta hoteleira nos períodos de temporada de praia; e a Avenida Ministro João Alberto, via de acesso as BRs, de saída para Goiânia e Caiapônia.

O hospital Getúlio Vargas, foi construído no período da Fundação Brasil Central, com capacidade para setenta leitos. Atualmente o hospital tem sido alvo de muitas discussões a respeito de sua estrutura física e qualidade dos leitos, medicamentos e equipamento. Os hospitais da cidade vizinha Barra do Garças no estado de Mato Grosso passaram a ser mais procurados, até mesmo o pronto socorro, que não sendo regional, atente grande numero de paciente de outros municípios, especialmente os de Aragarças.



Figura 9. Construção do hospital Getúlio Vargas

Fonte: acervo DINIZ, Zélia



Figura 10. Hospital Getúlio Vargas

Fonte: MARTINS, 2013

Decisões políticas, desfiles cívicos, precisamente no aniversário da cidade, ocorrem no centro administrativo de Aragarças com seus estabelecimentos específicos; onde antes funcionou como vila residencial das FAB (Forças Armadas Brasileiras). Secretarias municipais e estaduais; localizados a Avenida Getúlio Vargas, e Rua Rafael Gomes Pereira com estruturas promovidas no período de SUDECO, (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste). Na Fundação Brasil Central os escritórios administrativos mantiveram-se por um bom tempo, instalados no atual setor Base Velha, setor que apresenta em dias atuais, características do rural, pelas extensões dos lotes e chácaras mantidas por filhos de trabalhadores da olaria que somente resta à chaminé um marco na paisagem.



Figura 11. Secretárias Estaduais e Municipais

Fonte: MARTINS, 2014



Figura 12. Prefeitura Municipal

Fonte: MARTINS, 2013

As temporalidades presentes no formato arquitetônico das residências são bastante nítidas. Ainda que, ver casas como a da imagem à direita atualmente em Aragarças, é algo praticamente escasso, existe no máximo quinze casas que datam período anterior há sessenta anos. A cobertura asfáltica da cidade também já foi praticamente alterada com a pavimentação de outras vias. As constituídas por pavimentação em paralelepípedos como se pode visualizar na imagem à direita, restam seis apenas, com extensão de quarteirões muito curtos.



Figura 13. Residências do período do Garimpo

Fonte: MARTINS, 2014



Figura 14. Residências com aspectos modernos

Fonte: MARTINS, 2014

Sem plano diretor e leis de zoneamento urbano, os comércios se agregam, em suas diversas categorias e funcionalidades; constituindo uma área comercial localizada respectivamente em duas avenidas principais da cidade. O comércio apesar de ainda precisar de um impulso que oferte aos moradores variedades e preços, afim, de não deixar os filões se dirigirem a cidade vizinha Barra do Garças (MT), ainda é a principal base econômica da cidade junto a agricultura e pecuária.



Figura 15. Centro comercial na avenida ministro João Alberto

Fonte: MARTINS, 2014



Figura 16: Centro comercial avenida Pedro Ludovico

Fonte: MARTINS, 2014

É possível observar as fachadas dos estabelecimentos, que foram e aos poucos continuam sendo alteradas para atingir os novos modelos capitalistas, bem como, as exigências consumistas da população. As ruas são duplicadas, pois recebem um grande fluxo automobilístico, condutoras de uma mobilidade que se dissipa em escala nacional que antes se fazia por poucos caminhões.

Imagens das vias de comércio, anteriores há cinquenta anos não foram encontradas em registros documentados em jornais ou livros; assim como nos acervos de historiadores da cidade.

1.3 TEMPORALIDADES MARCADAS NOS ESCRITOS

“Nós somos a síntese de tudo que vivemos, carregamos as temporalidades conosco”.
Celso Locatel, (2013)

De uma maneira bastante subjetiva, a temporalidade pode estar revelada através dos aglomerados de palavras que vão se constituído em frases, parágrafos e corpo textual. Utilizaremos neste tópico, escritos de autores locais que presenciaram e viveram temporalidades múltiplas ocorridas na pequena cidade de Aragarças em um período de sessenta e três anos de sua emancipação.

Este modelo de análise temporal discutido por influência literária, já é estudado e realizado no século XIX e ressurgiu como fonte de inspiração na cientificidade histórica. Diante de críticas, ainda podemos num olhar geográfico integrador, fazer uso de ferramentas textuais como estas para descrever o espaço-tempo, e mesmo descortinar categorias geográficas expressadas por meio literário sem nos pautarmos frontalmente com um olhar romancista.

Através de uma concepção histórica, baseado nas formas e método de Helena Godoy, Tamanini (2011 p.35) afirma que:

A poesia, tendo compromisso com certa linguagem literária, relê fatos, emoções e trajetórias sob a ótica de sua própria lógica, auxiliando o pesquisador a observar nas nervuras das emoções daquele escrito não só a frieza das fontes, mas o contexto e a subjetividade que em torno deles gravitam.

E ainda, “Haverá fácil interdisciplinaridade quando houver trânsito de dados e abertura por compreender que se trata de duas naturezas da escrita cujo elemento textual pode ser lido e interpretado de acordo com os objetivos de cada campo discursivo” (TAMANINI 2011 p. 35).

O campo discursivo geográfico põe em mostra a temporalidade da cidade de Aragarças que foi também em alguns recortes representado nas obras de literários (poemas e contos) da região, sendo: Zélia Diniz, Valdson Varjão, José Mario Miguez, Antonio Paulo Bilego, Claudemiro Luz.

Caminhante que anda a pé
Recebendo a poeira
Levantada
Pelos poucos carros da cidade,
Ou pelo vento morno do meio dia,
Para, olha,
Admira a beleza
Arquitetônica

Das casas coloniais
Das asas estilo décor,
Dos casebres de barrote,
Dos ranchos garimpeiros
Que transcendem vida.
(DINIZ, Zélia dos Santos, 2003 p.13)

O telúrico contido no texto, não afoga as informações que são passadas, de como estava constituída a paisagem urbana de Aragarças. A história é trazida de força suave, numa inteligência de elucidação das palavras. De mesmo modo, é retratada a cultura e a organização social e do trabalho, em uma época de consolidação do território e das relações sociais.

Cidade bucólica dos meus encantos
De cenários ímpares
Tambores rústicos nas calçadas estreitas
Das vendas que têm de tudo.
Homens tranquilos jogando dominó
Mulheres recatadas, lá pra Dentro,
Mal saindo à janela,
Zelando de sua prole.
(DINIZ, Zélia dos Santos, 2003 p.13)

Esse procedimento serve para aproximar as perspectivas do entender e compreender a paisagem, como já trazido em estudos de geografia no Brasil por Yi Fu Tuan respectivamente na década de 80. Neste contexto, apresentar se de forma multidimensional a dinâmica temporal da paisagem urbana, como se tem feito em outras ciências humanas.

Sobre a representatividade da paisagem, Seemann, (2007 p 55) afirma:

Apesar do seu simbolismo, uma paisagem não é exclusivamente material ou imaterial. Ela pode ser transmitida em forma de danças ou poemas, ou representada mediante técnicas diferentes em superfícies diferentes: pinturas na tela, texto em papel, desenhos no chão, nas rochas. Suas manifestações podem ser visíveis ou invisíveis, concretas ou imaginadas.

E com “esse exercício de aprendizagem textual, descobrimos que suas paisagens propícias não podem ser construídas com a separação do homem e natureza; e, que um corpo não pode destacar-se sozinho e por inteiro das paisagens textuais e culturais emolduradas através de sua proposta poética” (NASCIMENTO, 2010 P. 64-65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do tempo analisado e compreendido em outras dimensões, que não seja somente o cronológico a qual nos apreendemos pelo abito que nos foi imposto com a invenção do relógio como medidor do tempo natural, é algo posto sempre em discussão pelos caracteres filosóficos.

De forma que, a partir das minhas leituras feitas do livro “Sobre o Tempo” de Norbert Elias, incitaram-me uma ação reflexiva sobre ver o tempo na e da cidade, com observações e análises feitas da temporalidade contida na paisagem urbana da cidade de Aragarças (GO) respectivamente meu objeto de estudo de dissertação.

A imagem como retrato da paisagem, pode estabelecer uma relação interpretativa com o leitor observador; as dimensões do tempo tem que ser levantada e questionada quando não vista além do tempo datado. Assim, como buscar ver os níveis que estão representados na formação da paisagem, que é um misto, quando não um “mosaico” claramente definido por elementos naturais e humanizado.

O uso da poesia como representação textual de uma determinada temporalidade, também é algo ainda inovador e discutido na ciência geográfica; mas, sob uma abordagem de geograficidade, que se faz com a junção do representado ou visto pelo olhar do autor sobre a paisagem e expressado em forma literária, por meio do texto poético.

De modo, que a paisagem não é aquela somente vista, pois, pode ser recriada e construída em nossas lembranças ou mesmo de um fato contado no presente; interpretadas de várias maneiras relativizadas com a capacidade de cada observador no aprofundamento da essência verdadeira existente.

A temporalidade esta representada por vários eixos dentro do espaço urbano, e pode se alterar de forma lenta e rápida num processo conjuntural uma vez que não se trata somente de ver as características físicas, seja da arquitetura, do social, econômico, político, cultural, no tempo que é resultado de uma passagem de dias, anos, décadas. Também esta contida numa totalidade das existências de diacronias e sincronias com lugares e vivencias diferenciada.

Entretanto, ainda que de modo tímido, a representatividade da temporalidade contida no espaço urbano aragarcense pôde ser mostrada, associada a fundamentações postas por autores na linha de estudo, como uma afirmação do que se buscou indagar e discutir. “O tempo é um objeto natural, um aspecto dos processos naturais, em muito invisível. Não poderemos dissociar o tempo físico e social, a relação entre estas duas maneiras de entender o tempo esteve indireta, mas nunca foi totalmente rompida” (ELIAS, 1998).

REFERENCIAIS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade** 8 ed. 2ª reimpressão. Contexto: São Paulo, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza (org). **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Editora Alternativa, Goiânia 2001.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Aragarças como Te Vi**. Gráfica Multicor, Barra do Garças, MT 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo, Contexto, 2002.

NORBERT, Elias. **Sobre o Tempo**. Ed. Jorge Zahar; Rio de Janeiro, 1998.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** 6ª reimpressão da 3ª edição, editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem**. 5 ed., 2 reimpr. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

Sites consultados

ALVES, Manuel Rodrigues. **Cidade Contemporânea: questões conceituais da conformação de sua espacialidade**. Revista Tópos, V. 1 n° 2 . UNESP/ Presidente Prudente SP, 2007. Disponível em: revista.fct.unesp.br/ Acesso em: 10/02/2014.

GAMALHO, Nola Patrícia, HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Paisagem híbrida, territorialidades Múltiplas e temporalidades diversas: notas Para discussão a partir da leitura da Paisagem do vale do rio três forquilhas (RS)**. Disponível em: www.neer.com.br/anais/NEER-1/comunicações, Acesso em: 06/02/2014.

MACIEL, Dulce Portilho. ARAGARÇAS (1943-1968): a Moderna Urbe na Rota para Oeste. Revista Plurais, Anápolis, 2006 V.1, n° 4 Disponível em: www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/66/91 Acesso em: 23/ 11/ 2012.

NASCIMENTO, Márcia dos Santos. **Por uma Geografia Poética: paisagem e escrita em Ruy Duarte**. Revista Scripta V. 14 n° 27 Belo Horizonte, MG 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/> Acesso em: 28/03/2014

PASSAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a Memória e o patrimônio urbano**. 2012, Disponível em: www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893/873 Acesso em: 10/02/2014.

SILVA, Juliana Martins Evaristo da. **Temporalidade fotográfica e Cidade**. 5º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal Fluminense, Niterói. 24 a 26 de outubro de 2012. Disponível: www.coneco.uff.br/ocs/index Acesso em: 26/02/2014.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**, 2003 Disponível em: www.ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/download/3353/2689 Acesso em: 09/02/2014.

SEEMANN, Jörn. **Geografia, geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará)**. Revista eletrônica Aleliê Geográfico, UFG-IESA V.1 N° 1, Goiânia, GO 2007 Disponível em: www.revistas.ufg.br/ Acesso em: 27/03/2014

TAMANINI, Paulo Augusto. **A Ucraneidade em Poesia: história e literatura na arte de escrever**. Revista Intratexto V. 3 n° 1 Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br > Acesso em: 29/03/2014

TEORIA DA GEOGRAFIA &
DINÂMICAS CULTURAIS

EIXO
3

A PAISAGEM: O LUGAR NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EXISTENTES NO MONUMENTO DO CRISTO DE FORMOSA-GO

João Gabriel Gomes

Universidade Estadual de Goiás-UnU/Formosa-GO
Gabriel.gms.fsa@hotmail.com

Gleicon Queiroz de Brito

Universidade Estadual de Goiás-UnU/Formosa-GO

Resumo

Os espaços públicos que se tornam culturais tendem a constituírem valores e representações simbólicas atribuídas pelos seus usuários, em alguns momentos as culturas existentes nos lugares engendra as modificações do habitat, a proposta do trabalho é demonstrar as dinâmicas da paisagem, do lugar através das manifestações culturais existente no objeto de estudo (monumento do Cristo) na cidade de Formosa-GO, descrevendo as desigualdades, imposições, consolidações presentes na sociedade. Ressaltando a paisagem modificada pelo homem, abordando conceito de efeitos degradativos ao meio ambiente, o lugar como representatividade ou não para a sociedade, os fetichismos do espaço os quais podem ser sagrados ou profanos, imposições culturais, segregações espaciais de acordo com as condições de compra e consumos, As dinâmicas/manifestações ao entorno do monumento do Cristo são inteligíveis pela ação antrópica urbana social-natural, que definem a desigualdade do homem neste ambiente, a modificação do hábitat natural, consistindo numa crise deste ambiente, realçando a degradação do solo e principalmente a imposição cultural perante o monumento do Cristo instalado.

Palavras-chave: Cultura, Lugar, Paisagem, Sagrado e Profano.

INTRODUÇÃO

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Este pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formado apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. [...] A paisagem é uma dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (SANTOS, 1988, p. 61-62). No referido trabalho a paisagem que interessa é aquela que diz respeito aos interesses humanos de hábitat, se apropriar e transformar a natureza, através da cultura existente no lugar, a qual vem sofrendo grandes modificações em sua composição natural para composição de uma paisagem criada, influenciado pelo uso do lugar, sendo assim “a paisagem criada se distancia da paisagem natural numa extensão que é proporcional ao nível da técnica usada na ação da seletividade” (MOREIRA, 2011, p. 42). O

presente trabalho tem por eixo central a caracterização de uma paisagem cultural, demonstrar os processos de modificações existentes neste lugar, seu uso e sua importância simbólica e categórica para o município.

Entende-se por lugar “o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado” (CAVALCANTI, 1998, pag. 89). Dentro dessa perspectiva, compreender e analisar os espaços vividos e experienciados pelos sujeitos é um papel da geografia, entender como estes lugares podem sofrer modificações através da cultura é o principal intuito do referido trabalho.

A pesquisa pretende demonstra a modificação da paisagem, e do lugar cultural através da influencia da cultura sobre o espaço, as modificações causadas pela transformação do homem e da sociedade em seu habitat, conforme apresenta Castoriadis (1987, p. 288) em sua pesquisa; “O homem só existe na e pela sociedade – e a sociedade é histórica. A sociedade como tal é uma forma, e cada sociedade dada é uma forma particular e mesmo singular. A forma implica a organização”.

A organização da sociedade modifica diversos aspectos geográficos, tais como, o hábitat, o lugar e a paisagem, o trabalho pretende fazer uma abordagem objetiva sobre tais organizações, que influência diretamente na cultura do lugar, o local escolhido como objeto de estudo teve sua paisagem totalmente transformada pela ação antrópica, o qual influenciou no seu uso cotidiano, conseqüentemente modificando a sua paisagem e toda sua dinâmica, o lugar que era considerando um espaço sagrado hoje tem seu uso para atos e práticas considerados por muitos, profanas, conforme Bernardes e Ferreira (2012, p. 22) estes espaços são propícios a gerar relações sociais do homem com toda a dinâmica existente no local;

No espaço desenvolve-se uma teia complexa de relações sociais e ocorre uma acumulação histórica de trabalhos em que se sobrepõem realizações dos tempos mais remotos, num permanente ciclo de criação e transformação de objetos sobre a superfície da Terra. O espaço reflete, dessa forma, os resultados dos processos naturais e sociais que coexistiram até o tempo presente.

METODOLOGIA

A pesquisa teve inicio no mês de outubro de 2013, em perímetro urbano do município de Formosa-GO, o desenvolvimento da pesquisa aconteceu através de observações e visitas técnicas na área escolhida para o objeto de estudo, visando analisar a perspectiva espacial do local em relação às categorias paisagem e lugar cultural, na percepção do homem em modificação do seu hábitat. A pesquisa contou ainda com ajuda de questionários com perguntas que norteiam à temática, foram entrevistados mais de 30 moradores, cujo suas residências estão próximas ao monumento, evangélicos que utilizavam o espaço, atuais visitantes, e autoridades locais, moradores com condições sociais muito distintas, os questionários foram aplicados em alguns órgãos públicos que poderiam contribuir para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, foi consultado órgãos como; prefeitura, secretaria de desenvolvimento, secretaria de obras, secretaria de habitação, secretaria de cultura, IBGE, entre outros órgãos.

O estudo fundamento - se no acompanhamento da rotina e do uso do lugar, no contexto histórico do ambiente, e entrevista com a comunidade, moradores, vizinhos, usuários, visitantes

do lugar, de modo que as questões possibilitem informações fundamentais que norteiam a temática, Possibilitando assim, através destas informações e indagações, o autor questionar e relatar os principais fenômenos encontrados no monumento do cristo de Formosa-GO.

RESULTADO E DISCUSSÕES

O município de Formosa-GO está localizado ao nordeste goiano, a 75 km de Brasília - DF, e 230 km de Goiânia - GO sua capital, hoje contem uma média populacional de 108 mil habitantes, e uma dimensão territorial de 5.811,790 km (IBGE, 2013). Sua altitude é de 918 metros do nível do mar e sua temperatura média é de 25° C. O Município de Formosa tem seu relevo formado por extensos chapadões e terras vermelhas, tendo ainda variações com lugares baixos e planos elevados (VIEIRA, 2010). Formosa-GO completou 170 anos em 2013, e tem suas características de cidades “tradicionais” do interior goiano, contêm características estruturais e culturais dos seus antecedentes, contendo grande influência religiosa do catolicismo, o qual se mantém em grande parte de sua população formosense, porém o lugar sofre modificações através das imposições religiosas existentes em seu território.

O monumento do Cristo está inserido na parte mais elevada do setor Imperatriz no município de Formosa-GO, encontra-se o na entrada da cidade, sentido rodovia BR 020 rumo à Brasília - DF, o setor imperatriz é um setor marginalizado e estigmatizado da cidade, lugar com pouca iluminação e difícil acesso, contêm ruas estreitas com algumas ainda não asfaltadas e não possuem rede de esgoto, tendo uma grande densidade demográfica por percentual de habitantes, grande número de crianças, as quais sofrem por falta de escolas próximas, áreas de lazer e atendimentos médicos, entre outras coisas. Os moradores do bairro imperatriz necessitam se deslocar para outros setores da cidade para ter o direito mínimo á cidadania, conforme demonstra Neto e Filho (2010, p.63 -64);

O conceito de cidadania está associado à ideia de formação do ser para a participação política, o que pressupõem a existência de sujeitos ativos e a intervenção dos mesmos, junto às comunidades em que se encontram inserido, na busca de condições mínimas para concretização do direito fundamental a uma vida com dignidade, direito já acolhido por Constituições de diversos países, a exemplo da Constituição brasileira de 1988, que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana.

Portanto, “é preciso lembrar que ninguém escolhe o ventre, a localização geográfica, a condição socioeconômica e a condição sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso determinar. Por isso, temos que cuidar de todos aqueles que estão em todos os recantos deste país.” (AB’SABER, 2011 p. 159).

Porém o bairro vem sofrendo grande modificação em sua paisagem urbana, especuladores imobiliário do município e da região do Distrito Federal (DF) vem supervalorizando a localidade desapropriando famílias carentes que moram no setor quase sua vida toda e deslocando as mesmas para locais ainda mais afastados da cidade, sendo assim, são perceptíveis as diferenças existentes no espaço.

Os especuladores tem interesse no setor pela grande facilidade de acesso a BR 020, o que atrai pessoas a deixarem a capital federal para morar em Formosa-GO uma cidade mais calma

sem os macrocefalismos das grandes metrópoles brasileiras, exemplo da supervalorização gerada pelos especuladores imobiliários é a construção do condomínio vertical mais caro do município, o que revela o grande contraste urbano existente neste setor, de um lado da Av. Tancredo Neves se encontra o condomínio “Santa Felicidade”, o lugar com o metro quadrado mais caro do município com direito a moradia extremamente restrita aos donos dos meios de produções e aos latifundiários, local criado para a classe dominante a qual contém o capital. Enquanto do outro lado da Av. Tancredo Neves se encontra a classe trabalhadora, vários proletariados marginalizados e estigmatizados pela sociedade, “nada mais parece ter um valor superior em si, ou ser justificado por si, fora desse círculo da produção e das trocas sociais” (Bensaid, 1999, p. 439), residem em condições precárias, onde várias famílias vivem no mesmo Imóvel, inúmeras crianças, jovens e adultos com escolaridade mínimas. Produzindo assim uma paisagem modificada pela segregação social, “a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço [...] as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias” (MORAES, 2005 p. 22-23), interesses estes sempre a favor das classes mais favorecidas do município, sendo assim “nas relações sociedade/natureza os homens são condicionados por um determinado nível de desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relação que lhes correspondem” (Bernardes e Ferreira, 2012, p. 20).

Ao questionar os moradores se as autoridades locais consultarão a opinião pública antes de programar a obra no local, cem por cento dos entrevistados revelaram que não ocorreu nenhum tipo de consulta da opinião pública a respeito da implantação da obra no local. O terreno que foi cedido pela prefeitura continua sendo posse do município, e não foi cedido ao autor do monumento, atualmente o local está sendo isolado para organizar e facilitar o acesso, porém as barricadas postas pela prefeitura para a segurança dos visitantes foram derrubadas, demonstrando o qual é o verdadeiro uso do lugar, no local não se encontram nenhum turista e nenhum peregrino que sob aos pés do cristo nem para admirar a paisagem do município juntamente com a obra, nem para fazer orações, é notório que o uso do lugar pelos visitantes é extremamente degradante, pois o local encontra-se extremante sujo com vários restos de garrafas, copos, e todo tipo de resquício humano.

O Setor Imperatriz está sendo precarizado pelas autoridades locais, pois contém grande interesse do mesmo virar garagem de automóveis de luxo dos moradores do condomínio, onde “o espaço no capitalismo é condição e meio de produção, implicando a sua privatização e a de seu conteúdo” (Moraes e Costa, 1984). A obra do cristo foi implementada no setor no mês de maio de 2013, foi uma “doação” de um grande latifundiário do município conhecido por várias autoridades locais, o mesmo revela que a sua mãe fez uma promessa e quando ela se realizou o mesmo cumpriu o que tinha prometido, implementou uma estátua do cristo redentor de braços abertos para Formosa - GO, o local foi cedido pela prefeitura do atual mandato 2012/2015, com toda a licitação (ambiental, habitacional, topográfica, etc.) forneceu também energia elétrica pública para iluminar a obra, o monumento foi construído em uma encosta de um morro a qual contém várias erosões, sendo conjuntos de ravinas.

A diferença entre ravinas e voçorocas mais aceitável é a do Glossário de Ciências dos Solos, dos Estados Unidos (1987), onde segundo esse Glossário, as voçorocas possuem mais de meio metro de largura e de profundidade, estabelecendo assim a diferença. O morro não

contém sua vegetação natural e tem um latossolo clássico de cerrado em suas encostas o morro está totalmente desmatado sem conter nenhum tipo de vegetação.

Na área de deposição sedimentar do morro encontra-se toda a população de classe inferior do setor Imperatriz, sendo perigoso para estes, onde pode ocorrer um movimento de massa que pode provocar um acidente com os sedimentos desagregado.

O local onde hoje se encontra a atual obra do cristo era utilizado por várias igrejas evangélicas para fazerem suas orações em recordância ao ato de Jesus Cristo ter ido fazer suas orações no “monte”, o local era um espaço cultural de encontros rotineiros, noturnos durante a semana dos evangélicos, os quais organizavam suas campanhas (vigílias) para fazerem suas orações e clamarem ao seu salvador Jesus Cristo, os encontros eram realizados por mais de um dia na semana como, por exemplo, Quarta, Quinta e Sexta - feiras. Após a implantação da obra do cristo várias igrejas evangélicas deixaram de utilizar o espaço do morro do setor Imperatriz, pois suas doutrinas dizem que os mesmos devem adorar somente a Deus e não imagens, para fazerem suas orações tiveram que se deslocar para locais mais afastados do município, fazendo com que aquele espaço cultural de encontros evangélicos durante a semana se tornasse um não lugar para muitos.

O espaço hoje se encontra totalmente modificado, pois aquilo que era paisagem natural e cultural para os evangélicos hoje se torna uma paisagem modificada e totalmente alterada. Ao consultar a opinião dos moradores do setor sobre a construção da obra, demonstra grande divergência em perspectivas a implementação da obra em si, alguns moradores do condomínio Santa Felicidade dizem ser: “o monumento do cristo uma imposição religiosa sobre o município de Formosa-GO, imposição católica, pois a mesma é muito influente no município”, quando questionados se o cristo representava a cultura de Formosa-GO os mesmo relatam que: “não demonstra ser a cultura do município”, já outros moradores do município relatam que: “o cristo foi um excelente aproveitamento de espaço porque o local do morro não era utilizado para nada e hoje é um ponto turístico do município”, o morador quando afirma que o espaço estavam em desuso, confirma desconhecer que o espaço era utilizados pelos evangélicos para práticas de suas atividades religiosas, já os moradores da área mais carente do setor relatam que: “o espaço do cristo atualmente é um ponto de encontro de usuários de drogas, e que o aumento da criminalidade pela influencia do monumento vem crescendo no setor”, muitos falam que o lugar durante as noite e finais de semana e utilizado como ponto de reunião de jovens, os quais fazem festas popularmente chamadas baladas, com direito a várias manifestações obscenas, tais como: sexo, drogas e som com volume extravagante, revelam também que contem grande índice de jovens menores de 18 anos usuários de drogas nestas festas, estes locais são propícios para a formação de territorialidades dentro do próprio território, onde jovem reúnem-se por, afeições, afetividades ou por práticas em comuns para se encontrarem, e assim vão segmentando o urbano criando vários territórios dentro de um território mais homogeneizado, como explica a professora Cavalcanti (2012, p. 118),

As cidades são espaços propícios para a formação de diferentes territórios em seus inúmeros pedaços, partes, lugares, onde esses sujeitos sociais podem se agrupar e realizar suas práticas e seus processos de identificação, formando relações com outras partes da própria cidade ou de outros lugares, num jogo multiescalar de territorialidades [...] os jovens são agentes do processo de produção e reprodução do espaço urbano, pois em seu

cotidiano fazem parte dos fluxos, dos deslocamentos, da construção de territórios, criam demandas, compõem paisagem, imprime identidades e dão movimentos aos lugares.

E assim os jovens vão constituindo os lugares, alterando as paisagens e demarcando os seus próprios territórios pela cidade, a partir de suas manifestações promiscuas, podendo existir em alguns casos mais extremos as segregações sociais.

Existe um posto policial a menos de 500 metros do local, porém os policiais não interferem em vários atos no monumento do cristo porque relatam que o acesso ao local é muito difícil, visto mais uma calamidade presente à população carente daquele espaço, sofrendo com a falta de segurança e exclusão dos direitos a cidadania, direitos independentes da condição socioeconômica em que o indivíduo está inserido. Fato interessante é que os jovens têm acesso a esse difícil espaço e as autoridades policiais treinadas para situações de risco não conseguem atuar na ocorrência.

O monumento durante a noite possui iluminação somente em sua volta e não tem nenhuma segurança, a única rua que dá acesso ao monumento não contem asfalto e dificulta o acesso até o local, o que facilita com que os jovens utilizem o espaço para práticas de atos profanos. Onde o espaço do monumento deixa de possuir a sua gênese catolicista, sem a propagação do sagrado, sua função em quanto os princípios e crenças dos seguidores dessa religião.

O espaço profano é definido em relação ao espaço sagrado, inexistindo, mesmo que simbolicamente, fora dessa relação. Pode ser definido como a área em torno do centro, onde estão 'o ponto fixo' e o entorno. Diferencia - se internamente, sendo possível identificar o espaço profano diretamente vinculado (ao sagrado), com serviços destinados aos peregrinos; o espaço sagrado profano indiretamente vinculado; e ao espaço profano remotamente vinculado ao Sagrado. (ROSENDAHL, 1997, p. 119).

Sendo assim o lugar que era cultural para os evangélicos se tornou um não lugar, o qual hoje é um espaço considerado por muitos sagrados que atraem peregrinos e turistas, estando totalmente vinculado ao profano, pois o espaço é sagrado, porém de uso profano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a modificação que o lugar sofreu por influência da cultura apropriada ao espaço, seja ela o ato de ir orar no monte, o ato de peregrinar aos pés do monumento simbólico do cristo, ou o ato de realizar "baladas" pelos jovens, todos demonstram serem atos culturais de importância para cada segmento existente dentro desta sociedade, sendo assim; comprova-se que a cultura de fato modifica o meio conforme a prática do homem, entendendo que o homem apropria o seu hábitat conforme a sua perspectiva.

O uso do lugar sofreu diversas modificações, o local que tinha um uso cultural pelos evangélicos era considerado um espaço em desuso pela sociedade, sofrendo uma desterritorização e se tornando um não lugar para os evangélicos, atualmente o espaço é considerado um ponto da representação religiosa do município atraente de turistas e visitantes que supostamente usaria o espaço para admirar a paisagem do município e fazerem suas

peregrinações ao pé do Cristo. Porém, o espaço tem seu uso para prática de atos profanos, não desvinculando o sagrado do profano.

Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender a cidade como um lugar que abriga, produz e reproduz cultura. Na realidade, para a análise da cidade como modo de vida materializado cotidianamente, como espaço banal, é mesmo imprescindível à consideração dessa instância cultural.

Atualmente, o fenômeno da chamada globalização da sociedade está se concretizando, o que levaria a supor que a manifestação cultural dessa sociedade tenderia à homogeneização. Embora essa cultura global, padronizada seja um fato contemporâneo frequente em diferentes cidades, não é correto afirmar que exista uma homogeneização da cultura.

Nem a cultura dos evangélicos é homogeneizada no município, nem o cristo é uma representação cultural do município, sendo assim, constatamos que o monumento do cristo é uma imposição religiosa do catolicismo. A qual não representa a cultura do município de uma forma totalitária, constatamos também que o local hoje se encontra para práticas de atos profanos é em desuso pelos peregrinos da religião.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, Nacib Aziz; **O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Ab´Saber**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. 207 p.

BENSAID, D. **Marx, o Intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 439 p.

BERNARDES, J. A., FERREIRA, F. P. de M. **Sociedade e Natureza**. In: A questão ambiental: diferentes abordagens / CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs). – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 248 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto I**. Tradução de Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 288 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**: ensaios sobre ensino de geografia para a vida urbana cotidiana, 3º Ed.- Campinas –SP; Papyrus, 2012, 190 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**, 18º Ed. – Campinas-SP; Papyrus, 1998, 192 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**, Campinas-SP; Papyrus, 2012, 208 p.

GLOSSARY OF SOIL SCIENCE TERMS. Soil Science Society of America, Estados Unidos; Wisconsin, 1987, 44 p.

IBGE, Cidades. IN: GOIÁS – FORMOSA disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520800>>, acesso 15 de novembro 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil, 5º Ed.- São Paulo: Annablume, 2005, 156 p.

MORAES, A. C. R. COSTA, W. M. A **Valorização do Espaço**, São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de historia, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, 2º Ed. – São Paulo: Contexto, 2011, 188 p.

NETO, Antônio Cabral, FILHO, Francisco Dutra de Macedo: **O Estado e o Dever de Proteção ao Meio Ambiente**: a importância da participação social na formulação, execução e avaliação de políticas ambientais. In: Educação Ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares/ NETO, Antônio Cabral, FILHO, Francisco Dutra de Macedo, BATISTA, Maria de Socorro da Silva (Orgs.), Brasília: Líber Livro Editora, 2010, 240 p.

ROSENDAHL, Z. Porto de Caixas: **O sagrado e o espaço**. In: Explorações geográficas. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1997 119-154 p.

SANTOS, Milton; **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, 61-62 p.

_____. **Por Uma Outra Globalização**, do pensamento único á consciência universal. Rio de Janeiro; Record, 2000.

VIEIRA, Gilvan José. **Formosa cidade e povo**. Brasília: Teixeira, 2010.

CERRADO, LUGAR E POESIA: “E AÍ, VAMOS CONVERSAR?”

Rodrigo Capelle Suess

Universidade Estadual de Goiás - UnU Formosa

rodrigo.capellesuess@gmail.com

Rafael Gonçalves Bezerra

Instituto Federal de Goiás - Campus Formosa

ra.fagonalves@hotmail.com

Resumo

Neste artigo são expostas interpretações do Cerrado, a partir de poemas e poesias, sob a perspectiva de análise de uma categoria de análise da Geografia, o lugar. Inicialmente relacionamos a abordagem das Ciências Geográficas como vasto campo de estudos com as tessituras da literatura. Em seguida, apresentamos a contribuição que a categoria lugar propicia para contrastá-la com a descrição do Cerrado em versos, estrofes e rimas. Partimos da conjuntura do Cerrado, discutindo brevemente as especificidades deste importante bioma brasileiro. Por fim, analisa-se a representação do Cerrado em alguns poemas e poesias o bioma e a construção do lugar por indivíduos que o habitam, pois acredita-se que há uma infinidade de outros exemplos a serem analisados. Assim, as amostras aqui selecionadas, nos darão uma visão de como os poemas e poesias podem ser analisados pela Geografia e mostrar aos professores que elas podem ser um ótimo recurso didático para a leitura e estudos dos lugares e paisagens em sala de aula.

Palavras-chave: Geografia, Lugar, Cerrado, Poemas, Poesias.

INTRODUÇÃO

A leitura é uma de o sujeito social interpretar o mundo. Assim, é necessário analisar que o procedimento de aquisição da leitura demanda considerações importantes, como a de reconhecer que sua aquisição é um processo que se inicia pela leitura de mundo, com as interações feitas por meio da análise do mundo que nos cerca, sendo possível analisar por meio de inúmeros artificios, no qual os poemas e poesias poderão ser utilizados para a construção e reconstrução do saber geográfico.

O lugar é uma das categorias de análise da Geografia. A leitura do lugar se torna relevante, pois analisa o espaço que é vivido, construído e reconstruído por meio dos indivíduos na relação que cada um tem com espaço, dotando-o de significados e afetividade.

Este trabalho destacou outra forma de interpretar o lugar Cerrado, através de poemas e poesias. Assim, o lugar, categoria de análise da Geografia, adquire importância, pois as

percepções, experiências e memórias dos indivíduos são elementos fundamentais para a constituição e apropriação do lugar no saber geográfico.

Dessa maneira, foram escolhidos trechos ou versos de alguns poemas e poesias que exemplificam a leitura do Cerrado como lugar, ou seja, como um espaço dotado de significado, atribuído pelos indivíduos que ali vivenciou e vivencia. Eles foram encontrados em sites de busca variados. Essa pesquisa visa incentivar a contribuição para a construção do conhecimento em relação ao tema escolhido.

GEOGRAFIA E LITERATURA

Segundo Barcellos (2009), os textos literários se apresentam como um rico material a ser apreciado pela Geografia, pois eles evocam a alma dos lugares e o cotidiano das pessoas. Assim, pode-se colocar essa relação também com os poemas e poesias. Barcellos (2009) expõe ainda, que a literatura é uma renovação metodológica, visando que a Geografia hoje procure novas alternativas para compreender e entender o espaço, apesar de Brosseau (2007) alertar-nos que o interesse dos geógrafos pela literatura não ser novo, todavia, esses trabalhos se mantiveram, como coloca o autor, muito marginais e escassos até o início dos anos 1970.

Dardel (2011) visa outras possibilidades de estudo para compreender as tramas do espaço além da ciência, pois para ele a Geografia é maior e não pode se limitar. Segundo ele:

[...] Compreender a geografia não como um quadro fechado em que os homens se deixam observar tal como insetos de um terrário, mas como o meio pelo qual o homem realiza sua existência, enquanto a Terra é uma possibilidade essencial de seu destino (DARDEL, 2011, p.89).

Dessa forma, algumas áreas como a própria literatura, a música e a arte estão sendo valorizadas e sendo alvos de grande interesse na Geografia. Apesar desses estudos não serem recentes a Geografia Humanística, segundo Almeida (2009), vem dando novo fôlego a eles. As relações entre espaço natural e o social são vistas agora com insolubilidade, mantendo uma relação de simbiose (VALE, 2007).

As formas de ser e viver, de ver e conceber, de pensar e agir relacionadas com as tramas do homem no espaço, contidas em falas, nas músicas, poesias e poemas e na arte são um prato cheio para os geógrafos. De acordo com Corrêa & Rosendahl (2007), as obras que mais interessam são aquelas nas quais o espaço e o tempo não sejam meros panos de fundo, mas parte integrante da trama, insubstituível, sem os quais estas obras não poderiam ser construídas, tornadas inteligíveis e identificáveis.

Para Haesbaert (1997) falar em criatividade humana é falar em Arte. O dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, p. 64) define arte como “capacidade humana de criação e sua utilização com vistas a certo resultado, obtidos por diferentes meios [...]; Habilidade; engenho”. Haesbaert analisa a poesia com um caráter “revolucionário”, por não possuir valor de mercado e nem poder ser trocada, torna-se fruto de uma liberdade criadora.

Assim, poesias e poemas são artes, pois são formas de criação, e a sua utilização apesar de não possuir caráter estritamente técnico e econômico, se aplica na degustação que o homem

dá aos espaços e lugares. Ainda, “amamos, sofremos e podemos pelo menos na imaginação, expressar todos os sentimentos e todos os espaços do mundo” (HAESBAERT, 1997, p. 30).

No encaixe das poesias e dos poemas como arte, observa-se que sua criação ocorre por diversos meios, que transplantados para a subjetividade, oferecem uma gama de possibilidades de avaliar os meios que servem para o mesmo fim: expor em plenitude o que o homem pensa e quer falar para o mundo de suas percepções e concepções que envolvem tramas no tempo e no espaço, no qual o sentimento e a experiência são claramente pontos de partida.

Os meios são diferentes para os autores e atores, pois inicialmente se encontram em uma base espacial e temporal diferentes uns dos outros, e em realidades socioeconômicas antagônicas. Fatores de comunicação, relação, mobilidade, gostos, sentimentos e entre uma infinidade de características singulares, constituem em diversos fatores que podem determinar os meios para justificar o fim: a arte do pensar e declarar em versos e rimas.

Fazer poesias e rimas é uma habilidade e um ofício. Habilidade que, segundo Ferreira (2001, p. 359), significa “aptidão ou capacidade para algo” e engenho como “faculdade inventis”, “habilidade”. Apesar de todo homem ser um ser poético, essa definição se limita ao grupo daqueles que possuem essa habilidade, os quais têm percepção afluída e coragem de expressar suas opiniões sobre o mundo.

A poesia se define, segundo o dicionário Aurélio, como a arte de criar imagens, de sugerir emoções por meio de uma linguagem em que se combinam sons, ritmos e significados e também como “caráter do que emociona, toca a sensibilidade”. E poema como: “obra em verso ou não, em que há poesia” e também como “composição poética de certa extensão, com enredo” (FERREIRA, 2001, p.541).

Dessa forma, considera-se aqui, poesia com algo ligado à alma. Como nas definições de Bachelard (1985), a poesia é antes de ser uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da alma, a palavra alma pode ser dita poeticamente com tal convicção que anima todo um poema. O autor ainda relata a imaginação e criação de significados e o poema como obra da alma poética em materializar em palavras e versos seu estado poético.

Vaslmorbida (2007), através da análise das obras de Mario Quintana, escreve que a poesia instaura lugares capazes de resistir ao tempo e às demolições, transformando o espaço físico em espaço memória-devaneio, para que resguarde o sonhar poético. Para Gonçalves (2010) esses lugares, muitas vezes são lugares que existem na alma de seus criadores acabam passando a existir também na vida de que os lê.

Segundo Marinho (2010) a poesia é compreendida como objeto estético surgido de atos de objetivação do ser (homem) na relação com o existir (lugar), mediando à interação de ambos e realçando os valores. Nesta vivência, afirma o autor, por meio da geograficidade, a poesia constitui um processo de objetivação, que reflete no espaço de existência pela corporeidade que lhe dá os primeiros significados. Sua compreensão amalgama razão e emoção, promove ao sujeito uma sociedade compreensiva do mundo da vida.

Ainda segundo Marinho (2010), a poesia é uma maneira de conceber-se a si mesmo, da relação consigo e com o outro, além de expressá-la. Toda poesia consiste em comunicação, ela contém e é contida pelo espaço. Assim, os homens não se separam de seu lugar, do mesmo modo que não existem pessoas atemporais e não existem pessoas espaciais.

De acordo com Vale (2007) o poeta é um mensageiro, além de fingidor e cúmplice de uma época, que através do poema diz coisas ligadas ao sentimento íntimo da pessoa e à impressão

sobre as coisas em geral, como acontecimentos e situações vividas por determinado sujeito em circunstâncias às vezes singulares.

Para Bachelard (1985) a exuberância e a profundidade de um poema são sempre fenômenos da dupla: ressonância-repercussão. Por sua exuberância, o poema desperta profundezas nas pessoas. Assim, para que a ação psicológica de um poema ocorra, é necessário seguir duas linhas de análise fenomenológica: uma que leva às exuberâncias do espírito, outra que vai às profundezas da alma.

A LEITURA DO LUGAR NOS POEMAS E POESIAS

Leite (1998) afirma que para a Geografia, o lugar constitui-se em um dos seus conceitos-chave, mas mesmo com as amplas reflexões realizadas a cerca do seu significado, é possível afirmar que este é o conceito menos desenvolvido neste campo do saber geográfico.

É necessário entender o significado do conceito lugar para a Geografia. Assim, Tuan (1975, p. 152) define que “lugar é um centro de significados construído pela experiência. Trata-se, na realidade, de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro”.

A leitura é a ferramenta por excelência para a compreensão do mundo. Por meio da leitura, o homem pode descobrir o mundo e a si mesmo num processo de descortinamento de horizontes antes não vistos e uma assunção de postura diante dos fatos e discursos experienciado no cotidiano. De acordo com Freire (2001, p. 261):

Entendendo-se aqui como ‘leitura do mundo’ a ‘leitura’ que precede a leitura da palavra e que perseguindo igualmente a compreensão do objeto se faz no domínio da cotidianidade’. A leitura da palavra, fazendo-se também em busca da compreensão do texto e, portanto, dos objetos nele referidos, nos remete agora à leitura anterior do mundo.

Por essa afirmação, entende-se que é através da leitura que se pode compreender uma mensagem a ser transmitida ou observada, ou seja, a partir da leitura de mundo que será delineada posterior compreensão daquilo que se propõe ler, sendo um elo entre leitor e objeto.

A Geografia, ciência e disciplina escolar, pretende estudar os fenômenos que ocorrem na sociedade e no meio ambiente, sejam eles naturais ou sociais, e também a interação entre os mesmos. Vários poemas e poesias relatam essa interação homem e meio, por isso a necessidade de se estudar esses versos na visão geográfica.

Vale (2007, p. 275) expõe que “parece algo inusitado querer estabelecer relações entre poesia ou poema e a Geografia e vice-versa. O poema diz coisas ligadas ao sentimento da pessoa e a impressão sobre as coisas em geral”. Nessa singularidade expressa pelo autor, os poemas estão ligados ao sentimento, o qual se pode estabelecer que o sentimento da pessoa é o ponto chave para o estudo e leitura do lugar, ou seja, os poemas e a leitura minuciosa destes, é importante ferramenta para a compreensão dos lugares dotados de valores e referenciais.

Nesta perspectiva, a construção e a reconstrução do saber geográfico ocorrem por meio de versos e estrofes, pois estes são recursos que podem ser utilizados pela Geografia para

representação do próprio espaço, por meio de variados artifícios que podem engrandecer o entender sobre o mundo.

A dimensão territorial do Brasil faz com que apareçam inúmeras particularidades distribuídas nas diferentes regiões, estados e cidades, no qual cada indivíduo irá imprimir sua marca. O Cerrado, bioma brasileiro, localizado em boa parte do território nacional, não foge dessa regra, sendo o lugar a categoria de análise da Geografia que melhor possibilita a leitura dessas particularidades, ou seja, do próprio mundo vivido.

Portanto, torna-se imprescindível perceber que esta categoria de análise, que tem sido alvo de inúmeras interpretações ao longo do tempo, entre os mais distintos ramos do conhecimento, contribui de forma particular para a compreensão da experiência com o mundo vivido.

O BIOMA CERRADO

O Cerrado é um quatro dos biomas do Brasil, formando um conjunto de ecossistemas com cerca de 2.000.000 km², o que equivale a 24% do território brasileiro. Está compreendido, principalmente, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais e no Distrito Federal, São Paulo, Rondônia e São Paulo, ocorrendo também no Amapá, Amazonas, Pará e no Paraná, em áreas isoladas (SANO; ALMEIDA, 1998).

No domínio do Cerrado predomina uma vegetação heterogênea tropical, semelhantes às savanas. A biológica é estimada em 160.000 espécies de plantas e animais, o que corresponde a 5% da flora e fauna mundiais (DIAS, 1992).

Segundo Assad (1994) a chuva localizada em áreas do Cerrado, apresenta algumas características bastante particulares, principalmente quanto à sua sazonalidade e quanto às grandes flutuações na precipitação mensal. Além disso, os Cerrados, afirma ele, bem como toda a zona intertropical, são afetadas por períodos de interrupção de precipitação, que ocorrem durante a estação chuvosa, denominadas veranicos. Outra importante característica das chuvas nos Cerrados é a sua intensidade, que pode atingir valores bastante altos durante a estação chuvosa.

No bioma em questão é reconhecida a existência de muitas nascentes que compõem algumas das principais bacias hidrográficas da América do Sul, como a do São Francisco, Tocantins-Araguaia e Prata.

Outra característica marcante do Cerrado, segundo Conti & Forlan (2011), são os solos, naturalmente pobres em nutrientes, devido a sua origem associada a depósitos sedimentares antigos, além de possuir alta concentração de alumínio, o que acaba interferindo na capacidade de troca catiônica, justificando a sua toxidade para a maioria das plantas, em resalva as utilizadas na agricultura. Portanto, os solos do Cerrado não é um solo propício para a agricultura naturalmente, e graças as pesquisas realizadas principalmente nos anos 1960 e 1970, foi possível a expansão e a viabilização da agricultura no Cerrado. Entre as técnicas desenvolvidas, a correção do solo pelo método da calagem é um dos principais responsáveis por essa viabilização.

Reconhecido como um dos 25 locais de alta biodiversidade (*hotspots*) mais ameaçados da Terra (MYERS, 2002), este rico bioma está sendo descaracterizado pela ação antrópica para dar lugar a diversas formas de exploração econômica, mormente a agricultura e a pecuária, além das

queimadas criminosas, expansão urbana desenfreada e desmatamento. Este, inegável problema ambiental contemporâneo em todo o Globo, responde pela devastação anual aproximada de 2,6 milhões de hectares, processo que tende, até 2030, reduzir a apenas 5% da área original do Cerrado (VALENTE, 2006).

Nesse diapasão, inegável também é a diversidade étnica e cultural entre as populações humanas que vivem há vários milênios nesse bioma. Devido à riqueza da flora e fauna, muitas delas servem como base para a alimentação, medicamentos, dentre outros. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2013), cerca de 25 milhões de pessoas habitam o Cerrado, dentre os quais muitas populações utilizam os recursos disponibilizados pelo bioma para a subsistência, incluindo etnias que detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. É por meio da percepção das pessoas que vivem, desenvolvem suas relações sociais, dependem dos recursos, interpretam e reinterpretam a dinâmica do Cerrado que diversas leituras podem ser realizadas e, posteriormente, são escritas em versos e estrofes, expressão de arte pautada no Cerrado.

AS POESIAS QUE RETRATAM O CERRADO

Nada melhor do que começar com a descrição sintética e elegante do poeta brasileiro Nicolas Behr a respeito do Cerrado, para ele “nem tudo que é torto / é errado / veja as pernas do garrincha / e as árvores do cerrado”. O autor em poucas palavras busca tirar o sentido de errado de coisas “tortas”, no sentido de eliminar o rótulo e estereótipo que esse adjetivo possui. As pernas de Garrincha que tanto brilhou pela seleção Brasileira ao lado do Cerrado, um dos maiores e mais ricos biomas brasileiros, são dados como exemplo de coisas “tortas”¹. Assim, as pernas do jogador de futebol Garrincha, e as árvores tortuosas do bioma Cerrado são características que particularizaram cada um desses seres, se entendendo que essas características são indissociáveis desses objetos, eliminá-los seria descaracterizar a personalidade de cada um. Porém o que se pretende mostrar aqui, que o cerrado não pode ser reduzido a uma imagem estereotipada de ambiente de árvores tortas, pobres e sem nenhuma diversidade.

Entende-se a palavra “estereotipada” segundo o dicionário Aurélio (1), o dicionário Michaelis (2) e o dicionário Houaiss (3), “o que é sempre o mesmo, que não varia”¹, “falta de originalidade ou de individualidade”² e “fixo, parado; inalterável”³. A palavra é derivada do termo “estereótipo” que pode ser definido como “clichê, chavão”¹, “imagem mental padronizada, refletindo uma opinião demasiadamente simplista”², “formado de ideias preconcebidas e alimentado pela falta de conhecimento real sobre o assunto em questão”³ e também “ideia ou convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou algo, resultante de expectativa, hábitos de julgamento ou faltas generalizações cf. preconceito”³. A palavra chavão um dos sinônimos de estereótipo e definida como “sentença ou provérbio muito batido pelo uso”¹, “modelo, tipo, padrão”² e também como “modelo adotado pelo senso comum; norma”³ (FERREIRA, 2009; MICHAELIS, 1998; HOUAISS & VILLAR, 2001).

Dessa forma, o professor poderá utilizar esse poema para buscar desmitificar a imagem estereotipada do Cerrado com suas “árvores tortas” como errado. Pois, como afirma Behr

¹ Eliminando aqui todos os tipos de preconceito e estereotipia que esse trabalho não deseja passar, ao contrário procura quebrar qualquer forma de estereótipo e preconceito.

nem tudo que é torto é errado. Os melhores artifícios para que isso aconteça é o diálogo entre professores e alunos, mas também desses com o próprio ambiente em que moram, principalmente se ele for o Cerrado. Segundo Castellar (2010, p. 45) “a aprendizagem será significativa quando a referência do conteúdo estiver presente no cotidiano da sala de aula, quando se considerar o conhecimento que a criança traz consigo, a partir de sua vivência”.

Sendo assim, o mundo vivido dos alunos poderá ser palco de ponto de partida para os alunos conhecerem melhor o Cerrado ou qualquer outro bioma brasileiro ou mundial. A medida que se parte desses conhecimentos o professor poderá inserir os conteúdos científicos de níveis locais a globais para que se faça um balanço entre esses, eliminando assim os preconceitos a medida que se insere novas informações, se escutam diversos sujeitos envolvidos e se reflete o objeto de estudo para além de sua lateridade, ou seja se enxergar o Cerrado não apenas por uma característica, por uma redução incompleta, mas busca vê-lo por todos os lados em suas múltiplas determinações.

Em outros versos, Nicolas Behrs, tenta denunciar a agressão com o Cerrado e quase fadidamente se despede dele ao passo que os “fazedores de desertos” se aproximam:

olhos cerrados / abertos / para ver certos / cerrados / certos / e certos / desertos / errados / (o deserto certo / chora areia) / os fazedores / de desertos / se aproximam / e os cerrados / se despedem / da paisagem / brasileira / uma casca grossa / envolve meu / coração.

Assim ele descreve uma visão que está quase vedada, escura, mas de olhos abertos, um bioma que talvez para muitos se mostre como próximo ao deserto, infértil, algo para ser transformado. Porém o autor destaca que os verdadeiros desertos choram areia, contrapondo a ideia que o Cerrado poderia ser comparado com o deserto, afinal o Cerrado ao contrário desse, chora vida, água e diversidade.

Essa imagem do Cerrado como algo infértil foi e é uma imagem repassada pelo capital e por suas forças. Este tipo de imagem desse bioma e principalmente o espaço que ele ocupa deveria ser ocupado por outras culturas que se mostrassem produtivas para a sociedade, a sociedade carece de alimentos, dessa forma o espaço que o Cerrado ocupa, se utilizado corretivos no solo, que são corretivos para atender culturas advindas de outras partes do planeta com solos e climas totalmente diferentes, poderia oferecer alimento para boa parte da sociedade. Esses corretivos fazem com que o solo do Cerrado se adapte à essas culturas e não, necessariamente, que essas culturas se adaptem ao Cerrado.

Pode-se colocar o agronegócio e não propriamente as técnicas desenvolvidas pela Revolução Verde, mas a intencionalidade que essas técnicas são utilizadas, como vilãs do Bioma Cerrado. Sabe-se que a produção agrícola apropriada pelo agronegócio brasileiro está longe de alimentar a população local do país ou de outros países carecidamente necessitados. Mas sim, alimentar o próprio agronegócio em subtratos complementares, como é o caso da ração, e o capital, destinando quase toda sua produção para o mercado externo, soja, cana-de-açúcar e carne bovina são os principais produtos exportados pelo agronegócio brasileiro. Talvez o autor tenha apelidado “fazedores de desertos” devido à intensa perda de solo ocasionada pela agricultura moderna todos os anos, o que vem causando a sanilização dos solos e por consequência a desertificação. Não se pretende aprofundar essas questões aqui nesse trabalho,

mas alimentar uma discussão que possa dar subsídios à uma forma de interpretar o pensamento de Nicholas Behrs.

Segundo Santos (2011) existe um desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas, o que não resultaria na morte do Estado, mas em seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais (no qual o agronegócio se encaixaria) em detrimento aos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difíceis. Talvez seja nessa perspectiva que o autor se mostre pouco amistoso com a aproximação dos “fazedores de desertos”, despedindo do Cerrado da paisagem brasileira, devido à um estado cada vez mais estático com os interesses da população e a conservação de suas riquezas naturais, em contrapartida cada vez mais aliado aos interesses do capital e seus agentes. Fazendo analogia com uma característica das árvores do Cerrado, Behrs finaliza seus versos dizendo que “uma casca grossa / envolve meu / coração”. Dando um sentido de quase nostalgia, e eterna lembrança de um bioma que aos poucos parece desaparecer em selvas de pedras e selvas de verdes sojas.

Lande Bomfim descreve em versos simples um pouco do Cerrado em seu poema *Ipês do cerrado*:

Umidade pouca no ar campestre / Árvores secas, ipês se despem / Esta é a paisagem do
nosso cerrado / Cercado de águas emendadas / De nascentes, cachoeiras, / Encadeados
pelo mais belo pôr-do-sol e luar / Que em outro lugar não há. / E temos ainda muitas
sucupiras / Pequiizeiros e Jatobás / Que com força e resistência da natureza / Estão sempre
a desabrochar / Na primavera os ipês/ florescem em meio ao campo não plantado / E
traz uma magia e fascínio / Uma dádiva da natureza / Ao nosso encantado cerrado. /
Flores de vida pequena / no meio da seca, de tanta aridez / Em outubro cai a chuva
novamente / Nos planaltos e planícies / Reavivam o verde-louro do capim dourado /
E amanhecemos com o canto da Juriti, do sabiá e bem-ti-vi / E é assim também nossas
vidas / Amores que explodem / Mas que são curtos / E se vão deixando lembranças /
Momentos inesquecíveis / Paixões que foram flores, amarelas, roxas, lilás / No cerrado
dos nossos corações / No imenso vazio da saudade.

O autor ressalta algumas das principais características do Cerrado, como a baixa umidade, um dos principais problemas enfrentados no período de seca. Árvores secas, apesar de na época seca a maioria das árvores não secarem como as do bioma Caatinga. Destaca o Cerrado por ser um ambiente de águas emendadas, fruto de boa parte dele se localizar no Planalto Central brasileiro no qual se encontra as principais nascentes dos rios brasileiros, cita cachoeiras o que nos dá a ideia de se localizar em um ambiente de planaltos. Espécies de plantas e animais são lembradas nos versos, sucupiras, pequiizeiros, jatobás e ipês são espécies de árvores lembradas como fortes e resistentes, pássaros como o juriti, sabiá e bem-te-vis também são lembrados. O autor ainda ressalta outubro, mês que comumente se encerra o período seco e se inicia o chuvoso, como um mês no qual o verde do capim dourado renasce, os pássaros cantam e os amores explodem, dando um sentido de festa e prosperidade para o bioma que renasce após as chuvas.

Porém, o que se chama mais atenção são os sentimentos expostos pelo autor o que indicia que o Cerrado, não o Cerrado por inteiro, mas o Cerrado que o autor experimentou e faz parte do mundo vivido, se constitua em um lugar para ele. Ao realizar a analogia da maçã

com os lugares vividos, segundo Bachelard (1978), os homens não vivem a completude de uma cidade ou país, nesse caso o homem não vive a completude do bioma, dessa forma se vive fragmentos do território da cidade, do país, do bioma. Podem ser comparados com sementes na imensidão de todo o fruto da maçã, porém quando colocados no mapa, germinam afeição por todo o território.

As palavras nosso, belo, força, resistência, primavera, florescem, magia, fascínio, dádiva da natureza, encantado, flores de vida, Amores, nossas vidas, lembranças, momentos inesquecíveis, paixões, corações, saudade, acabam marcando o Cerrado com um espaço dotado de significado, vivenciado, refletido e eternizado na memória do autor. Essas palavras marcam os sentimentos de valor atribuído ao longo da vida com o lugar Cerrado. É possível que outras pessoas desenvolvam e compartilhem os mesmos significados, mas a complexidade de todos eles acabam sendo algo particular de Lande Bonfim. Ele descreve características “Que em outro lugar não há”, finalizando seus versos com a seguinte declaração “No cerrado dos nossos corações / No imenso vazio da saudade”.

Em seu poema, *O Cerrado...*, Luciano Spagnol relembra o Cerrado com nostalgia:

À sombra do pequizeiro / Delirei a vida a sonhar / No uivo do guará faceiro / Chora o meu recordar / Nos galhos tortuosos / Brotam as saudades / De cheiros maravilhosos / De infância, alacridades / Tem gosto de gabirola / Aridez do sol a rachar / Vigor doce de mangaba / Buritis a nos sombrear / Constrói o João de Barro / Nostalgias em todo lugar / O vaga-lume tão bizarro / Ilumina o meu poetar / O horizonte é sem fim / Onde põe a lua a repousar / Lobeiras talham o jardim / Das savanas a enfeitar / A arapuá em sua cabaça / Ornam o beiral do passado / Ipês em flor pura graça / Desenham o meu cerrado...

Spagnol, volta em sua infância e a partir daí atribui os significados construídos até o momento da escrita, uma forma de eternizar esse lugar, transportando para além de suas dimensões físicas, povoando também o mundo dos leitores, tornando para esses, um lugar mítico, concebido por esse autor. Segundo Tuan (1983):

[...] as categorias perceptivas do adulto são de vez em quando impregnadas de emoções que procedem das primeiras experiências. Estes momentos do passado, carregados de emoção, às vezes são captados pelos poetas. Como instantâneos naturais extraídos do álbum de família, as suas palavras nos lembra uma inocência e um temor perdidos, uma proximidade de experiências que ainda não sofreu (ou se beneficiou) do distanciamento do pensamento reflexivo (p. 23).

Essa reflexão liga-nos diretamente com o poema de Spagnol, que recorre a lembranças de um passado que ainda não saiu da cabeça. O Cerrado, espaço vivido, é identificado no poema por suas características, à sombra do pequizeiro e do buritizeiro, o uivo do guará, os galhos tortuosos, os aromas do Cerrado, a gabirola ou guarairola, o sol forte, a mangaba, o pássaro João de Barro, o Vaga-lume, os Ipês e todos os sentimentos desenvolvidos naquele espaço que acaba mitificado na lembrança e agora em letras, para o autor a junção dessas, “desenham o meu (seu) cerrado...”

Já o poema, *O Cerrado* de Antonio Miranda, demonstra esse bioma como um espaço a ser explorado, cheio de mistérios e riquezas:

Antes era o Cerrado / desterrado / no planalto insondável / ou indomável, / era a vastidão ondulante / e enorme. Inescrutável. / Informe a terra aos seus desígnios, / buritis errantes sobre os ermos / charcos isolados, / plantados sob nuvens passageiras. / Nuvens como plumagens derradeiras / chovendo a intervalos. / Interstícios, vestígios vegetais. / Redemoinhos elevam-se / nos horizontes minerais / sinais montes trilhas. / Jamais. / Um resto de umidade/ no ar, / flores secas / queimadas / lambendo horizontes / reiteradamente. / Do alto/ desde Planalto Central / mil vertentes, entranhas,/ cavernas de luzes escondidas, / animais. / Dessas águas emendadas / nas direções dos pontos cardeais / em demanda de todos os brasis. / Infinitos./ Riachos temporários, subterrâneos, / Pedregosos, resvaladouros, solitários. / Solo de bandeirantes, / retirantes. / Dos encontros impossíveis, / das monções e / entradas ancestrais, / dos refúgios e abandonos. / Haveremos de rever / a sua rochosa ossatura, / registros prematuros de Varnhagen. / Visões e revisões / Geopolíticas. / Sertões. / Nesses paralelos de mel e de leite / da Terra Prometida. / Nos confins de serras cristalinas, / meridianos estivais, / paisagens marinhas de artifícios,/ como ondas petrificadas, / sacrifícios. / Passagens nacionais / em todas as direções: / tropeiros, mascates, / garimpeiros. / Passa um, passa boiada, / passa tempo / cavallhada / cavaleiros coloniais. / Goiás. Brasil.

Antes de discutir a relação exposta nesse poema, se é necessário discutir a visão de Tuan (1983) a respeito do espaço enquanto sinônimo de liberdade:

O espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto; sugere futuro e convida à ação. Do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça. Um dos sentidos etimológicos do termo *bad* (“mau”) é aberto. Ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável. O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. O espaço fechado e humanizado é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e de lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade (p. 61).

Nesse sentido, no poema de Miranda, apresenta o Cerrado com um espaço a ser domado, um espaço pouco explorado que se perde na imensidão do horizonte. O autor colocou a imposição das nuvens e chuvas a intervalos, ou seja, com chuvas sazonais e com épocas definidas, redemoinhos, baixa umidade, flores secas e queimadas e ainda um solo que resguarda cavernas de luzes escondidas e animais, colocando assim, a imposição de um meio ambiente que se aparece pouco amigável, mas que não deixa de ser uma terra prometida. A relação de espaço e lugar é constantemente levantada, a necessidade de explorar e ao mesmo tempo encontrar uma pausa no movimento que lhe garanta segurança e lhe traga benefícios, são constantemente cogitadas.

O autor ainda destaca o Cerrado por ser um manancial de águas, que irradia em todas as direções do Brasil, com alguns riachos temporários e subterrâneos. Além disso, Miranda descreve a historicidade que envolve o espaço que o Cerrado ocupa, destacando as bandeiras,

os retirantes, Varnhagen, os tropeiros, os mascates, os garimpeiros, a boiada, a cavallhada e os cavaleiros coloniais. O Autor aos poucos vai construindo tramas geográficas, “registros prematuros de Varnhagen / visões e revisões / Geopolíticas”. Envolvendo aspectos do visível com a imaginação e a subjetividade, descreve perfeitamente uma parte do relevo do qual o Cerrado ocupa: “Nos confins de serras cristalinas, / meridianos estivais, / paisagens marinhas de artifícios, / como ondas petrificadas, / sacrifícios.”

Observa-se que muitas desses materiais, apropriando-se das ideias da geógrafa humanística Courtice Rose, citada por Mello (1990), são passíveis de serem interpretados e escondem fatores geográficos, como coloca Rose, as palavras ou versos permitem múltiplas interpretações, qualquer texto (signos, símbolos, textos verbais ou não, linguagem gestual e outros) pode ser objeto de estudo da Geografia Humana no qual a hermenêutica e a fenomenologia constituem-se em importantes ferramentas para esse trabalho.

Deve-se colocar que esse estudo não pretendeu-se esgotar a análise sobre o tema, nem em quantidade de poemas e poesias, nem em qualidade dos versos analisados. O que buscou-se aqui foi resgatar um tema que está sendo pouco lembrado por nós geógrafos, o de explorar e abstrair dos textos e expressões literárias e poéticas fenômenos geográficos, que por sinal não é menos importante que outro estudo que a Geografia se apropria para ler o espaço.

PARA NÃO CONCLUIR...

Várias composições fazem homenagens a lugares, que foram e são seus lares, nos quais viveram, abrigaram, se protegeram e projetaram-se para o “mundo”. É no espaço que os escritores-autores encontram a gênese da inspiração, através de observações e a interiorização de características de seu meio social e natural se encontra a matéria prima para sua criação, que por fim acabam sendo expressas por meio de versos, estrofes e rimas.

Utilizou-se o reconhecimento do lugar Cerrado, como um local de significados, com histórias e afeições, construídas por meio das experiências do homem com o meio.

Segundo Mello (2005, p.1) “os laços de afetividade que ligam o homem ao lugar provocam relatos verbais e escritos dos cidadãos comuns, artistas, poetas e intelectuais”. O que quer se mostrar nesse trabalho, que também nas coisas mais simples, arraigadas de senso comum e de certa forma despreocupada com os rigores da ciência, como as músicas tradicionais e regionais, também podem ser alvo de estudos e podem revelar fatores geográficos não encontrados na academia, nos livros e nos meios de comunicação.

A literatura sobre os lugares deve ser utilizada para estudar os referenciais pessoais de cada ser humano, manifestados no lugar de cada um, sendo o mesmo, o espaço imediato das relações humanas. Através deste arranjo, estabelece as relações de afetividade que o escritor quer transmitir para o leitor dos seus poemas.

É importante perceber que a leitura e a interpretação dos lugares são dotadas de sentidos, referências e afetividades, sendo uma ferramenta metodológica para a ciência geográfica. Assim, a utilização de poemas e poesias como artifício para ler o mundo vivido se torna relevante, neste caso, revelando experiências construídas do homem com o Bioma Cerrado, nesse processo identifica-se informações, características e valores que podem ser facilmente apropriados para o processo de ensino-aprendizagem.

Poemas e poesias que expõem os valores construídos entre indivíduos e meio ambiente, no caso o Cerrado, são importantes auxiliares para a promoção de um ensino que permita o aluno desenvolver novas formas de raciocínio e de valorização de sua própria cultura. Assim, se constitui uma concepção de ensino e aprendizagem que, de forma interdisciplinar, faz com que o aluno possua uma visão holística do seu lugar, dando subsídios assim, para se compreender os lugares globais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Geografia e Literatura - A poética dos cantos sertanejos de patativa do Assaré. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montevideu. **Anais**. Montevideu: Universidad de la República, 2009.

ASSAD, E. D.; SANO, E. E.; MASUTOMO, R.; CASTRO, L. H. R.; SILVA, F. A. M. Veranicos na região dos Cerrados brasileiros frequência e probabilidade de ocorrência. In: ASSAD, E. D. (Coord.) **Chuva nos Cerrados**. BRASIL/EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/ Centro de Pesquisa Agropecuário do Cerrado. Brasília: Embrapa-Cpac, 1994, 423 p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARCELLOS, F. R. Espaço, lugar e literatura: o olhar geográfico machadiano sobre a cidade do Rio de Janeiro. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 41-52, jan./jun. de 2009.

BROSSEAU, M. **Geografia e literatura**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, 150 p.

CASTELLAR, S. M. V. Educação Geográfica: Formação e didática. In: MORAIS, E. M. B.; MORAES, L. B. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: Nepeg, 2010.

CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geoeologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, J. L. S.(Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2011.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Literatura, música e espaço: uma introdução. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, 150 p.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Werter Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011, 173 p.

DIAS, B. F. de S. Cerrados: uma caracterização. In: _____. (Coord.). **Alternativa de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: Ibama, 1992, p. 11-25.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio** - minidicionário de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação Mariana Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. Curitiba: Positivo, 2009.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001.

GONÇALVES, L. F. **O estudo do lugar sob o enfoque da Geografia Humanista**: um lugar chamado Avenida Paulista. 2010, 266 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2010.

HAESBAERT, R. Território, Poesia e Identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 17-29, 1997.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEITE, A. F. O Lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** (UFRJ. Impresso), Rio de Janeiro, v. 21, p. 8-19, 1998.

MARINHO, S. C. **Um homem, um lugar**: Geografia da vida e perspectiva ontológica. 2010, 335 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia Humana, São Paulo, 2010.

MELLO, J. B. F. Certos Versos e Múltiplos Tons sobre Lugar, Amizade e Identidade no Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, 1, Londrina, 2005. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005.

MELLO, J. B. F. Geografia Humanística: A perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 52 (4), out./dez. 1990, p. 91-115.

MICHAELIS: **moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MYERS, N.; MITTERMAYER, R. A.; MITTERMAYER, C. G.; FONSECA, G. A.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios pra planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009, 208 p.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de. **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina (DF): Embrapa, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: BestBolso, 2011, 143 p.

SOBRINHO, H. C.; SUESS, R. C.; ALMEIDA, S. A. Ensino e aprendizagem através do mundo vivido. In: Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino, 5, 2013, Goiânia. **Anais**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 93, 2001.

TUAN, Y. T. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983, 250 p.

_____. **Place**: an experiential perspective. *Geographical Review*, v. 65, n. 2, p.151-165, 1975.

VALE, J. M. F. Geografia e poesia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 8, n.219, p. 274-290, maio/ago. 2007.

VALENTE, C. R. Caracterização geral e composição florística do Cerrado. In: GUIMARÃES, L. D.; SILVA, M. A. D. da; ANACLETO, T. C. **Natureza viva Cerrado**: caracterização e conservação. Goiânia (GO): Editora da UCG, 2006. 211p.

VASLMORBIDA, N. M. **Uma Leitura do espaço da casa na obra de Mario Quintana**: um convite ao devaneio. 2007, 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Cruz, Santa Cruz, 2007.

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE RIO QUENTE E A CONSOLIDAÇÃO DE CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO NA REGIÃO GOIANA DAS ÁGUAS QUENTES

Debora Rodrigues das Neves
UEG/Campus Morrinhos
deboraneves_dede@hotmail.com

Magda Valéria da Silva
UEG/Campus Morrinhos
UFG/Regional Catalão
magdaueg@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa denominado “Circuitos espaciais dos principais empreendimentos turísticos na região goiana das Águas Quentes: estudo sobre as cidades de Caldas Novas e Rio Quente”. Cujo foco consubstancia-se em pesquisas realizadas apenas em Rio Quente/Goiás. O artigo objetiva compreender os processos e dinâmicas que possibilitaram a formação de espaços de fluxos materiais e imateriais neste município, a partir das redes geográficas e dos circuitos espaciais da produção estabelecidos pelos empreendimentos turísticos, que foram atraídos pelo potencial hidrotermal dessa localidade. Especificamente, almeja destacar os impactos sócioespaciais do turismo hidrotermal em Rio Quente; apontar os principais e maiores empreendimentos e seu potencial transformador; levantar a estrutura hoteleira, de lazer e entretenimento e sua capacidade de atrair turistas para este município. Metodologicamente, as reflexões teóricas baseiam-se em leituras bibliográficas, com foco conceitual para circuitos espaciais da produção, redes geográficas, espaço urbano, agentes sociais, Turismo, outros; ainda apresenta análises de dados e informações obtidos através de levantamentos estatísticos e de pesquisas de campo. Para tanto, este artigo traz abordagens sobre o papel e importância da atividade turística e de seus empreendimentos no processo de produção e reprodução do capital no espaço urbano em Rio Quente.

Palavras-chave: Turismo; Circuito espacial da produção; Redes geográficas; Agentes sociais.

1) INTRODUÇÃO:

Este texto apresenta resultados parciais do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Circuitos espaciais dos principais empreendimentos turísticos na região goiana das Águas Quentes: estudo sobre as cidades de Caldas Novas e Rio Quente”², cujo foco analítico

² Proposta investigativa vinculada ao projeto de pesquisa: “*História, Modernização, Urbanização e Turismo na região das Águas Quente (1960-2010)*”, aprovado pelo Edital 008/2010 (Programa de Políticas Públicas no Estado de Goiás-Desenvolvimento do Turismo), da Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás (FAPEG). Projeto de pesquisa em andamento (vigência de agosto/2012 a julho/2014).

se dá somente para as atividades turísticas desenvolvidas no município goiano de Rio Quente. Assim, compreender os processos e dinâmicas que possibilitaram a formação de espaços de fluxos materiais (pessoas, produtos etc.) e imateriais (normas, capitais, informações etc.) neste município, a partir da estruturação de circuitos espaciais da produção formados pelos empreendimentos turísticos (redes de hospedagem, agências de turismo, promotores imobiliários, parques aquáticos, **comércios, serviços, entre outros**), atraídos pelo potencial natural das águas quentes dessa localidade, é o objetivo central que norteia a discussão subsequente.

Nesse caminho, identificar as redes estabelecidas pelos empreendimentos turísticos sediados localmente com o território nacional e quiçá internacional; apresentar quais são os maiores grupos turísticos instalados em Rio Quente e a capacidade destes em atrair turistas, assim como destacar os impactos socioespaciais da atividade turística hidrotermal local, também são análises apresentadas neste texto.

Em termos metodológicos, as reflexões teóricas baseiam-se na literatura geográfica, com foco para os conceitos de circuitos espaciais da produção, redes geográficas, além do entendimento e reflexões sobre o espaço urbano, agentes sociais e Turismo. Ainda apresentados dados e informações obtidos através de levantamentos estatísticos e de pesquisas de campo, proveniente de entrevistas realizadas com diretores de empreendimentos e agentes sociais atuantes no desenvolvimento do Turismo local.

A discussão a seguir traz informações sobre o Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento, a rede de hospedagem, os agentes sociais - Estado e promotores imobiliários - com o fim de compreender a importância do papel e as contribuições destes para o processo de produção e reprodução do capital neste município.

Portanto, as atividades turísticas realizadas em Rio Quente apontam para reflexões sobre as transformações socioespaciais empreendidas localmente a partir da instalação de empreendimentos turísticos que usam e exploram economicamente suas águas termais - para fins de lazer e entretenimento - e contribuem para a reprodução e acumulação de capitais.

1. UM OLHAR GEOGRÁFICO PARA O TURISMO: DAS REDES GEOGRÁFICAS AOS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO

Com o advento do desenvolvimento técnico-científico, o capitalismo cria a necessidade do consumo de massa, seja de bens materiais ou imateriais. Nesse escopo, o lazer, o entretenimento e a diversão tornam-se atividades a serem desenvolvidas nos momentos de folga do trabalho e das férias da população em geral. Nesse caminho, o Turismo se torna um fenômeno complexo e dinâmico e, ainda, ganha espaço no cotidiano, passando a ser uma atividade respaldada não apenas no descanso, mas também em bases capitalista, que visa rentabilidades financeiras, consequentemente, transforma o espaço onde se insere.

É nesse limiar que a “Geografia do Turismo” emerge nos últimos anos no seio da ciência geográfica por meio de uma perspectiva humanista e fenomenológica, que busca enfocar estudos sobre o Turismo e aspectos decorrentes. No entanto, as reflexões abordadas neste texto são pautadas nas perspectivas econômica e urbana e buscam entender o processo de acumulação de

capital, as transformações sócioespaciais, as redes formadas pelos empreendimentos turísticos e respectivos grupos empresariais, assim como o papel dos agentes produtores do espaço urbano (Estado, proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários e proprietários fundiários) em Rio Quente.

Cabe ressaltar que o Turismo no contexto atual necessita dos fluxos materiais e imateriais e dos fixos (edifícios, rodovias, aeroportos e outros) para atender as necessidades dos turistas. Assim, a atividade turística cria e (re)cria novos significados, novas estruturas e processos, muda o sentido do lugar, reformula as velhas formas espaciais e proporciona novas funções ao espaço. Para Torres e Silvério (2009, p. 177):

O Turismo cria significados para o espaço, com o objetivo de atrair os turistas, mas não transforma o espaço sozinho ele depende de um conjunto de relações que envolvem outros setores e outras atividades para se desenvolver. É possível dizer que o Turismo se apropria de elementos contidos no espaço e lhe atribui um valor que será transformando em produto turístico e será (re) organizado e inserido dentro de uma tipologia do Turismo que pode ser de: Turismo rural, cultural, ecológico, técnico-científico, entre outros, para finalmente tornar-se o produto final a ser comercializado.

A produção do espaço se dá através de diversos agentes ou atores sociais, como: promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, o Estado e os grupos sociais excluídos. De acordo com Corrêa (2011, p. 43) essa produção: “É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Assim, a produção do espaço sob a perspectiva turística também é realizada por esses agentes sociais, cujas ações redundam em processos sociais com escalas geográficas diferenciadas.

Nesse caminho, esses agentes sociais contribuem para que esse espaço seja produzido de acordo com os ditames do Turismo sob o imperativo capitalista. Portanto, a discussão do papel e atuação especialmente do Estado e promotores imobiliários em Rio Quente, são questões que serão detalhadas a seguir.

A produção do espaço a partir da atividade turística permite entender os fluxos a partir dos fixos, em que o espaço urbano aparece como um atributo indispensável à atuação do capital que produz vida e cultura urbanas em num novo ritmo – fluidez. Assim, o Turismo se insere nesse espaço fluído em que as relações local-global e regional-global se materializam nos lugares através de articulações entre os lugares e regiões com a globalidade. Estas relações se consolidam, de um lado, pela presença de estabelecimentos turísticos com capital de origens diversas e; de outro, pelo fluxo de pessoas em busca de lazer e entretenimento (COSTA, 2010).

Em Rio Quente a atividade turística tornou-se a maior fonte geradora de divisas, tornando-se a mola propulsora de sua economia, devido à presença de empreendimentos turísticos, que o insere em uma nova lógica ligada ao capitalismo moderno, em que as relações globais/locais **são engendradas no espaço urbano por meio dos fluxos materiais e imateriais e dos fixos, como afirma** Costa (2010, p. 35):

Devemos apreender a cidade através de sua estética original ou transformada por novas lógicas do capital, conjuntamente com a sociedade em processo de transformação, o

que a torna um lugar que representa o mundo, uma parte organizada e que interage com o todo, sobretudo, através da atividade turística, enquanto produto moderno do capitalismo.

Para tanto, a análise teórica destas questões se dará através do uso dos conceitos de redes geográficas e circuito espacial da produção. Acredita-se que estes dois conceitos possibilitam compreender por meio de uma perspectiva da economia urbana, os processos, dinâmicas, relações, normas, comandos e ordens promovidos pela presença de grupos empresariais ligados ao setor turístico em Rio Quente.

A nova lógica capitalista que emerge com o meio técnico-científico-informacional também atinge o turismo e o torna uma atividade compreendida na totalidade-mundo. Silveira (1997, p. 76) esclarece:

Novas formas de circulação dos bens, do dinheiro, das idéias, dos comandos, das modas e das novas formas de consumo acabam por gerar novas formas de produção. No período técnico-científico-informacional, as formas de consumo não-material e, entre elas, o lazer, aumentam e se disseminam no território. Esse parece ser, hoje, o contexto da *produção do turismo*. (Destaque da autora).

Os laços, relações, vínculos e elos estabelecidos pelos segmentos econômicos e sociais que atuam no setor turístico também podem ser compreendidos analiticamente no contexto das redes, como afirma o sociólogo Castells (2007, p. 566): “Rede é um conjunto de nós interconectados [...]. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. [...]”. No entanto, o conceito de redes geográficas de Corrêa (2001, p. 107) expressa:

Por redes geográficas entendemos “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si “por um certo número de ligações”. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma empresa, seu centro de pesquisa e de desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda [...]. Há, na realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície da terra. (destaques do autor).

O entrelaçamento de mercadorias, informações, intencionalidades, ordens e normas entre os segmentos da economia já fazem parte da construção do espaço geográfico. Todavia, estas questões também permeiam análises sobre os processos, etapas e dinâmicas dos circuitos espaciais da produção ocorridas no lugar ou não.

Os empreendimentos turísticos presentes em Rio Quente trazem em seu processo de estruturação, organização e movimento contínuo a presença de vários tipos de redes que sustentam essa atividade econômica. Essas redes apresentam, de um lado, uma realidade material e, por outro, uma imaterialidade. (CORRÊA, 2001; SANTOS, 2002).

Assim, esses empreendimentos criam arranjos espaciais complexos, devido à materialidade, a densidade e a complexidade dos fluxos que em um movimento difuso e uno culmina na formação de seus circuitos espaciais da produção, respaldados pelos círculos de cooperação. A maioria destes empreendimentos turísticos se instalou no espaço urbano, e usam-no para se consolidar e intensificar suas relações.

O entendimento da formação do circuito espacial da produção de uma determinada empresa/empreendimento turístico perpassa pelo conhecimento dos segmentos que o forma, tais como: fornecedores, empresas terceirizadas e/ou parcerias, parques aquáticos, rede de hospedagem, promotores imobiliários, agências de turismo, entre outros. Tanto as redes originadas a partir do estabelecimento central como as que convergem para ele assumem papéis fundamentais na reprodução contínua da atividade.

Para Santos e Silveira (2001, p. 143), o circuito espacial da produção, perpassa por:

[...] entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção: Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território.

Tal afirmação aponta que os circuitos espaciais da produção dependem da circulação de bens e produtos (base material), que por sua vez, dependem das redes técnicas (rodovias, aeroportos, portos, sistemas de comunicação) para que a circulação ocorra e permita a dispersão espacial, mediante a conexões entre diferentes lugares, como afirmam Homiak e Silva Júnior (2009, p. 1, destaque dos autores): “os circuitos espaciais, por sua vez, dão conta de explicar que a produção já não se realiza somente na unidade de produção *strictu sensu*, mas em uma territorialidade ampliada”.

Considerando, que a produção seja de produtos ou serviços não se realiza apenas no lugar, pode-se observar que o Turismo, por meio de seus empreendimentos se insere nesse contexto. No caso de Rio Quente, o lugar pode abrigar empreendimentos com capital de origem de outras localidades e/ou de outros segmentos da economia, mas que se reproduzem nesse município, de maneira a transformá-lo e permitir sua participação em circuitos produtivos dispersos e difusos espacialmente.

Entretanto, é a partir da abrangência espacial e dos tipos de segmentos que formam o circuito espacial dos empreendimentos pesquisados (Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento, rede de hospedagem e agentes sociais: Estado e promotores imobiliários) será possível determinar se eles são complexos ou não. Muitas vezes um único estabelecimento pode formar um espaço de fluxos que permite a cidade-sede realizar conexões ímpares e singulares com lugares distantes, integrando hierarquicamente estas cidades em redes urbanas de médias e grandes cidades. No caso do município de Rio Quente, ocorrem ligações com o exterior, ultrapassando as dimensões territoriais do Brasil, mediante a atração de turistas estrangeiros.

De acordo com Santos (2008, p. 55) ao relatar sobre os laços de solidariedade, “o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados”, formando um sistema-mundo pautado em ações totalizantes. Assim, o fluxo de turistas provenientes do Brasil ou do exterior representa um elo que permite conexões entre lugares, contribuindo para que os subespaços estejam articulados.

Destarte, os circuitos espaciais da produção possibilitam uma integração dos processos, etapas e segmentos produtivos de um determinado empreendimento/empresa e que “[...] organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção. Para funcionar, elas devem regular seus processos produtivos – hoje dispersos no território – sua circulação, sua contabilidade etc.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 153).

Assim, os circuitos espaciais da produção formados pelos empreendimentos turísticos em pesquisa (Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento, rede de hospedagem e agentes sociais: Estado e promotores imobiliários) na cidade de Rio Quente contam com o respaldo do Estado e suas políticas públicas, dos turistas, dos setores de comércio e serviços e de empreendimentos turísticos independentes, para se consolidarem nesta cidade. Ainda é importante dizer que estes empreendimentos promovem transformações sócioespaciais diversas nesta localidade, portanto, as análises sobre o papel e contribuições dos empreendimentos pesquisados para a produção e reprodução do capital no espaço urbano serão detalhadas e abordadas a seguir.

2. O TURISMO EM RIO QUENTE/GOIÁS E SEUS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS

O município de Rio Quente localiza-se na microrregião Meia Ponte, pertencente à região de planejamento Sul Goiano. Faz parte da 'Região Goiana das Águas Quentes' integrante da Região das Águas, criadas pelo Plano Estadual de Turismo (2008-2011).

A exploração da atividade turística hidrotermal em Rio Quente é iniciada em meados de 1920, quando ainda era distrito do município de Caldas Novas/Goiás. Somente em 1964, ocorre à construção da Estância Thermas do Rio Quente (atual Hot Park Rio Quente Resorts), de propriedade de Ciro Palmerston, um dos primeiros a explorar as potencialidades termais das águas de Caldas Novas. Em 1979 os grupos Algar e Gebepar³ adquiriram o controle acionário deste empreendimento de lazer, que passou a ser conhecida como Pousada do Rio Quente. (RIO QUENTE RESORTS, 2014).

Porém, a atividade só ganha fôlego e notoriedade após a emancipação deste distrito em abril de 1989, tornando-se o município de Rio Quente. Conforme estimativas demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, o município possuía 3.724 habitantes, seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 era de R\$ 42.810,860,00, sendo que deste total R\$ 30.365,090,00 advém do setor de serviços, ou seja, a atividade turística alavanca a geração de riquezas local. (IMB, 2014).

Cabe dizer que a principal potencialidade turística do município encontra-se subsidiada na presença em sua área territorial de um rio com águas quentes - Rio Quente -, cuja temperatura atinge até 42° C e que passou a ser explorado turisticamente. (ÁGUAS QUENTES, 2014). Contudo, após sua emancipação político-administrativa o município passou a abrigar outros empreendimentos turísticos pertencentes a grupos empresariais diversos, como: Serra Park Flat Residence, Park Veredas, Recanto das Águas Quentes e tantos outros, além dos grupos Privé, diRoma, Rio Quente Turismo e Entretenimento e suas estruturas de lazer, entretenimento e de hospedagem.

A presença desses estabelecimentos turísticos tem proporcionado uma nova dinâmica capitalista ao município, por meio da articulação entre subespaços, que viabiliza a circulação de bens materiais e imateriais no lugar, possibilitando transformações socioespaciais a partir da atividade turística (GOMES, 2009, ÁGUAS QUENTES, 2013). Além disso, parte desta estrutura

³ A Gebepar S.A. Investimentos e Participações é de origem nacional, especificamente de Goiânia/GO, que atua no setor de telecomunicações, construção civil, alimentício e agropecuário. O grupo Algar, de Uberlândia/MG, que atua em setores da tecnologia da informação e telecomunicações, agronegócios, serviços, construção civil, sistema financeiro e turismo.

de lazer pertence a grupos empresariais regionais e não regionais, possibilitando a formação de um espaço de fluxos no lugar.

Entretanto, o potencial turístico de Rio Quente não está alocado em seu centro histórico, e sim na Esplanada, um bairro que se dista a 6 km deste. É nesse bairro onde se localiza o complexo turístico que subsidia o Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento (parque aquático, rede hoteleira e demais empreendimentos) e outros estabelecimentos de hospedagem, comerciais e de serviços voltados atender os turistas.

O município de Rio Quente tem nas águas quentes um atributo natural que passa a ser explorado economicamente a partir das primeiras décadas do século XX, atualmente sua base econômica está pautada no desenvolvimento do Turismo, em consequência, da presença de hotéis, parques aquáticos e *resorts* que atraem visitantes brasileiros e estrangeiros, possibilitando a geração de empregos para moradores locais e das cidades vizinhas, além do aumento gradativo da arrecadação de divisas financeiras.

O Turismo, por meio dos segmentos econômicos que lhe subsidia, paulatinamente, constrói e reconstrói o espaço urbano. Em Rio Quente há inferências significativas na paisagem urbana, através da construção civil e do processo de verticalização urbana com a presença de edifícios que abrigam hotéis e condomínios verticais, acirrando ainda mais a especulação imobiliária e a segregação socioespacial.

Em seu espaço urbano observa-se que há um retalhamento do solo, assim como um alto e moderno padrão arquitetônico e urbanístico incomum para cidades do interior de Goiás, além de acentuar as desigualdades sociais, onde há áreas estritamente turísticas, que abriga comércios, hotéis e parques aquáticos e, outras que atendem as necessidades residenciais dos moradores, conforme afirma Borges (2005, p. 22) “A cidade do turista impõe um padrão arquitetônico e urbanístico, que acentua as diferenças, sua fragmentação/segregação”.

Nesse caminho, em Rio Quente o bairro Esplanada abriga esses empreendimentos turísticos, que apresentam singularidades e universalidades, ou seja, a existência desse bairro distante do centro histórico da cidade representa uma descontinuidade do espaço urbano, portanto, em função deste distanciamento, acirra a fragmentação, segregação sócioespacial e divisão territorial do trabalho (GOMES, 2009).

Associado a essas transformações espaciais tem-se o papel do capital e de diversos agentes sociais que contribuem para que o Turismo seja desenvolvido neste município. Para tanto, os papéis do Estado por meio de políticas públicas, dos promotores imobiliários, dos proprietários fundiários e do capital privado e corporativo fomentam paulatinamente a produção e reprodução do capital turístico local.

Portanto, as abordagens subsequentes objetivam apresentar esses segmentos e como eles contribuem para as transformações sócioespaciais e a inserção de Rio Quente em um espaço de fluxos pautado em relações local-global e regional-global.

2.1 O GRUPO RIO QUENTE TURISMO E ENTRETENIMENTO E A REDE DE HOSPEDAGEM INSTALADA EM RIO QUENTE/GO

O maior empreendimento turístico de Rio Quente e do estado de Goiás, Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento, tem sua fundação em 1964. Atualmente o Grupo é controlado pelas

corporações Gebepar e Algar, possui seis hotéis e um chalé, que lhe subsidia na hospedagem dos turistas que usam sua estrutura de lazer e entretenimento consolidada no parque aquático, conhecido como Hot Park Rio Quente Resorts.

Dentre os seis hotéis, três estão instalados dentro da área do complexo do parque aquático, Hot Park Rio Quente Resorts: Rio Quente Cristal Resorts, Novo Hotel Pousada e Hotel Turismo, que em conjunto possuem 578 apartamentos, com capacidade aproximada para 2.118 hóspedes por dia. (RIO QUENTE RESORTS, 2014).

Já os outros três hotéis estão instalados no bairro Esplanada (Hotel Giardino Suite Flat IV; Rio Quente Suites e Flats I; Rio Quente Suites e Flats III) somando 464 apartamentos, que hospedam cerca de 2.592 pessoas/dia, além do Eco Chalés & Camping com infraestrutura para receber até 128 hóspedes/dia, distante a 3km do bairro Esplanada. (RIO QUENTE RESORTS, 2014).

Os setes estabelecimentos de hospedagem pertencentes ao Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento contabilizam juntos cerca de 1.062 apartamentos, 11 chalés e 6 bangalôs, cuja capacidade total de hospedagem/leitos é para aproximadamente 4.838 pessoas/dia. (RIO QUENTE RESORTS, 2014).

Analisando os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo de Rio Quente observam-se divergências na quantidade de apartamentos (1.233) e na capacidade de hospedagem disponibilizada pelo Grupo, de 5.273 hóspedes (SECTUR RIO QUENTE, 2013). Diante destas divergências estatísticas utilizará como base de análise as informações disponibilizadas no endereço eletrônico (site) do Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento, pois os dados podem ter sido atualizados após o período de coleta (2013) realizada pela referida Secretaria.

O Hot Park Rio Quente Resorts é o maior parque aquático da América do Sul, possui diversos equipamentos de lazer e entretenimento (praia do Cerrado, toboáguas, bird land, piscinas de água quente e fria para adultos e crianças, mergulhos, fotos, quadras poliesportivas, passeios ecológicos etc.) destinados aos turistas que se hospedam nos hotéis pertencentes ao Grupo; em hotéis particulares e de outros grupos empresariais, assim como turistas que utilizam sua estrutura apenas por um dia. Este parque aquático localiza-se as margens do curso d'água, denominado "Rio Quente", e aproveita das potencialidades termais de suas águas para oferecer diversão e lazer aos turistas.

Cabe dizer que o bairro Esplanada abriga além dos empreendimentos do Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento mais 13 hotéis e pousadas, pertencentes a grupos empresariais de capitais locais, nacionais e internacionais. Dentre os maiores empreendimentos hoteleiros em leitos estão: Águas da Serra Apart Service e Condomínio Residencial Thermas Paradise, que possuem respectivamente, 1.564 e 1.272 leitos, ambos não pertencem ao referido Grupo. (SECTUR RIO QUENTE, 2013).

Em seguida tem-se os hotéis Giardino Suite Flat IV, Rio Quente Suites e Flats I e Rio Quente Suites e Flats III (vinculados ao Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento), que possuem sequencialmente, 1.384, 833 e 375 leitos, que alojam cerca de 2.592 pessoas. (RIO QUENTE RESORTS, 2014).

Somando a capacidade de leitos dos hotéis sediados dentro da área do Hot Park Rio Quente Resorts (2.118) e os hotéis instalados na Esplanada (6.234 hóspedes/dia) e em outras áreas do

município, observa-se que o município tem uma estrutura de hospedagem para mais de 8.352 pessoas por dia. (RIO QUENTE RESORTS, 2014; SECTUR RIO QUENTE, 2013). Ressalta-se que todos esses empreendimentos possuem convênios com Hot Park Rio Quente Resorts.

De acordo com entrevista do senhor Jonathan Ferreira, realizada em 15 de maio de 2013, Diretor de Alimentos e Bebidas, o Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento atrai mais turistas de São Paulo/SP; Brasília/DF, Uberlândia/MG, Goiânia/GO e Rio de Janeiro/RJ. (PESQUISA DE CAMPO, 2013c).

Além disso, atrai muitos turistas estrangeiros, provenientes principalmente dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Itália e Portugal (PESQUISA DE CAMPO, 2013c). A chegada desses turistas ao município de Rio Quente pode se dar por meio de voos regulares e fretados (Azul Linhas áreas e TAM), ônibus ou excursões organizadas por agências/operadoras de turismo, como a Valetur Viagens (operadora de turismo oficial do empreendimento), CVC Viagens ou mesmo particulares e de menor porte, como a Antares Turismo sediada em Catalão/GO, dentre outras.

A partir dos elos formados pelo Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento mediante relações com turistas de diversos lugares, as agências de turismo, hotéis sediados localmente ou não, fornecedores de produtos e mercadorias, prestadores de serviços e empresas terceirizadas, promotores imobiliários, Estado (políticas públicas e programas turísticos), turistas por dia e seus trabalhadores oriundos das cidades circunvizinhas (Morrinhos, Água Limpa, Marzagão e Caldas Novas), pode-se afirmar que com cada um desses segmentos formam-se redes, que se espalham pelo território nacional e atinge inclusive a escala internacional.

Assim, o circuito espacial da produção organizado pelo Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento, pode ser formado ainda pelas relações entre empresas parceiras, fornecedoras, terceirizadas etc. (quadro 1) que subsidiam o desenvolvimento das atividades de lazer oferecidas pelo complexo turístico.

Quadro 1 – Parte das empresas fornecedoras, parceiras e terceirizadas do Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento (2013).

Empresa	Tipo de Relacionamento	Tipo de Produto/ Serviço	Localização	Origem do Capital
Sadia S.A.	Fornecedor	Alimentos diversos	São Paulo/SP	Nacional (Concórdia/PR)
Elma Chips	Fornecedor	Alimentos diversos	São Paulo/SP	Internacional (norte-americano)
Distribuidora Pereira	Fornecedor	Bebidas	Morrinhos/GO	Sul Goiano (Morrinhos/GO)
Nestlé S.A.	Fornecedor	Alimentos diversos		Internacional (Suíça)
Creme & Mel	Fornecedor	Alimentos diversos	Goiânia/GO	Goiano (Goiânia/GO)
Skyy Vodka	Fornecedor	Bebidas diversas	São Paulo/SP	Internacional (San Francisco-EUA)
COMPLEM	Fornecedor	Alimentos diversos	Morrinhos/GO	Regional (Morrinhos/GO)
Suco Spress	Fornecedor	Bebidas diversas	São Paulo/SP	Nacional (Ribeirão Preto/SP)
Toctao Engenharia	Terceirizada	Construção civil	Goiânia/GO	Goiano Goiânia/GO)
Bella Photo	Terceirizada	Fotografias	Caldas Novas/GO	Sul Goiano (Caldas Novas/GO)

Grupo Empresa	Terceirizada	Recursos Humanos	Goiânia/GO	Goiano (Goiânia/GO)
Bird Land	Terceirizada	Viveiro de pássaros silvestres	Uberlândia/MG	Mineiro (Uberlândia/MG)
Mergulho Ecológico	Terceirizada	Entretenimento	Uberlândia/MG	Mineiro (Uberlândia/MG)
Nestlé S.A.	Parceira	Alimentos diversos	São Paulo/SP	Internacional (Suíça)
PepsiCo Inc.	Parceira	Bebidas diversas	*	Internacional (New York, USA)
Skol	Parceira	Bebidas alcoólicas	*	Internacional (Dinamarca)
Chopp Brahma	Parceira	Bebidas alcoólicas	Anápolis/GO	Nacional (Rio de Janeiro/RJ)
Guaraná Antártica	Parceira	Bebidas diversas	São Paulo/SP	Nacional (São Paulo/SP)
Mac Móveis	Parceira	Decoração	Goiânia/GO	Nacional (Uberaba/MG)
HSBC	Parceira	Caixa Eletrônico	Rio Quente/GO	Internacional (Londres, Inglaterra)

*Não foi possível identificar a localização da unidade fornecedora.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013c); Rio Quente Resorts (2013; 2014). Org.: SILVA, M. V. da. (2014).

Dessa forma, as relações provenientes das redes geográficas formadas entre o Grupo pesquisado e segmentos que lhe dão suporte, possibilitam de um lado, uma interação do município com diversos lugares do Brasil e do mundo, mas por outro, assegura a reprodução do capital, representado por laços e conexões realizadas com empresas e pessoas do lugar, possibilitando assim, a sustentação de um poder gerado localmente.

Observa-se que as potencialidades naturais locais têm atraído novos investimentos e possibilitado a interação deste município com a globalidade/universalidade, porém, constata-se uma territorialização das atividades e empreendimentos turísticos alocados na Esplanada, pelo fato de sediar a estrutura hoteleira, imobiliária, parques aquáticos, comércios e serviços voltados para as demandas do Turismo.

Em tempo, é importante frisar que não apenas o Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento forma circuitos espaciais da produção, mas alguns empreendimentos turísticos também organizam seus circuitos produtivos e outros integram circuitos de outros grupos, como é o caso do Rio Quente diRoma, que pertencente ao Grupo diRoma, com capital originário de Caldas Novas/GO.

2.2 O PAPEL DO ESTADO NO FOMENTO AO TURISMO EM RIO QUENTE/GO

A produção do espaço sob a perspectiva turística também é realizada por alguns agentes sociais, como: promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, o Estado e os grupos sociais excluídos, que realizam em suas ações processos sociais com escalas geográficas diferenciadas, conforme seu poder de centralização ou dispersão de capitais e ações pelo espaço.

No caso do Turismo, o Estado, os promotores imobiliários e proprietários fundiários contribuem para que esse espaço seja produzido de acordo com a concepção capitalista. Assim,

em Rio Quente e na produção e reprodução do espaço fomentado pelo Turismo é notável o papel desempenhado pelo Estado e promotores imobiliários.

Nesse limiar, é importante ressaltar que o Estado atua como agente indutor da produção do espaço. Na atividade turística, essa ação estatal se dá por meio da criação de programas, planos e ações que contribuem sistematicamente para seu desenvolvimento. O Estado no Brasil passa a ter ações direcionadas ao Turismo a partir de 1970 com o desenvolvimento de políticas públicas. A partir de 2003, essas ações se solidificam na proposta de regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (MTur), quando criou o Plano Nacional do Turismo (2003) e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2004).

Paralela a ação do MTur, a Goiás Turismo se une ao Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e criam o Plano Estadual do Turismo (2008-2011), um programa que concretiza no mapeamento do território goiano em regiões turísticas, no qual almeja o desenvolvimento turístico em nove regiões, que abriga 46 municípios. (SOUZA et al., 2008; BORGES, 2005).

No aspecto regional sobre o turismo goiano, a Região das Águas, delimitada pelo Plano Estadual de Turismo, agrupa inicialmente as cidades de Rio Quente, Caldas Novas, Catalão, Morrinhos, Cachoeira Dourada, Três Ranchos, Itumbiara, Buriti Alegre e São Simão. Todas possuem atrações turísticas baseadas nas águas, como: lagos, rios, represas, cachoeiras etc. Nesse escopo, a cidade de Rio Quente faz parte da região das Águas Quentes, integrante da Região das Águas.

No âmbito da ‘Região das Águas’, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) cria o chamado ‘Polo das Águas Termais’, formado por Caldas Novas e Rio Quente, tornando-se palco de ações públicas e linhas de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ambas voltadas para o fortalecimento da atividade nessas cidades (PRODETUR-GOÍÁS, 2013).

As ações estatais desenvolvidas e em desenvolvimento são evidenciadas na pesquisa de campo realizada em Rio Quente, principalmente através de entrevista realizada com a Secretária Municipal de Turismo, senhora Ana Paula Lima de Oliveira e conversa informal com o consultor do SEBRAE, senhor Robson Rodrigues Gomes, no dia 22 de maio de 2013, ambos deixaram claro a existência de planos e programas públicos que induzem o desenvolvimento turístico nesta localidade.

Segundo a Secretária Municipal de Turismo de Rio Quente há uma agenda de atividades de incentivo e desenvolvimento turístico implementada em 2013 e anos subsequentes, destacando os cursos de aperfeiçoamento e treinamento de trabalhadores, tais como: recepcionistas, inglês, informática, treinamento em projetos etc.; atividades voltadas para apresentação de projetos junto ao MTur e PRODETUR-Goiás com o fim de captar recursos que viabilize a construção de ciclovias, terminal rodoviário, revitalização da orla/margens do curso d’água denominado Rio Quente, shows artísticos; cumprimento do repasse da taxa municipal de turismo, shows artísticos e a realização de eventos turísticos, como: 25º Aniversário de Rio Quente e I Fórum Internacional de Cidades Criativas (setembro/2013) – já realizados e Encontro Caipira (2014); dentre outras atividades (PESQUISA DE CAMPO, 2013a).

O SEBRAE trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, o qual mantém um funcionário a disposição do município para criar projetos e desenvolver propostas que

fomente o turismo em Rio Quente. Diversos projetos e estudos já foram finalizados pelas instituições estatais, dentre eles: Inventário da Oferta Turística em Goiás (realizado em 2007); Estudo de Competitividade (realizado em 2010), Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - Polo das Águas Termais (concluído em 2012) e Dossiê de Ações-PRODETUR Goiás: de julho/2011 a outubro/2012, Vivências do Brasil - Caldas Novas e Rio Quente/Turismo Social e Termalismo (2009) etc. Além desses há alguns estudos em andamento que envolve a exploração do turismo religioso, de negócios e eventos e ecoturismo e turismo de aventura em Rio Quente, assim como em Caldas Novas (PESQUISA DE CAMPO, 2013b; OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2013).

Contudo, nota-se que o Estado por meio de políticas públicas incentiva o Turismo como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico de espaços, com capacidade para atrair investimentos de grupos empresariais e divulgar as potencialidades e perspectivas de desenvolvimento de cada lugar, ou seja, dos municípios.

2.3 O PAPEL DO SETOR IMOBILIÁRIO E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

Diante das possibilidades da atração de turistas para Rio Quente, que buscam diversão e lazer nas águas termais de seus empreendimentos, outro setor também se beneficia desse fluxo de turistas e das atividades decorrentes - o setor imobiliário -, principalmente através da locação e venda de apartamentos, flats e suítes para turistas, que buscam imóveis para hospedagem.

Rio Quente conta com alguns promotores imobiliários que realizam negociações entre turistas e os empreendimentos turísticos (hotéis, flats, casas de aluguel, parque aquáticos etc.). Conforme levantamento algumas imobiliárias atuam diretamente dentro da rede de hospedagem e outras estão sediadas no bairro Esplanada e em outras cidades.

Entre as imobiliárias sediadas dentro da estrutura da rede hoteleira, tem-se a “Jones Imóveis”, instalada no Condomínio Residencial Thermas Paradise Service. Este promotor realiza locação de apartamentos e flats deste empreendimento e de outros também, como: DiRoma Rio Quente, locação para temporada e venda de imóveis (lotês e apartamentos). A imobiliária ainda faz locação de imóveis sediados em Caldas Novas nos empreendimentos: Splendor Thermas Apart Service, Condomínio Enseada (Lago Corumbá) e Ecologic Ville Resort & Spa (JONES IMÓVEIS, 2013).

A imobiliária “Luciano Negócios Imobiliários” encontra-se sediada no bairro Esplanada e atua na locação para temporada e venda de imóveis e de títulos (quadro 2).

Quadro 2 – Imóveis disponíveis na imobiliária “Luciano Negócios Imobiliários” (2013).

Empreendimento Turístico	Venda de imóveis	Valor Venal	Aluguel para temporada	Valor diária
Condomínio Residencial Thermas Paradise Service	1 apartamento	R\$ 220.000,00	3 apartamentos	R\$ 150,00 a 200,00
Park Veredas (lançamento)	1 apartamento	R\$ 169.289,80	0	*
Rio Quente Suite & Flat I	2 apartamentos	R\$ 75.000 a R\$ 120.000,00	0	*

Rio Quente Suite & Flat III	1 apartamento	R\$ 85.000,00	0	*
DiRoma Rio Quente	0	*	0	*
Serra Park Flat Residence	2 apartamentos	R\$ 110.000,00 a 125.000,00	8 apartamentos	R\$ 150,00
Condomínio Residencial Ther- mas do Rio Quente	4 apartamentos	R\$ 220.000,00 a 280.000,00	0	*
Veredas do Rio Quente	4 apartamentos	R\$ 40.000,00 a 240.000,00	28 apartamentos	R\$ 200,00
Águas da Serra Apart Service	0	*	3 apartamentos	R\$ 180,00 a 200,00
Residencial Vale do Rio Quente	1 apartamentos (cobertura)	R\$ 500.000,00	0	*

* Imóveis sem imóveis para venda e/ou locação para temporada.

Fonte: Luciano Negócios Imobiliários (2013a; 2013b). Org.: SILVA. M. V. da. (2013).

De acordo com o quadro 2 nota-se que os negócios envolvendo tanto a venda de imóveis nos empreendimentos turísticos conveniados quanto a locação para temporada são vantajosos, pois há uma circulação constante e volumosa de capitais nessa imobiliária. Constata-se ainda que o valor venal e de locação dos imóveis varia conforme a infraestrutura do empreendimento, ou seja, os imóveis mais luxuosos, novos e com maior quantidade de quartos e leitos são mais caros.

Nesse sentido, os promotores imobiliários são elos importantes para organização dos circuitos espaciais da produção dos empreendimentos turísticos locais, pois são responsáveis por negociações envolvendo os turistas, ainda contribuem para a propaganda e marketing do Turismo local, ou seja, eles contribuem com um significativo percentual de atração de turistas que chegam diariamente a Rio Quente.

Ressaltar que precedente aos promotores imobiliários encontram-se os proprietários fundiários, donos de gleba de terra na área urbana de Rio Quente, que vendem seus terrenos a empresas/grupos hoteleiros para construírem edifícios com apartamentos para serem vendidos ou alugados para temporadas, fomentando a especulação imobiliária.

Portanto, a atividade turística mobiliza capitais, fluxos materiais e imateriais, sendo um setor da economia lucrativo e complexo, por envolver diversos segmentos em seu processo orgânico. Os reflexos sobre o espaço urbano estão materializados em sua paisagem, - Esplanada - onde há um intenso processo de verticalização das construções e respaldo dos setores de comércio, serviços e imobiliário, além dos incentivos estatais, que em conjunto proporcionam comodidade ao turista oriundos de diversos lugares do Brasil e mundo, que almejam usufruir de momentos de descanso, sossego e conforto nesta cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os resultados parciais da pesquisa em andamento “Circuitos espaciais dos principais empreendimentos turísticos na região goiana das Águas Quentes: estudo sobre as cidades de Caldas Novas e Rio Quente” tratados neste artigo abordam a importância dos empreendimentos turísticos instalados em Rio Quente no processo de produção do espaço mediante as atividades desenvolvidas através da exploração do seu potencial hidrotermal.

Retrata que os empreendimentos diante da evolução técnico-tecnológica e do imperativo da reprodução capitalista passam a se organizarem em redes e estas passam a atuarem em conjunto, formando circuitos espaciais da produção. Dessa forma, os empreendimentos turísticos em Rio Quente tendem a se estruturarem em circuitos produtivos, conforme o poder de circulação, investimentos e reprodução do capital do empresariado. Em alguns casos observa-se que grupos com capital de origem não local e com investimentos diversos passam a atuar no setor turístico e transforma o lugar em um império do capital turístico, como é o caso do Grupo Rio Quente Turismo e Entretenimento e sua infraestrutura de lazer e hotelaria, modificou sistematicamente o lugar. Observa-se que as transformações em curso possibilitaram que outros grupos passassem a investir na cidade como o Grupo diRoma e empresários isolados que constroem hotéis e outros tipos empreendimentos ligados ao Turismo.

É preciso destacar a importância do Estado no processo de indução e fomento as atividades turísticas por meio de políticas públicas, fomento financeiro e desenvolvimento de programas e planos voltados para a Região Goiana das Águas Quentes, os quais contemplam o município de Rio Quente. Nesse processo, verificou-se que o Estado em sua instância federal, estadual e municipal tem realizado estudos e planejamentos para atrair novos investimentos, bem como consolidar os já existentes.

Ainda sobre os processos de transformações urbanas é possível notar que o setor imobiliário desempenha papel relevante, principalmente através da mediação entre empreendimentos turísticos e turistas, cujos negócios se pautam em compra e venda de imóveis destinados ao lazer e entretenimento, assim como a locação para temporada.

Nota-se que Rio Quente vive da mobilidade promovida pelo Turismo, com exceção dos trabalhadores do setor, tudo isso denota uma divisão social e territorial do trabalho, que merece ser investigada posteriormente. Essa divisão territorial do trabalho também se faz presente em seu espaço urbano, no bairro Esplanada, distante do centro histórico, configurando em um espaço totalmente diferenciado em relação os demais bairros.

Os empreendimentos turísticos (parques aquáticos, rede hoteleira, imobiliárias, comércio e serviços) instalados em Rio Quente imbuídos de fluidez e capacidade de mobilizar capitais, informações, produtos e pessoas também promovem transformações no espaço urbano mediados por dinâmicas e processos resultantes de ações empreendidas pelo Estado, que almeja o desenvolvimento e implantação de programas públicos voltados para o fortalecimento e incentivo do turismo hidrotermal local.

Portanto, a atividade turística não se efetiva isoladamente, ela envolve setores diversos da economia, mobiliza pessoas, capitais, marketing, publicidade, programas estatais, planejamentos, investimentos múltiplos com o fim de promover suas potencialidades e atratividades. Contudo, a complexidade que envolve a atividade é permeada por fluxos materiais e imateriais que mobilizam e criam fixos por meio de infraestruturas técnicas. Assim, Rio Quente e seus empreendimentos turísticos têm como foco as águas quentes que jorram abundantemente de seu subsolo e são utilizadas como lazer por milhares de turistas que chegam anualmente à cidade.

REFERÊNCIAS: REFERÊNCIAS

ÁGUAS QUENTES. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.aguasquentes.com/pt/conteudo/historico-2.aspx>>. Acesso em: 30 março 2014.

BORGES, O. M. **Caldas Novas (GO): turismo e fragmentação sócio-espacial (1970-2005)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. (Tradução: Roneide Venâncio Majer). 6. Ed. v.1 São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, E. B. da. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadoria: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

GOMES, N. G. U. **A dupla dimensão do espaço: Rio Quente e suas redes**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

HOMIAK; L; SILVA JÚNIOR, R. F. Circuito espacial produtivo do leite e seus círculos de cooperação no espaço a partir de Irati-PR. In: IV SEMANA DE GEOGRAFIA DE IRATI. 2008. Irati. **Anais...** Irati: Curso de Geografia, 2008. p. 108-109.

IMB. **Perfil dos municípios: perfil socioeconômico de Rio Quente**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

JONES IMÓVEIS. **Imóveis**. Disponível em: <<http://www.jonesimoveisrioquente.com.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

LUCIANO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS. **Imóvel para venda**. Disponível em: <<http://www.lucianoimoveisrioquente.com.br/Vendas.php>>. Acesso em: 25 jul. 2013a.

LUCIANO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS. **Temporada**. Disponível em: <<http://www.lucianoimoveisrioquente.com.br/ImoTemporada.php>>. Acesso em: 25 jul. 2013b.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. **Acesso rápido**. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=1&id=1>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

PESQUISA DE CAMPO. **Entrevista: Ana Paula Lima de Oliveira**. Rio Quente/GO, 22 mai. 2013a.

PESQUISA DE CAMPO. **Conversa informal:** Robson Rodrigues Gomes. Rio Quente/GO, 22 mai. 2013b.

PESQUISA DE CAMPO. **Entrevista:** Jonathan Ferreira. Rio Quente/GO, 15 mai. 2013c.

PRODETUR-GOIÁS. **Prodetur.** Disponível em: <<http://www.goiasturismo.go.gov.br/br/goias-turismo/prodetur.html>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

RIO QUENTE RESORTS. **Nossos hotéis.** Disponível em: <http://www.rioquenteresorts.com.br/nossos_hotéis_mostra.php?id=7>. Acesso em: 24 julho 2013.

RIO QUENTE RESORTS. **Nossos hotéis.** Disponível em: <http://www.rioquenteresorts.com.br/nossos_hotéis_mostra.php?id=7>. Acesso em: 30 março 2014.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008. 136 p. (Coleção Milton Santos; 10).

SANTOS, M. **Natureza do Espaço:** Técnica e tempo. Razão e emoção. EDUSP: São Paulo, 2002. 384p. (Coleção Milton Santos, 1).

SECTUR RIO QUENTE. **Meios de hospedagem de Rio Quente/Goiás.** Relatório concedido pela Secretária Municipal de Turismo de Rio Quente. Março de 2013.

SILVEIRA, M. L. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo:** Modernidade. Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, E. A. de. et al. **Cluster turístico e a regionalização do Turismo no estado de Goiás.** Disponível em: <<http://www.mirante.net.com>>. Acesso em: 25 de maio de 2008.

TORRES, Thais Gomes; SILVÉRIO, José Luiz da Silva. A produção do espaço pela atividade turística. Geografia: **Ensino & Pesquisa**, Santa Maria/RS, v. 13 n. 2, p. 175-181, 2009.

O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO) E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Claudia Ferreira Torres

UFG – Regional Catalão
claudiaftorres@gmail.com

Resumo

O presente trabalho constitui de estudos preliminares acerca do município de Três Ranchos (GO) que se caracterizou como localidade turística a partir da formação do lago artificial, originado da construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação pela Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) no Rio Paranaíba no início da década de 1980. O intuito deste trabalho é repensar o processo de desterritorialização advindo da mudança de atividade econômica no município bem como a forma de desenvolvimento sustentável deste local que é caracterizado aqui como destino turístico, devido à formação do lago e a paisagem nesta região de Cerrado. Para desenvolver a atividade turística, houve a construção de grandes empreendimentos no local e a ocorrência de usos competitivos pelo recurso hídrico (o Lago) por parte da população residente e esses empreendimentos.

Palavras-chave: Três Ranchos, UHE Emborcação, território, desterritorialização.

INTRODUÇÃO

Nos diversos destinos turísticos existentes no Brasil, o país necessita planejar o espaço turístico para melhor utilizá-lo ambientalmente e socialmente. Neste planejamento, deve haver a preocupação com o tipo de turismo que irá ser desenvolvido e as implicações que o turismo irá ocasionar ao meio natural, bem como oferecer possibilidades de desenvolvimento preocupado com a questão social dos sujeitos do local. Afinal, é preciso compreender que essa atividade gera deslocamentos humanos e cria espaços diferenciados: áreas de deslocamento, áreas emissoras e áreas receptoras de pessoas, ocasionando impactos tanto negativos como positivos.

Ao desenvolver a atividade turística em qualquer local, é necessária a implantação de algumas alternativas que visam à integração econômica e social, principalmente pela grande procura das pessoas pelos ambientes naturais e culturais, marcando uma volta do homem ao contato com o simples designando, assim, os espaços como municípios turísticos ou como municípios de grande potencial turístico.

Nesta concepção o município de Três Ranchos, localizado no Sudeste do estado de Goiás que dista 291 km de Goiânia, adquiriu sua função turística devido ao represamento das águas do Rio Paranaíba pelas Centrais Elétricas de Goiás (CEMIG) no início da década de 1980. Da construção dessa barragem formou-se o lago artificial conhecido como Lago Azul, colocando o município dentro do panorama Regional de local turístico. A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de discutir como foi e têm sido ocupadas na atualidade as margens deste lago próximo ao sítio urbano.

Somado a isso, há a preocupação com a preservação e a mitigação de impactos uma vez que mediante a análise preliminar da literatura pertinente são muitas as inquietações no que tange a essa temática. Isso porque ao transformar esse território em um produto turístico, devido à utilização do lago para diversas atividades de lazer, acabou por gerar transformações ambientais neste espaço o que poderá interferir futuramente na geração de renda através da prática do turismo comprometendo, assim, a relação dos indivíduos inseridos neste local com o meio.

Discorrer sobre as transformações ocorridas em um lugar, seja ela de ordem social, espacial ou ambiental não se faz sem uma busca na história. Assim como os seres humanos, cada lugar possui suas marcas históricas que são desveladas ou ainda carecem de desvendamento. Para a realização e o alcance dos objetivos estabelecidos, é necessário o levantamento, por meio de uma pesquisa teórica, do caráter turístico que o município de Três Ranchos adquiriu com o represamento das águas do Rio Paranaíba e os conflitos resultantes da apropriação de áreas limítrofes ao lago.

Isso será feito a partir de alguns trabalhos produzidos, projetos, estudos de oferta turísticos já realizados no município e dados da secretaria de turismo para posteriormente apontar possibilidades de mitigar impactos naturais e produzir uma pesquisa que discuta a temática desordenamento territorial e turismo sustentável no município. Isso servirá para processos decisórios e de gestão possibilitando o melhor entendimento da realidade local. Assim, o objetivo geral deste estudo é identificar os conflitos (socioambientais) existentes no município de Três Ranchos decorrentes do uso e da ocupação do lago.

O estudo de Sousa (2012) discorre sobre a importância histórica, econômica e cultural do Rio Paranaíba, elucidando que foi a partir dele que o município surge. Nele se desenvolvia a atividade pecuária nas margens férteis e foi a partir dele também que a população tem seu modo de vida alterado ao desenvolver a atividade turística. Sousa (2012) é bastante explícito ao falar sobre esta mudança de atividade econômica que antes se baseava no extrativismo, a extração de diamantes e, com o advento do agrohidronegócio, ocorre alagamento desse espaço e conseqüentemente a mudança forçada para a prestação de serviços e utilização dessa mão de obra antes garimpeira para serviços em residências locais como caseiros e vigilantes.

Sobre a situação de desterritorialização desses sujeitos ainda excluídos diante de nova apropriação desse espaço, o autor também menciona:

A nova realidade, perversa, embora aparentemente mais amena, escamoteia relações tão ou mais desiguais que aquelas pretéritas, além de expor o meio natural a uma agressão imensurável. A descaracterização do território, em função da implantação de usinas hidroelétricas, passa pela condenação de trabalhadores ao desterro, em dois sentidos: estrito, porque os obriga a sair de seus lugares, e figurado, pois mesmo reassentados, sentem-se degredados, banidos do ambiente onde construíram tantos significados para suas vidas (SOUSA, 2012, p. 130).

Segundo Haesbaert (2012, p. 371): “[...] o mundo não foi feito apenas para uma meia dúzia de privilegiados que podem efetivamente escolher em que território (s) prefere(m) a cada dia viver”. Assim configurou-se o município de Três Ranchos, no momento em que começa a se desenvolver outra atividade econômica daquela existente passando a caracterizar-se como destino turístico. Pode-se dizer ainda que, na atual conjuntura, esse novo caráter de local turístico que a cidade adquiriu exigiu (e ainda exige) uma série condições mínimas para sua consolidação. Ali foram construídos grandes empreendimentos, o que dificultou o acesso à população local ao então surgido lago e gerou inúmeros problemas socioambientais. A possibilidade de uso desse lago nos momentos de lazer acabou por gerar inúmeros conflitos entre os usuários.

Nesse sentido, considera-se importante entender os problemas referentes ao uso conflitante do lago originado do processo de ocupação desordenada nas áreas lindeiras por grandes empreendimentos, casas de veraneio construídas as margens do lago que acarretam alterações visíveis no meio configurando assim danos ambientais resultado da dissociação entre meio natural e o desenvolvimento socioeconômico, pois ao ocuparem essas áreas essas construções não respeitaram a legislação vigente bem como a oscilação hídrica do local. Ao mesmo tempo essas construções acabaram por limitar o acesso da população a ele e, delegá-las ao descaso dos responsáveis pelo lago em recuperar áreas que estão em condições de extrema vulnerabilidade e imensamente degradadas pelo processo erosivo decorrente da flutuação do lago.

Isso decorre do fato de ao transformar um espaço em produto turístico sem considerar a valorização do lugar e rapidamente tentar revalorizá-lo com a nova lógica de mercado capitalista, a qual visa a lucros e não as leis, aspectos naturais ou sentimentos, recriam-se espaços com intenções de consumo e lógica de interesse semelhante aos outros destinos turísticos. E neles a realidade é pouco enxergada pelos visitantes ou sendo, elas não são de interesse nem de indignação quanto aos problemas socioambientais existentes.

Considerando essas reflexões, percebe-se que as relações existentes entre as pessoas, os lugares e os objetos são cada vez mais práticas, superficiais e isto ocasiona uma série de problemas para o meio natural, que são as graves consequências ambientais. Além destas, há também os problemas sociais e a desterritorialização de um espaço por uma parcela da sociedade baseada na questão mercadológica e sustentada pelo valor simbólico.

Por conseguinte, Santos (1999) menciona:

Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1999, p. 173).

A rapidez dessas transformações que reorganizam um espaço de acordo com as questões mercadológicas dificulta a relação que as pessoas possam manter com esse local, pois as retira deste espaço e as condiciona em outra realidade que não aquela que elas estavam acostumadas. O que predomina são fatores econômicos e políticos demandando, algumas vezes, recursos públicos para manutenção de infraestrutura de apoio às obras e à realização de interesses minoritários.

Dessa forma os problemas da sociedade são agravados devido à complexa forma de organização que o espaço adquire, acabando assim por gerar usos conflitantes do mesmo espaço. Conforme Santos (1999):

[...] também, o conflito pelo uso dos recursos públicos destinados as infra-estruturas. A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por atender toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais (SANTOS, 1999, p 270).

Nesse sentido, com anuência do poder público criou-se em Três Ranchos territórios diferenciados que, construídos no decorrer do tempo histórico, denotam relações de poder existentes neste local. De acordo com Borges (1997) houve o incentivo da prefeitura para a construção de casas de veraneio e meios de hospedagem luxuosos a beira do lago o que acabou dificultando o acesso público ao lago por parte da população de baixa renda seja ela moradora ou visitante. Ainda conforme esse autor muito destes proprietários deixaram de consumir os produtos locais, pois traziam seus produtos da cidade de origem. Outro problema ressaltado em seu estudo foi o desrespeito à natureza devido o impacto ocasionado pela ocupação desordenada das margens do lago.

Assim, ao desenvolver a atividade turística em qualquer local, é necessária a implantação de algumas alternativas que visam à integração econômica e social e ambiental. Deve ser responsabilidade dos grandes empreendimentos de se fazer estudos para avaliar os impactos socioambientais que estes causarão elaborando diagnóstico ambiental com estudo da dinâmica de ocupação e uso da terra, mapeamento e caracterização de áreas de preservação permanente (APP), elaborar planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD), gerenciar conflitos de processos ambientais, entre outros. O executivo deve ter mais empenho na preservação e proteção ambiental, não permitindo investimento público nessas áreas.

Nesse sentido, MELO (2008) afirma que, na década de 1990, a cidade de Três Ranchos foi beneficiada com a implantação de projetos governamentais que visavam à dinamização do turismo para destacar-se como localidade turística. Assim foram implantados, nos estados da federação, pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Execução Descentralizada (PED). No entanto, outros investimentos já haviam sido iniciados desde a década de 1980.

Borges (1997), consultor responsável pelo *Diagnóstico da Oferta Turística* em Três Ranchos (uma das etapas do referido PED), chega à conclusão de que a atividade turística neste local ocorreu de forma inesperada em um local que não estava preparado para as mudanças ocorridas durante a implantação de uma nova atividade. Neste estudo, são mencionados os graves problemas existentes no município desde a ocupação desordenada por parte das construções a violação de normas Federais e Estaduais em áreas lacustres, as mudanças no âmbito social, econômico e cultural ainda presentes, a ausência de projetos que se preocupem com a questão ambiental que envolva a sociedade como um todo e a desmotivação da população frente à situação em que o município se encontra devido a baixo fluxo de turistas.

Assim sendo, há necessidade da interação de fatores econômicos, sociais e ambientais fornecendo às atividades turísticas subsídios para a implantação de novas fontes de renda aliando desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais. Veja-se que não é

fácil a implantação do Turismo Sustentável devido às suas diversas nuances e exigências, principalmente no que se refere à legislação ambiental.

Além disso, deve-se considerando a natureza como parte integrante do processo de desenvolvimento social, repensar como o lago no decorrer do tempo histórico originado para atender a demanda capitalista, foi fator determinante na ocupação do município de Três Ranchos e quais consequências para o meio natural isso trouxe. O lago tornou-se um atrativo, dele dependia e depende boa parte das atividades recreativas realizadas no local.

No entanto, a ocupação desordenada em áreas lindeiras gerou uma série de efeitos negativos como mencionado no decorrer deste texto. Além da circulação constante de pessoas dos municípios vizinhos que possuem residências ou aquelas que alugam casas para passar o final de semana, feriados, determinadas festividades como no carnaval, por exemplo, o município acaba recebendo um fluxo maior de pessoas⁴ gerando alterações no meio. Disso decorre a preocupação em discutir aqui como são feitos o uso e a ocupação desse recurso hídrico - o lago mediante as oscilações naturais e operacionais no decorrer do ano.

Ou seja, infere-se aqui não só a preocupação com os fatores naturais que interferem no comportamento de um recurso hídrico como também com os fatores humanos, entendendo que estes possuem uma relação de interdependência no decorrer do tempo. Tanto os fatores naturais como os humanos são responsáveis pela conservação e degradação de um ambiente. Casseti (1991) menciona o papel do homem nos processos naturais na alteração dos fenômenos rítmicos e que a ação antrópica é responsável por consequências ambientais derivadas da intenção em ocupar determinada área e explorá-las de acordo com seu interesse resultando em graves problemas socioambientais.

Nesse sentido, o estudo realizado por Borges (1997) no município de Três Ranchos demonstra que a ocupação das áreas limítrofes foi (e continua sendo) um violador da legislação das áreas que deveriam ser preservadas, promoveu um intenso desmatamento sem recuperação das áreas degradadas e, sem a fiscalização dos órgãos competentes e do poder público no que tange a ocupação das margens do lago, gerou uma série de problemas sociais e ambientais. Daí a necessidade de uma melhor eficiência no desempenho político, da sociedade em geral, das empresas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento na tentativa de recuperação de áreas de APPs e conservação dos recursos hídricos.

Nesse sentido, são pertinentes os estudos que demonstrem como os lugares têm sido reorganizados territorialmente, como estes conflitos (de ordem social e ambiental) se originaram historicamente e como o planejamento deve ser pensado.

Conforme Santos (2004), dentre todas as atribuições dadas ao planejamento ambiental, acredita-se que uma das mais importantes seja o fato de se pautar, predominantemente, pelo potencial e pelos limites que o meio apresenta e não pela demanda crescente ou má gestão político-administrativa. Isso porque os conflitos ambientais decorrem do desenvolvimento de determinada atividade e da possível ameaça aos elementos naturais que, por lei, deveriam estar protegidos. Em locais turísticos isso pode ocorrer devido à própria dinâmica ambiental, de modo que tais conflitos podem ser agravados por influência da sociedade através da instalação de grandes empreendimentos, da ocupação urbana desordenada (esgoto, lixo, exploração de recursos hídricos sem a devida fiscalização) e da instalação de obras portuárias.

⁴ Segundo dados da Secretaria de Turismo de Três Ranchos o último evento de *Carnacross* realizado no ano de 2012 o município recebeu mais de 45 mil turistas.

Para Zhouri & Laschefski (2010), os conflitos ambientais territoriais que ocorrem em grupos que dependem do meio e que foram desterritorializados pelo processo de apropriação do espaço, geram a perda da memória, da base material e simbólica e da identidade com os lugares. Para Zhouri & Laschefski (2010). “o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo” (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

Assim, essa situação de banimento que separa o homem do ambiente acaba por criar certa ausência de identificação com os lugares devido à situação imposta pelo modelo capitalista onde existem espaços de segregação, de paisagens diferenciadas criadas com intuito de gerar renda, atrair pessoas e repelir outras, demonstrando como o homem se relaciona com a natureza de acordo com sua necessidade e poder. Contribuindo com essa reflexão, Haesbaert (2012) coloca:

Entretanto como iremos construir novas identificações, novas territorializações e “amar tudo o que existe”, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder “amar tudo o que existe” e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, “afetivamente” – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria “natureza” (HAESBAERT, 2012, p. 369-370).

Desta forma é importante ressaltar que o município ao se transformar em local turístico, passa também a ser de interesse daqueles que favorecidos financeiramente puderam adquirir suas propriedades em seu entorno. Ocasionalmente a partir deste instante, conflitos territoriais entre a população residente, a população visitante, bem como o poder público local que possui grandes entraves na atualidade para ministrar tal situação.

Assim, na atualidade, esses problemas originados do processo de ocupação desordenada dessas áreas acabaram por limitar o acesso da população local ao lago e, ao mesmo tempo, delegá-las ao descaso dos responsáveis pelo lago em recuperar áreas que estão em condições de extrema vulnerabilidade e imensamente degradadas pelo processo erosivo decorrente da flutuação do lago. Na tentativa de mitigar tais aspectos negativos seria necessária a utilização de técnicas que auxiliasse no provimento de dados, informações que permitisse a própria gestão local contornarem tais efeitos contribuindo também para o desenvolvimento de atividades que possibilite desenvolver de forma sustentável gerando com isso renda para a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi repensar as formas de ocupação do município de Três Ranchos e suas consequências socioambientais. O município é caracterizado aqui como localidade turística por possuir o lago artificial originado do represamento das águas do rio Paranaíba. Assim, devido à bela paisagem formada nesta região de Cerrado, houve a construção de grandes empreendimentos e a ocorrência de usos competitivos pelo recurso hídrico por parte da população e os grandes empreendimentos. Faz-se urgência de políticas públicas que possam mitigar os efeitos ocorridos neste espaço com a construção do lago e a ocupação desordenada.

Essa reflexão foi realizada baseada nos estudos desenvolvidos do lugar, a literatura pertinente e em específico um estudo feito denominado diagnóstico *de oferta turística* no ano de 1997, pelo consultor Marcos Martins Borges. Deste período até o momento atual poucos estudos sobre a temática ambiental foram realizados e o município sofre com as agressões ambientais de maneira intensa resultando em um espaço de riscos e degradações ambientais negligenciados pelos devidos responsáveis. Dessa forma o município vai aos poucos perdendo os turistas que visitavam o local ou os recebem nos momentos em que o lago tem sua cota d'água aumentada nos períodos de chuva e nestes os problemas continuam momentaneamente escondidos.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. M. **Projeto criação de quatro pólos irradiadores de desenvolvimento do ecoturismo**: microrregional diagnóstico da oferta turística subgerência município de Três Ranchos, 1997. 45 p.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 147 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396 p.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SANTOS, R. F. dos. Planejamento, Planejamento Ambiental e paradigmas de desenvolvimento. In: _____. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. p. 15-29.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucited, 1999.

SOUSA, J. L. V. de. **Pobres garimpeiros de riqueza**: a geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*, Catalão.

ZHOURI , A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010. 484 p.

OBSERVAÇÕES GEOGRÁFICAS: OLHARES SOBRE OS ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO TERRITÓRIO GOIANO E BRASILIENSE

Marcos Vinícius Ferreira da Silva
Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí
geopolitica@outlook.com

Bárbara Maria Freitas da Silva
Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí
b.geografia@hotmail.com

Resumo

Este trabalho é resultado das observações realizadas a campo na cidade de Pirenópolis e Brasília, no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (município de Alto Paraíso) e na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (município de Minaçu) em dezembro de 2013. O trabalho de campo foi promovido pelo curso de bacharelado e licenciatura em Geografia da UFG – Regional Jataí. Além das atividades de observações diretas, *a priori*, houve o embasamento teórico por meio de palestras oferecidas pelos professores da Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás sobre as temáticas referentes: a urbanização do Brasília-DF, a mineração de amianto em Minaçu-GO e a geração de energia na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. O foco das observações procurou compreender a formação, transformação e organização espacial dos lugares visitados na perspectiva da relação sociedade-natureza, mediada através do processo de trabalho e técnica, dando forma a configuração do espaço no Distrito Federal e em Goiás. Especificamente, este estudo teve como objetivo analisar empiricamente os lugares visitados com a finalidade de entender sua dinâmica socioespacial sobre o território. Os procedimentos metodológicos basearam-se nas observações empíricas fundamentadas com os referenciais bibliográficos sobre a temática proposta. Portanto, buscou-se construir uma análise dos pontos supracitados.

Palavras-chave: Trabalho de Campo. Transformações Socioespaciais. Goiás. Brasília.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi oriundo das observações de campo, realizadas em dezembro de 2013. O trajeto deste estudo iniciou-se no município de Jataí-GO, tendo como primeira parada a cidade de Brasília-DF. Inicialmente, a discussão foi sobre a formação espacial da capital, seu planejamento geopolítico e sua recente expansão urbana. Essa visão teórica sobre a cidade surgiu devido à palestra ministrada pela professora Nelba Azevedo Penna da Universidade de Brasília, logo após sua exposição foi realizado um percurso pela cidade com a fim de entender sua lógica socioespacial.

O próximo ponto corresponde ao distrito de São Jorge, localizado no município de Alto Paraíso. Nesse lugar foi visitado o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o trajeto priorizou

a sua área de preservação, tendo como foco a observação dos aspectos físicos correlacionados com os processos antrópicos na construção do parque.

Posteriormente, seguiu-se caminho para a cidade de Minaçu-GO, onde aconteceu uma palestra na Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Minaçu (UEG-UnU) sobre a indústria SAMA–Minerações Associadas, principal produtora de amianto. A abordagem focou os impactos e consequências dessa mineração na saúde e no meio ambiente. Além disso, ocorreu uma visita na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, assim sua discussão priorizou a questão energética para o país e seu funcionamento e relações locais.

A última parada foi na cidade Pirenópolis que possui aspectos históricos nas suas dimensões arquitetônicas, mantendo rugosidades espaciais, resistindo desde o período colonial em Goiás. O objetivo foi observar os aspectos do espaço construído e a articulação entre formas pretéritas e a função atual.

Este trabalho de campo de modo geral teve como objetivo compreender os locais visitados por meio de sua formação, transformação e organização espacial. Nessa perspectiva buscou-se compreender a relação entre o social e o ambiental por meio do processo técnico resulta na produção do espaço geográfico e dando forma a configuração territorial. Especificamente, esta pesquisa tem como objetivo elaborar uma análise crítica de cada lugar visitado durante o trabalho de campo com a finalidade de entender sua dinâmica socioespacial.

Os procedimentos metodológicos basearam-se nas observações empíricas fundamentadas com os referenciais bibliográficos sobre a temática proposta. Os objetos espaciais de análise correspondem às cidades de Brasília-DF, Minaçu-GO e de Pirenópolis-GO, ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros situado no Distrito de São Jorge no município de Alto Paraíso e a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa no município de Minaçu, localizados no Distrito Federal e nas mesorregiões Norte e Leste do estado de Goiás, conforme se pode observa no mapa 1.

Portanto, para o desenvolvimento desse ensaio, houve a necessidade de uma observação empírica sobre os objetos a serem estudados. Logo após, as anotações de campo foram transcritas com embasamento teórico por meio de referências bibliográficas sobre as temáticas trabalhadas e abordadas em campo.

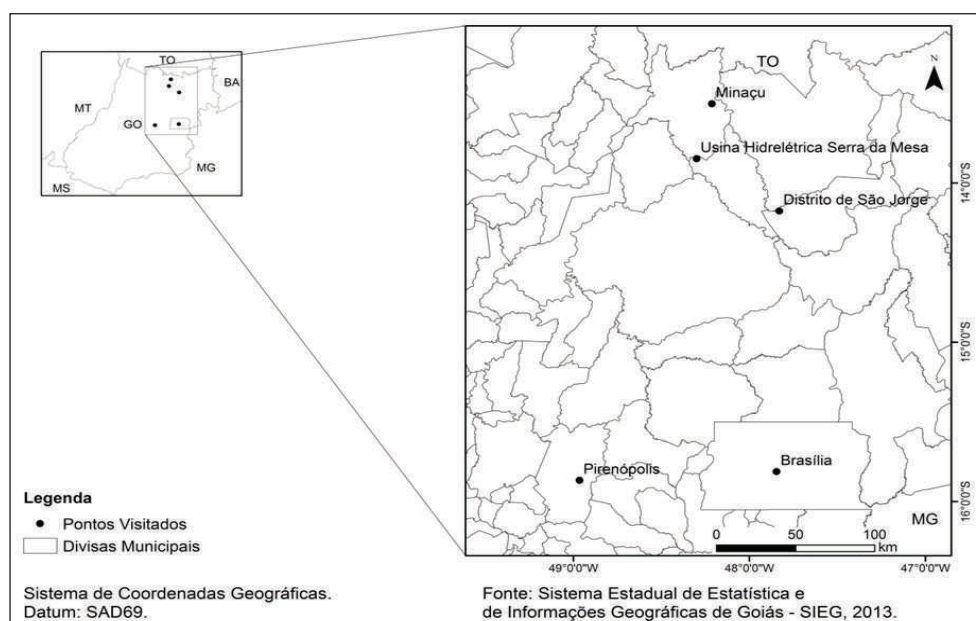


Figura 1 – Localização dos municípios visitados durante o trabalho de campo.

Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG). Sistema de Coordenadas Geográficas/Datum:SAD69
Organização: SILVA, M. V. F.; QUEIROZ JÚNIOR, V. S. 2013.

Os resultados das observações oriunda deste artigo foram sistematizados em cinco partes, que representam a discussão e análise de cada objeto que foi analisado, ou seja, referente aos lugares em que este estudo abrangeu espacialmente no território goiano e brasiliense.

A FORMAÇÃO E ATUAL DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE BRASÍLIA

Ao analisar a construção de Brasília, torna-se preciso compreender que sua função inicial foi de uma cidade pensada pelo Estado, como uma estratégia geopolítica de transferir a capital para o centro do país. De modo que sua transferência, especificamente, para o Planalto Central era previsto desde a Constituição de 1891.

Nesta perspectiva, foi organizada a Comissão Cruls, por volta de 1892, essa expedição tinha como objetivo escolher a localização da nova capital por meio de estudo técnico-científicos. Sendo de grande importância territorial pelo motivo de que se visava incentivar o desenvolvimento do país e da sociedade no âmbito das relações capitalista de produção.

Posteriormente, em meados de 1937 as preocupações de interesse geopolítico do Estado foram de incentivar o desenvolvimento de uma peregrinação direcionada para oeste, de criar uma nova divisão do território brasileiro, além de estabelecer uma modernização econômica e política. Contudo, entre tantas inquietações governamentais, objetivou-se de modo concreto a Marcha para o Oeste, “embora a Constituição de 1937 não tivesse confirmado decisões de constituições anteriores, de transferência da capital do país para o Planalto Central, fato que só ocorreria em 1960, no fim do governo JK”. (ANDRADE e ANDRADE, 1999, p. 59).

Brasília foi uma espécie de síntese do chamado Nacional Desenvolvimentismo e do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, que previa, no conjunto das trintas metas, investir em energia (energia elétrica, energia nuclear, carvão, petróleo), transporte (ferroviário, rodoviário, portos, transporte aéreo), alimentação (frigoríficos, armazéns, mecanização da agricultura etc.) e educação. Pretendia-se fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, o que mudaria de uma vez por todas o perfil do país, ampliando o mercado de consumo interno e consolidando o povoamento do interior. (ARRAIS, 2004, p. 137)

A concepção espacial da cidade surgiu por conta do projeto urbanístico idealizado por Lúcio Costa, sendo este quem venceu o concurso do Plano Piloto com a responsabilidade atribuída de criar o desenho urbano da nova capital. A materialização do espaço ficou a cargo do arquiteto Oscar Niemeyer com a função de “preencher” o Plano Piloto com edificações de diversas finalidades, principalmente para a funcionalidade pública.

No entanto, o fundamental a fim de engendrar as condições para a construção da capital foi o grande número de mão de obra barata advinda principalmente do Nordeste em busca de melhores condições de vida, os “candangos” entraram no trabalho pesado da construção civil. E em sua maioria o trabalho não era capacitado para este tipo de serviço, enquanto a mão de obra especializada vinha do Rio de Janeiro.

Devido a essa pressa de desenvolvimentismo, havia um prazo para a cidade ser entregue pronta, dessa forma os trabalhadores foram expostos de modo cansativo a intensiva jornada de trabalho de aproximadamente quatorze horas diárias ou mais;

Reclamações, paralisações, acidentes de trabalho, mortes, fome foram ocultados por um regime disciplinar coordenado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que tinha Guarda Especial de Brasília (GEB) seu braço policial. Uma dessas histórias de repressão, presente ainda hoje na memória dos pioneiros de Brasília, foi o massacre no refeitório da Companhia Pacheco Fernandes Dantas, quando os trabalhadores reclamaram por melhorias na qualidade da alimentação e tiveram como resposta a repressão violenta da GEB, o que ocasionou várias mortes do lado dos trabalhadores. (ARRAIS, 2004, p.138)

A cidade nasceu de um projeto, entretanto muito tempo depois que o foco da mesma começou a ser direcionado para as questões referentes ao planejamento urbano e regional, que só tornaram evidentes com crescimento dos problemas urbanos da metropolização. Entende-se que “o planejamento de Brasília foi caracterizado por um zoneamento rígido para atender a sua funcionalidade administrativa” (ARRAIS, 2004, p.138). Ou seja, cada edificação construída no espaço teria seu lugar determinado e cada lugar criado teria sua função específica por isso a ideia ou concepção de cidade planejada.

Em contra partida, há contrastes socioespaciais entre Brasília e as cidades satélites, que não foram planejadas e “muitas são formadas na sua maioria por pessoas pobres que migraram para construir Brasília (Plano Piloto) desde o final da década de 1950.” (ARRAIS, 2004, p. 136). Assim, é possível compreender que a dimensão territorial da produção do espaço geográfico, que se desenvolveu economicamente não evoluiu em conjunto com o desenvolvimento social.

Na economia houve a ampliação do mercado interno e externo para o desenvolvimento do capitalismo nacional articulado ao processo de industrialização e também do setor agropecuário. Deste modo, após e durante a consolidação do Distrito Federal provocou a aceleração do crescimento demográfico, formando uma região heterogênea de fluxos econômicos e de serviços em seu entorno.

Os melhores locais de moradia, as disposições de infraestruturas, o maior número de áreas verdes limita-se predominantemente ao Plano Piloto, evidencia-se no espaço a concentração de renda em contraste com as condições de vida diferenciada de boa parte da população, que vive nas cidades satélites e no entrono da capital, ou como afirma Arrais *op. cit.* “nas periferias de Brasília” para representar bem o quadro das desigualdades.

Algumas das cidades satélites sugeriram como representação das lutas em busca de moradia por aqueles que realmente construíram Brasília, muitos deles foram segregados para os lados periféricos da cidade e impulsionados a migrar (ou removidos) dos lugares próximos ao Plano Piloto, pois essa área encontra-se cada vez mais valorizada devido às influências da especulação imobiliária. Um exemplo é a cidade de “Paranoá nasceu da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e fixação na construção do lago de Paranoá”. (ARRAIS, 2004, p.144)

De modo geral, entende-se que muitas cidades brasileiras foram e ainda são de modo notório formadas ou desenvolvidas sem um planejamento urbano adequado. Brasília é um exemplo, foi construída para fins administrativos e voltada apenas para grupos elitizados e mesmo possuindo bairros destinados para os operários, que construíram a cidade, os trabalhadores ao logo do tempo (de crescimento econômico e especulação imobiliária) foram jogados para as cidades satélites, perdendo espaço para quem tem mais poder aquisitivo.

O espaço de Brasília precisa ser entendido além da representação de um campo de força entre as classes sociais, e sim como um espaço ativo, que representa uma totalidade

articulada. De fato, empiricamente é possível observar vários problemas metropolitanos, tais como a fragilidade política na organização territorial, as esferas do governo (federal, estadual e municipal) conflitam entre si em relação aos seus problemas funcionais e estruturais como a violência urbana, que é jogada de uma estância para a outra sobre as redes metropolitanas.

Por fim, é importante ressaltar que o processo de metropolização de Brasília exige uma necessidade de ser pensado, questionado e refletido diante do grande crescimento social, econômico e demográfico a partir de um contexto da globalização. Portanto, uma gestão metropolitana assume um posicionamento de interconexão ao sistema econômico mundial, crucial para uma interpretação geográfica.

O PARQUE NACIONAL CHAPADA DOS VEADEIROS - ALTO PARAÍSO-GO

A Chapada dos Veadeiros localiza-se ao nordeste do Estado de Goiás, sua dimensão territorial envolve vários municípios, principalmente, a área municipal de Alto Paraíso – GO.

Os primeiros grupos étnicos, que habitaram a região foram os índios Avá Canoeiros, Crixás e Goyazes. Por volta de 1552, os bandeirantes comandados por Bartolomeu Bueno da Silva trilharam por este lugar e o próprio nome da chapada faz referência aos caçadores de veado-campeiro. Esses bandeirantes traziam com eles os seus escravos e almejavam o interesse de procurar reservas auríferas, onde faiscavam os riachos em busca deste mineiro e assim construíram-se as primeiras vilas e arraiais.

Em 1750, o povoamento de Ato Paraíso deu-se, principalmente, por conta do surgimento da primeira propriedade de terra local, chamada de Fazenda Veadeiros, esta era um núcleo de colonização, que aos poucos agregou grupos de pessoas, entre eles lavradores que trabalhavam na pecuária local e nos cultivos de trigo e café.

O topônimo ‘veadeiros’ se refere não propriamente ao veado, mas sim ao cachorro utilizado para farejar e perseguir o animal durante as caçadas. Dados cedidos pela atual Prefeitura Municipal apontam que as fazendas de Francisco de Almeida e Firmino de Almeida Salermo, José Pereira Barbosa e Manuel Caboclo foram geradoras do primeiro núcleo povoado na região em meados do século XVIII, dando início ao processo de colonização com cultivo de frutas, milho, café e pecuária. (ICMBio, 2009, p. 87)

Contudo, em 1789 a procura por ouro foi decaindo, deste ano até o século XIX as paisagens sofreram pouca alteração antrópica, apenas vestígios da pecuária e do pastoreio. Em 1892 a região do Planalto Central estava em indícios de futuras transformações geográficas, políticas e sociais com a chegada da comissão Cruzl composta por vários pesquisadores e liderada por Luiz Cruzl, passaram pela Chapada a procura de uma área para a construção da futura capital do país.

Vinte anos depois, foi descoberto jazidas de cristal, especificamente, onde deu origem ao povoamento do distrito de São Jorge por causa da tentativa de exploração que ocorreu nesse lugar. Os acampamentos dos garimpeiros aos poucos engendraram o povoado e também cidades próximas.

Na década de 60 a partir da criação de Brasília as regiões envolvente começaram a sentir as influências e transformações oriundas do “desenvolvimento” regional com “o novo ciclo

econômico inaugurado pela política de Juscelino Kubitschek, centrado no Plano de Metas, na construção de Brasília e na criação de incentivos à formação de colônias agrícolas avançadas, incorporou a região em um processo de crescimento” (ICMBIO, 2009, p. 88).

Com base no contexto exposto, o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961, por meio de legislação (referente ao Decreto n. 49.875), posteriormente alterado por outros decretos. Conforme o Plano Direto de Alto Paraíso de Goiás *apud* o ICMBio (2009, p. 92), entende-se que;

“[...] a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros representou uma completa mudança de comportamento para os habitantes do Povoado de São Jorge”. A partir da década de 80, seus moradores mais antigos que antes se voltavam para atividades agrícolas ou extrativas, estão cada vez mais envolvidos com o atendimento ao turismo, de forma direta ou indireta. Novos moradores fixaram residência especificamente em função dessa nova atividade. Antigas residências foram transformadas em pousadas, bares e restaurantes, terrenos desocupados foram adaptados para servirem de campings e novas construções foram erguidas especificamente para receber os visitantes.

Para o entendimento da realidade contemporânea da Chapada pode-se apontar um aspecto específico; a criação do projeto Alto Paraíso, cujo objetivo governamental incentiva a instalação de hotéis, aeroporto, asfaltamento e outros recursos urbanísticos a fim de se desenvolver o turismo na cidade, mas principalmente na potencialidade e admiração dos recursos naturais. Só que o projeto também visava criar condições para a produção de frutas com a finalidade de criar um polo regional para o desenvolvimento do nordeste de Goiás, porém, essa prática foi pouco observada.

Compreende-se que “a divisão geopolítica da Chapada é relativamente recente, pois os municípios da região (Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul e Teresina de Goiás) são originários de recentes subdivisões de Cavalcante” (ICMBIO, 2009, p. 83) um outro município. A partir desse contexto foi inserido o Ecoturismo na Chapada dos Veadeiros em conjunto com as comunidades locais, que começaram a agir no âmbito social, político e econômico.

Para finalizar, observa-se que a população dessas cidades apresentam de modo expressivo características de sua miscigenação étnica entre povos indígenas, sertanejos e “colonizadores”, propriamente com descendência de bandeirantes e de grupos humanos que foram erroneamente escravizados, advindo de regiões paulista, baianas e também do próprio estado de Goiás. Evidencia-se, assim, a diversidade cultural que existe na Chapada dos Veadeiros, desde o misticismo, as religiosidades a até os (in)possíveis sinais de ufológicos.

A USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA - MINAÇU-GO

A Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa está localizada entre os municípios de Minaçu e de Colina do Sul – GO, necessariamente, na Bacia hidrográfica do Alto Tocantins, com sua barragem construída no curso principal do rio Tocantins. Geologicamente, existe um único maciço rochoso para toda estrutura da usina, no caso uma estrutura granítica inserida no complexo serra da mesa. Nessa hidrelétrica foram visitados alguns pontos com objetivo de compreender sua dinâmica energética e contexto histórico-geográfico.

Visa-se nessa primeira parte construir um breve histórico do empreendimento que originou a usina. Em 1981 a estatal FURNAS foi outorgada por meio do Decreto n. 85.223/81 teve a concessão para desenvolver uma análise progressiva do potencial hidrelétrico existente na região, especificamente, no trecho do rio Tocantins em Minaçu.

Em 1985 foi iniciado o projeto da Usina de Serra da Mesa, com a suposta compensação socioambiental. Por volta de 1993 começou a parceria com a iniciativa privada e começo das obras para construção da mesma. Posteriormente, em 1998 iniciou-se o seu funcionamento.

Contudo, neste processo de criação e funcionamento dessa UHE – Usina Hidrelétrica teve o “amistoso” engendramento de uma reserva indígena, porém a remoção e remanejamento das populações tradicionais daqueles locais foram atendidas segundo informação da própria FURNAS por meio do seu programa social de cadastro a propriedade atingida, feito pela própria empresa.

O processo de regularização das terras dos Avá-Canoeiro da região do rio Tocantins teve início por meio da portaria assinada pelo presidente da Funai, em 8 de abril de 1985, que interditou, para fins de atração, uma área de 38.000 hectares localizada nos municípios de Colinas do Sul e Minaçu - GO. A portaria destinava-se a preservar as áreas de perambulação dos Avá-Canoeiro ainda arredios e a área então ocupada pelo grupo. (ICMBIO, 2009, p. 22)

Inicialmente, para reivindicar a defesa de seu território, sugeriram seis índios da tribo Avá-Canoeiros, com apoio da Fundação Nacional do Índio - FUNAI conveniado também com a empresa em 1992, para construção da reserva indígena. As informações do sítio eletrônico de FURNAS no tópico “comunidades indígenas” ressalta sua propaganda de ações ambientais desenvolvidas, informa e reforça sua responsabilidade social, que proporcionou o desenvolvimento de atividades e melhorias na qualidade de vida e manutenção do equilíbrio sociocultural dos índios por meio do Programa Avá Canoeiro do Tocantins (PACTO). No entanto, essa “parceria” deixa indagações: será que foi benéfico mesmo para os aborígenes?

Uma análise sobre esta problemática corresponde plano de manejo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio, 2009), evidencia que “Furnas Centrais Elétricas construiu a hidrelétrica de Serra da Mesa, que ocupou 10% do território indígena. Contudo, esta perda será ressarcida em terras e em benefícios para os índios, através de um convênio entre Furnas e FUNAI, em fase de elaboração.” Segundo FURNAS [s.d] a regulamentação fundiária do território indígena foi reposta: “os 10% do território Avá necessários à construção da Usina foram repostos, por meio da aquisição de área contígua à reserva”.

Segundo Andrade (2002, p. 9) a implementação da Usina Serra da Mesa ocorreu por conta do seu ajuste em forma de convênio com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMAGO), o que objetivou na consolidação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Além dessa compreensão sobre a formação socioespacial da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, torna-se de suma importância entender que esta foi construída com a finalidade de atender uma demanda nacional. Ou seja, foi produzida por uma organização social e econômica que necessita deste insumo energético como meio principal para manter suas estruturas, um elemento na transformação geográfica, seja em escala local (na construção da própria UHE) ou regional no fornecimento de energia elétrica na construção de novas formas espaciais.

A INDÚSTRIA E QUESTÃO DO AMIANTO EM MINAÇU-GO

O município de Minaçu localiza-se no extremo Norte de Goiás, pertencente à microrregião de Porangatu. Os aspectos físicos deste município e região abrange uma base geológica composta de granitos, sobrepostos por complexos rochosos, denominado de complexo Canabrava e Maranhão, constituído de uma unidade geológica referente ao grupo Serra da Mesa.

Os tipos de rocha encontrado neste lugar são rochas ígneas, tais como granito e serpentina que possui em sua composição mineralógica o amianto crisotila, este o principal insumo extraído pela SAMA – Minerações Associadas, que aproveita parte do material retirado para produção. Contudo, esta empresa-industrial é responsável pela extração e transformação deste mineral, comumente chamado de amianto.

Percebe-se a importância dessa produção para empresa. E para compreender a sua relação com a cidade de Minaçu, torna-se necessário também retratar os aspectos histórico-geográficos. De acordo com Pamplona (2003) citado por Pereira e Almeida (2009, p. 76) identifica-se que;

Em 1959, foi descoberto o amianto crisotila. Em 1962 já sabiam que a “pedra cabeluda” não se prestava ao garimpo, mas sim para a exploração industrial. Em abril deste mesmo ano a SAMA S.A. – Minerações Associadas encaminhou as negociações e documentações necessárias para formalizar a exploração e a comercialização do minério, as quais foram iniciadas em 1965.

Logo com surgimento da indústria neste município, foi criada a vila operaria. Esta foi a condição fundamental para o estabelecimento das relações capitalista de produção, que se materializou na produção do espaço urbano. “Portanto, com a implantação da SAMA, acelerou-se o processo de ocupação” (PEREIRA; ALMEIDA, 2009, p. 76).

Para a cidade essa atividade produtiva é responsável por parte significativa da economia municipal e “a participação percentual da produção goiana é expressiva em relação ao valor comercializado das seguintes substâncias minerais: amianto crisotila (100%); nióbio (83%); níquel (69%); cobre (39%); fosfato (27%); e ouro (15%).” (LEITE, 2013, p. 85)

Entretanto, o setor industrial é o que menos distribui renda, mas o que fica no ideário das pessoas é importância da SAMA para Minaçu, “sem a indústria a cidade vai morrer”, enquanto o turismo é um setor evidente que se desenvolvendo na região.

Ao analisar a relação SAMA-Cidade, é preciso entender a situação nos moldes de um modelo imperialista. Dessa forma, entende-se que o imperialismo pode ser definido como o domínio dos grandes monopólios industriais-financeiros sobre o mundo e a produção de.

[...] de amianto crisotila em Minaçu, município criado em razão da exploração {sic}em uma das maiores minas desse minério no mundo, a mina Cana Brava. A descoberta ocorreu nos anos 1960 em terras adquiridas pela empresa francesa SAMA, que venceu feroz disputa com a estatal goiana METAGO pelos direitos de propriedade da mina, que terminou em acordo entre as partes com a garantia da destinação de royalties à empresa estatal. A produção iniciou-se em 1967 e propiciou a autosuficiência {sic}brasileira dessa fibra e a exportação de quase metade do que se produz. (LEITE, 2013, p. 97)

O município de Minaçu possui a terceira maior reserva natural de amianto do mundo conforme Leite (2013) e SAMA [s.d]. Segundo a própria mineradora supracitada “entre as 30 variedades do amianto no mundo, apenas seis são usadas[...]. No Brasil, o Crisotila é usado principalmente em produtos de fibrocimento (cimento-amianto), como telhas onduladas, placas de revestimento, painéis divisórios e caixas d’água”.

Obviamente, o discurso oficial da empresa “orgulha-se” de “estar entre as três maiores produtoras mundiais de amianto crisotila. Essa empresa responde por 13% de toda a fibra comercializada no mundo (SAMA – S.A) de acordos com as informações disponíveis em seu sítio eletrônico.

Há também uma divergência de discursos, sejam eles os oficiais da indústria ou os das pesquisas científicas das universidades e instituídos, a polemica estabelecida foi se o amianto por meio de sua composição químico-mineralógica provoca risco para a saúde. O debate está instalado e mesmo se por hipótese gerar um mal biológico ao organismo humano via sua inalação através de pequenas partículas, este provavelmente será um processo gradual e não imediato.

Estudo científicos de Mendes (2001) e Filho, Neves e Moncau (2001) não atuais em quesito etário, porém atuais diante de tal polemica, o que mostra, que tais avisos sobre os risco vem sendo feitos ao longo do tempo.

Filho, Neves e Moncau (*op. cit*) debatem sobre a questão do amianto em relação conflituosa entre interesse econômico e análise científica. Os autores supracitados discorrem sobre os efeitos do amianto na saúde humana diante da sua exposição, pode resulta em patologias como abestose, fibrose pulmonar, placas pleurais, câncer de pulmão emesoteliomas de pleura, além disso, é ressaltado que o risco aumenta em relação à exposição cumulativa.

Diante do discurso dicotômico, observou a campo de fato um problema ambiental, que evidentemente traz risco a saúde do homem em sociedade, é a questão do entulho rochoso produzido pela mineradora. O mesmo depositado sem condições necessárias, amontoado em diversos locais bastante próximos da cidade, o que pode causar problemas respiratórios.

AS RUGOSIDADES ESPACIAIS DE PIRENÓPOLIS - GO

O município de Pirenópolis pertence à mesorregião Leste de Goiás, localiza-se no Entorno do Distrito Federal pertencente ao RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. A cidade de Pirenópolis possui aspectos históricos nas suas dimensões arquitetônicas, foi cristalizado as rugosidades espaciais, que resistem desde o período colonial em Goiás.

Em 1727 os bandeirantes chegaram na região, devido à quantidade de ouro encontrada no local, onde foi fundado a Mina de Nossa Senhora do Rosário, situada aos pés da serra dos Pireneus. Durante o século XIX foi considerada a cidade mais importante do estado, por conta da exploração mineral que ocorria, havia planos políticos de transferir a capital do estado para o município de Meia Ponte (atualmente Pirenópolis) e não mais em Vila Boa, que hoje se chama Cidade de Goiás.

No entanto, a cidade de Meia Ponte começou seu povoamento quando Bartolomeu Bueno da Silva fundou Vila Boa de Goiás e estabeleceu-se na região. Dessa forma, o objetivo dos

bandeirantes eram “a procura do ouro” e foram expandindo sua exploração até encontrarem novas minas auríferas próximas ao Rio das Almas, situadas perto da serra dos Pireneus e as pessoas vinha para Meia Ponte interessadas na exploração deste minério.

A estabilidade econômica da cidade durou pouco com fim da mineração, passando por um longo período de isolamento, a mesma manteve-se estruturalmente intocada ao longo do tempo e das transformações socioespaciais intensificadas durante o século XX, principalmente, com o plano de construir a futura Capital do país próximo ao município. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE [s. d.] “Pirenópolis manteve-se como testemunho vivo dos primeiros tempos da ocupação do território goiano. Cristalizou-se a feição do arraial das primeiras décadas do século XIX, que vivia então o auge de sua prosperidade e cultura”.

Essa característica do espaço geográfico entendida como testemunhos vivos oriundos de períodos históricos ou feições arquitetônicas de outras épocas que se mantem presente na sociedade contemporânea de forma cristalizada, são denominados de rugosidades espaciais.

Segundo Santos (2009), a rugosidade é o espaço construído pelo homem por meio do tempo histórico em que se modifica a paisagem, incorporando-a a uma espacialidade. Neste sentido “as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado.” (SANTOS, 2009, p. 173)

Entende-se que essa herança histórica do espaço, também é testemunho de um modo de produção ou da forma de como era realizado as atividades produtivas, isto é evidente em Pirenópolis (foto 1), seu espaço como forma durável que não foi desfeito durante o processo de desenvolvimento ocorrido em sua região, Santos *op. cit* complementa, que “alguns processo se adaptam as formas pré-existentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”.



Figura 2 - Centro histórico de Pirenópolis – exemplos de rugosidades espaciais

Fonte/autor: Paulo Rodrigues Rocha, 2012

Identifica-se nesta cidade, as ruas com traçados irregulares, de modo remanescente a arquitetura do lugar apresenta uma lembrança da colonização portuguesa, “o centro histórico remonta ao tempo do ciclo aurífero e as construções arquitetônicas e urbanísticas de estilo colonial que o compõem, apresentando características opostas aos modernos monumentos existentes em Brasília. (SILVA e SILVA, 2009, p. 102)

Em suma, as rugosidades evidentes na paisagem da cidade construída pela ação antrópica sobre o meio, nos mostra como era organização socioespacial em tempos passados. Porém, oferecer subsídios para entender as relações sociais estabelecidas neste espaço herdado, mas que apresenta hoje outras funções em uma mesma estrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que cada fragmento do espaço geográfico possui suas singulares, sejam elas históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e naturais, somente podem ser apreendidos por meio da observação empírica. Por isso a necessidade dos trabalhos de campo na construção do conhecimento teórico associado ao prático a fim de compreender a totalidade do espaço geográfico inserido no território goiano e brasiliense.

Além da práxis estabelecida na formação acadêmica e profissional através do estudo a campo, estabelece-se uma aptidão do geógrafo que ultrapassa os limites descritivos e analíticos. Essa é a capacidade de correlação dos diversos elementos que formam a realidade (espacial). No decorrer dessa análise os autores tentaram deixar claro essa relação ao constitui uma compreensão da organicidade política de Brasília, que criou condições e influenciou na formação de vários municípios, tais como Alto Paraíso, Minaçu e Pirenópolis. E como identificado na pesquisa, a elaboração do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros criado no período da política desenvolvimentista do Governo JK, teve sua consolidação influenciada pela construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa.

Ou seja, organização política e ocupacional de Brasília criou meios para o desenvolvimento regional em mesorregiões próximas ao Distrito Federal. Portanto, compreende-se que o norte e leste de Goiás foram contemplados com esse modelo de desenvolvimentista, entretanto, esse processo não foi uniforme, tornou-se linear de modo que evidenciou os contrastes socioeconômicos e espaciais entre os lugares.

Por fim, nota-se que cada local a partir de sua particularidade histórica construída pelo processo de produção espacial foi engendrado ou transformado para atender sua forma específica seja direcionado aos interesses políticos, econômicos, industrial e até mesmo para setores voltados ao turismo e cultura, criou-se ao longo do tempo diferentes condições para garantir sua autonomia e aproveitar suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. **A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social.** São Paulo: Contexto, 1999.

ANDRADE, S. M. **O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem.** 2002. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo,

São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042003-162440/pt-br.php>> Acesso em: 02 fev. 2014.

ARRAIS, T. A. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004. 166 p.

FURNAS. Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. [s. d.]. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemaFurnas/usina_hidr_serramesa.asp> Acesso em 02 fev. 2013.

FURNAS. Comunidades indígenas. [s. d.]. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/frmMAAcoesComunidadesIndigenas.aspx>> Acesso em 02 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pirenópolis. [s. d.]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/pirenopolis.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_1.pdf> Acesso em 02/02/2013

LEITE, U. B. **Os efeitos regionais da ‘Grande Mineração’**: a experiência do Norte de Goiás. 2013. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15177/1/2013_UbajaraBerocanLeite.pdf> Acesso em: 27 fev. 2014.

MENDES, R. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. **Revista Associação Médica Brasileira**. São Paulo, v. 17, n.1, p. 07-29, 2001. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n1/4057.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2014.

PEREIRA, L. M.; ALMEIDA, M. G. Paisagens construídas, mineração e turismo conforme a percepção dos moradores em Minaçu- GO. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus-BA, v. 3, n. 01, 2009. ISSN: 1982-5838. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo_4.pdf> Acesso em: 03 mar. 2014.

SAMA – Minerações Associadas. O amianto. [s. d.]. Disponível em: <http://www.sama.com.br/pt/crisotila/o_amianto/index.html> Acesso em 03 fev. 2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, B. C.; SILVA, M. C. Pirenópolis - GO: crescimento da malha urbana e atividades turísticas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 99-115, 2008 Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15681/8870>> Acesso em: 03 mar. 2014.

WUNSCH FILHO, V.; NEVES, H.; MONCAU, J.E. Amianto no Brasil: conflitos científicos e econômicos. **Revista Associação Médica Brasileira**. São Paulo, v. 47, n.3, p. 259-261, 2001. ISSN 0104-4230. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v47n3/6552.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2014.

ROTAS TURÍSTICAS EM PAISAGENS SERTANEJAS DE MINAS GERAIS

Nilda Aparecida Pascoal Rezende
Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis
nilda.pascoal@ueg.br

Jean Carlos Vieira Santos
Universidade Estadual de Goiás – UnU Quirinópolis
svcjean@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo é produto do Trabalho de Campo realizado em novembro de 2012, em paisagens rurais de municípios mineiros de Diamantina, Montes Claros e Grão Mogol localizados na Serra do Espinhaço – Norte de Minas Gerais, promovido pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Esse tem como objetivo apresentar relatos das impressões e emoções dos sujeitos envolvidos a partir da realidade observada e analisada, esclarecendo os significados dos lugares e como esses se ligam à existência do turismo. Sobre os aspectos metodológicos, estes compreendem duas fases: pesquisa documental (levantamento das referências) com trabalho de campo e, por meio, deste, a construção de material embasador de reflexões a respeito da situação vivenciada. Entre os autores discutidos estão Marques (2011), Rezende e Santos (2013), Souza (2013), Santos (2010/2013), Feltran Filho (1997), Ab’Saber (1982), dentre outros. Sabe-se que o trabalho de campo na ciência geográfica é importante instrumento para a assimilação do conhecimento, uma vez que permite a relação interdisciplinar, teoria e prática, além de também ser o momento importante de inserção do pesquisador nos “conjuntos de lugares” e regiões de pesquisa fornecendo ao pesquisador experiência e contato direto com o objeto de estudo.

Palavras Chave: Modo de Vida, Cultura Sertaneja, Rotas e Destinos Turísticos.

1. INTRODUÇÃO

Convém, inicialmente, esclarecer que o presente artigo é produto do Trabalho de Campo realizado em novembro de 2012, em paisagens rurais de municípios mineiros de Diamantina, Montes Claros e Grão Mogol localizados na Serra do Espinhaço – Norte de Minas Gerais (Figura 01), promovido pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Este tem como objetivo apresentar relatos das impressões e emoções dos sujeitos envolvidos a partir da realidade .



Figura 01 - Localização da área de estudo.

Fonte: Guia Geográfico – Mapas de Minas Gerais, 2013.

Sabe-se que o trabalho de campo na ciência geográfica é importante instrumento para assimilação do conhecimento, uma vez que permite a relação interdisciplinar, teoria e prática e além de também ser o momento importante de inserção do pesquisador nos “conjuntos de lugares” e regiões de pesquisa fornecendo ao pesquisador experiência e contato direto com o objeto de estudo. Diante desse contexto preliminar, Marques considera que:

A geografia é uma área do conhecimento que estuda o espaço e suas relações. Ela interliga elementos ambientais, sociais, econômicos, culturais, entre outros. Considerando que os indivíduos se relacionam entre si e com o meio, esta ciência incita a realização de amplas análises e interpretações das práticas sociais no espaço, ou seja, permite que se façam discussões contextualizadas no espaço e tempo. (MARQUES, 2011, p.17).

É possível afirmar, portanto, que a ciência geográfica está em todas as relações. Diante disso, a produção deste artigo só se concretizou com o desenvolvimento do trabalho de campo nas cidades do interior de Minas Gerais ao analisar as relações entre os sujeitos de paisagens próximas, mas não homogêneas. Com o empírico compreende-se que as “respostas costumam se esconder nas situações mais simples, que o silêncio pode dizer mais que discursos prontos (o dito pelo não dito) e que a leitura do contexto transforma um cenário” (MARQUES, 2011, p.23).

Marques (2011), Rezende e Santos (2013) consideram que esses trabalhos de campo permitem ler a paisagem, espacializar a investigação e decifrar a problemática. Outro aspecto a ser observado diz respeito à capacidade de analisar o cenário posto e superar as barreiras da observação por parte dos diferentes atores envolvidos com a atividade na pesquisa e no ensino. De acordo com Souza (2013) a prática do trabalho de campo é intensa e imprescindível para a compreensão das relações e trocas que ocorrem no lugar. Em várias etapas nos permite,

[...] utilizar método da observação pela percepção, o registro de imagens pelas fotografias, a captação de imagens imateriais que a câmara não alcança, as análises subjetivas dos sujeitos estabelecidas nas diversas relações socioculturais e socioprodutivas, e um envolvimento com as atividades cotidianas” (SOUZA, 2013, p.46).

O trabalho de campo não se trata simplesmente de uma viagem para locais desconhecidos. Para Moura e Silva (2009, p. 9-10) a pesquisa empírica “deverá garantir abordagens interpretativas da realidade visualizada”. Santos (2010, p.31) permite compreender a relevância dessa prática ao argumentar que essas visitas “é um olhar que transpassa as aparências e busca fazer história com intensidade, por intermédio da documentação detalhada e reconhecidamente singular”, Assim, leituras das espacialidades e temporalidades, apresentando elementos formadores da realidade investigada.

Para alcançar o objetivo proposto elaborou-se um roteiro de campo e atividades a serem realizadas durante o trajeto percorrido, além de o sistema da observação, anotações em caderneta de campo, explicações de professores orientadores e guias turísticos dos lugares e também registro fotográfico. Santos (2010) afirma que essas anotações e observações formais e informais nos ajudam a reconstruir a história das pessoas e seus aspectos culturais (materiais e imateriais), importantes para a formação regional. Esse percurso necessário exige

[...] uma postura disciplinada e um esforço de memória, além de uma vigilância intensa para não tratar os sujeitos como exóticos. Ao elaborar as anotações no caderno de campo é fundamental ter a preocupação de levar em conta as emoções dos sujeitos, assim como as emoções de quem faz anotações, pois elas permitem aberturas, inclusive subjetivas, à compreensão do real, (SANTOS, 2010, p.33).

Desse modo, é importante afirmar que o campo é o momento ímpar do fazer e saber na ciência geográfica, tanto no desenvolvimento de uma pesquisa quanto na transmissão do conhecimento para outras pessoas. É reconhecido como instrumento de verificação e registro das mudanças ocorridas nas paisagens e reflexão da teoria e prática por meio do método, procedimentos e técnicas utilizados.

2. ROTAS TURÍSTICAS DO NORTE DE MINAS GERAIS

Os municípios mineiros de Montes Claros e Grão Mogol estão localizados no “Pólo Turístico Caminhos do Norte de Minas”, junto com as cidades de Bocaiúva, Botumirim, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Itacambira, Janaúba, Japonvar, Juramento, Monte Azul, Montezuma, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos d’Águas, Patis, Porteirinha, Salinas, São João da Ponte, São João do Pacuí e Taiobeiras.

Diamantina está no “Circuito Turístico dos Diamantes” com os municípios de Buenópolis, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino, Gonçalves e Serro. Essas rotas turísticas dos estados brasileiros e não somente de Minas Gerais surgiu a partir do primeiro

mandato do Governo Lula, em janeiro de 2003, “quando foi criado o Ministério do Turismo – MTur. Logo após, foi implementado seu planejamento turístico, o Plano Nacional do Turismo (PNT 2003-2007)” (SANTOS, 2013, p.150). Desta feita, é importante lembrar que Santos (2013), define as rotas turísticas como destinos, que podem englobar,

[...] uma ou várias nações, uma ou várias regiões, Estados ou sub-regiões, uma ou várias comarcas, ou sub-comarcas, uma ou várias províncias, sejam elas ou não de uma mesma região ou sub-província. Englobam também um lugar, grupo de municípios, um município e um lugar ou comunidade, de modo que cada uma dessas unidades de gestão turística se configure de acordo com suas características históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas ou por qualquer outro motivo. (SANTOS, 2013, p.56).

Então, define-se que a região é uma paisagem aberta que pode tornar-se uma ou várias rotas ou “destinos turísticos com elementos construídos e que não se restringem somente à base local” (SANTOS, 2013, p.57). Para criar e apresentar essas rotas turísticas do Brasil, o Ministério do Turismo promoveu e coordenou ações, contando com o apoio dos Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades Federadas, elaborando um documento com os resultados do trabalho.

Diante desses dados, criaram-se essas rotas turísticas e ficou estabelecido que cada uma delas implementaria a proposta estatal de acordo com seu grau de desenvolvimento local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.10). De acordo com o órgão governamental, cada destino turístico teve a:

[...] possibilidade de resgatar ou aprimorar as ações já realizadas em seus Municípios por outros planos, programas, projetos e instituições relacionados com a atividade turística, incluindo ações necessárias e/ou ausentes. O aspecto fundamental do processo é a valorização do respeito às peculiaridades locais e o envolvimento de todos os segmentos ligados ao setor de turismo, que devem funcionar como agentes de mudança (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 10).

A roteirização do turismo apresenta, na concepção estatal, um relacionamento entre as diversas esferas do poder público e da sociedade civil, pois exige um esforço no sentido de construir coletivamente uma forma de gestão, visando a integração e articulação entre municípios e Estados. De acordo com o Ministério do Turismo (2004, p.11), o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais torna-se estratégico, pois os veículos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas.

Esses fundamentos teóricos sobre rotas e destinos turísticos são essenciais, pois a seguir discutir-se-á os caminhos em paisagens sertanejas, sendo estas sintetizadas durante o trabalho de campo em Montes Claros, Diamantina e Grão Mogol, no norte de Minas Gerais.

3. AS DIFERENTES PAISAGENS DO/NO SERTÃO NORTE MINEIRO

Nas observações preliminares salta aos olhos a morfologia, processo de ocupação, atividades do agronegócio com a cultura cafeeira no município de Patrocínio e outras transformações que vão surgindo ao longo do percurso, como o (re)florestamento de eucalipto e os primeiros sinais de transição na vegetação Cerrado/Caatinga próximo a Curvelo/MG. Dessa forma, conforme

a viagem avançava era perceptível a forte presença de capitais oriundos do agronegócio, o que levou à significativa composição, transformação e produção do espaço rural em um curto espaço de tempo.

Assim, no alto da Serra do Espinhaço ocorre a primeira parada para observação *in locu* da área. O lugar é extremamente singular, o cenário paisagístico é excepcional ao apresentar uma formação geológica e morfológica com suas cristas e matacões, plantados em solo “pedregoso” com vegetação típica dos campos de altitude (Figura 02), sendo um atrativo para o turista convencional e valioso objeto de pesquisa para grupos de estudos, especificamente na Ciência Geográfica. A complexidade dessa categoria de análise resgata o pensamento de Ribeiro (2001, p. 03), ao dizer que:

Compreender o mosaico das paisagens de um determinado território é desvendar não apenas o significado de sinais exteriores percebidos pelo sentido da visão. É principalmente, entender os processos estruturadores e dinâmicos da própria realidade percebida. (RIBEIRO 2001, p. 03)



Figura 02 - campos de altitude vegetação típica lugar.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012.

Nesse contexto, as paisagens indicam inúmeras diferenças e conjuntos de valores e a geografia nos dá conta disso, revelando imensa variedade de situações e lugares resultantes da geografia física associadas aos animais e às atividades humanas. Por mais que as câmeras fotográficas registrassem imagens acompanhadas de explicações passadas pelos professores orientadores não foi possível registrar toda a paisagem daquele lugar e nem as emoções e percepção do momento.

O dia seguinte, acompanhado por um guia, foi marcado por muitas atividades e, dentre elas, a visita ao mirante Alto Grupiara. Ali foram relatados alguns aspectos importantes sobre o município e cidade de Diamantina tais como o processo de exploração de diamantes e início da mineração; a riqueza da cidade quanto à sua história e tradição, com destaque para a formação das Ordens Religiosas nos séculos XVIII e XIX, contrastando atualmente com os projetos de criação de parques estadual, implantação de um novo Campus Universitário e outros empreendimentos.

Partindo de Diamantina rumo a Montes Claros – MG a primeira parada se deu próximo ao Rio Jequitinhonha (Figuras 03 e 04). Nesse ponto, observou-se a presença de mata ciliar. Esta, de acordo com Martins (2001), exerce a função de um filtro ambiental, retendo poluentes e sedimentos que chegariam aos cursos d'água e também é um obstáculo contra o assoreamento. Mas, em grandes extensões, essa vegetação deixou de existir e suas margens apresentam áreas assoreadas e erodidas ações resultantes da mineração e práticas agropastoris.



Figura 03 e 04 - Placa sinalizando o Rio Jequitinhonha e a degradação de suas margens.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012.

Com o objetivo de observar uma bancada de areia que se formou à direita da margem do Rio Jequitinhonha com o processo de abrasão ou desgaste que a água faz em uma de suas margens e, como consequência a deposição de sedimentos na outra margem formando grandes bancos de areia (Figuras 05 e 06) o grupo fez uma pequena parada para observar esse arranjo que, na verdade, é testemunho da ocorrência de quartzito resultante do processo de metamorfização sofrido por certos arenitos associados ao afloramento de filitos hematíticos.



Figuras 05 e 06 - Faixa de mata ciliar na margem direita do Rio Jequitinhonha. REZENDE, N. A. P. 2012. Foto 05: Área com deposição de areia resultante do processo de abrasão em suas margens e ponte sobre o Rio Jequitinhonha.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012.

A paisagem, agora, observada por outro ângulo revela um relevo protuberante entrecortada por ‘morros’ e vales em paisagens de grande beleza e repleta de rugosidades (Figura 07), um termo da geomorfologia que designa as marcas do passado fixadas no espaço como formas herdadas ou,

[...] que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. [...] Em cada lugar, [...] o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (SANTOS, 1999, p.113).

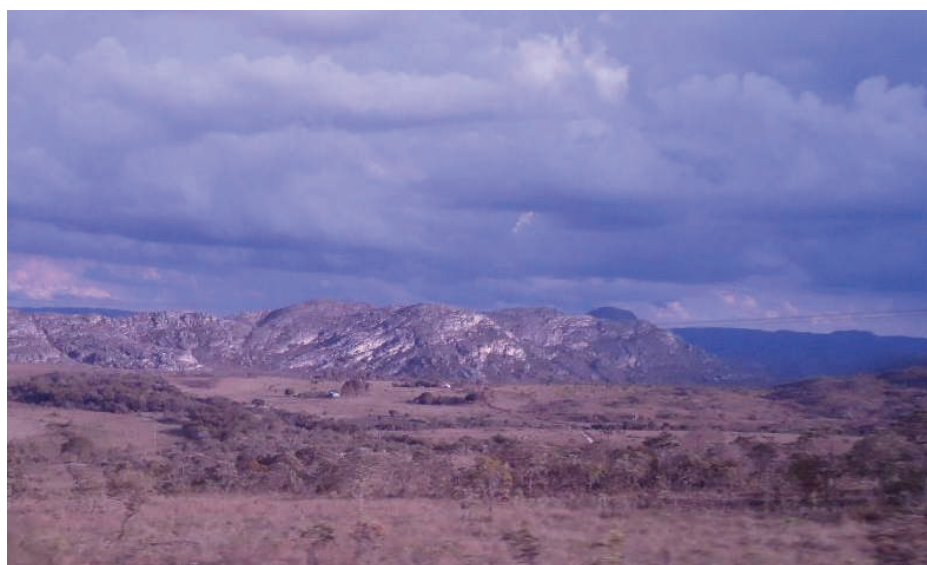


Figura 07 - Rugosidades presentes na paisagem do meio norte mineiro.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012.

Essa rugosidade traz indicativos de formas passadas sinalizando que esse ambiente constitui um patrimônio que não se pode desconsiderar. É um conjunto de formas pronto a revelar combinações únicas de um tempo e lugar, já que o seu papel é de registro da natureza. Sem dúvida, essa “paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos” (SANTOS, 1997, p.61).

Deixando as margens do Jequitinhonha, seguindo em direção a Montes Claros atenção se volta para a paisagem e os elementos que a compõem, a forma de uso e ocupação do solo, a vegetação e sua fitofisionomia e os primeiros sinais de transição do Cerrado para a Caatinga. Feltran Filho (1997) destaca que:

[...] aspectos físicos como a topografia, as formas de vertentes, os solos, a rede de drenagem, os processos erosivos, a distribuição e quantidade de afloramentos e, mesmo indiretamente, os tipos de vegetação e as temperaturas, se refletem na organização da paisagem e na sua ocupação (FELTRAN FILHO, 1997, p.10).

Um novo dia de campo tem sequência em direção à cidade de Grão Mogol. Portanto, a cada momento a paisagem se mostra com novas formas, agora marcada pelas cristas da Serra

do Espinhaço e a geologia desempenhando papel importante na geomorfologia. Isso para Yazigi (2002) são as configurações geográficas que mudam com a história e com a própria dinâmica da natureza.

Nesse momento, as características físicas do lugar são descritas pelos professores orientadores (Paulo Cesar e Washington), afirmando ser o solo na região fértil e bom, porém a escassez de água inviabiliza práticas agrícolas. A presença de argilite retém os minerais na superfície, o teor de argila é mais elevado e o pH mantém-se entre 6,5 e 7, índice importante para as plantas. Segundo Troll (1996, p. 04) “cada paisagem é um indivíduo. Porém, ao se verificar uma determinada característica relativa ao conjunto das paisagens, agrupam-se todas em um conjunto”.

O solo arejado possibilita a circulação de ar, sendo rico em nutrientes de origem mineral, mas o volume de material orgânico é baixo, apesar de a combinação de elementos deixar o solo rico. As raízes têm forma de cabeleira (Figura 08), o que possibilita captar água e reproduzir o ciclo vegetativo. Os solos são favoráveis às práticas agrícolas, porém a falta de água as inviabiliza.

Quanto ao clima, a explicação apresentada foi que o primeiro fator para a caracterização climática da região é a precipitação que passa de 1.500 mm para 1000 mm. Já o segundo fator é o período chuvoso curto, seguido por longos períodos de estiagem. As chuvas, quando ocorrem, são torrenciais porque as chapadas são como barreiras para a entrada das massas de ar Atlântica e até mesmo da Polar.

A posição geográfica não permite a chegada dessas massas de ar porque já estão enfraquecidas. O sistema circulatório, células de Walker, quando se faz no sentido leste-oeste, sai quente e úmido da Malásia chega a esta região quente e seco. Seus reflexos são percebidos em toda a paisagem e suas condições climáticas vão adquirindo características de uma região tropical semi-árida.



Figura 08 - Raízes das plantas têm forma de cabeleira importante no processo de captura de água em solos com pouca umidade.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012

Esse tipo climático, no entanto, não inviabiliza as transformações recentes de ordem econômica que vêm marcando a paisagem do sertão norte mineiro, tido até há pouco tempo como fora dos centros dinâmicos do mundo moderno (RIBEIRO, 2000). Essas transformações têm reflexos nos modos de vida da região, principalmente no meio rural (Figura 09), como pode ser observado *in locus*.



Figura 09 - Paisagem sertaneja, sertão de Minas Gerais.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012

Durante o percurso outro momento de parada para observação do campo, próximo à cidade de Francisco Sá, área conhecida por Depressão de Montes Claros, lugar de beleza ímpar marcado pela riqueza da flora arbustiva repleta de frutos e erva medicinais usados pelos sertanejos como recurso fitoterápico. Já os frutos, muitos são consumidos na forma *in natura* ou na culinária da região (GUIMARÃES ROSA, 1984).

Em Grão Mogol, no entorno do núcleo urbano, a paisagem é marcada por rios e córregos pedregosos e arenosos, cachoeiras, canyons, grutas, serras, flora, fauna e pinturas rupestres em um dos paredões de afloramento rochosos que Seabra afirma ter,

[...] grande importância para o estudo dos grupos humanos primitivos que habitavam o lugar. Através dos escritos gravados na pedra, as comunidades pré-históricas fornecem valiosas informações sobre seus costumes, fauna e flora da época (SEABRA, 2007, p.108)

Caminhando por trilhas (Figura 10) ou caminhos de pedras é possível visitar antigas áreas de exploração de diamantes entre os afloramentos rochosos. Nas áreas mais elevadas têm-se contato com os campos rupestres descontínuos, com uma razoável ocorrência de “sempre-vivas” ou “chuveirinho”, planta de flores pequenas, porém chamativas. Neste percurso existem locais estratégicos de paradas obrigatórias, e assim perceber e apreciação de toda a beleza do lugar.



Figura 10 - Trilha do Barão importante registro da memória de Grão Mogol usada por turista para caminhada e passeios ciclísticos.

Autoria: REZENDE, N. A. P. 2012

É possível encontrar nesses lugares um circuito turístico com vias de acesso aos mais importantes atrativos da região tais como rios com corredeiras e cachoeiras majestosas, lugares de pesca, de prática da canoagem, de rapel, rafting ou simplesmente utilizar as áreas de banhos nos rios e córregos. O visitante pode também explorar grutas e cavernas, percorrer trilhas da região ou ainda conhecer antigas fazendas onde predominava o trabalho escravo com seus muros de pedras e ruínas. Diante do apresentado, é possível ter:

[...] uma visão que ultrapasse as singularidades disciplinares e subsidie os planejadores na complexidade do termo paisagem. Significa assim reconhecer [...] os limites econômicos, naturais, culturais e sociais das paisagens [...]. Não só aspectos materializados, mas a memória de cada lugar conhecido [...]. (MOURA; SILVA, 2009, p.16).

Finalizando, Ab'Saber (1982, p.31) lembra, que os geógrafos, por sua vez, têm o espaço geográfico inteiro para estudar, descrever e interpretar. “Seu campo de estudo tem a superposição de construções da natureza e de construções humanas. É um tecido grandioso de organização complexa”. Essa abordagem não se esgota aqui, pois os trabalhos de campo em diferentes paisagens, territórios, lugares e rotas turísticas são vastos em contradições, não somente entre o discurso narrado, mas sobre a realidade observada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pode-se conferir a importância do trabalho de campo no aprendizado de conceitos e teorias, pois este é o momento e oportunidade de associar os conceitos teóricos

aos práticos e aprimorar olhares diferentes para lugares também diferentes. Pode-se afirmar que a forma como este trabalho de campo foi conduzido atendeu aos objetivos planejados, possibilitando ao grupo ampliar a sua visão geográfica acerca da influência do clima no meio geográfico e perceber como a área visitada é permeada de diversidades.

Assim, o trabalho de campo configura-se como recurso de se aprender a observar, analisar e refletir o meio geográfico e o infindável movimento de transformações que o homem impõe a esse meio. Nesse contexto, a geografia busca analisar as relações e os elementos de interações procedentes das visibilidades dos lugares.

A geografia a partir do trabalho de campo se ocupa do espaço perpassando pelo tempo, pelas relações técnicas, pois observar o espaço é determinar se ali há um lugar, uma região, um destino turístico. Assim, essa atividade exige que o pesquisador pense nas particularidades, identificando os processos históricos, sociais, naturais e culturais, constituindo uma autenticidade da pesquisa empírica no ensino de geografia.

REFERÊNCIAS

AB`SABER, A. N. **Formas de Relevo – Texto Básico**. São Paulo: Edart, 1982.

FELTRAN FILHO, A. **A Estruturação das Paisagens nas Chapadas do Oeste Mineiro**. 1997. 252 f. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1997.

MARQUES, Luana M. **A Festa em Nós: fluxos, coexistências e fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia – Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2011.

MARTINS, S. V. **Recuperação de matas ciliares**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 143p.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. **ATLAS TURÍSTICO DO BRASIL: mapas base da regionalização e da gestão descentralizada**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2003/2004.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Operacionais**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Políticas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

MOURA, Poliana S.; SILVA, Mirella L. Trabalho de Campo nas Paisagens Turísticas do Destino Canastra - Minas Gerais. In: SANTOS, Jean, C. V. (Org.). **Paisagens e Destinos Turísticos na Pesquisa Geográfica**. Uberlândia (MG): Gráfica Composer Editora Ltda., 2009. Cap. 1, p. 9-26.

REZENDE, N. A. P.; SANTOS, J. C. V. Turismo Científico nas Cidades do Entorno do Parque Nacional Emas (GO/MT/MS). In: SIMPÓSIO DE TURISMO SERTANEJO (A COMUNIDADE,

O LUGAR E OS SABERES LOCAIS NA PROMOÇÃO DO TURISMO), 7., 2013. Ituiutaba (MG). **Anais...** Ituiutaba (MG): Universidade Federal de Uberlândia – *Campus* Pontal, jun. 2013, p. 1-11.

RIBEIRO, A. G. Teoria da Paisagem Aplicada ao Desenvolvimento Rural Sustentado. In 8º Encontro de Geógrafos da America Latina. **Anais**, Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, 2000. p. 47-106.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2010.

SANTOS, J. C. V. **Região e Destino Turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares**. São Paulo (SP): ALLPRINT, 2013.

SANTOS, M. Metamorfose do Espaço Habitado. In: **Paisagem e Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. Cap. 05, p. 61 – 74.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, 308 p.

SEABRA, Giovanni. **Turismo sertanejo**. João Pessoa, Paraíba: Editora Universitária/ UFPB, 2007.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O Território e as Estratégias de Permanência Camponesa da Comunidade Pedra Lisa no Processo de Expansão das Lavouras de Cana-de-Açúcar, em Quirinópolis (GO)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), 2013.

TROL, C. A paisagem geográfica e a sua investigação. In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: NEPEC nº 2 , Jun. 1996. P. 01-07.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

TERÇO CANTADO: DEVOÇÃO E SOCIABILIDADE EM ANÁPOLIS – GO⁵

Juliana Alves Machado

Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH.
julianna_jam@hotmail.com

Resumo

Este artigo desenvolve reflexões sobre o terço cantado. Outra maneira de adoração que já acontece há vários anos. Uma manifestação religiosa que era praticada na zona rural e que veio para a zona urbana através da migração. Geralmente os terços são encontrados em festas católicas em devoção a santos, e, é uma prática passada de geração a geração. A reza do terço reforça e preserva a identidade do grupo e das pessoas envolvidas. Uma prática de sociabilização entre os indivíduos de uma comunidade que se juntam para cantar o terço, agradecer, fazer suas preces, festejar e adorar. Durante essa manifestação de fé ocorre o encontro de pessoas que não se viam há muito tempo e se (re) encontram novamente. Após a manifestação ocorre um momento de festa, com venda de salgados, doces, brincadeiras como o pau de balinha, fogueira, catira, músicas, dentre outros entretenimentos. Cantar o terço é sempre uma festa, onde a liturgia dos homens e mulheres cumpre o louvor incondicional há um determinado santo. Em Anápolis o terço é realizado, antes das festas de padroeiros, com maior frequência acontece nas paróquias de Nossa Senhora Aparecida, São José, São Pedro e São Paulo.

Palavras-chave: Louvação, fé, terço cantado, festa.

INTRODUÇÃO

O estado de Goiás é um lugar que se encontra uma ampla diversidade cultural, devido aos seus diferentes fluxos migratórios e suas raízes sertanejas. Como ressalta Mota e Almeida (2011, p. 03) “... o Estado de Goiás é rico em manifestações culturais. Os calendários festivos são diversificados e se distribuem em eventos religiosos, cívicos e culturais”.

Embora a sociedade goiana, de uma maneira geral, tenha avançado um grande contingente desses habitantes ainda carrega consigo valores e tradições pretéritas conservadas e adaptadas desde a ocupação do seu território. Assim “a cultura goiana é constituída da tradição e de identidades de famílias migrantes que participaram da ocupação e formação

⁵ Esse artigo é parte dos resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa “Arte e Saberes nas manifestações católicas populares” FAPEG _ 05/2012, coordenado pela prof^a Dr^a Maria Idelma Vieira D’Abadia.

sócio espacial do estado desde a “corrida aurífera” (grifo do autor) até os dias atuais” (MOTA e ALMEIDA, 2011, p.05).

No Estado de Goiás ainda permanece importantes manifestações religiosas herdadas do colonizador. Nesse sentido, D’Abadia (2010, p.17) ressalta que,

As festas religiosas em Goiás demonstram o quanto a formação cultural do povo goiano foi relevante para o seu surgimento e manutenção desses eventos que hoje estão presentes no calendário turístico do Estado de Goiás. Em Goiás encontra-se presente as festividades como a Folia de Reis e do Divino, as festas Marianas, Procissão de fogaréu, novenas, devoções a santos.

Como expressão cultural, as festas tem grande importância porque estampam a dinâmica cultural, exprimem o modo de vida, alteram o cotidiano. Enquanto dimensão do cotidiano que se altera, as festas são permeadas por gestos e sentimentos afetivos que se abrem á idealização dos sentimentos e ampliam a sociabilidade e a solidariedade.

O terço cantado funciona como uma prática de enraizamento da identidade sociocultural do homem goiano. Ao cantar o terço a pessoa reflete mais na sua devoção, e sua participação na prática religiosa. Há uma ligação religiosa intensa com o divino.

Geralmente os terço são encontrados em festas católicas, em devoção a santos e é uma prática passada de geração a geração. Antes a prática do terço cantado era encontrada apenas no meio rural, mais hoje em dia encontramos o terço no meio urbano. Isso ocorre em consequência da migração do campo para a cidade.

O terço é considerado uma manifestação católica de fé, na qual as pessoas se reúnem para pedir algo ou simplesmente agradecer as bênçãos recebidas, um momento único para cada ser presente que realizam suas experiências próprias e diferentes com o sagrado.

O projeto tem como objetivo o registro de manifestações católicas que se inserem no contexto de comemorações das folias e dos terços em Anápolis e município de Pirenópolis. Os procedimentos metodológicos adotados foram observação, entrevistas abertas aos frequentadores do evento, e registros fotográficos das atividades realizadas.

Nesse artigo apresentamos algumas características do terço cantado, sua importância como manifestação de fé, passada de geração a geração. Também inserimos discussões e resultados a cerca do terço cantado como uma manifestação católica popular que ocorre em Anápolis.

REFLEXÕES SOBRE O RELIGIOSO E SUAS DIMENSÕES FESTIVAS

O sagrado e o profano se desenvolvem num sistema de valores, envolvendo o consumo, o poder, a dimensão econômica e política dentre outras. O território é dividido em lugares do cosmo, que estão comprometidos com o domínio do sagrado, marcados com signos e significados, e em lugares do caos, designando uma realidade não divina. O primeiro é qualificado como território sagrado enquanto o segundo é representado por uma ausência de consagração, sendo um território profano, ou seja, um território não religioso.

Para Augustin Wernet

A religião era o núcleo firme da convivência, foi ela que impregnou todas as manifestações da vida social. As festas e manifestações religiosas constituíam uma forma de reunião social, sobretudo nas regiões rurais, dos engenhos e fazendas isoladas. O sagrado e profano andavam unidos e juntos. As procissões e as festas religiosas quebravam a monotonia e a rotina diária, sendo, na maior das vezes, uma das poucas oportunidades para o povo se distrair e se divertir (WERNET, 1897, p.24-25).

O homem religioso é aquele motivado pela fé em sua experiência, que ao mesmo tempo é individual e coletiva, tendo um significado original para cada devoto, uma relação direta entre uma divindade e o indivíduo (o crente). Quando falamos em experiência coletiva é aquela organizada pelas igrejas, templos, movimentos, reuniões, dentre outros, que assumem uma dimensão simbólica na qual os seus valores são enraizados através dos quais se afirmam em uma comunidade religiosa.

Para Paula e Duarte (2010), isso decorre do processo de enraizamento posto pela aproximação dos grupos humanos sob a égide de uma identidade,

sendo o enraizamento uma necessidade intrínseca ao homem, as situações coletivas de manifestações de fé da cultura popular são formas de fazer com que suas práticas sobrevivam em meio a uma sociedade capitalista em que a cultura erudita busca sua plena hegemonia, tentando desenraizar tudo aquilo que se refere à cultura popular (PAULA e LIMA, 2010, p. 407)

O território religioso está sempre em transformação, ele morre e renasce para melhor corresponder à afirmação do poder. Os poderes políticos da religião podem estar interligados na construção de mitos e de identidade com a comunidade buscando o fortalecimento de novos símbolos e signos.

Sobre a dimensão econômica é colocada entre os símbolos e os valores de bens simbólicos religiosos, esses bens expressam a revelação do sagrado. Essa revelação é o resultado dos processos de produção simbólica tornando possível a união das duas partes do símbolo, simbolizante e simbolizado, que ocorrem no espaço e no tempo sagrado.

A dimensão política é vista como um instrumento de poder dos detentores exclusivos da produção e reprodução do sagrado o capital religioso. São muitas as estratégias que interligam a religião e território, a dimensão política do sagrado tem por objetivo investigar as formas e normas que as instituições religiosas abordam com a finalidade de assegurar a vivência da fé e a vigilância dos fiéis, tendo assim sua identidade religiosa.

Já na dimensão de lugar o foco fica nas ligações que as pessoas desenvolvem com os lugares sagrados. Essas ligações são emocionais e são criadas para a edificação do lugar sagrado. nesse caso, a fé é uma base para os estudos geográficos, pois compõem os componentes do imaginário no território, pois no mesmo ocorrem ações missionárias de expansão com condicionamentos simbólicos, através de trocas dramáticas no processo de aculturação.

Segundo afirma Rosendahl (1996) “existem tensões entre a longa experiência religiosa histórica que subsiste na tradição das comunidades envolvidas, mesmo quando a fé e a prática religiosa experimentam decréscimo” (ROSENDAHL, 1996, p.61).

As festas populares podem ser consideradas meus singulares de manter viva a raízes da cultura popular. Pois é por meio das relações simbólicas que se preserva a participação dos fiéis. Pois é um ritual coletivo de fé, no qual as pessoas se reúnem para cantar, rezar e festejar.

Paula e Duarte citando Bortoni (1985) esclarece que

[...] as famílias de uma comunidade estavam ligadas pelo sentimento de território comum, pela ética de solidariedade, principalmente manifestada na participação dos vizinhos nas tarefas de agricultura, e pelas atividades religiosas e de lazer (BORTONI, *apud* PAULA E DUARTE, 2010, p.410).

A festa é uma comemoração, reunião de pessoas onde as mesmas cantam, dançam e brincam interagindo umas com as outras num sentido pertencimento, de proximidade. Para Rosa a festa é:

associada a motivações, valores e interesses diversos. Efêmera ou duradoura, surpresa ou planejada, civil ou militar, sagrada ou profana, séria ou burlesca, a festa é uma celebração que, geralmente, se atrela a datas e acontecimentos comemorativos, como aniversário, casamento, descoberta, conquista (ROSA, 2002, p.18).

A festa enquanto um ritual religioso constitui em um trabalho diário, que em momentos especiais as pessoas fugiam dos trabalhos diários que seriam a limpeza de um determinado lugar, a lida no campo dentre outros, singularizando a renovação de forças para recomeçar o festivo.

De acordo com Machado

Aliviam o sagrado e o profano, a fé e o festar, o calor da oração coletiva e o riso, a música e a dança, as solidariedades e os (re) encontros que compõem um cenário de esperança por dádivas divinas e o reconhecimento pelas graças recebidas (MACHADO, 2000, p.51-63).

As festas constroem novos territórios nos espaços vividos de diversos tamanhos. Contribuindo para a fabricação de uma ideologia territorial localizada ou regionalizada. A festa é diferente da manifestação ou do espetáculo, ela é uma constante referência à memória social e espacial. Uma determinação das ligações sociais.

Para Eliade,

nas festas, reencontra-se a dimensão sagrada da existência, ao se aprender novamente como os deuses ou os Antepassados míticos criaram o homem e lhe ensinaram os diversos comportamentos sociais e os trabalhos práticos (ELIADE, 1999, p. 80).

Durante os festejos religiosos o espaço sagrado é marcado pelas expressões de fé. As sociedades dedicam sentimentos e símbolos, objetos, ritos, aos quais são atribuídos valores de ordem imaterial, não explicáveis, pois “[...] a manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma árvore, uma pedra, ou uma pessoa implica em algo de misterioso, ligado à religião que não pertence ao nosso mundo” (ROSENDAHL, 1996, p. 27).

A DINÂMICA RELIGIOSA E O DESENVOLVIMENTO DOS TERÇOS CANTADOS

As representações de devoção, nas festas religiosas podem corresponder a harmonias de fé católica e a vida das pessoas ali presentes. No sentido religioso da religião, da ação de atar aos sentidos e sentimentos existencial do homem. A palavra religião⁶ vem do latim religare que significa religar ou atar e é um conjunto de crenças e de praticas organizadas, formando um sistema privado ou coletivo, no qual uma pessoa ou um grupo é influenciado. Religião é um corpo autorizado de comungantes que se reúnem diariamente para prestarem cultos a um deus, aceitando um conjunto de doutrinas que oferece algum tipo de relacionamento entre o individuo é aquilo que é considerado ser a realidade.

As práticas de terço cantado é uma das manifestações culturais da religiosidade popular. As pessoas buscam nas musicas desses terços uma nova forma de adoração e valorização do convívio social. Na cultura popular são valorizadas as memórias de um dado grupo, reforçando seus valores, resgatando suas raízes.

Além da parte devocional no terço também acontece à confraternização entre os participantes e está dada com os leilões e a venda de comidas e bebidas visando à arrecadação de fundos para a organização das festas de padroeiros.

Alguns agentes da religião popular são os rezadores de terço, que são divididos em duas partes: a primeira que é constituída por um rezador que conduz o terço, é ele quem puxa e tem comando sobre os devotos. Ou seja, ele é o líder. A segunda parte que é um coro de vozes que respondem o chamado do terço.

O terço envolve um trabalho coletivo em que o rezador depende dos outros. Geralmente os rezadores são irmãos, vizinhos, ou companheiros do dia a dia. Cantar o terço é sempre uma festa, onde a liturgia dos homens e mulheres cumpre o louvor incondicional há um determinado santo. O terço, nas localidades pesquisadas, é realizado nos meses de março, junho e outubro antes das festas de padroeiros São José, São Pedro e São Paulo e Nossa Senhora de Aparecida.

Quando se canta o terço, a pessoa reflete mais em cada mistério, e tem a possibilidade de entrar em plena comunhão com a oração e elevar seus pensamentos diretamente a Deus, pedindo através desse canto, dessa oração, proteção e bênçãos para ele, para seus familiares e todos ali presentes.

A reza do terço reforça e preserva a identidade do grupo e das pessoas envolvidas. As mulheres, em algumas comunidades, às vezes cantam o terço, elas se empenham em acompanhar os que estão respondendo, são devotas e são responsáveis pela organização do terço, do espaço onde ele será realizado, da comida e da venda da mesma.

No terço visitado em Anápolis quem puxava o terço cantado eram homens e tinha a participação de mulheres, os instrumentos utilizados eram sanfonas, violas e violões. Após o termino da reza, ocorrem apresentações com modas de viola, catira, pula-pula, pau de balinha, fogueira e queima de fogos.

Também ocorre um intenso comercio de comidas típicas das quermesses locais como churrasquinhos, doces, canjicas, salgados, caldos, bebidas e refrigerantes.

A figura 1 mostra o espaço onde é preparado os alimentos sendo as mulheres que faz toda a preparação. Pode se notar que a decoração é feita com bandeirinhas coloridas e rosas vermelhas.

⁶ Termo retirado do Minidicionário Aurélio. Editora Nova Fronteira, 4 edição, 2001, São Paulo.



Figura 1: Mulheres na cozinha preparando os alimentos.

Autor: MACHADO, J. A 2012

Este é o espaço onde ocorre toda a manifestação religiosa que é o terço cantado. A decoração é feita com bandeiras coloridas como já foi mencionado. Um palco para as apresentações e cadeiras espalhadas para os fieis conforme apresenta a figura 2.



Figura 2 - Espaço onde ocorre o terço cantado.

Autor: MAHADO, J. A 2012.

O terço é um momento de adoração intensa e fervorosa em que uma pessoa puxa o terço, ou seja, começa e os demais presentes seguem com o canto. Muitos fieis pedem o terço em forma de agradecimento por uma benção recebida, ou por uma benção que quer receber.

CONCLUSÕES

O terço cantado funciona como uma prática de enraizamento da identidade sociocultural do homem. Ao cantar o terço a pessoa reflete mais, do que se fosse apenas uma reza. Geralmente os terços são encontrados em festas católicas, em devoção a santos católicos que é uma prática passada de geração a geração. Antes a prática do terço cantado era encontrada apenas no meio rural, mais hoje em dia encontramos o terço no meio urbano.

As festas populares podem ser consideradas uma forma de manter viva a raízes da cultura popular e preservar a participação dos fiéis. Pois é um ritual coletivo de fé, no qual as pessoas se reúnem para cantar, rezar e festejar.

O terço envolve um trabalho coletivo onde o rezador depende dos outros. Geralmente os rezadores parentes, amigos e vizinhos. Cantar o terço é sempre uma festa, onde a liturgia dos homens e mulheres cumpre o louvor incondicional há um determinado santo. A reza do terço reforça e preserva a identidade do grupo e das pessoas envolvidas. As mulheres às vezes cantam o terço, no entanto o principal papel que exercem é a organização do espaço do terço e da comida.

No terço visitado em Anápolis quem puxava o terço cantado eram homens e tinha a participação de mulheres, os instrumentos utilizados eram sanfonas, violas e violões. Após o termino da reza, ocorrem apresentações com modas de viola, catira, pula-pula, pau de balinha, fogueira e queima de fogos. Também ocorre um intenso comercio de comidas típicas das quermesses locais como churrasquinho, doces, canjica, salgados, caldos, bebidas e refrigerantes.

Após a visita a campo percebe-se que o terço é uma prática recorrente nessas comunidades e que além das atividades religiosas são realizadas atividades de solidariedade para com os grupos envolvidos e os participantes.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de e MOTA, Roseane Dias. No Giro da Festa: as folias e manifestações presentes no ciclo natalino no Estado de Goiás. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais XI CONLAB - Salvador 2011**. Salvador - BA, 2011, v. 1, s/p.

BORTONI-RICARDO, S. M. **The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil**. Great Britain: Cambridge University Press, 1985.

D'ABADIA, M.I.V. **Diversidade e Identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO**. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio Ambientais, UFG, Goiânia, 2010.

ELIADE, M. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes, p.479, 1999.

PAULA, M. H. e DUARTE, A. N. Terços Rurais Cantados: identidade linguística e cultural. **Revista. Let. & Let.** Uberlândia-MG, v.26, n.2 p.405-425 jul.|dez. 2010.

ROSA, Maria Cristina. Festa, lazer e cultura. *In*: Giuliano Gomes de Assis Pimentel, Ilse Lorena Von Borstel Galvão de Queirós. **Festa, lazer e cultura** – Campinas, SP: Papirus, 2002. - (Coleção Fazer/Lazer)

ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

WERNET, A. **A igreja paulista no século XIX**: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987, p. 24-p25.

DINÂMICA FÍSICO TERRITORIAIS,
GEOTECNOLOGIA E REPRESENTAÇÕES
CARTOGRÁFICAS DO CERRADO

EIXO
4

ANÁLISE AMBIENTAL NA CABECEIRA DO CÓRREGO VERTENTE 1 – UBERABA- MG

Juliana Paula da Silva Rodrigues
Universidade Federal de Goiás – Regional de Catalão
julianna_paula@hotmail.com

Carlos Alberto Araújo Campos
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
caubeara@hotmail.com

Resumo

O aumento da migração de pessoas do campo para as cidades possibilitou um crescimento urbano desordenado, com a ocupação de locais inapropriados, causando impactos ambientais urbanos. Na cidade de Uberaba, a sua ocupação se deu em torno do Córrego das Lajes e, muitas vezes, não preservando os cursos hídricos. Sendo assim, a bacia hidrográfica do Córrego das Lajes, localizada na área urbana da cidade está intensamente ocupada pela população. Um estudo foi realizado em uma de sua sub-bacia (canais de primeira ordem do córrego) localizado a montante. Portanto, o presente artigo tem o intuito de se fazer uma análise ambiental nessa sub-bacia, mais especificamente nas cabeceiras de drenagem do córrego Vertente 1, demonstrando a atual situação da área, como uso e ocupação do solo, assim como as fragilidades de terreno e os processos erosivos no local. A metodologia teórica de análise foi pautada na teoria geossistêmica, ou seja, a paisagem foi entendida como a resultante dos diversos elementos que a compõe. Vários trabalhos de campos foram realizados na área de estudo. As análises in loco demonstraram que a área encontra-se bastante fragilizada devido às modificações antrópicas.

Palavras-chave: análise ambiental, cabeceira de drenagem, córrego.

INTRODUÇÃO

Os estudos ambientais cada vez mais vêm sendo discutidos e pesquisados afim de que se possibilite um desenvolvimento humano com uso dos recursos naturais, mas sem que haja uma perda destes, ou seja, uma análise tendo em vista o que pode ser utilizado e o que deve ser preservado. E um dos ramos das pesquisas ambientais que tem se destacado são os estudos ambientais em áreas urbanas. Uma vez que, o aumento da migração de pessoas do campo para as cidades possibilitou um crescimento urbano desordenado, com a ocupação de locais inapropriados, causando impactos ambientais urbanos posteriormente.

As fortes migrações rurais urbanas implementaram uma nova dinâmica nos espaços ocupados pelas cidades que, por sua vez, foram forçadas a expandirem-se em direção à

vegetação nativa, contribuindo para a supressão vegetal e danos ambientais. A desorganização do crescimento urbano gerou fortes impactos nos diferentes sistemas ambientais existentes nesses espaços que agora compõem as cidades. (CAMPOS, et. al. 2012).

A partir dessa ocupação desordenada do meio urbano os impactos ambientais que se pode observar como consequências são: a retirada da vegetação natural, a ocupação de áreas com riscos de deslizamentos, uso e ocupação desordenada do solo, aumento das áreas urbanas impermeabilizadas, ampliação das taxas de escoamento superficial o que pode gerar processos erosivos nas encostas, assoreamento dos rios e enchentes na área urbana.

No caso da bacia hidrográfica do Córrego das Lajes, na qual está localizada a área urbana de Uberaba, e que está intensamente ocupada pela população, foi realizado um estudo em uma de sua sub-bacia (canais de primeira ordem,) localizado a montante desse córrego. Uma vez que com a densa ocupação ao em torno do córrego, associada a canalização em partes do seu curso, implementou se uma nova dinâmica nesse sistema. Portanto, o presente artigo tem o intuito de se realizar uma análise ambiental da paisagem na sub-bacia do Córrego Vertente1, mais especificamente em sua cabeceira, tendo como base o estudo da dinâmica natural da área e as possíveis interferências antrópicas no uso do solo. Demonstrando a atual situação da área, como uso e ocupação do solo, assim como as fragilidades de terreno e os processos erosivos no local.

A escolha de realizar o estudo na cabeceira do córrego se dá pois, as possíveis alterações que possam ocorrer nessa área vão interferir na dinâmica da bacia como um todo. Além do fato que as cabeceiras de drenagem consistem em uma importante área de estudo devido a sua fragilidade aos processos erosivos.

Inicialmente, como metodologia deste trabalho, foi realizada uma revisão de literatura bibliográfica, incluindo livros, artigos, teses e dissertações, com objetivo de estudar sobre a análise de bacias hidrográficas em áreas urbanas e cabeceiras de drenagem, assim como o que já está escrito referente ao córrego da presente pesquisa e as características ambientais da área, sendo esta uma etapa que prosseguiu durante toda a pesquisa. De modo geral, a metodologia de análise teórica utilizada no presente trabalho foi a teoria geossistêmica, uma vez que esta permite uma análise integrada da paisagem.

A paisagem foi analisada como base na teoria dos meios ecodinâmicos de Tricart (1977) e Christofollett (1999) com suas contribuições através da teoria sistêmica nos estudos ambientais. Nesse sentido a paisagem foi entendida como a resultante dos diversos elementos que a compõe, e tendo seu equilíbrio regulado pelos fluxos de matéria e energia.

Foram realizados trabalhos de campo na área com o intuito de se fazer uma análise da sua atual situação, bem como o uso e ocupação do solo e os principais impactos ambientais provenientes das ações antrópicas.

DESENVOLVIMENTO

A cidade de Uberaba localiza-se no estado de Minas Gerais, mais precisamente no Triângulo Mineiro, e está equidistante, num raio de 500 km, das principais cidades do país e a 481 km da capital do Estado. Sua posição geográfica é 19° 45' 27" latitude Sul e 47° 55'

36" longitude Oeste. Tem como municípios limítrofes: Uberlândia e Indianópolis (ao norte), Nova Ponte e Sacramento (a leste), Conquista, Delta, Água Comprida (ao sul) e Conceição das Alagoas e Veríssimo (ao oeste).

A área superficial do município é de 4.540,51 km² (IGA/MG – 2002), correspondente a cerca de 0,6% da área total do Estado de Minas Gerais, abrangendo uma população total de 296.000 habitantes (IBGE – Censo de 2010). O perímetro urbano da cidade possui 256 km².

Na área urbana de Uberaba encontra-se localizada a Bacia do Córrego das Lajes (conforme Figura 1), que possui 26,38 km² e é afluente esquerdo do Rio Uberaba e está densamente ocupada pela população.

A nascente do Córrego Vertente 1, área de estudo do presente trabalho, é uma sub-bacia da Leopoldino de Oliveira e possui 7,7 km² de área.

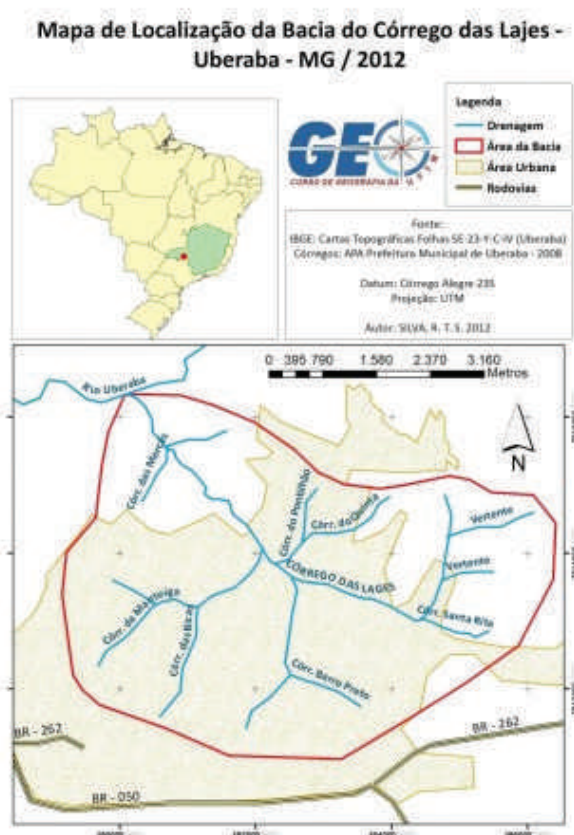


Figura 1- Mapa de localização da Bacia do Córrego das Lajes - Uberaba- MG

Em relação às características da bacia do Córrego das Lajes (figura 2), Morais (2001) apud Souza (2008) afirma que seu ponto mais alto encontra-se na altitude 836,70m, situado no atual loteamento Elza Amuir (19°44'23,67"S, 47°53'35,58"W). O ponto mais baixo da bacia o qual naturalmente corresponde à sua foz, situa-se na altitude 694,60 m. Pode notar se que esses pontos estão distantes de 6774,90 m, apresentando um desnível de 142,10m. A foz do córrego das Lajes está na latitude 19°43'26,17"S e na longitude 47°57'20,12"W, localizada a 300 m abaixo da travessia da Avenida Leopoldino de Oliveira sobre o rio Uberaba. A declividade máxima da bacia é de 26,5 % tendo como largura máxima de 7889,2m e comprimento de 6255m.

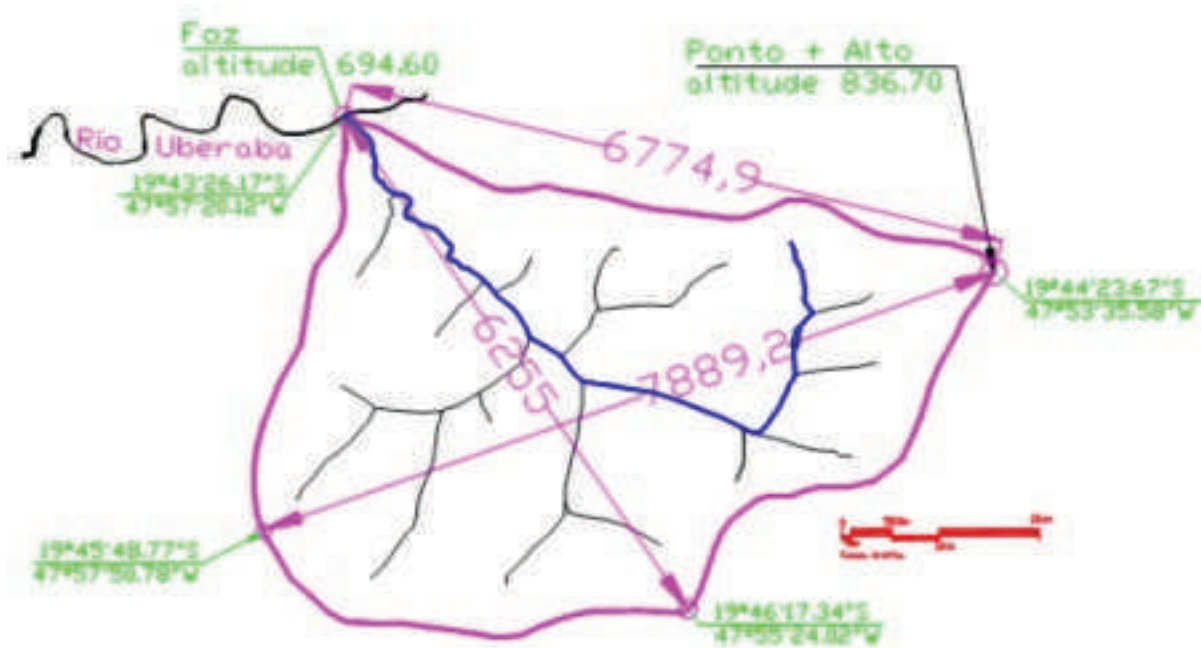


Figura 2 - Características do divisor da bacia - Fonte: Souza (2008) modificado de Moraes (2001)

Conforme afirma Carvalho (1998) em seu processo histórico de crescimento urbano, o Córrego das Lajes vem tendo suas águas, e de seus afluentes, utilizadas em diversos momentos e de diferentes formas. Portanto, as primeiras moradias da cidade foram sendo construídas nas proximidades do córrego, o que facilitava o abastecimento.

Com a urbanização, o Córrego das Lajes e seus afluentes foram canalizados em galerias de concretos com altas declividades sobre as quais foi construído o sistema viário.

Após a canalização do Córrego, Uberaba vem sofrendo com os inúmeros casos de enchentes no centro da cidade. Segundo PMU (2009) a bacia hidrográfica do Córrego das Lajes possui formato aproximadamente circular com encostas íngremes, o que torna mais rápida a drenagem das chuvas para o córrego principal, fazendo com que os picos de vazões das sub-bacias sejam praticamente simultâneos, sobrecarregando a drenagem principal.

A área de estudo, a bacia do Córrego Vertente1, conforme figura 3, está localizada a NE do perímetro urbano, onde encontra-se as nascentes. Podendo ser caracterizada a partir do uso e ocupação do solo, sendo este marcado pela densa ocupação da população, estando seu entorno margeada por moradias, na maioria dos casos, condomínios fechados. Várias vias públicas e há a presença de uma linha férrea. Na área, tem-se a presença de um reservatório de contenção, conhecido como “piscinão”, que segundo PMU “este reservatório constitui-se em uma área escavada dotada de estruturas de derivação das vazões das galerias existentes, da área do seu em torno e de estruturas de controle de defluências.”



Figura 3 - Localização da área de estudo- Fonte: Prefeitura municipal de Uberaba

Devido à utilização associada à recreação e lazer que em Uberaba, ao entorno do “piscinão”, foi criado o Parque das Acácias, que possui uma pista para caminhada, quadras para prática de esportes e aparelhos de ginástica. A criação desse parque, conseqüentemente, valorizou a área ao seu redor, que até então, possuía um menor adensamento populacional. A valorização imobiliária nessa área atraiu empreendimentos para a construção de condomínios fechados ao redor, alguns voltados para as classes mais altas da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir das análises do uso e ocupação do solo na sub-bacia foi possível constatar que a mesma encontra-se altamente urbanizada, devido à criação de vários loteamentos em seu entorno. Há ainda presença de pequena propriedade rural com atividade pecuária. Nas áreas onde não está impermeabilizada devido a construção dos arruamentos, tem-se o solo caracterizado como pastagem e solo exposto. A jusante da área de estudo encontra-se a bacia de contenção. Nas proximidades da bacia de contenção, devido à valorização da área, tem-se a presença de condomínios fechados, voltados para as classes mais altas da população. Essa densa ocupação populacional gera diversas conseqüências para conservação dos cursos hídricos na área urbana. Uma vez que, segundo Tucci & Collischonn (1998):

À medida que a cidade se urbaniza, em geral, ocorrem os seguintes impactos: (i) aumento das vazões máximas (em até 7 vezes, Leopold, 1968) devido ao aumento

da capacidade de escoamento através de condutos e canais e impermeabilização das superfícies; (ii) aumento da produção de sedimentos devido a desproteção das superfícies e a produção de resíduos sólidos (lixo); (iii) deterioração da qualidade da água, devido a lavagem das ruas, transporte de material sólido e as ligações clandestinas de esgoto cloacal e pluvial. (p. 2)

O que pode ocasionar ainda o aumento na frequência das enchentes “não só pelo aumento da vazão, mas também pela redução de capacidade de escoamento provocada pelo assoreamento dos condutos e canais”. (TUCCI & COLLISCHONN, 1998, p. 2)

A área de estudo vem sofrendo diversos danos provenientes às ações antrópicas, primeiramente devido à canalização do córrego das Lajes nas porções mais baixas, o que esta ocasionando que este sistema busque novas formas de equilíbrio, o que pode ser evidenciado no aparecimento de processos erosivos a montante do córrego. E, posteriormente, devido à densidade populacional ao redor da nascente, que ainda aumentou durante a pesquisa, uma vez que em trabalho de campo, constatou-se que havia começado obras de infraestrutura da prefeitura ao redor da área para a implantação de ruas para a construção de um loteamento de casas populares.

A alta taxa de impermeabilização do solo, em seu entorno, proveniente da expansão urbana, faz com que se tenha um aumento do escoamento superficial em detrimento da infiltração. O aumento do escoamento superficial, por sua vez, intensifica o aparecimento de processos erosivos. E como consequência da diminuição da infiltração, tem se uma perda no abastecimento de água no lençol subterrâneo, uma vez que a área de recarga foi diminuída.

O aumento da taxa de sedimentos sendo arrastados e depositados a jusante, devido ao aumento do escoamento superficial, pode acarretar um assoreamento desse córrego assim como uma diminuição da vida útil da bacia de contenção devido a grande quantidade de sedimentos que estão sendo depositados.

Como a área a montante das nascentes era uma área de contribuição de recarga, que agora encontra-se diminuída devido a intensa urbanização, o que provocou uma diminuição na infiltração. Com isso a tendência da nascente é recuar a jusante, tendo um rebaixamento do nível do freático, alterando a capacidade de reposição de água. Descaracterizando assim a área úmida, o que deixa de ser protegida por lei, permitindo a ocupação e exploração da área. Estando a existência dessa nascente comprometida futuramente.

Devido à fragilidade comprovada na área, a mesma necessita de medidas que garantem a sua preservação. Apenas a delimitação da APP não se constitui eficiente para a manutenção do equilíbrio na área de estudo. É necessário um planejamento de recuperação dessa nascente.

Algumas recomendações para diminuição da degradação da área são: proteger as cabeceiras de drenagem mantendo ou recuperando a vegetação arbórea, não só na área da APP, mas também na área ao em torno, permitindo uma maior infiltração da água que vai contribuir para o abastecimento dos lençóis subterrâneos; impedir a entrada do gado na área de proteção permanente a fim de se diminuir a compactação dos solos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, C. A. A.; RODRIGUES, J. P. S.; NEVES, S. A. **Condicionantes Hidromorfodinâmicos nas cabeceiras do Córrego das Lajes - Uberaba- MG- Brasil**. In: 6 Coloquio Geográfico sobre América Latina, 2012, Paraná Província de Entre Ríos. Las Nuevas configuraciones territoriales latinoamericanas desde una perspectiva geográfica, 2012.

CARVALHO, Renato M. B. de. **Vida e morte de um córrego: a história da expansão urbana de Uberaba, MG e do córrego das Lages**. 2004. 304f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia- MG. 2004.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Editora Blucher, 1980.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Blucher, 1999.

COELHO NETTO, A. L. **Evolução de Cabeceiras de Drenagem no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul (SP/RJ): a Formação e o Crescimento da Rede de Canais sob Controle Estrutural**. Revista Brasileira de Geomorfologia, Ano 4, N° 2 (2003).

CUNHA, S.B. Bacias Hidrográficas. In.: CUNHA, S.B; GUERRA, A.J.T (Orgs.) **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.p.229-272.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. org. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IGA. **Instituto de Geociências Aplicadas**. Disponível e acesso em: <<http://www.iga.br/>>

OLIVEIRA, M. A. T. Processos Erosivos e Preservação de Áreas de Risco de Erosão por Voçorocas. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.). **Erosão e Conservação dos Solos. Conceitos Técnicas e Aplicações**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. **Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental dos reforços nos canais centrais da macrodrenagem urbana do centro da cidade de Uberaba, estado de minas gerais**. Dezembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. **Uberaba em dados**. Disponível e acesso em:<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/desenvolvimento_economico/arquivos/uberaba_em_dados/Edicao_2009/capitulo_01.pdf> Acesso em agosto de 2013.

SOUZA, J. S. **Áreas de preservação permanente urbanas: mapeamento, diagnósticos, índices de qualidade ambiental e influência no escoamento superficial: estudo de caso: Bacia do Córrego das Lajes, Uberaba – MG**. 2008. 187 f. Dissertação (mestrado em engenharia civil)

Programa de Pós- Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia –MG. 2008.

TRICART, J. **Ecodinâmica**, Rio de Janeiro IBGE/SUPREN, 1997.p. 91.

TUCCI, C. E. M.; COLLISCHONN, W. **Drenagem urbana e controle de erosão**. VI Simpósio nacional de controle de erosão. Presidente Prudente- São Paulo, 1998. Disponível e acesso em: < <http://www.semarh.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=196>> Acesso em agosto de 2013.

CABECEIRA DE DRENAGEM DO RIBEIRÃO DAS ANTAS EM ANÁPOLIS (GO): DE UMA VOÇOROCA A UM TÚNEL DE FERROVIA

Edvaldo Alves Pereira Filho

Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH
edvaldoalves.filho@gmail.com

Kesia Rodrigues dos Santos

Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH
k2r3s4@yahoo.com.br

Resumo

A área de estudo está localizada na bacia do ribeirão das Antas, essa drenagem praticamente toda a área urbana do município de Anápolis (GO). O presente estudo visa analisar as modificações empreendidas na cabeceira de drenagem dessa bacia, principalmente após a construção do túnel da ferrovia Norte-sul, considerando que tais modificações são direcionadas por motivos econômicos. Tal obra modificou permanentemente a paisagem e a dinâmica da nascente principal, a mesma foi redirecionada para as laterais do trilhos da ferrovia Norte-sul subsequentes ao túnel, dentro desse a mesma foi canalizada embaixo dos trilhos. Com um histórico pouco animador, essa nascente que já foi atingida por um processo erosivo acelerado do tipo voçoroca, passou por transformações que ameaçam inclusive a sua existência,

Palavras-chave: nascente, voçoroca, modificações antrópicas.

INTRODUÇÃO

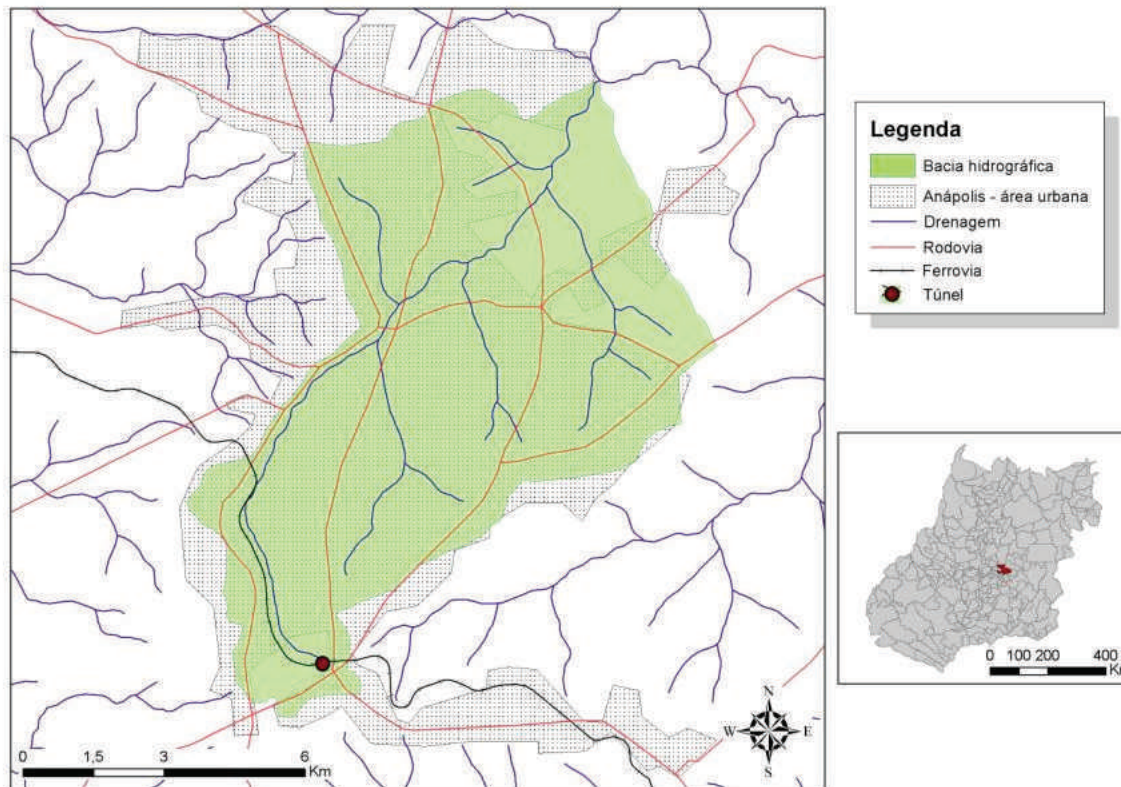
O presente trabalho reflete resultados preliminares de um trabalho de iniciação científica, que tem como área de trabalho a alta bacia do ribeirão das Antas, mais especificamente a sua cabeceira de drenagem (da principal nascente), tal bacia localiza-se em Anápolis (GO). O principal objetivo desse trabalho é demonstrar como as necessidades econômicas se sobrepuseram as características do meio físico no caso da construção do túnel 2 (foram construídos dois túneis em Anápolis) da ferrovia Norte-Sul em Anápolis. Tal túnel foi construído na nascente do ribeirão das Antas, em sua cabeceira de drenagem, num local onde antes havia uma erosão linear acelerada (do tipo voçoroca).

O município de Anápolis (Figura 1) cede seu nome a uma das microrregiões do estado brasileiro de Goiás, a mesma pertence à mesorregião Centro Goiano. Sua população estimada é de 334.613 habitantes, sendo que sua maioria reside na área urbana do município. Anápolis possui uma área total de 933,156km² (IBGE, 2014).

Os princípios da povoação de Anápolis, no século XVIII, teve como fator impulsionador a movimentação de tropeiros que demandavam de diferentes províncias em direção às lavras

de ouro de Meia Ponte (Pirenópolis), Corumbá de Goiás, Santa Cruz, Bonfim (Silvânia) e Vila Boa (Cidade de Goiás). Os principais cursos de água que cortam a região de Anápolis - João Cezário, Góis e Antas - tinham dupla importância no traslado desses garimpeiros: eram sítios de descanso e serviam como referência e orientação na viagem (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2013). A cidade de Anápolis nasce e cresce às margens do ribeirão das Antas, esse fato levou a conformação atual do sítio urbano de Anápolis, quase todo ele situado na bacia do Antas.

Localização da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas



Fonte: Kesia Rodrigues dos Santos (2014)

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta contribuição tem como arcabouço teórico a ciência geográfica, e baseia-se em dois passos metodológicos principais: a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo. Dessa forma, o presente trabalho será pautado no método empírico, pois é baseado na observação e descrição sistemática dos elementos da paisagem. Como tema estudado inclui erosão acelerada e modificações antrópicas em cabeceira de drenagem, buscou-se na geomorfologia alguns aportes teórico-metodológicos para a conclusão da mesma.

Os principais materiais utilizados para a elaboração do mesmo foram bases cartográficas digitais que foram trabalhadas em softwares de geoprocessamento.

DE UMA VOÇOROCA A UM TÚNEL DE FERROVIA

ANÁPOLIS E SUA TRADIÇÃO LOGÍSTICA

Como se viu, na introdução, Anápolis se destaca na tradição logística desde o período aurífero de Goiás, mas ganha ainda mais destaque com a chegada da Ferrovia em 1935 e com a criação da Colônia Agrícola Nacional De Goiás (CANG) na década de 1940, essa última surge sob uma lógica agropecuária. As famílias selecionadas para serem beneficiadas com terras na CANG, vinham do sul do estado e de outras partes do país, as mesmas chegavam primeiramente à Anápolis, em sua maioria pela ferrovia, e de Anápolis seguiram para Ceres a pé, de animais de carga como cavalos e burros, e de pau de arara (caminhões “preparados” para carregar pessoas em sua carroceria). Com o grande crescimento da colônia agrícola, grandes benefícios foram surgindo nessa região, houve então a necessidade de interligar Anápolis a Ceres por meio de uma rodovia que mais tarde seria um dos trechos da BR-153. Essa rodovia contribuiu para a logística de compra e venda de produtos agrícolas para e da colônia, todos esses produtos passavam por Anápolis, fortalecendo assim a “vocação” logística de Anápolis (WAIBEL, 1947).

Outros fatores que contribuíram fortemente para o fortalecimento econômico de Anápolis e sua dimensão logística foram a construção de Goiânia e a construção de Brasília. A ocupação capitalista das áreas do Cerrado a partir da expansão da fronteira agrícola foram ainda fatores contributivos. Quanto ao crescimento da cidade, tanto econômico quanto demográfico, vê-se que o processo de desenvolvimento industrial por que vem passando o estado, é um dos fatores de povoamento e ocupação que tornaram-se mais estáveis e capazes de atrair e fixar maior contingente demográfico (TEIXEIRA NETO e GOMES, 2004). Isso também ocorreu com Anápolis, principal polo industrial do estado.

Dentre os fatores que contribuíram e ainda contribuem para essa crescente atração de investimentos industriais para o estado e principalmente em Anápolis são: a localização geográfica; a infraestrutura existente; a disponibilidade de matéria-prima; os incentivos fiscais oferecidos pelo governo; o crescimento do mercado consumidor local e as reservas de recursos minerais (TEIXEIRA NETO e GOMES, 2004).

Por toda essa gama de fatores, dentre tantos outros, Anápolis se encontra no principal eixo econômico do estado, a cada ano que passa sua importância na indústria em âmbito regional e estadual se fortalece.

O seu distrito agroindustrial (DAIA) é um dos maiores polos farmo-químicos do Brasil, graças a essa identidade industrial que Anápolis tornou-se nas últimas décadas o centro da logística multimodal do país. O distrito fica nas proximidades das BR 060/153 que entre as maiores rodovias de escoamento de carga do Brasil, conta com um ramal da ferrovia centro atlântica e com a ligação com outras rodovias. Além dessa infraestrutura já existente, atualmente se iniciaram as obras do aeroporto de cargas de Anápolis e a está sendo concluída as obras de um ramal da ferrovia norte sul (SEGPLAN, 2014).

Devido à importância econômica de Anápolis segundo os informações anteriormente demonstradas, houve a necessidade de se construir um ramal da ferrovia Norte-sul que a ligasse

a Anápolis (seu traçado original, mais próximo à Anápolis, vai de Estrela D'Oeste em São Paulo até Ouro Verde em Goiás), tal ligação passou por um processo de planejamento que ficou desvinculado do que prevê a legislação ambiental vigente, isso provocou alguns inequívocos como será demonstrado ainda nesse trabalho.

Para que haja uma melhor compreensão de como uma área de nascente (uma cabeceira de drenagem em anfiteatro), atingida por processos erosivos lineares acelerados se tornou caminho da ferrovia Norte-sul, ir-se-á ressaltar as características gerais do meio físico da área.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS CONDIÇÕES DO MEIO FÍSICO NA REGIÃO DE ANÁPOLIS

A bacia tem como embasamento geológico as rochas que configuram o Complexo Granulítico Anápolis-Itauçu. Regionalmente, esse complexo corresponde a uma ampla faixa de rochas granulíticas proterozóicas. Apresenta grande variedade litológica, tais como: hornblenda-piroxênio gnaisses, granulitos básicos bandados, gabro-piroxenitos granulitizados, enderbitos e charnokitos. (CAMPOS *et al.*, 2003). Destaca-se no topo da bacia a cobertura dentrito-laterítica, formadas no terciário/quaternário.

Por análise de imagens e mapas topográficos Lacerda et al. (2005), caracterizaram a geomorfologia da cidade de Anápolis, tais trabalhos englobam a bacia do ribeirão das Antas. Nessa caracterização são identificados na geomorfologia modelados de aplanamento (topos planos e rampas); modelado de dissecação (baixas vertentes) e modelado de acumulação (planícies fluviais). As cabeceiras de drenagem localizam-se na transição do modelado de aplanamento para o modelado de dissecação, sendo diretamente influenciada por ambos os modelados.

O regime pluviométrico é caracterizado por duas estações distintas - a chuvosa e a seca - e pela grande concentração das chuvas no período de outubro a março, englobando mais de 90% da precipitação. Na região Centro-Oeste observa-se que, na estação excessivamente chuvosa [o verão], o excedente de água (volumes que ultrapassam a capacidade de armazenamento do solo) alcança, normalmente, volumes grandiosos [...] (NASCIMENTO, 2002). Tal regime contribuiu para o desenvolvimento da voçoroca que antecedeu a construção do túnel da ferrovia.

A vegetação no domínio do Cerrado é um mosaico de fisionomias e, de acordo com Ribeiro e Walter (1998), “A vegetação do bioma Cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres.” As primeiras são caracterizadas por predominância de espécies arbóreas e formação de dossel, a segunda refere-se a áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato graminoso e a última representada por predominância de espécies herbáceas e algumas arbustivas. Dentro da vegetação florestal interessa a este trabalho caracterizar o conceito trabalhado por Ribeiro e Walter (1998) de mata galeria:

Por Mata Galeria entende-se a vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos do planalto do Brasil Central formando corredores fechados (galerias) sobre o curso de água. [...] Essa fisionomia é perenifólia [...]. Quase sempre circundada por faixas de vegetação não florestal em ambas as margens, e em geral ocorre transição brusca com formações savânicas e campestres.

Já o cerrado sentido restrito (*stricto sensu*) “caracteriza-se pela presença dos estratos arbóreo e arbustivo-herbáceo definidos, com árvores distribuídas aleatoriamente sobre o terreno em diferentes densidades” (RIBEIRO e WALTER, 1998). A vegetação em geral é constituída por árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas.

A vegetação original do local foi totalmente substituída por equipamentos urbanos e/ou vegetação antrópica, nem mesmo as matas de galeria foram preservadas, dessa forma a nascente ficou desprovida de sua proteção natural.

A VOÇOROCA EM CABECEIRA DE DRENAGEM

Adotou-se como conceito de cabeceira de drenagem o apresentado por Ridente Jr. et al (1996) onde os autores afirmam que a área onde se localiza a nascente de um curso d'água é definida como uma cabeceira de drenagem. Pode ser compreendida como a forma de relevo de formato semicircular ou oval formando uma vertente em forma de anfiteatro, onde se concentram as águas pluviais para formar as linhas de drenagem natural.

As cabeceiras de drenagem apresentam área de alta declividade, elevada umidade, escoamento superficial concentrado e fluxo subterrâneo convergente para o talvegue, são ocupadas por solos pedologicamente menos evoluídos de texturas variadas conforme o substrato rochoso. Este pode se apresentar extremamente alterado em grandes profundidades, contribuindo para a baixa coesão dos materiais, fazendo com que se eleve a suscetibilidade dos aterros aos processos geológicos.

Os fundos dos vales podem estar preenchidos por solos orgânicos espessos, pouco resistentes e muito suscetíveis a movimentações. Geralmente esses terrenos são conhecidos como nascentes de rios, ou drenagens de primeira ordem, sendo comum a surgência de água no solo, podendo haver fenômenos associados como o piping, proporcionados pela instabilização da área, em resposta ao uso do solo.

Os processos geológicos que predominam nas áreas de cabeceiras de drenagem são aqueles de maior porte, geralmente ravinas e voçorocas. É preciso ressaltar que as ravinas são formadas pelo escoamento superficial concentrado que provoca o desprendimento e arraste das partículas do solo, associado a movimentos de massa representados pelos pequenos deslizamentos nos seus taludes laterais que provocam o seu alargamento e as voçorocas resultam da somatória da ação das águas superficiais e subsuperficiais, resultando em mecanismos erosivos mais complexos e intensos (RIDENTE JÚNIOR et al.,1996).

Quanto às voçorocas de cabeceiras de drenagem, é sabido que esta é uma área de instabilidade natural. No caso da voçoroca em questão soma-se isto à ocupação inadequada, chega-se ao cenário de degradação que hoje se observa. A cabeceira afetada é cortada pela BR-153, sendo que a voçoroca localizada no compartimento de 5 a 10% tem com principal causa um bueiro que lança as águas da BR diretamente na cabeceira. (JESUS e LOPES, 2006). A partir da construção do túnel houve obviamente profundas modificações nessa paisagem como será discutido no último tópico desse trabalho.

Tal erosão não é uma exceção na bacia do ribeirão das Antas (Figura 2).

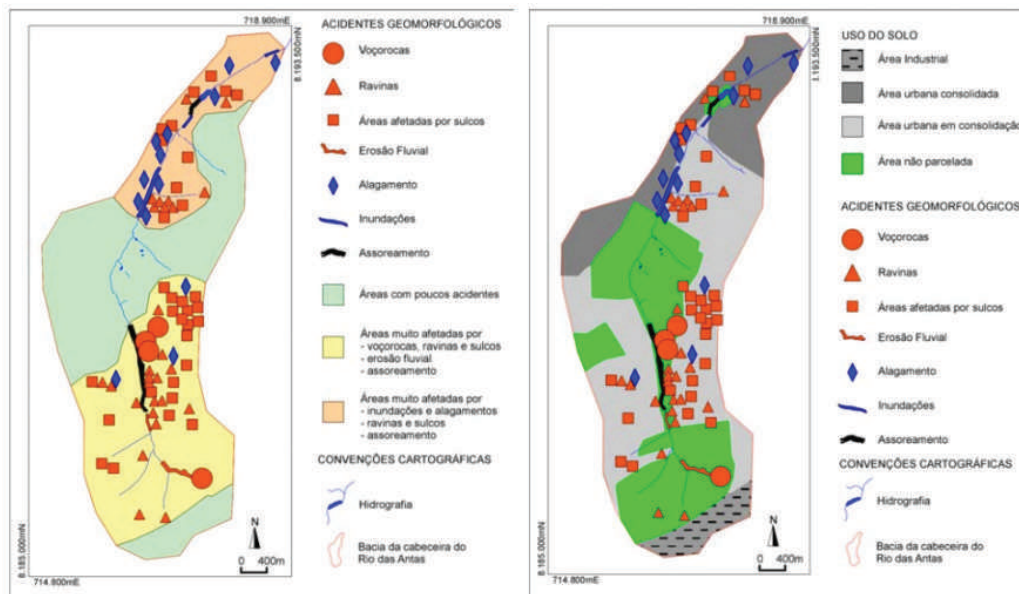


Figura 2: Distribuição espacial dos acidentes geomorfológicos na microbacia do alto curso do Rio das Antas (esquerda) e relações entre acidentes e uso da terra (direita).

Fonte: Teixeira, Nunes e Lacerda (2005)

Em 2005, foram cadastradas onze voçorocas, entendidas aqui como erosões onde aflora o lençol freático (ALMEIDA FILHO E RIDENTE JÚNIOR, 2001), sendo duas em cabeceiras de drenagem e, as demais, situadas nas encostas.

As erosões em cabeceiras de drenagem são as maiores e suas dimensões chegam a 500m de comprimento, 50m de largura e 15m de profundidade (TEIXEIRA, NUNES e LACERDA, 2005). A dimensão apresentada pelos autores refere-se a erosão em discussão nesse trabalho, como pode ser observado na figura 2.

Quando se faz uma análise histórica da evolução dos processos erosivos nessa bacia (Figura 3) percebe-se que em 1965 existiam na bacia pelo menos 6 erosões, sendo que 5 estavam associadas a cercas e caminhos na área rural e uma, a erosão situada na parte sul da bacia, a “Erosão do Cartódromo”, tem sua origem ligada ao trevo BR-153/Av. Brasil.

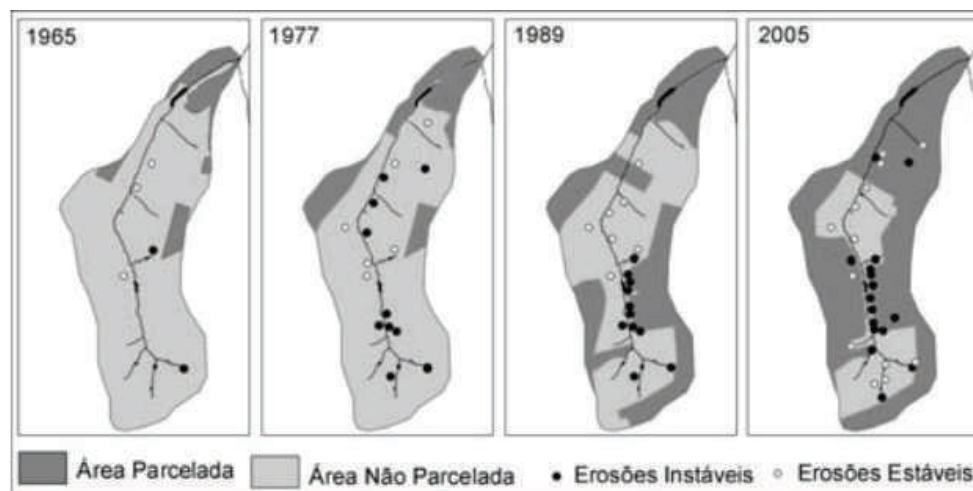


Figura 3: Evolução do uso da terra e erosão acelerada.

Fonte: Teixeira, Nunes e Lacerda (2005)

A erosão em questão evolui ao longo das décadas e só foi contida para a construção do túnel da ferrovia Norte-sul, assunto discutido a seguir.

O TÚNEL DA FERROVIA NORTE SUL EM ANÁPOLIS

De acordo com o Código Florestal em seu artigo 4º

“Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

(...)

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

Sabendo disso, a área que circunda a nascente do ribeirão das Antas é considerada uma área de preservação permanente. Dessa forma, se a legislação federal tivesse sido observada não seria adequado a construção de uma obra dessa mesma esfera em uma área de preservação permanente. A figura 3 mostra o formato da obra que circunda o túnel da ferrovia, tal formato coincide com o formato original de anfiteatro da nascente o ribeirão das Antas.



Figura 4 - Túnel 2 da ferrovia Norte-sul em Anápolis.

A Figura 4 mostra ainda algumas peculiaridades dessa obra como a água que nasce das paredes da mesma e a adequação que teve que ser feita na contenção dos taludes da antiga erosão. Como pode ser observado há uma irregularidade na contenção de concreto que decorre da ineficiência nas tentativas de conter a queda dos taludes (movimento de massa comum a erosões do tipo voçoroca). A própria utilização do concreto demonstra a instabilidade do terreno, onde o retaludamento não pode ser contido apenas com vegetação rasteira, como em outras obras do mesmo tipo.

A figura 5 ilustra a canalização da nascente sob o túnel da ferrovia, existe no local todo um sistema de drenagem que precisou ser feito para que a água, abundante no local, não prejudicasse o funcionamento da ferrovia.



Figura 5: Canalização da nascente do ribeirão das Antas

Cabe ressaltar que esse ramal da ferrovia norte-sul liga-se a ferrovia Centro-atlântica, que termina seu trecho no Porto Seco Centro-Oeste, localizado no Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA). Para a passagem da ferrovia sob a BR 060, foi construído o túnel no local da nascente do ribeirão das Antas, ocasionando assim danos ao meio ambiente e também a estrutura da obra como mostrado na figura 4.



Figura 5: Nascente do ribeirão das antas saindo do túnel da ferrovia.

Já a figura 5 ilustra a saída da nascente de dentro do túnel, quando ela passa da canalização subterrânea para a canalização aberta.

As características específicas de áreas de nascente fizeram com que houvesse prejuízos ao meio físico, mas também prejuízos econômicos, uma vez que as repetidas tentativas de

conter os movimentos de massa provocaram um encarecimento da obra. Outros prejuízos ainda poderão ser contabilizados uma vez que a obra está passando por processos de infiltração constantes, chegando ao ponto de se formarem estalactites nas paredes do túnel (como mostrado na figura 6).



Figura 6: Detalhe na parede interna do túnel da ferrovia, uma “estalactite de túnel”, ocorre pela grande infiltração de água que passa pelo concreto retirando o calcário do mesmo, enfraquecendo-o e danificando a sua estrutura.

Como demonstrado, alguns processos que estão ocorrendo no obra do túnel são resultado de um planejamento inadequado e de um desrespeito a características do meio físico e também a legislação pertinente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, este trabalho apresentou resultados preliminares da pesquisa e mesmo assim já foi possível observar que obras sem um planejamento adequado podem trazer inúmeros prejuízos tanto ambientais quanto socioeconômicos.

O mal planejamento da drenagem da BR-153 foi fator preponderante para a ocorrência de processo erosivo acelerado na cabeceira de drenagem do ribeirão das Antas. E sobre esse problema ambiental foi construída uma obra que chega com o discurso da contenção da erosão e provoca prejuízos também muito significativos. Dessa forma, faz-se necessário um estudo pormenorizado da área para caracterização mais aprofundada das consequências desses empreendimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, G. S. DE; RIDENTE JÚNIOR, J.L. **Erosão: Diagnóstico, Prognóstico e Formas de Controle**. In: Simpósio Nacional De Controle De Erosão, VII, 2001, Goiânia.

CAMPOS, J. E. G., et al. **Diagnóstico Hidrogeológico da Região de Goiânia**. AGIM/GO Superintendência de Geologia e Mineração da Secretaria da Indústria e Comércio, Goiânia, GO, 2003, 125 pp.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520110>>. Acesso em 04 de abril de 2014.

JESUS, A. S. LOPES, L. M. Geomorfologia da Alta Bacia do Rio das Antas, Anápolis (Go) E A Ocorrência De Processos Erosivos. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/sinageo/articles/365.pdf>

LACERDA, H. et al. Formas de relevo, uso da terra, e riscos geológicos na área central de Anápolis (GO). **Plurais**. Anápolis, n. 2, 2005.

LACERDA, H. TEIXEIRA, L.L.F.M e NUNES, S.O. Diagnóstico geológico-geomorfológico da erosão acelerada e do assoreamento na bacia do alto curso do Rio das Antas em Anápolis (GO). 2o Simpósio Sobre Solos Tropicais e Processos Erosivos no Centro-Oeste – UFG/Goiânia - 27 a 29 de Outubro de 2005 - **Anais** em CD-ROM, 11p.

NASCIMENTO, M. A. L. S. O meio físico do Cerrado: Revisitando a produção teórica pioneira. In: ALMEIDA, M. G. (Org.) **Abordagens Geográficas de Goiás: O natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, p. 47-89, 2002.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS (GO). Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br>. Acesso em: dez. 2013.

RIBEIRO, J.F.; Walter, B.M.T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: Sano, S.M.; Almeida, S.P. de (orgs.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina-DF: Embrapa, 1998. 89-166.

RIDENTE Jr, J.L. et al. - “Cabeceiras de drenagem, uma unidade de análise na elaboração de cartas geotécnicas”, In: **Anais** do 2o Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica - I Encontro Regional de Geotecnia e Meio Ambiente, pp.185-194, São Carlos, SP - ABGE, 1996.

SEGPLAN. Goiás. **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento**. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000>. Acesso em 01 de abril de 2014.

TEIXEIRA, L.L.F.M, NUNES, S.N e LACERDA, H. Acidentes Geomorfológicos E Uso Da Terra Na Microbacia Do Alto Curso Do Rio Das Antas, Anápolis (Go) . 3º Seminário de Iniciação Científica – UEG/Anápolis - 19 e 20 de Outubro de 2005 - **Anais** em CD-ROM, 6p.

TEIXEIRA NETO, A. et al; (org) GOMES, H. **O espaço goiano: abordagens geográficas**. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

WAIBEL, L. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. **IBGE: Revista brasileira de geografia**. Ano 9.1947. No. 3

DEGRADAÇÃO DO RIO CANASTRA EM ITAPURANGA (GO): POTENCIAIS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA EXTRAÇÃO DE AREIA

Danilo Cardoso Ferreira

Universidade Estadual de Goiás – UnU Itapuranga
prof.daniloueg@gmail.com

Wilhan Delfino Lourenço

Universidade Estadual de Goiás – UnU Itapuranga
kris_geo@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como foco principal uma abordagem da problemática da dragagem de areia no leito do Rio Canastra no município de Itapuranga-GO. Apesar de existirem leis que regulamentem a extração de minerais, há vários problemas, desde aqueles relacionados à poluição até a falta de segurança no trabalho relacionado a extração de areia. O problema é que o referido rio é responsável pelo abastecimento hídrico da cidade de Itapuranga, fato que traz preocupação diante da contaminação de suas águas. Além disso, a extração de areia não atende apenas a demanda local, mas também localidades como Goiânia. Para a elaboração deste trabalho foram realizadas revisões bibliográficas, pesquisas de campo, observações *in loco* e entrevistas estruturadas. A extração sem os cuidados necessários, a segurança do trabalhador assim como os potenciais impactos ambientais são os principais resultados apresentados no presente trabalho.

Palavras-chave: Extração de areia, degradação ambiental, Rio Canastra.

INTRODUÇÃO

No estado de Goiás, o governo as políticas de auxílio a construção de moradias o que vem crescendo inevitavelmente o uso de areia para a construção civil o que levou junto aos potenciais impactos ambientais a desenvolver essa pesquisa em Itapuranga. Em termos de utilização, os materiais utilizados na construção civil só perdem para o petróleo e seus derivados, decorrente disso se destaca uma grande necessidade de explorar os recursos minerais em busca de materiais.

Graças ao grande crescimento populacional e a urbanização de Goiás (ARRAIS, 2013), criou-se uma grande necessidade de se investir em infraestrutura, assim como em todo o país, esse crescimento interferiu diretamente no setor da construção civil. O aumento da

construção civil gera além de uma grande necessidade de mão-de-obra, uma busca por minerais como areia, calcário, entre outros. Esse fato fez com que se ampliasse o índice da já existente extração de materiais necessários como areia principalmente aquela encontrada no leito dos rios.

A necessidade da extração da areia no leito dos rios é muito grande, graças a enorme demanda do setor de construção civil, por isso a dragagem (como é chamado o processo de retirada da areia por meio de uma draga) vem sendo cada vez mais praticada. Graças a sua grande importância, médios e grandes proprietários rurais tem investido na extração e depósito dessa areia, a fim de arrecadar capital, já que essa atividade pode apresentar uma considerável margem de lucro. O crescimento desorganizado e rápido do país a necessidade de matérias como os minérios utilizados na construção civil cresce de forma espantosa, daí partem os interesses econômicos em produzir já que está se necessitando com urgência, porém isso faz com que muita gente se interesse em participar desse processo muitas das vezes de forma ilegal.

O presente trabalho tem como principal intuito mostrar as características da dragagem de areia no leito do Rio Canastra na microrregião de Itapuranga-Go, a partir da captação de água para o abastecimento urbano, pois acima da mesma não é permitido nenhum tipo de exploração. Nesse trabalho enfocamos a importância de se conservar a área em que se está extraído esse mineral, já que a sua utilização é de suma importância para a construção civil, não só da região, mas também para outras regiões. Damos ênfase também para o crescimento econômico que a extração mineral representa para a região. São instrumentais metodológicos: pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo e mapas analíticos para a compreensão do uso e dos potenciais ambientais.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nosso trabalho tem como recorte espacial a microrregião de Itapuranga-Go, em um recorte temporal de três anos. Quando iniciamos o trabalho imaginamos que seria a forma mais fácil de obter informações sobre um determinado local. Porém, quando começamos as pesquisas direcionadas descobrimos que a falta de informação e divulgação dos acontecimentos nessa região funcionaram como uma barreira para aquisição de conhecimento no setor hídrico.

Apesar de Itapuranga ser rica em recursos hídricos, os rios que a compõem são em geral de pequeno porte, tornando assim pequena a fonte de informações. O nosso objeto de estudo é representado pelo mapa abaixo da bacia do Rio Canastra que são as drenagens centrais do mapa, que corta o perímetro urbano de Itapuranga.

A bacia do Rio Canastra abrange os municípios de Itapuranga, Guaraíta e os limites dos municípios de Heitoraí (ao Sul) e Uruana (a leste), e é a principal fonte de água para o abastecimento de Itapuranga que possui de acordo com o IBGE (2010), 26.165 habitantes.

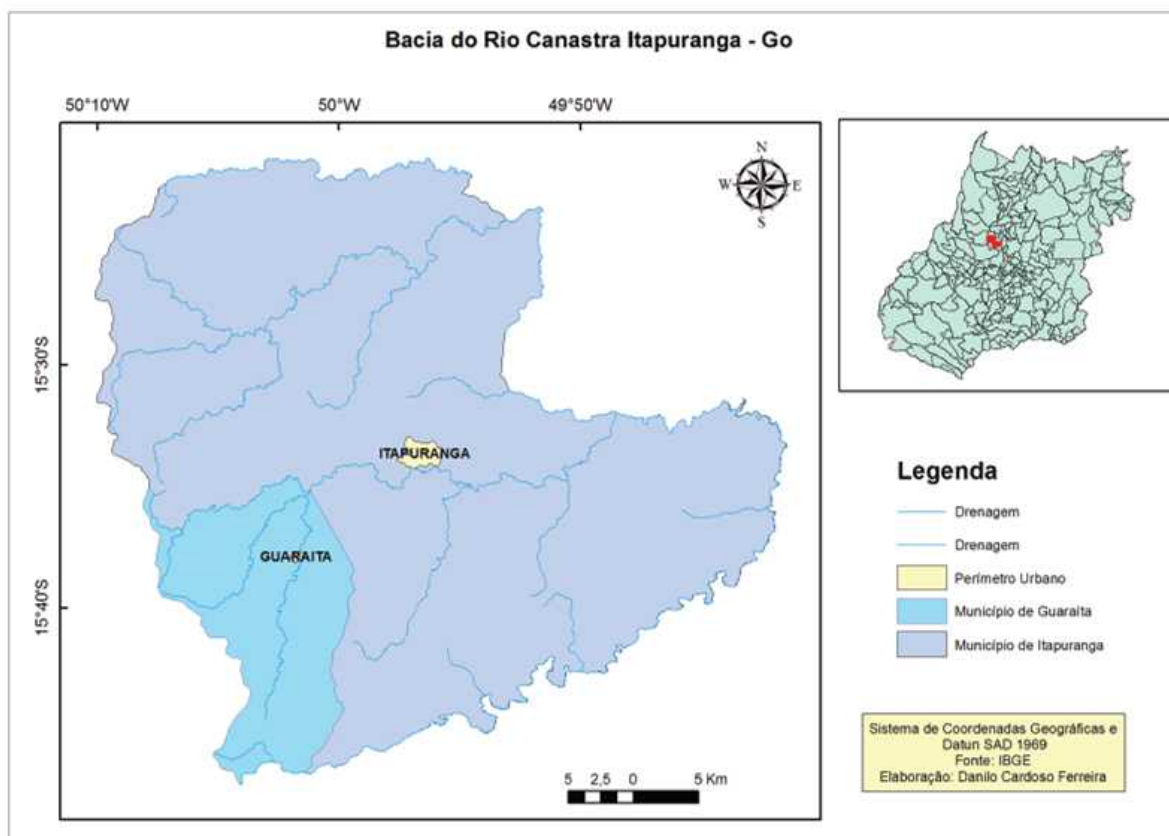


Figura 1 – Localização da bacia do Rio Canastra.

Elaboração: FERREIRA, D. C., 2014.

3 - BACIA E MICROBACIA HIDROGRÁFICA

A Bacia Hidrográfica é a responsável pela drenagem das águas das precipitações e por agrupá-las em um sentido formando uma via fluvial (figura 2). Nas bacias hidrográficas é notável que os divisores de água vão criando aparências físicas de forma crescente começando desde pequenas nascentes ou reservas de água acumuladas das precipitações passando por um processo de acúmulo até chegar a um grande rio cooperando para a sua formação. O grande rio onde são depositadas as águas é chamado de rio principal que devido ao seu grande volume de água tem como função abastecer uma bacia mais extensa ou o mar. Os motivos das bacias irem direto ao rio principal em geral são o relevo e a boa distribuição das redes de drenagem conhecidas com ramificações.

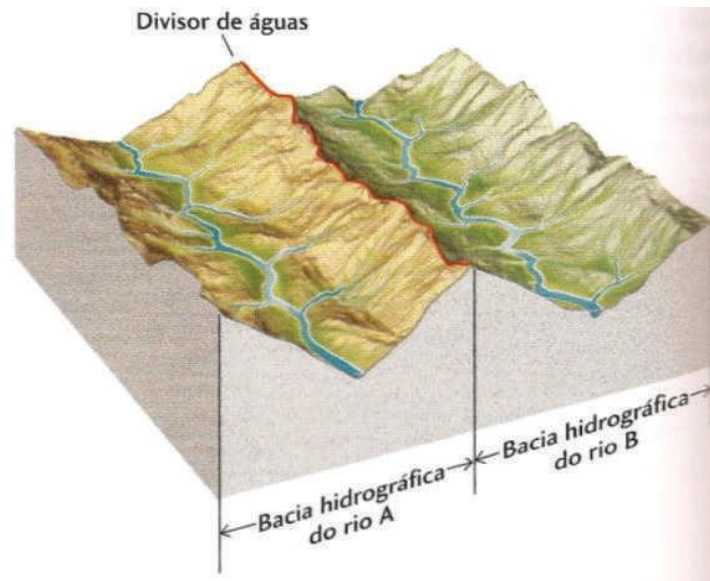


Figura 2 – Divisor de águas

Fonte: <http://geoparalinux.wordpress.com>

O estudo de uma bacia hidrográfica vem a ser o ato de compreender as dinâmicas hídricas de uma região, como afirma Botelho abaixo.

A bacia hidrográfica vem sendo considerada como uma unidade de análise da superfície terrestre, desde a década de sessenta por diversos pesquisadores. Nela é possível reconhecer e estudar as inter-relações existentes entre os diversos elementos da paisagem e os processos que atuam na sua esculturação. No Brasil, a década de 80, principalmente, a de 90 são marcadas por vários trabalhos que tem na bacia hidrográfica sua unidade fundamental de pesquisa, em detrimento das áreas de estudo, anteriormente muito utilizados, delimitadas por linhas coordenadas cartográficas, formando quadrículas definidas em cartas topográficas (BOTELHO, 1999, p. 272).

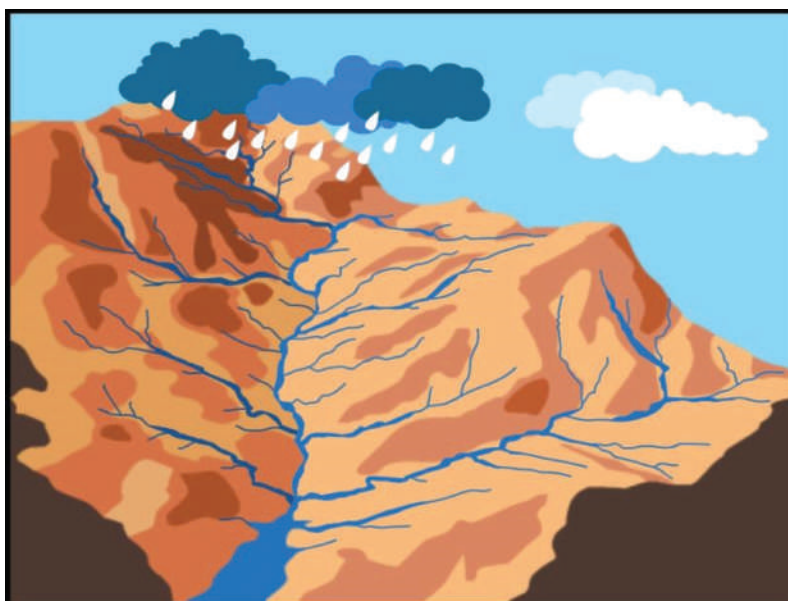


Figura 3 – Bacia Hidrográfica

Fonte: <http://geoparalinux.wordpress.com>

As bacias hidrográficas apresentam um formato que por sua vez é influenciado devido ao escoamento de suas águas. Por isso os rios recebem influência de seus afluentes de uma forma geral, escoando desde o menor até o maior, seguindo até levar suas águas ao oceano. Além disso, as bacias bem drenadas têm um escoamento rápido e levam suas águas até um rio principal. Outro fator que influencia fortemente na capacidade de drenagem das bacias hidrográficas é o grau de ramificação que ocorre dentro de uma bacia, ou seja, o escoamento será mais fácil se houverem mais fluxos de drenagem.

Microbacia hidrográfica por sua vez, vem a ser uma bacia hidrográfica em menor escala, como um pequeno rio ou córrego que recebe influência de nascentes e alguns tipos de alagados, que se formam através das precipitações ocorridas nas áreas de pouca infiltração. Para compreender o conceito de microbacia,

[...] é toda bacia hidrográfica cuja área seja suficientemente grande, para que se possam identificar as inter-relações existentes entre os diversos elementos do quadro socioambiental que a caracteriza, e pequena o suficiente para estar compatível com os recursos disponíveis (materiais, humanos e tempo), respondendo positivamente à relação custo/benefício existente em qualquer projeto de planejamento. (BOTELHO e SILVA, 2010, p. 157)

A microbacia faz parte de um contexto geral da caracterização de uma bacia hidrográfica, pois são elas as responsáveis pelo escoamento das águas e aperfeiçoamento das bacias.

As características de uma bacia têm como fator de influência fundamental o clima e o relevo, de forma com que em conjunto os dois formam as características físicas de uma bacia (BOTELHO, 1999). Em locais de maior declividade é grande a incidência de um grande escoamento proporcionando assim uma maior incidência de aperfeiçoamento da ramificação de uma bacia, já que a mesma depende desse escoamento para seu maior desempenho. A preservação das Bacias Hidrográficas assim como as microbacias deve ser realizada independente de qualquer tipo de exploração que aconteça no local, já que as mesmas são responsáveis pela formação dos grandes rios que por muitas vezes são responsáveis até mesmo por abastecer algumas cidades e gerar renda para vários setores.

4 - EXTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE AREIA

A exploração de minerais em uma região representa muitas vezes um percentual econômico bastante elevado, já que o setor de mineração vem sendo cada vez mais lucrativo. Em termos de utilização os materiais utilizados na construção civil só perdem para o petróleo e seus derivados, decorrente disso se destaca uma grande necessidade de explorar os recursos minerais em busca desses materiais. Ou seja, a demanda principalmente por esse tipo de mineral utilizado na construção civil sendo muito crescente fazendo com que muitas pessoas se interessem em fazer parte de alguma forma do processo de produção mineral.

As atividades relacionadas à extração de recursos minerais na região de Itapuranga (GO) cada vez mais representando um marco na economia regional, porém, a falta de informação que acontece na maioria dos casos pode trazer vários danos ao meio ambiente.

A areia é um mineral formado a partir da fragmentação de quartzo, porém, pode ser caracterizada por outros tipos de rocha, dependendo da rocha que a deu origem. A areia segundo a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) pode ser classificada em três categorias: areia fina, areia média e areia grosseira, podendo variar entre 1/16mm e 1/4mm; 1/4mm e 1mm; e 1mm e 2mm.

A extração da areia realizada de forma incorreta pode trazer vários danos ao meio ambiente, tais como poluição das águas, degradações, extinção de espécies, assoreamento, alargamento das margens do rio, entre outros. Uma boa parte desses danos à natureza pode ser irreparável e causar um desequilíbrio natural.

A falta de conhecimento por parte dos responsáveis pela atividade é um problema que deve ser tratado com bastante cautela, pois além de ser instruído a como e onde retirar a areia deve-se também se preocupar com a contaminação e poluição, já que o equipamento depende de combustível fóssil para seu funcionamento.

As dragas (equipamento utilizado para a extração de areia), comuns na região de Itapuranga-GO, são de pequeno porte se comparadas com as que extraem areia nos grandes rios do país. Geralmente são compostas por plataformas flutuantes, as quais abrigam um motor (combustão a diesel) responsável pelo funcionamento de uma bomba de sucção, que suga a areia de dentro do leito do rio e a lança para fora de suas margens juntamente com um grande volume de água.

Após ser lançada para fora da margem do rio, a água se separa da areia e se infiltra no solo. Com ajuda de uma espécie de tela feita de material metálico, a areia é facilmente separada da água, tornando-a de fácil manipulação, transporte e armazenamento. Para se extrair a areia do leito de um rio deve-se estar dentro dos padrões e atender as exigências do órgão fiscalizador o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

5 - LEGISLAÇÃO E LICENCIAMENTO

A extração de minerais, quaisquer que sejam deve ser realizada em acordo com a lei, para isso existem leis específicas e os órgãos fiscalizadores que são responsáveis para manter essa ordem de extração. Para garantir que a retirada de minerais será realizada da forma correta existe a fiscalização por meio do IBAMA, somado às leis federais, estaduais e municipais.

Essas leis, em conjunto com os órgãos fiscalizadores, devem ter a competência e manter um acompanhamento rígido e seguro das unidades mineradoras para que estas estejam conforme os padrões exigidos pelas normas. Algumas dessas leis se destacam por trazerem uma carga de responsabilidade por parte dos órgãos fiscalizadores e a obrigação de punir os infratores das mesmas com penas muitas vezes revertidas em dinheiro, podendo chegar até mesmo a prisão. De acordo com a lei nº 8.176 (de 8 de fevereiro de 1991):

Art. 2º Constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.

Pena: detenção, de um a cinco anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que, sem autorização legal, adquirir, transportar,

industrializar, tiver consigo, consumir ou comercializar produtos ou matéria-prima, obtidos na forma prevista no caput deste artigo.

§ 2º No crime definido neste artigo, a pena de multa será fixada entre dez e trezentos e sessenta dias-multa, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção do crime.

§ 3º O dia-multa será fixado pelo juiz em valor não inferior a quatorze nem superior a duzentos Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8176.htm)

As leis federais deixam bem claro que qualquer responsável por extração de recursos minerais que esteja agindo em desacordo com a lei está sujeito a pena de multa e prisão. O que acontece em vários casos é a falta de conhecimento sobre as áreas de extração: muitas vezes os órgãos responsáveis pela fiscalização nem mesmo sabem da existência de algumas dessas unidades extratoras. Isto causa um grande problema, pois como se trata de algo relacionado ao meio ambiente deve-se empregar maior responsabilidade e preocupação. Quem age em desacordo com as demandas está sujeito a cumprir com as penas designadas com as leis federais, como expresso na Lei 9.605 (12 de fevereiro de 1998):

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)

A extração de areia dos rios é muito importante e necessária, mas assim como qualquer outro tipo de exploração de recursos naturais, deve ter uma fiscalização e uma orientação. Nesse caso o órgão responsável é o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

A falta de informação ou a má intenção dos mineradores sobre como se explorar os recursos minerais traz consigo precariedades, indo da falta de segurança no trabalho e equipamentos de segurança até mesmo à ameaça ao meio ambiente. No caso dos rios em torno de pequenos municípios, a fiscalização fica por conta da secretaria de meio ambiente, órgão municipal responsável pela orientação, fiscalização, manutenção e controle das áreas de exploração. Contudo, em muitos casos, devido à falta de informação e estrutura, a fiscalização não acontece. Com isto, diversas unidades exploradoras não mantêm os padrões exigidos pelas leis, muitas das quais são unidades sem registros, ou seja, unidades clandestinas.

As unidades clandestinas ficam escondidas em locais de difícil acesso para que assim os órgãos fiscalizadores não consigam acessá-las e lhes aplicar o regime proposto pela Lei. Quanto ao licenciamento a unidade extratora deve estar de acordo com os padrões exigidos pela Lei, contar com uma estrutura segura tanto para o meio ambiente, tanto para os colaboradores e passar por um exame de competência e conservação para que assim seja comprovado que essa unidade não traga malefícios socioambientais.

O órgão responsável por emitir a licença para a extração é o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), pois todo e qualquer mineral a ser explorado seja ele de

grande valor como ouro, diamante, rubi, entre outros, ou mesmo de menor valor e grande comercialização como areia, calcário, brita, cascalho, entre outros. Portanto todo minerador que quiser extrair recursos minerais terá que se submeter a estar dentro dos padrões exigidos pelo DNPM e IBAMA, além de obedecer às leis impostas pelo país, estado e município, para que assim se tenha competência para conseguir explorar sem danificar o meio ambiente.

6- RESULTADOS E DISCUSSÕES

No rio canastra o processo de exploração de areia é realizado através de uma draga (equipamento utilizado na extração de areia). Para instalá-la em rio, primeiro é necessário desmatar uma parte da mata ciliar para criar a estrutura e alojar a draga. Depois de retirada a mata ciliar coloca-se a draga dentro do leito do rio para que assim seja possível se extrair a areia de dentro para fora, em seguida instala-se os tubos de responsáveis pelo transporte da areia de dentro do rio para sua margem ao qual será arremessada a areia juntamente com outros materiais (água, rochas e resíduos orgânicos).

O sistema de dragagem é composto por uma grande plataforma flutuante geralmente feita em material metálico comportando um motor a combustão diesel (combustível fóssil) responsável pelo funcionamento de uma grande bomba de sucção que por sua vez tem como responsabilidade sugar o material do fundo do rio para fora de suas margens.



Figura 4 – Draga de areia, Rio Canastra região Córrego da Onça.
Foto: Autores, 2013.

Após ser sugada, a areia juntamente com os outros materiais existentes no fundo dos rios é arremessada através do tubo para fora da margem do rio em um local de armazenamento e preparação para transporte. Ao chegar ao depósito a areia é filtrada através de uma grade feita em material metálico para que assim os materiais que não são utilizados juntamente com a areia (impurezas) sejam separados fazendo com que a água e a areia somente chegue até o depósito.



Figura 5 – Filtragem de areia, Rio Canastra região Córrego da Onça.
Foto: Autores, 2013.

Em consequência a areia ser arremessada para fora da margem do rio, leva consigo uma grande quantidade de água, depois de filtrada pela grade metálica a areia é depositada juntamente com a água e em motivo da água se infiltrar facilmente na areia, ela escoar por debaixo da areia e em seguida entra em um canal estruturado para que ela retorne para o leito do rio deixando no depósito somente a areia pura para que assim ela possa ser transportada.

Após ser separada da água a areia permanece no local, em seguida através de máquinas é montado um estoque de areia. As máquinas retiram a areia do local da filtragem para um local de melhor acesso para o transporte ainda próximo da margem do rio, com auxílio de uma pá carregadeira a areia é agrupada em um grande depósito para que assim os caminhões responsáveis pelo transporte possam se aproximar e novamente a pá carregadeira lança essa areia para dentro dos caminhões.

O transporte da areia deve ser feito com grande cautela, já que se trata de um material de fácil dispersão e grande peso. Para que a areia não se disperse e atinja as demais pessoas no trânsito, utiliza-se sempre lona de vedação nas caçambas dos caminhões, diminui-se também o risco de prejudicar principalmente os motociclistas e outros veículos de pequeno porte, bem como prevenir para que a rodovia não fique coberta por areia que pode fazer com que a mesma fique muito escorregadia e cause acidentes. Outra preocupação é o peso da areia transportada nas rodovias, que muitas vezes acabam trazendo danos à pista, que sofre muito com o transporte de matérias pesadas.

Atualmente várias empresas principalmente de venda de materiais para construção e empresas construtoras do setor terciário, compram e estocam a areia retirada do Rio Canastra, devido à grande demanda pela boa qualidade da areia encontrada na região. A areia extraída no Rio Canastra atende bem a todos os padrões exigidos nas construções civis, daí sua exportação principalmente para a capital do estado ser grande.

Esse tipo de extração vem sendo muito lucrativa e movimenta uma parcela notável da economia dos extratores. Porém para evitar toda a burocracia estabelecida pelos órgãos regulamentadores, muitos exploradores optam por agir contra os padrões de exploração, embora acabem sofrendo as consequências, geralmente de grandes custos.

Quando não se há instrução correta sobre como executar o processo da extração de areia no leito dos rios, o processo pode se tornar bastante perigoso, por isso deve-se ser seguir ao “pé da letra”. Toda empresa deve seguir além dos padrões de qualidade e de higiene; também o de segurança que é um dos mais importantes, já que a segurança no local de trabalho deve ser cuidada por todos para se evitar os acidentes tanto com a vida quanto com a natureza, e utilizar do processo como um bem e não como uma fonte de ameaça à segurança. A falta de fiscalização faz com que uma boa parte dos trabalhadores da atividade extratora por muitas vezes por falta de informação colocam sua vida e a dos demais em risco podendo gerar graves acidentes que assim como os danos a natureza, os danos à vida podem ser irreparáveis.

Durante nossas análise foi possível concluirmos que a falta de segurança no trabalho está fortemente presente na realização dessa atividade em Itapuranga. A figura 5 mostra como a falta de respeito com a vida do ser humano está presente, pois mesmo sabendo dos riscos que correm os trabalhadores, alguns ainda crianças e sem nenhuma instrução se arriscam tentando auxiliar o pai durante a realização da atividade. O excesso de confiança gera acidentes, na imagem é possível notar que as crianças não expressam nenhuma preocupação e nem utilizam nenhum tipo de equipamento de segurança, apenas se divertem com a ilusão de se estar em um mundo sem perigos e nem consequências.



Figura 6 – Falta de segurança no trabalho, Rio Canastra região Córrego da Onça.
Foto: Autores, 2013.

O processo de extração de areia do leito dos rios apesar de ser muito lucrativo, pode trazer vários danos ao meio ambiente. Para que não haja esse tipo de problema a preocupação com o meio ambiente e com o futuro devem estar sempre em primeiro lugar, muitas vezes esses pontos são deixados de lado já que os interesses econômicos são predominantes.

Muitos dos danos tragos ao meio ambiente são irreparáveis e as consequências do que já foi feito no passado estão hoje à mostra e não podem ser consertadas. Na extração de areia essa preocupação deve ser ainda maior já que se trata de um processo que coloca em risco a vida de um bem precioso que há na Terra, a água. Devido a esse motivo deve-se manter o equipamento totalmente ou ao menos na medida do possível revisado e preparado para que o mesmo não se torne um abrasivo contra a natureza.

Os possíveis potenciais e impactos ambientais causados pela realização da atividade de forma incorreta podem partir desde simples como a necessidade de reflorestamento até a seca de um rio, dentre esses possíveis danos irreparáveis ao meio ambiente se destacam o assoreamento, alargamento das margens do rio, escassez das espécies nativas, poluição do leito e das margens do rio, retirada da mata ciliar e derramamento de combustíveis fósseis.

O assoreamento é um dos potenciais de impactos ambientais que ocorrem com maior incidência na extração de areia da forma incorreta ou sem instrução, pois o mesmo leva pouco tempo para acontecer e muitas vezes não é mais possível de se recuperar aquela área onde ocorre o impacto. Na relação do assoreamento com a extração de areia ele ocorre devido à falta de conhecimento em como se dragar da forma correta, muitas vezes os responsáveis por executar a atividade não tem conhecimento de como e onde se dragar, por isso começar a retirar a areia de regiões muito profundas e próximas das margens gerando assim uma grande mutação no seu leito, assim o rio vai perder volume de água para a areia, além de a areia tomar conta do leito do rio que pode chegar até a uma seca, as árvores da mata ciliar vão perder resistência, pois o solo argiloso que a protege é mais resistente que a areia e elas podem até mesmo deixar de existir.



Figura 7 – Trecho recém dragado, Rio Canastra região Córrego da Onça.
Foto: Autores, 2013.

Dragar com o equipamento inadequado também pode causar o assoreamento de um rio, já que a área a ser drenada é a parte central do leito do rio e não a de suas margens. Devido ao tamanho do rio as dragas utilizadas são grandes demais para explorá-lo. Desta forma, ao invés de ela dragar a areia do local correto, retira a parte argilosa que protege as margens e o fundo do rio. Para se evitar o assoreamento nesse processo é necessário ter conhecimento sobre como e onde se deve explorar e a capacidade de abrigar a draga que o rio possui.

A maior parte dos motores responsáveis pelo funcionamento de uma draga tem como combustível o óleo diesel, combustível derivado do petróleo com grande poder de contaminação. Geralmente tanto o diesel quanto o óleo lubrificante (também derivado do petróleo) apresentam vazamentos. Quando a manutenção de uma draga não é feita de maneira correta ela está sujeita a ter vazamentos, além do mau funcionamento que pode resultar na poluição do ar através da fumaça liberada pela combustão. Quando ocorre o vazamento o problema é ainda maior, pois em contato com a água o óleo a torna incapaz de oferecer condições de sobrevivência para as espécies, fato que vai implicar na escassez imediata das espécies no local.



Figura 8 – Draga usada para extração de areia no Rio Canastra região Córrego da Onça.
Foto: Autores, 2013.

Ao observar vários pontos de dragagem na região de Itapuranga conseguimos concluir que a preocupação com o meio ambiente é pouca ou inexistente em alguns casos, geralmente por não se ter conhecimento de como se realizar essa atividade de forma correta e evitar danos que hoje praticamente são pouco notáveis em decorrência de ser uma atividade muito recente na região, porém como já observamos em outras regiões eles aparece com o tempo e são devastadores.

Todos sabem que o meio ambiente tem o poder de decidir o dia de amanhã, porém os agentes atuantes nesse processo como o capital imobiliário, empresas de construção civil devido ao grande poder econômico ou a busca por este deixam de lado esse importante fator, para muitos empreendedores o meio ambiente, ou seja, seu local de trabalho é “descartável”, pois não se há uma intenção de conserva-lo para utilizá-lo novamente no futuro. Tal preocupação deserta o olhar de Andrade:

Hoje, com a aceitação dos problemas do meio ambiente, quer face à exploração desordenada dos recursos, nem sempre renováveis, quer em consequência da poluição da água e da atmosfera, os estudos ambientais vêm tendo uma grande aceitação e vêm se difundindo tanto em trabalhos propriamente geográficos como em trabalhos interdisciplinares (ANDRADE, 1999, p. 31).

Essa visão expressada por Andrade proporciona um pensar voltado para a Geografia Socioambiental, que trata este tipo de problema em um contexto que aborda os interesses econômicos inseridos na extração de recursos naturais. Encontrar uma solução para problemas como os de poluição do meio ambiente em áreas de exploração onde o verdadeiro interesse por parte dos responsáveis pela degradação é apenas o lucro é uma tarefa muito difícil, pois existem vários meios de corrupção a base de subornos ou até mesmo de ameaças.

Mesmo com tantas leis regulamentadoras a fiscalização nas áreas voltadas ao meio ambiente não é suficiente. Para que houvesse uma chance de melhoria onde o meio ambiente fosse o principal interesse, isso deveria partir dos órgãos responsáveis pela fiscalização e os julgamentos fossem cumpridos de forma com que está previsto nas leis, pois as legislações regulamentadoras da exploração dos recursos naturais são bastante claras e rígidas, porém os responsáveis pelo cumprimento delas apresentam falhas.

Um fato importante e se notar é que os exploradores devem ser conscientizados e informados de como explorarem o meio ambiente sem trazer consigo a devastação, se houver essa conscientização mesmo com tantas falhas no sistema fiscalizador e tantas corrupções existentes, é possível se conservar o meio ambiente e explorar seus recursos sem trazer tantos danos e consequências como algumas das que notamos atualmente. Além de tudo que já foi dito é nosso dever como cidadãos portadores de conhecimento fazer nossa parte e defender o bem que temos para que o mesmo continue para as gerações futuras.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse trabalho conseguimos concluir que a exploração da areia como matéria prima nas construções civis é de grande demanda, já que o setor da construção civil nas últimas décadas vem crescendo abundantemente. Na cidade de Itapuranga (GO) o crescimento ainda é pequeno, porém boa parte da areia extraída no Rio Canastra é exportada para maiores cidades, inclusive a capital Goiânia.

Demonstramos os conceitos de bacia e microbacia hidrográfica, explicamos como se dá a ordem das mesmas e apontamos os principais problemas relacionados à exploração nessas áreas. Além disso, existem leis regulamentadoras que tem como intuito punir aqueles que agem em desacordo com elas, essas leis são designadas para o cumprimento por parte dos exploradores e a fiscalização das áreas exploradas fica por parte dos órgãos fiscalizadores que em pequenas regiões de Itapuranga/GO é responsabilidade da secretaria de meio ambiente, vinculada à Prefeitura local.

Esse trabalho foi desenvolvido na região de Itapuranga para servir como um incentivo a conscientização para que haja a preservação do meio ambiente. Mesmo que as explorações minerais ocorram a jusante da captação de água para o abastecimento urbano, é necessário conscientizar da importância desse rio para Itapuranga e municípios vizinhos.

A extração de areia na bacia do Rio Canastra é realizada de uma forma abrasiva ao mesmo, pois os impactos ambientais já notáveis nos dão uma noção do que pode acontecer em um futuro próximo. Problemas como assoreamento, poluição e desmatamento entre outros já são notáveis na região, mesmo a atividade de dragagem de areia seja uma atividade recente na região já vem trazendo vários problemas, alguns dos quais nem mesmo o tempo pode reverter.

8 - REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano** – economia, urbanização e metropolização. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

(**Antônio José Rodrigues do Amaral, Clóvis Ático Lima Filho. Fonte: Enciclopédias Barsa e Mirador Internacional Curso de Mineralogia – A. Betejtim**). Disponível em: <http://www.dnpm-pe.gov.br/Geologia/Mineracao.php>. Acesso: 15 de dezembro de 2013.

BOTELHO, R. G. M. Planejamento ambiental em microbacia hidrográfica. In: GUERRA, A. J. T; SILVA, A. S. da S; BOTELHO, R.G.M. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1999, p. 269-293.

GONÇALVES, Sérgio Penha. **GÊNESE E FORMAÇÃO DA AREIA**. Disponível: GrupoEscolar.com: <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/areia.html>. Acesso: 15 de dezembro de 2013.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 8.176, de fevereiro de 1991. Disponível: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8176.htm). Acessado em: 15 de dezembro de 2013.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso: 15 de dezembro de 2013.

DISCREPÂNCIA ENTRE USO E CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO

Adriana Aparecida Silva
Universidade Estadual de Goiás – UnU Goiás
ueg.adriana@gmail.com

Resumo

O município de Itapuranga é constituído por pequenas propriedades, as quais eram voltadas basicamente para a agricultura familiar, mas que recentemente vem cedendo espaço no processo de expansão do cultivo da cana-de-açúcar em Goiás. Mesmo historicamente desassociado do uso intenso de tecnologia, observa-se neste município uma crescente abertura de novas áreas e substituição de cultivos, fato que tem mudado este perfil e ocasionando a instalação de diversos processos de degradação, dentre os quais ocorrências erosivas. Para avaliar a qualidade do uso da terra foi realizado um mapeamento da discrepância existente entre capacidade de uso e uso efetivo das terras, tendo como base a sobreposição e cruzamento dos mapas de solos, uso atual e de capacidade de uso. Observou-se que grande parte do município apresenta discrepâncias entre sua forma de uso e sua capacidade natural. A principal área de discrepância se localiza na faixa central, que segue de nordeste a sudoeste, justamente onde se encontram as áreas de uso agrícola. Nas demais áreas a discrepância foi considerada baixa, onde a geomorfologia e os solos permitem um uso moderado, estando o uso atual com pastagem, ou nula em duas faixas estreitas, tratando-se de áreas com alto declive e uso destinado a preservação.

Palavras-chave: Discrepância; uso; capacidade de uso; Itapuranga.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas o cenário de ocupação das terras do Cerrado goiano sofreu diversas transformações que se iniciaram com a retirada de parte considerável da vegetação original para a substituição por áreas de agricultura e pastagem, o que persiste até os dias atuais, embora em ritmo menos intenso. Recentemente, sobretudo desde 2003, uma nova mudança vem sendo observada, esta se refere à substituição de áreas destinadas ao cultivo de grãos e pastagem pela cultura da cana-de-açúcar, visando a produção de bicompostíveis, no caso o etanol.

É sabido que a agricultura pode levar à perda da capacidade produtiva do solo em médio e longo prazo, possibilitando a instalação de processos de degradação relacionados ao desequilíbrio de suas propriedades, tais como a instabilidade estrutural dos agregados dos solos, que é considerada por numerosos autores como “um dos primeiros fatores no processo de erosão dos solos” (GUERRA, 2007, p.21). Não há, contudo, uma regra universal de associação cultura x impacto, embora alguns autores apresentem tabelas de correlação entre as principais culturas (ELIAS NETO, 2005).

Localizado na microrregião de Ceres, o município de Itapuranga se situa entre as coordenadas 15° 33' 44" e latitude sul e 19° 56' 55" de longitude oeste, possuindo uma área de 1.343,08 Km². Trata-se de um município que se constitui por pequenas propriedades, as quais historicamente tiveram sua economia voltada basicamente para a agricultura familiar, onde se destacam o cultivo do arroz, banana, feijão, milho, maracujá, mamão papaia, guariroba, melancia, além da pecuária leiteira.

Nos últimos anos, no entanto, este quadro tem apresentado mudanças que se associam principalmente à reativação da Usina de cana-de-açúcar (Vale Verde/Itapuranga), localizada próximo à área urbana do município, às margens da GO 156, principal via de acesso. Esta usina, de médio porte, além de servir como um elemento de rearticulação da economia local tende a impor um novo tipo de produção agrícola, que não sabemos se é a mais adequada para a região, caracterizando o que foi definido como formas de mudanças imprimidas na paisagem (ROSS, 1993), mudanças estas que podem vir acompanhadas por processos de degradação, como as erosões que são observadas em várias áreas do município.

Considerando as mudanças impostas nos últimos anos, temos que em Itapuranga a área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar em 2003 representava apenas 83 ha, passando a 406 ha em 2005, aumentado em 2006 para 551 ha, 2.700 ha em 2007, 5.540 ha em 2008, 5.961 ha em 2009, 6.450 ha em 2010, 6.603 ha em 2011, 6.666 ha em 2012, chegando a 7.125 ha em 2013 (CANASAT, 2014). Dados que revelam um aumento muito expressivo nestes dez anos, o qual está associado a uma diminuição nas áreas de agricultura pré-existente (principalmente arroz)¹ e provavelmente a retirada de vegetação natural. A cana-de-açúcar como é sabido faz uso de maquinário pesado em todas as fases de cultivo, do preparo do solo à colheita, o que certamente acarreta na degradação do solo. Uma carregadeira de cana, por exemplo, pode causar compactação em até 10 cm de profundidade, já um sistema de transporte via "biminhão", em que as carrocerias podem levar até 30 toneladas cada uma quando cheia, podem chegar a até 30 cm de compactação (CASAGRANDE, 2002).

Neste estudo, consideramos que o conhecer a capacidade de uso da terra e entender as divergências entre esta e seu uso efetivo, representa uma contribuição para a preservação do meio ambiente e conservação do solo. O que possibilita estabelecer uma consciência de que o uso para além da capacidade dos solos pode levar a sua degradação, constituindo um prejuízo socioeconômico para as gerações atuais e risco para as gerações futuras. Com tais informações é possível indicar medidas de conservação e estabelecer estratégias para recuperação dos solos e dos recursos hídricos (WADT *et al.*, 2003).

A expressão "uso da terra" segundo Ross (1993) pode ser entendida como sendo a forma pela qual o espaço está sendo ocupado pelo ser humano. A ocupação para o ano de 2012 no município de Itapuranga apresentou um percentual de 52,48% para as formas de uso do solo relacionadas à pastagem e agricultura, incluindo as áreas de cana-de-açúcar. Em relação às outras formas de uso temos que 47,21% referem-se a áreas de Cerrado, incluindo aqui as áreas utilizadas como pastagem natural, outros 0,11% refere-se a espelhos d'água e 0,20% a área urbana (figura 1) (tabela 1).

1 Dados obtidos na página do IBGE www.ibge.gov.br data de acesso 20 de janeiro de 2013.

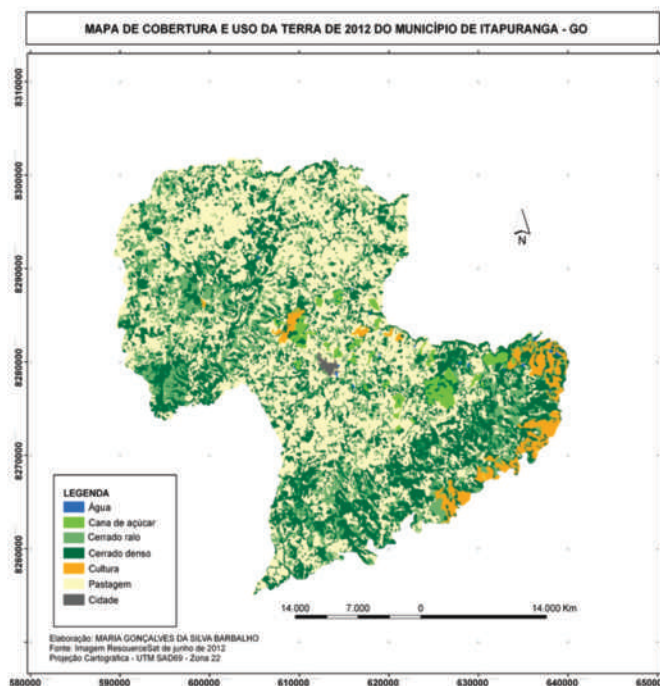


Figura 1: Mapa de uso da terra do município de Itapuranga, Goiás em 2012.

Tabela 1: Dados do uso da terra de Itapuranga, Goiás ano 2012.

Classe	Área (ha)	%
Cerrado Denso	3.924.229	30,70
Cerrado Ralo	2.111.099	16,51
Água	13.799	0,11
Cana-de-açúcar	249.146	1,95
Cultura	406.530	3,18
Pastagem	6.052.018	47,35
Área urbana	26.020	0,20
Total	12.782.841	100

Em relação à capacidade de uso das terras, esta se relaciona ao potencial agrícola levando em consideração as limitações naturais da região. Lepsch (1991) estabeleceu categorias de capacidade de uso das terras, sendo: Grupos de capacidade de uso (A, B, C) que são definidos com base nos tipos e intensidades de usos das terras; Classes de capacidade de uso (I a VIII): baseados no grau de limitação de uso; Sub-classes de capacidade de uso (IIe, IIIe, IIIa, etc) relativos a natureza da limitação de uso; Unidades de capacidade de uso (IIe-1, IIe-2, IIIe-1, etc) referentes a condições específicas que afetam o uso ou manejo da terra.

Considerando a correlação do uso da terra com os principais tipos de solos e de relevo temos que a agricultura se encontra sobre os Latossolos Vermelhos, solos profundos, relacionado a um relevo mais aplainado, onde inexistente o horizonte O, sendo o horizonte B rico em óxidos de ferro, bem drenado e friável. Já a pastagem se encontra sob os Cambissolos, que são solos jovens, pouco desenvolvidos e muitas vezes cascalhentos. As áreas de vegetação natural também se encontram sob os Cambissolos, em áreas com declividades bastante acentuadas.

O mapeamento da Capacidade de uso das terras foi obtido através do cruzamento das características físicas (solos e declividade) com o tipo de uso, onde foram considerados os grupos e classes de capacidade de uso (SILVA, 2007). Deste modo, para o município de Itapuranga

foram isoladas cinco grandes áreas, sendo denominadas de: região norte, região nordeste, região central, região sul e região sudoeste (figura 2).

Nestas áreas, em acordo com o observado na literatura, foram identificados dois grupos de capacidade de uso, sendo: Grupo A de Classe de capacidade de uso II; e Grupo C com a Classe de capacidade de uso VIII. No Grupo A estão as áreas relativas às regiões norte, nordeste e central, cujo uso é permitido para as culturas perenes, pastagens e reflorestamento, desde que observadas as especificidades em relação às limitações moderados para o uso. Sendo assim, seu uso está sujeito a riscos moderados de depauperamento, sendo boas para serem cultivadas, desde que lhes sejam aplicadas práticas especiais de conservação do solo. A principal prática de conservação refere-se a preservação das matas ciliares e o reflorestamento.

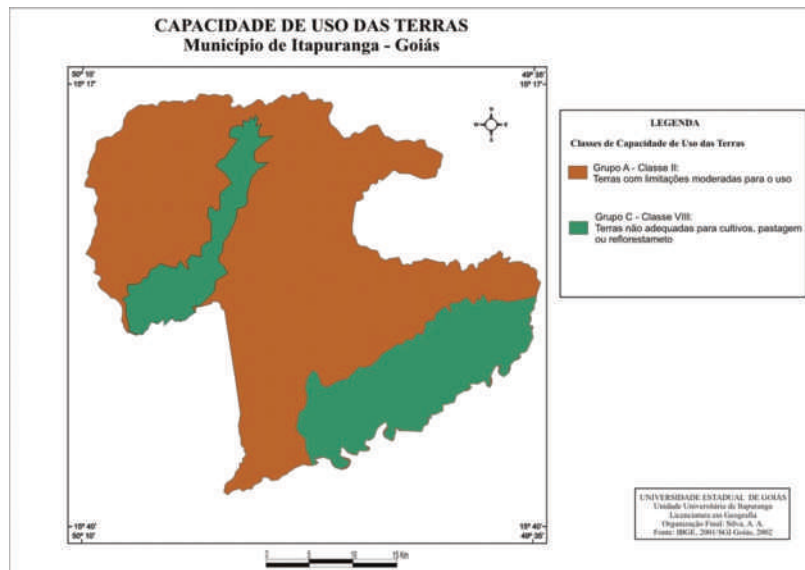


Figura 2: Mapa de capacidade de uso das terras do município de Itapuranga, Goiás.

Fonte: Silva, 2007

Para as regiões sul e sudoeste deste município foram estabelecidos o Grupo C com a Classe de capacidade de uso VIII. Optamos por esta classe em virtude de se tratar de uma região de serras e por já possuírem algumas áreas preservadas, as quais consideramos inadequadas para cultivo, pastagem ou reflorestamento. Nesta classe as terras são impróprias para serem utilizadas com qualquer tipo de cultivo, inclusive o de florestas comerciais ou para produção de qualquer outra forma de vegetação permanente. Prestam-se apenas para proteção e abrigo de fauna e flora silvestre e para fins de recreação e turismo. Estas terras estão sendo utilizadas para preservação e uso com pastagem natural.

Observa-se, portanto, que no município existem áreas destinadas tanto para o uso agrícola e como de pastagem, além de áreas que precisam ser destinadas à preservação, por apresentarem características físicas que as fragilizam. Tais tipos de uso, no entanto, principalmente a agricultura e a pastagem, deve considerar as práticas de conservação do solo, caso contrário sua capacidade de uso tende a ser reduzida, ou ainda limitada em decorrência de impactos decorrentes do uso incorreto do solo, ainda mais considerando a inserção de áreas para cultivo de cana-de-açúcar, cultura com alto potencial de degradação dos solos, cujos impactos ainda são desconhecidos na região.

Contribuindo na análise, conforme pesquisa anterior (SILVA, 2005), temos que às áreas de remanescentes de Cerrado, apesar de predominarem as pequenas propriedades e a agricultura

se apresentar, na maioria dos casos, desassociada do uso intenso de tecnologia, a vegetação natural vem crescentemente sendo dizimada. Existem áreas onde nem mesmo a vegetação ciliar foi poupada no processo de abertura de novas terras em busca de solo mais adequados para o plantio.

Esta situação de ausência de vegetação e uso do solo sem diagnóstico prévio da capacidade, tem deflagrado processos de degradação ambiental, dos quais podemos citar as ocorrências erosivas lineares referentes ao desgaste da superfície terrestre (solo) pela ação antrópica (SANTOS, 1997). Outro processo de degradação observado na área de estudo é o assoreamento de alguns canais de drenagem, dos quais o principal abastecedor de águas do município, o Rio Canastra. Este segundo relato, em virtude do não cumprimento das normas ambientais por parte de uma indústria Cerâmica, têm potencializado o processo de sedimentação de canais de drenagem, que estão associados aos processos erosivos lineares e laminares. Segundo IBGE (2002) o assoreamento refere-se a obstrução de um rio, canal ou qualquer corpo d'água pelo acúmulo de substâncias minerais (areia, silte, argila) ou orgânica (lodo, matéria orgânica, etc) provocando a redução de sua profundidade e da velocidade de sua correnteza.

É com base nos dados acima apresentados que podemos justificar a necessidade de uma avaliação da compatibilidade entre o uso e a capacidade do uso das terras, visando principalmente avaliar esta qualidade de uso. Neste sentido, foi realizado um mapeamento para fins de análise de Discrepância entre o uso e a capacidade de uso das terras, através do uso de ferramentas de geoprocessamento (Spring 4.2) onde foi feita a compilação e cruzamento de produtos cartográficos (mapa de uso e mapa de capacidade de uso das terras), seguida da delimitação das áreas por classe de discrepância, obtendo assim zonas de maior e menor grau de discrepância. Foram estabelecidos os graus de discrepância, sendo:

- discrepância alta = uso superior à capacidade de uso (área com cultura onde deveria ser preservação ou pastagem natural)
- discrepância baixa = uso igual à capacidade de uso (área com uso compatível)
- discrepância nula = uso inferior à capacidade de uso (áreas com potencial ao uso com pastagem que está sendo utilizada para preservação; áreas com potencial ao uso, mas que esta sendo utilizada para pastagem)

Para demonstrar cartograficamente a noção hierárquica dos graus de discrepância, foram utilizadas cores representativas do maior para o menor grau, sendo: vermelho = alta discrepância; laranja = baixa discrepância; amarelo = nula discrepância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando que o objetivo da pesquisa foi o estabelecimento das discrepâncias, reforçamos que o entendimento de discrepância diz respeito a “divergência ou disparidade” entre a forma de uso e a de capacidade de uso dos solos. Assim, o mapa de discrepância entre uso e capacidade de uso das terras do município de Itapuranga revelou três zonas distintas, que aqui foram hierarquizadas de acordo com o grau de e discrepância que apresenta. Sendo: Alta discrepância; Baixa discrepância e Nula discrepância (figura 3).

Estes diferentes graus de discrepância foram analisados levando em consideração o uso das terras, onde observamos que:

Alta discrepância representa áreas com o uso agrícola sem nenhuma prática preventiva de conservação, reforça este fato a inserção da cana e a presença de pivô de irrigação;

Para a baixa discrepância observou-se que esta diz respeito as áreas com predomínio de pastagem, com pequenas áreas de cerrado, sendo áreas de baixo declive e solos que permitem o uso racional das terras mediante o uso de técnicas de preservação;

Já a Nula discrepância, por sua vez, refere-se a áreas de vegetação preservada ainda que com alta declividade.

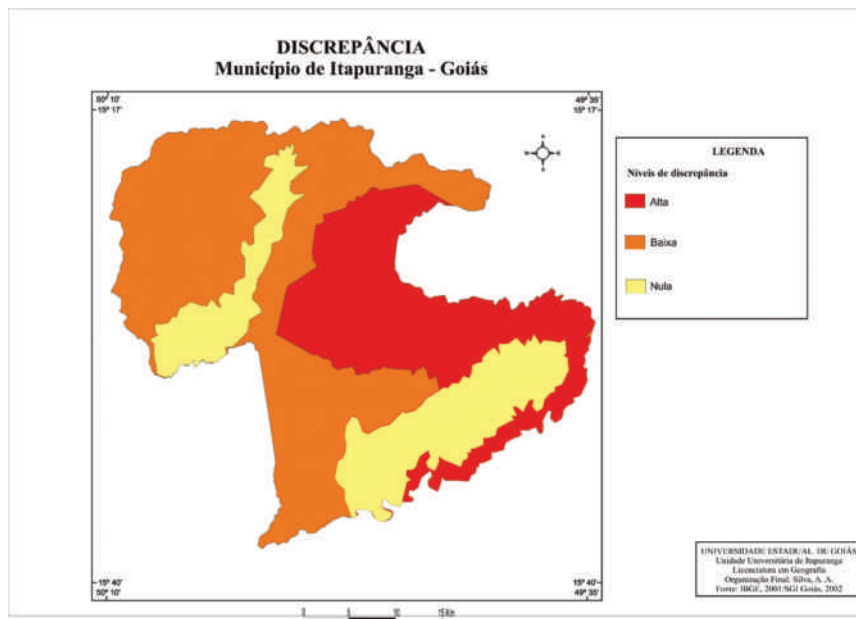


Figura 3: Mapa de discrepância entre uso e capacidade de uso das terras do município de Itapuranga, Goiás.

Com base nos dados e no que foi discutido neste artigo podemos concluir que as terras com uso agrícola apresentam alta discrepância, o que não significa a impossibilidade deste tipo de uso, mais sim, um alerta à necessidade de observação das medidas preventivas e de controle de impactos ambientais. Já as terras com o tipo de uso pastagem apresentam baixo grau de discrepância, uma vez que em grande parte das áreas se refere a pastagem natural. Fator que não permite o descuido com estas terras, ao contrário, chama a necessidade de controle principalmente neste momento onde se observa uma dinâmica de substituição da forma de uso. Por fim o uso da terra que se refere a vegetação natural, principalmente por se tratar de uma área de alta declividade apresenta discrepância nula.

Em relação à capacidade de uso das terras o resultado foi: alta e baixa discrepância, conforme o tipo de uso, para as áreas do Grupo A - Classe II – terras com limitações moderadas para o uso. Já o grau de discrepância nula para as áreas de capacidade Grupo C - Classe VIII, que representam terras não adequadas para o cultivo, pastagem ou reflorestamento. Para um melhor entendimento das correlações que culminaram nesta proposta de discrepância apresentamos uma tabela síntese dos elementos considerados (tabela 2).

Tabela 2: Correlação entre uso, capacidade de uso e grau de discrepância.

Tipo de uso do solo (predominante)	Classificação da capacidade de uso	Grau de Discrepância entre uso e capacidade de uso do solo
Agricultura	Grupo A – Classe II	Alta
Pecuária	Grupo A – Classe II	Baixa
Áreas de preservação	Grupo C – Classe VIII	Nula

Diante destas análises podemos considerar que os graus de discrepância foram definidos levando em conta diversas características naturais, que são representadas na capacidade de uso (solos, declividade), além do próprio uso atual das terras. Em síntese podemos classificar cada grau de discrepância através dos seguintes critérios:

Alta discrepância: áreas onde exista uma incompatibilidade entre uso e capacidade de uso, com presença de consórcio entre agricultura e pastagem, porém com predomínio da agricultura;

Baixa discrepância: se referem a um menor nível de discrepância, sendo estas áreas com baixa declividade, utilizadas com pastagem, com capacidade para o uso, ainda que apresente restrições ao uso intensivo e exigência de cuidados específicos no trato com o solo;

Nula discrepância: representam as áreas destinadas a preservação onde existe um predomínio de vegetação natural, em suas diversas fitofisionômias associado com elevada declividade.

Podemos considerar que apesar das condições naturais do município de Itapuranga, em princípio não serem totalmente inaptas para a produção agrícola, existe a necessidade de cuidados principalmente no que se refere a prevenção de impactos ambientais, uma vez que já são observados problemas ambientais, sendo os mais frequentes: processos erosivos lineares nas áreas de pastagem, vazão diminuída dos mananciais associada à ausência de vegetação ciliar, assoreamento dos canais e erosão dos taludes. Acrescenta-se o fato de Itapuranga não possuir tradição na produção da cana-de-açúcar e, tampouco, estudos técnicos amplamente conhecidos que demonstrem aptidão das terras e sustentabilidade econômica potencial para esse setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Itapuranga representa um município, aos moldes de outros no Estado de Goiás, que têm sido alvo de grandes mudanças na forma de uso da terra, onde historicamente predominava a agricultura familiar, hoje a inserção da monocultura da cana-de-açúcar se faz presente. Este fato, associado fragilidade na atual qualidade de uso das terras, como demonstrado no estudo das discrepâncias, alerta para a necessidade de um planejamento de uso, com base em práticas conservacionistas severas e em acordo com o que reza a lei.

Apesar das condições naturais em princípio não se apresentarem como inadequadas para a produção agrícola, o fato é que o município apresenta problemas ambientais que inibem a

intensificação do uso das terras, como a presença de solos degradados pela pastagem e outros cultivos. Tal característica, por sua vez, vem de encontro com o previsto pelo Plano Nacional de Agroenergia, que prevê que as áreas de expansão da cana-de-açúcar deveriam ser as de pastagem degradada, uma vez que este cultivo teria a capacidade de recuperar os solos. Estudo vem sendo feito a este respeito, mas não existe um consenso, uma vez que a capacidade de recuperação dos solos vai variar com o tipo de manejo utilizado.

Mas será que a cana-de-açúcar vem sendo inserida realmente em áreas com pastagem degradada? Ou a expansão deste cultivo mascarará o desmatamento e movimentará as áreas de cultura de grãos para as de pastagem, levando estas para áreas que deveriam servir para preservação permanente, aos moldes do que se tem observado em outros municípios? Para além destas questões faz-se necessário uma política de recuperação das áreas degradada e de reordenamento do uso e manejo dos solos, o que poderia reverter, em grande parte, o quadro de discrepância constatado, promovendo o reequilíbrio entre uso e capacidade de uso das terras do município de Itapuranga/GO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANASAT – **Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra**. INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/canasat/>> Acesso em 17 jan. 2014.

CASAGRANDE, A. A. Compactação e manejo do solo na cultura da cana-de-açúcar. In: MORAES, M. H.; MULLER, M.; FOLONI, J. S. S. (Coord.). **Qualidade física do solo: métodos de estudo – sistema de preparo e manejo do solo**. Jaboticabal: Funep, 2002. p. 150 – 197.

ELIAS NETO, A. Aspectos da legislação ambiental para o setor da cana-de-açúcar. In: MACEDO, I. C. **A Energia da Cana-de-Açúcar** – Doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2005.

GUERRA, A. J. T. O início do processo erosivo. In GUERRA, A.J.T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

IBGE. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LEPSCH, I. F. (org) **Manual para levantamento utilitário do meio Físico e Classificação de Terras no Sistema de Capacitação de Uso**. 2ª impressão. São Paulo: Ed. FAPESP, 1991.

ROSS, J. L. S. **Análises e síntese na abordagem geográfica da pesquisa para o planejamento ambiental**. Laboratório de Geomorfologia. Departamento de Geografia, USP, 1993.

SANTOS, R. M.M. dos. **Caracterização geotécnica e análise de processo evolutivo das erosões no município de Goiânia**. Mestre em Geotecnia. Dissertação de Mestrado. Brasília, 1997.

SILVA, A. A. Monitoramento Ambiental em áreas de Cerrado a partir de dados de Sensoriamento Remoto. Artigo. **I Jornada de Pesquisa e Pós-Graduação**. PrP/UEG. Anápolis, 2005.

SILVA, A. A. **Levantamento das características físicas e elaboração de Mapa de Capacidade de Uso das terras do município de Itapuranga - Goiás**. Relatório de Pesquisa e Pós-Graduação PRP/UEG. Anápolis, 2007.

SPRING 4.2 **Manual de ajuda do Spring**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2006.

WADT, G. A.; PEREIRA, J. E. S.; GONÇALVES, R. C.; SOUZA, C. B. da C.; ALVES, L. da S. **Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas**. Documentos 90. Rio Branco: Embrapa, 2003.

EROSÃO ACELERADA NA FAZENDA VARJÃO: UMA ANÁLISE DO USO DO SOLO EM ÁREA RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)²

João Antonio Lopes
Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH
joaoantoniogeoueg@yahoo.com.br

Resumo

A área de estudo está localizada na área rural do município de Nova Veneza (GO), mais precisamente a 6 quilômetros da cidade. A fazenda Varjão é pioneira na produção agrícola e na criação de gado no município de Nova Veneza, seja de leite ou de corte. Devido a esse pioneirismo a vegetação da região passou por várias mudanças, retiraram as matas originais e em seu lugar implantaram pastagens e agricultura, assim, levando a uma série de mudanças não só a paisagem mas também nas características econômicas da região. Com os desmatamentos o solo passou a ficar exposto aos agentes intempéricos, assim, favorecendo o surgimento de processos erosivos acelerados. As terras da região foram ocupadas de maneira inadequada, foram feitas plantações em áreas acentuadas sem ter nenhuma preocupação com as consequências. Hoje na fazenda existem várias erosões lineares. Estudar os processos erosivos nos dá a oportunidade de compreender as dinâmicas relacionadas aos processos erosivos, cabe ressaltar que esses fatores não dependem somente das ações antrópicas para evoluir, uma vez que o relevo da região auxilia bastante.

Palavras-chave: Desmatamento. Erosão acelerada. Ações antrópicas.

INTRODUÇÃO

A cidade de Nova Veneza está localizada na mesorregião central do estado de Goiás e apresenta população estimada em 8.000 habitantes (IBGE, 2010). A presente produção acadêmica tem como recorte espacial a Varjão, fazenda essa localizada a 6 quilômetros da cidade.

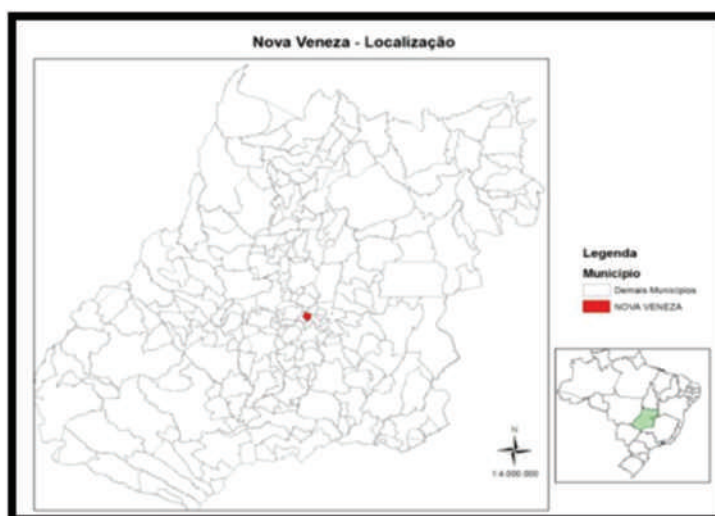


Figura 01 - Mapa de localização de Nova Veneza-GO

Fonte: Kesia Rodrigues dos Santos (2013)

² Trabalho orientado pela Prof^ª Me. Kesia Rodrigues dos Santos.

No decorrer dos anos pode se notar a evolução da erosão, esta evolução pode ser atribuída a dois fatores, sendo um de cunho natural, os quais são atribuídos aos agentes intempéricos, e a forma do relevo e outro relacionado ao aceleração do processo erosivo, provocado pelo uso inadequado do solo, seja para a agricultura ou para a criação de gado. Estes impactos implicam na degradação do meio físico e em graves consequências ao proprietário da terra, uma vez que os processos erosivos presentes na fazenda acabam degradando a camada superficial do solo, assim, diminuindo a produtividade.

Em suma, este trabalho foca os processos erosivos presentes na fazenda, buscando apontar os fatores contribuintes para esse processo, assim, também buscar conhecer as medidas mitigadoras para o processo erosivo.

Como passos metodológicos utilizamos pesquisas bibliográficas, assim como mapeamentos de características do meio físico de erosões e análise de uso do solo da região e da fazenda, para a realização do trabalho, as erosões foram cadastradas para ter um maior controle sobre a sua evolução e para nortear o estudo.

USO DO SOLO E EROSÃO ACELERADA

O histórico da cidade de Nova Veneza (GO) é aqui discutido a partir da obra idealizada por Gonçalves (1997) e pelos dados organizados por IBGE (2013).

Nova Veneza foi fundada em 1924 por João Stival, mas a sua ocupação começou bem antes, em 1895 foi que chegaram os primeiros moradores da região, sendo a pioneira a família Loures e depois em seguida as famílias Gomes, Souza Camilo, Silva e a Manoel Ivo. Essas famílias já usavam o solo da região para a produção de alimentos, como café, arroz, feijão, milho e abóbora.

Com a chegada dos primeiros italianos no ano de 1911 com o senhor João Stival, Cesário Stival e seu primo Joaquim Stival, que compraram 362 alqueires e meio de terra por 10 (dez) contos de réis, do senhor Manoel Ivo.

Os irmãos Stival doaram 4,5 alqueires para começar então a se formar o patrimônio da cidade.

Várias outras famílias vieram para o município para trabalharem nas lavouras de café, assim, começando a usarem o solo com fim de moradia e também de trabalho. A região ficou conhecida como colônia dos italianos, porque havia um grande número de famílias que vieram da Itália. A fazenda Varjão que possui ainda vegetação original (floresta), passou a ser desmatado para dar lugar a lavouras de milho, arroz e café.

Com a doação do terreno para a construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo, é criada a que hoje é Nova Veneza no ano de 1924, essa até então fazia parte do município de Anápolis. O primeiro loteamento da cidade foi feito pelo engenheiro Carlos Seixas, até hoje vários outros foram criados, assim, a cidade cresceu.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, Nova Veneza teve o topônimo alterado para Goianaz e o território diminuído, em virtude da restauração do antigo Distrito de São João (IBGE, 2013).

Com a crescente atividade agrícola e pastoril, o Distrito de Goianaz atingiu grande prosperidade, obtendo sua emancipação através da Lei Estadual nº 2095, de 14 de novembro de

1958, instalando-se oficialmente em 4 de janeiro de 1959, restaurando o topônimo Nova Veneza (IBGE, 2013).

Distrito criado com a denominação de Nova Veneza, ex-povoado de Santa Bárbara da Cachoeira, pela lei municipal nº 250, de 12-05-1927, subordinado ao município de Anápolis.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Nova Veneza permanece no município de Anápolis. Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, o distrito de Nova Veneza passou a denominar-se Goianás.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Goianás, figura no município de Anápolis. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Veneza, pela lei estadual nº 2095, de 14-11-1958, desmembrado de Anápolis. Sede no antigo distrito de Goianás, ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1959.

Com a criação da cidade, vários outros meios de produção foram adotados, tomando conta das áreas onde antes eram matas. Atividade agropecuária, por exemplo, foi adotada para complementar a renda das famílias.

Nova Veneza desde a sua criação tem as características de cidade do interior, cidade pacata com a economia baseada na produção de verduras, hortaliças e gado de leite e de corte. Muitas mudanças ocorreram no solo da região, devido à ocupação, à retirada da cobertura vegetal e a evolução do uso. A vegetação natural deu lugar a hortas e pastagens, o solo passou a ficar mais exposto à agentes intempéricos, assim, favorecendo a formação de processos erosivos nas terras da região.

A fazenda Varjão está direcionada para a agricultura desde sua criação a cerca de cem anos atrás. No início da ocupação desmatavam-se áreas de morros e encostas para prepará-las para o plantio de lavouras como o café, milho, arroz, feijão. Nesse período produzia-se para a subsistência da família, a produção era em pequena escala, a terra era preparada manualmente e com o auxílio de arados por tração animal.

A área era cultivada somente no período chuvoso, assim, deixando o solo exposto o resto do ano aos agentes intempéricos, uma vez em que o solo ficava sob o pisoteio do gado, ocasionando a compactação do mesmo. No início do período chuvoso do ano seguinte o mesmo esquema era repetido, assim, o solo vai perdendo as suas características e seus nutrientes.

Com a mecanização da agricultura tudo ficou mais fácil, inclusive a formação de erosões. Onde se gastava dois a três dias para se preparar o solo com a tração animal, agora se prepara com o trator em duas horas, assim com essa facilidade as roças cresceram, no início o terraceamento era feito, mas não com a precisão de hoje, essas não conseguiam conter as águas pluviais, assim, ocasionando o princípio das erosões que hoje são identificadas na região. As mesmas chegavam a funcionar como concentradoras de fluxo.

Com a implantação de irrigações passou-se a utilizar a terra para o cultivo durante o ano todo, assim, deixando o solo exposto mais vezes por ano. Nas áreas em que não eram plantado arroz, milho, feijão ou café, eram ocupadas por pastagens, onde na época não havia a rotação de cultura, que acaba deixando o solo “cansado”, a camada superficial do solo está degradada e as outras compactadas, assim a cada chuva o solo era parcialmente desagregado e transportado dando origem as incisões no terreno.

Hoje o solo está parcialmente coberto por vegetação nas proximidades da erosão, no entanto nas áreas adjacentes, o predomínio é de gramíneas em áreas antes destinadas ao plantio

de hortaliças. A área próxima a cabeceira da erosão encontra-se a mais protegida por vegetação, inclusive remanescentes, pois são áreas de reserva legal.

Recentemente, aproximadamente a dois anos, as terras eram ocupadas por hortas de quiabo e abóbora. Essas plantações eram feitas em sentidos de curvas de nível com o intuito de diminuir a ocorrência de processos erosivos, pela contenção do fluxo do escoamento superficial.

Em resumo, a fazenda foi e é bastante utilizada, nos primórdios com técnicas mais rudimentares e com menor preocupação com a formação de processos erosivos lineares, hoje com algumas técnicas mais modernas, maior consciência no uso, mas ainda sofrendo as consequências de atitudes anteriores.

Como consequência tanto da ocupação do solo de Nova Veneza (GO) e da fazenda Varjão as consequências principais foram a perda da cobertura original (vegetação da região é mata estacional semi-decídua), com árvores de grande porte, que deu origem a lavouras de milho, café, arroz e feijão, com o passar dos anos várias outras culturas foram desenvolvidas no município, assim, deixando o estado do solo propício a formação dos processos erosivos atuais.

Com a incrementação da agricultura e o surgimento dos processos erosivos outro ponto também pode ser observado ao longo dos rios que cortam o município, é o assoreamento, segundo Cemig (2001), assoreamento é uma perigosa consequência da erosão: ele reduz a capacidade de drenagem do solo e agrava inundações, e também ao “desbarrancamento” do leito dos rios.

Sobre o uso do solo da cidade de Nova Veneza-GO, serão abordados aspectos desde a sua fundação, assim, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de entrevistas feitas em campo com moradores da região.

A ilustração abaixo mostra como está ocupado o solo do município de Nova Veneza.

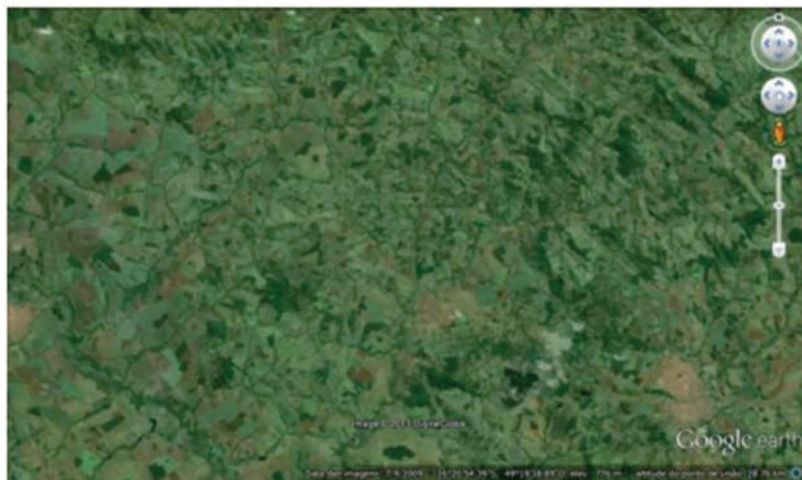


Figura 02 - Imagem de satélite do uso e ocupação do solo de Nova Veneza-GO
Fonte: Google Earth (2013)

A Ilustração acima demonstra o uso e ocupação do solo do município de Nova Veneza-GO, sendo que as áreas mais claras são destinadas a agricultura e as outras destinadas a pecuária. Vê-se ainda algumas áreas com remanescentes da cobertura vegetal original (mata).

O uso do solo da região não foi só para a agricultura, também foi para a criação extensiva de gado, a qual mais tarde se tornou a principal fonte de renda das fazendas da região.

Segundo alguns dos entrevistados, essa parceria de lavoura e pecuária foi e é muito boa, pois a renda é certa o tempo todo, mas, nem tudo é satisfatório, pois a criação de gado e as práticas da agricultura acabam trazendo vários danos ao solo, assim, deixando-o cada vez mais empobrecido de nutrientes.

O uso do solo na fazenda Varjão teve início há muitos anos atrás, para ser mais preciso a 150 (cento e cinquenta anos), segundo entrevistas feitas com moradores da região. Essas terras pertenciam a família Loures, essa que já habitavam a região antes da chegada dos italianos.

A fazenda Varjão situa-se a seis quilômetros da cidade de Nova Veneza-GO, e parte de suas terras são utilizadas para a agricultura, onde as encostas (ou vertentes) apresentam uma declividade mais amena. Em outras partes que é destinada a criação de gado apresenta uma declividade superior a 30%, localizada no capítulo anterior. Uma vez que na fazenda prevalece a criação de gado nas áreas de vertentes com altas declividades, prática essas que acabam favorecendo ao surgimento de processos erosivos devido ao pisoteio e a compactação constante pelo gado.

Outro aspecto que pode ser observado com muita facilidade é o surgimento de erosões em sulcos em áreas de trilhas por onde o gado passa frequentemente, prática essa que acaba compactando e rebaixando o solo, dessa forma favorecendo a concentração do escoamento superficial da água das chuvas, uma vez que a combinação da declividade com o escoamento superficial da água pode ser igual ao surgimento de processos erosivos.

Esse parâmetro também está relacionado à erosão acelerada, e quanto maior a declividade da vertente, maior será sua suscetibilidade aos processos erosivos em sulcos, ravinas e voçorocas.

Nos últimos anos a produção agrícola obteve um acréscimo em sua área de plantio, uma vez que a produção de quiabo passou a ser vendida em outro estado (São Paulo-SP), e dessa forma ampliando a área agricultável, prática essa que acaba degradando o solo com os processos erosivos em áreas de menor declividade. Uma vez que com o uso das terras para culturas temporárias acaba deixando o solo exposto várias vezes por ano, deste modo, acarretando a remoção da camada superior do solo, assoreamento das drenagens em virtude dos processos erosivos.

As classes de uso da terra identificadas na área estudada, estão representadas na Ilustração abaixo e mostra a evolução significativa da área de agricultura e do decréscimo da área destinada à agropecuária.

Quadro de classes de uso e cobertura do solo na área de estudo

Ano	Quantidade alqueires	Destinado à agricultura	Destinado à pecuária
2000	16 alq.	2alq.	14 alq.
2005	16 alq.	4alq.	12 alq.
2009	16 alq.	6 alq.	10 alq.

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

A Ilustração a seguir destaca o uso do solo na Fazenda Varjão, onde as áreas mais claras são áreas destinadas a agricultura e as áreas em verde claro são as áreas destinadas as pastagens. E as em verde escuro representam a cobertura original remanescente.



Figura 03 -Imagem de satélite do uso do solo da Fazenda

Fonte: Google Earth (2013)

A Ilustração acima mostra a modificação que ocorreu no uso do solo em um período de nove anos, onde o solo é usado de duas formas: agricultura em áreas com menor declividade, e a pecuária extensiva, em terrenos com declividade mais elevadas.

Essas práticas acabam a degradar muito mais o solo, pois o uso intensivo de adubação química e de venenos que pode contaminar não só o solo, mas também as nascentes de água. Além disso, o uso de máquinas pesadas para o preparo do solo, faz com que o mesmo fique compactado, assim, diminuindo o gradiente de infiltração da água no solo, favorecendo o escoamento superficial.

Segundo Farres (1978 *apud* Guerra *et al.*, 1999), a compactação cria uma crosta superficial de 0,1 a 3,0 mm de espessura, que pode implicar a redução da capacidade de infiltração de 50% a 1.000%, de acordo com as características do solo e com a energia da chuva, assim, aumentando o escoamento superficial durante eventos chuvosos.

Com relação a pecuária o problema também é grave, pois o pisoteio constante do gado acarretará na compactação e na degradação do mesmo com o passar dos anos. Além de provocar a remoção direta de partículas do solo.

Os elementos que potencializaram o surgimento da erosão na Fazenda Varjão (com ênfase nos antrópicos), uma vez que eles podem ser do tipo natural ou antrópicas (causadas pelo homem).

São vários os elementos que podem favorecer o surgimento de processos erosivos, sendo os agentes naturais como a chuva e o vento. Uma vez que a água de chuva provoca a erosão laminar (1º estágio erosivo) por impacto das gotas sobre a superfície do solo, caindo com velocidade e energia variáveis, e por meio do escoramento da enxurrada (GUERRA, 1999).

Outro fator que deve ser levado em conta a respeito da área de estudo é que, no início da ocupação do solo foi retirada toda a vegetação original, assim, deixando o solo exposto aos agentes intempéricos.

Ainda segundo esse autor, a cobertura vegetal é a defesa natural de um terreno contra a erosão. Entre os principais efeitos da cobertura vegetal, Bertoni e Lombardi Neto (1985) *apud* Guerra (1999) destacam os seguintes:

1. proteção contra o impacto direto das gotas de chuva;
2. dispersão e queda da energia das águas de escoamento superficial;
3. aumento da infiltração pela produção de poros no solo por ação das raízes;
4. aumento da capacidade de retenção de água pela estruturação do solo por efeito da produção e incorporação de matéria orgânica.

Levando em consideração o que Guerra (1999) diz em seu trabalho sobre a importância da cobertura vegetal para o solo, o oposto acontece em áreas em que existe solo exposto aos agentes intempéricos, assim, fazendo que os componentes mineralógicos do solo acabem sendo desagregados e tornando o solo cada vez mais pobre.

Outro aspecto natural que deve ser levado em conta para o surgimento da erosão é a declividade, uma vez que a erosão encontra-se em uma área bem inclinada e que recebe água de chuva de áreas mais elevadas e as concentra nas concavidades bem acentuadas no terreno. Sobre a topografia e o surgimento de erosões, Guerra (2001) diz que a influência da topografia do terreno na intensidade erosiva verifica-se principalmente pela declividade e comprimento de rampa (comprimento da encosta). Esses fatores interferem diretamente na velocidade das enxurradas. Ou seja, quanto maior for o desnível do terreno, maior será a velocidade da enxurrada, como explicitado anteriormente os desníveis do terreno são acentuados na fazenda Varjão.

As erosões naturais são mais moderadas que aquelas provocadas pelo homem, uma vez que as erosões antrópicas podem se desenvolver com muita facilidade se medidas mitigadoras não forem tomadas com rapidez.

Estudos feitos na fazenda Varjão apontaram vários fatores que podem ter provocado o surgimento dessa erosão. Santos (2007), aborda sobre as divisas de propriedades (cercas) podem condicionar ao surgimento de erosões, pois pode ocorrer a concentração do fluxo da água de chuva.

Tendo como referência Santos (2007), pode-se chegar a conclusão de que esse fenômeno está presente na fazenda, pois, ao longo da erosão existe uma cerca que acabou sendo destruída pela erosão. Tal cerca acompanha o sentido da declividade e foi colocada na porção côncava do terreno, não por acaso, a erosão principal coincide com o local onde ficava tal cerca.

A ilustração abaixo mostra a cerca destruída dentro da erosão principal.



Figura 04 - Foto de cerca destruída dentro da erosão

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes(2013)

Outro ponto também pode ser levado em consideração, uma vez que quando eram feito o desmatamento da área, existia uma estrada que servia como acesso as áreas mais altas do terreno, assim como relata o proprietário. Essa estrada era utilizada para que fosse retirada a madeira do desmatamento que era feita por arraste com auxílio de bois, e posteriormente utilizada para o escoamento da produção. Essas estradas não tinham nenhum planejamento, assim, favoreceu o desgaste do solo e o surgimento de erosões, uma vez que essa estrada foi construída no sentido da declividade e que fica a montante da erosão principal.

Guerra (1999, p. 263) a respeito de erosões em estradas coloca o seguinte:

O controle preventivo da erosão relacionado a estrada realiza-se por meio da proteção vegetal dos cortes, aterros e terrenos adjacentes e da implantação de um sistema de drenagem, concebido a partir do conhecimento da suscetibilidade à erosão dos terrenos e da caracterização/quantificação hidráulica, tendo em vista a captação, condução e dissipação das águas.

Tal tecnologia era impensável para a época em que a estrada foi construída. Levando em conta a perspectiva de que essa estrada foi construída há mais de 100 (cem) anos, sem o auxílio de técnicas e tecnologias sofisticadas e nenhum tipo de conhecimento específico sobre o assunto, hoje se tem um legado que é a ocorrência de erosão acelerada sendo que o controle fica cada vez mais distante de se efetivar.

A erosão principal apresenta grandes dimensões, as quais serão apresentadas no capítulo posterior. Anexa a erosão maior existem outras menores, as quais são ravinas com profundidade média de 0,50 m a 1 m de profundidade, estas que foram causadas pelo pisoteio do gado durante o ano todo, assim, compactando e fazendo que na época de grande períodos chuvosos aconteça a concentração da água de chuva.

Em outros locais da fazenda também apareceu sulcos associados a estradas, ao pisoteio do gado, a construção de cercas e ao cultivo de hortaliças.

A ilustração a seguir mostra erosões em sulcos formadas pelo pisoteio do gado.



Figura 05 - Foto de erosão em sulco em trilhas de gado

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

A ilustração abaixo mostra a concentração da água de chuva em sulcos.



Figura 06 - Foto de concentração do escoamento d'água de chuva em erosões em sulcos

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

Para uma mitigação desse problema, as áreas onde existem essas incisões no terreno devem ser cercadas, pois assim, haverá uma diminuição do pisoteio e da degradação por parte dos animais. O que parece inviável... logo essa não será a opção do proprietário.

A região apresenta declividades com índices elevados, no entanto, não foram realizados os mínimos cuidados necessários para que os processos erosivos fossem cessados. Um procedimento que minimizaria a força da água de chuvas seria a construção de curvas de nível, onde auxiliariam na diminuição da forçado fluxo concentrado, e assim evitando erosão laminar e linear no local.

As áreas que mais sofrem impactos com a erosão linear na fazenda são as áreas de transição entre as altas e as baixas declividades, pois são áreas que são destinadas a produção de lavouras, assim, deixando o solo exposto por um longo período do ano, o que ocasionará a degradação do mesmo pelos agentes exógenos, assim, perdendo a sua capacidade produtiva e ocasionando sérios problemas econômicos e ao meio ambiente.

Como consequências do uso não planejado do solo, várias consequências apareceram no local, como a presença frequente de erosão laminar nas lavouras e de erosões lineares sulcos e ravinas em áreas de pastagens. Em geral, os sulcos da lavoura não evoluem como nas áreas de pastagens porque o manejo do solo é periódico e também as medidas de contenção também são.

A ilustração abaixo mostra bem o caso de uma erosão laminar com exposição de raízes.



Figura 07 -Foto de erosão laminar com exposição de raízes

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

O uso e ocupação do solo da fazenda começou a muitos anos atrás, levando em conta de que o preparo do solo e as práticas agrícolas eram todas convencionais (tração animal e manual), essas acabaram favorecendo o surgimento de processos erosivos no local. Uma vez que só pensavam em produzir e não tinham ideia de que aquelas práticas inadequadas poderiam se tornar um grave problema para a produção agrícola e para a pecuária na Fazenda Varjão.

Com as tecnologias utilizadas nos dias atuais ficou mais fácil diagnosticar e combater os processos erosivos, pois existem muitos estudos que abordam o referido assunto.

Alguns processos erosivos são mais visíveis no âmbito da fazenda, como são os casos das erosões lineares, que podem ser encontradas com maior facilidade. Outro processo erosivo que vem aparecendo com maior frequência é a erosão laminar, as quais também são muito degradadoras não só ao meio ambiente, mas também com relação a produtividade das lavouras, pois os nutrientes da camada superficial do solo são retirados, e deixando o solo menos produtivo.

Guerra (1999, p. 305) refere-se a erosão laminar e linear da seguinte forma:

Na verdade, a percepção dos sinais que revelam o desgaste das terras não é difícil, principalmente quando se trata de morfologias erosivas evidentes na paisagem, o que não ocorre por acaso na erosão laminar, uma das manifestações mais importantes e menos perceptíveis do processo erosivo. as morfologias representadas pela erosão em sulcos, ravinas e voçorocas constituem-se de resultados visíveis do processo de desgaste pelo qual passam as terras, em função de manejos inadequados e ausência de práticas conservacionistas. Já a natureza lenta e insidiosa da erosão laminar faz com que o desgaste seja praticamente imperceptível e, por essa razão, pouco considerado pelos usuários da terra.

Existem vários indícios de erosão laminar no local, umas mais fáceis de serem encontradas e outras nem tanto. Segundo Bertoni e Lombardi Neto (1990 *apud* Guerra, 1999), quando a erosão ocorre em uma terra cultivada, os nutrientes presentes nas camadas superiores são incorporados ao solo erodido. Resultados de experimentos em campo tem demonstrado que o material erodido é mais rico em nutrientes que o solo que sofreu erosão.

Tendo esse pensamento como base de estudo pode-se chegar a conclusão de que o maior problema da erosão em áreas de agricultura e pastagens consiste na remoção da camada superficial do solo, importante por seu conteúdo em matéria orgânica e frações minerais finas, as quais garantem a nutrição indispensável ao crescimento dos vegetais e das pastagens em si.

A ilustração abaixo mostra claramente as consequências que a erosão laminar causa, como pode-se observar a exposição das raízes, pois o solo foi removido pela força do escoamento superficial.



Figura 08 - Foto de erosão laminar com perda de solo e exposição de raízes

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

Outro aspecto que pode ser observado com muita facilidade é a transição da erosão laminar para a erosão linear, seja ela erosão em sulcos ou até mesmo a grandes ravinas.

Essas erosões em sulcos aparecem quando há concentração da água de chuva em um só lugar, uma vez que em áreas de pastagens ocorrem em meio às trilhas feitas pelo pisoteio intensivo do gado. Esse pisoteio excessivo acarreta na compactação do solo que conseqüentemente diminuirá a capacidade de infiltração do solo, assim favorecendo a concentração da água de chuva em determinadas porções do relevo, desse modo, levando a formação de erosões lineares em sulco, as quais aparecem por grandes áreas e com muita facilidade na propriedade.

A imagem a seguir mostra a concentração do fluxo d'água em trilhas de gado, as quais tendem a se aprofundar com o tempo.



Figura 09 - Foto de fluxo concentrado de água de chuva em trilhas de gado

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

Partindo do ponto de vista de que segundo Almeida Filho e Ridente Junior (2001), de que as erosões em ravinas são aquelas que apresentam profundidades superiores a 50 (cinquenta) centímetros, ou seja, superiores a meio metro, nas proximidades da erosão maior existem várias outras, as quais se formaram nas bordas da mesma, onde foram se evoluindo devido ao pisoteio do gado e também pelo escoamento superficial difuso das águas de chuvas. O gado passa por dentro da erosão principal para mudar de pasto, formando uma “rede” de ramificações.

A imagem a seguir mostra a evolução dessas trilhas, as quais vão aprofundando com o decorrer dos anos.



Figura 10 - Foto de ravina secundária com 1m de profundidade

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

A imagem a seguir mostra como está a situação atual da erosão principal, onde em partes chega a atingir 8 metros de profundidade.



Figura 11- Foto da ravina principal, com aproximadamente 6 m de profundidade

Fonte: Trabalho de campo - João Antonio Lopes (2013)

Observa-se que há evolução da erosão laminar, passando para linear, sejam elas sulco e posteriormente ravinas. O ponto chave para que isso ocorra é o uso e ocupação do solo que contribuiu significativamente para o surgimento da erosão principal da fazenda, acarretando em sérios danos ao aspecto de produção na agricultura e também na pecuária. E esse tipo de erosão de grande porte acaba sendo um problema para o proprietário da terra, uma vez que o seu controle não será fácil, pois se necessita de um capital financeiro elevado, sendo que o seu controle não se dará por técnicas e práticas simples de controle, pois ela encontra-se em um estágio bastante avançado. Não cabe somente mudar as técnicas de uso do solo, mas também adotar técnicas para ter o controle da erosão, pois existem também os fatores naturais que contribuem para a sua evolução, sendo que a região apresenta declividade bastante elevada e um relevo propício ao surgimento de novos processos erosivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a dinâmica dos processos erosivos como um todo dá subsídios para que intervenções possam ser feitas, não é possível resolver a questão das erosões sem considerar a influência dos agentes naturais e antrópicos nesse processo. Dessa forma, buscou-se nesse trabalho compreender essa dinâmica dos processos erosivos que vem ocorrendo ao longo dos anos, começando ou se reativando a cada período chuvoso.

Necessita-se fazer a contenção e o controle dos processos erosivos presentes na fazenda. Para a realização do trabalho de contenção do processo erosivo deve-se mudar os meios de uso do solo, uma vez que o planejamento de quando plantar e onde plantar poderá ser um fator que poderá mitigar esses processos.

Como medida emergencial deve-se ter o cuidado para não deixar o solo exposto, o que seria uma medida interessante de contenção das erosões, o que poderia amenizar o problema, na medida em que se reduziria o escoamento superficial.

Cabe ressaltar que esse problema apesar de ter também influência do meio físico está muito relacionado as formas de ocupação do solo, dessa forma é preciso repensar as atitudes humanas em relação ao meio físico para que se evite processos de degradação do solo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, G. S. de; RIDENTE JUNIOR, J. L. **Erosão: Diagnóstico, Prognóstico e Formas de Controle**. Goiânia: VII SIMPÓSIO NACIONAL DE CONTROLE DE EROSÃO, Minicurso, ABGE, 2001.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG. **Erosão e formas de controle**. Belo Horizonte Cemig, 2001.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELLO, R. G. M. **Erosão e Conservação dos Solos: Conceitos, Temas e Aplicações**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010** (IBGE Cidades). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em maio-out./2013.

SANTOS, K. R. dos; LEMES, S. S.. Uso da terra e erosão acelerada em vertente: O caso do Bairro Geovanni Braga em Anápolis (GO). In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física aplicada, 12., 2007, Natal. **Anais...** Natal, 2007, p. 1-13.

EROSÕES LINEARES DE GRANDE PORTE EM CALDAS NOVAS (GO)

Alik Timóteo de Sousa
Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos
aliktimoteo@gmail.com

Aristeu Geovani de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos
arigeovani.oliveira@bol.com.br

Resumo

Caldas Novas é um município turístico do Sul Goiano, conhecido nacionalmente pelas instâncias hidrotermais. O rápido crescimento populacional nos últimos vinte anos, associado ao aumento do fluxo turístico e ocupação inadequada do solo, tem contribuído para a deflagração de focos erosivos lineares de grande porte em todo o sítio urbano, junto às cabeceiras de córregos e fundos de vale. A pesquisa teve como objetivos cadastrar as maiores voçorocas urbanas visando diagnosticar as causas de surgimento e a dinâmica atual de cada fenômeno, para elaboração de propostas adequadas para sua estabilização. Após a revisão bibliográfica sobre a temática erosiva, os métodos de estudo, os conceitos e definições operacionais, realizou-se a seleção de duas voçorocas. Em seguida foi realizado o cadastramento das ocorrências erosivas conforme metodologia proposta pelo IPT (1986), para caracterização de suas dimensões, formas e aspectos dinâmicos atuais, bem como, das morfologias dos seus taludes. A voçoroca I, possui aproximadamente 200 metros de extensão, 25 metros de largura média e 4 metros de profundidade, perfazendo um volume aproximado de 20.000 m³. A voçoroca II, possui aproximadamente 110 metros de extensão, 20 metros de largura média e 3 metros de profundidade, perfazendo um volume total de 6.600 m³.

Palavras-chave: Caldas Novas, focos erosivos, voçorocas.

INTRODUÇÃO

Caldas Novas é um município turístico do Sul Goiano, conhecido nacionalmente pelas instâncias hidrotermais. Está localizado entre as coordenadas geográficas 17° 44' 38" S e 48° 37' 33" O. A altitude média oscila entorno de 700 m, exceto a Serra de Caldas, que atinge 1.040 m acima do nível do mar. Possui uma população de 73.616 habitantes (IBGE, 2012).

O rápido crescimento populacional caldas-novense nos últimos vinte anos, associado ao aumento do fluxo turístico e ocupação inadequada do solo, tem contribuído para a deflagração de focos erosivos lineares de grande porte em todo o sítio urbano, notadamente em sua periferia, junto às cabeceiras de córregos e fundos de vale.

A erosão hídrica provocada pela água pluvial inicia-se pela remoção das partículas de solos, sucedida pelo transporte e deposição do material transportado. Inicialmente, o desgaste da

camada pedológica ocorre superficialmente, de forma relativamente homogênea, originando a erosão em lençol ou laminar (GUERRA, 1998; GUERRA, 1999). Com a continuidade do evento pluviométrico os fluxos superficiais tendem a se concentrar ao desprenderem e movimentarem mais partículas do solo, possibilitando o aparecimento de marcas perceptíveis no terreno, os sulcos. Estes representam o primeiro estágio da erosão linear, podendo ser recuperados pelo simples preparo do solo com o maquinário agrícola.

Caso os sulcos não sejam estabilizados adequadamente podem evoluir para o estágio de ravina, que é considerada uma erosão linear de grande porte, possuindo centenas de metros de extensão, dezenas de metros de largura e mais de um metro de profundidade. Porém, sua progressão ocorre durante o período chuvoso. O controle dessas feições é mais complexo e dispendioso financeiramente do que os sulcos.

As ravinas podem evoluir para as boçorocas ou voçorocas que é o estágio mais avançado da erosão linear. Essas feições se diferenciam das anteriores por interceptarem o lençol freático (CASTRO et al., 2004; CAMAPUM DE CARVALHO et al., 2006; SOUSA, 2010), por isso, sua evolução é contínua ao longo do ano, exigindo metodologias complexas de intervenção para o seu efetivo controle.

Nesta pesquisa serão enfatizadas as erosões do tipo voçoroca, pois, entende-se que essas incisões erosivas provocam profundas alterações no meio físico, representadas normalmente, por elevadas perdas de solos e rochas, assoreamento dos recursos hídricos, alterações na biota local e prejuízos financeiros. Exige ainda, estudos detalhados de sua dinâmica para proposição de obras complexas de engenharia para a sua adequada estabilização.

O objetivo da investigação foi cadastrar as maiores voçorocas na área urbana de Caldas Novas, visando diagnosticar as causas de surgimento e a dinâmica atual de cada fenômeno para elaboração de propostas adequadas para a sua estabilização. Visou ainda, disponibilizar informações técnicas sobre as causas dos fenômenos erosivos desse município goiano.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica sobre a temática erosiva, os métodos de estudo, os conceitos e definições operacionais. Posteriormente, foram realizadas as seguintes atividades:

1º) Seleção das ocorrências erosivas de grande porte do tipo voçorocas, na área urbana de Caldas Novas;

2º) Realização de cadastramento das voçorocas selecionadas conforme metodologia proposta pelo IPT (1986), para caracterização de suas dimensões, formas e aspectos dinâmicos atuais, bem como, das morfologias dos seus taludes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionadas duas voçorocas em Caldas Novas associadas a obras de drenagem urbana, uma no Bairro Estância Itaici II, denominada de voçoroca Chico Batata e outra no Setor Serrinha, intitulada Voçoroca.

A erosão estudada está conectada a um curso d'água afluente do rio Corumbá, foi denominada de voçoroca do Chico Batata, porque está às margens da avenida homônima ou rua seis (6), localizada no Bairro Itaici II. Em 2012 a avenida recebeu pavimentação asfáltica e três

bocas de lobo para captação da água pluvial que atinge a via, com lançamento a meia encosta, sobre a nascente de um curso d'água, em área de vereda, numa chácara periurbana (Foto 1).



Foto 1. Vista parcial da boca de lobo na rua 6.

As referidas intervenções deflagraram o processo erosivo acelerado que tem progredido lateral e remontantemente na direção da Avenida Chico Batata. A erosão já surgiu como voçoroca de reativação de cabeceira de drenagem. Apresenta elevada instabilidade com mecanismos típicos de voçoroca com interceptação do lençol freático, *pipings* dissimulados nos sopés dos taludes, movimentos de massa e trincas de tração em superfície (Foto 2).

Os moradores circunvizinhos à voçoroca depositam lixo de natureza variada em suas bordas e em seu interior contribuindo para o agravamento do impacto ambiental (Foto 3). Contudo, existem sinais de estabilização na cabeceira da incisão erosiva, evidenciados pela presença de repovoamento espontâneo com gramíneas e plantas secundárias, como embaúbas, mamonas e pimenta de macaco.



Foto 2. Vista parcial da voçoroca evidenciando taludes instáveis e movimentos de massa (fevereiro de 2014).



Foto 3. Presença de lixo, mamonas e gramíneas na cabeceira da voçoroca (fevereiro de 2014).

A voçoroca possui aproximadamente 200 metros de extensão, 25 metros de largura média e 4 metros de profundidade, perfazendo um volume aproximado de 20.000 m³ de solos e fragmentos de rocha que entulharam a drenagem local.

Entre dezembro de 2013 a voçoroca estava distante 10 metros do lançamento de uma boca de lobo e, em fevereiro de 2014 estava apenas um (1) metro (Fotos 4 e 5), portanto, em dois meses evoluiu nove (9) metros.



Foto 4. Lançamento de boca de lobo em dezembro de 2013.



Foto 5. Lançamento de boca de lobo em fevereiro de 2014.

Portanto, a voçoroca do Chico Batata necessita de intervenções urgentes para evitar sua progressão, riscos a transeuntes e destruição de patrimônio público: meio fio, tubulação da boca de lobo, via pavimentada, postes de energia elétrica, dentre outros, bem como, para reduzir a perda de solos e o consequente assoreamento do Lago da represa de Corumbá em Caldas Novas. Uma das medidas sugeridas é a construção de uma galeria de água pluvial com dimensões e lançamentos adequados, plantio de espécies nativas no interior da erosão, construção de sucessivas paliçadas no interior da incisão erosiva e pequenos aterros nas áreas mais críticas da erosão.

A segunda voçoroca está localizada no Setor Serrinha, no cruzamento da Rua 35 com a Avenida Wolney Pereira dos Santos, junto à cabeceira de um córrego de primeira ordem, afluente do ribeirão Caldas. Portanto refere-se a uma erosão de reativação de cabeceira de drenagem, induzida pela ação antrópica.

Possui aproximadamente 110 metros de extensão, 20 metros de largura média e 3 metros de profundidade, perfazendo um volume total de 6.600 m³ de perda de sedimentos para a drenagem local.

A referida erosão surgiu a partir da destruição do lançamento de uma galeria de água pluvial, na cabeceira do córrego (Foto 6). Apresenta elevada instabilidade, com trincas de tração em suas bordas, taludes solapados e previsão de evolução em direção ao perímetro urbano. Sua progressão ocorre ininterruptamente durante o ano, pois, o lençol freático foi interceptado. Contudo, os processos erosivos são intensificados durante o período chuvoso, notadamente durante os intensos eventos pluviométricos. O fluxo hídrico da galeria pluvial destruída que atinge a borda da erosão, associada ao escoamento das enxurradas pelas ruas adjacentes e ao transbordamento da rede de esgoto doméstico à montante da erosão, potencializam a atuação dos processos erosivos nessa voçoroca (Foto 7).



Foto 6. Vista Parcial da Voçoroca II – Taludes instáveis e presença de tubulações da galeria de água pluvial; destruição parcial da rua 35.



Foto 7. Fluxo de água pluvial na galeria durante evento pluviométrico, sob a Avenida Wolney P. Santos.

Duas residências foram abandonadas por seus proprietários devido ao desabamento de parte de suas estruturas (Foto 8). Outras residências nas proximidades estão em risco eminente de serem atingidas pela incisão erosiva. A Avenida Wolney P. dos Santos está parcialmente destruída pela voçoroca, indicando previsão de evolução remontante e lateral, o que poderá destruir outras moradias e colocar em risco a vida de transeuntes, pedestres, ciclistas e motoqueiros (Foto 9).



Foto 8. Vista Parcial da Voçoroca II – Solapamento destruindo uma residência, ao fundo da imagem; presença de tubulações da antiga galeria e assoreamento do leito do córrego.



Foto 9. Vista Parcial da Voçoroca II – Solapamento da via pavimentada, destruição de galeria de água pluvial, riscos de destruição de residência e à segurança de transeuntes.

Essa voçoroca necessita de intervenções urgentes para estabilizar os processos erosivos, bem como, para evitar riscos de acidentes aos moradores e transeuntes. Dentre as medidas para controle da erosão sugere-se a reconstrução da galeria de água pluvial, com lançamento adequado no interior do córrego; captação e disciplinamento da água do lençol freático; construção de muro de gabião nas margens da incisão para impedir o solapamento do talude do

córrego; aterro com solo e/ou restos de material de construção civil homogêneo em pequenos trechos na cabeceira da erosão; reconstrução da pavimentação asfáltica das vias afetadas pela incisão erosiva; isolamento da área da nascente; replantio de mudas de espécies nativas de áreas do Cerrado e higrófitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As erosões investigadas referem-se às voçorocas de reativação de cabeceira de drenagem, que surgiram devido ao uso inadequado do solo, em área de preservação permanente, com presença de espécies vegetativas típicas de veredas como os buritis e sobre Gleissolos Háplicos, comuns em ambientes com restrição de drenagem.

As voçorocas são relativamente recentes, possuindo menos de cinco anos de existência. Evidenciam a ausência de planejamento da expansão urbana de Caldas Novas, repercutindo em perdas do meio biótico e abiótico e destruição de bens públicos e privados.

Portanto, essas incisões erosivas devem ser estabilizadas e/ou controladas para minimizar os impactos ambientais decorrentes. A população caldas-novense, principalmente aquela que vive nas proximidades destes fenômenos, deve ser esclarecida quanto à importância da preservação do ambiente e do não lançamento de lixo de natureza variada nestas erosões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMAPUM DE CARVALHO, J.; SALES, M. M.; MORTARI, D.; FÁZIO, J. A.; MOTTA, N. O. da.; FRANCISCO, R. A. Processos erosivos. In: CAMAPUM DE CARVALHO, J.; SALES, M. M.; SOUZA, N. M. de; MELO, M. T. da S (org.). **Processos erosivos no Centro-Oeste Brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília: FINATEC, 2006. cap. 2, p. 39-91.

CASTRO, S. S. de; XAVIER, L. de S.; BARBALHO, M. G. da. S. (Org.) **Atlas geoambiental das nascentes dos rios Araguaia e Araguaína: Condicionantes dos processos erosivos lineares**. Goiânia: Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás, 2004. 75 p.

GUERRA, A. J. T. **Processos Erosivos nas Encostas**. In: Geomorfologia – Uma atualização de Bases e Conceitos. Org. Guerra, A. J. T. e Cunha, S. B. da. Bertrand: Rio de Janeiro, 1998. p.149-210.

GUERRA, A. J. T. O início do processo erosivo. In: GUERRA, A. J. T.; SOARES DA SILVA, A.; BOTELHO, R. G. M. (Orgs.). **Erosão e conservação dos Solos – conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, Cap. 1, p. 17-55.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT. **Orientações para o combate à erosão no Estado de São Paulo, Bacia do Peixe/Paranapanema**. São Paulo: IPT, 1986. 16p.

SOUSA, A. T de. **Caracterização de voçorocas em bordas de relevo residual tabular em Quirinópolis – GO**. 2010. 162 f. Tese (Doutorado em Agronomia)-Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

ESPACIALIZAÇÃO DAS INUNDAÇÕES EM GOIÂNIA

Thalyta Lopes Rego
Universidade Federal de Goiás
thalytalopesrg@gmail.com

Bernardo Guedes Ariza
Universidade Federal de Goiás
bernardo.ariza@gmail.com

Resumo

A climatologia geográfica analisa a espacialização dos fenômenos climáticos que interferem nas atividades humanas. Este trabalho busca analisar os alagamentos em ruas e avenidas e as inundações em rios e córregos que passam pela cidade de Goiânia e que acabam ocasionando acidades de trânsito, invadindo casas e causando perdas materiais e de vidas humanas. Para isto foram obtidos dados de um jornal de grande circulação. Para esta análise foi utilizada uma série de 18 anos de dados de precipitação com análise diária do volume de chuva nos meses em que ocorreram esses eventos, a fim de perceber se o volume de chuva é o causador destes problemas. Foi elaborado um mapa identificando os bairros de Goiânia onde ocorreram as maiores quantidades de eventos entre os anos 1996 e 2013. Foram também observados mapas da cobertura vegetal de Goiânia.

Palavras-chave: Inundações, clima urbano, Chuva, Goiânia.

1. INTRODUÇÃO

O período chuvoso em áreas urbanas é visto pela população e divulgado na mídia como desastroso, devido aos diversos problemas ambientais e sociais que ocorrem nessa época. Esses períodos são alternados com outros de menos umidade, mas que são responsáveis por outros problemas, como afirma Monteiro (1971, p.1) “Alternam-se proximamente episódios de ‘secas’ com outros de tal concentração de chuvas que atingem feições calamitosas”. Essas alternâncias de tipos de tempo influenciam o ritmo das atividades e modificam o cotidiano da população. Em eventos extremos de chuva há problemas relacionados com alagamentos, enchentes, inundações e escorregamentos, causados pelas condições naturais do solo e relevo, como também pelas alterações antrópicas no local.

No processo de construção da cidade, há a retirada de materiais naturais e o incremento de materiais artificiais, provocando mudanças nos processos de absorção e transmissão da radiação, alteração nos albedos e consequentes mudanças em fatores locais como no balanço energético, na temperatura do ar, na umidade do ar, nos ventos e na precipitação. Estas alterações podem acarretar nas ilhas de calor e chuvas torrenciais. Os episódios de chuvas torrenciais influenciam diretamente a dinâmica da cidade no momento do fenômeno, causando

diversos impactos como erosões, escorregamentos, alagamentos, enchentes, inundações, queda de árvores, congestionamentos, acidentes de trânsito, perdas materiais e até de vidas humanas. Tem como resultados pessoas desabrigadas, desaparecidas, falta de energia, contaminação de solos e dos recursos hídricos. Os estudos envolvendo precipitação na climatologia geográfica, nesta pesquisa em especial sobre eventos extremos, têm a finalidade de compreender como este parâmetro influencia em problemas ambientais, como alagamentos, enchentes e inundações. Esta pesquisa apresentou como objetivo geral a espacialização das inundações no espaço urbano de Goiânia. Para isso foram realizadas pesquisas em jornal para levantamento dos dados e uso de geoprocessamento para espacialização destes.

Para melhor desenvolvimento do tema proposto, uma das primeiras etapas da pesquisa foi buscar, em bibliografias especializadas, as definições de enchentes e inundações. Segundo Kobiyama et al (2006) inundação pode ser definida como “o aumento do nível dos rios além da sua vazão normal, ocorrendo o transbordamento de suas águas sobre as áreas próximas a ele” (KOBİYAMA *et al*, 2006, p. 45). Quando não há o transbordamento desse rio, ficando somente cheio, ocorre uma enchente.

Devido ao grau de importância desta temática para toda a população, se ressalta a necessidade de se conhecer a gênese e a dinâmica desses eventos para a elaboração do planejamento urbano no município. Torna-se indispensável e urgente o planejamento do uso do solo, ampliação da drenagem urbana, preservação dos locais de recarga por meio do qual há a infiltração da água das chuvas e contenção dos desmatamentos.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Goiânia se localiza na Região Centro-Oeste do país, no Planalto Central e possui uma área de 732,802 quilômetros quadrados, limitando-se ao norte com os municípios de Goianira, Nerópolis e Goianópolis, ao sul com o município de Aparecida de Goiânia, a leste com os municípios de Senador Canedo e Bela Vista de Goiás e a oeste com o município de Trindade (figura 01).

O clima predominante é classificado como Tropical Úmido com temperaturas anual média de 22,9°C. Goiânia pertence à bacia do Rio da Prata e à micro-bacia do Rio Meia Ponte. Outros cursos d'água de importância para a cidade são o Ribeirão João Leite, os córregos Anicuns, Botafogo, Capim-Puba, Cascavel e Macambira.

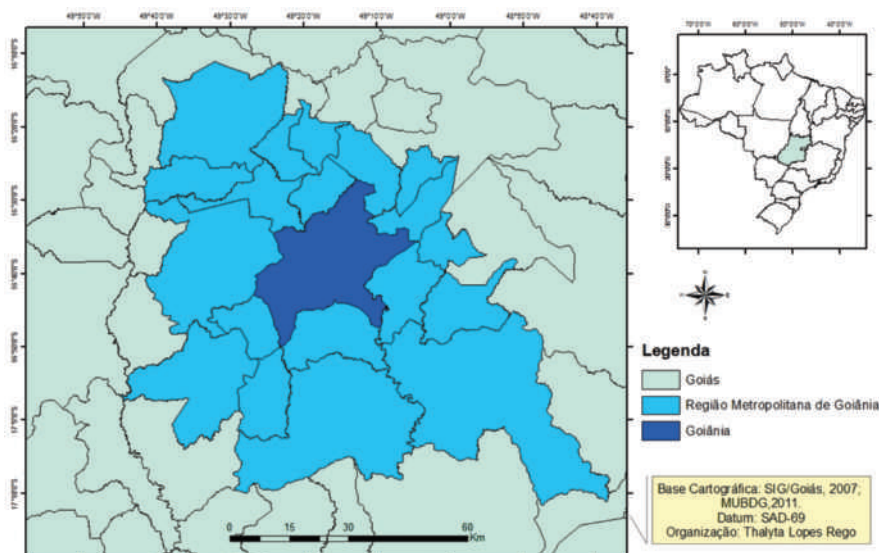


Figura 01 – Localização do município de Goiânia

As condições do tempo atmosférico são influenciadas pelos sistemas atmosféricos e suas combinações que determinam o clima de determinado lugar. Os sistemas atmosféricos atuantes em Goiânia, que são os mesmos para toda a Região Centro-Oeste, levam a formação de dois períodos do clima: um seco e um chuvoso. Barros (2003), que escreveu sobre a caracterização do clima no Distrito Federal, afirma que o período de abril a setembro apresenta-se seco e o de outubro a março, chuvoso.

De acordo com Nascimento (1994), Goiânia foi projetada para 50 mil habitantes, porém 30 anos após sua construção a população já passava de 150 mil habitantes. As leis vigentes na época e pouca fiscalização foram insuficientes para impedir a construção de habitações e estabelecimentos comerciais e industriais em áreas de fundo de vale, ocasionando entre outros problemas o desmatamento da mata ciliar e poluição dos cursos d'água. Moysés (2004) apresenta dados em que a população urbana de Goiânia em 1940 era de 31,2%, aumentando para 86,9% nos anos 1960 e chegando a 99,1% nos anos 1990.

Atualmente a população de Goiânia vem crescendo significativamente, principalmente próximo a lugares que oferecem espaços verdes e grandes possibilidades de crescimento econômico, mas essas áreas verdes muitas vezes são ocupadas de maneira indevida. Arrais (2004, p.112) afirma que “existem aproximadamente 500 bairros em Goiânia, muitos em situação irregular, até mesmo na clandestinidade, alguns encravados nos limites da Zona de Expansão Urbana e em áreas de vegetação nativa, consideradas áreas de preservação ambiental”. Esta forma de ocupação do solo, que é praticada desde a construção da cidade, pode interferir na permeabilidade do solo, reduzir a quantidade de água da chuva que infiltra no solo e causar sérios impactos ambientais. Estes fatos são afirmados por Nascimento e Oliveira ao discutirem sobre o crescimento urbano de Goiânia,

O intenso processo de expansão demográfica e crescimento urbano, especialmente a partir da década de 1950, resultou numa gama de problemas socioambientais, entre os quais vale destacar a ocupação de áreas impróprias, a devastação da cobertura vegetal (sobretudo áreas de preservação permanente), a impermeabilização do solo, a formação de processos erosivos, dentre outros (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2010).

Outro fato importante para se destacar é o fluxo populacional de Goiânia, que é bastante elevado, visto que parte da população dos municípios vizinhos se desloca diariamente a trabalho, estudo ou lazer. Goiânia apresenta grande variedade de serviços e opções de lazer e em decorrência deste fato há uma maior mobilidade na área urbana.

Estas alterações no sítio da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) provocam diversos problemas ligados ao clima local. Com duas estações bem definidas – uma seca e uma chuvosa, Goiânia enfrenta dificuldades na estação chuvosa. As chuvas intensas são de curta duração mas, com a dificuldade de infiltração, as águas resultantes ganham velocidade devido à declividade do terreno, chegando rapidamente e em maior quantidade aos bueiros e rios. Estas águas podem acarretar alagamentos caso a rede de drenagem urbana não comporte a quantidade de água e/ou com os bueiros obstruídos por lixo, e inundações e enchentes caso a vazão dos rios próximos estejam alteradas e/ou ocupadas.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente foi realizada revisão bibliográfica e fundamentação teórica para definição dos conceitos a serem utilizados na pesquisa. Os conceitos de enchentes e inundações foram analisados a partir da visão de diversos autores que trabalham os temas tanto em academias quanto em órgãos governamentais.

A coleta de dados de notícias foi realizada no arquivo digital do Centro de Documentação (CEDOC) e na versão online do jornal O Popular. Este jornal foi escolhido por ser o de maior circulação de Goiânia. A série temporal analisada foi de 18 anos, compreendendo os anos de 1996 a 2013. O ano de início foi 1996 porque a documentação digital do jornal teve início em 1996, os arquivos anteriores se encontram em formato microfilme. A pesquisa foi realizada utilizando-se as palavras-chaves “chuva”, “inundação” e “enchente”, sendo pesquisada uma de cada vez. Os dados encontrados em cada palavra-chave foram cruzados para um resultado mais confiável. Um problema encontrado durante a realização da pesquisa foi o de, em muitos casos, o título da notícia mencionar inundações e/ou enchentes em “vários pontos”, mas durante a notícia citar somente um ou dois locais.

Foram utilizados também dados do Instituto Nacional de Meteorologia para análise do quantitativo de precipitação que deram origem aos eventos climáticos analisados. Foram elaborados gráficos em nível diário com a precipitação dos meses que ocorreram os eventos. Para se compreender a relação entre o crescimento da cidade de Goiânia e o aumento no número de enchentes e inundações, foram analisados mapas do crescimento urbano da cidade e o mapeamento dos eventos citados. Foi realizado um comparativo entre a expansão urbana, a retirada da cobertura vegetal e os locais onde ocorreram os eventos pesquisados.

4. RESULTADOS

Os totais pluviométricos de cada mês e o total anual dos anos de 1996 a 2013 foram organizados na Tabela 1, para melhor visualização. Por meio desses dados percebe-se que o total pluviométrico anual dos anos apresentados se encontram aproximados, com exceção dos anos de 1999 em que o total foi de 1347,5mm – o menor total anual encontrado, e 2005 com a maior pluviosidade – 1906,9mm.

Os meses com menor pluviosidade foram os de Junho, Julho e Agosto, com pluviosidade menor que 50mm por mês, com exceção de Junho de 1997 e Agosto de 2001, apresentando respectivamente 76,4mm e 51,5mm. O mês de Julho é o que tem o menor índice de pluviosidade, sendo 0 em grande parte dos anos estudados.

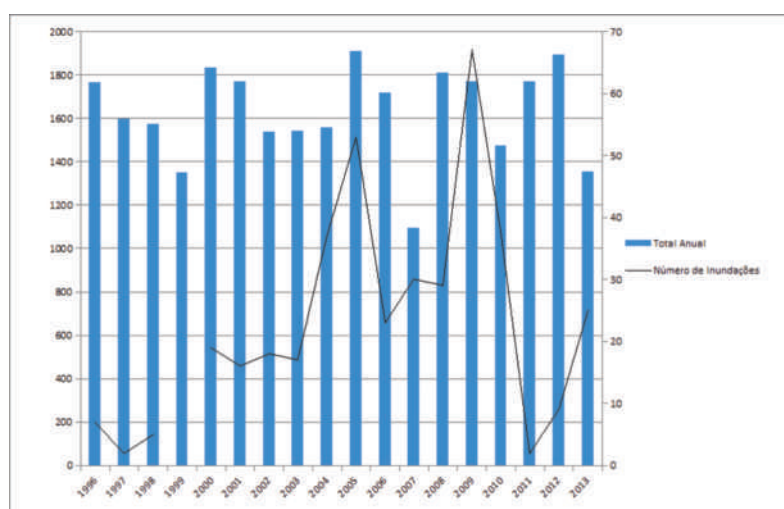
Os meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Novembro e Dezembro apresentam as maiores pluviosidades do ano, chegando a 526mm em Março de 2005. A pluviosidade média nestes meses é de 251,6mm.

Tabela 1 – Dados pluviométricos de 1996 a 2011

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
1996	213,6	174,4	320,4	239,1	21	0,5	0,1	43,5	54,5	308,8	214,8	172,4	1763,1
1997	268,5	186,9	425,2	122,9	54,8	76,4	0	6,6	33,1	63,6	211,6	146,5	1596,1
1998	245,9	326,3	264,2	69,6	20,5	0,4	0	3,6	41,3	145,6	256	201	1574,4
1999	196,5	188,2	119,2	27,6	66,7	7	0	0	70,9	175	200,8	295,6	1347,5
2000	385,7	319,8	207,4	44,6	9,4	0	0,6	31,5	106	84,3	327,8	316,4	1833,5
2001	209	226,9	181,6	172	72,1	2	0	51,5	124,5	185	314,7	227,6	1766,9
2002	253,7	398	300,3	27,5	12	0	0,2	6,3	69,5	34,4	149,7	284,8	1536,4
2003	314,9	267,5	202,3	107,9	0,2	0	0	12,9	35,3	110,5	265,2	224,3	1541,0
2004	282,3	310,2	264,2	120,3	18	1	5,8	0	6,2	168,1	128,6	251,2	1555,9
2005	237,5	176,4	526	50,4	34,2	2,6	0	3,2	55,8	90,9	269,7	460,2	1906,9
2006	137,9	218,3	319,1	206,2	20,1	0	0	10,6	84,1	283,8	188,2	246,7	1715,0
2007	200,1	267,4	87,3	59,6	9,2	5,1	6	0	1,8	55,9	223,1	179,7	1095,2
2008	280,8	294,4	373,8	202,2	53,2	0	0	0	51,8	109,4	197,5	246,2	1809,3
2009	178,6	148,2	185,6	258	41,2	31,3	2	16,8	71	196,4	194,9	443,9	1767,9
2010	98,3	208	190,4	188,4	0	14,3	0	0	16,9	107,9	281,9	449,8	1474,6
2011	287,8	240,1	376,1	20	0	15,3	0	0	1,2	300,3	245,4	292,8	1770,3
2013	53,5	152,1	234,9	44,3	44,1	7,3	0	0,7	32,9	135,2	293,6	382,3	1353,9

Fonte: INMET, 2013.

Ao se comparar os dados de pluviosidade com os dados de alagamentos e inundações, que foram notícias na mídia pesquisada, percebe-se que no ano de 1999 (ano com menor pluviosidade) não houve notícia de alagamento ou inundação, já o ano de 2005 (ano de maior pluviosidade) apresentou um aumento na quantidade destes fatos, em relação aos anos anteriores, como pode ser observado no Gráfico 1. O ano de 2009 apresentou um quantitativo elevado de inundações sem contudo apresentar um aumento no total anual de pluviosidade.

**Gráfico 1 – Precipitação total anual X inundações e alagamentos, 1996 a 2013.**

Fonte: INMET e O popular, 2013.

A partir deste panorama foram analisados os episódios de enchentes e inundações, com a organização dos dados de precipitação em gráficos diários dos meses em que ocorreram estes episódios. Nesta análise percebeu-se que os eventos de alagamentos e inundações podem ocorrer a partir cenários distintos. As setas indicam os dias em que ocorreram os fenômenos.

A precipitação dos dias 17 de agosto de 1996 (gráfico 2), 16 de setembro de 2001 (gráfico 3), 27 de setembro de 2006 (gráfico 4) e episódios semelhantes, com precipitação isolada no mês, porém bastante intensa, 40mm ou mais, não possibilitou que houvesse tempo suficiente para a infiltração da água antes de ocorrerem os eventos de inundação.

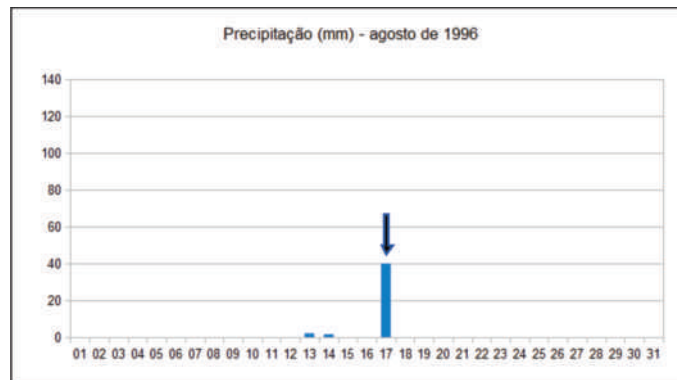


Gráfico 2 – precipitação em agosto de 1996

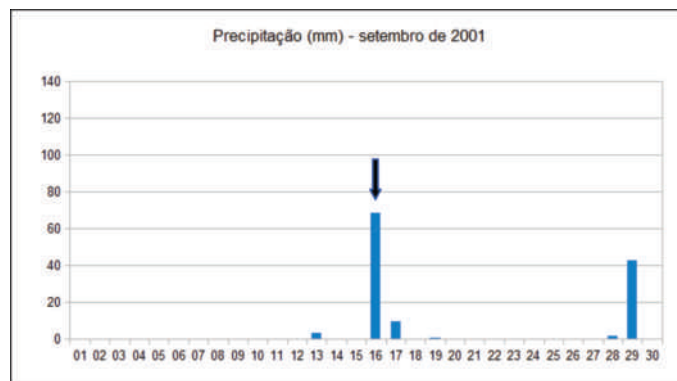


Gráfico 3 – precipitação em setembro de 2001

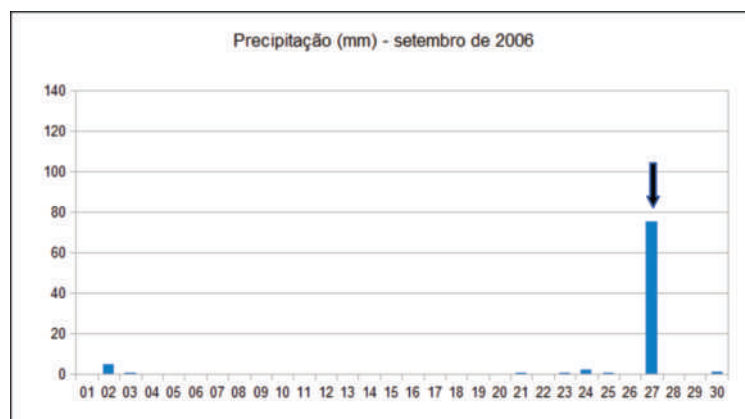


Gráfico 4 – precipitação em setembro de 2006

Os eventos dos dias 27 de março de 1996 (Gráfico 5), 29 de dezembro de 2000 (Gráfico 6) e eventos semelhantes onde o volume registrado foi abaixo de 20mm, mas ocorreu precipitação contínua durante os dias anteriores, deixou o solo saturado e toda a água da precipitação escoou para o corpo hídrico.

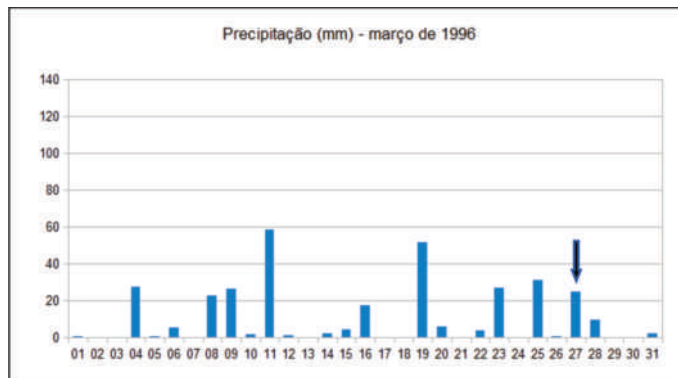


Gráfico 5 – precipitação em março de 1996

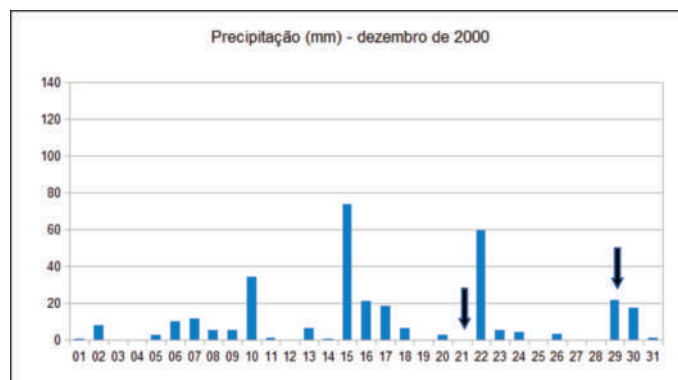


Gráfico 6 – precipitação em dezembro de 2000

Os eventos dos dias 21 de dezembro de 2000 (gráfico 6) e 22 de fevereiro de 2003 (gráfico 7) e eventos semelhantes não apresentam precipitação nesses dias, a partir dos dados coletados na estação meteorológica. Como no município de Goiânia há somente uma estação meteorológica, pode ter ocorrido precipitação intensa em locais afastados da estação, locais estes onde houve as inundações e os alagamentos, mas não houve precipitação na região da estação meteorológica.

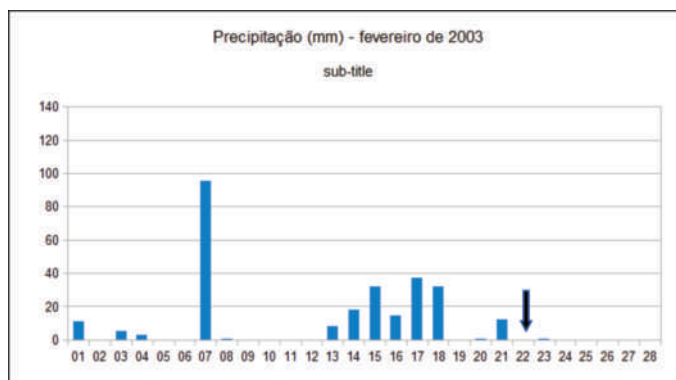


Gráfico 7 – precipitação em fevereiro de 2003

Os dados de inundações e alagamentos levantados na mídia foram organizados e especializados, demonstrando os bairros mais afetados por estes eventos (figura 02).

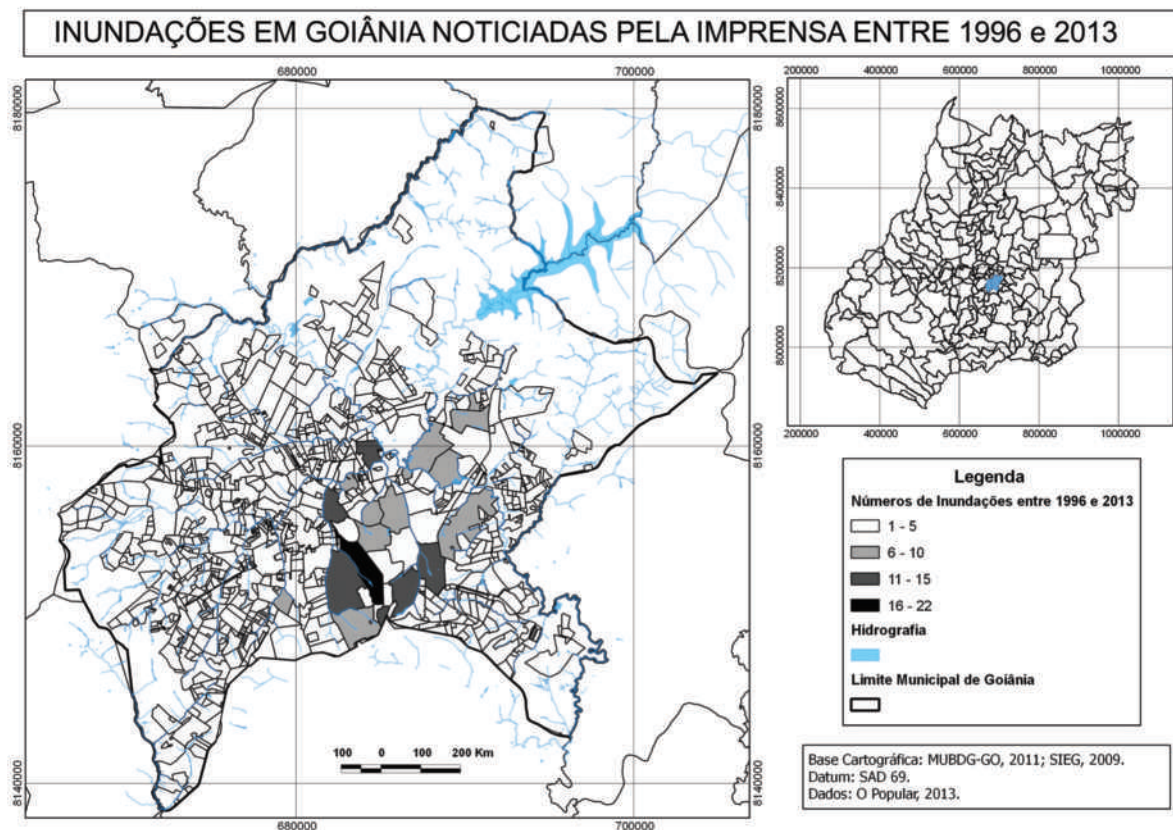


Figura 02 – Inundações em Goiânia entre 1996 e 2005

Por meio desses dados percebe-se que os locais que mais apresentaram estes eventos foram nos setores Bueno com 22 ocorrências, Urias Magalhães com 14 ocorrências, Vila Roriz (ou Urias Magalhães II) e Pedro Ludovico com 13 ocorrências, Campinas com 12 ocorrências, Jardim América e Jardim Goiás com 11 ocorrências e Jardim Guanabara II com 10 ocorrências. Nascimento e Oliveira (2010) defendem que nas décadas de 1980 e 1990 essas regiões se encontravam em forte processo de verticalização e em 2010 estavam bastante consolidadas. No Setor Vila Roriz (ou Urias Magalhães II), nas matérias destacadas na mídia, a invasão das casas pela água da chuva se dá devido à proximidade com o curso d' água, o Córrego Anicuns.

Comparando o mapa da figura 02 com o mapa do crescimento da área urbana de Goiânia entre os anos 1986 a 2010 (figura 03), percebemos que as áreas mais afetadas por alagamentos e inundações estão concentrados principalmente nas áreas que já eram urbanas em 1986, e como foi observado por Nascimento e Oliveira (2010), com forte processo de verticalização.

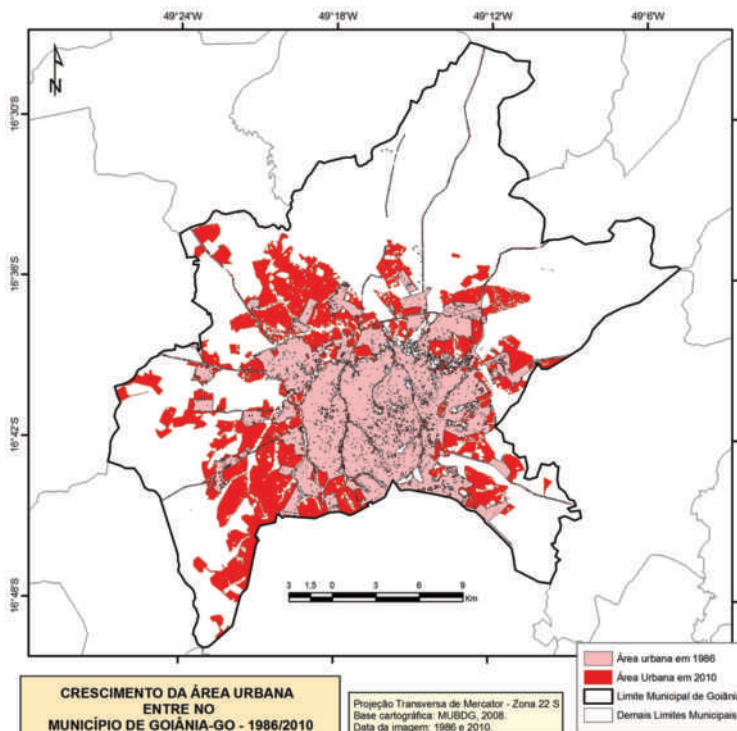
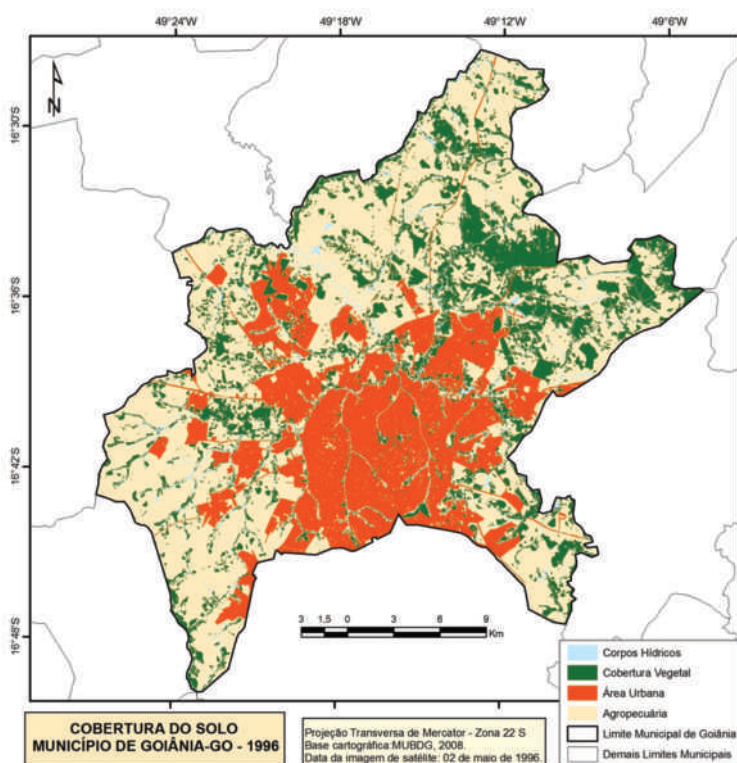


Figura 03 – Crescimento da área urbana de Goiânia entre 1986 e 2010

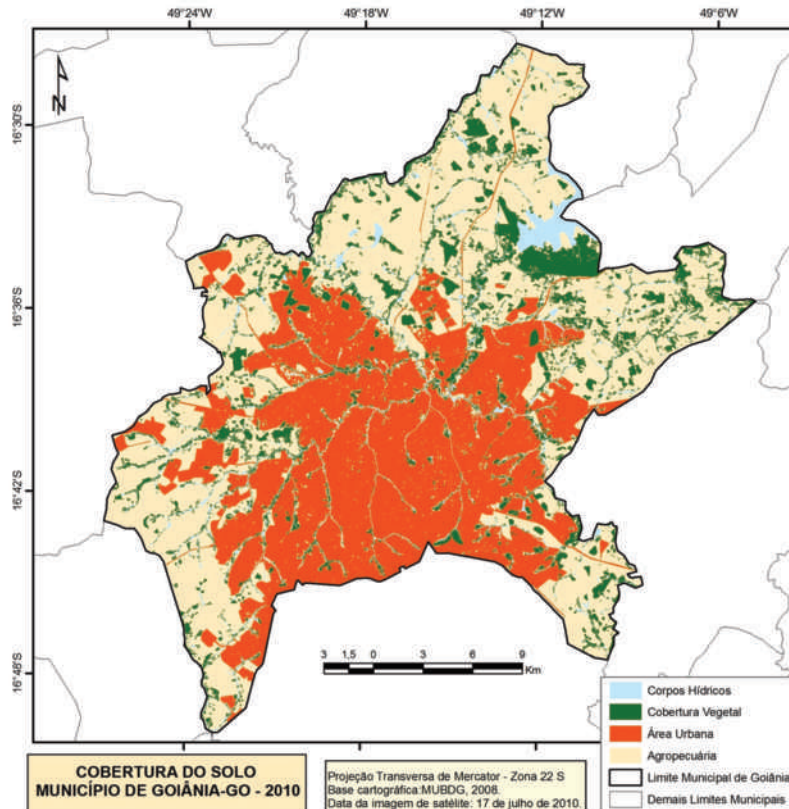
Fonte: Nascimento e Oliveira, 2010.

Além da impermeabilização que ocorre no processo de urbanização do município outro fator que pode aumentar o número de inundações é a retirada da cobertura vegetal. Esta influência pode ser observada no Setor Jardim Guanabara II, que sofre influência da retirada da cobertura vegetal na região norte, como pode ser observado nas figuras 04 e 05.



Figuras 04 – Cobertura do solo em Goiânia em 1996.

Fonte: Nascimento e Oliveira, 2010.



Figuras 05 – Cobertura do solo em Goiânia em 2010.

Fonte: Nascimento e Oliveira, 2010.

As análises demonstram que a urbanização, em relação aos eventos de inundação analisados, através dos processos de impermeabilização do solo e retirada da cobertura vegetal, afeta tanto áreas em processo de urbanização quanto áreas já urbanizadas, aumentando a quantidade de água que vai para os cursos d'água, sem infiltrar no solo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos pesquisados por este trabalho são de fundamental importância para a qualidade de vida dos cidadãos goianos, visto que nos meses em que a precipitação no município de Goiânia é intensa há diversos acidentes automobilísticos e problemas envolvendo a invasão de casas pelas águas da chuva, perdas materiais e até de vidas humanas.

Percebe-se, através dos totais anuais de precipitação no município de Goiânia, que o volume precipitado não tem aumentado nos últimos 18 anos. Há uma variação de ano para ano, mas não um aumento significativo que justifique a evolução na quantidade de ocorrências de inundações e alagamentos.

Os setores que mais enfrentam esses problemas, Bueno, Jardim Guanabara I e II, Jardim América, Urias Magalhães, Pedro Ludovico, Campinas, Jardim Goiás, não estão na zona de expansão urbana do município de Goiânia, são setores já consolidados desde o fim da década de 1980. Porém o aumento da impermeabilização do solo e a retirada da cobertura vegetal nos setores que estão se desenvolvendo dificulta a infiltração da água da chuva, que leva ao escoamento de um maior volume de água diretamente para o curso d'água, causando as inundações. Com o maior volume de água escoando pelas vias de circulação pública os bueiros não são capazes de

receber a quantidade de água e essa água acaba por alagar as vias, somando-se a isso a grande quantidade de meios de transporte circulando nestas vias ocorrem os acidentes de trânsito.

Dois pontos devem ser destacados sobre o aumento da quantidade de eventos noticiados pela mídia nos anos pesquisados. Um deles é a evolução da tecnologia e dos meios de comunicação, onde os próprios cidadãos podem se comunicar com facilidade com os produtores das mídias, sugerindo notícias e enviando fotos de acontecimentos em tempo real, por meio de telefones celulares, tablets e notebooks. Outro ponto é a importância dada aos alagamentos e inundações nos últimos anos, devido aos problemas advindos desses eventos e à discussão sobre mudanças climáticas que está em destaque na mídia. Estes pontos destacados podem levar essas notícias a despertarem maior interesse por parte dos produtores e da população em geral.

A partir dos dados analisados percebe-se a importância do planejamento no espaço urbano de Goiânia. Através do planejamento pode-se definir uma adequação para a drenagem urbana dos setores mais afetados por alagamentos e inundações, além de prevenir os setores que não apresentam estes problemas para cenários futuros. Pois os danos causados pela chuva em Goiânia não acontecem devido ao volume precipitado, mas devido à falta de infraestrutura nos locais onde ocorrem. É importante que se reconheça a Geografia como ferramenta necessária ao planejamento urbano, observando-se os processos naturais que ocorrem no espaço de Goiânia e o processo de urbanização do município e municípios vizinhos, para que a tomada de decisão ocorra de forma consciente e preventiva.

6. REFERÊNCIAS

- ARRAIS, T. A. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- BARROS, J. R. *A chuva no Distrito Federal: o regime e as excepcionalidades do ritmo*. 2003. 221 p. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.
- CASTRO, A. L. C. de. *Manual de Desastres Naturais: Desastres Naturais*. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Volume I. 2003.
- KOBIYAMA, M *et al.* *Prevenção de Desastres Naturais: Conceitos Básicos*. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006.
- MONTEIRO, C. A. de F. *Análise Rítmica em Climatologia*. São Paulo: 1971.
- MOYSÉS, A. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004
- NASCIMENTO, D. T. F.; OLIVEIRA, I, J. de. Mapeamento do Crescimento Urbano de Goiânia-GO:1986 a 2010. In: SEMINÁRIO NACIONAL DAS METRÓPOLIS,2010, Goiânia. *Anais*. Goiânia, 2010.
- NASCIMENTO, M. A. L. S. Erosões Urbanas em Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 14, n. 1, p. 77-101, jan./dez. 1994.

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DA UEG IPORÁ-GO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Renata Martins de Almeida Santana
Universidade Estadual de Goiás – UnU Iporá
martinsalmeida02@hotmail.com

Thiago Rocha
Universidade Estadual de Goiás – UnU Iporá
thiago1rocha@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo o monitoramento da Estação Meteorológica da UEG – UnU Iporá. Trata-se de uma estação com equipamentos para monitorar a precipitação, a temperatura, a evaporação e rajadas de ventos acumuladas (50 cm). O monitoramento serve como base para formação na disciplina de Climatologia do Curso de Geografia. A segunda proposta aliada ao monitoramento é a possibilidade de utilizar a estação para visitas técnicas de alunos de outras IES no Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual, Municipal e Particular de Ensino de Iporá e Região. A visita monitorada a estação e o contato com os aparelhos que registram os elementos do clima permitem o melhor aprendizado nos temas ligados ao clima e áreas correlatas. A terceira proposta do projeto é a criação de um banco de dados climáticos que servirá para pesquisas em climatologia no Município de Iporá permitindo a veiculação mensal de um boletim climático elaborado pelos participantes do projeto, unindo o aprendizado na construção didática do boletim e o uso de informações dos elementos mensurados nas atividades de pesquisa.

Palavras chave: Climatologia, Estado de Goiás, Monitoramento.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as discussões sobre o clima ganharam grande repercussão, tanto de governos, universidades, empresas, centros de pesquisa, na mídia e igualmente na população, ultrapassando os limites das classes sociais e das características culturais, sejam residentes em áreas rurais ou urbanas. O fator que provocou a entrada das discussões sobre o clima e o tempo é a possibilidade de que as atividades antrópicas provocariam mudanças das características do clima do planeta. Muitas são as informações e naturalmente ocorrem excessos e equívocos na divulgação e trato com as questões ligadas ao clima. No intuito de esclarecer melhor a sociedade, apresentando o funcionamento dos aparelhos que registram os elementos meteorológicos e provocando discussões sobre os conceitos de tempo e clima, é que justifica o presente trabalho.

A relevância do trabalho encontra-se em permitir a criação de um banco de dados climáticos, fundamental para orientar as pesquisas nessa área do saber e, principalmente, na formação dos alunos do curso de Geografia da UEG Iporá e de outros cursos que tenham afinidade com temas correlatos ao clima e áreas do conhecimento associadas. Permitir à visitação de alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior a estação meteorológica e apresentar os conceitos aprendidos nos livros didáticos e científicos com a prática apresentada pelos monitores da estação é de extrema relevância para a qualidade da formação dos alunos visitantes, quanto dos monitores que vão orientar esses alunos.

Nos cursos de Geografia a disciplina de Climatologia é fundamental para o conjunto da formação, sendo base para o entendimento de outras disciplinas, como a Geomorfologia e Hidrogeografia, além daquelas ligadas à Geografia Econômica e Agrária e ao Planejamento. Permitir o melhor aprendizado em climatologia é fundamental não só entendimento dos conceitos, alguns já estabelecidos há séculos, mas necessário com o contato do graduando e o objeto de pesquisa e estudo. Os conceitos de temperatura e pluviosidade, fundamentais para a classificação climática, podem ser mais bem assimilados quando observados e, principalmente, aferidos em aparelhos apropriados.

A confecção de pluviômetros artesanais, comumente utilizados na disciplina de climatologia, poderá ser aferida com o pluviômetro reconhecido pela OMM (Ville de Paris). A aquisição de equipamentos ligados à área formação e o manuseio contínuo dos mesmos, na interpretação e divulgação dos seus resultados é condição fundamental para pensar o ensino e repassar o conhecimento na forma de extensão.

Além da correlação entre o ensino e pesquisa, por meio de visitas técnicas monitoradas na estação meteorológica, a aquisição dos valores registrados dos elementos do clima serve ainda como rica fonte de pesquisa para diversas áreas do saber, com ênfase nas pesquisas em climatologia, biologia, clima urbano e recursos hídricos. Para Ibiabina (2008), a pesquisa necessita ser difundida, pois:

A relevância da reflexão crítica compartilhada sobre as práticas docentes está em refutar a oposição entre conhecimento prático e o teórico, especialmente em contexto de pesquisa, em que essa oposição não deve ocorrer, uma vez que teoria e prática não se excluem, complementam-se. (IBIABINA, 2008, pág. 56).

A autora (op. cit.) aponta a relação pesquisa & ensino, mas pode ser incluso nesse conjunto a extensão. Não existe formação sem troca de conhecimento, a extensão permite essa relação entre o formando e o potencial público que irá receber esse profissional no mercado.

O objetivo principal do presente trabalho é o monitoramento diário do registro de variáveis climáticas da estação meteorológica da UEG – UnU Iporá. Como objetivos específicos: o atendimento monitorado aos alunos da Rede Pública (Estadual, Municipal e Particular), do Ensino Fundamental, Médio e Superior na região de Iporá; a confecção mensal do boletim climático da estação meteorológica da UEG – UnU Iporá, como forma de divulgação científica das atividades desenvolvidas pelos bolsistas do presente projeto de extensão e; a criação de um banco de dados integrado para pesquisas em climatologia e meteorologia na região Oeste do Estado de Goiás.

MATERIAIS E MÉTODOS

As metodologias para execução do projeto se dividem em partes, conforme o objetivo fim da atividade, sendo: as atividades técnicas de registro dos elementos meteorológicos; atividades de atendimento ao público e atividade didática científica de confecção do boletim climático/banco de dados climatológicos da região.

Coleta de dados dos aparelhos da estação meteorológica: A coleta de dados dos aparelhos da estação convencional instalada na UEG segue o padronizado pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM), segundo os horários específicos do tempo médio em Greenwich (GMT), sendo 09h, 15h e 21h durante o decorrer de todo ano. Em primeiro momento são coletadas apenas as informações nos horários padrões de 09h e 15h. Além da coleta/leitura dos equipamentos: Pluviômetro, Evaporação (tanque classe A), evaporímetro de piche, temperaturas máxima e mínima, umidade relativa do ar e velocidade do vento (50 cm); observação da nebulosidade e a presença de outros elementos/feições ligados ao tempo e clima não registrados nos aparelhos. Os equipamentos instalados na estação meteorológica da UEG – UnU Iporá são parte dos equipamentos necessários para formar uma estação completa de primeira classe (estação clássica), a leitura diária das informações dos aparelhos é realizada de acordo com o Guia para Observador dos Postos Agrometeorológicos do Instituto Agrônomo de Campinas (PEDRO JÚNIOR *et al*, 1987).

Atividades de atendimento ao público: O município de Iporá, assim como os outros na região não possuem estações meteorológicas convencionais. Na UEG – UnU Iporá existe uma plataforma de coleta de dados (PCD/INPE) que consiste em uma estação meteorológica automática, não permitindo o manuseio dos equipamentos, portanto de menor eficiência didática. Seus dados e registros podem ser acessados por meio do sítio eletrônico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), mas a falta de manutenção/reposição da maioria dos equipamentos instalados impede o uso de dados por existir inúmeras falhas. No município existe um posto pluviométrico, administrado pela Agência Nacional de Águas (ANA), mas lhe faltam os sensores de temperatura. O posto registra apenas os totais diários de chuva e ainda se encontra instalado na área rural, em uma propriedade particular.

A estação meteorológica convencional da UEG – UnU Iporá permite a visita pública, principalmente de estudantes do Ensino Fundamental, Médio e de cursos de graduação que tenham interesse aos temas de clima, tempo e outras áreas do conhecimento. O contato com as informações sobre o clima e o tempo, indo além das teorias apresentadas nos livros didáticos, permite melhor e maior aprendizado sobre os temas ligados a climatologia, preservação ambiental, gestão de recursos naturais, educação ambiental e outros.

Confecção do Boletim Climático e Rede Integrada de Dados: As informações meteorológicas são fundamentais como fonte de pesquisa, permitindo um melhor entendimento das condições de tempo, do registro de azares climáticos e para fins de seguro agrícola quando determinada condição climática provoca perdas na agricultura. As informações coletadas pelos aparelhos instalados na estação meteorológica fazem parte de um banco de dados climáticos do município de Iporá.

O boletim climático e as informações registradas pelos aparelhos, armazenadas no banco de dados são fundamentais nas pesquisas na área de clima e tempo e demais áreas das ciências

que utilizam dessas informações para produzir pesquisa, seja na área de agricultura, meio ambiente e temas que se relacionam às questões sociais e econômicas ao clima. É publicado um boletim mensal com as informações da estação meteorológica (registros de temperatura máxima e mínima, precipitação, evaporação e outras análises do clima e tempo) nos principais meios de comunicação da cidade, como o sítio eletrônico da Unidade Universitária de Iporá e o *Oeste Goiano*.

RESULTADOS

O monitoramento da estação meteorológica é realizado diariamente pelos alunos de graduação em Geografia (Figura 1), na coleta dos dados e na manutenção dos aparelhos. Os dados são coletados durante os horários de 9h e 15h (Brasília).

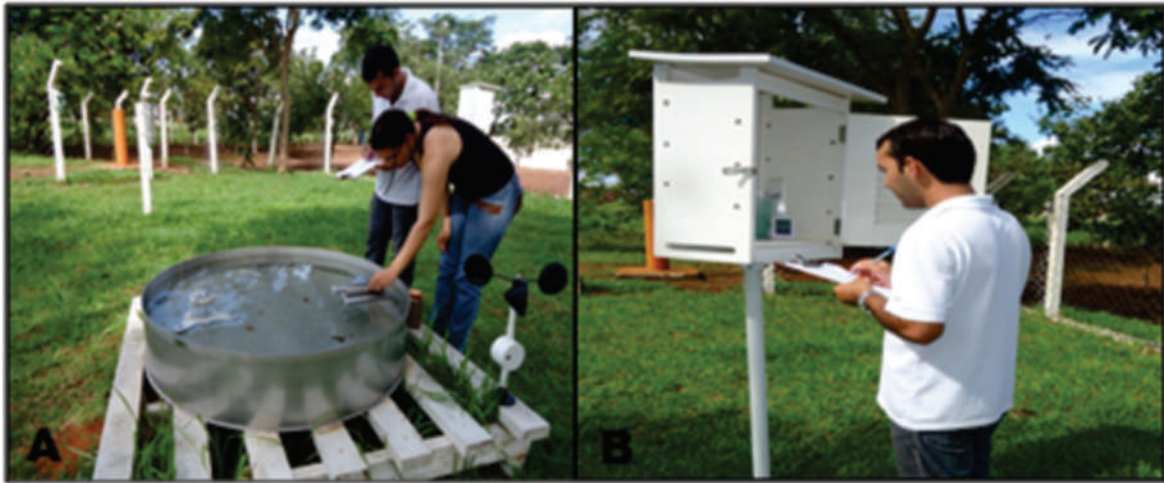


Figura 1: Coleta de dados realizada diariamente pelos monitores do Projeto Estação Meteorológica (A): Tanque Classe A (evaporação) e velocidade do vento; (B): temperatura, umidade relativa do ar. Fonte: Acervo pessoal, (2014).

A estação meteorológica recebeu a visita dos alunos da Rede Municipal de Ensino Público, durante o Encontro de Geografia e Biologia, realizado na UnU Iporá, em setembro de 2013 (Figura 2). A visita monitorada contou com a presença de alunos do 5^a ano ao 9^a ano da Escola Estadual Aplicação (Iporá-GO).

Durante o ano de 2014 está prevista a visita de outras Escolas e Instituições de Ensino na Estação Meteorológica, Laboratório de Geografia e demais dependências da UEG UnU Iporá.



Figura 2: (A) Visita monitorada de alunos do Ensino Fundamental na Estação Meteorológica UEG; (B) Visita monitorada de alunos do Ensino Fundamental no LabGeo UEG Iporá-GO. Fonte: Acervo pessoal, (2013).

O boletim climatológico da estação é confeccionando mensalmente por meio do tratamento dos dados coletados na Estação Meteorológica, baseado nos registros de temperatura máxima e mínima, precipitação, evaporação, umidade relativa do ar e outras informações relacionadas ao clima e tempo do município de Iporá e Região (Figura 3).



Figura 3: (A) Boletim climatológico no site da UEG Iporá; (B) Boletim climatológico no sitio eletrônico Oeste Goiano.

Fonte: <http://ipora.ueg.br> e <http://oestegoiano.com.br>.

O Estado de Goiás não difere dos outros estados e regiões em relação à área de cobertura das estações meteorológicas e a disponibilidade de dados. Em nosso levantamento, ainda não completado, em 1951 existiam seis estações em todo o Estado (Monteiro, 1951).

No ano de 2014 a realidade é diferente. Vários órgãos de Estado possuem estações e/ou postos meteorológicos e cada qual segue a algum sistema e ou interesse por uma área específica. Em outras palavras, número de estações aumentou, porém a integração entre as mesmas continua precária.

O SIMEGO (Sistema Meteorológico de Goiás) conta com 23 PCD (Plataforma de Coleta de Dados) instaladas e ativas. As informações coletadas são divulgadas e repassadas ao sistema

CPTEC/INPE. O INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) possui 17 PCD instalados, além de outras 15 estações convencionais. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) coleta dados em 32 estações e postos meteorológicos (particulares e públicos), além dos dados fornecidos pelas estações já citadas, dos sistemas SIMEGO e INMET.

O INPE informa por meio do seu sítio eletrônico a existência de 24 PCD, além daqueles já mencionados pelo SIMEGO. Existem ainda estações de altitude (INMET) e estações de outros órgãos no Distrito Federal (geograficamente inserida em Goiás). No levantamento parcial contamos aproximadamente 115 estações instaladas em todo o Estado de Goiás. O número de estações atende a prerrogativa da OMM, mas o problema já apontado é a geração de um banco de dados integrado dessas estações.

O contato com o SIMEGO e apresentação de nossa proposta permitiu a criação de convênio entre a UEG/UnU Iporá e o SIMEGO, que já mantém uma PCD (Plataforma de Coleta de Dados) no campus da UEG UnU Iporá. O SIMEGO com o apoio da UEG, por meio da seção do espaço e técnicos, participou do Edital N^o: 13/2006 da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) que teve como objetivo o fortalecimento das Redes Estaduais de Meteorologia.

O banco de dados (fase de andamento) permite o avanço nas pesquisas de Climatologia na região Centro Oeste, especialmente no Oeste do Estado de Goiás, aprimorando os trabalhos já conduzidos pelos pesquisadores do curso de Geografia da UEG – UnU Iporá (ALVES, SPECIAN, 2008; SPECIAN *et al*, 2010; ALVES, SPECIAN, 2010).

A finalidade desta é monitorar uma rede de coleta de dados climatológicos, dando destaque para os elementos meteorológicos: pluviosidade e temperatura (máxima e mínima). Apesar do “clima” ser um assunto em evidência na sociedade, os pesquisadores ainda encontram dificuldades em obter dados dos elementos meteorológicos para todo o território nacional. No caso de alguns Estados brasileiros não se trata da ausência de estações meteorológicas, mas a falta de articulação entre as mesmas. São vários os órgãos coletando dados, mas sem banco de informações em comum para acesso da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estação Meteorológica instalada na Universidade Estadual de Goiás UnU Iporá, abriu novos horizontes para o curso de geografia com diferentes dinâmicas de ensino e aprendizagem como a possibilidade de aulas práticas nas disciplinas de Climatologia, Estatística, entre outras.

Os alunos de graduação do curso de geografia (monitores responsáveis pela coleta dos dados e manutenção dos aparelhos da estação) acompanham os visitantes (alunos da Rede Municipal de Ensino) com o objetivo de apresentar a funcionalidade dos aparelhos permitindo um aprendizado dinâmico sobre os temas ligados a climatologia. Com relação às estações convencionais, é importante lembrar que didaticamente, as mesmas são melhores que as estações automáticas, pois permitem o aprendizado dos elementos do clima por meio da observação dos tipos de tempo e a leitura direta dos equipamentos que aferem os elementos do clima.

É de fundamental importância para entendimento do tempo e do clima em escala local e regional, que quanto maior e melhor a rede de informações, melhor será a qualidade no prognóstico dos tipos de tempo, em curto e longo espaço de tempo. Da mesma forma, o trabalho com a estação meteorológica realizado pelo próprio acadêmico, na localidade onde

vive, permite uma aproximação acurada entre a teoria e a prática na Universidade. A estação meteorológica e suas informações são importantes para superar uma lógica de ensino descritivo que envolve a Geografia e como consequência a Climatologia.

Ressalta-se a importância da divulgação científica realizada pela Universidade Estadual de Goiás como forma de extensão universitária, que juntamente com o ensino e pesquisa, formam os pilares Ensino Universitário. Não há extensão universitária sem as etapas conceituais (teóricas) da climatologia e meteorologia em sala de aula, a prática da pesquisa acadêmica nas etapas procedimentais e atitudinais de aferição dos atributos meteorológicos como a temperatura, nebulosidade, umidade relativa do ar e etc., e o tratamento dos dados coletados para posterior divulgação na forma da extensão.

A coleta diária dos dados meteorológicos permitiu a criação de um arcabouço climatológico, em formato eletrônico, com disponibilidade de acesso para os alunos e pesquisadores da Universidade Estadual de Goiás e outras Instituições que necessitem utilizar as informações para fins de pesquisa.

Quanto às fragilidades da presente pesquisa, citamos o problema da escassez de monitores para coletar diariamente os dados da Estação Meteorológica em época de férias e recesso escolar. Há dificuldades na obtenção de materiais didáticos para dar suporte didático pleno aos alunos da Rede Municipal de Ensino nas visitas monitoradas.

A formação de uma rede meteorológica e sua importância é fundamental para a pesquisa em climatologia, sobretudo quando se trabalha com grandes áreas geográficas. Segundo Zandonadi e Zavattini (2008) uma boa rede meteorológica é “indispensável na maioria dos estudos e nem sempre a mesma se encontra bem estruturada”.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. D. L.; SPECIAN, V. Caracterização do Balanço Hídrico e Clima do Município de Iporá - GO. In: **Anais do 1º Encontro de Divulgação da Produção Científica do Oeste de Goiás**. Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá, 2008.

ALVES, E. D. L.; SPECIAN, V. Contribuição aos estudos do clima urbano: variação térmica e higrométrica em espaços intra-urbanos. **Mercator** (UFC), v. 08, p. 163-179, 2010.

IBIAPINA, I. L. M. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro, Série Pesquisa, v. 17. 2008.

PEDRO JÚNIOR, M. J.; CAMARGO, M. B. P.; MACEDO, L. A. Guia para o observador dos postos agrometeorológicos do instituto agrônomo. Campinas – SP. **Boletim Técnico do Instituto Agrônomo**, nº 116, 1987. pp. 1 – 59.

MONTEIRO, C. A. F. (1951). Notas para o estudo do clima do Centro Oeste Brasileiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, n. 01. Rio de Janeiro.

PEDRO JÚNIOR, M. J.; CAMARGO, M. B. P. de; MACEDO, L. A. Guia para o observador dos postos agrometeorológicos do Instituto Agrônomo. Campinas – SP. **Boletim Técnico do Instituto Agrônomo**, nº 116, 1987. p. 1-59.

SANTOS, M. J. Z. (1993). Tendências das Chuvas no Nordeste Paulista e Problemas Ligadas com as Pesquisas em Climatologia Agrícola. In **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, vol. 23, nº 45 - 46 (volume especial) pp. 39 – 48.

SOUZA, I. de A.; GALVANI, E. (2004). Diagnóstico da Rede de Estação Meteorológica no Estado do Paraná, 1889 à 2003. In **Anais do VI Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica**. Aracaju-SE, 13-16/10/2004.

SPECIAN, V.; MARTINS, P. S. S.; ALVES, E. D. L. Avaliação do Conforto Térmico em Habitações Populares no Município de Amorinópolis - GO: período de verão. In: IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica: climatologia e gestão do território, 2010, Fortaleza - CE. **Anais do IX SBCG**, 2010.

ZANDONADI, L.; ZAVATTINI, J. A. A chuva na Bacia do Paraná: rede meteorológica de superfície, séries temporais e distribuição geográfica. In: VIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, Alto do Caparaó – MG. **Anais do VIII SBCG**, 2008.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA E OS TERRITÓRIOS (DES)PROTEGIDOS EM GOIÁS³

Valdeir Cesário dos Santos
Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH/UEG
valdeir.geo@hotmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva traçar algumas considerações acerca das características em que o Parque Estadual Serra Dourada (PESD) se encontra atualmente. Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas fases: levantamento e interpretação preliminar de dados; investigação de campo e reinterpretação temática. O produto da pesquisa resulta, portanto, da discussão entre o conteúdo bibliográfico e os dados e informações obtidos em campo. Assim, a maior contribuição dessa pesquisa se faz pela educação, ao mostrar que espaços como as unidades de conservação são remanescentes de um passado com qualidade ambiental melhor que o atual. No entanto, a incapacidade do poder público de garantir a proteção dessas unidades de conservação acaba por torná-las existentes de fato apenas no papel. A capacidade de se desenvolver enquanto unidade de conservação dentro da categoria de proteção integral existe, basta mesmo é decisão e ação do poder público em assumir as responsabilidades que outrora assumira.

Palavras Chave: Unidades de Conservação, Parque Estadual Serra Dourada, Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa discute as unidades de conservação em Goiás utilizando como estudo de caso o Parque Estadual Serra Dourada. Tem como objetivo analisar as questões que regem o parque bem como as características de sua criação e como ele vem sendo utilizado atualmente, sua estrutura administrativa e a ação protetiva do estado em unidades de conservação como essa.

As pesquisas na área de Geografia e em outros campos do conhecimento científico, como o da Geologia e o da Geomorfologia, compreendem, geralmente, duas fases: a fase de gabinete e a fase de campo. A primeira é caracterizada pela compilação, a leitura crítica minuciosa da

³ Esse artigo é desmembramento da pesquisa de conclusão de curso de graduação em Geografia: Geoturismo e Unidades de Conservação: uma análise do Parque Estadual Serra Dourada (GO) a partir de sua criação em 2003, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Cristóvão Colombo da Cunha

bibliografia existente sobre os temas a serem estudados, e o tratamento e a interpretação dos dados e informações obtidos. A segunda fase se refere à coleta de dados e informações em campo, à verificação dos diversos aspectos da pesquisa, configurados pela interpretação preliminar, a reinterpretação dos dados e informações e a produção do texto final. O produto da pesquisa resulta, portanto, da discussão entre o conteúdo bibliográfico e os dados e informações obtidos em campo, após terem sofrido o necessário tratamento. Sendo assim, esta pesquisa se utilizou desse mesmo procedimento para chegar aos resultados apresentados.

O PESD possui área que se estende pelos municípios de Buriti de Goiás, Goiás e Mossâmedes, no Estado de Goiás e conta com uma área aproximada de 30.000 ha. A área objeto desta pesquisa está localizada na porção centro-oeste do estado de Goiás entre as coordenadas UTM (Fuso 22) 555.000 mE a 607.000 mE e 8.214.000 mS a 8.245.000 mS.

Pertence à região de planejamento do Noroeste e Oeste Goiano e às microrregiões do Rio Vermelho, onde se localiza a Cidade de Goiás, e de Anicuns, onde estão os municípios de Mossâmedes e Buriti de Goiás.

O acesso à Unidade de Conservação (UC) se dá pelas rodovias estaduais GO 164, a sul e leste do parque, GO 326, a oeste e GO 070, a leste. O conjunto de estradas municipais, vicinais às estaduais, completa o sistema interligador entre o parque e a sede dos municípios situados em seus domínios. Nos seus limites o acesso é feito por meio de estradas sem pavimentação e de caminhos não trafegáveis por veículos automotores. O acesso principal se dá pelo município de Mossâmedes (figura 1) por uma estrada mal revestida por cascalho, a qual demanda a Reserva Biológica Professor José Ângelo Rizzo, a um mirante onde possui uma antiga rampa para a prática do esporte asa delta, e ao areial.

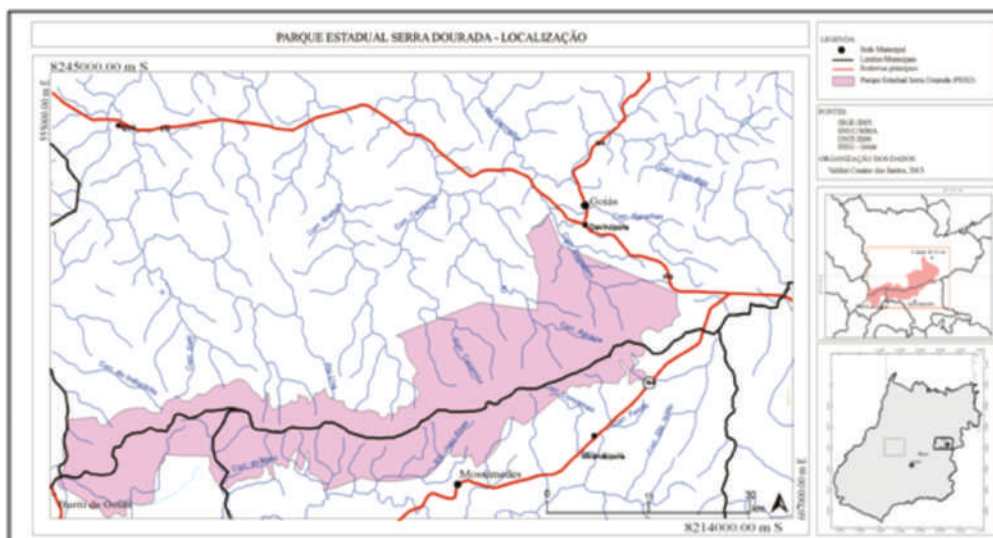


Figura 1: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO PESD

Fonte: SEGPLAN/SEMARH-GO/DNIT/MMA – Compilado pelo autor

A escolha dessa área como objeto de estudo, decorre do fato de ser uma Unidade de Conservação importante para a preservação e a conservação da biodiversidade do Bioma Cerrado, sendo o cerrado responsável por porcentagem considerável da biodiversidade mundial, grande parte dele já foi extinta (MMA, 2012).

O PESD tem origem a partir da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra

Dourada, instituída pelo Decreto Estadual nº 4.866 de 12 de fevereiro de 1998 (GOIÁS, 1998), tendo sua área ampliada pelo Decreto Estadual nº 5.169 de 28 de janeiro de 2000 (GOIÁS, 2000) e seu nome alterado para APA “Dr. Sullivan Silvestre” pela Lei Estadual nº 14.075 de 28 de dezembro de 2001 (GOIÁS, 2001). Pelo Decreto Estadual nº 5768 de 05 de junho de 2003 (GOIÁS, 2003) fica criado o Parque Estadual Serra Dourada, com área aproximada de 30.000 ha. A Área de Proteção Ambiental ‘Dr. Sullivan Silvestre’ continua existindo fora dos limites que o PESD abrangeu. A área do PESD inscreve em seu interior a Reserva Biológica ‘Prof. Dr. José Ângelo Rizzo’, instituída em 1969 pela Universidade Federal de Goiás.

Quanto ao seu manejo, o PESD se insere no grupo de unidades de conservação de proteção integral, definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Pertence à mesma categoria a Reserva Biológica ‘Prof. Dr. José Ângelo Rizzo’. A APA ‘Dr. Sullivan Silvestre’ é uma unidade de conservação de uso sustentável.

O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação constituem em alternativas para a conservação da biodiversidade e geodiversidade⁴. No entanto, Leite (2004, p.27) lembra que,

A noção de área natural protegida no final do século XIX era a de um lugar onde os recursos naturais eram protegidos, para permanecerem em seu estado original, para usufruto não-produtivo da população. Assim, o objetivo geral dessas áreas – ao contrário das florestas nacionais dos próprios EUA - era a de preservar espaços com atributos ecológicos importantes. O que interessava era preservar os grandes monumentos e as paisagens de valor cênico excepcional, tendo a valorização do estético o seu lugar garantido.

Os objetivos foram mudando ao longo do tempo e a proteção do estético foi cedendo lugar à biodiversidade. Hoje, o objetivo geral é a proteção e cada UC admite uma categoria de manejo específica.

A IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As primeiras unidades de conservação propriamente ditas foram instituídas nos Estados Unidos da América, como o Parque Nacional de Yellowstone (1872) e o Parque Estadual de Yosemite implantado em 1864. Diversos outros países quiseram proteger suas áreas naturais adotando a mesma prática. Segundo Vallejo (2002, p.59), para a criação desses parques

prevaleceu uma perspectiva preservacionista que via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Ela se baseava nas consequências do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dessa forma, qualquer intervenção humana na natureza era vista de forma negativa. Desconsiderava-se que os índios americanos tinham vivido em harmonia com a natureza por milhares de anos.

⁴ A geodiversidade, ao contrário da biodiversidade, compreende os aspectos não vivos do planeta (rochas, fósseis, minerais), mas também os processos naturais que atualmente decorrem dando origem a novos testemunhos de um passado geológico. (BRILHA, 2005)

No Brasil a primeira UC só é implantada em 1937, no governo de Getúlio Vargas. O Parque Nacional do Itatiaia, com área de mais de 28.000 ha. está localizado nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e nasce da necessidade de proteger os recursos naturais e a biodiversidade do país.

No ano de 2000 foi criado no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente é integrado pelo “conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos”. Foi concebido para integralizar as UC em todo território nacional quanto à administração e planejamento, potencializando o papel destas entidades. A gestão do sistema se dá nas três esferas de governo. Sobre isso, Vallejo (2002, p.67), afirma:

o Estado passa a ser o maior responsável pelo processo de implantação e gestão territorial das unidades de conservação, visando o benefício público. Além de implementar mecanismos de criação (demarcação, desapropriações, indenizações, solução de questões fundiárias, etc.), tem que promover a gestão administrativa (destinação de verbas orçamentárias, contratação e treinamento de funcionários, edificações, *infra-estrutura*, fiscalização, etc.) [sic, grifo nosso]. Logo, passa a ser o grande agente interventor da organização territorial das unidades de conservação, planificando e regulando as atividades em seu interior.

Consoante com o SNUC uma unidade de conservação é,

o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, Lei nº 9.985/00)

Entre os diversos objetivos do SNUC, como contribuir para a preservação e a restauração da diversidade dos ecossistemas naturais, recuperar ou restaurar ecossistemas degradados, proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, está o de definir os critérios de categoria de manejo. Dessa forma, o SNUC classifica as unidades de conservação em dois tipos e 12 categorias de manejo, conforme tabela 01. Quanto aos usos permitidos pode ser verificado na tabela 02, desenvolvida pelo MMA baseada numa visão econômica e socioambiental.

TABELA 01 – QUADRO DOS GRUPOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Unidades de Conservação de Proteção Integral	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional/Estadual	Floresta Nacional
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva Extrativista

Monumento Natural	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

TABELA 02 – QUADRO DOS USOS E CATEGORIAS DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Principais tipos de uso contemplados na Lei nº 9.895/00	Categoria de manejo
Desenvolvimento de pesquisa científica e educação ambiental.	Reserva Biológica, Estação Ecológica
Pesquisa científica, educação ambiental e turismo em contato com a natureza.	Parques Nacionais/Estaduais, Reserva Particular do Patrimônio Natural
Pesquisa científica, visitação e produção florestal.	Florestas Nacionais/Estaduais
Pesquisa científica, visitação e extrativismo por populações tradicionais.	Reservas Extrativistas
Áreas públicas e privadas com agricultura, pecuária, extrativismo e produção florestal compatibilizado com os objetivos da UC. Pesquisa científica, visitação.	Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural
Terras públicas e particulares, com usos variados (núcleo populacional urbano e rural, agropecuária) visando um ordenamento territorial sustentável.	Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (adaptado pelo autor)

As UC de proteção integral são aquelas que permitem o uso indireto dos recursos naturais, como interpretação ambiental, pesquisas científicas e lazer. As UC de uso sustentável são aquelas que permitem aliar a conservação da natureza ao uso sustentável, assegurando a renovação dos recursos.

Um parque é a categoria de proteção integral que mais possibilita a interação entre o visitante e a natureza, pois permite pesquisas científicas, a interpretação ambiental, a contemplação cênica e o lazer. No entanto, Machado (2009) defende que seria inadequado uma unidade de conservação se abrir à visitação pública sem haver trilhas abertas e percursos sinalizados.

É preciso lembrar que as unidades de conservação não são espaços intocáveis, mas cada uma tem seu uso conforme sua categoria, prevalecendo sempre a conservação ambiental. Para definir os tipos de uso de cada unidade é feito um estudo técnico chamado plano de manejo. É ele quem vai definir o que pode e o que não pode ser feito em cada unidade de conservação. Esse documento é próprio de cada UC e deve ser elaborado com prazo máximo de 5 anos após a criação da mesma (BRASIL, 2000).

Pádua (2002, *apud* VALLEJO, 2002, p.18)

faz diversas críticas à forma como se tem criado unidades de conservação no Brasil em todos os níveis de governo. Um dos aspectos é a proliferação de unidades sem base técnica e, às vezes, sem necessidade. Interesses políticos locais ou apenas interesses pessoais de representantes políticos têm levado a práticas de inauguração.

É verdade que interesses políticos e descompromisso real com a proteção de UC motivou a criação de muitas. Em alguns casos esses eventos coincidem com a celebração de datas comemorativas como o Dia Mundial do Meio Ambiente (VALLEJO, 2002). Como ainda há diversas dificuldades em relação à efetivação de diversas unidades de conservação, nota-se que esse tipo de política ainda não tem a devida valorização.

Gama (2002, *apud* GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 63) afirma:

Até mais recentemente não se tinha a preocupação de elaborar planos diretores ambientais ou de planejamento e gestão, o importante era criar a unidade de conservação nas mais diversas formas e garantir, pelo menos legalmente, a sua proteção.

Embora tenha havido uma grande evolução em relação à legislação que rege a criação de Unidades de Conservação ainda existem muitos problemas de natureza administrativa, o que dificulta, muitas vezes, a proteção.

A distribuição das unidades de Conservação

A criação de unidades de conservação com vistas a proteger o patrimônio natural corresponde ainda uma pequena parte da área total do país. A (figura 02) expressa a representatividade das UC de proteção integral municipais, estaduais e federais, além da espacialização total das UC no território nacional. Nota-se que a proteção ambiental por vias de criação de UC é mais visível no norte e sudeste do país e que as UC de proteção integral municipais estão representadas em número ínfimo em relação àquelas criadas em outros níveis de governo.

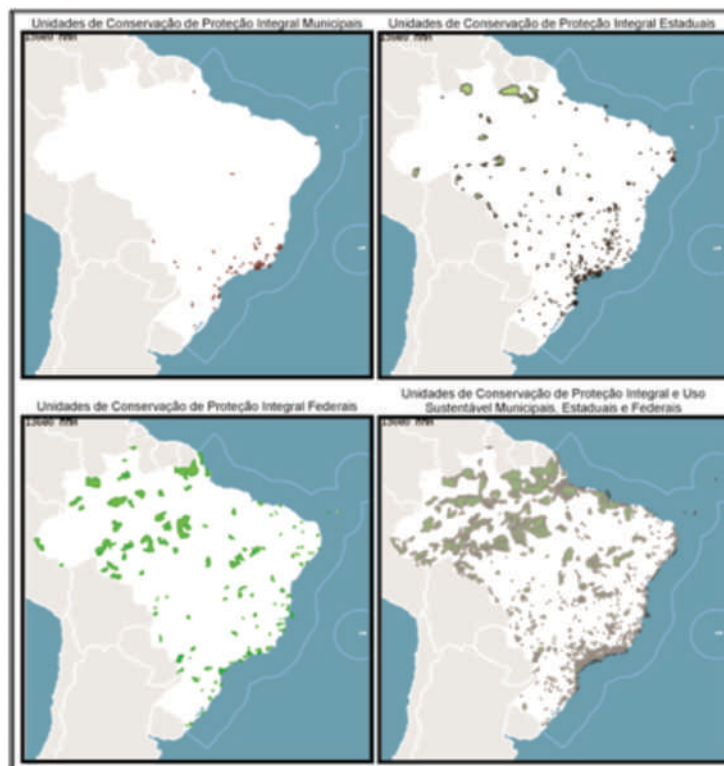


FIGURA 02 – Figura da Espacialização das UC no território nacional
Fonte: I3 Geo/MMA (organizado pelo autor)

Machado (2009, p. 859) atenta para que “uma lei que protegerá especialmente algumas

áreas não pode permitir o enfraquecimento da proteção da qualidade de vida das demais áreas”. Sendo assim, a política de criação de unidades de conservação é insuficiente se o ser humano continuar a degradar seu ambiente de sobrevivência.

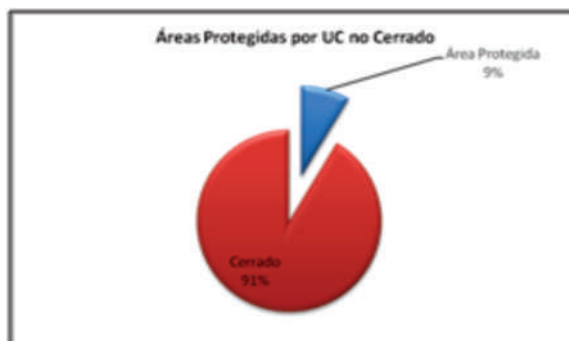


Figura 03 – Gráfico da área protegida por UC no bioma Cerrado Fonte: CNUC – adaptado pelo autor

As Unidades de Conservação tem protegido o que ainda resta da vegetação original no Brasil, embora essa área de proteção seja muito ínfima, sobretudo no cerrado. No Pampa ela corresponde a 2,7%, na Caatinga 7,4% e no Pantanal 4,6%. Quando se relaciona a área territorial com a área protegida do bioma cerrado verifica-se que este tem apenas 9% de seu território protegido (figura 03). Além disso, cerca de 64% dessas Unidades de Conservação são de Uso Sustentável, uma notável preferência verificada nas ilustrações 04 e 05. Verifica-se que as UC são instituídas por instrumentos legais, mas não há garantias reais de que as normas instituidoras desenvolvam formas para a efetivação de tais espaços protegidos, como a fiscalização e as atividades de educação ambiental.



Figura 04 – Gráfico da área protegida no bioma Cerrado por grupo Fonte: CNUC – adaptado pelo autor

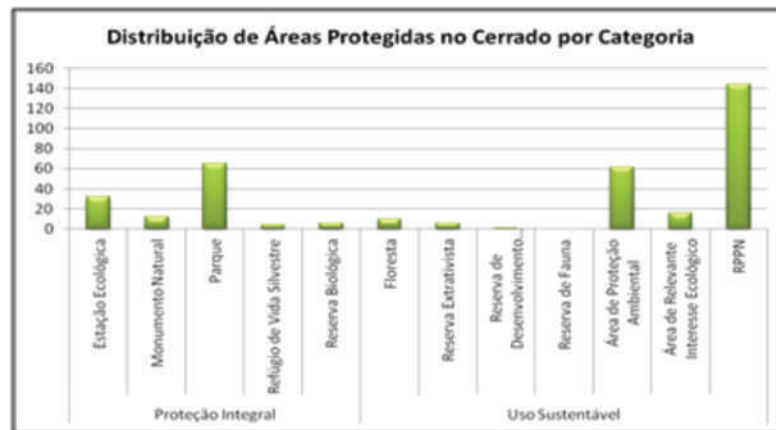


Figura 05 - Distribuição de áreas protegidas no Cerrado por categoria de manejo

Fonte: CNUC – adaptado pelo autor

No Brasil a área protegida chega a 18,4% do território nacional, sendo que apenas 5,9% desse total são de unidades de proteção integral, aquelas que não permitem o uso direto dos recursos naturais, havendo, ainda, uma preferência pelos tipos de unidade de uso sustentável.

Em Goiás as UC chegaram a partir de 1959, e até 1961, apenas dois parques nacionais haviam sido criados. Atualmente são os mesmos, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas. Campos & Castro (2007) realizaram estudos acerca da distribuição de UC em Goiás e atestam que “a área atual do Estado de Goiás abrange 341.289,50 Km² e de toda esta extensão apenas 4,78% de seu território é protegido por UC, sendo que 1,72% federais, 3,05% estaduais e 0,01% municipais. Destas, apenas 0,91% são de Proteção Integral”.

Nessa contagem o Parque Estadual Serra Dourada representa 0,09% da área do estado, sendo o segundo maior parque estadual de Goiás, atrás apenas do Parque Estadual de Terra Ronca. Além disso, se unidos aos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas, esses quatro parques representam mais de 80% da área de parques do estado. (CAMPOS; CASTRO, 2007)

O PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA

Criado inicialmente como uma Área de Proteção Ambiental, o Parque Estadual Serra Dourada passa a ter esse título em 2003 com sua institucionalização através de decreto estadual. Como se sabe, os objetivos de uma APA são diferentes dos objetivos de um Parque, visto que são duas unidades de conservação de distintas categorias, aquela de uso sustentável; esta, de proteção integral.

Segundo o art. 11 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, um parque

objetiva a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Ao analisar o PESD tal como a Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000) o aborda, é possível perceber as inconsistências que o mesmo apresenta, não no entendimento

enquanto parque, mas na sua criação e gestão a partir de então. Um exemplo a ser citado é o plano de manejo dessa unidade de conservação, cujo documento deveria ser elaborado com, no máximo, 5 anos a partir da criação do parque, podendo os órgãos gestores figurarem como réus em ação civil pública caso não o fizerem.

Sobre o plano de manejo do PESD, o documento ainda não foi elaborado, uma amostra da situação de quase todas as outras 21 unidades de conservação cuja competência de gestão é do estado de Goiás. Sendo assim, contados a partir do prazo máximo de elaboração, o plano de manejo do PESD está com 6 anos de atraso, gerando consequências para essa UC.

A criação de um parque ainda demanda consulta pública e estudos técnicos preliminares que justifiquem sua criação. Apesar do gestor do PESD afirmar que existem registros dos estudos técnicos e da consulta pública, os mesmos não foram disponibilizados.

Outra inconsistência encontrada no PESD é relativa à visitação, visto que o mesmo deveria comportar estrutura compatível com a visitação educacional, cultural e recreativa, respeitando as respectivas zonas definidas em plano de manejo. Machado (2009, p. 848) critica a estrutura de algumas unidades de conservação, afirmando que é “inadequada a abertura de uma unidade de conservação à visitação pública onde as trilhas não estiverem abertas e os percursos sinalizados”. Não existe nenhuma estrutura que possibilite a visitação segura. A pouca existente pertence à Reserva Biológica Prof. José Ângelo Rizzo, localizada no interior do Parque. Os limites desta UC e seus equipamentos são mantidos sob absoluto controle da Universidade Federal de Goiás.

A questão fundiária se apresenta como outro problema relativo ao parque. Segundo o que dispõe a lei, toda propriedade particular nos limites do parque deverão ser desapropriadas, pois o mesmo é de domínio público. De acordo com o gestor do parque, nenhuma propriedade privada foi desapropriada ainda, mesmo após 10 anos de sua criação. Ademais, a efetivação dessa unidade de conservação depende da desapropriação. Não foi disponibilizada a quantidade de propriedades privadas existentes no limite do parque e nem os motivos pelos quais a desapropriação ainda não foi efetuada.

A gerência de áreas protegidas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), que administra o parque, não possui, ainda, dados estatísticos sobre visitação. Segundo o gestor do PESD, o mesmo também não dispõe de recursos humanos ou financeiros para sua manutenção. É preciso evidenciar essa situação como uma não preocupação ou falta de prioridade na conservação dessa unidade. Logo, a ausência de uma política eficaz de conservação é condição para que seus objetivos, enquanto unidade de conservação de proteção integral, não sejam efetivados, dando margem para seu uso inadequado.

Toda UC possui um conselho gestor com a função de integrar a UC às ações desenvolvidas em seu entorno, além de auxiliar o gestor. O conselho é consultivo, mas em algumas UC ele tem função deliberativa também e deve possuir membro de diversos setores da sociedade relacionados à UC em questão. O conselho gestor do PESD possui 36 membros, no entanto não foi informado a quais setores da sociedade civil eles pertencem.

O uso da categoria parque é exclusivamente para conservação. Conforme já foi dito, alguns usos são permitidos dentro de UC conforme sua categoria de manejo. Dentro de UC de Proteção Integral os usos são mais limitados, levando em consideração os objetivos dessas unidades. Sendo assim, em parques (Estaduais/Federais) só é permitida a pesquisa científica, a educação ambiental e o turismo em contato com a natureza. No entanto é o plano de manejo que vai estabelecer as regras dessas atividades dentro da UC.

A ausência do plano de manejo do PESD traz diversos problemas, mas, sobretudo no que se refere ao seu uso vizinhança. A legislação afirma que mesmo as pesquisas devem possuir

prévia autorização e em trabalho de campo foi verificado motociclistas fazendo *rally* no parque e moradores vizinhos colhendo frutos. Essa interação entre a comunidade e a UC deve existir, pois o parque é a UC mais adequada a isso, no entanto ela precisa ser controlada.

O uso da terra nos domínios do parque sofre intervenções diversas, visto que ainda existem propriedades privadas na área do mesmo. Essa situação gera uma tardia proteção efetiva, tornando o Parque um espaço comum.

As queimadas são um grande problema em UC, sobretudo naquelas em cuja estrutura administrativa não existem recursos humanos e materiais para combatê-las ou preveni-las. Estão diretamente relacionadas ao clima e, portanto em Goiás este favorece as queimadas em especial nos meses secos, conforme pode ser visto na (figura 06). Algumas árvores, mesmo com os troncos de casca grossa, não resistem ao fogo. Dessa forma espécies da flora são ameaçadas e animais se refugiam em outras áreas.



Figura 06 – Fotografias de troncos queimados - Mosaico

Fonte: Valdeir Cesário dos Santos, Trabalho de Campo, 2013

A (figura 07) permite visualizar a quantidade de focos de queimadas no PESD desde a sua criação em 2003. Os dados obtidos pelo INPE através de satélites reforçam a ideia de que é preciso uma gestão efetiva para a conservação.

O banco de dados de queimadas em unidades de conservação ainda mostra que são nos meses de setembro que ocorrem o maior quantitativo de focos, sendo esse o mês final da estação com precipitação negativa e quando a serrapilheira está mais seca, pois enfrentou os outros cinco meses anteriores de umidade relativa baixa.

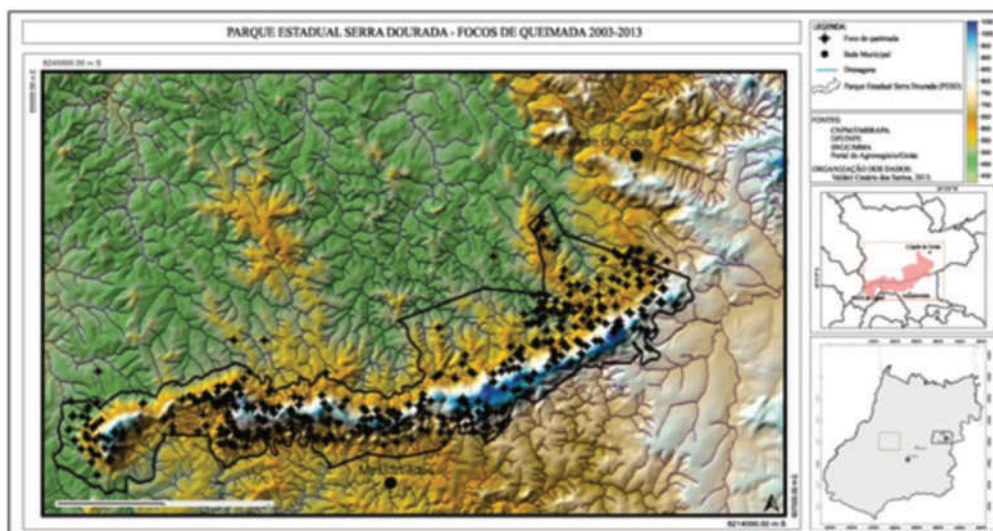


Figura 07 – Mapa da distribuição dos focos de incêndio no PESD de 2003-2013

Fonte: Banco de dados de Queimadas/DPI/INPE/MMA/SEAGRO – Compilado pelo autor

Os dados obtidos da estação pluviométrica na cidade de Goiás pelo INPE nos permitem justificar a quantidade de focos. Os gráficos ilustram os três últimos anos, conforme (figura 08).



Figura 8 – Gráfico de precipitação, umidade e temperatura 2011-2013 – Município de Goiás
 Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET – organizado pelo autor

Ao comparar os dados de temperatura, umidade e precipitação dos anos de 2011, 2012 e 2013 nota-se que é exatamente nos meses de agosto e setembro o período em que a temperatura está mais alta, em que a umidade alcança seus índices mais baixos e em que a precipitação é praticamente ausente. Consequentemente há maior probabilidade de queimadas nessa época do ano, o que de fato ocorre.

Felizmente as cascas dos troncos das árvores do cerrado, bioma no qual o PESD está inserido, são grossas e algumas conseguem resistir a tais queimadas. Portanto, logo quando as chuvas começam a cair no cerrado goiano essas árvores voltam a encher de folhas e flores. No entanto, essa característica não pode servir para que o órgão gestor do parque se exima de suas responsabilidades de evitar queimadas em seus limites.

Somente as características naturais não podem justificar as queimadas no PESD, elas são fatores importantes, mas a ação do homem ocorre nesses locais, visto a vulnerabilidade na fiscalização.

Os benefícios gerados por uma UC são imensos, sejam eles econômicos, sociais ou naturais. Desde a proteção de mananciais de água, controle de erosão, regulação do clima, oportunidades de lazer e apreciação da paisagem concomitante à geração de renda. Nesse sentido é importante a sociedade entender a UC como uma área múltipla, não isolada e contribua com a mesma.

É importante que a criação de uma UC que leve em conta a realidade ambiental local, para que exerça influência direta no contexto econômico e socioambiental. No entanto, a criação

de UC sem o compromisso de dar-lhe condições de sobrevivência não pode ser utilizada como UC de papel, ou seja, aquelas que não existem na prática, apenas nas suas leis de criação e não tem eficácia protetora.

O grande problema das UC está na sua gestão e fonte de recursos, que são geralmente associadas à cobrança de ingressos de visitantes, compensação ambiental e escasso orçamento público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PESD, UC de proteção integral, ocupa áreas pertencentes aos municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás, situando-se nas microrregiões do Rio Vermelho e Anicuns.

Pode ser considerado uma “UC de papel”, porque os dados e informações sobre ele disponíveis são fragmentados e escassos, além do que não possui o mínimo para ser reconhecido como parque. Pouco se pode esperar então da sua estrutura administrativa, que é quase inexistente.

Sua maior inconsistência até hoje foi a inércia na elaboração de um plano de manejo que garanta sua efetiva proteção e infelizmente, no caso de Goiás, essa não é uma exceção.

Ao verificar a inconsistência quanto ao conceito de parque e o PESD, a situação fundiária da área merece atenção especial, pois ao que parece, é um problema bem complexo e precisa de solução, tendo como consequência os usos não permitidos nesse tipo de UC.

A capacidade de se desenvolver enquanto unidade de conservação dentro da categoria de proteção integral existe, basta mesmo é boa vontade do poder público em assumir as responsabilidades que outrora assumira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm> Acesso em: 12 jun. 2012.

BRILHA, José. **Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. Braga: Palimage editores, 2005.

CAMPOS, Agostinho Carneiro; CASTRO, Selma Simões de... In: XIII SBGFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa. XIII SBGFA 2009.

GOIÁS (Estado). Decreto 5.768, de 05 de junho de 2003. **Cria o Parque Estadual Serra Dourada e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria**. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2013/decreto_7992.htm> Acesso em: 12 abr. 2012

_____. Decreto nº 4.866, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA - da Serra Dourada e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria.

Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=1963> Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. Decreto nº 5.169, de 28 de janeiro de 2000. Dispõe sobre a ampliação da Área de Proteção Ambiental da Serra Dourada e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=1608> Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Lei nº 14.075, de 28 de dezembro de 2001. Dá nova denominação a área de proteção ambiental. Gabinete Civil da Governadoria. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14075.htm> Acesso em: 13 jun. 2012.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. Dos S. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

LEITE, Juliana Ferreira. **As unidades de conservação estaduais: uma análise da realidade goiana**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2004. 202p. Disponível em: <<http://cds.unb.br/btd/?orientador=Jos%E9%20Augusto%20Leit%E3o%20Drummond>> Acesso em: 14 mar. 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17ªed. Revis. Atual. Ampl. [S.l.]: Malheiros, 2009.

MMA. O Bioma Cerrado. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em: 08 ago. 2012.

MMA. Plano de Manejo. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>> Acesso em: 10 jun. 2013.

VALLEJO, Luiz Renato. **Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz do conceito de território e políticas públicas**. In: GEOgraphia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro (RJ): vol. 4, nº 8, (2002) p. 57-78.

USO DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO NA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIOECONÔMICA DE CAÇU (GO)

Ana karoline Ferreira Dos Santos
Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí
karoljti.santos@gmail.com

Rosangela Rodrigues Almeida
Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí
roseufg@hotmail.com

Resumo

Nas últimas décadas diferentes técnicas foram desenvolvidas por tecnologias de informação geográficas, dentre elas encontram-se a do geoprocessamento, que vem sendo cada vez mais utilizadas nos mais diferentes estudos que visam realizar uma espacialização dos dados. Nesse contexto, o desenvolvimento do presente trabalho tem por finalidade demonstrar como as técnicas de geoprocessamento podem auxiliar no estudo das características físicas e socioeconômicas do município de Caçu (GO). A metodologia adotada consiste na elaboração de mapas temáticos sobre tipos de solo, uso da terra e geologia, além de gráficos e tabelas com dados socioeconômicos de Caçu (GO). Como resultado foi possível demonstrar que as principais atividades são provenientes do comércio, agricultura, pecuária e usina hidrelétrica. Em relação aos dados físicos, Caçu apresenta como principal formação geológica a do grupo Bauru Formação Vale do Rio do Peixe. Dentre os tipos de solo existentes no município se destaca o latossolo, encontrado em maior área do município.

Palavras Chave: Geoprocessamento, uso da terra e sócioeconomia.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por profundos avanços tecnológicos no processamento de diferentes informações existentes no cotidiano do ser humano, como dados sobre a economia, demografia ou mesmo sobre a caracterização física do local em que habitam. Dessa forma, técnicas desenvolvidas por tecnologias de informação geográficas, dentre elas a do geoprocessamento, vem sendo cada vez mais utilizadas em estudos que visam analisar dados demográficos, demonstrar a estrutura da paisagem ou mesmo, verificar a influência do tipo de vegetação e do uso do solo em processos que podem estar degradando esse ambiente, além de diversas outras utilizações.

Conforme afirma Rosa (2004) o geoprocessamento pode ser definido como sendo o conjunto de tecnologias destinadas à coleta e tratamento de informações espaciais, assim como

o desenvolvimento de novos sistemas e aplicações, com diferentes níveis de sofisticação. Em linhas gerais o termo geoprocessamento pode ser aplicado a profissionais que trabalham com cartografia digital, processamento digital de imagens e sistema de informação geográfica.

O geoprocessamento tem como uma de suas principais ferramentas computacionais o Sistema de informação geográfica (SIG), que é destinado à aquisição, armazenamento, manipulação, análises complexas ao integrar dados de diversas fontes e ao criar banco de dados georeferenciado e apresentação de dados referidos espacialmente na superfície terrestre integrando diversas tecnologias. (ROSA, 2004).

Assim para diferentes autores, por meio do SIG é possível explicar, avaliar, visualizar, apresentar ou representar diversas relações espaciais em formas de mapas, possibilitando com que essa tecnologia seja aplicada em diferentes áreas como, por exemplo, cartografia, análises sobre recursos naturais, planejamento urbano e rural, energia, transporte e comunicação. Dessa forma o uso de técnicas de geoprocessamento pode contribuir de diferentes maneiras na realização de um determinado estudo.

Nesse contexto foi realizado o presente trabalho, que tem por objetivo destacar a importância do uso de técnicas de geoprocessamento na identificação das características físicas e socioeconômicas do município de Caçu (GO).

A realização desse trabalho se justifica pela carência de informações sobre as características físicas, socioeconômicas, possíveis problemas urbanos, rurais e ambientais presentes no município de Caçu (GO), que oriente o poder público, órgãos ambientais ou mesmo a própria sociedade no desolvimento de soluções de baixo custo para esses problemas, como as que podem ser adquiridas por meio do uso de técnicas de geoprocessamento.

O desenvolvimento desse trabalho é de essencial importância não apenas para os cidadãos de Caçu (GO), mas para toda sociedade independente do local em que vive, pois por meio desse estudo é destacado que o geoprocessamento possui tecnologias capazes de abranger conhecimentos que vão muito além das características físicas ou socioeconômicas de um determinado local, devido também poderem serem aplicadas em outras regiões utilizando as variáveis adotadas nesse estudo ou mesmo outras.

METODOLOGIA

A área escolhida para realização do presente trabalho foi o município de Caçu, o qual está localizada no sul do estado de Goiás, entre os municípios de Cachoeira Alta e Itarumã, pertencendo à microrregião de Quirinópolis. Geograficamente o município Caçu se localiza entre as coordenadas 18° 33' 24" de latitude sul e 51° 07' 51" de longitude oeste, possuindo uma altitude de 469 m. A área territorial de Caçu é de aproximadamente 2.251,10 km² (Figura 1).

Historicamente o município de Caçu recebeu essa denominação quando se tornou distrito de Jataí em 04 de julho de 1924, sendo anteriormente chamado de Povoado de Água Fria e passa a ser um dos mais novos municípios do estado de Goiás em 1953 (IBGE).

As principais atividades econômicas da cidade de Caçu são provenientes do comércio, agropecuária, agricultura, e usina hidrelétrica. E devido às diversas cachoeiras e proximidade do rio Claro e rio Verdinho, Caçu também é um dos principais pontos turísticos do estado de Goiás.

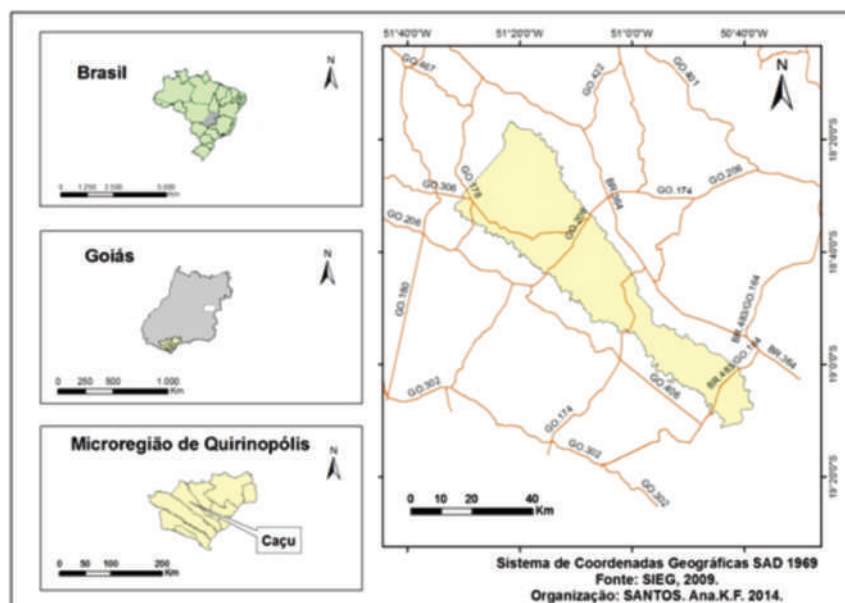


Figura 1 - Localização da área de estudo Caçu (GO).

Dentre as metodologias utilizadas para realização desse trabalho foi estáo à elaboração de mapas temáticos sobre; tipos de solo, uso da terra e geologia, além de gráficos e tabelas com dados socioeconômicos de Caçu (GO), com a finalidade de demonstrar como técnicas de geoprocessamento podem auxiliar na identificação e interpretação de diferentes características do município e conseqüentemente no desenvolvimento de soluções para possíveis problemas sociais ou ambientais existentes nesse local.

Os mapas temáticos de localização, tipos de solo, geologia e uso da terra foram realizados por meio do software ArcGis e os dados foram obtidos no site do SIEG (Sistema Estadual de Estatísticas Informações Geografias de Goiás). O mapa base de localização da área de estudos e o de uso da terra possui a escala de 1:250.00, o mapa base geológico tem a escala de 1:500.000, e a escala do mapa base de tipos de solos é correspondente a 1:1.000.000.

A partir da realização dos mapas de geologia e uso da terra de Caçu é feita uma interpretação inicialmente visual e em seguida com base no levantamento bibliográfico (em livros de geologia e pedologia), sendo por fim realizada uma discussão sobre as características físicas de Caçu.

Outro aspecto apresentado nesse estudo abrange algumas das questões demográficas e econômicas de Caçu, dados esses obtidos por meio de pesquisas estatísticas no site do Instituto Mauro Borges e dados do Censo demográfico de 2010 e do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O presente trabalho busca dessa forma apresenta e discutir qualitativamente e quantitativamente os aspectos físicos e socioeconômicos de Caçu (GO).

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Segundo dados do Censo (2010), Caçu possui 13.283 habitantes, onde 6.252 é feminina e 7.031 masculina, sendo que a população feminina residente na área urbana é de 83% valor esse significativamente superior as que vive na área rural que corresponde a 17 % e o mesmo ocorre com a população masculina, que habita 79% na área urbana e 21% na área rural. De acordo com os dados do IBGE o município de Caçu no ano de 2010, apresentava um dos maiores índices de desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Goiás, com o valor de 0,840.

Com base em dados do Censo (2010), também foi possível analisar as principais faixas etárias da população residente no município de Caçu, sendo que a maior parte da população de Caçu possui idade entre 20 e 39 anos como pode ser observado no gráfico 1.

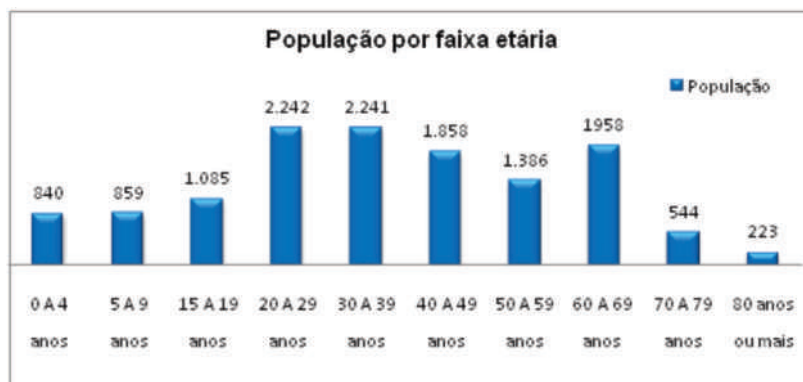


Gráfico 1. População por faixa etária

Fonte: Dados do Censo demográfico-2010(IBGE).

Apesar da maioria da população de Caçu habitar a área urbana, uma de suas principais atividades econômicas é proveniente da produção agrícola, onde a produção de soja, milho e arroz e principalmente a de cana de açúcar se destacam (Tabela 1).

Tabela 1- Produção Agrícola de Caçu (GO).

Quantidade produzida (t) -2010	
Cana de Açúcar	594.480
Soja	2.304
Milho	1.350
Arroz	504

Fonte: Dados Instituto Mauro Borges (IBM).

A economia de Caçu nos últimos anos também foi beneficiada com a instalação de usinas hidrelétricas em áreas do município, como a UHE Barra dos Coqueiros, UHE Caçu e UHE Foz do Rio Claro. Entretanto a exploração dos rios para geração de energia vem associada com outras atividades humanas, como criação de animais na proximidade do reservatório, adição clandestina de esgoto e lixo doméstico em suas águas, além de incêndios e destruição de vegetação típicas desses locais.

Na figura 2 é possível observamos nas proximidades do reservatório da UHE Caçu uma das formas de uso da terra que vem substituído à vegetação do cerrado pela pastagem no município de Caçu.



Figura 2- A pastagem as margens do reservatório da UHE Caçu.
 Fonte: ROCHA, Isabel Rodrigues.

O uso de técnicas de geoprocessamento permitiu também com que nesse trabalho fosse realizada uma representação de algumas das principais características físicas de Caçu (GO) em forma de mapa temático, dentre elas se destacam as formações geológicas do município, como podem ser observadas na figura 3.

E a partir da realização do mapa geológico de Caçu é feita uma representação das quatro formações geológica do município, sendo a mais expressiva a do grupo Bauru formação Vale do Rio do Peixe, sendo identificada pela coloração laranja na figura 3 e definida pelas seguintes características:

As características litológicas e sedimentares da formação permitem interpretá-la como de ambiente flúvio-lacustre. O seu conteúdo fossilífero consiste em fragmentos de ossos de répteis, bem como restos de moluscos e artrópodes, moldes de raízes, oogônios de algas caráceas e, possivelmente, tubos de pequenos animais do cretáceo superior (FERNANDES, 1998).

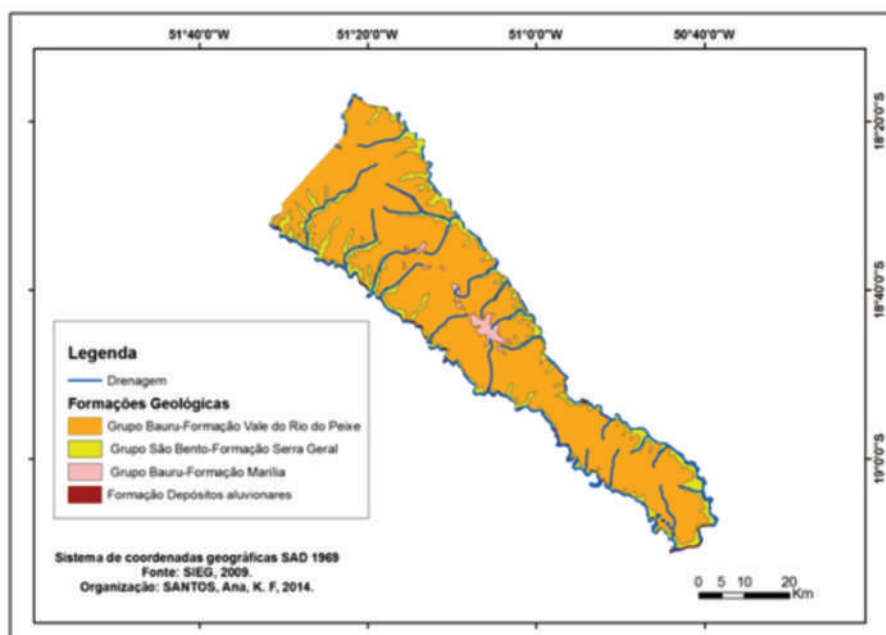


Figura 3- Formação geológica de Caçu (GO).

Outra formação geológica encontrada em Caçu é a do grupo Bento-Formação Serra Geral, resumidamente essa “formação consiste de derrames de basaltos tholeiíticos, com vulcânicas riolíticas e riodacíticas subordinadas. Os basaltos sustentam relevo plano, são maciços, cinza-escuros, finos, homogêneos, por vezes amigdalóides e com disjunções colunares” (MOREIRA, et al. 2008).

A formação Marília (grupo Bauru), também é encontrada em alguns locais do município de Caçu, sendo essa formação apresentada no mapa pela coloração rosa claro e caracterizada da seguinte forma:

Consiste de arenitos vermelhos, finos a grossos, mal selecionados, cimentados por sílica amorfa, bem como de arenitos, argilosos, siltitos e lamitos, em extratos com acamadamento incipiente e poucos estratificações cruzadas. Apresenta níveis conglomeráticos com cimentação e concreções carbonáticas e lentes de sílexito e brechas conglomeráticas de calcários (MOREIRA, et al. 2008).

A última característica geológica de Caçu destacada no mapa 2 refere-se à formação de depósitos aluvionários, apresentado no mapa pela coloração vermelha.

Por meio da caracterização da formação geológica de Caçu (GO), é também possível compreender a existência de alguns tipos de solo no município como os apresentados no mapa 3.

Analisando o mapa 3, podemos observar que o latossolo encontra-se em maior quantidade no município de Caçu (GO), solos esses muito intemperizados, profundos e de boa drenagem, caracterizam-se por grande homogeneidade de características ao longo do perfil, mineralogia da fração argila predominantemente caulínica ou caulínica-oxídica, que se reflete em valores de relação K_i baixos, inferiores a 2,2, e praticamente ausência de minerais primários de fácil intemperização (RESENDE, et al, 1988).

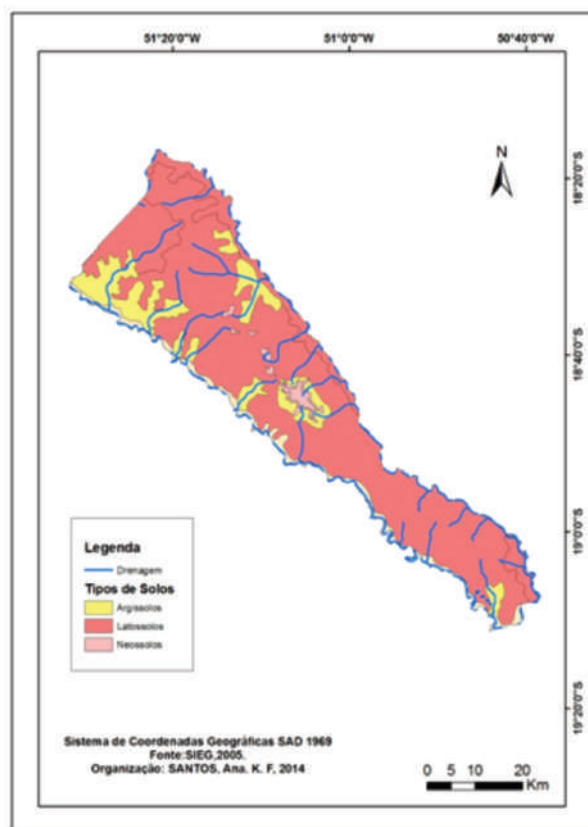


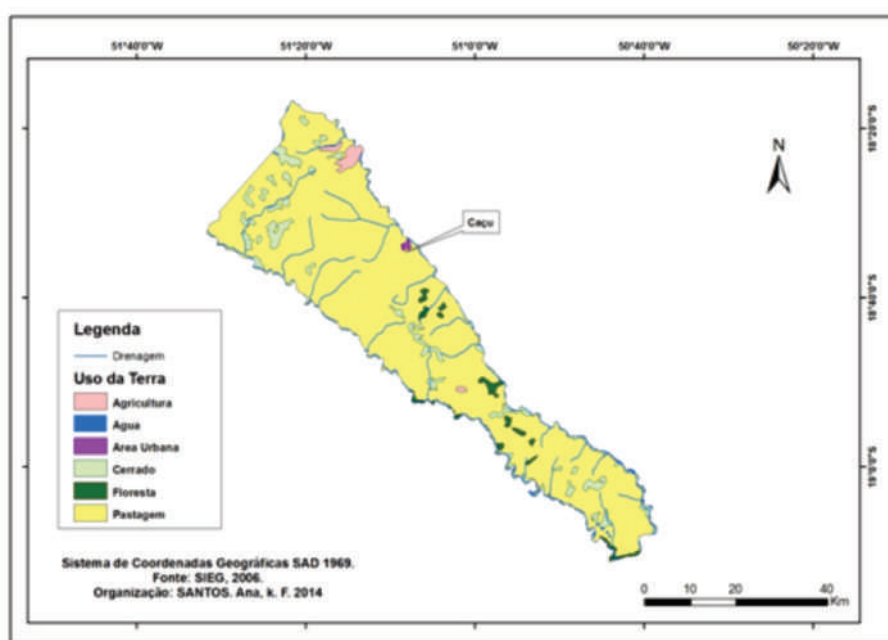
Figura 4- Tipos de solo Caçu (GO)

Ao relacionar o mapa 2 com o mapa 3 é possível observar que área com o tipo de solo latossolo corresponde à formação geológica Bauru vale do Rio do Peixe e os outros solos que se encontram em Caçu (GO), como o argissolo e os neossolos, estão respectivamente nas formações geológicas; Grupo São Bento-Formação Serra Geral e Grupo Bauru Formação Marília.

O município de Caçu além de apresentar diferentes formações geológicas e tipos de solo, como as citadas anteriormente apresentam em seu território uma variada utilização de sua terra em lavoura permanente, temporária, pastagens, matas e florestas naturais e plantadas.

Por meio do levantamento do uso da terra e realização do mapa (4) foi possível demonstrar e compreender algumas das formas de organização do espaço de Caçu, o qual é predominantemente composto por pastagem, tal fato propicia para que a economia do município tenha como mais uma de suas principais fontes de renda a criação de gado.

A pastagem é um dos principais tipos de vegetação que formam uma cobertura do solo. A área coberta pela pastagem esta na dependência direta das condições de clima e solo, porém outros fatores, muitas vezes, exercem acentuada influencia, tais como o fogo, os insetos, as pragas e moléstias e, sem duvida, também a atividade humana. (NETO, BERTONI. 1999 p.555).



Mapa 4- Uso da terra e cobertura vegetal de Caçu (GO)

Após a realização do mapa quatro, foi calculado por meio do software ArcGis e do programa Microsoft Office Excel a porcentagem de uso da terra e cobertura vegetal de Caçu (GO) e posteriormente elaborado a tabela 2.

Tabela 2- Porcentagem de uso da Terra e Cobertura vegetal de Caçu (GO).

Agricultura	1,12%
Água	0,03%
Cerrado	6,70%
Floresta	1,73%
Pastagem	90,28%

Analisando o mapa 4 e a tabela 2 é possível diagnosticamos que uma vegetação original da área que é o cerrado, vem nas últimas décadas sendo destruída por ações exercidas pelo homem, que estão transformando esse espaço em uma paisagem onde predomina a pecuária e o cultivo da soja e da cana-de-açúcar. Dessa forma, ao mesmo tempo em que Caçu progride sua economia com a produção agrícola e energética o município regride em relação à preservação de biomas como o cerrado, representando motivo de preocupação para toda sociedade, que deve exigir de órgãos públicos e ambientais medidas que solucionar e evitar problemas como o citado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente trabalho, foi possível identificamos e interpretamos com auxílio de técnicas de geoprocessamento diferentes características de Caçu (GO), que abrange desde aos seus aspectos físicos aos socioeconômicos.

Com base nos dados socioeconômicos de Caçu (GO), é demonstrado que grande parte de sua população habita a área urbana e em uma porcentagem inferior na área rural, tal fato representa o que vem ocorrendo nas últimas décadas com a maior parte dos municípios brasileiros, que devido à mecanização de atividades exercidas no campo provoca uma migração de sua população para as áreas urbanas em busca de emprego e melhores condições de vida.

Apesar de grande parte de sua população habita a área urbana, diferentemente de outros municípios do estado de Goiás Caçu possui um dos menores índices de criminalidade do estado, como pode ser confirmado pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o valor de 0,840.

Dentre as atividades econômicas de Caçu se destacam as produção energética, as produções agrícolas de soja, milho, arroz e cana de açúcar, além da pecuária a qual é de essencial importância para economia do município.

Em relação aos dados físicos de Caçu, podemos concluir que a principal formação geológica de Caçu é pertencente ao grupo Bauru Formação Vale do Rio do Peixe, dentre os tipos de solo existentes no município se destaca o latossolo.

O município de Caçu também possui o equivalente a 90,28 % de sua área com pastagem, sendo essa a principal forma de uso da terra. Entretanto biomas típicos da região como o cerrado apresentam em uma área de 6,7% do município, sendo que essa área e a biodiversidade nela existente podem desaparecer, conforme o homem estiver utilizando os recursos naturais provenientes desse ambiente no decorrer do tempo, onde certamente todos saíram prejudicados.

Dessa forma a realização desse trabalho possibilitou uma análise de algumas das diversas características físicas e socioeconômicas, que construiu e vem modelando o município de Caçu (GO) e sem dúvidas sem o uso de uma das mais incríveis tecnologias surgidas na história humana, que é o geoprocessamento, não seria possível a concretização desse estudo ou mesmo de outros com as mesmas vantagens da espacialização dos dados a serem representados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONI, J. NETO, F. L. **Conservação do solo**. Editora Ltda, São Paulo, SP. 1999.

FERNANDES, P.A. **A Estratigrafia e evolução geológica da parte oriental da Bacia Bauru (Ks, Brasil)**. 1998. 216 p. Tese (doutorado)- Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Instituto Mauro Borges. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 10/03/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20/03/2014.

MOREIRA, M, L, O. MORETON, L, C, et al. **Geologia do Estado de Goiás e Distrito Federal**. Escala 1:500.000. Goiânia: CPRM/SIC-FUNMINERAL, 2008.

Sistema Estadual de Estatísticas Informações Geografias de Goiás- SIEG. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br>. Acesso em: 06/03/2014.

RESENDE, M. **Ciências Agrárias nos trópicos Brasileiros**. MEC. 1988, p. 83. Brasília, DF.

ROSA, R. **Sistema de informação geográfica**. Universidade Federal de Uberlândia.

EDUCAÇÃO, ENSINO E PRÁTICAS CURRICULARES EM GEOGRAFIA

EIXO
5

A CRISE DA LICENCIATURA NO ÂMBITO DAS IDEIAS NEOLIBERAIS: A GEOGRAFIA EM CONTEXTO

Wagner Alceu Dias

Universidade Estadual de Goiás – UnU Formosa

wagneralceudias@bol.com.br

Resumo

Este texto apresenta algumas conclusões acerca da atual crise da licenciatura como reflexo da implantação de ideias neoliberais usadas pela política de governo nas últimas décadas. Para que se tenha uma coesão quanto à ideia principal, a estrutura se fez mediante a distribuição de três itens que se complementam na medida em que as conclusões se consolidam como resultado da pesquisa. Na abordagem priorizou-se o curso de geografia no estado de Goiás como base empírica, para sustentar as conclusões. O primeiro item tratou de esboçar a relação existente entre Estado e educação. No segundo item, foi prioridade fazer uma relação entre as ideias neoliberais e seus reflexos na educação. Para finalizar, o último item tratou especificamente da baixa procura de estudantes pelo curso de geografia no contexto das políticas neoliberais. Para sustentar os argumentos apresentados, foi buscado informações junto a órgão competentes, como também pesquisa de campo nos colégios e universidades estaduais, federais e privados. No sentido de ostentar uma análise crítica da atuação do Estado no sistema de ensino, a presente pesquisa apontou como conclusão indicativos que se manifestam na irregularidade da distribuição dos cursos superiores e, por conseguinte, produz uma concorrência, determinada pelo interesse do capital.

Palavras-Chave: Licenciatura, Geografia, Estado, Neoliberalismo, Educação.

INTRODUÇÃO

Desde o último decênio, há rumores de afirmações de baixa procura pelas licenciaturas. Mas de fato, apenas o baixo índice de concorrência por vagas na licenciatura pode ser considerado como um indicativo determinante a ponto de caracterizar uma crise da licenciatura? Essa indagação não possui sentido, caso esta pesquisa negligencie uma discussão sobre a relação entre neoliberalismo e educação.

Entretanto, o Estado em sua dimensão político-administrativo, será pontuado como o centro da ordem, responsável pela interlocução entre ambos. Sobre a concepção de Estado que a presente pesquisa adotou, Lênin (2010, p. 27) contribui com o seguinte esclarecimento; “Estado

é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados.”

A existência do Estado é a legitimação de uma sociedade dividida em classe. Ao apropriar-se da educação, principalmente sob uma legislação que confere o dever conciliado ao direito do indivíduo, logo percebe-se a sobreposição da classe dominante sobre a classe dos dominados.

O Estado com o propósito de formar mão de obra para atender as fábricas, disseminadas todo planeta, funda-se uma estrutura burocrática escolar que tem como prioridade tornar o indivíduo adaptável aos afazeres da indústria. Ler, escrever e contar representam a necessidade da educação, em que todos os indivíduos por força de uma constituição estatal, que se apresenta a serviço do capital, usa a educação para tornar o indivíduo funcional, sobre uma alienação que tem como plano de fundo manter a ordem e equilíbrio da exploração do trabalho pelo capital.

A educação nesta perspectiva, passa a funcionar como um aparelho ideológico, que pelo sistema educacional desempenha o papel de difusão do discurso dominante. Em Rezende, (1982, p.25) vamos encontrar o seguinte argumento sobre ideologia.

Toda e qualquer ideologia, portanto não possui autonomia, mas “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar”. Isso significa que a produção de ideias está diretamente vinculada à atividade de produzir bens materiais, constituindo-se consequência direta dessa produção. *Grifo do autor*

Os discursos, por serem considerados ideológicos, são evidentemente políticos, pois sempre estão sob tentativa de explicar e justificar a realidade. Como essa ação é amplamente subjetiva, qualquer que seja a leitura que se faça da realidade será uma vertente tendenciosa à defesa de alguns princípios, dos quais a pátria, o progresso, a família, o estado, a ciência ou a própria educação são incorporados pelo discurso, e que, como consequência, se torna ideológico, (REZENDE, 1982). Dessa forma, sob imposição do mercado, consolida-se uma estrutura dominante que torna as políticas educacionais submissas ao sistema de produção capitalista.

O item 1(um), se fez necessário porque, antes de apresentar conceitualmente o neoliberalismo, é preciso entender como o mesmo corrompe os interesses do coletivo e produz uma sociedade individualista sem forças para lutar contra a ideologia dominante, que condiciona o indivíduo à reproduzir sua própria classe social a partir do seu reconhecimento e aceitação de sua condição dentro da estrutura orgânica do capital.

Para explorar empiricamente a relação existente entre neoliberalismo e as consequências dessa junção no atual sistema de ensino proposto no item 2(dois), será analisado o período da atual gestão de educação básica do estado de Goiás, compreendido desde o ano de 2010 até o presente(2014). Mas antes de inserir qualquer exemplo que conote a prática do neoliberalismo na educação, Harvey, (2007, p. 2), conceitua,

O neoliberalismo, em um primeiro momento, é uma teoria das práticas econômico-políticas que propõe que o bem-estar humano possa se desenvolver melhor pela liberação das habilidades e liberdades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para tais práticas. O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e

integridade monetária. Também deve estabelecer as funções e estruturas militares, de defesa, policiais e legais exigidas para assegurar os direitos de livre propriedade e garantir, pela força se necessário, o funcionamento adequado dos mercados. Além disso, se os mercados não existirem (em áreas relativas ao manejo da terra, da água, educação, saúde, segurança social e poluição ambiental), então eles devem ser criados, por ação estatal se necessário. (Tradução de MONTEIRO¹, Newton Paulo²).

Dentre os principais elementos que caracterizam o neoliberalismo, está em suas bases a proposta do bem-estar social, baseado na liberdade individual e da propriedade privada. Por conseguinte, a liberdade individual condiciona o indivíduo a realizar seus ideais, que de acordo com o que foi esclarecido anteriormente, possui sua origem nas estruturas discursivas do Estado. Em suma, a educação escolar participa fielmente na alimentação do ideário da sociedade. Entretanto, o problema reside-se na realização dos ideais, pois, numa sociedade em que os indivíduos são considerados livres para conquistar seus objetivos, entram em disputas, da qual o resultado é a satisfação daqueles que conseguem êxito de acordo com parâmetros capitalistas, e o sentimento de fracasso, daqueles que são tragados pelo processo competitivo, (ELIAS, 1994).

O item 3(três), tratou em discutir as influências das políticas neoliberais na organização social e da produção do conhecimento relativo ao crescimento de cursos superiores, sobretudo as licenciaturas destacado pelo curso de Geografia. Baseado em pesquisas em sites governamentais e relatórios de institutos renomados, foi possível, por meio de gráficos e tabelas construídos a partir de referenciais teóricos conjugados a trabalho de campo realizado em Goiânia, elucidar uma concepção que contraria os rumores da chamada crise das licenciaturas.

A RELAÇÃO DE ESTADO E EDUCAÇÃO

A concepção adotada neste trabalho refere-se ao Estado natural, conceituado por Engels, (1984) que considera o Estado como um necessário sistema de governo em que sua função se estabeleça na condução de um controle social, haja vista que,

[...] o primeiro sintoma de formação do Estado, consiste na destruição dos laços gntílicos, dividindo os membros de cada gens em privilegiados e não privilegiados, e dividindo estes últimos em duas classes, segundo seus ofícios, e opondo-as uma à outra. (ENGELS, 1984, p. 122)

Pela forma de organização da sociedade, o processo avançou com notáveis gravidade em ralação a desigualdade. Na medida em que as relações de produção se intensificaram, paralelamente ocorreu um processo de estratificação social, determinado pela posse, em que os proprietários de bens passa a explorar por meio do trabalho os despossuídos (CAMPOS, 2009). Portanto, a aparição do Estado não foi uma imposição na verticalidade, mas sim uma

¹ Texto na íntegra, em seu estado original: Neoliberalism is in the first instance a theory of political economic practices that proposes that human well-being can best be advanced by liberating individual entrepreneurial freedoms and skills within an institutional framework characterized by strong private property rights, free markets, and free trade. The role of the state is to create and preserve an institutional framework appropriate to such practices. The state has to guarantee, for example, the quality and integrity of money. It must also set up those military, defence, police, and legal structures and functions required to secure private property rights and to guarantee, by force if need be, the proper functioning of markets. Furthermore, if markets do not exist (in areas such as land, water, education, health care, social security, or environmental pollution) then they must be created, by state action if necessary.

² Professor Ms. em letras e linguística. Atualmente é professor da Faculdade Alfredo Nasser.

inevitável criação que surge em meio ao antagonismo das condições de classes. Porém, mesmo não sendo derivado da classe dos detentores de meio de produção, a presença do Estado produz regalias emergidas da subordinação da classe trabalhadora frente aos limites da ordem, regida pelo poder político.

Nessa perspectiva, a educação no final do século XIX, especificamente depois da Primeira Revolução Industrial, passa a compor o quadro dos direitos fundamentais sob incumbência do Estado, (BRAATZ, 2008). No Brasil, embora citada na constituição de 1934, somente em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi sancionada pela Lei 9394/96, concebida como nova LDB. Este instrumento, segundo Saviani, (1999), desde os primeiros textos, sempre representou o antagonismo de classes sociais. Se por um lado, a primeira versão desse projeto perpetuou por 62 anos no congresso, por outro, em 1996 a definição que regulariza o sistema de educação brasileiro obteve agregações satisfatórias à classe dos dominados. Obviamente é redundante dizer que o período duradouro do primeiro projeto, permaneceu basicamente inalterado por forças da classe dominante, que pelo uso desse instrumento se beneficiava.

Na considerada nova LDB, o art. 2º descreve que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Portanto, ao relacionar a educação como um direito da sociedade a partir da Primeira Revolução Industrial, logo não é complexo entender que a educação, sobretudo na concepção de Durkheim, (1978)³, possui a finalidade de garantir a reprodução de um sistema social.

Percebe-se que, por um lado, a classe dominante sempre usou da força do poder político do Estado, para conservar as estruturas que a beneficia, ora com proposição de interceder para causas populares, que em sua maioria não revoga qualquer um de seus privilégios, ora com omissões, comportamento estratégico para o controle, despertando na população o desejo de inovações pela escolha de um outro ícone da política, mas sempre dentro da condição de dependência. Por outro lado, a classe dominada se encontra sujeitada à alienação provinda da classe dominante, principalmente pela ideologia imposta à educação.

Todavia a educação sediada pelo Estado, oportuniza a conservação da estrutura social conforme os privilégios concentrados na classe dominante, (AZEVEDO, 2004). Isso não isenta a educação em manter uma função social, a ponto de qualificá-la como neutra, Pelo contrário. Em Brandão, (2007, p. 73-74) encontra-se o seguinte esclarecimento em relação dessa educação:

a educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento.

Diferentemente de uma educação neutra, a escola configura-se em um aparelho ideológico, em que a prática da educação, permeados pelo interesse em manter a ordem da estrutura social,

³ Émile Durkheim, principalmente em sua obra intitulada “Educação e sociologia”, considera a educação como um fato social, e como tal há de possuir uma função, que por regra deve basear-se na correspondência entre o próprio fato e pela necessidade emergente em um determinado contexto da sociedade.

forja necessidades no ideário do indivíduo (FILLOUX, 2010). Para realçar essa afirmação, não foi por um acaso da história que o Estado passou a oferecer educação justamente quando se deflagra a expansão das relações capitalistas na Primeira Revolução Industrial. No referido contexto, houve uma intensificação do processo de globalização e ampliação da divisão social do trabalho, em que o capitalismo necessitava de uma educação que fabricasse homem com força de trabalho de qualidade (TRAGTENBERG, 1976).

O direito à educação aparece no contexto do fortalecimento da democracia, que recai sob “referência à igualdade de oportunidade, à não discriminação, à qualificação profissional, à melhoria das condições de vida são alguns dos pressupostos inseridos nestas declarações” (BRAATZ, 2008, p. 88). Esse é o discurso ideológico da classe dominante, que pelo exercício do poder político do Estado, aposta na homogeneidade dos conteúdos pelos denominados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁴, que apresentam-se à todas escolas brasileiras com proposta de contribuir com a eficiência da educação escolar em aspectos de qualidade.

Esse modelo na verdade, representa mais uma das estratégias do Estado em conservar o poder pela autocracia. Pelo domínio das estruturas discursivas, as escolas são incumbidas em desenvolver uma sociedade homogênea, socializada a partir da linguagem única, em que as imagens, os princípios, as normas ou valores são formas que se reproduzem no seio escolar, garantindo assim a conservação do sistema social, (NOÉ, 2000).

Ultimamente, difunde-se a ideia de Estado fracassado, sem ação, numa extrema inoperância. Mas, ao fazer uma análise do sistema escolar, percebe-se que os PCNs juntamente com os livros didáticos, representam a presença de um Estado forte, dissimulador de uma ideologia hegemônica que corrobora com a manutenção de boas relações de dominação. Para melhor compreensão do Estado e suas políticas educacionais, soma-se o próximo item, que traz reflexos das ideias neoliberais. As relação entre educação e neoliberalismo serão mediadas pela análise da gestão da secretaria de educação do estado de Goiás .

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

A teoria neoliberal aplicada à políticas educacionais, segue o modelo administrativo das empresas, tendência que iguala a escola à indústria, sobretudo em relação ao aspectos econômicos. A indústria, orientada pela livre concorrência, possui sua estratificação por meio do índice de produtividade, a qual serve como sensor para maiores ou menores investimentos, assim como caracteriza Bourdieu, (1998, p. 2) ao descrever sobre a concorrência industrial e seus dispositivos de estímulo à competição:

A globalização dos mercados financeiros somado ao progresso das técnicas de informação garante uma mobilidade sem precedente dos capitais e fornece os investimentos preocupados com a rentabilidade a curto prazo de seus investimento, a possibilidade de comparar de maneira permanente a rentabilidade da maioria das grandes empresas e punir como consequência do relativo fracasso. As próprias empresas, colocadas sob permanente ameaça desse tipo, deve ajustar-se cada vez mais rapidamente às demandas

⁴ Os parâmetros Curriculares Nacionais(PCNs) são manuais elaborados pelo Ministério da Educação com o intuito de torna-lo uma referências para a elaboração de cada uma das matrizes curriculares dos estados brasileiro. Todos os conteúdos das disciplinas escolares, da educação básica(ensino fundamental e ensino médio) são determinados pelos PCNs.

do mercado. Deve fazer, sob pena de “perder a confiança do mercado.” Como se diz agora, e perder ao mesmo tempo o apoio dos acionistas que estão preocupados para a rentabilidade de curto prazo e estão cada vez mais habilitados a impor sua vontade sobre os gestores, puseram as suas normas por meio da orientação do capital financeiro, e dirigir suas políticas em matéria de contratação de trabalhadores, de empregos e de salários⁵. Tradução de DIAS, Wagner Alceu⁶.

A essência do livre mercado é associado a iniciativa das grandes indústrias no aperfeiçoamento da sua produção, baseado na organização do trabalho. Portanto, o que está em pauta é a capacidade da indústria em gerar lucros. Acionistas e empresários, encontram-se constantemente atentos “às formas organizacionais e tecnológicas e estão sempre à procura de inovações que regem lucros em excesso, pelo menos por um tempo.” (HARVEY, 2011, p. 79).

O que é importante frisar no contexto das inovações tecnológicas e da forma de organização da produção é exatamente a concorrência, que propiciada pelo Estado não corresponde aos interesses de toda extensão territorial. Chaveiro e Calaça, (2008, p. 191-192) exemplifica afirmando que “a livre iniciativa da economia segue apenas o padrão hegemônico, impondo sobre o território o que lhe convém, segundo as leis do custo e da lucratividade[...]”. Em contrapartida o Estado como gestor dessa economia, visa apenas aumentar seu poder pela riqueza gerada, ignorando o reflexo da desigualdade regional em seu território.

Esse cenário denuncia a política neoliberal do Estado em duas circunstâncias. Primeiro, discrimina as regiões onde inexistem condições de logísticas para produção e circulação de bens, ação que atenua a desigualdade regional. A segunda circunstância é a impossibilidade das pequenas indústrias de participar do mercado, pois a concorrência, como já mostrado, induz necessariamente um alto investimento, condição inerente do capital monopolista frequentemente externo. Dessa forma, o Estado se mantém na função de disciplinar o território, de forma que o mesmo não ofereça entraves para a produção e reprodução do capital. Como a condição brasileira dentro da globalização do mercado financeiro se limita a agroexportador, a inovação tecnológica necessária à livre concorrência passa a ser uma falácia em países em desenvolvimento, pois a dependência tecnológica favorece apenas alguns grandes empresários brasileiros que fazem a mediação da produção brasileira com o capital internacional. (SAES, 2001).

Para ilustrar este cenário ocorrido no âmbito industrial em bases educacionais, toma-se o exemplo a gestão de Thiago Peixoto, formado em economia, que presidiu a secretaria de educação do estado de Goiás, de 2010 até final de 2013, sob a qual implementou políticas educacionais exemplares em matéria de neoliberalismo. Além deste modelo contrariar convicções de Freire, (1979) que combate a ideia da adequação da educação à sociedade capitalista, neutralizando assim a capacidade do professor em transformar a realidade, acrescenta-se conforme Oliveira, (2008, p.20) problemas relacionados ao “grau de arbitrariedade com que se delimitam os diferentes níveis de proficiência de cada escala” que por sinal compromete a interpretação, fase

⁵ Texto na íntegra, em seu estado original: La mundialización de los mercados financieros adicionado al progreso de las técnicas de información asegura una movilidad sin precedentes para los capitales y brinda a los inversionistas preocupados por la rentabilidad a corto plazo de sus inversiones, la posibilidad de comparar de manera permanente la rentabilidad de las más grandes empresas y castigar en consecuencia los fracasos relativos. Las empresas mismas, colocadas bajo una amenaza permanente de ese tipo, deben ajustarse de forma cada vez más rápida a las exigencias de los mercados. Deben hacerlo bajo pena de “perder la confianza del mercado”. Como se dice a hora, y perder al mismo tiempo el apoyo de los accionistas que están preocupados por obtener una rentabilidad a corto plazo y están cada vez más habilitados para imponer su voluntad a los gerentes, fijarles sus normas a través de las orientaciones del capital financiero, y dirigir sus políticas en materia de contratación de trabajadores, de empleos y de salarios.

⁶ Professor Ms. em Geografia. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Goiás.

fundamental para interceder encaminhamentos de superação dos problemas do processo de ensino-aprendizagem encontrados, (ENRICONE, 2003).

Política conhecida como Pacto Pela Educação, apresentou-se como um pacote de medidas voltadas à melhoria da qualidade educacional, que adicionou ao ensino escolar do estado de Goiás elementos que identificam-se como política neoliberal, compostas por: meritocracia, precarização do trabalho intelectual, individualismo, distanciamento entre a população e escola e terceirização do trabalho.

Meritocracia e terceirização do trabalho caminham lado a lado. A meritocracia segundo Aulete, (2004, p. 531) em seu mini dicionário contemporâneo da língua portuguesa, conceitua como o “governo de pessoas mais competentes. Sistema de seleção baseado nos méritos pessoais.” Este conceito conforme declaração da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2013), não pode ser compreendido em termos absolutos, pois carece de uma avaliação das condições dos candidatos que almejam o reconhecimento pelo mérito. Em síntese, esse modelo que prioriza uma lógica gerencial e por conseguinte produtivista⁷, não corresponde aos anseios de um processo educacional capaz de construir uma conscientização⁸.

Essa tendência, leva o processo meritocrático a estabelecer critérios baseados na administração empresarial, atribuindo maior peso à experiência de gestão do que propriamente nas relações pedagógicas. Essa circunstância favorece os gestores educacionais a terceirizar setores da educação, como ocorreu no estado de Goiás, com a contratação do Centro de Políticas Públicas de Avaliação da Educação (CAED) de Juiz de Fora-Mg. O CAED, foi contratado para treinar professores e estudantes de toda rede da educação básica, com o propósito de melhorar a colocação do estado de Goiás no ranking das avaliações em larga escala, sobretudo no Índice de Avaliação de Educação Básica (Ideb).

A precarização do trabalho intelectual e o individualismo são fatores complementares. A partir do momento em que a secretaria do estado de Goiás decide terceirizar atividades da educação, num ambiente de milhares de professores em que boa parte são bem qualificados, distribuídos em especialistas, mestres e doutores, desperta na categoria, um sentimento de desprezo, onde a culpa do fracasso da educação pública recai sobre seu trabalho. Ainda, em decorrência da meritocracia, instala-se uma política de bonificação para o professor que apresentar boa disposição de trabalho, que dentre os critérios impostos aos professores é a presença contínua em suas funções. Em outras palavras, o professor perde o bônus quando ausenta-se dos seus afazeres sem justificativa amparada por lei. Durante o semestre, 100% de presença, o bônus é completo, uma falta, bônus de 85%, duas faltas, 70% de bônus, e assim sucessivamente⁹.

Além da assiduidades em seus afazeres, o professor deve entregar regularmente seus planos de aulas quinzenalmente, como também lançar os dados dos estudantes relativos a notas e frequência no diário eletrônico. Essas são algumas das atribuições exigidas ao professor para que o mesmo mereça o bônus. Caso o professor tenha mais de 5 faltas no semestre, perde-se o direito ao bônus.

⁷ Texto de Juliana Lessa publicado na internet. O endereço se encontra nas referências.

⁸ Concepções de Paulo Freire do livro intitulado “educação e mudança”. Conscientização não está no grau de ensino, mas sim na capacidade de entender as relações de homem, homem e natureza a partir da realidade concreta em que vive. O sentido de conscientização está na condições do indivíduo transformar a realidade. Em suma, é a consciência em ação, sempre em busca de novas experiências.

⁹ Para maiores detalhes acessar o site da secretaria da educação <http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/?Noticia=4231>.

Somado ao bônus do professor, também existe o bônus para o coordenador, que necessita cumprir sua jornada de trabalho nas escolas devidamente comprovadas e participar de formações oferecidas pelas subsecretarias regionais de educação. O grupo gestor composto pelo diretor, vice e secretário também receberam bônus pelo bom cumprimento de seus afazeres.

O bônus também alcança os estudantes, pois aqueles que obtiverem maior desempenho no Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) é bonificado, valor que receberá ao término do Ensino Médio. E por fim, existe o bônus para a escola, que pode ser usado conforme suas necessidades. Esse bônus chegará até R\$ 40.000,00, e tem como objetivo, melhorar os índices da educação do estado de Goiás.

A natureza de políticas neoliberais está diretamente relacionada à produtividade, portanto, a exemplo do que se faz na grande indústria, a escola a partir de então passa por um processo de estratificação quanto ao nível de qualidade, da qual a responsabilidade pela qualidade recai no corpo docente. Assim a responsabilidade do fracasso é transferida para os professores, que punido pelo não recebimento do bônus, também contribui para a punição do coletivo, que é a própria escola, (SILVA, 2012). Essa política educacional produz efeitos perversos, pois condiciona um espírito de competitividade baseado na vigilância, em que o descumprimento de uns pode provocar punição para todos. Essa lógica empresarial é causadora de diversos atritos, portanto é desagregadora, (NASCIMENTO, 2013).

Como se não bastasse, a secretaria de educação do estado de Goiás fez questão de ostentar o resultado do Ideb publicamente por meio de placas, num total de 1143 entre escolas e colégios. O investimento na fabricação de placas representou um impacto significativo nos cofres públicos referentes as verbas destinadas à educação, mas por falta de fonte segura os valores deixaram de ser expostos nesta pesquisa. Na figura 01, tem-se um mosaico, na qual são mostrados em paralelo, duas placas relativas aos resultados do Ideb do ensino médio e uma, na parte inferior referindo-se as notas do Ideb, tanto do ensino fundamental como médio, de um determinado colégio.



Figura 01 – Panoramas de média do IDEB em colégios estaduais do estado de Goiás – 2014. Fotografias efetuadas em trabalho de campo realizado no dia 11 de fevereiro de 2014.

Fonte: DIAS, Wagner Alceu.

É diante estes resultados que erroneamente a sociedade distingue a melhor escola da pior. Esses números são interpretados pelo senso comum, que avalia a qualidade de educação. No exemplo da figura 01, ao observar as médias do Ideb de duas escolas de ensino fundamental, percebe-se que o resultado da escola da esquerda foi de 4,7, enquanto que a escola da direita conseguiu 4,2. Embora 4,7 seja maior que 4,2, quando se trata principalmente de uma avaliação que utiliza de alguns critérios para calcular uma média, o simples resultado não revela o processo, situação que compromete afirmar que a escola que obteve média maior tem mais qualidade de ensino.

Dos critérios adotados no cálculo do Ideb, Ronca, (2013) e documentos da CNTE, (2013) são precisos, apesar do último trazer a evasão como um indicativo. Mas, na presente pesquisa considerou apenas dois pilares: o primeiro é relativo a aprovação dos estudantes baseado no Senso Escolar, e o segundo é a computação das médias de duas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) que são provenientes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e da Prova Brasil.

Baseado em Ronca, (2013, p. 79) quando afirma que, “A escola é uma instituição complexa que exige muitos olhares. A verdade está no todo e o desafio da complexidade é o desafio da visão global.”, pode-se usar do seguinte exemplo para mostrar que os números podem ser inconsistentes dentro do processo. Em uma escola de formação de pilotos de aeronaves existem dois pilotos, nomeados de A e B. Os dois pilotos foram submetidos a um teste que simula a decolagem e pouso, em que ambas avaliações, a pontuação foi de 0(zero) à 10(dez). O piloto A repetiu a nota 4(quatro) na decolagem e no pouso, enquanto que o piloto B, conseguiu um excepcional 10 na decolagem, mas teve um zero no pouso. Ao calcular as médias, o piloto A se manteve com nota 4. Já o piloto B teve média maior, atingindo nota 5. Diante o cenários de médias calculadas por avaliações que tinham como critérios identificar problemas dos pilotos, usou-se a decolagem e pouso. Nesta perspectiva faz-se a seguinte pergunta: com qual piloto você gostaria de voar? A resposta, obviamente, será com o piloto A, mesmo por apresentar certas dificuldade na decolagem e no pouso. A média 4 demonstrou razoável habilidade na decolagem e no pouso, constatando competência na garantia da vida dos passageiros. No entanto, o mesmo não ocorreu com o piloto B, que por ter conseguido média 5, superando a média do piloto A, não tem habilidade alguma no pouso, situação que indica um problema grave que compromete a competência na garantia da vida de todos os passageiros.

A avaliação em larga escala não consegue medir a qualidade da educação. Como descrito por Assis e Amaral, (2013) esse instrumento foi elaborada para atender demandas do mercado, e por meio da descentralização da responsabilidade do Estado em manter o padrão de qualidade, consolida-se no ideário na sociedade uma precipitada visão empreendedora, facilitando assim manobras como a transferência de recurso ao setor privado de educação, pelo fechamento de instituições pública que não apresentam as metas esperadas.

Depois de compreender parcialmente a forma como o Estado instrumentaliza a educação e como os professores e parte da sociedade são cooptados pelas políticas neoliberais, o intento da conclusão dessa pesquisa é fazer relação com a chamada crise das licenciaturas, evidenciando o curso de Geografia.

A CRISE DAS LICENCIATURAS (GEOGRAFIA) COMO REFLEXO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Como foi exposto nos itens anteriores, a educação cumpri em disciplinar o trabalho ao capital. Portanto, é por esse viés que a discussão da crise das licenciaturas será desenvolvida. Para isso, faz-se importante apresentar alguns dados pertinentes ao crescimento demográfico brasileiro comparado ao crescimento de cursos superiores. Essa analogia é para conferir a veracidade da chamada crise das licenciaturas, sobretudo no curso de geografia. No quadro geral dos cursos superiores o gráfico 01 ostenta a evolução de instituições de cursos superiores no Brasil, de 2001 até 2012.

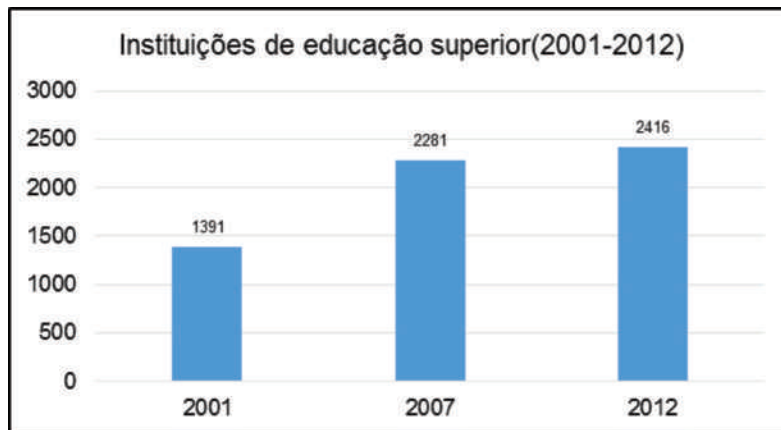


Gráfico 01 – Crescimento de instituições de educação superior de 2001 à 2012

Fonte: Adaptado do Observatório do mundo do trabalho(MEC/IFG, 2014)
Org.: DIAS, Wagner Alceu, 2014.

É notável o avanço da quantidade de instituições de nível superior no território brasileiro. Ao fazer relação com o número da população, logo percebe-se que, em relação proporcionais o número de institutos de educação superior(IES) cresce 73,68% no período de 2001 à 2012, enquanto que no mesmo período a população cresce apenas 11,57%. Mas, em que essa comparação pode contribuir na associação das políticas neoliberais com a crise das licenciaturas? Quando os números dos institutos de educação superior são distribuídos conforme mostra a tabela 01, sobretudo pelas categorias administrativas, destaca-se o avanço do setor privado na criação, principalmente de faculdades, que pelas as exigências do Mec, fica mais viável ao mantenedor.

Tabela 01 – Crescimento de instituições por organização acadêmica e categoria administrativa em Goiás.

Ano	Instituições						
	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		IFs eCefets
	Públicas	Privada	Públicos	Privados	Públicas	Privadas	Públicos
2001	71	85	2	64	84	1059	26
2007	108	96	4	116	116	1829	33
2012		85	10	129	146	1898	40

Fonte: Adaptado do Observatório do mundo do trabalho(MEC/IFG, 2014)
Org.: DIAS, Wagner Alceu, 2014.

Durante os 11 anos compreendidos entre 2001 à 2012, o números de IES no setor público cresceu 74,83%, superando o crescimentos de IES públicas, que avançou em 66,12% entre os

mesmos anos. Como no Brasil, a constituição não prevê a educação superior como dever do Estado, o setor privado é que se responsabiliza em ofertar tal ensino. De acordo com o capítulo VIII do artigo 9 da LDB, o Estado apenas tem a obrigação de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;”¹⁰ para cumprir a legislação é usado o instrumento de avaliação chamado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior(Sinaes), que analisa as IES, seus cursos e o desempenho dos estudantes, (ASSIS E AMARAL, 2013).

Na comparação entre os anos de 2001 e 2012, ficou evidente o relativo crescimento dos IES em relação à população brasileira. Isso explica um número cada vez maior de pessoas com formação superior. Esse avanço, não necessariamente representa uma sociedade mais conscientizada politicamente. Isso porque, com a expansão dos IES no setor privado, apesar da existência de um instrumento de regulação que prima pela qualidade, existem muitas instituições que não oferecem o mínimo de condição para a integralização do curso. E de certa forma, isso repercute no mercado de trabalho, sobretudo na licenciatura, que pela sua deficiência de formação superior, reproduz o problema na sala de aula, reduzindo a condição política do professor à um simples instrutor de conhecimento.

Como forma de tencionar as possibilidades de estímulos da procura por cursos de licenciaturas, que neste caso a geografia estará em pauta, a tabela 02 mostra a atual demanda em 10 municípios do estado de Goiás.

Tabela 02 – Nível de concorrência no curso de licenciatura em Geografia da UEG.

Curso	Municípios	Inscrição/vaga
Geografia	<i>Anápolis</i>	0,44
Geografia	<i>Formosa</i>	5,16
Geografia	<i>Goiás</i>	1,97
Geografia	<i>Iporá</i>	1,03
Geografia	<i>Itapuranga</i>	1,50
Geografia	<i>Minaçu</i>	2,06
Geografia	<i>Morrinhos</i>	0,88
Geografia	<i>Pires do Rio</i>	1,44
Geografia	<i>Porangatu</i>	5,38
Geografia	<i>Quirinópolis</i>	0,88

Fonte: <http://www.nucleodeselecao.ueg.br/> publicado em 16 de outubro de 2013
Organização: DIAS, Wagner Alceu Dias

A Universidade Estadual de Goiás(UEG) é composta por 42 campos universitários, dos quais 10 possui o curso de Geografia. A tabela 02, expressa a concorrência em cada um dos municípios, que por sinal apresentam-se distintos pela procura do curso de Geografia. O caso mais crítico é do município de Anápolis, em que basicamente houve 2 vagas para um candidato. Percebe-se que os municípios mais próximo à região metropolitana são os que apresentam menor demanda. Essa situação pode ser um indício de uma crise das licenciaturas, em especial da geografia?

Para fins de dúvida sobre suposta concentração de cursos de geografia na região, foi verificado que a Faculdade Alfredo Nasser localizada em Aparecida de Goiânia, ofertou 40 vagas no início do ano de 2014, mas apenas 7 matrículas foram efetivadas. Número que compromete a continuidade da oferta do curso por parte do mantenedor. Também foi consultada a concorrência na UFG, onde a licenciatura em geografia chegou a registrar 2,47 candidatos por vaga. O bacharelado em geografia teve 2,3 candidatos por vaga. A guisa da conclusão, não é correto afirmar que a UFG por ser pública consegue absorver a demanda de candidatos ao curso de Geografia, pois a UEG também é pública. Contudo, no momento, é pertinente a apresentação do gráfico 02, apresenta um crescimento de mais de 70% das IES entre os anos de 2003 à 2012, dados que oferece outro viés para pensar a crise das licenciaturas.

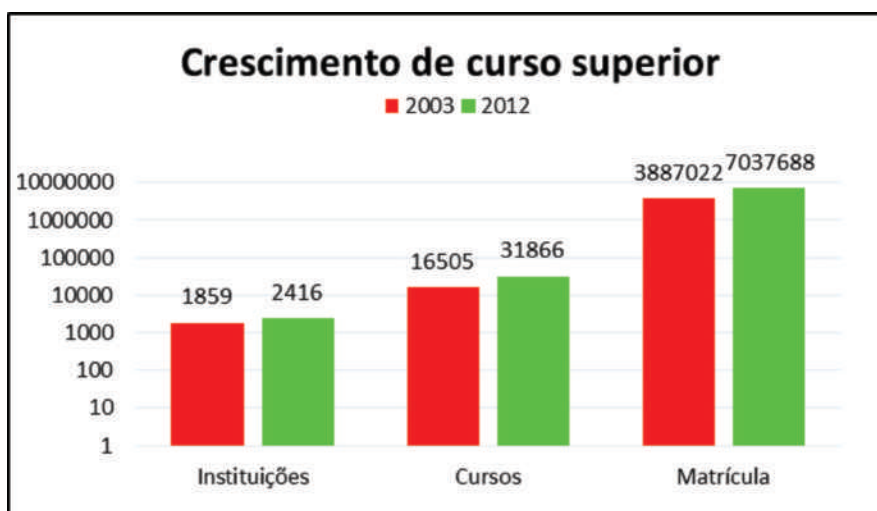


Gráfico 02 – Crescimento de instituições, cursos superiores, matrículas de 2003 à 2012.

Fonte: Censo da Educação Superior (MEC/Inep)
Elaboração: DIAS, Wagner Alceu, 2014.

Sabe-se que uma instituição de ensino possui vários cursos, e que com o aumento de instituições a consequência é o aumento dos cursos. No período de 2003 à 2012 o número de cursos superiores cresce 93,06%, aumentando substancialmente o número de matrículas, que no mesmo período cresceu 81,05%.

Esse quadro de informações realça a perspectiva de que a crise das licenciaturas está diretamente ligada à expansão de oportunidades surgida pela excessiva abertura de IES, sobretudo de caráter privado. A lógica do IES privado segue a regra da procura e oferta, da qual a educação é entendida como produto. Dessa forma, o IES por tendência do mercado, irá ofertar o produto que apresenta maior escassez, na perspectiva de viabilizar uma maior demanda, e consecutivamente obter maior vantagem nos lucros. Essa conclusão confirma-se mediante informações do observatório do mundo do trabalho (MEC/IFG, 2014), que declara que cerca de 53,49% dos cursos de licenciaturas ofertados no estado de Goiás são oriundos das instituições públicas.

No entanto, verdadeiramente não há uma chamada crise das licenciatura. O que está acontecendo é uma expansão das oportunidades de ensino superior alicerçadas por políticas

de transferência de investimento do setor público ao setor privado. Dados do Ministério da Educação, 2014, mostram que as matrículas em curso superior no grau de ensino das licenciaturas não sofreu queda. Pelo contrário. Destaca-se um aumento de 1340 matrículas entre os anos de 2010 para 2011.

Pela mesma fonte, constata-se que 74% de todas as matrículas em cursos superiores do ano de 2011 foram efetivadas no setor privado. O que não pode ser negado, é o reconhecimento do aumento de matrículas nos cursos tecnológicos, com aumento de 88925 matrículas entre o mesmo período de 2010 à 2011. Este dados confirmam a tendência do crescimento do setor privado e sua não atuação na oferta de licenciaturas, ficando a cargo das instituições públicas.

Ainda referente à tabela 02, pode-se concluir que a localização geográfica dos cursos superiores tem correspondência com o nível de concorrência entre o grau de ensino, particularmente nas licenciaturas e tecnológicos. Constata-se que os cursos de geografia de Formosa e Porangatu, cuja localização se encontra mais distantes da metrópole, são possuidores dos mais altos índices de concorrência, ultrapassando 5 candidatos por vaga. Na medida em que a localização do curso de geografia aproxima-se da metrópole, a demande diminui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa ocasião conclui-se que, a sociedade procura a presença do Estado nos instantes de dificuldades, mas obscurecida por uma ideologia dominante, não reconhece que tais dificuldades são geradas justamente pela presença do Estado. O desencontro da palavra presença, está no âmbito do interesse. A presença do Estado clamada pela grande parcela da sociedade, sobretudo os dominados, se justifica pelo amparo social, em saúde, educação e segurança, enquanto que, a presença efetiva do Estado se assenta nesses mesmos serviços, mas com propósitos de cooptação, garantindo constantemente uma necessidade emergente de Estado à sociedade. Em outras palavras, a atuação do Estado é produzir no ideário da sociedade uma necessidade de Estado, pois dessa forma as forças antagônicas são domesticadas pela difusão das ideias neoliberais, que ao apropriar-se da educação provoca um individualismo sem precedente.

Foi constatado que no estado de Goiás, o setor público oferta maior percentual de cursos de licenciatura, que conseqüentemente alcança um maior número de pessoas, relevando a distribuição entre as mesorregiões. Complementa-se então, a constatação do setor privado como responsável por mais de 70% da formação da população em cursos superiores, que pela lei da oferta e procura, lança cursos com demandas significativas do ponto de vista da acumulação do capital. O panorama das demandas segue a lógica do capital. Nas regiões distantes da capital, frequentemente desprovidas de grandes oportunidades em cursos superiores públicos e principalmente privados, devido ao baixo índice populacional, os candidatos a cursos superiores concorrem a vagas que lhes são acessíveis. Na região metropolitana, como existem um número considerável de faculdades privadas e conseqüentemente um significativo acervo de cursos que podem ser alicerçados por programas públicos que concedem bolsas universitárias, as licenciaturas não são consideradas como primeira opção.

Todavia, o esforço dessa pesquisa é mostrar que as licenciaturas ainda está formando professores em ritmo crescente, e que a chamada crise é apenas uma desconcentração das instituições públicas pelas políticas de financiamento a cursos superiores do setor privado. A transferência da responsabilidade da formação superior de ordem público para o setor privado é uma estratégia política e econômica inerente a teoria neoliberal, que procura baratear os custos com a educação, mas que pode custar caro para a sociedade em referência à conscientização política.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C.; ASSIS, L. M. **Avaliação da educação: por um sistema nacional**. Retratos da educação, Brasília, v.7, n.12, p.27-48, 2013.

AULETE, C. **Mini dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2004. 896p.

AZEVEDO, J. M. L. **a educação como política pública**. 3. ed. São Paulo: Autores associados, 2004. 75p.

BOURDIEU, P. **La esencia del neoliberalismo**. 1998. 5f. Monografia (Especialização em Economia) - Revista Colombiana de Educación, Colômbia, 1998.

BRAATZ, T. H. **Direito à educação: dever do Estado?**. Revista Jurídica- FURB, Santa Catarina, v.12, n.24, p.80-94, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: brasiliense, 2007. 116p.

BRASIL, Ministério da Educação/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Observatório do Mundo do Trabalho. **Dados sobre cursos de licenciatura**. Goiânia: Ministério da educação, 2014. 142p.

CALAÇA, Manoel. Modernização da agricultura e dinâmica territorial no sul do Estado de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: **Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções. Novas formas, velhas funções, XV, 2000**, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 2000. p. 372-378.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 86p.

EDUCAÇÃO, C. N. T. E. **A meritocracia na educação brasileira**. Retratos da Escola, Brasília, v.7, n.12, p.209-213, 2013.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 201p.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 215p.

ENRICONE, D. Pressupostos teóricos sobre a prática avaliativa, (Org.)ENRICONE, Délcia e GRILLO, Marlene. **Avaliação: uma discussão em aberto**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 152p.

FILLOUX, J. **Émile Durkheim**. Tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo.. Recife: Editora Massangana, 2010. 148p.

LÊNIN, V. L. **O Estado e revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. 184p.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Reino Unido: Oxford, 2007. 256p.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.

NASCIMENTO, T. R. **A educação, o ensino de história e o currículo mínimo do estado do rio de janeiro: currículo escrito, em ação e formação de professores**. História e ensino, Londrina, v.19, n.2, p.87-114, 2013.

NOÉ, A. **A relação educação e sociedade: os fatores sociais que intervêm no processo educativo**. UNISO - Avaliação da educação superior- AVALIAÇÃO, Sorocaba - São Paulo, v.5, n.3, p.21-26, 2000.

OLIVEIRA, L. K. M. **Três investigações sobre escala de proficiência e suas interpretações**. 2008. 145f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de educação da PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2008.

Projeto Cne/Unesco 914brz1136.3 “Desenvolvimento, Aprimoramento e Consolidação de uma educação nacional de qualidade. **Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil**.. Brasília: Ministério da educação, 2013. 48p.

REZENDE, V. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. 126p.

RONCA, A. C. C. **Avaliação da educação básica: seus limites e possibilidades**. Retratos da educação, Brasília, v.7, n.12, p.77-86, 2013.

SAES, D. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001. 134p.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas**. 5. ed. São Paulo: Editora autores associados, 1999. 238p.

SILVA, A. M. Precarização do trabalho docente e meritocracia na educação: o olhar empresarial dos governos e a resistência do professor. **In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder**. 2012. 10f. Monografia (Tecnologia em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Uberlândia, 2012.

TRAGTENBERG, M. A escola como organização complexa. Org. GARCIA, Walter E. **Educação Brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, LTDA, 277 .1976p.

Educação não é mercadoria! A quem serve a lógica da meritocracia nas escolas?.. Texto de Juliana Lessa Disponível em: <<http://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/09/10/educacao-nao-e-mercadoria-a-quem-serve-a-logica-da-meritocracia-nas-escolas/>> Acesso em: 5 fev. 2014.

Procura por curso superior de tecnologia cresce 11% no país. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1308461>> Acesso em: 1 abr. 2014

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II DE ALGUMAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FORMOSA-GO¹

Queila Oliveira Costa
Universidade estadual de Goiás
queila1_oliveira@hotmail.com

Resumo

Este estudo objetiva tecer uma discussão sobre a formação do professor de geografia frente ao processo de Inclusão Escolar dos alunos com Deficiência Intelectual no Ensino Fundamental II de algumas escolas municipais de Formosa-Goiás. Além de analisar a formação dos novos educadores na área da Geografia: acadêmicos da UEG/Unu Formosa. A Inclusão de alunos que apresentam deficiências vem mobilizando a sociedade e toda comunidade escolar frente a este novo paradigma, onde todos os alunos devem estar matriculados em salas de aula comum do ensino regular. Mesmo com todas as garantias legais previstas em leis, esses alunos nem sempre encontram escolas e professores preparados que os ensinem como eles precisam, ficando assim a educação desacreditada na inclusão como algo eficiente para o desenvolvimento destes alunos. Este estudo se desencadeou nas seguintes etapas: após análise no plano teórico e conceitual, análise de questionários aplicados aos professores de geografia da rede municipal de Formosa; questionários aplicados aos acadêmicos do curso de geografia e finalmente levantar os informes das percepções pesquisadas na coleta de dados. O que tange a educação em Geografia percebeu que ela passa por inúmeras limitações e ainda é muito sensível ao que diz respeito à educação inclusiva.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Política Nacional de Educação Especial, Formação de Professores, Formação de Acadêmicos, Escola.

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar a formação e os procedimentos didáticos adotados pelos os professores de Geografia frente à inclusão para alunos com deficiência intelectual e perceber o desenvolvimento na questão ensino-aprendizagem desses alunos em algumas escolas municipais da cidade de Formosa-Goiás.

A modalidade da inclusão é vivenciada pela a sociedade por momentos históricos, estes que são representados por diversas lutas, mudanças e conquistas, de onde existem seguimentos sociais que sempre estão em busca da sua legitimidade perante a lei.

¹ Patrícia Monteiro Silva – Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

Para realização desta pesquisa, utilizamos uma metodologia de cunho quali-quantitativo, mediante um estudo de caso, realizado em escolas regulares de Ensino Fundamental II da Cidade de Formosa-GO, realizado no ano de 2013. Sendo as informações coletadas a partir de instrumentos metodológicos: como questionários, no intuito de refletir quais as concepções dos educadores e acadêmicos da Universidade Estadual de Goiás- UEG.

Para isso observa-se que o ensino de Geografia apresenta algumas limitações e fragilidades relacionadas à educação inclusiva, problemática essa que se constitui em desafio a ser enfrentado na formação e capacitação dos professores dessa disciplina, para assim atuar com maior capacidade e responsabilidade no desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA AMPARADO POR INSTRUMENTOS LEGAIS

Pensar na formação do professor de geografia e a inclusão de alunos com deficiência intelectual remete ao um breve histórico da inclusão no mundo e principalmente no Brasil. Houve e ainda há momentos de lutas por garantias onde prevaleçam a todos os deficientes direitos iguais e acesso a escola, proporcionando o processo de aprendizagem desses alunos e inserindo-os na vida social.

A educação inclusiva não é apenas um processo de integração de pessoas especiais no ensino regular da educação, mas uma trajetória de muitas discussões, envolvimento da sociedade e estudos das pessoas com deficiências no mundo, caracterizando o tipo e o grau de cada deficiência.

Mazzota (2003) explica que a falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem ignoradas e marginalizadas pela a sociedade, a religião ainda pregava o preconceito em seus livros sagrados, afirmando que o homem por ser a imagem e semelhança de Deus devia ser perfeito em seu aspecto físico e mental. Desta forma, a sociedade acreditava que todas as crianças com algum tipo de deficiência deveriam ser mortas e jogadas nos rios e esgotos. Aquelas que conseguiam chegar à fase adulta ficavam isoladas e escondidas pela família e até mesmo pelo o poder público. Não podiam exercer nenhum tipo de função, pois isso tornava-se indispensável para o crescimento da economia local. Enquanto isso, no âmbito escolar, eram vistos como um problema de ética e moral, e, quando integrados com os alunos não deficientes, causavam vergonha.

Em estudos revelados por muito tempo foram mantidos em confinamentos, conventos, albergues e asilos. Entre os séculos XVI e XIX surgiram na Europa os primeiros asilos, e depois surgindo o primeiro hospital psiquiátrico, que de acordo com Sasaki (1997) essa instituição era considerada como prisão, pois não havia tratamentos especializados e nem a existência de programas educacionais.

Mendes (2006) evidencia no início do século XIX os primeiros desenvolvimentos com atividades voltadas para a educação com pessoas deficientes surgiram na França por Jean Paul Bonert, seu trabalho foi ensinar mudos a falar. Enquanto em Paris foi fundada a primeira instituição para surdo-mudos por Charles Eppe com o método do uso de sinais, definido hoje como LIBRAS. Mas tarde foi fundado o asilo para a educação para cegos, com o objetivo de leitura tátil conhecido como BRAILE.

Ao longo dos anos a interação da sociedade com pessoas deficientes veio se modificando. Antes eram consideradas pessoas incapazes, invalidas inferiores e sem direitos. Após estudos e busca de qualidades abrem-se novos caminhos e técnicas para a educação de pessoas com necessidades especiais.

Essa fase caminhou de forma assistencial, visando apenas ao bem estar da pessoa com deficiência para uma segunda etapa, em que foram priorizados os aspectos médicos e psicológicos, juntamente com a educação nas instituições escolares.

Visando a reforma da educação no geral a suplementação da inclusão escolar passou por períodos de exclusão e inclusão inovando as políticas públicas educacionais, que incluem reestruturação e renovação das escolas, além do acompanhamento entre os professores, pais e alunos. Portanto:

[...]na maioria das reformas de reestruturação, imagina-se que novas estruturas resultem em novos comportamentos e culturas, mas a maioria não consegue isso. Há dúvida sobre o relacionamento recíproco entre mudança estrutural e cultural, mas ele é muito mais poderoso quando os professores e os diretores começam a trabalhar novas maneiras apenas para descobrir que as estruturas escolares são inadequadas para as novas orientações e devem ser alteradas [...]. (FULLEN, 1993 p.68)

Essa afirmativa gera uma providência em torno da integração na escola em que não deve partir somente dos educadores especializados, mas de todos; pois corre o risco de apenas inserir o aluno com necessidades especiais no convívio de outras crianças, sem que se efetivem, entre todos, trocas interativas com plena aceitação dos alunos com necessidades especiais para a valorização de sua autoimagem.

Mendes (2006) evidencia como marco inicial no Brasil o período marcado pela a segregação, a criação do Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdo-Mudos em 1854. Essas instituições brasileiras de educação especial cumpriam sua função de auxílio aos desvalidos.

A partir dos anos 60 os movimentos a favor da inclusão começaram a ganhar força e buscavam melhorias e direitos iguais a todos. A Educação Inclusiva dependeu de reformas ocorridas no Estado, além dos movimentos organizados pelos os próprios pais dos deficientes, que lutavam pelos os direitos de seus filhos. Momentos marcados por lutas de associações e pais tiveram a primeira garantia sancionada na Lei de Diretrizes e Bases- LDB 4024, de 1961, a Educação Especial no Brasil regulamentada em Lei nº4.024/61 políticas e propostas educacionais para pessoas com necessidades especiais, que estabeleceu organizar e atribuir as funções entre os serviços públicos e privados.

Direitos garantidos através da Constituição Federal Brasileira (1988) que garante direitos iguais a todos, documentos internacionais e nacionais amplamente referendados como, por exemplo: a Declaração de Salamanca (1994) que torna o marco mundial da difusão da educação inclusiva; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Decreto nº3298 (1999) que integra a pessoa portadora de deficiência, e define a Educação Especial como Ensino complementar.

Pode-se destacar o Programa Educação Inclusiva do MEC (2003) que forma professores para atuar em salas de aula frente a Educação Inclusiva; no ano de 2004 o Ministério Público

Federal reafirma o direito de todos os alunos com deficiência e sem deficiências o direito a escola no ensino regular. Enquanto em 2008 a Política Nacional de Educação Especial definiu que todos devem ser incluídos em escolas comuns, ratificando a convenção dos direitos das pessoas com deficiência da ONU, fazendo da norma parte da legislação nacional.

A educação inclusiva ganhou uma ferramenta importante, Leis e Decretos que mudaram o rumo das cobranças sociais, educacionais e governamentais. Antes visto apenas como um problema da escola, a educação inclusiva passou a ser responsabilidade de todos, desde o governo até a sociedade na interação desses novos alunos nas escolas e em seu processo de aprendizagem.

Durante anos, observou-se no processo histórico, que os conceitos, as legislação, as práticas e as metodologias de ensino foram se modificando, as propostas da Política Nacional de Educação Especial proporcionaram o acesso dos portadores de deficiências ao sistema de ensino. Um marco e um grande saldo positivo em relação a tempos passados, indicando avanços no que diz respeito a propostas pedagógicas.

A isso, Arantes (2006, p. 35), nos explica,

O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre a inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re) definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado.

A educação inclusiva passou por momentos de reflexão na sua história, levando a compreender as lutas diárias daqueles que solidarizaram com a necessidade de novas mudanças, sendo implantadas as leis, as políticas públicas no ensino e os estudos pautados na conscientização da sociedade em garantir os direitos das pessoas. As lutas das famílias, das instituições e da comunidade deram início à elaboração de vários documentos internacionais, inclusive no Brasil promulgado em leis os direitos humanos, tantos de pessoas com deficiência, como de quaisquer outras.

Sasaki (1997) prioriza que a educação inclusiva deve passar por mudanças nas políticas públicas educacionais, que incluem uma análise de aprimoramento no atendimento escolar até a formação dos professores. Assegurados por leis a Constituição de 1988 juntamente com a Declaração Universal de Direitos Humanos, se fundamentou no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade dos direitos, reconhecendo que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos” (SASSAKI p.10, 1997).

As profundas transformações que a sociedade vem sofrendo na busca de um mundo de igualdade têm resultado nessas estruturas legais. Novas leis e movimentos sociais têm surgido para dar apoio a essas mudanças, a escola tem sido mundialmente escolhida para promover essas transformações e busca através de organizações governamentais e não governamentais, projetos e leis que eliminem barreira de todos os tipos sejam de comunicação, informação ou até mesmo de atitudes da sociedade, ou seja, a escola e os pais têm o papel fundamental de reconhecer e valorizar a diversidade de cada um, no sentido amplo de uma educação para todos.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DIANTE DA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.

Segundo o MEC/SEESP (2007, p.13), “O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado “para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos/as (com e sem deficiência intelectual), ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular.”

Inserindo-se nesse debate, é de fundamental importância repensar a formação dos educadores; em específico, dos professores de Geografia.

A formação dos profissionais da Geografia deve, portanto levar em conta todos esses aspectos e, para além desses, considerar o avanço do conhecimento geográfico e a sua popularização. Como conteúdo escolar tem passado por significativas transformações, no intuito de dar conta de seus avanços epistemológicos da ciência e de responder às necessidades da escola no processo de formação de sujeitos que compreendam o mundo em que vivem e que consigam exercer a sua cidadania. (CALLAI, 2003, p.11)

A questão de formação de professor para atender alunos com deficiência nas escolas regulares encontra em processo lento. Nota-se que mesmo sendo amparados por leis, os professores nunca estão preparados para atender o público alvo da educação especial em sua sala de aula. Cabe ao educador buscar novas estratégias de ensino e não ficar apenas preso em um processo repetitivo do ensino, Mantoan (2005, p.26) destaca que,

Os professores, no geral, precisam realmente de uma boa formação para ensinar a qualquer um. Sabe que a formação é importante para tal processo, mas, não basta que se preocupe apenas com a formação, pois a inclusão vai, além disso.

É necessária uma formação continuada do professor, onde a mesma ofereça e promova conhecimentos fundamentais para que aconteça uma reflexão sobre a inclusão de maneira satisfatória e produtiva na prática, gerando desta forma uma parceria entre escola, professor, alunos e família.

A Secretaria de Educação Especial (2007) tem investido em curso de formação continuada aos professores para a realização do Atendimento Educacional Especializado e também na sala de aula comum, com objetivo de capacitá-los para atender alunos com deficiência física, visual, mental/intelectual ou pessoa com surdez.

Nesse sentido, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - datada de dezembro de 1996 -, pretende-se estabelecer um modelo de Educação Especial / Inclusiva, em que todos os educandos poderão usufruir de um processo de ensino e aprendizagem que atenda suas necessidades educacionais.

CONFRONTO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO CAMPO DA PESQUISA: DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

A pesquisa foi realizada no Município de Formosa-GO, situado a 75 quilômetros de Brasília-DF, e a 282 quilômetros de Goiânia-GO. A população do município de Formosa é de

100.085 habitantes, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

Para discutir essa reflexão do ensino da geografia para alunos com deficiência intelectual, analisamos alguns dados coletados em 14 escolas de educação básica das 6^o series do Ensino Fundamental da rede municipal de Formosa – Goiás. Através de questionários com questões abertas e fechadas.

Neste estudo os sujeitos da pesquisa foram os professores de geografia da rede municipal e discentes do curso de geografia da Universidade Estadual de Goiás- UEG UnU Formosa no ano de 2013.

A pesquisa foi realizada em escolas de contextos sociais diversificados e localizada geograficamente em bairros diferentes. Os aspectos da investigação que interessam ao presente texto serão expostos começando pela tabela 01 que apresenta os professores da rede municipal participantes da pesquisa.

Tabela 1: Relação das escolas e quantidade de professores participante da pesquisa.

Turma Nº	Nome da escola	Nº de professores
1	E. M. Professora Adelina Rodrigues de Souza	2
2	E. M. Ana Balduino Chaves	1
3	E. M. Franklin Granham	2
4	E.M. Professor Joaquim Moreira	2
5	E.M. Gabriela Amado	1
6	E. M. Maria Licia de Castro Trindade	1
7	E.M. Marileila Alves dos Santos	2
8	E. M. Pedro Chaves Filho	1
9	E. M. Pastor Otaídes Alves dos Santos	2
10	E. M. Padre Geraldo Gloudemans	1
11	E. M. Izaira Machado de Freitas Camargo	1
12	E. M. Liázinho	2
13	E. M. Madalena Mendes Nessralla	1
14	E. M. Padre Jose Ribeiro Leopoldino	1
14 turmas	14 escolas	20 professores

Fonte: Dados da pesquisa 2013.

Constatamos ainda na pesquisa que professores de geografia participantes tinham em média de 1 ano a 9 anos de docência, onde nem todos possuíam a formação específica da área de geografia.

Para a obtenção dos dados, foram utilizados dois questionários, sendo um específico para

os professores de geografia da rede municipal e outro para os acadêmicos do curso licenciatura em geografia da UEG - UnU de Formosa compostos de questões abertas e fechadas de múltipla escolha de maior relevância para o ensino da educação inclusiva.

Assim, essa pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo com finalidade de coletar dados sobre as condições de acessibilidade educacional do aluno com deficiência nas escolas em análise com abordagem de cunho quali-quantitativo, uma vez que busca uma aproximação entre as teorias e a realidade encontrada, observando-se as características do estudo qualitativo (ZANELLA, 2010).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO BÁSICO DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Após as observações necessárias nas escolas os professores de geografia foram questionados sobre o processo de inclusão escolar, percebeu-se que a maioria dos professores demonstrou preocupação em receber alunos com deficiência em suas turmas e têm dedicado ao máximo para atender as necessidades dos estudantes.

O gráfico 1 demonstra a formação dos professores participantes que leciona nas escolas municipais da pesquisa. Destacando que nem todos possuem a formação na área específica de Geografia, mas são amparados pela a LDB 9394/96 em seu Art. 62º que é necessário a formação do docente para atuar na educação básica e deve ocorrer através da graduação em licenciatura.

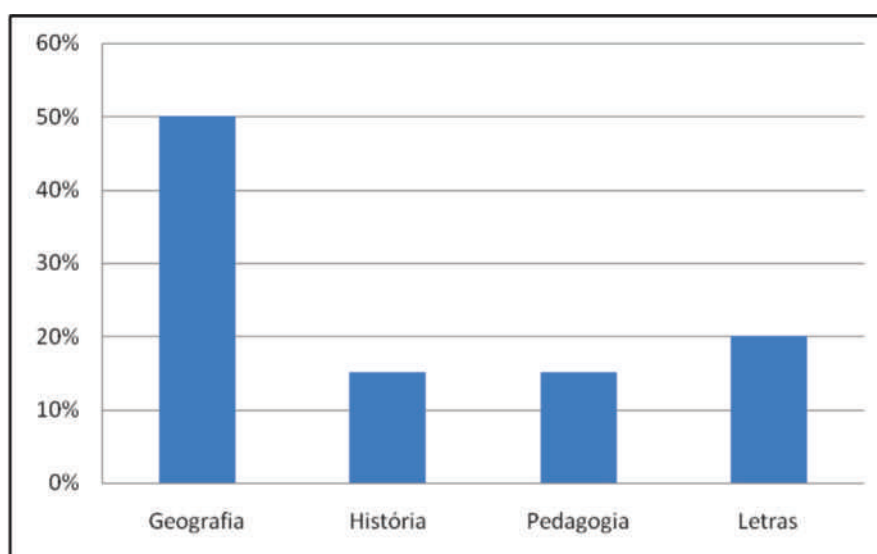


Gráfico 1: Formação dos professores que ministram a disciplina de geografia na rede municipal de Formosa-GO

Fonte: Autora da pesquisa. 2013.

Quando trata os tipo de deficiência, constatadas nas séries do 6º ano do ensino fundamental, o gráfico 2 abaixo, 25% dos professores afirmaram que foram inseridos em sala de aula alunos com deficiência auditiva, 10% alunos com paralisia cerebral, 20% tiveram contatos com alunos deficientes físicos, 10% tiveram contatos com alunos superdotados de altas

habilidades, 10% com síndromes sendo que os mesmos não souberam especificar os casos e 25% outras deficiências, a maioria não soube falar os outros tipos de deficiências.

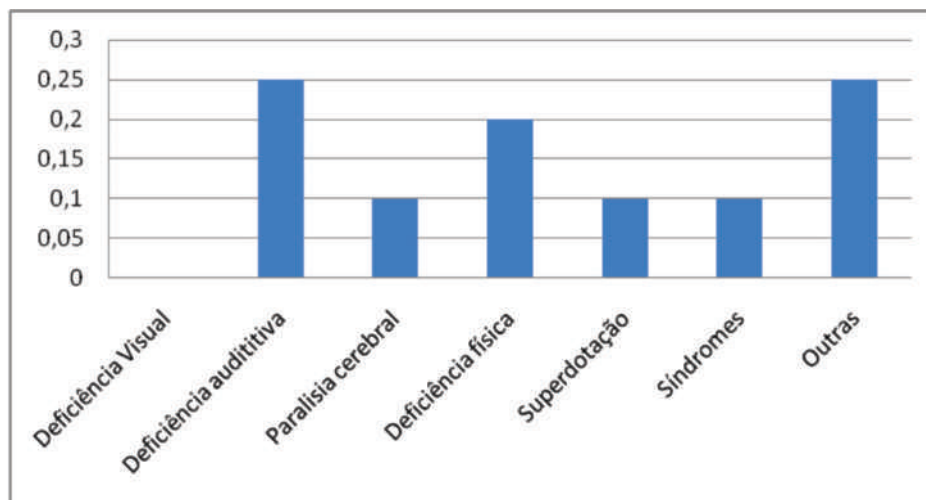


Gráfico 2: Alunos com deficiência inseridos em sala de aula.

Fonte: Autora da pesquisa. 2013.

Quando questionados se a inclusão acontecia na escola em que atuavam, o gráfico 3 demonstra que 65% dos professores responderam que sim. Ainda nesse quesito 35% afirmaram que a inclusão não acontece no âmbito escolar. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

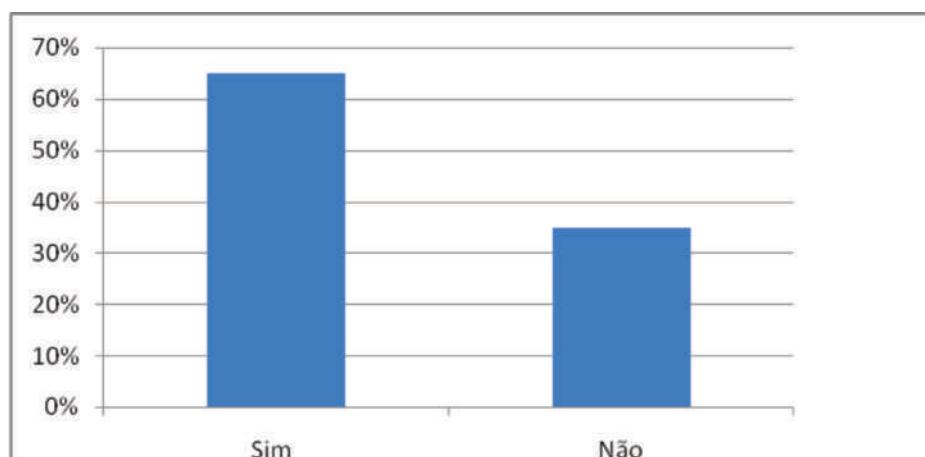


Gráfico 3- Inclusão no âmbito escolar.

Fonte: Autora da pesquisa.2013.

Em relação aos professores, quando perguntados sobre cursos de formação específica para o atendimento educacional especial de alunos durante sua trajetória profissional, 80% dos professores de geografia questionados responderam que não tiveram nenhuma formação na

área especializada, o que mais uma vez entra em vigor a LDB. Leis que ficam apenas no papel, onde os sistemas de educação se escondem e não cumprem com as finalidades para atender os alunos com necessidades. Os mesmos não souberam discorrer sobre pergunta, enquanto 20% dos professores tiveram cursos de formações e capacitação em Educação Especial, favorecendo a interação com os alunos.

Indagados sobre o ensino da geografia no quesito de adaptações das atividades para os alunos com deficiência intelectual no sentindo que pudessem compreender e interagir em sala de aula 100% respondeu que sim, porém não conseguiram comentar sobre essas adaptações no ensino da geografia para alunos com deficiência intelectual. A presença do aluno com necessidades educativas especiais na sala de aula, em muito pouco alterou a ação pedagógica do professor, inclusive no que diz respeito ao uso de recursos e materiais didáticos diferenciados, os próprios professores não acredita no processo de aprendizagens desses alunos.

Nos depoimentos dos professores em relação à existência do professor de apoio, 60% disse que tem em sala de aula o professor de apoio, o atendimento ao aluno acontece pelo o acompanhamento individualizado, sendo que a maioria dos alunos inseridos em sala são deficientes auditivos que necessita da compreensão e tradução em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Ainda de acordo com a pesquisa 40% dos professores disseram que a escola da pesquisa não tem a existência de professores de apoio, dificultando o processo de aprendizagem do mesmo.

Considerando as exigências da Educação Inclusiva, de que haja mudanças no sistema regular de ensino quanto à sua organização, gestão e apropriação curricular, foram questionadas se a direção da escola e a coordenação desempenham suas funções ao atendimento do aluno com deficiência intelectual em sala de aula, 34% disseram que a gestão trabalha juntamente com os professores, 46% afirmaram que a coordenação desempenha suas funções apenas no monitoramento das atividades dadas pelo o professor, 7% questionam o desenvolvimento do aluno e 13% não conseguiram responder a proposta.

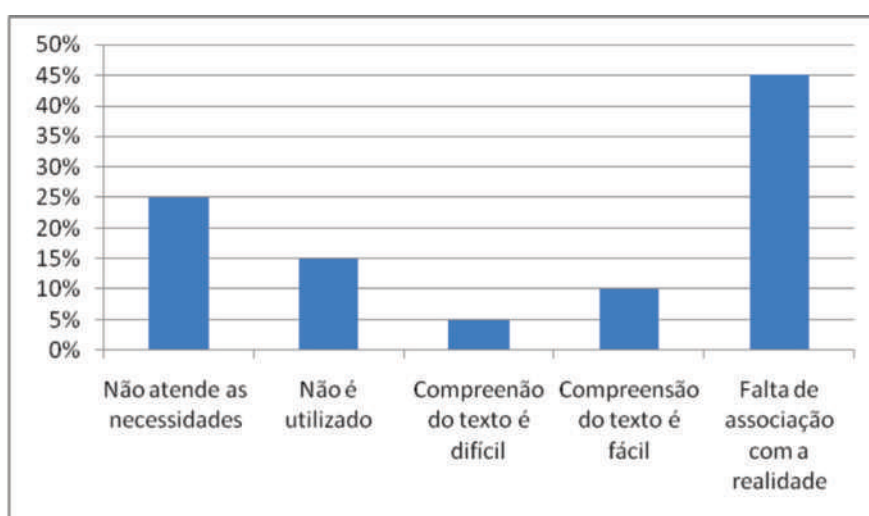


Gráfico 4. Quanto à proposta do livro didático de Geografia para alunos com deficiência intelectual.

Fonte: Autora da pesquisa 2013.

De acordo com o gráfico 04 sobre a proposta do livro didático de geografia para alunos com deficiência intelectual, 25% dos professores respondeu que o livro não atende nenhum tipo de necessidade especial dentro da escola, 15% não utiliza o livro em sala de aula como relatado pelo o professor.

Ressaltamos o que foi respondido por um dos professores que participou da pesquisa, afirmando que *‘o livro de geografia não é utilizado, pois foi elaborado para crianças normais. Acredito que deveria ser pensado no todo da sala e não por partes’*

Diante desse relato enfatizado, percebe o despreparo do professor diante da inclusão e que não procura novas estratégias no ensino como novas formas de aprendizagem para os alunos com deficiência. Outros 5% dos professores questionados afirmaram que os livros didáticos de geografia têm compreensão do texto difícil, pois existem níveis de aprendizagens na sala e os conteúdos são obrigatoriamente aplicados ao longo do ano letivo. 10% dizem que o livro tem compreensão fácil e que necessita de adaptações para lecionar o ensino da geografia. Enquanto 45% dizem que os livros não têm associação com a realidade do aluno, pois os conteúdos estão relacionados às áreas sociais e econômicas dificultando a realidade do aluno inclusivo.

Entre todas as dificuldades encontradas, destacaram por ordem de relevância que o grande problema da inclusão educacional, reside na falta de cursos de formação de professores. Lamentavelmente não são apenas os fatores elencados acima que marcam determinados momentos históricos, mas devem ser transformados pela própria ação dos indivíduos e por sua própria produção de conhecimentos para a construção do processo educativo e social.

Quanto aos acadêmicos do curso de geografia da UEG UnU Formosa no ano de 2013 a proposta partiu do interesse na formação do profissional de geografia e a sua visão quanto à inclusão no ensino básico de educação. Participaram dessa pesquisa 42 acadêmicos distribuídos entre o 1º ano, 2º ano, 3º ano e 4º ano de geografia, sendo 19 homens e 23 mulheres participantes.

Verificamos a partir das respostas que os acadêmicos entendem que inclusão é adequação do espaço para receber alunos das mais diversas necessidades, sendo isso uma questão de dignidade humana. É uma forma de inserir as pessoas que tenha algum tipo de necessidade ao cotidiano sendo eles: escola, igrejas, centros educativos, parques, etc.

Quando questionados sobre quem é o público alvo da inclusão, foram obtidas várias respostas, os profissionais da educação, os deficientes, logo eles entendem que esse público é realmente as pessoas com necessidades físicas e/ou mentais e não a sociedade como um todo. Percebe que os acadêmicos não têm muito conhecimento em relação à inclusão o que fazem pensar somente em pessoas com algum tipo de deficiência física.

Conforme demonstrado no gráfico 05, os discentes foram questionados se durante a graduação no curso de geografia, tinham alguma base de como trabalhar com alunos deficientes em sala de aula, 27 alunos responderam que não; 9 acadêmicos afirmaram que existe na graduação uma base da educação inclusiva, através da disciplina inserida na grade curricular de geografia LIBRAS, porém o ensino é fragmentado e deixa a desejar.

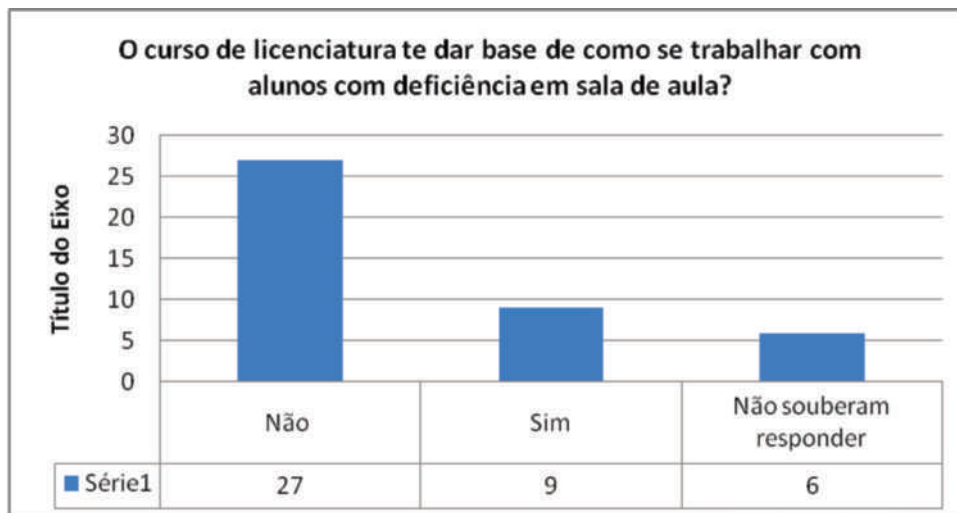


Gráfico 7- O curso de Geografia como base do ensino da inclusão.

Fonte: Autor da pesquisa 2013.

Conforme demonstrado no gráfico 8, quando questionados sobre a importância de cursos e abordagens inclusiva na universidade, 26 respondentes afirmaram que é importante a abordagem da educação inclusiva na graduação, e que se faz necessário para colocar em prática enquanto professor, 11 acadêmicos responderam não sentir necessidade, quando perguntados por que, afirmaram que não vão seguir a carreira como profissional da educação e 5 não souberam responder, o que mostra o despreparo do discente e futuro professor para lidar com a situação desde o universo acadêmico.

O gráfico 07 (abaixo) está relacionado sobre a questão de que se a disciplina educação especial é necessária no curso de geografia, 34 acadêmicos responderam que sim, colocando a importância dessa disciplina nos primeiros anos da graduação, para aperfeiçoamento na prática e conhecimento complexo no assunto, 3 disseram que não julgam necessários e 5 acadêmicos não souberam ou não opinaram sobre a questão.

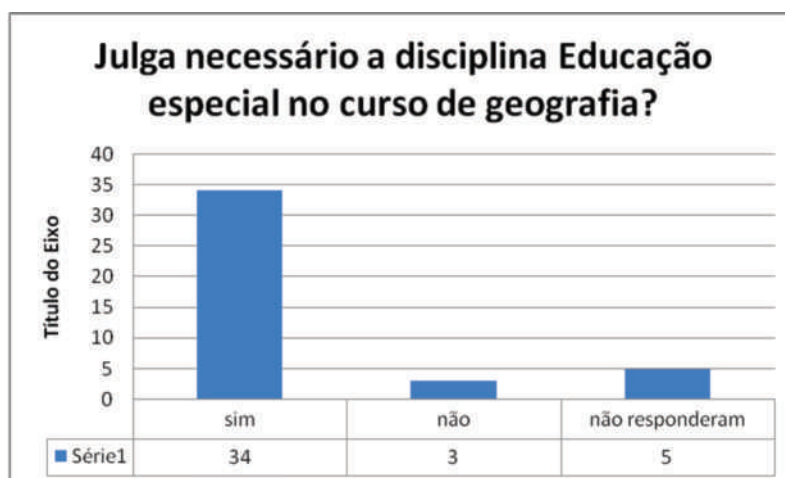


Gráfico 07: A importância da disciplina na graduação.

Fonte: Autora da pesquisa 2013.

Quando questionados sobre a questão de estarem preparados para a docência em escolas regulares de educação básica, 94% responderam que não estão preparados e apenas 6% responderam que estão, pois os mesmos já estão em sala de aula convivendo com pessoas com necessidades especiais.

Pensar na inclusão escolar das pessoas com deficiência intelectual implica em considerá-la como prática permanente na escola, firmada no projeto político pedagógico da escola e efetivado pela ação consciente do educador, atuando como agente transformador da realidade, visando constituir cidadãos críticos e participativos.

CONCLUSÃO

Apesar do esforço da maioria, na luta para incluir e oferecer educação de qualidade a todos, as escolas pesquisadas não dispõem de espaços físicos apropriados e material didático para o atendimento aos deficientes intelectuais, dificultando assim o acesso, permanência e o trabalho dos profissionais, enfim, a inclusão.

Observou-se na realização desta pesquisa que o processo educativo inclusivo desperta desafios para os docentes e a comunidade escolar, requerendo-se, especialmente, uma efetiva preparação de profissionais da educação, desde a universidade até mesmo na formação continuada. Para que os mesmos possam proporcionar um contínuo desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte em uma nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em sala

Os professores quando são questionados sobre a inclusão, colocam como obstáculos o fato de não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho, percebemos essa realidade encontrada na formação dos professores de Geografia da UEG/UnU de Formosa. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, mas durante quatro anos tem apenas um pouco de embasamento teórico que não supre a necessidade enquanto acadêmico para trabalhar com alunos que tenha algum tipo deficiências. É visível que durante a jornada da licenciatura na área da geografia o apoio tem sido em maior relevância quando trata do surdo/mudo e não aborda a questão dos alunos intelectuais.

É necessário entender que o caminho inclusivo ainda é lento, mas cabem as instituições de ensino, conforme orienta a legislação educacional, uma mudança de atitude em relação à pessoa com deficiência. Uma mudança em vários níveis representada pela a universidade, pelo o professor e a escola gera benefícios positivos para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 3.298** de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Básica / Secretaria de Educação Especial**. MEC/SEESP, 2007.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. 2. ed. Ijuí-SC: Ed. Unijuí, 2003. 80p.

FULLEN, M. **Alterações forças: sondagem das profundezas da reforma educacional**. Londres: O Falme: Press. 1993.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Publica** 5ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 2003.

MEC-Ministério da Educação e Cultura, **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei Nº. 9.394 1996.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 09 de Mar. 2013.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma Sociedade para Todos**. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 174, 1997.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração Departamento de Ciências da Administração/ UFSC**: [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL CELESTINO FILHO EM MORRINHOS GOIÁS NO PERÍODO DE 2008 A 2012

Débora Rosa de Morais

Escola Estadual Coronel Pedro Nunes – Morrinhos/GO

dr.1985@hotmail.com

Ao observar o espaço geográfico e a sociedade inserida a esse, torna-se essencial analisar as grandes transformações ao Meio Ambiente. Com intensas modificações é inevitável a necessidade de frequentes readaptações educacionais, que reforce a necessidade de estudo, pesquisa, ações para que essas contribuam para a valorização do meio natural. É essencial que os educadores criem oportunidades para a compreensão do meio ambiente, dando incumbência aos discentes a fim de que esses possam avançar na construção de uma nova visão e entendimento das relações do ser humano com a natureza. Este estudo surge da preocupação de como a questão ambiental está sendo inserida no contexto institucional, e a forma como vem sendo desenvolvida a Educação Ambiental, na Escola Municipal Celestino Filho, no município de Morrinhos/GO. A pesquisa teve como objetivo, caracterizar os principais fatores que norteiam a questão ambiental, para isso recorreu a análise documental, bibliográfica, conversas informais junto agentes educacionais, para investigar como tratam a Educação Ambiental. Os resultados apontaram que mesmo considerando a relevância da Educação Ambiental, sua implementação tem sido de forma pontual, faltando envolvimento e integração entre docentes e áreas do saber, além da necessidade de apoio das instituições públicas.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Prática de Ensino, Sensibilização.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade os impactos ambientais negativos provocados por ações antrópicas colocam em risco a manutenção da vida em suas variadas escalas. O ser humano, em busca de atender demandas econômicas e suas necessidades, tem modificado o espaço geográfico em prol de atender o seu modo consumista e modista, ditado pelo modo de produção capitalista. Assim, para atender as demandas capitalistas, é possível observar em nível cada vez mais crescente as pressões sobre os recursos naturais disponíveis.

Dentre as formas de degradação ambiental resultantes das ações antrópicas, pode-se destacar: as alterações climáticas, poluição das águas, do ar e dos solos, a geração crescente de resíduos sólidos entre outros. Tudo isso, evidentemente, contribuem diretamente na geração de

transtornos para os seres humanos, provocando uma série de problemas socioambientais que levam a perda da qualidade de vida.

Nesse sentido, entende-se que esse quadro de degradação socioambiental necessita de modificações urgentes, especialmente em se tratando das áreas de cerrado, para isso faz-se necessário a adoção de novos hábitos e novas atitudes pela sociedade.

Para que ocorra por parte da sociedade mudanças de valores e atitudes, entende-se que os vários setores sociais (educacional, governamental, empresarial, etc.), precisam empenhar-se para que tal quadro seja revertido, pois a mudança de hábitos e atitudes que foram ao longo de muitos anos praticados, só ocorrerá a partir de um trabalho que considere metas a curto, médio e longo prazo. Para que aconteçam tais mudanças, esforços conjuntos devem ser empreendidos por parte dos diversos segmentos sociais supracitados.

Nesse raciocínio, considera-se que a escola é um segmento muito importante para socialização de cada indivíduo, podendo ser considerado depois da família um espaço que mais o aluno tem contato. É na vivência desse espaço, com as varias oportunidade que o mesmo oferece, que cada indivíduo vai dar início à formação de sua própria identidade. É na escola que ocorrerá a educação formal, a qual é de extrema relevância para o desenvolvimento crítico e maturação dos indivíduos ali presentes.

O aluno em processo de entendimento da dinâmica que margeia os aspectos naturais pode compreender de tal forma as premissas de formação do meio ambiente. O processo educacional pode contribuir de maneira mais concreta para com os aspectos ser humano/meio e toda a relação que se tem em torno desse processo.

Com base no exposto, consiste como objetivo deste trabalho compreender o estilo de como tem sido implementada as práticas de Educação Ambiental (EA) na “Escola Municipal Celestino Filho” em Morrinhos/GO, no período de 2008 a 2012, diagnosticando o modo como os professores estão envolvidos na efetivação desta prática, (e se existir), que ênfase se dá ao cerrado. Para alcançar o objetivo proposto, foram observados as etapas de planejamento, implementação, pesquisa documental, avaliação e divulgação dos resultados obtidos.

Para a construção dessa pesquisa foram feitos o levantamento bibliográfico, a análise documental do Projeto Político Pedagógico e do Portfólio, além da realização de conversas informais com alguns gestores educacionais.

A escolha pela realização desta pesquisa nesta instituição de ensino, deu-se de forma aleatória, mas se considerou o fato de ser uma escola bem conceituada pela sociedade morrinhense, além de ser também, uma escola que possui projetos de educação ambiental. Outro aspecto relevante é que apresenta uma boa estrutura para acolhimento de seus alunos, tendo uma clientela bastante diversificada, atendendo alunos do meio rural e urbano e que recebe as diversas classes sociais.

Na primeira parte da pesquisa desenvolve-se a contextualização sobre a trajetória de implementação da EA no cenário mundial, e os diversos fatores que contribuíram para solidificar essa proposta, dando ênfase as necessidades de se pensar uma EA, referenciando aqueles eventos científicos de maior importância para o trato das questões ambientais, assim como os principais eventos que tratam sobre a EA.

Num segundo momento fez-se um diagnóstico sobre a realidade da escola investigada, levantando junto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da mesma as orientações estabelecidas

para tratar a EA na Escola Municipal Celestino Filho, os projetos propostos e componentes curriculares envolvidos e conversas informais com alguns gestores educacionais.

Por fim, foram analisados os resultados obtidos pela pesquisa *in locus*, onde os dados coletados demonstraram o que de fato está sendo desenvolvido na Escola Municipal Celestino Filho, no que diz respeito à efetivação de práticas relacionadas a EA.

EMERGÊNCIA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NA CONTEMPORANEIDADE E OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

É sabido que desde o aparecimento do ser humano na superfície terrestre, a natureza supria as suas necessidades obedecendo a um processo de reposição controlada. Na medida em que ser humano passou a dominar técnicas que lhe permitiram intervir sobre a natureza, várias alterações no sistema ambiental começaram a ser observadas, acarretando um processo de exploração acelerado, comprometendo a capacidade de reposição dos recursos naturais disponíveis, sendo usurpada por interesses imediatistas os desequilíbrios ambientais aparecem em grande escala.

Com o advento da Revolução Industrial, ampliou-se a aptidão humana na utilização das mais variadas técnicas, aumentando a capacidade de produção de bens e mercadorias, intensificando os impactos ambientais negativos no meio.

Naquele período, inicia-se então um aumento crescente nos índices de produção, em razão da mecanização. Com todas estas mudanças em curso no processo produtivo, o modo de vida da população também experimenta uma série de mudanças, ou seja, numerosos contingentes populacionais se deslocam para as cidades, os hábitos de consumo da sociedade começam a ser alteradas, o ser humano estaria submetido a longas jornadas de trabalho, mulheres e crianças naquele período vão se ocupar do trabalho nas fábricas.

Por isso, referencia-se a Revolução Industrial como um marco importante para o entendimento dos desdobramentos da forma como a sociedade passa a intervir na natureza, acarretando alterações ambientais consideráveis e que conseqüentemente necessitarão de outras posturas em relação ao modo de como o ser humano passa a lidar com a natureza.

O consumo exagerado de novos produtos e mercadorias foram intensificados ao longo dos tempos. Nesse sentido, acreditasse que através da Educação e acesso à informação, seja possível, amenizar estes aspectos.

UM BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação que se tem sobre os problemas ambientais é um legado deixado dos nossos antepassados, desde épocas mais remotas. Nas culturas orientais e gregas já refletiam sobre tais questões. A sabedoria dos povos antigos relatava que as civilizações modernas poderiam ter problemas de maneira mais acentuados, com relação aos problemas ambientais. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991)

Torna-se urgente pensar alternativas que permitam à sociedade planetária satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem, contudo, comprometer a capacidade das gerações

futuras de satisfazerem as suas, entendendo que desde os tempos mais remotos já existiam pessoas preocupadas com as situações de degradação ambiental, embora isso ocorresse de forma pontual. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991)

Nesse processo de novas descobertas, uma lenta preocupação sobre as relações humanas e naturais vai se fundamentando. Na década de 1960, mais precisamente no ano de 1962, foi publicado o livro *“Primavera Silenciosa”* escrito pela jornalista Rachel Carson.

De acordo com Dias (2003), esta obra denuncia narrativas sobre as desgraças ambientais que estavam ocorrendo em várias partes do mundo, promovidas pelo modelo de “desenvolvimento” econômico então adotado, ao mesmo tempo em que alertava a comunidade internacional para o problema.

No ano de 1968 em razão da ampla divulgação das idéias contidas na obra de Rachel Carson, reuniram-se em Roma trinta especialistas das mais diversas áreas para discutir sobre as crises experimentadas pela sociedade já naquele momento e dos desdobramentos futuros da mesma. Como resultado desta reunião foi publicado em 1972 o Relatório *The limits of growth* (Os limites do Crescimento) que denunciava o crescimento material da sociedade a qualquer custo, desconsiderando o custo final deste crescimento.

Em 1972, foi então realizada na Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo como ficou mundialmente conhecida. Nesta Conferência alertou-se para as metas e princípios de orientação a humanidade para práticas de conservação do meio ambiente, acrescentando que o desenvolvimento do campo educacional como sendo um elemento fundamental para o conhecimento da EA. (DIAS, 2003)

Para subsidiar o desenvolvimento desta proposta de mudança de valores e atitudes da sociedade planetária via EA uma série de outros eventos foram posteriormente realizados, a fim de estabelecer as bases conceituais sob as quais estaria fundamentada a EA, seja através de encontros regionais, sub-regionais, nacionais e até mesmo internacionais para tratar sobre o tema.

Segundo Borges (2006, p. 10),

Em 1975, realizou-se em Belgrado na Iugoslávia o Encontro Internacional em Educação Ambiental (The Belgrado Workshop on Environmental Education). Este evento contou com a participação de 65 países que formularam princípios e orientações para o desenvolvimento de um Programa Internacional para a Educação Ambiental – P.I.E.A.

Com o desdobramento da Conferência de Estocolmo e atendendo também as prerrogativas contidas na Carta de Belgrado, realizou-se em 1977 em Tbilisi (Geórgia), a I Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (PNUMA). A Conferência de Tbilisi representa um marco importante na primeira fase de desenvolvimento do Programa Internacional de EA, constituindo-se em um marco para a natureza da EA, definindo seus objetivos e suas características.

Borges (2006, p. 10 -11), argumenta que tendo como foco os temas educação et questões ambientais realizou-se no ano de 1985 em Nova Delhi (Índia) a Segunda Conferência Asiática sobre Educação Ambiental.

Neste mesmo ano, era comemorado o 10º aniversário do PIEA elaborado pela UNESCO¹. Como resultado deste programa no período de 10 anos, puderam ser elencados a execução de 31 projetos de pesquisa, 37 treinamentos nacionais, 10 Seminários Internacionais e Regionais, 11 Conferências e 66 missões técnicas para os 136 estados membros. Tais resultados foram considerados por especialistas sobre a questão, como um sucesso no que diz respeito ao desenvolvimento da EA.

Passados 20 anos da Conferência de Estocolmo, realizou-se em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento² (Unced - Rio de Janeiro). Este evento ficou conhecido como Rio-92 ou Eco-92, o qual fez um balanço tanto dos problemas existentes, quanto dos processos realizados, e elaborou documentos importantes tornando-se referência para as discussões ambientais. Os quais continuam funcionando como um parâmetro a ser seguido em termos de novas práticas e comportamentos, possibilitando um suporte para contemplação de novas idéias. A exemplo disso foram elaborados alguns documentos como a CARTA DA TERRA, AGENDA 21, CONVENÇÕES CLIMÁTICAS, DESENVOLVIMENTO DA BIODIVERSIDADE.

Em 1997 aconteceram várias discussões e convenções relacionadas às mudanças climáticas, a elaboração do Protocolo de Kyoto. Cujo objetivo estaria centrado na redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Porém, muitos dos países desenvolvidos e emergentes, em virtude do modelo de produção e consumo estabelecido, não colocaram em prática as políticas ambientais elaboradas nesse evento.

Entre 26 de agosto e 4 de setembro 2002 a cidade Sul-africana de Johannesburgo sediou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável. O encontro denominado Cúpula Rio+10, que aconteceu uma década após a RIO-92, teve como um de seus objetivos avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos na Rio 92, lançando um plano de ação e estabelecendo metas para atingir um desenvolvimento mais sustentável no século XXI. (DIAS, 2003)

Em 2012 aconteceu então a Rio+20, entre os dias 20 e 22 de junho. Tal conferência foi também sediada na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de mais de 150 pessoas, discutindo a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, a segurança energética, a economia verde e outros assuntos.

O foco principal que engloba as questões ambientais, ao serem tratados na Rio+20 é o 'Desenvolvimento Sustentável', utopia ou não, o melhor a fazer e continuar lutando por uma sociedade mais compromissada, sem resistência a mudança de paradigmas, inserindo novos comportamentos.

Após discorrer de forma bastante sucinta sobre a trajetória da EA, esse tema também merece considerações de sua inserção no cenário educacional brasileiro, a fim de que se possa compreender o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, a implementação da EA na Escola Municipal Celestino Filho em Morrinhos/GO no período de 2008 a 2012, observando ainda a forma como a geografia escolar tem contribuído para a efetivação destas práticas na escola investigada.

1 UNESCO: United Nations Educational Scientific and Cultural Organization.

2 A Conferência Rio 92 teve como objetivo: Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais; recomendar medidas a serem tomadas, nacional e internacionalmente referentes à proteção ambiental através de políticas de desenvolvimento sustentável; promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; examinar estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e da eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento entre outros.

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, a primeira iniciativa relevante no que diz respeito ao trato da EA, ocorreu em 1973 quando da edição do Decreto Presidencial 73.030, quando da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), sendo este o primeiro órgão brasileiro voltado ao Meio Ambiente no país.

Em 1976, através de uma parceria entre a SEMA, a Fundação Nacional do Distrito Federal (FNDF) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ocorreu a realização de um curso de extensão para profissionais do Ensino de 1º Grau (atual Ensino Fundamental) onde foram ‘treinados’ cerca de 4 mil pessoas. A partir deste treinamento, foi desenvolvido um projeto curricular interdisciplinar nas escolas de Ceilândia, sendo este, considerado um projeto pioneiro no Brasil, no que diz respeito à EA. (BORGES, 2006)

Outro projeto político bastante importante referente a EA foi a promulgação da Lei nº 6.938 de 1981, que implementou a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), tratando de sua finalidade e aplicação.

Seis anos após ter sido sancionada a Lei nº 6.938, o Plenário do Conselho Federal de Educação (MEC) aprovou o Parecer nº 226/87, que faz referência à inclusão da EA na proposta curriculares das escolas de ensino fundamental e médio.

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo específico que trata sobre a EA. Em 1989, através da Lei nº 7.735 foi criado o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ao qual compete a preservação, conservação, fomento e controle dos recursos naturais renováveis em todo o território federal, proteção dos bancos genéticos da flora e da fauna brasileira e estímulo a EA nas suas diferentes formas.

Em 1991, o MEC, através da Portaria nº 678, de 14/05/91, resolve que todos os sistemas de ensino em todas as instâncias, níveis e modalidades contemplem, nos seus respectivos currículos, entre outros, os temas referente à EA.

Em 1994, em virtude dos acordos que foram estabelecidos na Rio 92, e com base na Constituição Federal de 1988, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Cinco anos após a criação do PRONEA, aprovou-se a Lei nº 9.795/99 instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que engloba em suas ações instituições públicas e privadas, órgãos públicos da União, dos Estados, DF, Municípios e ONG's, que atuam em EA.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA FORMAL E NÃO FORMAL DE ENSINO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para tratar sobre a implementação de práticas voltadas à EA na educação formal, conforme consta do objetivo deste trabalho acredita-se ser importante esclarecer o significado de cada um destes.

Entende-se por ensino formal o processo institucionalizado que ocorre nas unidades de ensino; enquanto que, o ensino não formal ou informal se caracteriza por sua realização fora da escola, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e público alvo variável quanto

suas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental, etc.).

A partir da década de 1980 no Brasil os sistemas de ensino absorveram a prática de EA em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais (Ongs), por meio de projetos pontuais e temáticos.

Desde a Rio 92, a EA ampliou seu espaço, impulsionada pelas Ongs, as quais desempenharam e continuam a desempenhar importante papel no processo de expansão e aprofundamento das ações voltadas à efetivação de prática da EA.

Apesar do relativo descaso quanto aos problemas ambientais, a partir de 1998, foi apresentado às escolas públicas brasileiras os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura os Temas Transversais, que trás como um dos assuntos a serem tratados, o Meio Ambiente.

De tal modo, sendo o Meio Ambiente um tema transversal todas as áreas do conhecimento poderiam explorá-lo, contribuindo para sensibilizar e ampliar o conhecimento de crianças e jovens no processo de educação formal. Esta foi então a primeira ação do governo para a inserção da EA na rede pública de ensino, conforme explicitado no volume 9 dos PCNs.

A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No artigo 2º, da Lei n. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), os sistemas de ensino passaram a ter obrigação legal de promover oficialmente a prática da EA, sendo definidos seu conceito, objetivos, princípios e estratégias.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL, 1999)

A partir da promulgação dessa Lei, as práticas de EA, passam ser de obrigatoriedade legal no ensino formal e não formal.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL

A EA se constitui numa forma abrangente de educação, que propõe atingir todos os cidadãos, através do processo pedagógico participativo permanente que procura despertar no aluno uma consciência crítica sobre a problemática ambiental (BORGES, 2006). Partindo desta prerrogativa, a escola se apresenta como o melhor ambiente para fomentar a sensibilização quanto à necessidade em preservar, e cuidar do meio ambiente. Entretanto, implementar propostas voltadas à EA nas escolas não tem sido uma tarefa fácil.

A EA na escola não se dá através de atividades pontuais, mas por meio de mudanças de paradigmas que exigem uma contínua reflexão e apropriação de valores. Toda via, é comum verificar que, apesar de existir uma preocupação por parte dos educadores em desenvolver projetos pedagógicos, e outros materiais que devem ser trabalhados durante o ano letivo, muitos educadores não conseguem inter-relacionar a EA aos conteúdos curriculares propostos, e isto

ocorre em função da compreensão que se tem sobre a EA entre educadores, orientadores e coordenadores das instituições escolares.

A EA não deve ser tratada de forma isolada pelos diversos componentes curriculares, contudo, a falta de articulação a respeito do tema meio ambiente, pelos distintos componentes curriculares, acaba por provocar situação inversa ao que se considera ideal, sendo a mesma trabalhada dentro de projetos específicos e pontuais ou de forma isolada em cada disciplina.

A transversalidade deve ser trabalhada de modo coordenado como se fosse um eixo unificador, em torno do qual organizam-se os componentes curriculares. Assim, convém salientar que é necessário um estudo conjunto, por parte da escola, no sentido de definir a forma como cada componente curricular poderá contribuir para a efetivação nas práticas voltadas à EA, ela deve ser pensada de modo interdisciplinar conforme proposto pelos PCNs.

Assim, a EA não pode ficar restrita somente a escola e nem tampouco se limitar a uma disciplina. Essa temática necessita de um enfoque que congregue profissionais de diversas áreas do conhecimento e que promova o diálogo entre as distintas áreas do conhecimento. O aprendizado e a reflexão sobre as questões ambientais não podem ficar restritos ao momento em que os alunos estão no ambiente escolar.

Para Currier (1998), a EA pode ter um caráter multidisciplinar, isto é, estar integrada a todas as matérias presentes no currículo escolar, devendo ser ensinada em todos os níveis escolares atingindo, desde o jardim de infância, até o último ano de escolaridade.

No Plano Nacional, tem-se a Lei 6938/81 que dispõe sobre os fins, mecanismos de formulação e aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece que a EA deve atingir todos os níveis de ensino bem como a educação da comunidade.

PROPOSTAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL CELESTINO FILHO EM MORRINHOS/GO

A Escola Municipal Celestino Filho, está situada na Avenida Couto de Magalhães, n. 529 Centro, Morrinhos/GO. A escola oferece as modalidades de ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Para iniciar a sondagem do tema proposto junto à escola, se estabeleceu inicialmente o contato com as autoridades escolares responsáveis pela instituição de ensino em questão (Diretora e Coordenadora Pedagógica), a fim de verificar junto às mesmas sobre a possibilidade ou não, de desenvolver a pesquisa proposta neste estabelecimento de ensino.

Feito isto, e obtendo o aceite junto a Instituição, recorreremos à leitura e compreensão do PPP da escola, a fim de conhecermos a estrutura e funcionamento da mesma. Neste documento, busca-se também levantar quais são as propostas voltadas à prática de Educação Ambiental na escola, e ainda conhecer quais os projetos pedagógicos relacionados à EA já implementados ou em execução na Escola Municipal Celestino Filho.

A Coordenadora Pedagógica da escola relatou que instituição busca desenvolver alguns projetos que abordam a EA, mas que na maioria dos casos existe uma dificuldade em implementar estes projetos, em razão da falta de recursos financeiros, que muitas vezes limita a execução dos mesmos.

Segundo a Coordenadora, para o desenvolvimento destes projetos existe um envolvimento mais expressivo por parte dos docentes que trabalham com os componentes curriculares de Geografia, Ciências e Artes, observando uma relativa resistência por parte dos demais professores em desenvolver e participar de projetos desta natureza.

Alguns docentes, como a profa. de Matemática, de Educação Física e de Ciência relataram as mesmas dificuldades já mencionadas, no qual o contexto educacional ainda sofre bastante resistência por parte de alguns profissionais no envolvimento para a efetivação da EA. A maioria acha que a responsabilidade na elaboração e execução desses projetos é de encargo dos componentes curriculares de geografia e Ciências, pelos mesmos possibilitarem uma maior proximidade na sensibilização dos indivíduos no trato para com o meio ambiente.

Sobre a forma de registros que a escola adota para documentar as práticas que são eventualmente desenvolvidas a Coordenadora disponibilizou um Portfólio que contém documentos relativos às ações desenvolvidas na escola. Contudo, pode-se observar que poucos daqueles documentos arquivados registram de forma sequencial as ações ligadas à implementação de práticas de EA na escola. A falta de um acervo fotográfico que registre todas as etapas de execução dos projetos que constam no Portfólio apresentado pela coordenadora, também dificulta avaliar os desdobramentos destes projetos. Segundo a mesma, todos os arquivos foram perdidos, em razão de problemas técnicos no computador da escola que armazenava estas informações.

Ao se observar o Portfólio, todos os projetos que já foram executados, ou que estavam sendo executados na escola até o momento da pesquisa, fez-se uma listagem para verificar aqueles que estavam organizados. Destacou-se o projeto “COMO LIDAR COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS” proposto pela coordenadora desenvolvido no ano de 2009, tendo como público alvo alunos do 9º ano.

Em síntese o projeto propunha:

Desenvolver e despertar nos alunos junto ao Projeto Agrinho o interesse e a conscientização dos problemas ambientais que temos e como podemos tentar resolvê-los. Dar ênfase aos problemas ocasionados pelos agrotóxicos e conseqüentemente suas embalagens. Adotar meios interdisciplinares para a importância do meio que vivemos, mostrando os prós e contras da degradação ao qual vem sofrendo, citando formas as quais podemos nos adequar sem sairmos da vida cotidiana. Projeto: Como lidar com as questões ambientais. Escola Municipal Celestino Filho, (2009, s/p).

Interessante observar que o projeto acima referenciado visava subsidiar o Projeto Agrinho, contudo, é possível constatar uma relativa dificuldade em detalhar os objetivos pretendidos com a execução desta proposta.

Outro projeto também arquivado junto aos documentos é o projeto denominado “TIPOS DE SOLOS”. Tal projeto foi proposto e desenvolvido durante o ano de 2008. Tendo como objetivos, “conhecer os tipos de solos; observar diferentes amostras de solos; proporcionar momentos de discussões e troca de opiniões sobre a importância do solo”. Uma outra proposta de trabalho que consta nestes documentos, denominado “MEIO AMBIENTE E USO CONSCIENTE DE ENERGIA”, teve como público alvo 5º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos. O objetivo da proposta consiste em “combater o desperdício de energia; conhecer os diversos processos de produção de energia”.

Tem-se ainda o “PROJETO AGRINHO E RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE”, apresentado pelo Governo do Estado de Goiás e desenvolvido no ano de 2009, atendendo o público alvo do 8º ano, seu objetivo consistia em resgatar o meio ambiente junto à comunidade Morrinhense, envolvendo o corpo docente e discente através de parcerias com órgãos e instituições ligados a área, tendo em vista a importância do equilíbrio para o futuro da humanidade.

Segundo as descrições apresentadas nos poucos documentos registrados, pode-se verificar que na maioria dos casos houve uma relativa dificuldade em implementar tais propostas. As formas de registro dessas práticas, deixaram a desejar, no que diz respeito ao planejamento, implementação e avaliação dos resultados para que a EA se efetive, conforme afirma Segura (2001, p. 22-23)

[...] a análise da prática da EA na escola é importante à medida que procura desvendar a natureza do trabalho educativo e como ele contribui no processo de construção de uma sociedade sensibilizada e capacitada a enfrentar o desafio de romper laços de dominação e degradação que envolvem as relações humanas e as relações entre a sociedade e a natureza.

Existem poucos registros destas práticas na Escola pesquisada. Destes poucos registros encontrados observa-se que estes documentos estão descritos de forma solta ‘desconexos’. Ao que parece, essas práticas são desenvolvidas como cumprimento do que é proposto pelo PPP da escola, sem maiores avaliações sobre os resultados alcançados com tais ações.

A professora de Geografia da escola também relatou a dificuldade existente em implementar os projetos de EA na escola em razão da falta de recursos financeiros, relatou também a dificuldade que o professor enfrenta para realizar práticas diferenciadas de projetos em função da excessiva carga horária de trabalho, o que faz com que ele, não tenha muito tempo para se dedicar a outros projetos da escola além dos exigidos pela disciplina que ele trabalha.

Assim, com base nas observações junto aos educadores que esporadicamente desenvolvem ‘projetos’ relacionados às questões ambientais, e análise dos projetos notou-se que existe uma tentativa isolada por parte de alguns professores em elaborar práticas educativas que abordem a EA, contudo, não existe clareza no delineamento dos objetivos a serem alcançados, detalhamentos das ações, como também inexistente uma precisão quanto aos resultados esperados com o desenvolvimento destas ações.

OS DESDOBRAMENTOS DO PROJETO AGRINHO NA ESCOLA-CAMPO

De acordo com o SENAR³ o Agrinho é um programa de responsabilidade social do Sistema FAEG/SENAR e sindicatos rurais desenvolvido em parceria com o governo estadual, por meio de parcerias com a secretaria de educação, da agricultura, pecuária e abastecimento, do meio ambiente e recursos hídricos, com prefeituras (secretarias municipais de educação) e diversas empresas e instituições privadas.

O programa Agrinho nasceu no ano de 1995 no Paraná e iniciou suas atividades no

Estado de Goiás em 2008. Desde então, o programa vai se tornando maior e ganhando adesão da comunidade educativa. O programa trabalha com escolas (professores/alunos) da rede pública de ensino, tanto estadual como municipal, desenvolvendo uma proposta pedagógica com base na interdisciplinaridade e na pedagogia da pesquisa. (SENAR, 2011).

Tal método propõe uma ruptura entre teoria e prática, para o desenvolvimento de uma educação crítica, criativa, inovadora no desenvolvimento da autonomia, na construção de novos conhecimentos, de novas posturas e novos ideais, abordando temas relacionados à ética, cidadania, saúde, alimentação, desenvolvimento sustentável e produção de alimentos sempre com o enfoque voltado à preservação ambiental. (SENAR, 2011)

A Escola Municipal Celestino Filho, busca desenvolver algumas ações voltadas ao programa Agrinho. Porém, as professoras envolvidas nestas ações argumentam que faltam recursos financeiros que permitam o desenvolvimento de ações mais planejadas, justificam também que os treinamentos são sempre realizados em Goiânia e elas nem sempre podem se deslocar para participar de tais atividades limitando assim, o desenvolvimento a contento destas ações.

Percebe-se que na Escola Municipal Celestino Filho, apesar de haver um relativo interesse em inserir paulatinamente o programa Agrinho, esbarram-se com algumas dificuldades. As discussões sobre os temas relacionados ao meio ambiente pelo programa é de grande relevância, contudo, existem dificuldades em tratá-los de forma interdisciplinar.

Sobre os materiais de apoio utilizados pelo professor, este conta com o auxílio dos livros didáticos adotados pela escola (Projeto Araribá), a Secretaria Municipal de Educação também oferece para a rede municipal de ensino o material apostilado denominado Sistema Pomares de ensino, material este que segundo as professoras auxilia e muito na aproximação dos temas tratados à realidade vivida pelos alunos.

A apostila do Sistema Pomares é confeccionada por alguns professores selecionados do próprio município, sendo estes de instituição diferente, e de disciplinas diferenciadas. O trabalho rege na obtenção de resultados positivos para o contexto educacional.

Na fala dos gestores educacionais, pode se notar que falta maior cobrança por parte do governo e incentivo do mesmo quanto à aplicação dos conteúdos propostos pelo programa Agrinho e de recursos para aplicabilidade do mesmo. Assim, o processo de sensibilização é lento, e o maior desafio é envolver a sociedade como um todo na discussão desses problemas.

Em outros relatos nota-se que para se trabalhar o projeto Agrinho há a capacitação de profissionais pela FAEG/SENAR, contudo, os professores relatam dificuldades em se envolverem durante os momentos em que são oferecidos os cursos de capacitação, sem contar que não tem ocorrido no município nenhum tipo de capacitação e acompanhamento dos professores no que diz respeito ao trabalho com a EA, e a forma de incorporar tal temática nos componentes curriculares.

Apesar de ser possível observar uma preocupação por partes dos gestores e professores entrevistados em relação às problemáticas ambientais existentes, e da importância da EA, na sensibilização dos indivíduos, os mesmos encontram barreiras para ampliação dessas práticas.

Muitas das ações educacionais são direcionadas de forma predominante, para a proteção/defesa do espaço natural entendido como sinônimo de meio ambiente. A abordagem holística através da qual deveria ser tratada a EA fica esquecida ou ainda não foi incorporada pela escola

e por seus educadores. Durante a observação constatou que a forma como tem sido trabalhado na escola as propostas relacionadas às temáticas ambientais, são transmitidas aos alunos como algo pronto e tratados de maneira isolada.

Ao ser abordada de forma fragmentada pelos diversos componentes curriculares a EA perde os seus objetivos, descaracterizando-se enquanto processo educativo permanente e contínuo, dificultando de tal modo a mudança de posturas, comportamentos e críticas.

Verificou-se que a Escola Municipal Celestino Filho, apesar de apresentar um relativo interesse em inserir a discussão de temas relacionados ao meio ambiente nos programas disciplinares, enfrenta dificuldades em tratá-los de forma interdisciplinar, em razão de todos os problemas já descritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esforço de tentar refletir sobre a implementação da EA na Escola Municipal Celestino Filho, acredita-se que esta deve ser repensada, haja visto, a necessidade em formar cidadãos capazes de compreender e modificar o seu meio, produzindo um conjunto de melhorias para a sociedade.

A EA deve ser reavaliada no sentido de trabalhar práticas pedagógicas que privilegiem um trabalho conjunto, superando a forma fragmentada, como tem se desenvolvido na instituição. Os professores e todo o corpo administrativo da escola precisam pensar de forma holística e interdisciplinar a aplicação dos projetos ambientais.

A pesquisa revelou que a prática de EA feita pelos docentes da escola, acontece de forma sucinta, uma vez que a maioria informou introduzir na medida do possível as questões ambientais, trabalhando mesmo que de forma isolada. Em relação a excessiva carga horária do professor é um desafio, onde o mesmo junto com todo corpo escolar precisão criar oportunidades para a efetivação de uma EA mais concreta, pois da forma que ela acontece não poderá alcançar resultados positivos.

A falta de recursos financeiros é uma problemática, sendo que a escola pesquisada não tem buscado formar parceria com outros setores sociais, para o melhor desempenho no desenvolvimento dessa ações, oque demonstra que a implementação de práticas de EA na Escola Municipal Celestino Filho, acontece de forma superficial.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ FILHO, Archimedes. **Diagnóstico da educação ambiental no ensino de geografia**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.109, p. 01-15, março 2000.

BORGES, Marlene de Almeida. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo sobre sua implementação em Anicuns**. 2006.45f, Monografia (Curso de Geografia). Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns. FECHA, Anicuns, 2006.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA0. Brasília, MMA/DEA. 3 ed. 2005, 5p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001, p. 436.

BRITO, Daniela de. **Agrinho**: empreendedorismo e meio ambiente. Goiânia: Senar, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia**: praticas e textualizações do cotidiano. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1998.

CURRIER, Karen L. **Meio Ambiente** – Interdisciplinaridade na prática. Cmpinas: Papirus, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

MATSUSHIMA, Kaque et al. In:_____. **Educação ambiental**: guia do professor de 1º e 2º grau. São Paulo: Secretária do Estado do Meio Ambiente e companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, 1987. P. 12-32.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabth da Conceição. In:_____. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. P. 18-20.

MENDONÇA, Francisco. In:_____. **Geografia e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 9-16.

Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). In:_____. **Para onde vai o ensino de geografia?** Repensando o ensino. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2005. P. 109-144.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação ambiental na escola pública**: da curiosidade à consciência crítica. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR/AR-GO. Proposta Pedagógica: Agrinho 2001. 2. ed. Revista e Ampliada. Goiânia: SENAR/AR-GO, 2011.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO EM GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SABER GEOGRÁFICO EM ESCOLA PÚBLICA COM A UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS

Loren Lucas Ribeiro
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
loren.rib@hotmail.com

Resumo

A experiência aqui relatada faz parte das atividades planejadas no Subprojeto Interdisciplinar Geografia/Ciências Biológicas do PIBID/UFTM. O trabalho foi realizado com os alunos do Ensino Fundamental, em escola pública, de maneira transversal e interdisciplinar. Vale ressaltar que os jogos aqui relacionados estão ligados diretamente ao ensino de Geografia. Então, foram confeccionados os jogos de acordo com a temática a ser desenvolvida aos alunos. A atividade foi planejada em seis encontros alternados entre a teoria e o momento da brincadeira. Os jogos didáticos foram planejados de acordo com a temática a ser trabalhada nos conteúdos teóricos apresentados, anteriormente a sua aplicação. A importância dos jogos e brincadeiras contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes, auxiliam no processo de desenvolver a capacidade de observação, interação, comunicação e, análise e imaginação dos discentes, buscando interação como resultado do trabalho. Entretanto, percebeu-se que a transversalidade e a interdisciplinaridade ainda enfrentam dificuldades e resistências na prática docente. Para a mudança da forma de trabalho existentes nas escolas nos dias atuais, a mudança de pensamento dos professores e demais envolvidos no processo educativo, é necessário um trabalho de esclarecimento da importância desses processos, visando a mudanças das práticas encontradas na educação escolar.

Palavras-chave: Ensino, Jogos Didáticos e Brincadeiras, Geografia.

INTRODUÇÃO

A experiência aqui relatada faz parte das atividades planejadas no Subprojeto Interdisciplinar Geografia / Ciências Biológicas do PIBID/UFTM. O trabalho foi realizado com os alunos do Ensino Fundamental, de maneira transversal e interdisciplinar. Vale ressaltar que os jogos aqui relacionados estão ligados diretamente ao ensino de Geografia, mesmo relacionado há um projeto interdisciplinar.

Tendo ciência do valor que devemos dar à educação, temos a responsabilidade diante de muitos fatores e dificuldades existentes para ensinar. Como educadores temos o dever na

tentativa de busca de outras maneiras de desenvolver o interesse dos alunos para a disciplina da qual está sendo ensinada. Segundo Bettio e Martins (2003):

Até o momento atual, a própria escola não mudou, os modelos didáticos evoluíram, porém a maneira como o aluno era impulsionado para um novo estágio continuou a mesma. A avaliação, de uma maneira cruel, avalia pessoas diferentes de maneiras iguais. Para que o modelo de avaliação pudesse ser modificado, seria necessário adequar todo o sistema de ensino, onde pessoas diferentes deveriam ser ensinadas e avaliadas de maneiras distintas, pois números não definem pessoas, conhecimento sim.

Pensando assim, introduzir jogos nas escolas públicas se torna relevante, uma vez que, essas atividades podem promover vários fatores positivos em relação ao aluno para com seu professor e desenvolver uma melhor comunicação entre seu colega.

Por meio dos jogos interativos, os alunos são capazes de criar e vencer seus próprios limites e construir sua própria forma de aprender. Os jogos e brincadeiras auxiliam a criança no processo de pensar, imaginar, criar e se relacionar com os demais. Conforme Queiroz (2003, p. 158), “a brincadeira é atividade física ou mental que se faz de maneira espontânea e que proporciona prazer a quem a executa”.

Em relação ao jogo, Piaget (1998, p.158) diz: “a criança que joga desenvolve suas percepções, sua inteligência, suas tendências à experimentação, seus instintos sociais, etc”. Ainda relata que:

É pelo fato do jogo ser um meio tão poderoso para a aprendizagem das crianças, que em todo lugar onde se consegue transformar em jogo a iniciação à leitura, ao cálculo, ou à ortografia, observa-se que as crianças se apaixonam por essas ocupações comumente tidas como maçantes (PIAGET, 1998, p.158-159).

Segundo Piaget (1975), através do jogo as crianças constroem o conhecimento sobre o mundo físico e social, desde o período sensório-motor até o período operatório formal. O jogo pode ser definido como “o conjunto de atividades às quais o organismo se entrega principalmente pelo prazer da própria atividade” (Kami e Devries, sd, p. 29).

Com isso, o autor se refere ao desinteresse por aulas apenas com conteúdo teórico, assim as aulas podem parecer desinteressantes aos alunos, e defendendo a didatização com a utilização de jogos tornando o aprendizado mais prazeroso.

O objetivo desse texto é o de relatar o trabalho realizado com os alunos do ensino fundamental, como possibilidade de intervenção teórica e prática, ao integrar os jogos na escola pública com o papel relevante de relacionar as matérias lecionadas fazendo delas uma brincadeira, ou seja, transformar uma matéria em jogo para que os alunos brincando possam aprende-la.

O trabalho foi realizado na escola pública de Uberaba-MG: Escola Estadual São Benedito, para alunos com uma faixa etária em média de 12 (doze) a 16 (dezesseis) que foi idealizado e promovido pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), sendo aplicado jogos seguidos da teoria sobre a temática trabalhada.

A atividade foi realizada em duas semanas, sendo quatro encontros de duas horas cada, divididos em duas aulas onde se trabalhou a teoria e duas aulas para aplicação dos jogos.

Primeiramente os alunos participavam das aulas teóricas seguidas das atividades práticas que eram os jogos e brincadeiras, que estavam estritamente relacionadas com a parte teórica, ou seja, os jogos foram desenvolvidos de acordo com o que foi aprendido pelos alunos.



Figura 1: Aulas teóricas desenvolvidos por bolsistas de iniciação à docência PIBID/UFTM.

Autor: Arquivo Pessoal.

As brincadeiras e jogos realizados na escola foram: Trilhando e Conhecendo o Brasil e Dominó das Regiões. Os jogos foram confeccionados especificamente para atender ao conteúdo mencionado. Para confecção dos jogos foram utilizados: cola, tesoura, papel impresso, papelão, giz. Uma das brincadeiras e jogos, como o Dominó das Regiões, faz alusão à uma brincadeira antiga que nossos antepassados também já brincaram. Assim, os alunos já conhecendo as regras, fica mais fácil de interagir.

O primeiro jogo: Trilhando e Conhecendo o Brasil, foi organizado por meio de um tabuleiro desenhado no chão da escola com giz com o objetivo de mudar a rotina dos alunos, tornar o jogo mais dinâmico e divertido para os alunos. Nesse jogo dividiu-se os alunos em dois grupos com cinco alunos cada, foram desenhadas trinta casas, com início e fim, com oitenta perguntas elaboradas de acordo com o tema aplicado sobre as regiões do Brasil e suas principais informações, tais como: clima, vegetação, hidrografia e cultura.



Figura 2: Cartas do Dominó das Regiões.

Autor Arq: uiv Pessoal.

Um dos alunos serviu de peão jogando um dado confeccionado com papelão e numerado com pincel atômico. A cada vez que o peão caía o aluno da respectiva casa deveria responder a pergunta feita pelo professor.

O segundo jogo condizia a um jogo tradicional titulado como dominó das regiões brasileiras, nesse jogo a temática estava relacionada com o conhecimento das cinco regiões do Brasil e seus respectivos estados e capitais.



Figura 3: Atividade Prática com os alunos desenvolvidos por bolsistas de iniciação à docência PIBID/UFTM.

Autor: Arquivo Pessoal.

Os alunos foram separados em quatro grupos de dois alunos, sendo que os alunos reservas foram selecionados para se posicionarem posteriormente após surgir um perdedor de um dos grupos. Após os jogos e brincadeiras, os alunos receberam um certificado de participação e também concorreram a prêmio.

Diante do exposto, entende-se que, o uso de jogos no ensino-aprendizagem é bastante significativo para o professor. Enquanto para os participantes do desenvolvimento do processo, amplia a criatividade, a vivência em equipes, enfim, aspectos tão expressivos e que devem ser valorizados e desenvolvidos em sala de aula.

Vale ressaltar que com os jogos didáticos e as brincadeiras, as crianças estão aprendendo e relacionando-se com as demais em um momento que proporciona alegria, descontração e trocas de saberes. Apresentando-se mais competitivos e parceiros com seus colegas de grupos.



Figura 4: Alunos brincando. Jogos desenvolvidos por bolsistas de iniciação à docência PIBID/UFTM.

Autor: Arquivo Pessoal.

OS JOGOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA

O jogo, ao longo da história, se fez presente na vida das pessoas e na sociedade, aonde veio a ocupar espaços e tempos diferenciados, atribuindo-se significados e sentidos diversos em cada cultura. Na contemporaneidade, o jogo se faz presente, no mundo da infância e na memória dos adultos, nos eventos culturais de diversas etnias e, também no espaço formal de ensino.

Os jogos na escola com o objetivo de remontar o que foi estudado na disciplina possibilita à criança exercitar-se no domínio do seu aprendizado e exercitar a sua criatividade, além de desenvolver o espírito competitivo entre seus colegas. Como ressalta Vygotsky e Leontiev (1998, p.23).

O jogo e a brincadeira permitem ao aluno criar, imaginar, fazer de conta, funciona como laboratório de aprendizagem, permitem ao aluno experimentar, medir, utilizar, equivocarse e fundamentalmente. Não se fundamentando apenas o ato de jogar relacionado com apenas brinquedos, mas sim fantasiar, isso é jogar.

No ato do jogar, a criança amplia seus conhecimentos por meio das conversas e discussões que acontecem durante sua interação com os seus colegas. Acaba reforçando o que lhe foi ensinado por meio do diálogo, acaba estabelecendo-se uma interação produtiva em relação ao aprendizado.

O uso dos jogos proporciona segundo Rego (2000, p.79) ambientes desafiadores, capazes de “estimular o intelecto” proporcionando a conquista de estágios mais elevados de raciocínio “isso quer dizer que o pensamento conceitual é uma conquista que depende não somente do esforço individual, mas principalmente do contexto em que o indivíduo se insere que define, aliás, seu ‘ponto de chegada.’”

A partir dos jogos didáticos os alunos desenvolvem habilidades, criatividade, espontaneidade. O aluno joga e assimila a teoria em geografia sem que ela torne uma obrigação, mas de forma livre. Surgindo assim, o prazer em brincar. Sendo o aspecto relevante ao professor de Geografia, sem ignorar e desprezar a atenção. Por isso, o trabalho deve estar focado na busca de conteúdos adequados, onde os alunos podem trabalhar em situações altamente motivadoras, principalmente quando aplicados a conteúdos de difícil assimilação. Para Jiménez e Gaité (1995, p. 83):

(...) jogos de simulação são para a Geografia, e as ciências sociais em geral, como as experiências de laboratório para as ciências experimentais. O Geógrafo não consegue reproduzir no laboratório os fatos e fenômenos que estuda, o reproduzem recorrendo à simulação e ao jogo. Isto permite abordar com simplicidade certos temas de caráter complexo, (...) sendo adequadas ao processo de ensino – aprendizagem (...).

Portanto, se faz necessário que o educador renove e incentive as brincadeiras e jogos, desenvolvendo atividades onde cada um possa criar através da fala, dos gestos, das palavras e do próprio corpo, procurando sempre valorizar a expressão individual de cada um. Através das interações que acontecem entre as crianças, nas brincadeiras e jogos, desenvolve-se o respeito e a construção do conhecimento social, físico e cognitivo, estruturando sua inteligência e interação com o meio em que está inserida.

Um aspecto relevante a ser esclarecido é do fato de que os jogos didáticos não assumem o papel do professor em ensinar o conteúdo, sendo apenas um auxílio no processo de ensino-aprendizagem sendo um produto que facilita a assimilação e fixação do conteúdo transmitido pelo professor, tornando indispensável a presença e a orientação do professor na sala de aula.

O professor, nesse sentido, passando de ser apenas um comunicador de conhecimento para um mediador e incentivador no processo de ensino-aprendizagem na construção do saber do aluno. Interferindo apenas quando o aluno sentir dificuldades em situações reflexivas, respeitando o tempo de assimilação do aluno, por meio dos jogos didáticos.

O conjunto entre a teoria e os jogos didáticos demonstra eficácia em relação ao ensino e aprendizado em Geografia, pois além de ter um valor motivador o aluno pode desempenhar a construção do seu próprio saber ao realizar diferentes atividades e experiências.

A utilização de jogos aplicados no ensino de Geografia vem como um estímulo em reformular os padrões tradicionais e acrescentar uma nova proposta para os educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar as atividades junto aos alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual São Benedito, foi possível perceber que, ao longo dos quatro encontros de trabalhos, os alunos foram participativos. O objetivo de utilizar jogos didáticos relacionados a uma brincadeira já conhecida, teve o intuito de aliar os jogos e brincadeiras às atividades teóricas de forma prazerosa, uma vez que, brincar é fundamental para o desenvolvimento.

Durante as atividades propostas os alunos se mantiveram atentos, pois posteriormente o que estava sendo ensinado, seria praticado no momento em que foram realizados os jogos.

A utilização dos jogos e brincadeiras nas escolas, podem ser utilizados para a troca de conhecimentos, por meio das brincadeiras e atividades realizadas juntas, uma vez que, cabe ao professor promover ações que propiciem a troca de saberes entre os alunos.

Dentre os dois jogos aplicados, percebeu-se algumas preferências dos alunos. Os quais foram mais participativos com o dominó das regiões brasileiras, por ter uma dinâmica mais fácil para eles, do que o primeiro jogo trilhando e conhecendo o Brasil, isto ocorreu devido ao fato de exigir deles respostas relacionadas ao conteúdo trabalhado anteriormente, no qual eles apresentaram dificuldades de aprendizagem.

As atividades foram desenvolvidas dentro do tempo previsto e atingiram o objetivo maior que era desenvolver nos alunos participantes sua capacidade de interação, comunicação e assimilação dos conteúdos aplicados.

Para um ensino de Geografia mais eficiente o professor precisa contextualizar o viver dos alunos com os fenômenos geográficos estudados e despertar neles o interesse pelo tema. Desta forma, os dois jogos: Trilhando e Conhecendo o Brasil e o Dominó das Regiões Brasileiras tornam-se uma excelente opção, pois permite a realização de variados objetivos didáticos, mas também promove a socialização e interação entre aluno e seu colega e entre aluno e professor.

Os jogos didáticos aplicados pelo Projeto Interdisciplinar Geografia e Ciências Biológicas PIBID/UFTM, proporcionaram mudanças na metodologia utilizada em sala de aula e aos alunos bolsistas de iniciação à docência, agregou conhecimento e melhorou a formação inicial destes, mostrando a concretização da teoria em atividade práticas no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BETTIO, R.W; MARTINS, A. Jogos Educativos aplicados a e-Learning: mudando a maneira de avaliar o aluno. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/seminario2003/texto21.htm> >. Acesso em: 25. Mar. 2014.

JIMÉNEZ A. M.; GAITE, M. J. M. G. Enseñar Geografía: de la teoría a la práctica. Editorial Síntesis, 1995.

KAMI, Constance e DEVRIES, Rheta. A teoria de Piaget e a educação pré-escolar. Lisboa: Socicultura, s/d

PIAGET, Jean. Princípios de educação e dados psicológicos. In: _____. Psicologia e pedagogia. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p.158-160.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico – cultural da educação. Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

QUEIROZ, T. D..Dicionário Pratico de Pedagogia. São Paulo: Rideel, 2003.

VYGOTSKY, L.S. e LEONTIEV, ALEXIS. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Edusp,1998.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS (GO)

Valtemira de Fátima Gomes Beraldo
Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH
valtemira.geografia@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo geral analisar o desenvolvimento da Educação Infantil representada pelos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e os Centros de Educação Infantil (CEIs) até o ano de 2013 levando em consideração as transformações do espaço anapolino mediante a nova organização e transformação da sociedade. Nesse sentido, a pesquisa envolve a análise do espaço como o lugar de contradições onde se materializa toda ação humana, sendo palco contínuo de modificações em função da dinâmica da sociedade que nele se movimenta, produz e mantém interrelações que se dão no âmbito social, político e econômico. Outro aspecto discutido se refere à normatização da Educação Infantil (EI) na esfera nacional e local e o levantamento sobre o processo de desenvolvimento do município de Anápolis em seu aspecto social, econômico e político, onde as Leis passam a dar maior autonomia ao poder local, sendo o gestor municipal encarregado de solucionar problemas que estão em sua jurisdição onde uma das responsabilidades é de garantir a Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Leis. Dinâmica da Sociedade.

INTRODUÇÃO

No Brasil a preocupação com a Educação Infantil (EI) se tornou mais expressiva após a Constituição Federal de 1988. Ela institui o direito de acesso à EI para as crianças de zero (0) a seis (6) anos. Entre as razões que conduzem para incentivar essa fase de desenvolvimento da criança estão: A existência de novas pesquisas sobre a capacidade da criança de aprender em seus primeiros anos de vida; e o ingresso da mulher em maior número no mercado de trabalho que passaram a deixar seus filhos em creches. Em resposta a essa nova dinâmica houve uma maior pressão por parte de organizações internacionais e nacionais para que esse serviço fosse oferecido à população. E, o mesmo, deveria ser de qualidade para que as crianças, enquanto cidadãs, tivessem seus direitos garantidos. Inclusive uma das metas do Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar em 2000, foi à expansão e melhoria da educação e cuidado da primeira infância, com destaque para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

Um dos grandes avanços a ser considerado foi o reconhecimento que além do cuidar, ligado ao alimentar e a parte da higiene da criança, a instituição que oferece a EI também têm as funções de: Educar; desenvolver a criança de forma integral nos seus aspectos psicológico, intelectual, social, físico; e, em parceria com a família fazer a integração da criança com a sociedade. Nesse sentido, a cidade é o local onde essas relações sociais acontecem e se materializam, sendo palco da atuação do poder local. Por isso com a Constituição Federal de 1988, o município passou a ter maior autonomia política e, com a Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), fica responsável por priorizar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Assim, a pesquisa se baseia na abordagem dialética para desenvolver a discussão sobre o espaço geográfico e de seus elementos constitutivos, revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas aos gestores das unidades municipais e conveniadas de Educação Infantil em Anápolis, entrevistas no Conselho Municipal de Educação e na Secretaria Municipal de Educação.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na década de 1970, a Geografia Crítica se destacou em analisar o espaço e suas manifestações. Para essa corrente é fundamental considerar as modificações e contradições devidas a inovação tecnológica, a expansão do sistema capitalismo e a forma de sua organização. Com isso, autores como Lefebvre (1974) e Santos (1996; 2004) destacam o espaço como lugar e meio para a reprodução das relações de produção e ao analisá-lo buscam interligar as várias relações sociais, econômicas e políticas que se realizam.

Dessa forma, o espaço pensado em sua totalidade relaciona o homem e o meio, uma vez que o espaço engloba tanto uma parte física, seja ela natural ou construída pelo homem, como a parte das interrelações que nele são estabelecidas. Toda essa junção de elementos nos remete a compreender que o espaço é um lugar que está sempre em modificação e o que se contempla reflete a atual organização espacial.

O espaço é o maior conjunto de objetos existentes. Se ele associa o que, pela origem, tem idades diversas, tais coisas são todas, a cada momento, movidas e vivificadas por uma lei única, a lei do hoje, a que se submetem todas as relações sociais (SANTOS, 1987, p. 113).

Se o espaço foi construído no passado e, ainda hoje sofre com as novas alterações, percebemos que todo esse movimento se dá de modo desigual em cada lugar. Isso causa diferenças nas estruturas, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, portanto não existe uma singularidade de formas e funções exercidas pela sociedade.

Nessa perspectiva, uma das características do espaço na atualidade é a apropriação dos recursos e das pessoas. Essa característica se deve à busca incessante pela dominação do espaço, seja enquanto território pelo Estado ou pelo sistema capitalista em suas funções de produção e consumo.

Para Santos (2004) o espaço se torna global diante da dependência e subordinação dos espaços a forças mundiais. Com isso, o Estado diminui sua atuação e deixa a cargo do sistema econômico se autorregular (neoliberalismo). Este, por sua vez, promove uma unificação da

sociedade com a universalização dos padrões de vida, forjando uma necessidade que não é real, enquanto as reais são mascaradas.

Os espaços adquirem especificidades, onde os lugares que concentram melhores arranjos comerciais, como facilidade de difusão tanto de mercadoria, pessoas e capital que vão atrair maiores investimentos e recursos. Nesses lugares a própria sociedade segue o mesmo curso de desenvolvimento, aumentando seu nível intelectual e de formação profissional. Como resultado, percebe-se que esse processo produz desigualdade com parte dos espaços marginalizados, deixando para a sociedade um legado de exclusão social e falta de investimentos. Fato que atinge especialmente os serviços considerados de primeira necessidade como: Saúde, educação, moradia, transporte e lazer. Para Carlos (2011, p. 78):

Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômica, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, [...].

É, portanto por meio das relações sociais e dos conflitos que o espaço se delinea, segundo Santos (1998, p.90) “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Os objetos dão forma ao espaço, sendo que essa morfologia se encontra definida, instrumentalizada e espacializada pelas suas funções. Isso de acordo com o discurso ideológico do sistema capitalista e das forças hegemônicas do Estado.

Assim, percebe-se que o espaço é construído e conduzido pelo Estado, quando ele estabelece sua dominação pelo ordenamento e planejamento do território. E este, por sua vez, é subordinado à classe dominante. Para Santos (2004, p. 27) “[...] é doravante impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do Estado na vida econômica e social”. Portanto, o estudo da atuação do Estado sobre o espaço se torna relevante, especialmente, no que tange à sua relação com a formação do território.

A partir dessa organização, percebe-se que, o espaço ao ser apropriado seja por um único líder, por organizações sociais ou econômicas é usado e passa a ter um novo sentido, o de território. Assim, o território é o espaço apropriado e utilizado, fruto das relações de poder presentes, que ao incluir a ação humana passa a ser interpretado como território usado. Porém cada lugar estará submetido de formas diferentes. Inclusive, “a existência de agentes, muitas vezes personificados em empresas, corporações e instituições que, apesar do poder que possuem, são constrangidos pela força do lugar e pelas normas” (LUZ, 2009, p.61). Dessa forma o Estado também vai ser chamado para organizar seu território a fim de promover um equilíbrio social, solucionar os problemas da sociedade, propiciando o acesso a serviços básicos e direitos essenciais à vida.

Essa organização do território não é coisa do acaso, existem ações pontuais atrás de toda materialização em um determinado lugar, uma das formas utilizadas hoje é a chamada de ordenamento territorial. O mesmo ocorre em torno de estratégias para organizar o território de forma a promover uma equidade das necessidades sociais, como é o caso da construção de equipamentos de infraestrutura no setor da Educação Infantil, ou seja, os Centros Municipais

de Educação Infantil (CMEIs), que tem como função desenvolver e oferecer os meios para que as crianças de zero (0) a seis (6) anos tenham oportunidade de se desenvolver integralmente nos aspectos sociais, motores, psicológicos e intelectuais, no entanto procuramos ressaltar nessa pesquisa se esse ordenamento condiz com as reais demandas da sociedade anapolina.

No entanto essas ações não podem ser pensadas sem levar em consideração o sistema econômico, uma vez que as melhorias obtidas com a abertura de CMEIs dependem em grande parte da obtenção de recursos financeiros. Recursos esses que nem sempre chegam ou são bem distribuídos, contribuindo para potencialização das desigualdades. Para Haesbaert (2006, p. 122) “Num elenco de prioridades, sem dúvida o combate ao aumento das desigualdades e da exclusão sócio-espacial deve ser o ponto primordial a ser considerado” no ordenamento do território.

Porém, sem a participação da sociedade na tomada de decisões o Estado acaba por manter o mesmo sistema de produção e reprodução da vida no qual as medidas tomadas são paliativas, como sempre ocorreram no curso da história, por ser também uma forma de utilizarem os mesmos argumentos para se promover. Por isso, a participação da sociedade é fundamental no processo de ordenamento do território via: Elaboração de planos; gestão; e, implantação de infraestruturas. Pois ela garante uma maior equidade na distribuição dos recursos, além de legitimar as ações do Estado. Nesse mesmo sentido, Santos (1987, p. 118) defende que as realidades locais “[...] sejam um ponto de partida para raciocínio dos administradores e não, apenas, o lugar de ações desencontradas e, por isso mesmo, estruturalmente ineficazes”.

Com esse propósito a sociedade por regra deve ser tanto participativa como fiscalizadora das ações de intervenções que são promovidas e, acima de tudo, lutar por aquilo que é direito instituído pelo ordenamento que é realizado pelo Estado, por meio de Leis e ações de planejamento que se destacam na sociedade do século XXI. Sociedade que é cada vez mais urbana e que apresenta um maior desequilíbrio entre serviços oferecidos, infraestrutura e a demanda existente.

A NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA PRIMEIRA INFÂNCIA

No período pós Segunda Guerra Mundial, muitos países se viram atingidos pelos caos e segundo Gomes (2004) o momento despertou a criação de vários órgãos com caráter filantrópico a fim de amenizar os problemas da pobreza e da instabilidade econômica pela qual a sociedade estava vivendo. Nesse espaço vão iniciar as atividades da Legião Brasileira de Assistência (LBA) que tinha como foco principal a criança “Só a LBA, no projeto Casulo, em 1987, tinha 1.709.020 crianças atendidas, com caráter predominantemente assistencial” (GOMES, 2004, p.36).

Desse período até 1980, o atendimento da criança menor de seis (6) anos foi realizado de duas formas, uma por creches que tinham um papel assistencialista, uma alternativa para mães que dispunham de poucos recursos financeiros, tinham que trabalhar fora ou não dispunham de recursos para alimentar e cuidar de seus filhos. Essas creches eram frequentadas por crianças de idades entre zero (0) e seis (6) anos, com horário integral ou em turnos.

A outra forma que apresenta era das pré-escolas. Elas tinham a função de preparar os

alunos para o antigo 1º Grau, tanto em unidades públicas ou privadas. Para Vasconcelos (2003) uma forma de poder contribuir os déficits culturais das classes mais pobres é ajudar no processo de alfabetização. Na maioria dos casos, porém, as creches eram frequentadas por pessoas de baixa renda e as pré-escolas por uma classe média e alta.

Até esse momento não havia amparo legal nas Constituições Federais de 1946 e 1947 que regulamentasse a primeira fase de desenvolvimento da criança (0 – 6 anos), como direito e dever do Estado. Os critérios existentes até então que regiam o funcionamento das creches eram determinados pelos órgãos vinculados ao trabalho, à saúde e à assistência (Ministérios e Secretarias Estaduais e Municipais).

É somente na Constituição Federal (1988) no Art. 208 (IV) que aparece pela primeira vez como direito a Educação Infantil, sendo obrigação do Estado o oferecimento do serviço. Não existe nesse momento neutralidade em impor esta Lei, uma vez que o mundo em processo de globalização tornava evidente e público as mazelas dos países subdesenvolvidos e também países que estava sujeitos interferências internacionais devido ao endividamento externo. Esses eram submetidos a promover o desenvolvimento social como forma de acelerar o processo de desenvolvimento do país. Segundo Vasconcellos; et. al (2003, p. 237)

Surgindo dois anos após a Constituição, o ECA reitera o discurso da cidadania da criança no país, caracterizando seus direitos na sociedade e avivando a memória dos governantes quanto aos direitos adquiridos pela Educação Infantil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente com a Lei Nº 8.069. de 13 de julho de 1990 (Dispões sobre o Estatuto da Criança e o Adolescente e dá outras providências), reforça o direito da criança à Educação Infantil. Todavia, somente com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) é que vão ser estabelecidas as diretrizes para a Educação Infantil no Art. 29, onde essa fase educacional passa a fazer parte do sistema de ensino compreendendo a primeira etapa da Educação Básica e passa a ter como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p.10).

Os Art. 30 e 31 da LDB (1996) ainda dispõem sobre o local do atendimento e a forma de avaliação, sendo que a Educação Infantil passa a ser vista pelo um caráter de desenvolver uma criança para ser um cidadão e não promovê-lo no ensino fundamental uma vez que as avaliações não são realizadas por nota mas é feito uma acompanhamento do desenvolvimento do aluno de acordo com as finalidades dispostas no Art. 29.

Na sequência, o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias), estabelece objetivos e metas para que as exigências da Constituição Federal 1988 e as diretrizes da LDB (1996) sejam de fato alcançadas. No diagnóstico da Educação Infantil eleger que “A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (BRASIL, 2001, s.p.). No PNE, o texto que se refere à Educação Infantil deixa claras as

grandes dificuldades de promover esta fase da educação para todos que dela necessitam, por causa do histórico de exclusão e falta de investimentos.

Este documento ao redigir as metas acaba por não alcançar a todos, mas priorizava os mais necessitados uma vez que “O que este plano recomenda é uma educação de qualidade prioritariamente para as crianças mais sujeitas à exclusão ou vítimas dela” (Brasil, 2001 s.p.). Nesse mesmo documento são criadas normas de funcionamento, no qual são feitas exigências quanto à estrutura física das unidades e qualificação profissional para o atendimento à criança.

O novo Projeto de Lei criado em 2010 que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) nº 8.035/2010 para vigorar de 2011 a 2020 tem como avanço promover o atendimento da educação infantil na zona rural, porém no que diz respeito a parte urbana coloca como “Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos”, (BRASIL, 2010). O projeto deixa de lado muitas outras exigências que contemplavam o plano anterior, mas que não foram alcançadas e são importantes para garantir a qualidade nas unidades já construídas.

Na escala municipal teremos o Conselho Municipal de Educação (CME) de Anápolis, que através da Resolução Nº 015, de 06 de junho de 2007 (Fixa normas para Educação Infantil no Sistema e dá outras providências). Essa reforça o direito da criança de zero (0) a três (3) anos a creches e de quatro (4) a seis (6) anos à pré-escola. Além de dispor das finalidades, objetivos, projeto político-pedagógico, funcionamento, avaliação organização, estrutura física e dos recursos humanos. Um importante aliado para que a população reivindique os seus direitos que é instituído na Lei.

Por ser a escala local de poder a mais próxima dos problemas enfrentados e que compete a ela encontrar os meios de solucionar a fim de que todas essas leis a cima descritas possam realmente ser efetivadas e colocadas em prática para o desenvolvimento social e intelectual da sociedade e do município, em vista de que os dois estão interligados, pois os níveis de educação e formação posteriores dependem da base, que é contemplada na Educação Infantil.

O PODER NAS MÃOS DO MUNICÍPIO

Anápolis é um município que desde sua origem teve como aspecto positivo sua posição geográfica, com um relevo plano a ondulado segundo Luz (2009, p.177) “ondulações suaves, perfazendo 54 % de seu território e com 43% de áreas planas; um clima tropical com temperaturas amenizadas pela altitude de, aproximadamente, 1.017 metros acima do nível do mar [...]” esses aspectos somados, favoreceu o seu crescimento urbano e o seu desenvolvimento social e econômico. Localizada na Mesorregião do Centro Goiano, cortada pelas BR-414, GO-222 e GO- 330, Anápolis encontra-se a 57 quilômetros de Goiânia capital estadual e a 160 Km de Brasília capital federal a quais serviu como suporte no processo de construção pelo fato de já possuir um mercado interno formado e se ligar a elas pelas BR 060 e 153.

Para Brito (2007) as cidades de uma forma geral no Brasil, cresceram sem um planejamento urbano que pudesse amenizar os impactos ambientais, assim como, prover os serviços públicos que atendessem a demanda, acarretando problemas sociais e urbanos.

De acordo com Freitas (2007) e Luz (2009) o período após 1960 é identificado como o

terceiro período de desenvolvimento de Anápolis. Assim, na década de 1970 vai se instalar em Anápolis a Base Aérea de Anápolis (BAAN), tornando o município Área de Segurança Nacional o que influencia na dinâmica interna da cidade, segundo Brito (2007) os prefeitos passam a ser nomeados e ainda ocorre uma periodicidade administrativa, com um total de onze prefeitos entre 1973 a 1986. O município só teria em 1985 um prefeito escolhido de forma democrática, pelo voto direto e secreto.

Um investimento econômico que contribuiu para a continuidade no processo de desenvolvimento de Anápolis foi a criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em 1976 com uma extensa área e boas instalações de infraestrutura, com subestação de energia elétrica, rede de esgoto privada e isenções fiscais para a instalação de indústrias, apontado como um atrativo a mais de empresas e de população que visualizam no município uma chance de alcançar melhores oportunidades.

Assim sendo, verificamos que a instalação da BAAN e do DAIA impulsionou o crescimento populacional e os investimentos públicos federais e estaduais na cidade. Porém nas décadas seguintes ocorre uma diminuição da taxa de crescimento da população de Anápolis por ser a imigração para Brito (2007) o fator que teve um grande impacto no crescimento populacional, e esse já não tinha a mesma euforia, “Mesmo com o processo de industrialização da década de 70, esse movimento rumo a Anápolis perdeu o ímpeto [...]”, (BRITO 2007, p. 35).

Mesmo com o enfraquecimento econômico devido à concorrência com a Capital Federal e Estadual, Anápolis se mantém devido ao dinamismo interno e posição de transbordo e entreposto comercial que assumi, e passa a ocupar o segundo lugar no Estado de Goiás em Produto Interno Bruto (PIB), só perdendo para Goiânia que é a capital do estado e o terceiro em arrecadação de ICMS, com 94,70% da população acima de dez anos alfabetizadas (SEPLAN/2010/2012) e um IDH - M¹ de 0,788 em 2000 (SEPLAN/2000).

Esses dados mostram que no ritmo em que houve um desenvolvimento interno surgiu a necessidade da população esta se aperfeiçoando para ocupar as vagas de trabalho que surgia. Com o emprego, foi possível que as famílias melhorassem as estruturas de suas residências e que gozasse de um maior poder de compra.

Dessa forma, levando em consideração Brito (2007), Luz (2009), Polonial (2007) e Freitas (2007) sobre as transformações que ocorreram em Anápolis foi possível perceber que por traz das modificações existe uma sociedade que atua no campo político, religioso, social e econômico, não havendo uma neutralidade das ações. Assim, pode-se considerar que o processo de agregação de valores é constante devido às novas exigências e anseios da sociedade, nesse sentido o município é levado a ampliar em todas as esferas conexões que o permita desenvolver e além de tudo modernizar suas estruturas. No entanto esse desenvolvimento do município não é possível apenas com recursos internos se depende também do apoio e investimento da escala estadual e federal.

O setor educacional representa bem esse movimento de dependência e independência entre município, estado e União, pois assim, como centenas de municípios no Brasil, Anápolis teve o sistema educacional por um bom tempo em descompasse entre centralização e descentralização do poder e das obrigações financeiras entre União, estados e municípios. Na Constituição Federal de 1934 é assegurado ao município segundo Souza; Faria (2003, p. 48)

1 Quanto mais perto de 1 maior o grau de desenvolvimento humano.

“[...] alguns princípios básicos, como a gratuidade e a obrigatoriedade da escola primária, a vinculação de recursos orçamentários, a autonomia dos sistemas educacionais [...]”.

No Art. 156 da mesma Constituição (1934) destacam também que a União e os Municípios deveriam contribuir com no mínimo dez por cento e os Estados e Distrito Federal com no mínimo vinte por cento da renda de impostos para a educação. Esse compromisso firmado sofreu alterações, segundo Souza; Faria (2003), com a Constituição Federal de 1967 e com a Emenda Constitucional (EC) de 1969 (que estabelece a vinculação orçamentária apenas para os Municípios), assim o município passou a ser responsável por uma despesa mais elevada e a União passa a intervir com recursos apenas quando achar necessidade.

É notável que no Brasil as responsabilidades sempre caminharam para que o poder local se responsabilize pelas convergências e problemas que estão a sua volta. No entanto, em alguns casos, sem possuir os recursos financeiros necessários.

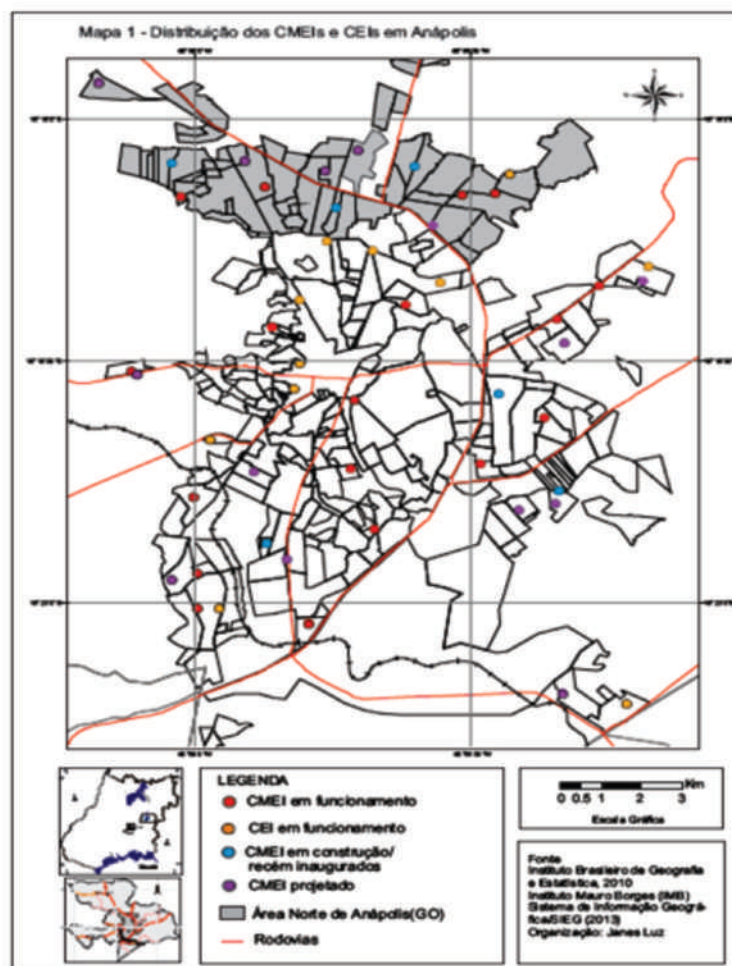
A partir da década de 1980, o Brasil pelo viés da democracia e descentralização do poder vai, na Constituição de 1988, apresentar “[...] um modelo de Federação descentralizado, com aspectos singulares, como o referente à explicitação do Município como ente federado no próprio texto constitucional” (KUGELMAS & SOLA, 1999 apud SOUZA; FARIA, 2003, p. 56)

Porém, percebe-se que a maior independência política não ocorre simultaneamente com a independência financeira. Uma vez que a maior parte dos municípios no Brasil não consegue com sua arrecadação manter sua receita. Nesse sentido, Souza e Faria (2003) confirmam que com a Constituição Federal (CF) de 1988 os municípios passaram a receber mais verbas para a educação. De acordo com o Art. 212 da CF (1988) a União deve contribuir com e nunca menos o valor de 18% da receita proveniente de impostos.

Com a LDB (Lei 9.394/96) vai ser delegado para que os municípios sejam responsáveis pela elaboração de normas, leis para o seu sistema de ensino por meio de: Leis Orgânicas; elaboração dos Planos municipais de educação; e que institua seus próprios Conselhos de Educação. E são ainda incumbidos “[...] na formulação de políticas educacionais, em específico para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental” (SOUZA; FARIA, 2003, p. 65). Nessa mesma Lei fica estabelecido que os municípios devem atuar prioritariamente na EI e no Ensino Fundamental

CEIS E CMEIS DE ANÁPOLIS

O município de Anápolis conta, no momento, com uma Rede Municipal de Educação (RME), que engloba cinquenta e quatro Escolas Municipais, dez (10) Escolas Conveniadas, dezoito (18) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e onze (11) Centros de Educação Infantil, ou seja, unidades conveniadas. Estão em construção mais seis (6) CMEIs e treze (13) em fase de licitação (Ver Mapa 1).



Mapa 1 - Distribuição dos CMEIs e CEIs em Anápolis

Devido à expansão no número de unidades, o número de crianças atendidas vem se ampliando a cada ano, porém se nota que essa expansão é recente, e o número de crianças com acesso a EI ainda é baixo (ver Quadro 4), uma vez que a população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, segundo dados (2012) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no município de Anápolis é de 28.097 crianças.

Quadro 1 – **Anápolis (GO)**: Número de crianças na creche e pré-escola pública de 2001 a 2012

Anos	2001	2005	2009	2012
Creche	366	408	748	1.033
Pré-escola	305	451	1378	1.779

Fonte: www.seplan.go.gov/ Instituto Mauro Borges Dados 2001 a 2012
Organização: Valtemira de Fátima Gomes Beraldo

Quando questionada sobre a escolha dos locais para os novos Centros municipais de Educação, a Secretária de Educação informou que a escolha ocorreu “através de dados que são apresentados pelos agentes de saúde, número de crianças atendidas nos postos de saúde”,

outro indicativo a ser considerado é “os novos conjuntos habitacionais por ser um dos requisitos contemplados com o Programa Minha Casa Minha Vida, o número de filhos, pressupõe assim que nesses locais existe uma grande demanda” (MELO, entrevista, 2013). Quanto ao CME a Presidente do mesmo cita que a participação na escolha do local de novas unidades foi por meio do Plano Municipal de Educação de Anápolis que previa a construção de apenas nove unidades, portanto as metas estabelecidas foram alcançadas, porém surgiram novas necessidades com os conjuntos habitacionais recém construídos onde estão as crianças mais vulneráveis.

A expansão nesse setor de EI se torna expressiva nos últimos anos, visto que somando as unidades municipais recém inauguradas, as em construção e as que estão projetadas o quantitativo é maior que o número de unidades existentes e que começaram a ser edificadas na década de 1980. A seguir o Quadro 2 apresenta como se deu progressivamente o crescimento dos CMEIs.

Quadro 2 – **Anápolis**: Denominação própria dos CMEIs e suas datas de abertura

CMEIs	Data de inauguração
C.M.E.I. Cibele Teodoro Teles	01/1986
C.M.E.I. José Epaminondas Roriz	01/1986
C.M.E.I. Jandira Bretas	08/1986
C.M.E.I. Dona Íris Rezende Machado	05/1988
C.M.E.I. Maria Capuzzo Cremonez	10/1988
C.M.E.I. Rettie Tipple Batista	02/1990
C.M.E.I. Desembargador Air Borges de Almeida, (1991 a 2003 denominado Creche Raio de Sol)	14/05/2003
C.M.E.I. Cristiane Alves de Almeida Peixoto	07/2002
C.M.E.I. Maura Helena Oliv..Simões	03/2006
C.M.E.I. Gracinda Maria da Silva	2007 Av Goiás relocado 28/02/2011 no Bairro São Carlos
C.M.E.I. Arnaldo Steckelberg	03/2007
C.M.E.I. Prof ^a . Dalva Maria Dias Trindade	06/2009
C.M.E.I. Paulo Freire	01/2010
CMEI Dr ^a . Zilda Arns Neumann	09/2011
C.M.E.I Jorge Amado	06/2012
C.M.E.I Carlos Drumond de Andrade	09/2012
C.M.E.I Mario Quintana	07/2013
C.M.E.I Ildefonso Limírio Gonçalves	07/2013

Fonte: Trabalho de campo (2013)

Organização: Valtemira de Fátima Gomes Beraldo

Ainda de acordo com o Quadro 2 se observa que o maior crescimento de acordo com a data de inauguração ocorreu entre 1986 a 1988 e entre 2009 a 2013. De acordo com Secretária de

Educação o aumento no número de CMEIs nos últimos anos decorre do fato de que o município tem atuado em parceria com o Governo Federal através dos programas como o Brasil Sem Miséria e dentro desse com Brasil Carinhoso que estão envolvendo a construção das escolas de Educação Infantil e que compreende também as políticas de acolhimento.

Em razão desse apoio do Governo Federal, o município tem ampliado a rede e promove reformas e ampliações das unidades. As reformas dos Centros é uma questão que realmente deve ser levada em consideração, de acordo com o Quadro 2 percebe-se que existem unidades que foram construídas na década de 1980 e existe uma diferença significativa quanto as estruturas físicas dessas com as do modelo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) que estão sendo construídas (ver Fotografias 1 e 2).



Foto 1 - CMEI Dona Íris Rezende Machado na Vila Esperança, sala jardim I



Foto 2 - CMEI Professora Dalva Maria Dias Trindade no Conjunto Filóstro Machado, sala jardim I.

Mesmo os CMEIs apresentando diferenças significativas quanto às suas estruturas físicas e mobília, no requisito pedagógico todos os visitados têm trabalho com o mesmo padrão de qualidade no ensino e no cuidado com as crianças. Uma conquista a ser considerada para esse nível da educação, que acaba por quebrar antigos paradigmas onde as creches eram vista apenas com a função do cuidar dissociado do ensino, outras vezes tidas como depósitos de crianças. letras e os números.

Entre as obras de reestruturação e ampliação foi realizada em 2012/2013 a do CMEI Maria Capuzzo Cremonez. É previsto também que as reformas e reestruturações continuem: CMEI Cibele Teodoro Teles em 2013, CMEI Dona Íris Rezende Machado em 2014, CMEI José Epaminondas Roriz e CMEI Cristiane Alves de Almeida Peixoto em 2015, CMEI Paulo Freire em 2016 e CMEI RettieTipple Batista em 2017 no entanto devido a atrasos por parte das construtoras e contratempos administrativos essas obras acabam demorando mais tempo do que o previsto para serem finalizadas atrasando o início das posteriores.

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis e da Secretaria Municipal de Comunicação Social existe uma previsão para entregar até o fim do ano, mais cinco unidades que ficam respectivamente no bairro de Lurdes, Adriana Parque,

Calixtolândia, Parque Iracema e Jardim dos Ipês. Estes Centros terão capacidades para atender cento e vinte crianças em período integral (Prefeitura de Anápolis, 2013).

Outras treze obras já foram aprovadas e seis tiveram o processo de licitação das obras concluídas. Os setores que receberão as unidades são: Nova Aliança, Copacabana, Las Palmas, Jardim Itália, Leblon, Jardim Primavera – segunda etapa, Campos Elísios, Munir Calixto, Fabril, Pedro Ludovico, Parque dos Pirineus, Araguaia e Aldeia dos Sonhos.

Na composição da RME o número de CEIs é significativo, com um total de onze unidades, apenas uma dessas optou pelo convênio parcial. No Quadro 3 temos a especificação dos nomes de cada centro e as datas dos respectivos convênios.

Quadro 3 - **Anápolis**: Denominação própria dos CEIs e suas datas de convênio

CEIs	Data de convênio
C.E.I. Betesda Jardim Primavera	10/2002
C.E.I. Pioneira	01/2008
C.E.I. Santa Terezinha	2008
C.E.I. Betesda Esperança	01/2007
C.E.I. Bete Shalom Madureira	02/2008
C.E.I. Pelicano	02/2008
C.E.I. Bete Shalom II	08/2010
C.E.I. Bete Shalom III	09/2011
C.E.I. Batista Central	08/2011
C.E.I. Presb. Renovada Central	08/2011
C.E.I. Rainha da Paz	10/2011

Fonte: Trabalho de campo (2013)
Organização: Valtemira de Fátima Gomes Beraldo

Em Trabalho de campo e realização de entrevistas com gestores de quatro CEIs pode se verificar que partiu na maioria das mantenedoras o interesse no processo do convênio apenas uma à Prefeitura procurou devido a um convênio que não iria ser renovado é precisava de um novo lugar para as crianças. Um dos fatores apresentados para esta busca pelo convênio por parte das mantenedoras esta a vontade de poder oferecer o serviço a um número maior de crianças, e as dificuldades enfrentadas com a folha de pagamento dos professores e auxiliares. Isso deve as Leis como à Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 655 de 19 de setembro de 1999 “Fixa normas para Educação Infantil do Sistema Estadual de Ensino” e da Resolução CME nº015, de 06 de junho de 2007, no art. 15 institui que:

- I. crianças de zero a dois anos – grupos de no mínimo cinco e no máximo dez crianças para um professor e um auxiliar de educação;
- II. crianças de dois a três anos – grupos de no mínimo oito e no máximo quinze crianças para um professor e um auxiliar de educação;
- III. crianças de quatro a cinco anos – grupos de no mínimo quinze e no máximo vinte e cinco crianças para um professor e um auxiliar de educação (Anápolis, 2007).

Dessa forma, atender um número maior crianças demanda um alto custo, por exigir professores com graduação e não poder pagar menos que o teto salarial. Nos CEIs de Anápolis a responsabilidade de todos os funcionários fica por parte da Prefeitura, assim como a merenda ficando a cargo da mantenedora a manutenção do prédio. Um caso que foge esta regra é o CEI Santa Terezinha que optou pelo convênio parcial e, assim, a Prefeitura envia apenas 70% dos funcionários, e para se manter a unidade conta com a ajuda de programas federais, empresas particulares e a própria mantenedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o espaço geográfico, levando em consideração o movimento da sociedade, não é tarefa fácil. Uma vez que se confirma por meio dos estudos realizados que existe uma dinâmica própria da sociedade e que essa se organiza de acordo com as necessidades que são criadas e impostas.

Entre as questões levantadas sobre a EI, enquanto parte integrante da Educação Básica, pode-se verificar que esta tem ocupado nas últimas décadas lugar de destaque em razão de uma mudança social e cultural da sociedade. Nota-se, porém que, apesar dos investimentos que são realizados nesse setor nos últimos anos na cidade de Anápolis, a oferta de vagas nas unidades de EI é inferior a demanda existente. Essa demanda se potencializa nos anos iniciais de zero (0) a três (3), pois a estrutura exigida para atender a esta faixa é maior e nem todas as unidades podem dispor da mesma. Por exemplo, um professor e uma auxiliar para um número reduzido de crianças, além do espaço e equipamentos necessários para o berçário e maternal. Assim, parte das crianças na fase de EI é privada do conhecimento e da formação que os CMEIs/CEIs oferecem.

Já o crescimento do número de unidades está relacionado em boa parte a uma continuidade das políticas de desenvolvimento da atual gestão que se encontra em consonância com as políticas do Governo Federal para esta fase da educação, entretanto se verifica a dificuldade de cumprir os prazos previstos para a entrega de reformas e novas unidades, devido à burocracia e problemas associados ao desenvolvimento das obras por parte das empreiteiras. Nota-se também que o município sozinho é incapaz de suprir todas as necessidades da população e também de manter todos os CMEIs **já existentes e os que estão previstos para serem construídos com bom padrão de qualidade, por isso, é necessário a cooperação entre município, Estado e União. O esquecimento desse setor em Anápolis durou mais de dez anos o que contribuiu também para o déficit de unidades em muitos bairros.**

No que diz respeito ao processo de ordenamento e planejamento para a construção de novas unidades, no momento, verifica-se a preferência pela localização das mesmas nos novos conjuntos habitacionais, por serem locais de uma futura demanda. Também, nesses locais é necessário o trabalho contínuo de procurar amenizar as diferenças e desigualdades existentes, para que essas crianças tenham oportunidades de se tornarem pessoas mais bem preparadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÁPOLIS/CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CME Nº015, de 06 de junho de 2007**. Fixa normas para Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Anápolis, 2007. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/leis/>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. 2013

BRASIL. Lei Nº 8.069. de 13 de julho de 1990 **Dispões sobre o Estatuto da Criança e o Adolescente e dá outras providências**. Brasília 1990. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2013.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e as bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2013.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2013.

BRITO, Regina Maria de Faria Amaral. **A Evolução e Produção da Estrutura Urbana em Anápolis 1934 A 2004**: estudos das interferências das gestões municipais. Tese (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, 2007. Goiânia (GO) 2007.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo (SP): Contexto, 2011. p. 63-89.

FREITAS, Revalino Antonio. Anápolis, fundos e expansão urbana: **1957-1997**. In: TOSCHI, Mirza Seabra. (org). **100 anos: Anápolis em pesquisa**. Anápolis (GO): Vieira, 2007. P. 15- 34.

GOMES, Candido Alberto. Financiamento e custos da educação infantil ou A corda arrebenta do lado mais fraco. In: COELHO, Rita de Cássia; BARRETO, Ângela Rabelo. **Financiamento da educação infantil**: perspectivas em debate. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 31-71.

HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia/ Instituto de Estudos Sócio-Ambientais**, Goiânia, vol.26, n. 1, p. 17-124, jan-jun. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em: 05 dez. 2013.

LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Tomoko i. Paganelli. Paris: Antrophos, 1974.

LUZ, Janes S. da. **A (re)produção do espaço de Anápolis/Go: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

MELO, Virgínia Maria Pereira de. **CONQUISTAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Anápolis. Secretaria Municipal de Educação, 17 jul. 2013. Entrevista a Virgínia Maria Pereira de Melo.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5a ed. São Paulo: edusp, 2004.

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SOUZA, Donaldo B. de; FARIA, Lia. C. M. de. O processo de construção da Educação Municipal pós- LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão. In: _____. (Org). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45 – 84.

VASCONCELOS, Maria C. C. Conselhos Municipais de Educação: criação e implantação em face das novas atribuições dos sistemas municipais de ensino. In: SOUZA, Donaldo B. de; FARIA, Lia. C. M. de. (Org). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 107- 122.

VASCONCELLOS, Vera. M. R.; AQUINO, L. M. L.; LOBO, A. P. S. L. L. A Integração da Educação Infantil ao Sistema de Ensino: Exigências e possibilidades pós – LDB. In: DONALDO, Bello de Souza; FARIA, L. C. M. (Org.). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 235 – 258.

POLONIAL, Juscelino. Anápolis: das origens do povoado à revolução de 1930. In: TOSCHI, Mirza Seabra. (org). **100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis (GO)**: Vieira, 2007. PP. 35- 45

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA A CONCEPÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL SERAFIM DE CARVALHO

Franciane Prado Gonçalves
Universidade Federal de Goiás - Regional Jatai
francianeprado@hotmail.com

Tatiane Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Goiás - Regional Jatai
tati87souza@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como intuito identificar a relação entre as formas de percepção da cidade a partir da vivência cotidiana do aluno e as possíveis contribuições para a aprendizagem de conteúdos sobre cidades. Participaram da atual pesquisa a turma do 3º ano E.J.A. noturno do Colégio Estadual Serafim de Carvalho, onde fizemos um levantamento de informações, através de fontes secundárias com utilização de livros e artigos científicos. Posteriormente realizamos uma pesquisa de campo onde foi feito levantamento de dados por meio de questionários aos discentes. Os dados da pesquisa demonstram que 50% dos alunos possuem uma percepção boa em relação à cidade, conseguem ter uma visão do desenvolvimento econômico, político e outros fatores que a cidade necessita. No entanto 44% dos alunos possuem certa dificuldade de percepção, possuindo uma visão da cidade simplesmente como lugar de lazer e diversão. Os outros 6% não quiseram responder a questão. A dificuldade apresentada é resultado da combinação de inúmeros elementos, sendo que a falta de associação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e o seu cotidiano se estabelece como um obstáculo ao aprendizado. O conteúdo trabalhado em sala de aula deve buscar formas de instigar o conhecimento que o aluno possui.

Palavras-chaves: Cidade, Aluno, Aprendizagem, Concepção.

INTRODUÇÃO

Aprendizagem é um fenômeno extremamente complexo, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e culturais. A aprendizagem é resultante do desenvolvimento de aptidões e de conhecimentos. Para que ocorra esse processo de aprendizagem é preciso estar intimamente ligado às relações de troca que o aluno estabelece com o meio, principalmente em seu dia a dia. Esta ligação é indispensável para que ele tenha motivos de ação no sentido de apropriar-se do conhecimento possuindo então um significado do conteúdo trabalhado em sala.

O processo de aprendizagem significativa ocorre na medida em que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio. Caso não ocorra esse processo da aprendizagem então não tem significado para o aluno, tornando algo mecânico e decorativo sem utilidade para a vida do mesmo. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a forma com que os alunos do Colégio Estadual Serafim de Carvalho, 3º ano (E.J.A). São submetidos à aprendizagem do tema cidade relacionado com o seu senso comum e o espaço que vivem os alunos, contribuindo para uma aprendizagem significativa. A análise aborda a possibilidade de que os alunos realizem a distinção das funções que sua cidade proporciona para um cidadão e esse papel cabe a Geografia disciplina cuja função é analisar e interpretar os fenômenos que ocorrem no espaço, auxiliar os alunos para uma formação de cidadania.

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Serafim de Carvalho no 3º ano EJA noturno. Inicialmente a proposta da realização da pesquisa seria realizada na turma do 2º ano, pois de acordo com o plano de ensino da escola, o conteúdo é trabalhado nessa série. No entanto, segundo o cronograma de atividades da escola o conteúdo somente seria trabalhado no final de novembro dificultando o levantamento de dados para a realização da pesquisa. Diante dessa condição decidiu-se pela realização da pesquisa no 3º ano pois os alunos já haviam estudado sobre o conteúdo cidade e por isso se pressupôs que possuíam conhecimento sobre o conteúdo adquirido em anos anteriores.

Os procedimentos realizados para a verificação da importância do conhecimento prévio do aluno no ensino de Geografia foram elaborados de tal forma que o conteúdo cidades pudesse servir de parâmetro para tal. Realizamos inicialmente uma aula sobre este conteúdo, de forma que o aluno pudesse identificar lugares de sua cidade através da visualização de imagens antigas e recentes de locais importantes na formação espacial da cidade. Em seguida foi aplicado um questionário na intenção de que o aluno fizesse a associação entre o conhecimento prévio, a percepção da cidade e a aprendizagem de conceitos sobre esta temática. O resultado do questionário nos ofereceu dados primários a respeito do tema da pesquisa.

As fontes secundárias utilizadas no trabalho referem-se a pesquisa realizada na escola utilizando documentação para obtenção de maiores informações foram utilizado o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o plano de ensino de Geografia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mas para que possa ocorrer o processo de aprendizagem significativa no ensino de Geografia, é necessário que o professor considere o conhecimento prévio que os alunos possuem. A escola é o ponto de encontro e confronto de saberes produzidos e construídos ao longo da história da humanidade, portanto, local onde os agentes indutores do aprendizado colocam em prática seus métodos e procedimentos de forma a aproveitar o conhecimento informal e as opiniões já cristalizadas no imaginário do aluno.

Segundo Moraes (2005, p. 97) “Assim, o tipo de conteúdo e procedimentos utilizados em cada aula são questões que devem ser levadas em consideração em todos os campos do conhecimento, quando o objetivo final é aprendizagem”.

Para a realização dessa aprendizagem de forma satisfatória, é necessário que o educador siga uma seqüência lógica de procedimentos. De acordo com Moraes (2005, p.99)

Acreditamos que o aluno organiza e muda o conhecimento nas diferentes experiências que os professores e as próprias situações da vida impõem a ele. No que correspondem à função do professor, a aula é o momento de fundamental importância para que a construção do conhecimento, por meio de procedimentos bem definidos, ocorra. Mesmo que o aluno não queira, por uma infinidade de motivos, se mobilizar em relação ao conhecimento, ou mesmo sabendo que o cotidiano da escola muitas vezes, vai além do dever de ensinar e aprender, as experiências e os estudos comprovam que sem a interferência do professor dificilmente haverá aprendizagem significativa.

Em relação ao papel da Geografia, observa-se que independentemente da Geografia escolar no ensino formal, ela também circula na vida dos alunos cotidianamente, está presente nos bairros, na cidade e no espaço. Por ser a ciência que estuda o espaço, ela tem ao seu favor elementos concretos para buscar metodologias capazes de proporcionar resultados satisfatórios e uma maior compreensão das categorias Geográficas pelos alunos. De acordo com Cavalcanti (2002, p.78).

É preciso considerar os conhecimentos e a experiências que esses alunos trazem do seu cotidiano para serem confrontados com o saber geográfico mais sistematizado. Considerar as representações sociais dos alunos nesse caso, tem – se mostrado uma boa “aposta” metodológica no ensino para a formação de conceitos.

Sobre a importância no processo de aprendizagem da valorização do prévio conhecimento do aluno, Cavalcanti (2002, p.78) afirma que:

As representações sociais (síntese das diferentes culturas que a escola lida) estão no nível de conhecimento vivido e sentido, nem sempre consciente, mas que contém elementos de conceitos já potencialmente existentes nos alunos, podendo, assim, ser tomado como base de um processo de aprendizagem significativa.

Diante do conteúdo da cidade podemos instigar os alunos, o estudo da cidade, e organização do espaço urbano, como um objetivo a ser alcançado nas aulas de Geografia, permitindo ao aluno a compreensão do espaço urbano.

Como a escola se localiza no espaço urbano, os alunos convivem cotidianamente com este espaço, configurando assim uma condição favorável ao aproveitamento de suas experiências e vivências no meio urbano, para a realização de uma aprendizagem que tenha significado na sua vida. O papel da escola é de direcionar aos alunos a capacidade de aproveitamento dos conteúdos informais na aprendizagem formal. A Geografia então tem um papel importante para proporcionar a leitura do espaço urbano, reunindo o estudo do espaço como um fator primordial para entendimento das relações que envolvam o homem enquanto indivíduo na sociedade.

Neste sentido, a cidade é um fenômeno que permite diversas percepções. A escola pode e deve aproveitar esta condição para oferecer um conhecimento mais nítido, com maior embasamento teórico, de forma que os alunos possam adquirir um conhecimento real do que vem a ser a cidade e saber conceituar a cidade além do seu senso comum.

É preciso que os alunos compreendam a construção e reconstrução do que vem a ser

cidade, esse processo ocorre tanto dentro da escola como fora. O professor tem um papel de suma importância para auxiliar o seu aluno. Segundo Cavalcanti (1998, p. 12)

A ampliação desses conhecimentos, a ultrapassagem dos limites do senso comum, o confronto de diferentes tipos de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidade operativas do pensamento abstrato são processos que podem ser potencializados como práticas intencionais de intervenção pedagógica.

O papel da Geografia juntamente com o docente é despertar e conduzir o aluno a um entendimento do espaço, instigar os alunos para uma análise de caráter teórico do que vem a ser cidade, pois os mesmos são sujeitos inseridos dentro das transformações que ocorrem no espaço. Santos (1994, p. 71) afirma que.

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos próprios objetos, naturais e artificiais.

É necessário salientar que além do espaço, existe a necessidade de perceber o lugar em que se vive. Segundo Cavalcanti (2006, p.36)

O lugar é, portanto, o habitual da vida cotidiana mais, por outro lado, também é por onde se concretizam relações e processos globais. O lugar produz-se na relação do mundial com o local, que é ao mesmo tempo a possibilidade de manifestação do global e da realização de resistência à globalização.

É como o sujeito está inserido no lugar que ocorrem as materializações sociais. É preciso entender como o mesmo sente o lugar. De acordo com Gonçalves (2007, p 58) “O lugar é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram, e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”.

ANÁLISE, DISCUSSÃO E RESULTADOS OBTIDOS

A pesquisa revelou resultados expressivos em relação à capacidade de associação por parte dos alunos entre os conhecimentos prévios e conhecimentos formais a respeito da cidade. Os resultados necessitam de uma análise crítica mais aprofundada e confrontação com outras pesquisas da mesma modalidade para que venham ser confirmadas como verdadeiras as suas respostas. Apesar disso, teremos como verdadeiras as respostas para a turma e a ocasião em que estão.

Dentre os entrevistados, 61% responderam que os conteúdos de cidade apresentados nas aulas de Geografia ajudaram a entender de maneira satisfatória sua cidade. Os alunos que responderam que os conteúdos ajudaram de uma maneira parcial correspondem a 33 %, enquanto que apenas 6 % dos entrevistados afirmam que os conteúdos não foram úteis na compreensão da cidade.

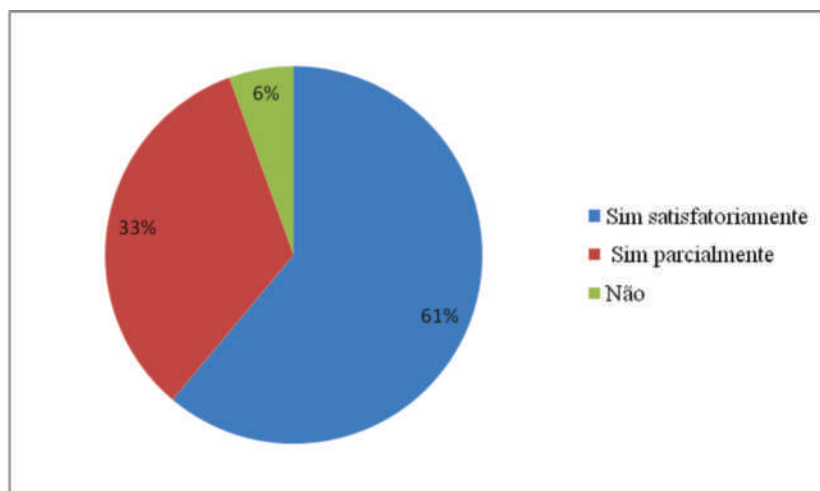


Figura 1: Amostra sobre a contribuição da geografia para entendimento da cidade
 Fonte: Franciane Prado

Quando perguntados sobre a importância do conhecimento prévio existente sobre a cidade como facilitador da absorção de novos conhecimentos sobre o tema, 50% dos alunos responderam sim satisfatoriamente, sendo que a maior parte deste se encontra nas faixas etárias acima de 27 anos. Metade dos alunos respondeu que o conhecimento prévio ajuda de forma parcial na obtenção de novos conhecimentos sobre o tema, sendo que estes se concentram na faixa etária entre 19 e 26 anos. Apesar de o questionário permitir a resposta nenhum dos alunos acredita que o conhecimento prévio não é importante para a construção de novos conhecimentos. Mediante as respostas e possível verificar em relação a diferença de idades a respostas dessa forma o grupo da faixa etária acima de 27 anos demonstra uma visão mais crítica em relação a cidade, no entanto o grupo da faixa etária entre 19 e 26 anos possuem uma visão mais superficial da cidade.

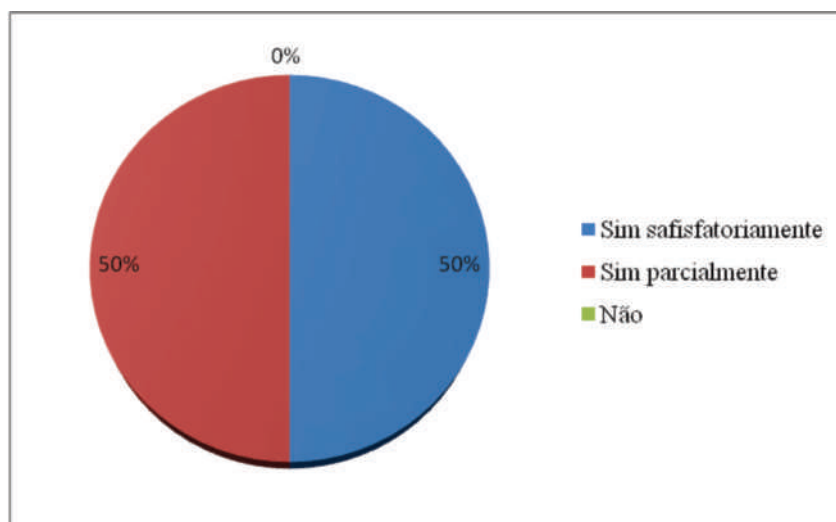


Figura 2: Amostra sobre a relação entre o conhecimento prévio sobre a cidade e a construção de novos conhecimentos relacionados a cidade.

Fonte: Franciane Prado

O questionário possui uma questão aberta que tem como objetivo permitir que o entrevistado expresse sua opinião em relação à cidade e ainda verificar a capacidade de percepção da cidade que os alunos possuem.

Nessa questão o grupo de entrevistados demonstrou que a grande maioria mantém relação de carinho com o local de vivência, chegando a 83%. Em contra partida 17% dos alunos são indiferentes.

Em relação à capacidade de percepção os dados demonstram que 50% dos alunos possuem uma boa percepção. Um dos entrevistados respondeu.

A cidade é boa tem bastante recursos, como industrias, hoje ela já se destaca no turismo, tem destaques também no meio agrícola, e uma cidade que esta crescendo a cada dia e uma cidade para si morar, tem grandes universidades não precisa ter que sair da cidade para fazer cursos enfim a cidade é boa e tá de Parabéns!!

Outro entrevistado afirma sobre a cidade.

Gosto muito da cidade em que vivo, claro que com o desenvolvimento que esta tendo infelizmente a marginalidade esta aumentando mais isto e consequência da transformação em que esta passando jataí. Mas no fundo acho que aqui ainda temos uma boa qualidade de vida.

Mediante a resposta do aluno pode perceber que o mesmo consegue ter uma visão crítica do desenvolvimento da cidade destacando as consequências que ocorrem com o desenvolvimento da cidade com o exemplo o mesmo cita sobre a questão da marginalidade.

Os alunos que tiveram alguma dificuldade de expressar sua percepção sobre a cidade correspondem a 44% dos entrevistados. Algumas respostas deixam claro que existe certa dificuldade dos alunos em expressar ou mesmo em perceber a realidade sobre a cidade. Esta condição leva a identificação de deficiência quanto à percepção do que é a cidade e em alguns casos a dificuldade de se expressar sobre um determinado assunto. Um entrevistado afirma sobre a cidade.

E uma cidade que eu não troco por nenhuma outra. Por quê? Eu nasci aqui a 28 anos que eu moro, não pretendo de nenhuma maneira sair daqui. E uma cidade de ambiente ótimo tudo aqui me traz alegria e tem também muitos pontos de alegrias que posso dividir com meus amigos, familiares, e as pessoas que eu amo. Eu amo minha cidade.

Em relação a essa resposta é possível analisar que existem alguns alunos que possuem a visão da cidade como simplesmente um lugar de lazer de diversão, portanto não tendo uma maior visão das outras essenciais que a cidade possui e que são importantes para a vida dos cidadãos. Falta a estes alunos uma percepção mais crítica sobre o funcionamento e a função da cidade.

De acordo com os dados pode se verificar que 44% dos alunos não possuem uma boa percepção da cidade e o que pode acontecer com esses alunos é que o conteúdo sobre a cidade talvez não tenha sido trabalhado de uma forma que tenha significado para ele. Os materiais utilizados, o livro didático ou mesmo a metodologia utilizada pode ter contribuído para que este conteúdo tenha sido abordado de forma fragmentada, apresentando a cidade de uma forma

genérica e que muitas das vezes não trabalha os aspectos relacionados à própria cidade que o aluno vive.

É possível identificar que alguns alunos têm dificuldade de percepção da cidade, dominando apenas uma leitura superficial e distorcida sobre a cidade. A dificuldade apresentada é resultado da combinação de inúmeros elementos, sendo que a falta de associação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e o seu cotidiano se estabelece como mais um obstáculo ao aprendizado.

Outra dificuldade identificada refere-se a pequena capacidade de interpretação e redação por parte dos alunos, problema este que afeta não só o ensino de Geografia, mais sim todas as disciplinas.

Dessa maneira o conteúdo trabalhado em sala de aula deveria buscar formas de instigar o próprio conhecimento que o aluno possui, fazendo então uma relação com a vivência do aluno e o tema cidade, para que dessa forma se utilize metodologia para despertar o aluno para o novo conhecimento a ser construído mostrando para o mesmo que seu próprio conhecimento tem valor. É papel do professor, valorizar o conhecimento do aluno e auxiliar na construção do conhecimento científico que é necessário o aluno possuir.

Há a necessidade de o aluno possuir uma visão além do senso comum em relação à cidade, pois o mesmo está inserido dentro desse espaço. É preciso que o mesmo entenda as transformações que ocorrem dentro de sua cidade. O papel da escola e do educador é de formar alunos cientes dos seus deveres e direitos, é necessário enfatizar que o conteúdo cidade é de suma importância para os educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa mostra que é necessário que ocorra um processo de aprendizagem significativa, onde o professor deve valorizar os conhecimentos prévios que o aluno possui. É necessário instigar os alunos a associar os seus conhecimentos adquiridos no cotidiano sobre determinado tema do conhecimento formal de Geografia, valorizando o conhecimento prévio do aluno para facilitar a aprendizagem de novos conhecimentos científicos que lhe serão apresentados.

Diante da realização da pesquisa podemos observar que 50 % dos alunos têm uma boa percepção da cidade e conseguem enxergar os acontecimentos que ocorrem no espaço, tendo uma visão mais ampla das necessidades que precisa ter na cidade. No entanto 44 % dos alunos não possuem uma boa percepção da cidade, ou seja, não tem uma visão tão desenvolvida das transformações que ocorrem no espaço e possuindo uma visão não crítica do espaço que vivem. Na ocasião da realização da pesquisa, 6 % dos alunos não responderam a esta questão.

Os resultados demonstram uma heterogeneidade na sala de aula, onde, alguns alunos conseguem ter uma boa percepção sobre cidade, conseguindo assimilar a vivência do seu dia a dia com o conteúdo trabalhado em sala de aula, o que facilita no entendimento das transformações que ocorrem no espaço, especificamente no espaço vivido.

No entanto alguns alunos não conseguem ter uma percepção tão positiva em relação a cidade, apresentam uma visão superficial e distorcida, não associando os conteúdos formais de Geografia ao seu cotidiano. A falta de significado, a dissociação entre conteúdo e realidade é

um dos fatores que contribui para que a aprendizagem se torne mais dificultosa e o aluno seja empurrado para o insucesso no seu desempenho escolar.

A associação entre conteúdos formais e conhecimento empírico é um facilitador da aprendizagem, na medida em que desperta o interesse, dá significado aos conteúdos, e, conseqüentemente poderia levar a melhoria no desempenho escolar do aluno não somente na disciplina de Geografia, mais em todas as demais disciplinas.

REFERÊNCIAS

CALVACANTI, L. de S. A cidadania, o direito á cidade e a geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. In:____, **Geografia e práticas do ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002. p. 47-70.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 10 ed. São Paulo: Papyrus , 1998 .

_____. Concepções de geografia e de geografia escolar no mundo contemporâneo. In:____, **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Editora Papyrus, 2008. p. 15-38.

CARLOS, A. F. **A cidade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1992 .p .70.

ESCOLA ESTADUAL SERAFIM DE CARVALHO. Projeto político-pedagógico. Jataí. 2006

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 17ª ed. Rio de Janeiro, 1987.p .67.

GONÇALVES, M .T. **Cidade poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MORAES, V. J. A teoria de Ausubel na aprendizagem do conceito de espaço geográfico, In CASTELAR . **Educação geográfica teorias e praticas docentes**, 5 ed, São Paulo: Editora Contexto, 2005 .p. 97-112.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense,2004 .(coleção primeiro passos).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro:Rertrand Brasil,2003 .

SOUZA NETO, M. F. de. **Aula de geografia e algumas crônicas**. 2 ed. Campina Grande: Editora Bagagem, 2008. p. 15

Da teoria À prática de ensino: Uma abordagem sobre processos erosivos, numa perspectiva geomorfológica e ambiental com os alunos da Escola Agrícola de Formosa Goiás.

Gleidson de Sousa Brasileiro

Universidade Estadual de Goiás – Unu Formosa

Gleidsonbrasileiro@hotmail.com

Marcos Vinicius Santos Dourado

Universidade Estadual de Goiás – Unu Formosa

mvsd82@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar a importância da integração entre a teoria e a prática de ensino com os alunos de series iniciais na disciplina de geografia, numa abordagem sobre erosão junto aos alunos do 9º ano da Escola Agrícola de Formosa Goiás. Esse estudo desencadeou nas seguintes etapas: pesquisa e análise de alguns autores sobre educação, apropriação do espaço geográfico, impactos ambientais e erosões; análise e coleta de dados do local e da turma que serviria de dado amostral; execução da pesquisa através de duas aulas e questionário, e finalmente análise dos dados obtidos. Obtendo resultados satisfatórios, revelando a importância de aulas diversificadas, onde os educadores se preocupam em utilizar recursos que envolvam o dia-a-dia do aluno facilitando a compreensão do que lhe é ensinado. Esses resultados mostram também que não é difícil buscar aulas que saiam da rotina dos educandos, já que muitas vezes no próprio local de ensino existem formas de sair de sala e lá mesmo demonstrar para eles o conteúdo estudado de uma forma diferente, não apenas preso aos métodos teóricos, porém, esse mesmo método é muito importante para esclarecimentos de dúvidas futuras após uma aula em que o aluno vivencia o que esta sendo estudado.

Palavras- chave: Geografia, teoria, prática, aprendizagem, erosão.

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio da necessidade de uma preocupação maior com temas relacionados á questões ambientais, essa pesquisa tem como objetivo, uma integração pedagógica utilizando a teoria e a prática de ensino com os alunos do 9º ano da Escola Agrícola de Formosa Goiás, numa perspectiva geomorfológica e ambiental. Busca-se nessa pesquisa comprovar a importância que existe nos alunos entenderem o mundo que os rodeiam, para uma melhor compreensão

em relação ao seu posicionamento no conjunto das relações naturais e sociais. E comprovar também que a natureza está em constante interatividade entre si e a sociedade, e que o aluno deve entender o modo como a natureza acontece, seu ritmo, seu tempo como também as consequências de seu mau uso.

Observa-se pouca ou quase inexistente a preocupação de alguns professores em tentar ministrar aulas diferenciadas que busquem uma melhor compreensão dos educandos, sendo uma problemática que precisa ser resolvida ou evitada, já que a preocupação com as formas de aprendizagem é um dever de todos, professores, diretores, gestores e da população em geral, devendo sempre buscar as melhores formas de aprendizado aos alunos.

Essa pesquisa vem comprovar a importância dos educandos não ficarem presos apenas em sala de aula, que os mesmos possam sair a campo e terem uma visão mais ampla sobre o que está se aprendendo, mostrando o quanto fica mais nítido os temas aos alunos quando eles podem fazer uma ligação com seu dia-a-dia interpretando as constantes alterações do espaço geográfico através do contato direto sobre o assunto estudado.

Os métodos utilizados para obtenção de dados consistem das seguintes formas: no primeiro momento foi visitado a área da pesquisa, observou-se os aspectos e características do local, e logo depois o mesmo foi feito com a série que seria utilizada como dado amostral, nesse caso o 9º ano. Após levantamentos de dados dos aspectos da escola, leitura do Projeto Político Pedagógico e matriz curricular, juntamente com a análise da turma escolhida foram elaboradas duas aulas que abordassem os seguintes temas: apropriação do espaço geográfico, impactos ambientais e erosão. Esses temas foram escolhidos primeiramente por serem exigidos pela matriz curricular do 9º ano do colégio e depois por ser tratar de temas que estão altamente relacionados com o dia-a-dia dos alunos, conhecendo e compreendendo os impactos ambientais eles compreenderão que as erosões da Escola Agrícola de Formosa estão dentro desse processo, sabendo que as erosões são uma consequência da apropriação do espaço geográfico.

No segundo momento com os dados levantados e as aulas elaboradas, foi executada a pesquisa. Foram duas aulas, a primeira seguindo a linha de pensamento que se deve levar o aluno para entender o que eles estão estudando fora de sala, foi exemplificado e mostrado para eles o que seria apropriação do espaço geográfico, utilizou-se também uma dinâmica que necessitou da participação dos mesmos, como também foram explicados e demonstrados alguns problemas de impactos ambientais, o que também ocorreu com as erosões podendo ser visualizada por eles, uma erosão em estágio inicial e outra em estado avançando. A segunda aula foi executada dentro de sala, e foram explicados novamente os temas para os alunos de uma forma diferente da primeira aula, através de recurso multimídia, o Data-show, o conteúdo foi repassado para eles observando uma boa participação dos mesmos fazendo pergunta sobre o conteúdo.

E para comprovar a teoria da necessidade de aulas diferenciadas, que tenha uma integração entre teoria e prática de ensino foi distribuído para os alunos um exercício contendo onze questões, sobre os temas trabalhados anteriormente, para analisar o grau de assimilação e entendimento dos alunos utilizando essa forma de prática didática com os temas estudados.

Os dados alcançados foram satisfatórios referentes ao objetivo da pesquisa, mostrando, portanto, a importância de aulas diversificadas que se preocupem com o meio ambiente e que irão colaborar com uma melhor aprendizagem para os alunos.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE GEOGRAFIA

Segundo a Secretaria de Educação Fundamental (2001), o papel principal da Geografia, na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, se refere à compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as características dos lugares, as múltiplas relações de um lugar para outro, distâncias, diferenciação do espaço no passado e no presente.

Objetiva também que um aluno do ensino fundamental, consiga observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características de um determinado lugar em diferentes espaços geográficos.

GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Para a Secretaria de Educação Fundamental (2001) o lugar e a região eram vistos antigamente como o resultado da interação entre o homem e a natureza. Atualmente essa visão vem mudando gradativamente a categoria de lugar, assim como de paisagem vem sendo mudada pela nova Geografia. O Lugar deixa de ser apenas espaço em que ocorrem as relações entre o homem e a natureza.

Para La Blache os conceitos de lugar, paisagem e região, com territorialidade, se sobrepunham. A ligação dos homens com os lugares ao longo da História produzia um instrumento técnico e cultural que acabava dando a esses lugares a sua identidade, criando padrões de comportamento herdado e transmitidos a outras gerações. Secretaria de Educação Fundamental (2001 p.20)

Para La Blache apud Secretaria de Educação fundamental (2001) paisagem define a região e é exatamente na região que temos a dimensão de uma realidade territorial concreta, física, representando um quadro de referência para a população que a habita. Com essa afirmação temos o conceito que região e paisagem são fundamentais para a compreensão da diversidade do mundo.

Secretaria de Educação Fundamental (2001) afirma que, na Geografia tradicional a simples descrição tornou-se insuficiente como método. Esses métodos e teorias de análise tornaram-se insuficientes para apreender a complexidade do espaço. Devem-se buscar explicações mais plurais, que promovam a integração da Geografia com outros campos de saber. Sendo essa uma das características fundamentais da produção acadêmica da Geografia dos últimos tempos, busca não apenas uma descrição centrada na descrição empírica das paisagens, como também explicações exclusivamente políticas ou econômicas do mundo.

A Geografia atual busca explicar para compreender, ela defende que seja trabalhado tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição dos lugares e territórios.

Essas mudanças tiveram repercussões diversas no ensino fundamental, de forma positiva, já que motivaram a inovação e a produção de novos modelos didáticos. Mas que mesmo assim ainda muito se deve mudar já que, ainda existem muitos professores principalmente os professores das séries iniciais que utilizam como método apenas a descrição dos fatos e apoiando-se quase exclusivamente no livro didático, que ainda, em sua grande maioria, fundamenta-se em uma Geografia tradicional.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Geografia tem como responsabilidade, ser uma área do conhecimento que ajudará o aluno a compreender o mundo explicável e passível de transformações. Essa é a temática atual trabalhada pela Geografia, sendo possível encontrar em diversas bibliografias, questões que entrelaçam os temas de estudo da Geografia, com as questões sociais apontadas como prioritárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais. E que ela abrange temas transversais considerados como questões emergenciais para conquistas da cidadania.

O ENSINO DA GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI

Vesentini (2004) defende que a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, e que está em constante renovação.

Ele afirma também que o ensino da geografia vem sendo questionado pelas autoridades, pelos educadores e pelo público em geral. Questionando que o ensino tradicional: da geografia, aquela alicerçado no paradigma “a Terra e o homem”, que estuda temas como estruturas geológicas e relevo, clima, vegetação, hidrografia, população, economia entre outros, não tem lugar nas escolas do século XXI, a nova geografia deve levar o educando a compreender o mundo em que vivemos, para ajudá-lo a entender as relações problemáticas entre sociedade e natureza.

Vesentini (2009) afirma que, as escolas do século XIX eram voltadas, basicamente para imposições de ideologia nacionalista e para preparar os jovens para a economia do mercado em expansão. Já as escolas do século XX, foi o sistema escolar do período da segunda revolução industrial, sendo que ela continuou com características das escolas do século passado, mas também acrescentou outras características principalmente a de proporcionar um mínimo de formação técnica ou profissionalizante em especial no ensino médio.

Vesentini (2009) relata também que tanto a escola do século XIX como a do século XX eram conteudistas, valorizando mais os conceitos e as informações do que as competências dos alunos. Porém, a escola do século XXI vem mudar essa forma de escola, lembrando que ainda existem escolas isoladas inspiradas nas ideias do século XIX de Froebel ou Pestalozzi, por exemplo, e do século XX inspiradas em ideias de Piaget, Vygotsk entre outros. Para Vesentini (2009) a escola do século XXI não enfatizará basicamente apenas o conteúdo e, sim, a formação do ser humano em sua plenitude.

Vesentini (2004) relata que no Brasil mesmo com todas as realidades contrárias à educação-problemas salariais, falta de valorização profissional, de recursos etc, aqui existe uma riqueza de inovações, talvez pela grande pluralidade cultural os docentes experimentam diferentes caminhos para sair da rotina do tradicional e buscar estratégias inovadoras que enriquecerão o ensino da geografia.

Quintão (2009) explica que, a Geografia escolar no Brasil durante um bom tempo foi embasada no patriotismo e no nacionalismo. Para isso utilizou-se de uma visão descritiva no

ensino da Geografia, tendo a intenção de por meio das características do país dando mais ênfase aos aspectos naturais, forma pessoas com grande devoção ao seu próprio país. Se tratando da época em que se encontrava diante da primeira e da segunda Guerra mundial, era imprescindível que existisse um número cada vez maior de pessoas dispostas a defender a sua tão preciosa nação.

Vesentini (2004) defende um ensino crítico da geografia, não apenas limitado às renovações de conteúdos, mas que também implique em valorizar determinadas atitudes, como o combate ao preconceito e habilidades como raciocínio, elaboração de conceitos e capacidade de observação crítica. Para que isso ocorra ele defende que novos procedimentos pedagógicos sejam adotados, defende o estudo do meio- trabalho fora de sala de aula, dinâmicas de grupo e trabalhos dirigidos, debates, uso de computadores, preocupações com atividades interdisciplinares e com temas transversais, seria algumas das formas ideias para se estudar geografia e ajudar o aluno a compreender, o espaço geográfico desde a escala local até a global.

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Karklis (2004) afirma que foi a partir da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, que o homem passou a interferir na transformação da natureza de forma mais expressiva. Durante essa fase, a população mundial pulou da casa do milhão de habitantes para bilhões no início do século XXI. A exploração de recursos naturais para crescimento urbano-industrial altera todos os ecossistemas, gerando a dificuldade em sobrevivência, ou extinção de várias espécies animais e vegetais, provocando danos em regiões antes consideradas remotas, pondo em risco a sobrevivência ate mesmo da própria humanidade.

[...] as preocupações de certos grupos da sociedade com o meio ambiente global levaram à realização do primeiro encontro de chefes de Estado em 1972 na cidade de Estocolmo, Suécia. Foi à conferência das Nações Unidas sobre o homem e o meio ambiente. Os países desenvolvidos notavam as consequenciais negativas do processo acelerado de industrialização. Desde a década de 50 o desenvolvimento industrial atingira vários países subdesenvolvidos. (Karklis 2004 p276)

Karklis (2004) afirma também que, as grandes devastações das florestas devido à extração comercial de madeira, de projetos agropecuários e mineradores, da construção de usinas hidrelétricas, habitação e de incêndios de causas naturais e humanas. Causam consequências extremamente negativas como a destruição da biodiversidade, Os desmatamentos aceleram os processos erosivos. Empobrecendo o solo, assoreando rios e lagos, causando enchentes e dificultando a navegação e agravando ainda mais os processos de desertificação natural, o aumento da temperatura média e o desequilíbrio entre as espécies.

EROSÃO E PROCESSOS EROSIVOS

Para Oliveira (1997) o uso do solo, principalmente por atividades ligadas à produção de alimentos e outros bens de consumo, ajuda consideravelmente para a degradação progressiva do mesmo e do ambiente ao qual ele se encontra. Isto resulta na perda de nutrientes e

consequentemente torna-se causador de outros processos como a lixiviação.

Oliveira (1997), afirma que o solo é considerado degradado quando deixa de exercer parte de suas funções, tais como nutrir as plantas, filtrar a água ou abrigar a biodiversidade. Identifica-se neste processo quatro formas principais de degradação, todas elas provocadas ou ajudadas pela ação humana: erosão hídrica, erosão eólica, alteração química e a degradação de natureza física.

Guerra & Guerra (1997) mostra que os processos erosivos constituem-se numa forma natural de modelagem do relevo e atuam de modo conjugado aos processos pedogenéticos. Sob condições naturais, estes dois processos atuam equilibradamente. Rompendo este equilíbrio através da ação antrópica, tem-se uma erosão acelerada. Há também que se considerar que este processo está relacionado ao clima e ao próprio uso do solo, sendo que há uma interdependência de ambos.

Analisa-se também o resultado deste processo erosivo considerando-o como previsível e direto. Alguns exemplos no meio rural como o plantio inadequado, o desmatamento das matas ciliares, são condicionantes da erosão. No meio urbano considera-se o uso inadequado dos espaços, a falta de infra estrutura urbanística, a impermeabilização superficial entre outros fatores.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Escola Agrícola de Formosa Goiás é um ótimo local para se fazer um estudo mais aprofundado sobre a natureza e seus problemas ambientais, utilizando uma visão teórica e prática.

Segundo o PPP (2011), Projeto Político Pedagógico da Escola Agrícola Lucila Saad Batista, a escola tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Formosa. Atende a Educação Infantil - e de 1º ano 9º ano do Ensino Fundamental, e foi criada pelo Decreto Nº. 131J. de 10/08/88, com o ato de autorização através de Resolução – CEE nº 024 de 12 de janeiro de 1.993, denominada como Escola Agrícola de Formosa.

Está situada no projeto Bela Vista denominada fazenda Campo Limpo, à margem esquerda da BR 020, KM 75, Zona Rural do Município de Formosa Goiás, construída no ano de 1987, começando seu funcionamento em 1989 no mandato do Prefeito José Saad, tendo como Secretária Municipal de Educação Maria Lígia Barbosa de Almeida e nomeada como 1ª Diretora Escolar Ilidia Gomes Jesus.

A construção desta Unidade Escolar foi feita com recursos do Ministério da Educação para implantar de 1º a 9º ano com terminalidade em agropecuária.

A Unidade Escolar funcionava em tempo integral e em regime de semi-internato, além da Base Nacional Comum parte diversificada também contempla Práticas Agrícolas, Práticas Zootécnicas e Práticas Comerciais.

O PPP (2011) confirma que mesmo sendo uma escola de “Zona Rural” ela tem uma ótima estrutura física, com biblioteca, sala de vídeo, refeitório, laboratório de Ciências (incompleto), horta, lavoura, animais e vários recursos pedagógicos para o desenvolvimento de boas aulas.

METODOLOGIA

Foram divididas duas aulas, sendo uma dentro de sala para embasamentos teóricos outra com uma perspectiva prática, visitando as problemáticas estudadas.

Seguindo um embasamento da Secretaria de Educação Fundamental (1997), que confirma a exigência da reorganização do papel da educação no mundo contemporâneo, colocando para a escola um horizonte mais amplo e diversificado do que aquele que até poucas décadas atrás orientava a concepção e construção dos projetos educacionais. Devem-se formar profissionais preparados para lidar com novas tecnologias, capazes de se adaptarem aos novos ritmos e processos em função de novos saberes. Isso remete diretamente nas escolas. Ficando como função da educação básica garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação ideal para sua realidade.

A primeira aula, os alunos foram levados a campo para que possam compreender, visualizar, e interagir com todo o conteúdo que posteriormente será explicado para eles teoricamente em sala de aula. Para que eles possam entender como se dá essa apropriação do espaço, a degradação do meio ambiente e os seus resultados, nesse caso analisando os processos erosivos daquela área, sempre com uma visão ecológica, visando o embasamento da Secretaria de Educação Fundamental (2001), que afirma ser essencial que o aluno contextualize esses processos, e que saibam como preservar e quais os motivos levariam ao mau uso da natureza da mesma forma saber como recuperá-la em caso de destruição.

Pois é preocupante, a forma como os recursos naturais, vem sendo tratados. São poucos os que se preocupam com as questões ambientais. A necessidade de extrair recursos para gerar mais riquezas, faz com que as pessoas deixem de lado a conscientização ambiental.

Na segunda aula será explicado novamente tudo o que foi estudado em campo, porém de forma teórica, e utilizará de novas técnicas para compreensão e aprendizado dos alunos, sendo utilizados recursos multimídias como o datashow para que através de representações de imagens o conteúdo seja melhor compreendido. Seguindo o embasamento da Secretaria da Educação Fundamental (1997) que nos seus objetivos gerais pede-se para lidar com os novos meios de comunicação, informação e tecnologias da melhor forma possível para aquisição de conhecimentos.

Como perspectiva para que os alunos tenham uma visão ecológica, foram enfatizadas as questões ambientais, apropriação, degradação e consequências, pois para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais(2013) a Educação Ambiental é vista como uma das esperanças para possíveis transformações das condições de qualidade de vida da população utilizando a conscientização social como ferramenta.

Assim, foi feita uma primeira aula prática abordando as questões ambientais e tendo a erosão como consequência e automaticamente estudando as mesmas, e posteriormente uma aula teórica para enfatizar tudo que foi falado fora de sala, para que o aluno possa obter uma melhor compreensão.

Fazendo assim uma interação entre a teoria e a prática juntamente como a interdisciplinaridade entre as matérias, geografia e a práticas agrícolas.

A turma utilizada como amostra para a pesquisa foi o 9º ano, figura 1, para serem ministradas as aulas, devido os conteúdos, apropriação do espaço geográfico, impacto ambiental e consequências dos impactos ambientais- erosões, já serem exigidos na matriz curricular do 9º ano deste colégio.



Figura 1 –9º Ano da Escola Agrícola de Formosa

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola de Formosa- Goiás no ano de 2013.

No colégio só existe uma sala para os alunos do 9º ano, sendo um total de vinte e quatro (24) alunos todos com uma faixa etária de aproximadamente quatorze (14) a quinze (15) anos de idade, e o número de homens e mulheres bem parecidos sendo um total de treze (13) homens e onze (11) mulheres.

Foi seguida a seguinte ordem, primeira uma aula prática, figura 2, para que os alunos se integrem com o que está sendo explicado, podendo visualizar e compreendendo os fenômenos estudados diretamente na sua fonte. O que facilita a segunda aula, que foi uma aula teórica, contextualizando tudo o que havia sido falado em campo, facilitando aos alunos terem uma melhor compreensão, já que eles vivenciaram o que esta sendo explicado.

Ao iniciar a primeira aula, os alunos foram encaminhados até um galpão que de lá eles poderiam visualizar a paisagem e suas modificações, foi feita uma pequena dinâmica utilizando os próprios alunos, para que eles pudessem melhor entender e visualizar o que seria explicado adiante.



Figura 2 – Aula prática no galpão

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola de Formosa- Goiás no ano de 2013.

Em seguida uma boa parte da aula foi ministrada diante de uma erosão, figura 3 e 4, em estágio inicial passando para o avançado, e foi demonstrado e exemplificado, o que seria uma apropriação do espaço geográfico, os impactos ambientais e suas consequências, tendo a erosão como um exemplo, bem como a ação do homem.



Figura 3 – Aula prática próxima a uma erosão.

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola de Formosa- Goiás no ano de 2013.



Figura 4– Aula prática em uma erosão.

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola de Formosa- Goiás no ano de 2013.

Devido o dia está chuvoso, e tornar um pouco perigoso para os alunos, na outra erosão escolhida para a abordagem sobre processos erosivos, no caso, a voçoroca, passou-se apenas para os alunos visualizarem e a explicação foi realizada em sala de aula.

A segunda aula, figura 5, utilizou-se do recurso multimídia, projetor data-show, a explicação foi dada utilizando exemplo de tudo que havia sido visualizado e falado na aula prática de poucos instantes atrás.



Figura 5– Aplicação de aula teórica

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola de Formosa- Goiás no ano de 2013.

Os alunos se comportaram bem, não houve dificuldades, devido barulhos ou dispersões acarretadas por eles, alguns participaram da aula fazendo algumas perguntas e até mesmo exemplificando coisas que estavam sendo faladas, utilizando a aula prática e o seu cotidiano como exemplo.

Para finalizar as aulas, foi entregue uma atividade escrita, contendo onze (11) questões a respeito de todo o conteúdo trabalhado em sala e em campo, para que se possam analisar os resultados da integração teoria-prática.

A análise da pesquisa foi feita através de um questionário que contém onze (11) questões sobre, apropriação do espaço geográfico, impactos ambientais, consequências dos impactos ambientais tendo como exemplos as erosões, sendo que todo o conteúdo foi trabalhado com a turma do 9º ano da Escola Agrícola de Formosa Lucila Saad Batista.

Os temas escolhidos foram devido às matérias já serem exigidas na matriz curricular do 9º ano observando a preocupação atual em que o aluno entenda o meio onde vive, e também por se tratar de uma escola agrícola e possuir os aspectos ideias como as próprias erosões, para a realização de uma aula prática seguida de aula teórica.

Analisar-se como satisfatório o resultado e observam-se que os alunos conseguiram entender as técnicas que poderiam ser utilizadas para contenção de uma erosão, muitos descreveram a própria técnica que presenciaram na aula prática como exemplo.

Se tratando de um exercício onde os alunos não estariam ganhando nada em troca, como ponto ou o conteúdo que seria cobrado na próxima prova, observa-se como sucesso das aulas utilizando um viés teórico e prático, já que a média final do resultado obtido foi de 45% de acertos, 19% de questões parcialmente corretas e 36% de respostas erradas ou questões que não foram respondidas.

Observe o gráfico a seguir;



Gráfico 1 – Resultado final

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola de Formosa- Goiás no ano de 2013.

Observando principalmente nas questões em que os alunos puderam observar *in loco* o fenômeno estudado, as respostas foram melhores. As questões tiveram respostas com melhor elaboração e com uma riqueza maior de detalhes, como também na própria participação em sala os alunos perguntavam já com certo entendimento do que estava sendo explicado não ficando um assunto totalmente difícil de compreensão para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando reconhecer a importância da integração didática entre teoria e prática para os alunos do ensino fundamental, este trabalho buscou através de uma perspectiva geomorfológica e ambiental, juntamente com os alunos da Escola Agrícola de Formosa comprovar a importância de se entender as dinâmicas do espaço geográfico. Abordando esses aspectos objetivamos apontar para a viabilidade desse tipo de recursos didático como mais uma alternativa de aprendizado, comprovando que tal estratégia pode despertar maior interesse e melhor compreensão dos alunos.

Com o objetivo de encontrar uma forma diferenciada de se ensinar sobre erosões, para os alunos da Escola Agrícola de Formosa Goiás, foi buscada bibliografias que orientassem sobre as novas formas de educação nos tempos atuais, e constatado que existe uma busca muito grande para que o ensino saia dos métodos tradicionais. Buscam-se novas formas de aprendizagem que saiam das aulas tradicionais, onde geralmente se encontra professores com auxílio de livros didáticos, lendo e explicando o conteúdo para os alunos.

O objetivo das escolas do século XXI nome usado por alguns autores para referir sobre as formas de ensino dos dias atuais, busca que o educando aprenda a entender o mundo que o rodeia, e percebe-se que apenas aulas dentro de sala de aula já não são suficientes para o aluno ter uma dimensão maior das realidades referente ao mundo em que vive.

As preocupações atuais estão relacionadas também com a necessidade de conscientização por parte dos alunos com temas relacionados ao meio ambiente. Percebe-se a necessidade de educar cidadãos que entendam os dinamismos da natureza, que compreendam o seu funcionamento e também a melhor forma de retirar os seus recursos, que tentem viver em equilíbrio com a natureza, pois já é percebido que se as formas como a sociedade vêm retirando os recursos naturais não forem repensadas as consequências podem ser terríveis tanto em escalas de tempo próximas ou futuras. Podemos citar exemplos de problemas que já ocorrem nos dias atuais como irregularidade nos ciclos das chuvas em varias regiões acarretando grande período de estiagens como também chuvas em excesso causando alagamentos e destruições, como também da improdutividade do solo causadas por erosões.

Vários autores como, Vesentini, Quintão, e secretarias como Secretaria do Estado e meio Ambiente e Secretaria de Educação Fundamental, respondem a indagação dessa pesquisa, afirmando que, de fato é um ótimo método didático de se trabalhar, utilizando teoria e a prática e que também é de suma importância nos dias atuais que os alunos entendam o espaço geográfico principalmente com uma visão ecológica.

Ressalta-se, porém que essa pesquisa tem como objetivo de não apenas obtenção de respostas teóricas, mas sim de respostas que comprovem essas teorias.

Para isso foi pesquisado uma grande gama de materiais didáticos referentes a formas de ensino e a problemas relacionados à apropriação do espaço geográfico e as suas consequências, chegando à conclusão que uma aula deveria ser aplicada com os alunos do 9º ano da Escola Agrícola de Formosa, para que se possa comprovar ou discordar das teorias até então lidas em que a junção de teoria e prática do ensino juntamente com uma interdisciplinaridade é de grande valia nos processos de aprendizagem.

Para obter resultados sobre essa temática, foram elaboradas duas aulas para serem ministradas aos alunos do 9º ano da Escola Agrícola de Formosa Goiás, sendo a primeira uma aula prática, onde os alunos teriam contato com o conteúdo no qual seria explicada para eles e posteriormente uma aula teórica para serem discutidos todos os conteúdos explicados fora de sala como também enriquecer com mais alguns detalhes e observações, e no final foi entregue uma atividade para medir o grau de assimilação dos conteúdos apresentados para os mesmos.

Os resultados alcançados após as duas aulas foram positivos, comprovam que a teoria e a prática de ensino juntas colaboram para o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem do aluno, e auxilia em uma melhor percepção sobre as temáticas trabalhadas, facilitando também o trabalho do professor, que terá alunos mais interessados e participativos contribuindo para o bom aprendizado de todos.

Algumas problemáticas como: ter sido apenas duas aulas para se tratar de temas até então extensos e aplicar um exercício onde os alunos não teriam nada em troca, como pontos ou coisa do tipo, eram fatores adversos à pesquisa, mas que também foram de grande auxílio nas análises dos resultados alcançados. Esses fatores ajudam a provar o quanto é relevante a busca por práticas didáticas voltadas para o dia-a-dia do aluno e que possam fazer com que eles presenciem e entendam o processo do que estão estudando, mostra que mesmo com um tempo reduzido, mas com as estratégias bem definidas, existe a possibilidade de uma boa transferência de conhecimentos como também mesmo sem nada em troca, se a matéria lhe chama atenção e as perguntas se tornaram fáceis devido ao seu conhecimento adquirido, não existe um porque não responder o exercício proposto da melhor forma possível.

Falar sobre os resultados alcançados na pesquisa é dizer que foram satisfatórios e comprovam que a teoria está correta. Com média de 64% de acertos contra 36% de erros é inegável afirmar a importância de aulas diversificadas, utilizando a teoria e a prática de ensino com uma perspectiva ecológica.

Ao fazer o estudo de campo com os alunos, foram observadas características distintas das encontradas em aulas dentro de sala, uma mistura de liberdade com descobertas, o objetivo em saber mais eram facilmente percebido. Quando se utilizava exemplos do cotidiano dos alunos, sempre exemplos eram dados ou dúvidas surgiam, foi assim sobre apropriação do espaço geográfico, impactos ambientais como também as erosões. Observações e dúvidas que possivelmente os alunos não observem em uma explicação em sala no estudo prática eles surgiram. Nota-se a importância do educador antes de levar os educandos até um determinado local, ele já deve conhecer o mesmo e ter um bom domínio da temática estudada, pois certamente as indagações, e observações diferenciadas serão maiores.

Aulas teóricas após uma aula de campo, não se torna uma simples aula onde o professor irar passar o conteúdo para os alunos e os mesmos vão compreender e assimilar algumas coisas ditas. Essa aula será uma espécie de debate, os alunos têm uma visão ampla do que o professor está explicando, as dúvidas que um aluno possa ter será realidade de todos, já que toda a sala estava presente diante do que está sendo estudado, como também a facilidade será maior para o educador expor esse conteúdo, tendo uma gama muito maior de exemplos, que além de tudo podem ser comprovados devido a vivência dos mesmos.

Por fim é percebida uma maior facilidade de o aluno passar para o papel o que lhe foi ensinado e sobre as respostas, do questionário que lhes são propostos teve o grau de detalhamento

e de entendimento bem maior, exemplo disso é sobre erosões, o aluno saber o que é uma erosão através de imagens e contextualização dos professores, agora ele indo até uma erosão e conhecer suas características de fato lhe ajudara bastante no entendimento sobre o assunto.

Conclui-se, portanto, com o presente trabalho, que as preocupações da educação do século XXI estão corretas, a problemática ambiental deve ser entendida e compreendida por todos os alunos. Eles devem ter consciência do seu papel na sua manutenção e equilíbrio entre homem e natureza.

Portanto ferramentas essenciais para essa compreensão do dinamismo do planeta devem ser procuradas e adotadas, e a junção entre teoria e prática de ensino sem dúvida é uma ótima saída, como comprova esta pesquisa. Ela provou que adotando essa forma didática ampliam-se os horizontes do conhecimento e exclui uma educação limitada apenas a figuras e explicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA, A.T., e GUERRA, A.J.T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

KARKLIS, L.R. **Método de ensino globalizado educação para todos**. São Paulo: Editora difusão cultural do livro 2004.

OLIVEIRA, M.A.T. **Evolução de voçorocas e integração de canais em áreas de cabeceira de drenagem: modelo conceitual, taxas de erosão e sinergia de mecanismos**. n.ºs. p.19/20. 1997.

PPP, **Projeto Político Pedagógico – Escola Agrícola Lucila Saad Batista**, Formosa, GO, 2011.

QUINTÃO, A.F.B. **Desafios e perspectivas do ensino da geografia no Brasil**. 2009. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT2/tc2%20\(9\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT2/tc2%20(9).pdf)>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Introdução ao parâmetro curricular nacional**. Brasília, 1997.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetro curriculares nacional: Geografia**. Brasília, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS. **Educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/educacao-ambiental>>. Acesso em: 05 Junho de 2013.

VESENTINI, J.W. **O ensino de geografia no século XXI**. São Paulo: Papiros, 2004.

VESENTINI, J.W. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO PARTICIPATIVA

Luciana Domingues Chaves
Universidade Federal do Goiás – Regional Catalão
lucianachavesitba@gmail.com

José Vieira Neto
Universidade Federal do Goiás – Regional Catalão
jovinetto@hotmail.com

Resumo

O presente artigo está fundamentado em uma experiência proporcionada pela disciplina de Estágio Curricular Supervisionado III em Geografia do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, por intermédio do Projeto Geografia em Ação, realizado na Escola Estadual Professora Maria de Barros, localizada na área urbana de Ituiutaba – MG. O objetivo central do artigo é fazer alguns apontamentos de como o tema Educação Ambiental é assimilado pelos estudantes a partir de discussões direcionadas a abordagem metodológica diferenciada, no que diz respeito ao desenvolvimento da Geografia escolar associada a novas práticas em sala de aula. Para tanto, buscou-se fazer revisões bibliográficas, selecionando, estudando e analisando referenciais teóricos sobre a temática educação ambiental, espaço escolar, ensino de Geografia entre outras que se apresentaram de fundamental primazia tanto para o desenvolvimento do supracitado projeto como do presente artigo. Como resultado, pode-se concluir que fugindo do ensino tradicional onde apenas ouvem alguém falar os alunos foram precursores do seu aprendizado.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Espaço Escolar, Educação Ambiental, Novas Práticas.

INTRODUÇÃO

As discussões empreendida acerca do termo Educação Ambiental, organizaram-se sob diferentes perspectivas, adquirindo diversas feições e se fortaleceram nos dias atuais com a difusão de debates que paulatinamente apresenta a mesma como um dos principais pilares propulsores das mudanças de comportamento do homem em relação ao meio. A Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) conceitua a Educação Ambiental como:

[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para

entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE TBILISI, 1977 apud SATO, 2004, p.23).

Levando em conta essa perspectiva, podemos observar que a Educação Ambiental mostra-se como um instrumento que busca despertar a preocupação individual e coletiva no que tange a inter-relação dos seres humanos com a questão ambiental. Para tanto, as tomadas de decisões cria mecanismos para ampliar as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza.

Entendendo todo esse contexto, a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado III em Geografia, do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal do Uberlândia, proporcionou por meio do projeto: Geografia em Ação, a inserção dos estudantes dentro do espaço escolar da Escola Estadual Professora Maria de Barros, localizada na área urbana de Ituiutaba - MG, visando tecer reflexões sobre a importância da Educação Ambiental para economia de energia elétrica e uso racional da água. Neste contexto, foram desenvolvidas atividades no primeiro semestre do ano de 2012, a partir da temática Educação Ambiental. Essas atividades foram realizadas nas aulas de Geografia cedidas pela professora responsável pela disciplina na série do 3º ano “A” do Ensino Médio do turno matutino, ao todos foram dois encontros, totalizando juntos quatro horas de duração.

É fundamental realçar que nesse ingresso do estudante acadêmico na escola, ele assume a figura de um estagiário que para Oliveira e Pontuschka (2006, p.119), se caracteriza como “[...] um aprendiz, estranho à sala de aula, que a ela se incorpora visando observar minuciosamente a experiência viva do trabalho do professor e (principalmente) dos alunos”. Fica, pois, evidente que o espaço escolar “representa um lócus no qual a pluralidade de saberes e de culturas massificam-se por meio dos sujeitos e pela forma com que estes apresentam seus conhecimentos éticos, estéticos, identitários”, como nos aponta Lourenço (2010, p.56). Assim, a experiência vivenciada como estagiaria no contexto escolar da escola supracitada, propiciou de fato o contato com a prática educativa e as mais diversas situações de ensino.

Diante dos elementos apresentados, o principal objetivo deste artigo é analisar como o tema Educação Ambiental nos subtemas economia de energia elétrica e uso racional da água é assimilado pelos estudantes a partir de discussões direcionadas a abordagem metodológica diferenciada, no que diz respeito ao desenvolvimento da Geografia escolar associada a novas práticas em sala de aula. Neste contexto, buscou-se fazer revisões bibliográficas, selecionando, estudando e analisando referenciais teóricos sobre a temática Educação Ambiental, Espaço Escolar, Ensino de Geografia e Novas Práticas em sala de aula.

DESENVOLVIMENTO

Ao dialogar sobre o ensino de Geografia, devemos nos ater acerca do espaço escolar. Neste movimento, Soares (2006), descreve que:

No discurso da modernidade, a escola ficava situada no centro das idéias de justiça, igualdade e distribuição de saberes, para a criação de um sujeito racional, autônomo

e livre – a escola é a construtora da cidadania. No entanto, a modernidade não realizou essa idéia de cidadania livre e individualidade autônoma, pois a alienação, anomia, burocratização, exploração e exclusão, entre outros fenômenos sociais, estão singularizando este nosso tempo (SOARES, 2006, p.331).

Pode-se destacar assim que é nesta conjuntura que o ambiente escolar, atualmente, encontra-se. Logo, para desenvolver uma Geografia de qualidade devemos compreender essa realidade, pensando na adoção de “linguagens não convencionais no ensino, e através do binômio ensino/aprendizagem encontramos práticas e metodologias que modifiquem alguns paradigmas que envolvem a educação e o espaço escolar” (LOURENÇO, 2010, p.58).

É a partir desse dinamismo e de novas linguagens associadas ao ensino de Geografia que o debate em torno do tema educação ambiental acontecerá na escola. Nesta vertente, como nos afirmar Castrogiovanni (1998):

O ensino de geografia deve priorizar a análise do espaço vivido e as práticas do espaço percebido, transportando-as para as representações do espaço concebido. Devemos conhecer a psicogênese das operações e representações do espaço-temporal, assim como suas questões socioespaciais. O ensino de geografia deve oportunizar situações em que o aluno teorize e textualize as suas significações (CASTROGIOVANNI, 1998, p.83).

E, ainda segundo este mesmo autor “o processo de aprendizagem deve possibilitar que o aluno construa não apenas conceitos e categorias já elaboradas socialmente, mas que (re)signifique tais instrumentais a partir da compreensão do particular (CASTROGIOVANNI, 1998, p.83)”.

É a partir desta reflexão que pensamos não somente na utilização de material didático já oferecido no espaço escolar, no caso o livro didático. Houve também uma preocupação em construir um material complementar ao discutir sobre a importância da Educação Ambiental para economia de energia elétrica e uso racional da água, durante os encontros efetuados com os estudantes. No ideário das contribuições Passini (2007), chama atenção para o fato de que:

Não são os recursos didáticos que transformam a aula de reprodução em aulas de construção. Temos que definir se queremos formar alunos copiadores ou criativos, alunos submissos ou críticos, se utilizarmos pensamentos prontos ou incentivamos nossos alunos a pensar; enfim, essa decisão metodológica é do professor (PASSINI, 2007, p.103).

Sob essa perspectiva, optou-se no desenvolvimento do projeto: Geografia em Ação, realizado nas dependências da Escola Estadual Professora Maria de Barros, pelo trabalho com dinâmicas de grupo entendendo que estas podem contribuir com a efetivação da Educação Ambiental nos indivíduos envolvidos no respectivo projeto, neste caso os educandos do 3º ano “A” do Ensino Médio do turno matutino da referida escola citada acima. Para Perpétuo e Gonçalves (2000. s/p):

A opção pelo trabalho com dinâmica de grupo permite que as pessoas envolvidas passem por um processo de ensino e aprendizagem em que o trabalho coletivo é colocado como

um caminho para se interferir na realidade, modificando-a. Isso porque a experiência do trabalho com dinâmica promove o encontro de pessoas em que o saber é construído junto, em grupo (PERPÉTUO e GONÇALVES, 2000, s/p).

Convém frisar que as dinâmicas empregadas consistiram em: roda de conversa e brincadeiras. Para compreender melhor o intuito das dinâmicas empreendidas, buscamos em Nascimento e Silva (2009, p.1) o seguinte entendimento de roda de conversa: “[...] consistem em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos”. Nesta perspectiva as rodas de conversa podem ser consideradas um instrumento de ensino ou prática pedagógica capaz de promover no homem o interesse pelo aprendizado além de possibilitar que os mesmos compartilhem seus conhecimentos prévios e os socializem com os demais participantes, associando-os aos temas tratados.

No âmbito das brincadeiras, Melo (2006) discute que essas levam o indivíduo a expressar seus impulsos instintivos, e dessa forma, serve como elemento encorajador e de orientação que, se bem usado, auxilia no desenvolvimento oportuno da inteligência, fazendo com que sejam apuradas as emoções e as suas vontades, individualidade e sociabilidade. Nesse sentido, podem ser classificadas como sendo um elemento indispensável no relacionamento entre as pessoas, permitindo-lhes que a criatividade aflore.

Neste contexto, para à realização do presente projeto buscou-se fazer revisões bibliográficas, selecionando, estudando e analisando referenciais teóricos sobre a temática educação ambiental, bem como sobre economia de energia elétrica e uso racional da água. Posteriormente, buscou-se a identificação de dinâmicas de grupos que possibilitasse uma interrelação entre os participantes, propiciando a socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Em seguida, organizou-se de maneira sistêmica o planejamento e execução do projeto, enfocando alguns apontamentos significativos como faixa etária do público alvo atingido e adequação dos conteúdos e dinâmicas. Conforme explicitado anteriormente à realização do projeto Geografia em Ação desdobrou-se em duas etapas, cada uma com duas horas de duração, totalizando juntas quatro horas. A seguir encontra-se o detalhamento das etapas.

ETAPA 01. TEMÁTICA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ECONOMIA DE ENERGIA ELÉTRICA

A preocupação com a eficiência energética remete-se a década de 1970. Contudo, somente no final da década seguinte é que esta se tornou uma preocupação mundial devido ao impacto causado pelas emissões de poluentes, provocados principalmente pela queima de combustíveis, decorrendo até os dias de hoje. Com o crescimento dos países emergentes houve também um aumento no consumo de energia no mundo resultando em discussões acerca da eficiência energética. Busse (2010, p.2) corrobora afirmando que “as vantagens e os benefícios da economia energética estão relacionados diretamente com a maior disponibilidade de energia, pois com a economia evita-se o desperdício e obtêm-se mais recursos para uso em outras áreas, além de proteger o meio ambiente”.

Nesse sentido, a presente temática propiciou um debate resultando na apresentação verbal de pequenas mudanças nos hábitos diários e como o uso dos aparelhos eletrodomésticos pode

reduzir a conta de luz no final do mês. Enfatizou-se também que a importância de controlar o consumo está não apenas em economizar dinheiro, mas também em evitar o desperdício. Para finalizar e realizou-se a dinâmica “Rolo de Barbante”. Para tanto, os estudantes formaram um círculo, em seguida a coordenadora tendo em posse um rolo de barbante deu início a dinâmica. Requereu-se que cada participante expusesse verbalmente uma atitude para economizar energia. A coordenadora da dinâmica solicitou um voluntário para iniciar a tarefa sugerindo um membro do grupo para entregar outra parte do barbante dando sequência na atividade formando uma espécie de teia de aranha. Os estudantes comentaram uns com os outros sobre os cuidados para evitar o desperdício de energia expondo algumas pequenas mudanças de hábito e atitudes que fazem a diferença acerca do uso do chuveiro elétrico, geladeira/freezer, lâmpadas, televisão, ferro elétrico, máquina de lavar roupa e computador.

Ao final da dinâmica, realizou-se um balanço das discussões, sendo perceptível que os alunos conseguiram de fato refletir e relacionar o que estavam vendo em sala de aula com o seu dia-a-dia.

ETAPA 02. TEMÁTICA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL – USO RACIONAL DA ÁGUA

A água é um elemento vital para os seres humanos, dependemos dela para sobreviver. A mesma é um recurso natural finito. Diante disso, a redução do consumo de água é atualmente uma das grandes preocupações nos debates acerca das questões ambientais. Convém destacar que a deterioração da qualidade da água e sua possível escassez no futuro são decorrentes de diversos fatores, entre eles estão, a poluição causada por efluentes domésticos, industriais e deflúvio superficial urbano e agrícola além do seu uso inconsequente como o desperdício. Nessas circunstâncias é preciso haver o uso racional da água tendo iniciativas para otimizar e reduzir o consumo.

Mediante a isto, buscou-se estabelecer por meio da roda de conversa, um diálogo reflexivo acerca do uso racional na água abordando aspectos como: água doce acessível; água utilizada no uso doméstico, industrial e agrícola; setores que mais consomem água em nossa casa; quantidade de água necessária para produzir itens do nosso cotidiano (arroz, manteiga, queijo, cerveja, banana, batata) entre outros. Em seguida debateu-se a importância de se economizar água e como usá-la de forma racional. Para auxiliar neste diálogo usou-se imagens, tabelas e gráficos projetados no recurso didático data-show.

Para finalizar realizou-se a dinâmica “Ditados Populares”, esses foram selecionados visando chamar atenção para a importância da água. Para esta atividade quatro estudantes se prontificaram espontaneamente a dramatizar os seguintes ditados populares para o restante da turma adivinhar:

- “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”
- “Águas passadas não movem moinho”
- “Quem tá na chuva é pra se molhar”
- “Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto”

Inicialmente os alunos demonstraram-se um pouco tímidos, mas, gradativamente, entraram no clima expressando-se por meio de gestos estabelecendo uma forma de comunicação

com a turma. Sendo assim, pode-se concluir que de maneira estimulante os alunos construíram seu conhecimento, uma vez, que fugindo do ensino tradicional onde apenas ouvem alguém falar, foram precursores do seu aprendizado.

Diante dos elementos expostos, podemos explicitar o interesse despertado nos alunos no que tange a contemplação da temática Educação Ambiental nos subtemas economia de energia elétrica e uso racional da água, por intermédio das práticas ditas novas, pois mesmo tratando-se de temas que são postos cotidianamente na televisão, na internet, quando inseridos em sala de aula de modo diferenciado, adquire uma contemporaneidade pedagógica pela sua abordagem nova, seja essa realizada por meio de roda de conversa, brincadeiras entre outras.

CONCLUSÃO

Para Lourenço (2010, p. 67), “conservar o encanto no espaço escolar é um dos maiores desafios que surgem para professores e gestores escolares. Nesse sentido, a mudança no fazer pedagógico torna-se emergencial, e o diálogo com as novas linguagens é primordial para o sucesso da docência”. Nesta conjuntura, a formação do docente deve passar pelas experiências diretas no ambiente escolar. Sendo assim, o Estágio Curricular Supervisionado III em Geografia possibilitou aos estudantes uma aproximação de fato com o espaço escolar, propiciando com que vivenciasse situações de ensino como a preparação de materiais, diálogos temáticos e dinâmicas.

Em suma, as atividades desenvolvidas no Projeto Geografia em ação possibilitaram uma nova visão no que se pode mencionar a prática pedagógica. Por meio da realização da roda de conversa notou-se a socialização de saberes voltada para a ação, havendo a troca de experiências entre os envolvidos. Houve uma participação efetiva dos estudantes principalmente na realização das dinâmicas que permitiram não apenas uma inter-relação entre os participantes mais promoveram o dialogo entre estes proporcionando um saber construído junto, em grupo, fazendo com que a temática Educação Ambiental fosse debatida diluída nas discussões sobre economia de energia elétrica e uso racional da água levando uma sensibilização dos estudantes no que se refere ao seu papel de cidadão na sociedade, especificamente na tomada de decisões em prol do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSSE, Bruna Nascimento. Textos acadêmicos sobre eficiência energética: uma amostra quantitativa dos últimos 40 anos de pesquisa. **Especialize Revista on line**, novembro de 2010. Disponível em: <http://www.ipog.edu.br/uploads/arquivos/643*591f20914f664adfe660f87903e5.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Revisitando a alfabetização para trabalhar a geografia no ensino fundamental**. In: SHÄFFER, N. O (org). Ensinar e aprender Geografia. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998.

LOURENÇO, Ronaldo Mendes. Hoje vou à escola! Novas práticas de ensino de Geografia. **Revista Geosaberes**, Dezembro, n. 2, v.1, p. 55-71, 2010.

MELO, Belane Rodrigues de. **A importância da brincadeira como recurso de aprendizagem.** Disponível em: <<http://www.faedf.edu.br/faedf/Revista/AR01.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2013.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. Rodas de conversa e oficinas temáticas: experiências metodológicas de ensino-aprendizagem em Geografia. In: **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia.** ago. e set. 2009, Porto Alegre. Anais do 10º ENEPEG. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; PONTUSCHKA, Nídia N.. Repensando e refazendo uma prática de estágio no ensino de Geografia. In: VESSENTINI, José William et al. **Geografia e ensino: Textos críticos.** 9. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 117-134.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSY, Sandra T (org). **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007. 223 p.

PERPÉTUO, Susan Chiodo; e GONÇALVES Ana Maria. **Mundo Jovem: um jornal de ideias.** Disponível em: Acesso em: 19 mar. de 2013.

SATO, Michele. Educação Ambiental. São Carlos, RiMa, 2004. **Revista Veja.** Disponível em: Acesso em: 19 mar. 2013.

SOARES, Maria Lúcia de Amorim. Reinventando o Ensino de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 331-342.

ENSINO DE GEOGRAFIA E CINEMA: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Marcos Augusto Marques Ataídes
Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH

Jordana Alves da Silva
Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH
jordanaalves.geo@gmail.com

Resumo

O presente artigo é fruto das pesquisas vinculadas ao projeto Cinema e Educação: as representações dos professores (as) nos filmes hollywoodianos. O desenvolvimento do trabalho mostra que, apesar da utilização de filmes como formas de linguagem por determinadas disciplinas na universidade, a maioria dos acadêmicos não concebe o cinema como uma linguagem fruto de uma época e dos valores axiológicos, embora a leitura dos livros que enfocam os filmes como realidade e linguagem social vem modificando essa percepção. A decodificação do filme é feita através do entendimento de sua mensagem principal, bem como o desenvolvimento de uma assistência crítica.

Palavras-chave: Cinema. Educação. Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

Os filmes utilizados nos cursos mostram em sua maioria uma construção da imagem de um professor como um tipo ideal que faz a diferença. A maioria desses filmes são produções hollywoodianas e a mensagem na maioria desses filmes é sempre a superação individual frente às diversidades encontradas no espaço escolar, geralmente representado por salas de aulas lotadas, localizadas em bairros pobres, violentos e onde o restante do corpo docente não está preocupado com a educação. Disciplinas como didática ou estágio, enfocam os temas como: indisciplina, violência, planejamento, currículo entre outros temas da educação.

A utilização de filmes dos Estados Unidos se deve a presença massiva dessas produções. O professor neste país, da mesma forma que o policial, advogado, estão entre os personagens preferidos nos enredos verídicos ou não que retratam a sociedade estadunidense. O cinema hollywoodiano quando trata o professor, é geralmente retratado em situações vivenciadas e identificadas em vários países, já que esse passa em regiões periféricas das cidades, onde o professor (a) encontra alunos e alunas da classe trabalhadora, que por viverem nesses locais já estariam condenados, sendo assim a educação seria à única forma de sair dessa situação.

Com os filmes podemos observar, através de sua análise, as diferentes representações dos professores com o decorrer de décadas, assim como as burocracias escolares e políticas públicas existentes nos diferentes períodos.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

As pesquisas relacionadas ao cinema, tem se desenvolvido em vários campos científicos, sociologia, história, educação e geografia, embora essa última apresente uma produção menor se comparada com as outras, esse fato demonstra a importância desse objeto de estudo, esses estudos são essenciais para decodificação do filme, já que todas essas disciplinas procuram analisar as “mensagens”, partindo de pressupostos teóricos metodológicos.

A sociologia tem se aproximado do cinema principalmente após a Segunda Guerra Mundial, para Sorlin (1985) foi o impacto produzido pela criação e difusão da televisão, que introduziu a imagens no cotidiano doméstico, fez com que os cientistas sociais não mais pudessem ignorar o mundo da câmera.

(...) É nesse espaço que a sociologia pode inserir-se para contribuir com a percepção dos vários fatores que estão envolvidos em todo o processo da produção filmica, isto é, ela atenta para o universo onde se relacionam criador, obra, receptor, estrutura social e jogo de interesses. Nossa percepção é um ato social; se fixa; se organiza em função do que é útil e lícito ver no meio em que vivemos e temos que nos situar (SORLIN, 1985, p.169).

A compreensão do processo pelo qual esse filme foi produzido bem como esse foi assimilado torna-se um dos elementos essenciais nas pesquisas que envolvem a sociologia e o cinema. Para Viana (2012) o elemento fundamental em um filme é a sua mensagem que pode ser transmitida através de imagens, diálogos, textos e sons, no entanto essas estão ligadas as concepções, valores, sentimentos e até mesmo aspectos inconscientes dos produtores da mensagem.

(...) Podemos distinguir entre alguns tipos de mensagens: a mensagem intencional, a mensagem inintencional e a mensagem inconsciente. A mensagem intencional é aquela que o (s) roteirista (s), o diretor e os demais membros da equipe de produção querem enviar com a produção do filme. A mensagem inintencional é a que a equipe de produção não tinha interesse em repassar, mas que o faz involuntariamente. A mensagem inconsciente é aquela que é repassada também inintencionalmente e como manifestação do inconsciente coletivo (dos vários indivíduos que são os criadores do filme, ou, em casos raros, de um indivíduo, quando o diretor é roteirista) ou coletivo (VIANA, 2012, p.26).

Para Turner (1997) o cinema torna-se uma prática social para aqueles que o fazem e para o público. Em suas narrativas e significados podemos identificar evidências do modo como nossa cultura dá sentido a si próprio.

(...) Os estudos sobre o cinema, no entanto, tem sido amplamente dominados por uma perspectiva: a análise estética para qual a capacidade do cinema de se tornar arte por meio da reprodução e arranjo de sons e imagens e o centro da atenção. Este livro rompe com essa tradição a fim de estudar o cinema como entretenimento, narrativa e evento cultural, e pretende apresentar aos estudantes o cinema como uma prática social (TURNER, 1997, p.11).

Nessa perspectiva a compreensão a respeito da representação como elemento de análise do campo da sociologia torna-se um dos elementos essenciais para compreendermos como é projetada a imagem do professor por Hollywood.

A história tem tratado o filme como um documento histórico, que permite análises historiográficas, para Ferro (1992) o filme é uma fonte relevante para entendermos a conjuntura histórica da época.

Assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História, com sua rede de relações pessoais, seu estatuto dos objetos e dos homens, onde privilégios e trabalhos pesados, hierarquias e honras encontram-se regulamentados, os lucros da glória e os do dinheiro são aqui regulamentados com a precisão que seguem os ritos de uma carta feudal: guerra ou guerrilha entre atores, diretores, técnicos, produtores, que é mais cruel à medida que, sob o estandarte da Arte, da Liberdade, e na promiscuidade de uma aventura comum, não existe empreendimento industrial, militar, político ou religioso que conheça diferença tão intolerável entre o brilho e a fortuna de uns e a obscura miséria dos outros artesãos da obra. (FERRO 1992, p.17)

A questão da educação geralmente esta vinculada a dois tipos de abordagem na primeira relaciona a análise da sociologia da educação, nessa a perspectiva de análise de filmes que procuram abordar os temas como violência, autoritarismo, relações de poder estão presentes, na segunda abordagem essas enfocam os aspectos exclusivos das questões referentes a didática, currículo, relação professor aluno, planejamento, essas estão presentes em trabalhos da pedagogia e também na geografia.

A primeira abordagem na sociologia da educação tem nos trabalhos de Bourdieu e Passeron (1977) uma análise sobre a escola pública e suas funções na sociedade capitalista, bem como afirmam que os professores são agentes da reprodução sociocultural. Esse aspecto é importante para analisar as representações dos professores nos filmes, pois aponta para uma compreensão mais profundas das relações sociais na escola e por conseguinte, das representações que elas produzem e se reproduzem nos filmes. Numa primeira assistência dos filmes que serão analisados, observa-se que a violência é tratada como algo de fora para dentro da escola em decorrência dos lugares que encontram-se essas, que abrigam elementos da classe trabalhadora em áreas degradadas das cidades norte-americanas.

Para Bourdieu e Passeron (1975) a escola ignora as diferenças sócio-culturais da classe trabalhadora, selecionando e privilegiando em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais da classe dominante, sendo os filhos da classe trabalhadora são obrigados a assimilar esses valores. Nessa perspectiva o professor é um agente dessa ordem estabelecida, vai assumindo posturas autoritárias e obsessivas pela disciplina no interior da sala, reproduzindo a violência simbólica, ou seja, sua ação pedagógica é pautada pela imposição de um poder arbitrário baseado na divisão de classe na sociedade, que por sua vez constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultural geral.

(...) e as violências mais ou menos importantes que, continuamente, tem tido como objetivo os estabelecimentos escolares mais deserdados, nada mais são que a manifestação

visível dos efeitos permanentes das contradições da instituição escolar e da violência de uma espécie absolutamente nova que a escola pratica sobre aqueles que não são feitos para ela. Como sempre, a Escola exclui: mas a partir de agora, exclui de maneira continua (...) e mantém em seu seio aqueles que excluem, contentando-se em relega-los para os ramos mais ou menos desvalorizados (BOURDIEU, 1998, 224).

Na segunda abordagem a questão pedagógica é explicitada na obra de Tardy (1976), no qual chama atenção para crítica em relação as abordagens da pedagogia em relação ao cinema, esse afirma que os modismo são assimilados e se transformam como soluções para todos os problemas educacionais, no qual a adesão sem reflexão muitas vezes provoca distorções a respeito da utilização de determinados recursos pedagógicos, no caso dos filmes, a utilização dos filmes, de uma forma tecnicista que aborda determinados elementos simplórios da produção sem levar em consideração os aspectos axiológicos da obras cinematográfica.

(...) A pedagogia do cinema esquece por demais o cinema; longe de sujeitar-se a seu objeto, para explicita-lo e favorecer sua apropriação pelos alunos, ela não para se não depois de tê-lo aprisionado, amordaçado, amarrado. O pedagogo gosta de se fazer de domador: ele pensa que atinge seu objetivo quando lima os dentes e corta as unhas da fera. Ele transforma o cinema num animal domestico. Nessas condições, o triunfo da pedagogia é o mesmo tempo uma derrota para o cinema. (TARDY 1976, p.57).

As considerações feitas por Tardy (1976) continuam sendo visíveis no campo da utilização do cinema como elemento pedagógico que procura através de filmes que enfoquem o papel do professor como um tipo ideal a ser alcançado, levando assim ao delírio dos que trabalham com disciplinas relacionadas ao planejamento e didática, são essas análises que transformam a figura do professor no cinema em um ser capaz de mudar sozinho as relações sociais de sua aula.

Segundo Duarte (2002), no Brasil a questão do cinema tem raízes nos aspectos relacionados ao cinema não ter o mesmo status que goza a literatura, sendo visto como algo inferior, além do fato do brasileiro não ver no cinema uma forma de diversão ou de conhecimento.

Por incrível que pareça, os meios educacionais ainda vêem o audiovisual como mero complemento de atividade verdadeiramente educativas, como a leitura de textos, por exemplo, ou seja, como um recurso adicional e secundário em relação ao processo educacional propriamente dito. Defendemos o direito de acesso amplo e universal ao conhecimento, mas não defendemos o direito de acesso ao cinema está entre os mais caros do mundo. Até quando ignoramos o fato de que cinema é conhecimento? (DUARTE 2002, p 20).

Essas duas abordagens relacionadas à sociologia da educação e a pedagogia são abordagens presentes nos trabalhos relacionados aos filmes.

Na geografia a questão fílmica esta relacionada implicitamente em vários filmes que destacam as “paisagens” representadas, geralmente essas abordagens restringem-se as fotografias dos filmes, a associação entre a realidade fílmica e as imagens do livro, muitas dessas abordagens são apenas relacionadas as técnicas do cinema ou os aspectos educacionais visíveis, remontando o pedagogismo do cinema.

(...) O cenário de O Jarro é extremamente significativo da relevância que a região retratada tem para o mundo em razão da riqueza geológica advinda do petróleo e de ser uma paisagem física inexistente no Brasil. No planeta terra, os desertos ocupam um percentual significativo e localizam-se tanto em áreas quentes junto aos trópicos quanto em áreas temperadas, como no interior da Ásia. (Pontuschka 2007,p.268).

A descrição da paisagem presente no filme aborda uma forma axiológica da representação do deserto ou seja os valores pré-concebidos sobre o deserto formados por visões eurocêntricas, reforçam o estereotipo dessa região geográfica, ou seja a paisagem é uma paisagem axiológica pela lente da câmara do cineasta, as condições físicas dessa região e sua riqueza apresentada reforçam a imagem descrita nos livros didáticos do caráter inóspito dessa região, sem analisar a dialética por trás desse discurso.

MÉTODO MARXISTA PARA ANÁLISE FILMÍCA

Utilizaremos como elemento de análise a concepção marxista de representações, pois apresenta explicitamente uma concepção dinâmica de representações, bem como destaca a necessidade de analisar o seu contexto sócio histórico e processo de produção e não apresenta a tese de sua veracidade ou falsidade como sendo algo que lhe caracteriza, já que elas podem ser verdadeiras ou falsas. Nesse sentido, já que o filme, através de suas mensagens, também manifestam representações sobre a realidade, essa concepção assume uma maior facilidade de utilização e como recurso analítico para discutir as produções cinematográficas.

Segundo Marx; Engels (1991) as representações dos indivíduos são expressões do real ou ilusório de suas relações sociais concretas que esses vivem no seu cotidiano.

(...) As representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, estas representações são a expressão consciente real ou ilusória de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercambio, de sua organização política e social. A suposição oposta é apenas possível quando se pressupõe fora do espírito de indivíduos reais, materialmente condicionados, outro espírito à parte. Se a expressão consciente das relações reais deste indivíduo é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e de suas relações sociais limitadas que daí resulta. (MARX;ENGELS 1991, p.36)

Nos filmes que tratam os professores (as) sua imagem está relacionada às relações que estes têm com o seu trabalho, já que tem na escola a maior parte de suas cenas rodadas. A representação que formamos dos professores (as), através dos filmes contém elementos presentes na nossa consciência, adquirida por valores axiológicos contidos na sociedade.

Embora a vida cotidiana seja diferente em cada classe ou grupo social, ela apresenta alguns elementos comuns que perpassam todas as classes, ou seja, as representações cotidianas expressam as formas de consciência de classe, mas também apresentam *um elemento geral, que perpassa todas as classes sociais*, pois, apesar das diferentes inserções sociais, *há uma sociabilidade geral comum a todas as classes sociais* (VIANA 2008).

Nos EUA a educação da classe trabalhadora é resolvida pelos testes nacionais, quanto maior a nota maior o investimento do Estado na escola. Apple em seu livro *Educando a direita: mercado, padrões, Deus e desigualdade*, realiza uma profunda pesquisa a respeito da educação mercantilizada nos EUA.

De muitas formas, *Rationing Education* apresenta o que poderia ser chamado de microeconomia da vida escolar. Examina as formas pela quais certas mercadorias valorizadas são acumuladas pelas escolas numa época de competição intensa por recursos escassos. Nesse caso, as mercadorias são notas mais altas e os recursos é tanto o número de alunos quanto o reconhecimento público de ser uma “boa escola”. A forma que os autores encontraram para descrever isso é o que chamam de economia A-C. (APPLE, 2003, p.113).

Os professores (as) das salas que atingem essas notas mais elevadas recebem gratificações substanciais pelo tal feito. Criando a imagem do professor (a) competente e responsável por atingir o “sucesso” em ambientes sociais que condenariam qualquer tentativa pedagógica ao fracasso. A representação cotidiana que se cria do professor (a) nesse contexto esta intimamente ligada ao desenvolvimento individual do seu aluno.

Assim, essas representações cotidianas no mundo escolar ajudam a compreender a sua reprodução nas produções cinematográficas e discutir os vínculos de tais representações (tanto na escola como nos filmes) nos ajudam a entender sua dinâmica e caráter.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados para analisar as questões referentes ao tema foram desenvolvidos da seguinte maneira:

Análise fílmica: Foi realizada através de análise rigorosa e pormenorizada das representação do professor no filme selecionado. Foi usado recursos metodológicos de analisar a totalidade do universo ficcional, análise de cena por cena visando reconstruir suas cenas fundamentais e daí entender que tipo de representação dos professores foi produzida. b) o estudo da realidade norte-americana, especialmente a educacional, através de documentos e bibliografias sobre a educação e políticas públicas norte-americanas nas décadas representadas dos filmes. c) Foi analisado informações sobre a produção dos filmes, tais como entrevistas de produtores, roteiristas e diretores.

Revisão Bibliográfica – Foi feita a pesquisa de textos, livros, trabalhos acadêmicos a respeito do cinema, representações, produção social do filme, análise fílmica, sociologia do cinema, violência simbólica, política públicas educacionais nos países onde esses filmes foram feitos, entre outros que viram com o aprofundamento da pesquisa ampliando assim a bibliografia.

A MENSAGEM FÍLMICA NA SOCIEDADE DOS POETAS MORTOS

O filme Sociedade dos Poetas Mortos foi lançado em 1989, direção Peter Weir, sendo na época um dos grandes sucessos de bilheteria, o personagem do professor John Keating (Robin Willians), esse filme tornou-se um dos grandes sucessos na carreira de Willians.

O contexto histórico-social dessa produção se passa em 1989, ano marcado pelo fim do muro de Berlim a eleição do presidente George W. Bush (1989-1993), era continuidade da dominação republicana iniciada com a eleição em 1981 do Presidente Ronald Reagan (1981-1989), essa época marcada pelo conservadorismo e aplicação do receituário neoliberal na economia norte-americana, do ponto de vista geopolítica as missões intervencionistas principalmente em Honduras, Nicaraguá (América Central) e no Afeganistão (URSS), marcado pelo apoio dos mujadins de Bin Ladem. Na educação avançava as reformas neoliberais, que tinham como base as notas feitas nas avaliações federais e estaduais de aprendizagem, sendo assim os professores que conseguem-se bom resultados juntamente com as escolas teriam melhores verbas.

Nesse contexto o roteiro do filme que conta uma estória de autonomia, liberdade e subversão contra a ordem existente, no entanto o desfecho do filme mostra que a mensagem era outra.

O filme tem como contexto histórico o ano de 1959, década marcada pela Revolução Cubana pelo rock como música que atinge um status de música mundial, pelo modo de vida norte-americano, o conservadorismo e cada vez mais questionado pela juventude que não aceita ter o seu destino traçado pelos pais, do ponto da geopolítica a guerra fria estava no seu ápice. Esses elementos estão presentes no colégio tradicional da elite americana que tem como regras principais quatro pilares da sociedade burguesa, tradição, disciplina, honra e excelência, os alunos são moldados para serem espelhos das gerações anteriores. Essa perspectiva é rompida com a chegada do professor de literatura inglesa John Keating ex-aluno que retorna a instituição na qual já estudou. Um dos primeiros impactos do filme se passa na sala de aula quando esse sobe em uma mesa e manda os alunos rasgarem as páginas do livro.

Esse ato mostrava claramente a subversão à ordem existente, ao questionar que a poesia não pode ser quantificada matematicamente como nos gráficos da página arrancada, pois a poesia não é mente, mas sim coração e que a criatividade e autonomia do pensamento são os elementos essenciais para a criação.

A alegoria da liberdade com a poesia é possível, pois essa forma de arte não consegue ser massificada como a literatura, o poeta é um romântico, rebelde, subversivo, louco, a intensidade dos seus sentimentos são retratadas nas palavras que despertam nas mentes, essa imagem é a do professor Keating, perto dos seus alunos, um velho que podia ser nossos pais, fala de sentimentos mostra que esses não desaparecem com a idade, mas que estão vivos, mais vivos dos que o jovens que aceitavam resignados seu destino de se transformar no que os pais eram.

A primeira parte do filme mostra essa perspectiva o professor incentiva e os alunos criam o seu próprio espaço de subversão, marcado por uma caverna (uma alegoria com mito da caverna de Platão) que para eles é local da liberdade e fora dessa, só resta as correntes, nesse local criam, leiam poesia os autores colocados pelo professor são buscados por eles as citações e trechos de poesias de Walt Whitman, Henry David Thoreau, Byron e William Shakespeare, entre outros ícones da literatura romântica e rebelde, são debatidos, regados por vinho e uísque além de mulheres.

No entanto na segunda parte do filme, a uma mudança essencial na condução da estória, o caracter subversivo apresentado no inicio é enfocado pelo drama, que vai se desenhando a ordem conservadora representada pela direção da escola e pelos pais que descobrem a subversão da ordem, esse fato é detonado pela insistência dos alunos em apresentar uma peça Sonhos de

uma Noite de Verão de William Shakespeare, esse fato faz com que o pai de um aluno questione a escola, já que seu filho não quer mais seguir a sua profissão de advogado e sim ser ator. O impacto dessas reviravoltas recai sobre o professor que é demitido por incentivar os alunos a subversão (pensar). Mas essa não é a pior parte: o aluno que enfrenta o pai e revela que gostaria de ser ator, vai até as últimas consequências e resolve se matar.

A mensagem assim não é um apelo à subversão ou anarquia, mas sim uma reflexão que o enfrentamento em relação ao conservadorismo leva sempre às tragédias, a era Busch, mostra que tencionar a ordem existente só produz a morte, aos que possam alegar que na cena final os alunos desafiam a ordem e sobem na mesa gritando a frase “Carpe Diem” aproveite o momento, o último suspiro da liberdade.

Esse filme foi muito utilizado em diversas disciplinas pedagógicas destinadas aos cursos de formação de professores, como símbolo de um professor reflexivo, como é possível subverter a ordem existente, mas com um alerta do ponto de vista da didática, é preciso planejar e observar os impactos dos ensinamentos, se as condições sociais permitem a aplicação de determinadas práticas.

A imagem do bom professor nesse filme segue a mesma de outras produções hollywoodianas, ou seja, o professor sozinho subverte a ordem; as relações sociais não precisam ser modificadas; o ideal do bom professor que permite aos seus alunos perceberem sua capacidade é exaltado, esse elemento continua a perpetuar a maioria dos filmes produzidos nos EUA, o individualismo pedagógico da transformação da educação é uma das principais mensagens desse tipo de filme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exibição de um filme é um processo de conhecimento que pode marcar profundamente qualquer pessoa, no entanto é preciso decodificar as mensagens contidas nesses, essa decodificação é um processo complexo que envolve o estudo e a pesquisa dessas mensagens. Vivemos em um país que se lê pouco e assiste filmes menos ainda nos cinemas, o processo abusivo de ambas as mercadorias culturais mostram a elitização existente na cultura.

A prática de assistir um filme como elemento de reflexão além do lazer é um exercício pouco utilizado ainda pelos estudantes de todos os níveis de ensino, basta ver as sessões de cinema oferecidas nas universidades, para percebermos claramente que a inculcação que o cinema é apenas um lugar de diversão e nunca de aprendizagem, como se aprendizagem não pudesse nunca ser prazerosa, tendo que sempre ser sisuda e fria.

A Sociedade dos Poetas Mortos foi um dos filmes que me despertou a vontade de ser professor, sem ter definido a área de conhecimento. A mensagem capitada na época do filme era do professor como agente transformador, é possível sozinho subverter a ordem existente; é possível ensinar e ser amado, as aulas não precisam ser enfadonhas como tive no ensino médio. Na faculdade outros filmes seguindo a mesma linha perpetuavam esses valores axiológicos individualistas, que bastava ter domínio da disciplina e planejar aulas interessantes e tudo ficaria bem.

No entanto nos dias de hoje, pesquisando as mensagens contidas no filme percebo que nosso “triumfo” nunca vai ocorrer sozinho, que as relações existentes nas escolas refletem a organização da sociedade e somente a criação de uma pedagogia libertária em espaços libertários é possível transformar a educação de uma forma coletiva, mas para que isso ocorra as transformações devem ocorrer em todas as estâncias da sociedade e passam pela abolição do Estado e do Capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. W. *Educação à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e acultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____.;PASSERON, J. C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DUARTE, Regina. *Cinema e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

HARVEY, D. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011

PONTUSCH, Nídia Nacib. A Linguagem Cinematográfica no ensino de Geografia. In: PONTUSCH, Nídia Nacib, PAGANELI, Tomoko Iyda. CACETE, Núria Hanglei. *Para Ensinar e Aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

REALI, Noeli Gemelli. (Org). *Cinema na Universidade*. Chapecó: Argos, 2007.

SANTANA, G. O filme contextualizado: diálogos entre sociologia e cinema. In: *RUA: Revista Universitária do Audiovisual*, UFScar, nº 52, set/2012.

SÁ, C. P. *A Construção do Objeto em Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 19

TARDY, Michel. *O Professor e as Imagens*. Trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

TURNER, G. *Cinema como Prática Social*. Trad. Mauro Silva. São Paulo: Summus, 1997.

VIANA, N. *A concepção materialista da história do cinema*. Porto Alegre: Asterisco, 2009.

_____. *Cinema e Mensagem: análise e assimilação*. Porto Alegre: asterisco, 2012.

_____. *Como assistir um filme?* 1ª ed. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009. 17

_____. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: EDUSC, 2008.

_____. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

ENSINO GEOGRÁFICO: BRINCAR E DESENHAR NAS SÉRIES INICIAIS

Iris Maria Tomé

Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

iris.tome@hotmail.com

Odelfa Rosa

Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

rosaodelfa@gmail.com

Resumo

As constantes mudanças no campo educacional interferem sobremaneira no espaço escolar na efetivação de práticas educativas criativas e inovadoras. Dessa forma, pensando na formação do nosso aluno dos anos iniciais, começamos a refletir porque estão se perdendo a cada dia todos os seus referenciais. Por que foi deixado de lado o ato do brincar e do desenhar, tornando-se elementos pouco explorados na escola? Assim, tentando responder estas questões, o presente texto procura discutir o importante papel que o brincar e o desenhar desempenha como recurso lúdico-didático-pedagógico no campo geográfico e cartográfico. Com a crescente necessidade de compreendermos os mapas e torná-los cada vez mais fácil de serem interpretados, precisamos investir nos alunos dos anos iniciais, alfabetizando-os especialmente, reconhecendo as limitações de cada faixa etária em cada nível de ensino. Dessa forma, para contribuir significante com o desenvolvimento da cidadania, a criança precisa perceber o espaço vivido, associando os conhecimentos teóricos com práticas alternativas como o ato do brincar e do desenhar.

Palavras-chave: Aprendizado, Brincadeira, Geografia.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva uma reflexão sobre as transformações vividas que atualmente vêm provocando profundas mudanças políticas, sociais, culturais e educacionais. Vivemos em um meio cada vez mais informatizado de modo que a relação humana com o meio técnico é profundamente diferente de sua relação com a natureza e exige um aprendizado mais específico e individual de cada criança. Entretanto após muitas reflexões, começamos a pensar porque nossas crianças estão perdendo a cada dia todos os referenciais. Por que foi deixado de lado o ato de brincar e de desenhar, tornando-se pouco explorados na escola?

Tentando compreender estas questões, o presente artigo procura discutir o importante papel que o brincar e o desenhar desempenha no campo geográfico, principalmente em se tratando das habilidades e noções espaciais para o aprendizado da alfabetização cartográfica

nos anos iniciais do ensino fundamental. O ensino de Geografia como é considerado de acordo com os PCNs para o 1º e 2º anos tem sido objeto de muitos questionamentos e preocupação dos professores. Ao fazer a leitura do espaço mesmo mais próximo torna-se muitas vezes incompreensível para o aluno, quando este não domina o instrumento básico para determinada atividade.

Este problema ocorre muitas vezes devido ao descaso que tem sido dado à disciplina de Geografia nos anos iniciais. Algumas escolas consideram fundamental que o aluno aprenda a ler e escrever priorizando umas disciplinas e esquecendo-se de outras. Dentro dessas disciplinas esquecidas, destaca-se a Geografia com ênfase na questão cartográfica, que deveria ensinar ao aluno as habilidades e noções espaciais que lhe possibilite um entendimento mais aprofundado em relação à alfabetização geográfica.

A alfabetização faz parte da formação da personalidade da criança, e por sua vez não basta saber ler e escrever, é preciso levar a criança a aprender a interpretar o que esta sendo lido e representado, pois só assim ela terá condições de participar da história da humanidade, da educação, da cultura e da sociedade como verdadeiros cidadãos, ampliando sua visão de mundo. Ao refletir sobre o processo de alfabetização geográfica, constata-se muitas dificuldades em relação à aprendizagem da criança, com isso torna-se necessário que o professor insira formas alternativas que proporcionam caminhos que possam sanar tais dificuldades do ensino-aprendizagem nas séries iniciais da vida escolar.

Compreender que a evolução tecnológica contribui na execução de aulas expositivas entre vários outras vantagens, porém se não souber utilizar torna-o um recurso agravante para o desenvolvimento do aluno. Exemplificando na educação tradicional o aluno era o “objeto” de “manipulação” do professor exercendo atividades imposta pelo mesmo, ausente de recursos com avanço tecnológico o que forçava a produtividade destes.

Com a crescente necessidade de compreendermos o globo em nossas mãos e torna-los cada vez mais fácil de serem interpretados, precisamos investir nos alunos dos anos iniciais, reconhecendo as limitações de cada faixa etária, em cada nível de ensino. O conhecimento das habilidades e noções espaciais deverá ser construído gradativamente, possibilitando a utilização desse aprendizado nas demais etapas do ensino.

Para que esse ensino seja eficaz, o professor deve dominar completamente o conteúdo sobre alfabetização cartográfica (habilidades, noções, conhecimentos) e trabalhar fazendo adequação da linguagem cartográfica à realidade do aluno, ou ainda buscar a partir de outros recursos didáticos- pedagógicos aproximar o conteúdo de forma abstrata ao conteúdo concreto, para que possa ocorrer então, a aprendizagem.

O professor deverá fazer ainda uma reflexão crítica sobre sua prática diária e se manter atualizado, uma vez que, só assim será possível melhorar a qualidade de suas aulas levando em conta as informações que vem ocorrendo de forma cada vez mais rápida. Atendo-se a esses fatores, cabe dizer que este é um grande desafio a ser vencido pelo professor. Assim, devemos considerar alguns elementos imprescindíveis que fazem parte da troca de aprendizagem entre aluno e professor. Dentre esses elementos consideramos três mais importantes como o domínio de conteúdo, a dedicação e a prática do professor.

Quanto o domínio de conteúdo, é de fundamental importância que o professor tenha um domínio do conteúdo que será ministrado e inclusive passível de criar e usar recursos

alternativos para prender a atenção do aluno. Quando a dedicação é de fundamental que o professor se preocupe de como fazer para melhorar suas aulas. A busca por novos recursos alternativos poderá tornar a aula mais interessante e menos cansativa. Por sua vez, a prática deveria estar presente em todas as disciplinas, pois é onde o aluno aprende com mais facilidade, tendo o contato direto com o concreto.

O recurso pedagógico condiciona os alunos a “vantagens” como audio-visual, comodidade entre outros, ou seja, atividades que antes eram desenvolvidas por estes agora certamente serão descartadas. Pois com inovação tecnológica “substituiu” através de Data-show, além de traços cartográficos percurso cartográficos que antes eles produzidos por alunos, agora a escola já trás modelos prontos a fim de agilizar as aulas, mas como fica o aprendizado dos alunos com esse avanço tecnológico?

Acreditamos que são várias as formas de utilizar diferentes recursos entre os alunos para atingir o objetivo final que é o da aprendizagem. Submersa a esta reflexão buscamos reacender o espaço da brincadeira e do desenhar na escola, como uma forma alternativa que propicie fundamentos básicos para o conhecimento das noções espaciais e compreensão de ações mais complexas, como o ensinar o mapa.

ESPAÇO DA BRINCADEIRA

O espaço da brincadeira nos traz grande contribuição, pois facilita o crescimento da criança, conduz a relacionamentos de grupos, desenvolvem as habilidades, as noções espaciais e é uma forma de comunicação entre os pequenos. Ao permitir o brincar, as crianças estão aprendendo a explorar o mundo que a rodeia, sua realidade próxima, seu espaço de vivência, que é de fundamental importância para a realização das atividades sobre noções espaciais bem como as socioculturais.

Em função da tecnologia e da velocidade das informações o desenvolvimento social da criança está seriamente prejudicado e porque não dizer ameaçado, devido à falta de entusiasmo e de criatividade de nossos profissionais. As habilidades (lateral, antes, depois, frente, atrás, longe, perto) e noções espaciais, assim como a socialização são tão necessárias no desenvolvimento da criança como qualquer outra necessidade vital. Nesse sentido, temos a brincadeira (recurso lúdico, didático e pedagógico) como papel significativo na interação da criança.

O nosso brincar é uma das primeiras formas de conhecer as habilidades espaciais e como primeira forma de cultura. Como expressa Machado (1999, p. 21)

A cultura é algo que pertence a todos e que nos faz participar de ideias e objetivos comuns. A cultura é o jeito de as pessoas conviverem se expressarem, é o modo como às crianças brincam, como os adultos vivem, trabalham fazem arte.

Em relação à questão das habilidades e noções espaciais, dizemos que a brincadeira é a forma que a criança possui de descobrir o mundo ao seu redor, comunicar seus sentimentos e ideias interligando o espaço real e o espaço imaginário. É o espaço do brincar que deve ser propício para facilitar a criança a ser criança, através de movimentos com próprio corpo, descobrindo suas habilidades e seus sentidos. Machado (1998) coloca que, “Brincar com o

corpo e descobri-lo é, portanto, descobrir a si mesmo. A autodescoberta se desenvolve a partir da percepção de suas possibilidades e limitações.”

Diante do exposto queremos chamar atenção para a importância do espaço do brincar, pois é nesse, que a criança passa a apreender, explorar e a descobrir o espaço, facilitando a compreensão do ensino cartográfico. Para Castellar e Vilhena.

[...] Brincadeiras são entendidos como uma situação em que se tem de tomar decisões e cooperar com os outros jogadores. Nesse momento, espera-se desenvolver situações de aprendizagem voltadas para as atitudes, focadas na formação cidadã e no respeito ao próximo (CASTELLAR e VILHENA, 2010, P.45).

Dessa forma, o espaço do brincar possibilita o desenvolvimento da criatividade e imaginação dos pequenos, por outro lado incentiva as crianças para que se inteire melhor do conteúdo proposto pela disciplina a ser estudada. O brincar oferece a oportunidade de desenvolver nas crianças a capacidade cada vez mais de aprendizagem, pois ao mesmo tempo a criança aprende a adquirir certa liberdade para expressar o que pensa e o que sente em relação ao espaço que a rodeia. As brincadeiras tornam-se oportunas, já que pode ser explorado o domínio espacial no campo cartográfico. Para Castellar e Vilhena (2010).

[...] as brincadeiras são situações de aprendizagem que propiciam a interação entre alunos e entre alunos e professor, estimulam a cooperação, contribuem também para o processo contínuo de concentração, auxiliando na superação do egocentrismo infantil ao mesmo tempo em que ajudam na formação de conceitos. (CASTELLAR e VILHENA, 2010, p. 44).

Com isso, o ponto de partida e, simultaneamente, o ponto de chegada estará ligado à realidade mais próxima da criança, que são as brincadeiras lúdicas-didático-pedagógicas que fazem parte do seu repertório de aprendizagem. Concomitante ao exposto e para que as crianças dos anos iniciais tenham melhores possibilidades de compreensão a partir das brincadeiras, é preciso investir no desenvolvimento cognitivo e mental que se desenvolve de acordo com a faixa etária da criança bem como em seu espaço de vivência.

Logo, para o conhecimento e compreensão do aluno de habilidades e noções espaciais, este pode utilizar-se de algumas brincadeiras como forma de entendimento, inicialmente através das relações topológicas e posteriormente através das relações especiais projetivas e euclidianas. A brincadeira é uma forma mediadora no processo de aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de certas habilidades e capacidades de domínio perceptivo em relação ao conteúdo a ser trabalhado.

Baseamos em Piaget para afirmar que as primeiras relações estabelecidas pela criança são as topológicas que compreendem noções de proximidade, separação, ordem, ou sucessão, inclusão ou envolvimento e continuidade atendendo-se para o estabelecimento dessas relações, o espaço para a criança é uma reunião de todos, os espaços fragmentados é mais distantes. A criança não consegue ainda situar os objetos num plano de conjunto.

Por sua vez, as relações projetivas consistem em diferentes pontos de vista em relação ao objeto e observador. As relações euclidianas incluem as noções métricas, onde podemos trabalhar estabelecendo um sistema de referência principalmente como as coordenadas. Nessa

relação o sistema de coordenadas é que vai permitir que o aluno pudesse situar os objetos uns em relação como os outros colocando ou deslocando os objetos em um mesmo plano estrutural.

Na escola, quando o professor for trabalhar o conteúdo na disciplina de Geografia, é necessário desenvolver algumas habilidades básicas importantes que as crianças usam para explorar o entendimento da alfabetização cartográfica. A partir desse momento cabe ao professor fazer uso do espaço das brincadeiras (Lúdico) conhecidas das crianças para facilitar a aprendizagem. A brincadeira é um momento em que a criança interage com o mundo e satisfaz suas necessidades imediatas compreendendo melhor o que está sendo ensinado.

A brincadeira é também uma das ações concretas nas quais se processa o desenvolvimento da criança em seu sentido amplo. Na sequência temos algumas brincadeiras infantis como a amarelinha, pique-esconde, pique-lua, gangorra, brincadeiras de roda, jogo de bola como voleibol, brincadeiras em grupos e jogos que são atividades que trabalham uma série de elementos espaciais como localização, orientação, relação, distancia, direção, representação gráfica imaginária, correlação das relações, principalmente topológica (vizinhança, separação, sucessão, envolvimento, ordem, continuidades) e relações projetivas.

Atendo-se as brincadeiras dizemos que todas revelam preocupações em traçar linhas, curvas fechadas, abertas, círculos, pontos, limites de áreas dentre outros. É importante colocar que em todas as atividades os elementos do espaço são desenvolvidos sobre o tridimensional em diversas direções e em velocidades diferentes. Em fim por meio da brincadeira a criança passa a conhecer o espaço, pois ela se movimenta e se locomove nele “espaço” através de atividades animadas e inanimadas.

Ao praticar atividades com brincadeiras como amarelinha, gangorra, pique-esconde, pique-lua, dentre outras, a criança passa a exercitar seu pensamento e preparar para o entendimento das habilidades e noções espaciais. Dessa forma o movimento leva a criança a ter contato com seu próprio corpo (lateralidade, frente atrás, longe, perto) bem como seu espaço e vivencia.

Através da brincadeira a criança é estimulada a criar situações que lhes são desconhecidas, pois ao brincar ela usa representações do mundo adulto. Essas representações são definidas através dos signos que expressam outros objetos que imitam o mundo real. Por meio do brincar, a criança cria situação que permitem signo para representar os elementos e objetos mentalmente. Vimos a grande importância das brincadeiras (recurso lúdico-didático-pedagógico) auxiliando na transmissão do conhecimento de forma criativa, a criança nos anos iniciais para a construção do espaço e a sua relação com o real concreto e o que está sendo ensinado.

O professor deve buscar com a criança realizações de novos caminhos através de um trabalho lúdico que valorize a cultura, as experiências e a vivencia social. Enfim, a descoberta do brincar que envolve o cotidiano das crianças, passa por um exercício de olhar a sua volta e perceber o entorno que os conduz a refletir sobre o espaço vivido.

ESPAÇO DO DESENHO

Como meio de expressão o uso do desenho é algo que existe desde a era primitiva nas pinturas de animais e outros objetos feitos nas paredes das cavernas. Na verdade, o desenho refletia o que os povos primitivos percebiam na realidade. Com a evolução da humanidade a questão do desenho continuou marcando presença nas diferentes formas de culturas.

Entre essas formas espaciais temos que considerar o desenho da criança, pois à medida

de seu crescimento ocorre a criação de significados dos objetos já conhecidos que expressam a capacidade que a criança está adquirindo para representar seus pensamentos através do desenho.

Este tem intenção de destacar o ensino de Geografia em séries iniciais, sendo válido registrar a importância da interação do grupo reforçando o convívio social a compreender sua localização espacial através de atividades realizadas por cada aluno. Atividades que possibilite fazer esboço partindo de sua residência traços cartográficos executando trajeto realizado por cada um deste a residência onde morra à escola.

A primeira forma de fazer a leitura de mundo é por meio da leitura do espaço que exige uma série de condições que a criança inicia quando começa a reconhecer e identificar os lugares. Exemplificando, através do desenho, partindo do seu espaço mais próximo fazendo a representação gráfica do mesmo. De acordo com Piaget, a primeira forma de representação da criança são as garatujas (desenho informal). Basta à criança ter qualquer objeto que risque para acontecer essa atividade, iniciando uma representação de um desenho com pouca semelhança do real.

À medida que a criança evolui nas suas etapas cognitivas, seu desenho vai adquirindo novas formas gráficas. Assim é de fundamental importância e evolução do desenho que passa por várias fases: Passini (1994) utilizou as abordagens construídas por Luquet, sobre o grafismo infantil. Desta forma, visualize o primeiro estágio como sendo da incapacidade sintética (3 a 5 anos) e refere-se à representação intencional da criança por sua vez o desenho não apresenta semelhança com o objeto a ser representado.

O segundo estágio a ser considerado é o realismo intelectual (6 a 9 anos) e caracteriza-se pelo fato de que a criança desenha o que sabe sobre o objeto e não aquilo que vê. O terceiro estágio é o realismo visual, em que as noções de perspectiva as proporções, as medidas. Assim ocorre o empobrecimento do grafismo infantil, os desenhos não apresentam muitos detalhes e nem grandes exageros se aproximando do desenho dos adultos. Com base nessas etapas, dizemos que a criança passa a perceber que o desenho e a escrita, fazem parte de sua vida e servem para representar e dizer algo significativo.

A evolução do desenho representativo na criança coincide com as relações espaciais imprescindíveis ao entendimento dos conceitos cartográfico. Para tanto, antes de iniciar o trabalho de leitura de mapas é necessário saber construí-lo, mas para isso se requer um trabalho com a habilidade espaciais passando pelo desenho até a construção de pré-mapas, partindo da percepção do espaço próximo para o espaço mais distante.

Em relação à sala de aula, o ato de desenhar visa contribuir para a exploração e descoberta de si mesmo após os alunos poderão fazer seus próprios desenhos, conquistando assim, seu espaço gráfico.

Entretanto, para desenvolver um trabalho nesse sentido requer do professor uma maior aproximação com seus alunos, afim de melhor perceber qual o grau de dificuldade em relação às noções espaciais, que devem ser trabalhadas desde os anos iniciais. Diante desses conhecimentos, é difícil separar a teoria da prática, bem como, o ensino da aprendizagem, pois sendo fases de um mesmo processo a um segue o outro.

Precisamos entender como os alunos estão aprendendo o saber geográfico. O professor precisa proporcionar a compreensão das principais noções espaciais para que o aluno possa entender o que é um mapa. A falta de incentivo e dinamismo nas aulas de Geografia tem despertado cada dia mais o desinteresse por parte dos alunos. Associado a esta questão temos a

falta de material como mapas, globos, cartas, bussola, bem como um laboratório onde possam ser desenvolvidas as atividades.

Dessa forma, torna-se importante que o professor crie algo diferente para suas aulas. Novas estratégias, construindo uma relação com a realidade do aluno para que os mesmos reconheçam a dimensão social de sua participação na apropriação do espaço. É importante salientar que no processo ensino-aprendizagem devem ser desenvolvidos com os alunos atividades teóricas e práticas com participação efetiva integral dos professores. Assim estaremos trabalhando uma Geografia capaz de construir seres conscientes de sua realidade, pois à medida que amplia as dimensões do espaço, abre-se para a criança um mundo cada vez mais amplo, no interior do qual ela possa se situar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mudanças e transformações sugere novas formas de pensar, ensinar e explicar, logo a Geografia e a Cartografia contribuem de maneira significativa na interpretação das diferentes formas de organização na sociedade, possibilitando a integração entre as escolas.

Temos de reconhecer que a internet aumentou o espaço da sala de aula. Hoje não temos apenas o livro ou a apostila, mas também a internet. É um meio de estudo com verdadeira multiplicidade de informações e até de conhecimentos sistematizados por diferentes autores, que os apresentam de forma bastante atrativa com belas imagens, textos curtos, prontos para serem assimilados. Porém, essa ampliação da sala de aula pela tecnologia pode até mesmo acentuar um tratamento tradicional dos textos, ficando na simples transmissão, desvinculado de um processo de criação para um novo texto surgido a partir de reflexão sobre o material já divulgado, sem o que não se forma a consciência do sujeito.

Diante do exposto, os estudos cartográficos e sua compreensão são inquestionáveis para o ensino fundamental, considerando como primordial desse processo, pois o professor deve ensinar o aluno com mapas temáticos que apresentam uma simbologia adequada a sua idade, para desenvolver um raciocínio lógico e facilitar a memorização de fatos concretos, a partir de seu conhecimento cotidiano.

A necessidade de estudos cartográficos para tal dinâmica é inquestionável para o ensino fundamental, considerado como primordial desse processo, pois o professor deve ensinar o aluno com mapas temáticos que apresentam uma simbologia adequada a sua idade, para desenvolver um raciocínio lógico e facilitar a memorização de fatos concretos, a partir do seu conhecimento cotidiano. O ensino de Geografia e Cartografia torna-se mais atrativo quando os alunos se sentem envolvidos no processo de construção do conhecimento quando integram suas experiências diárias aos conteúdos teóricos.

Nesse âmbito de considerações, é necessário um estudo aprofundado do mapa, fazendo o aluno entender a realidade em que está inserido, isto é, permitir a visualização em modo reduzido dos elementos representados espacialmente de cada região estudada. Para garantir uma educação Geográfica e Cartográfica é viável que o professor construa de forma participativa o processo de ensino enfocando sempre a vida do aluno na comunidade através de práticas pedagógicas diferenciadas onde o professor assumo o papel de mediador e fazer o ensinamento do conteúdo dentro da Geografia escolar.

Entendemos, assim que o resgate do brincar e do desenhar (lúdico) no momento atual é considerado não como um fim em si mesmo, mas como um recurso importante capaz de movimentar o aluno e facilitar a aprendizagem nos anos iniciais referentes às habilidades e noções espaciais no ensino fundamental. No ensino fundamental a atividade do brincar e do desenhar deve ser abordada como possibilidade de construção e de busca sob o reflexo de inteirações compostas por diálogos. Para tanto devemos repensar, reinventar e conviver com possibilidades de explorar o que é conhecido em nosso cotidiano. Portanto, é importante hoje se pensar na necessidade de utilizarmos novas alternativas, metodologias, outros meios, outros recursos, que busquem tornar o ensino cartográfico (alfabetização cartográfica) mais interessante é significativa permitindo um melhor aprendizado entre professores e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. D. e PASSINI, E. J. **O Espaço Geográfico: Ensino e Representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ALMEIDA, R. D. **Do Desenho ao Mapa: iniciação cartográfica na escola**. Ed. Contexto: São Paulo, 2001.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

CALLAI, H.C.(org.) **O Ensino em Estudos Sociais**. Ijuí: Injuí, 1991.

CALLAI, H. C. etall. **Geografia em Sala de Aula: Práticas e reflexões**. 2ªed. Editora da Universidade/ UFRGS/AGB, Porto Alegre, 1998.

CAVALCANTI, L.S. de. **Geografia, escolar e construção de conhecimento**. ed. Papyrus, São Paulo,1998

CASTELLAR, S. **Educação Geográfica: teorias e práticas**. 2º ed. São Paulo: contexto,2006

MÉREDIEN, F. **O desenho infantil**. Tradução de Álvaro Jarencini e Sandra M. Nitrini, São Paulo: cultrix 1974

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**, 24º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização Cartográfica e o Livro Didático: uma análise crítica**. Belo Horizonte, ed. Lê, 1994

ESTÁGIO REFLEXIVO - CRÍTICO: RESSIGNIFICANDO A INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Hugo de Carvalho Sobrinho

Universidade Estadual de Goiás – UnU Formosa

Hugodecarvalho2009@hotmail.com

Hildete da Silva Quinane

Universidade Estadual de Goiás – UnU Formosa

hildete-squinane@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de uma ação pedagógica realizada no Colégio Americano do Brasil em Formosa – GO no ano de 2013, visando a ressignificação da interpretação de gráficos nas aulas de Geografia e a valorização do estágio supervisionado na perspectiva reflexivo-crítico. A ação pedagógica foi desenvolvida no processo de estágio supervisionado se caracterizando como pesquisa-ação, na qual participaram 39 alunos do 6º ano do ensino fundamental. Os resultados apresentados, em termos de interpretação de gráficos, foram investigados através da problematização do conteúdo Hidrosfera. No primeiro momento, através da avaliação diagnóstica, os alunos demonstraram dificuldades, como havia sido relatado pelo professor regente, na interpretação de gráficos, e detectamos que em média somente 30% dos alunos estavam em um nível satisfatório. Tais dados mostraram a necessidade e relevância do tema a ser abordado. Conforme os enfoques no decorrer da execução da ação, os alunos foram alcançando significativamente as habilidades e competências que propomos a atingir com a ação supracitada, pois tivemos um resultado significativo, cerca de 80% dos alunos no final da ação pedagógica estavam dominando satisfatoriamente a interpretação de gráficos. Portanto, a interpretação de gráficos assumiu um novo significado no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Gráficos; Ressignificação; Estágio.

INTRODUÇÃO

Os conteúdos da disciplina de Geografia estão permeados por uma dinamicidade que permite a sua abordagem por diversas ferramentas em que os gráficos assumem grande importância para desenvolver o ensino de Geografia. A Geografia estuda o espaço geográfico, isto é, o espaço produzido através da relação homem-homem e homem-natureza por meio de diversas ferramentas no qual os gráficos estão inseridos.

Assim, esse trabalho propõe apresentar os resultados da ação pedagógica realizada no estágio supervisionado em licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Formosa. A pesquisa teve como foco principal minimizar as

dificuldades dos alunos no que se refere ao tema abordado, como também, utilizar este momento tão importante que é o estágio supervisionado para um trabalho de efetivo processo de ensino e aprendizagem na escola.

Para o alcance dos objetivos propostos nesse trabalho lançamos mão da pesquisa-ação de caráter qualitativo, tendo em vista uma análise da ação realizada. De acordo com Severino (2007) a pesquisa-ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas modificá-la. Assim, ao mesmo tempo em que realiza o diagnóstico e análise de determinada situação a pesquisa-ação propõe mudanças para o aprimoramento das práticas realizadas. Além dessa compreensão e intervenção a proposta desse trabalho surge da necessidade de reconhecermos a importância do estágio supervisionado como uma proposta de promoção educativa que seja ativa nas escolas.

Portanto, se faz mister ressignificar à interpretação de gráficos nas aulas de Geografia como ferramenta importante no processo de aprendizagem dos alunos, pois os gráficos como forma de representação da realidade, têm funções de transmissão de informação e conhecimentos, uma vez que, faz a leitura do espaço que é repleto de contextos diferenciados em que os alunos estão inseridos.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL AMERICANO DO BRASIL

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico, 2013), o colégio foi o primeiro Grupo Escolar de Formosa - Goiás (Figura 01), surgindo através do decreto nº 4.658 de 23 de maio de 1934. Esse grupo escolar se transformou em Escola Estadual Americano do Brasil e, atualmente, Colégio Estadual Americano do Brasil (Figura 02).



Foto 01: Grupo Escolar Americano do Brasil
Fonte: Acervo Museu couros município de Formosa - GO



Foto 02: Colégio Americano do Brasil
Autor: Hildete da Silva Quinane, 2013.

O colégio se localiza no Centro da cidade do município de Formosa – GO, na Rua Professora Alta Vidal, 320, sendo um dos bairros mais antigos da cidade. “a fisionomia urbana do bairro apresenta-se de certa forma homogênea, com aspectos socioeconômicos considerados como de áreas comerciais e de residências de classe média” (SILVA, 2011, p. 161). Embora o bairro se constitua predominantemente por moradores de classe média, observa-se um grande fluxo de

alunos de bairros vizinhos, ou seja, não podemos caracterizar como alunos exclusivamente de classe média, pois se trata de um colégio que recebe alunos dos mais variados bairros. Temos também que considerar que o espaço é dinâmico, e apesar de o colégio ser fixo, seus fluxos são inúmeros, constituindo assim um público de classes variadas.

Esse estabelecimento de ensino funciona nos três períodos: matutino (Ensino Médio), vespertino (Ensino Fundamental II) e noturno (Ensino Médio). Segundo a direção, o mesmo recebe um total de 634 alunos, sendo 259 no período matutino, 205 no período vespertino e 170 no noturno.

Conforme observado e exposto no Projeto Político Pedagógico, o colégio possui 07 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala dos professores, 01 laboratório de informática, 01 cantina, 03 banheiros, 01 sala com data show, além de secretaria e uma sala da direção, em uma área total de 4.230,56 m².

Possui recursos audiovisuais para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Dentre esses recursos se destacam: quadro-branco; filmes; álbum seriado; exposições; murais didáticos; retroprojetor; filmadora; mapas e globos; jogos pedagógicos; livros informativos e literários; televisão entre outros. Esses recursos têm como finalidade despertar, facilitar, enriquecer e estimular o aprendizado dos alunos.

A quantidade de profissionais que atuam no colégio é bastante expressiva, 55 em sua totalidade, sendo uma diretora, uma vice-diretora, uma secretária geral, uma gerente de merenda, uma coordenadora do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), seis executores de serviços administrativos, cinco coordenadoras pedagógicas, sete executores de serviços gerais, dois guardas e trinta professores, distribuídos nos três turnos.

O colégio apresenta boas condições para realização do processo de ensino-aprendizagem. As salas de aulas possuem condições adequadas, porém algumas turmas enfrentam a superlotação, o que prejudica o aprendizado dos alunos. No 6º ano, por exemplo, estiveram 58 alunos matriculados no início do ano e atualmente (Setembro/2013) 39 alunos são frequentes. Número bastante expressivo para estarem todos em uma única sala.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para constatar as dificuldades levantadas no que concerne à interpretação de gráficos, utilizamos e problematizamos o conteúdo sobre a hidrosfera, pois além de dar continuidade ao plano de ensino do professor da turma, é um conteúdo que contém inúmeros gráficos que, nesse caso, favorecem o alcance dos objetivos gerais e específicos dessa ação pedagógica. Foi realizada uma dinâmica ao som da canção “Planeta água” com um roteiro pré-elaborado com perguntas relacionadas à temática, para introduzirmos o conteúdo proposto e destacarmos em primeiro momento sobre a sua relevância.

Também foi realizada uma avaliação diagnóstica, ou seja, uma atividade para detectarmos o nível dos alunos no que tange a problemática a ser trabalhada. Essa avaliação se torna imprescindível para a pesquisa-ação, pois percebemos a evolução dos alunos, como também da própria prática realizada em sala de aula.

Para apontar os principais tipos e elementos que compõem os gráficos, foi trabalhado:

- Aulas expositivas e/ou dialogadas identificando os principais tipos e elementos que compõem os gráficos, como por exemplo, título, número, cabeçalho, casa, legenda, formas, entre outros;
- Ainda, foram apresentados diversos gráficos utilizando o datashow para que os alunos visualizassem e interpretassem os gráficos relacionados ao conteúdo proposto;
- Solicitamos a elaboração de um gráfico para verificar se os alunos estavam conseguindo analisá-los.
- Realizamos atividades escritas e orais para avaliar se as dificuldades vinculadas à interpretação de gráficos foram minimizadas.
- A seguir apresentaremos uma análise sobre a importância da leitura e interpretação de gráficos nas aulas de Geografia para o processo de ensino e aprendizagem.

GRÁFICOS COMO FORMA DE LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

É perceptível que pesquisadores vêm trabalhando com investigações acerca das diferentes linguagens de interpretação, no qual os gráficos assumem papel relevante no processo de ensino-aprendizagem, pois a apresentação de informações se dá por meio dos mesmos de forma bastante dinâmica.

Nesse sentido, Paganelli (1985, p. 32) conceitua muito bem o que são gráficos quando menciona que “os gráficos são tipos de signos utilizados para representar a realidade em seu aspecto quantitativo assim como a estrutura espacial- temporal de um grupo em determinado espaço- tempo”. Esse conceito é bastante interessante, pois os gráficos vão expressar o espaço e o tempo que são categorias primordiais da ciência geográfica.

Peixoto e Cruz (2011, p.126) fazem em seu trabalho uma abordagem sobre os gráficos no ensino, assim expõem:

O gráfico não deve ser visto como uma representação exclusiva da estatística, muito menos da Matemática e Geografia. Sua utilização ultrapassa as barreiras da interdisciplinaridade, sendo este um recurso muito utilizado para quantificar diferentes pesquisas das mais diferentes ciências.

Por meio dessa abordagem, percebe-se que os gráficos são utilizados nas diferentes disciplinas e que o seu principal foco é quantificar as pesquisas, tendo em vista a apresentação de dada realidade. Mesmo não sendo de uso exclusivo da Geografia a ciência Geográfica utiliza os gráficos de forma bastante particular, ou seja, visa apresentar informações e conhecimentos que dão conta de interpretar a realidade do espaço apropriado pelo homem, o espaço geográfico.

As mesmas autoras (2011) ainda mencionam que os gráficos foram deixados de lado por causa da dificuldade de interpretação por parte dos alunos como dos professores, o que de certo modo complica a vida escolar do aluno, pois os gráficos são frequentes no processo de aprendizagem.

Para o ensino de Geografia é importante deixar claro para os alunos que os gráficos podem se apresentarem de forma variada a depender das informações que se queira transmitir, isto é,

podem ser apresentados na forma de colunas, circulares e linhas. Além disso, necessita-se que o professor tenha domínio no que se referem aos elementos dos gráficos e a sua utilização no momento de interpretação, como por exemplo, os eixos verticais e horizontais, cores, legendas e tamanhos entre outros.

O professor deve estar atento aos elementos que constitui um gráfico no processo de ensino para que o aluno possa interpretar de forma correta as informações a serem transmitidas. O aluno tem que perceber o gráfico como um texto que está sendo apresentado em uma linguagem diferenciada.

Souza (2013), discorrendo sobre a importância do letramento cartográfico, aborda que o ensino praticado pelos professores de Geografia faz uma subutilização de gráficos, mapas e maquetes na interpretação da dinâmica do espaço geográfico. Desse modo, mais uma vez os gráficos são mencionados para o desenvolvimento das noções que envolvem o próprio espaço geográfico.

O uso de gráficos é uma forma de representação dos fenômenos que são essenciais para que os alunos adquiram um conhecimento crítico e reflexivo dos fatores que são ligados ao estudo dos diversos conteúdos que propõe a disciplina de Geografia.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2001) para o ensino de Geografia voltado para o terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental, existe uma ênfase tanto nos objetivos do ensino fundamental como nos objetivos de cada ciclo, nesse caso, 3º e 4º ciclo. Assim, a interpretação de gráficos se constitui uma dessas diferentes linguagens. Nesse sentido, torna-se relevante que os alunos dominem certas habilidades interpretativas estando os gráficos inseridos nessas capacidades.

Quando os Parâmetros Curriculares Nacionais(PCN) (2001) abordam os aspectos de auxílio no processo de construção de conhecimentos, relata o uso de recursos diferenciados para a promoção da aprendizagem, onde em um de seus itens apresenta os gráficos e outros recursos na integração com as informações, pois como o próprio documento destaca o conhecimento não se dá sem informação, da mesma forma que não existe comunicação sem informação.

Nessa perspectiva, confirma-se a importância da (re)significação da interpretação de gráficos nas aulas de Geografia para favorecer um ensino de maneira atrativa e incentivador ao gosto pelos conhecimentos geográficos, sendo os gráficos ponto-chave nessa construção.

Na seção a seguir, apresentaremos os resultados e discussões da pesquisa e ação pedagógica aqui apresentada em que analisaremos algumas questões da avaliação diagnóstica e avaliação final que foram aplicadas, como também, entrelaçar com as atividades feitas durante a execução da ação pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de quaisquer considerações acerca dos resultados, se faz necessário esclarecer o entendimento do termo resignificar, pois é o termo que baliza a ação pedagógica realizada. Na perspectiva da valorização do conhecimento dos alunos o (re)significar se constitui como um novo significado em relação ao que os alunos já conhecem, ou seja, os alunos já tiveram contatos

com os gráficos nas aulas de Geografia e em outras disciplinas, assim foi trabalhado em um ponto de vista de sistematização e organização de ideias a respeito da temática.

Segundo Libâneo (1990) os conhecimentos fazem parte de um processo social no qual o ser humano aprende a todo o momento pelo simples fato de viver em sociedade, assim destaca que o professor tem a missão de organizar e sistematizar os conhecimentos que os alunos já possuem com os novos conhecimentos. Para ele a *síncrese*, isto é, um conhecimento desordenado, indeterminado e confuso, deve ser superado com a ajuda do professor que deve conduzir o aluno a passar da *síncrese* para a *síntese* dos conhecimentos.

Nesse sentido, os resultados aqui apresentados fazem parte dessa tentativa de superação da *síncrese* no que tange a interpretação de gráficos visando o alcance da *síntese*, ou seja, organizar com os alunos caminhos para a melhor leitura do espaço geográfico por meio dos gráficos.

Paulo Freire (1996) relata que não existe ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino, assim o ensino e pesquisa são dois lados de uma mesma moeda que possuem um valor único e recíproco entre eles. O resultado aqui apresentado é um pouco da pesquisa e do ensino que propusemos realizar, pois concordamos com Paulo Freire em sua colocação.

É oportuno neste momento caracterizar a avaliação para contribuir para o melhor delineamento dos resultados alcançados. Para Piletti (1986), a avaliação desenvolve-se nos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem. Assim, ele destaca a importância da avaliação diagnóstica que possibilita detectar três principais aspectos: o nível de conhecimentos que os alunos possuem; os pré-requisitos e as particularidades dos alunos. Assim, a avaliação diagnóstica se constitui como procedimento importante para que os objetivos do processo de ensino e aprendizagem sejam alcançados, pois focaliza os níveis que os alunos se encontram para uma melhor prática e reflexão sobre a própria ação docente.

Assim, foi aplicado um diagnóstico inicial para detectar o nível de aprendizagem dos alunos no que envolve a interpretação de gráficos. A atividade apresentava um gráfico com algumas questões para serem analisadas, que estavam relacionadas com o percentual de água e população distribuídas nas regiões brasileiras, assim agrupamos as respostas dos alunos por categorias como se pode observar no gráfico 01 e 02 para melhor compreendermos os resultados obtidos.

Nesse contexto, analisando o gráfico 01, percebe-se que os alunos têm grande dificuldade de interpretação de gráficos, pois mesmo com 30% dos alunos apontando a resposta correta, que era Norte e Sudeste, diante de uma análise de toda a turma, o percentual de respostas incorretas (70%), confirma a necessidade de um olhar especial para minimizar tais dificuldades.

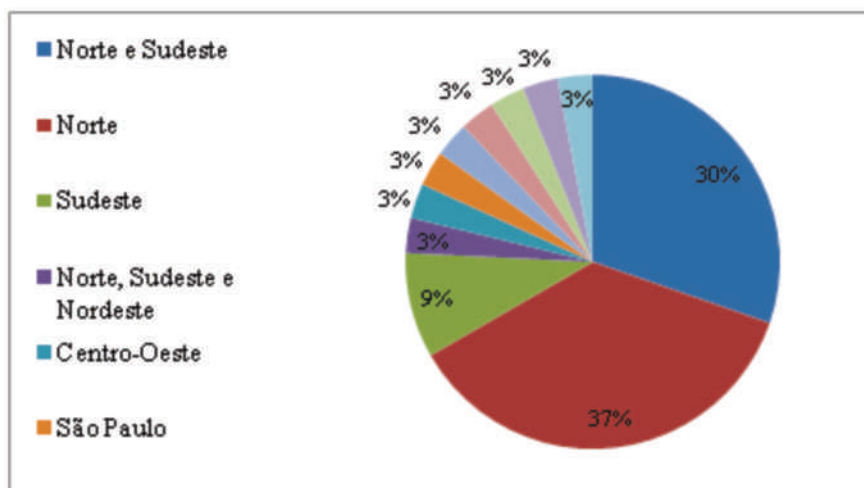


Gráfico 01 – Porcentagem de respostas certas e erradas a partir de respostas aplicada no 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Americano do Brasil no ano de 2013.

Elaboração: Hugo de Carvalho Sobrinho e Hildete da Silva Quinane

Os resultados podem estar ligados à falta de compreensão e análise dos elementos constitutivos de um gráfico (título, linhas, colunas e legendas) que possibilitam a interpretação dos mesmos de forma correta. Dentre tais elementos, as maiores dificuldades estavam relacionadas à legenda, pois foi percebido que o grande percentual de erros estava vinculado à sua interpretação.

O gráfico a seguir apresenta as respostas dos alunos diante de uma questão que tinha como objetivo detectar duas das regiões expressas no gráfico que possuem menor população.

Assim, o que se observa na atividade confirma, diante das inúmeras respostas, expressas no Gráfico 02, a confusão que os alunos fazem na interpretação dos gráficos. Os 16% dos 39 alunos que acertaram se constitui um percentual pequeno e um compromisso maior para ressignificar o tema no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

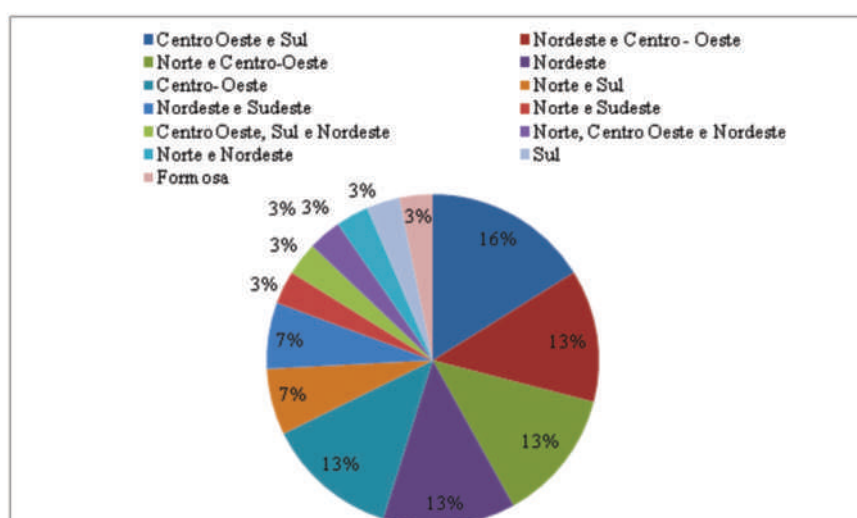


Gráfico 02: Respostas dos alunos no que tange à outra questão da avaliação diagnóstica aplicada no 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Americano do Brasil no ano de 2013.

Elaboração: Hugo de Carvalho Sobrinho e Hildete da Silva Quinane

Depois de tais considerações, foi possível traçarmos um caminho para sanar as dificuldades, pois quando conhecemos os problemas que se apresentam como obstáculos para o processo de aprendizagem é mais fácil de ser superado. As regências foram realizadas com o auxílio de diferentes ferramentas, como por exemplo, livros, revistas, cartazes, quadro-branco, Datashow, pois o contato através da visualização dos diferenciados tipos de gráficos e seus elementos se tornam importante, pois nessa faixa etária de idade os alunos necessitam visualizar de forma concreta para que possam aprender de reflexiva, pressupostos que estão pautados nos estágios de desenvolvimento expostos por Piaget.

Além das exposições dialogadas em relação aos tipos e elementos dos gráficos foram realizadas atividades interpretativo-orais e também a construção de gráficos pelos próprios alunos. Essa maneira de ensinar faz parte da perspectiva de que o aluno aprende mais e melhor aquilo que faz como ser ativo na construção do seu próprio conhecimento.

Após ter apresentado a avaliação diagnóstica e alguns procedimentos adotados no processo de ensino e aprendizagem ateremos neste momento da avaliação final, para percebermos a atuação no processo de aprendizagem dos alunos no decorrer do estágio supervisionado. Assim, detectamos os avanços e entraves que ainda precisam ser superados na turma, tendo em vista o processo de aprendizagem.

Portanto, os gráficos a seguir expressam o resultado da avaliação final que realizamos com os alunos que de certo modo são capazes de detectar a importância da ação que foi realizada no processo do estágio.

O gráfico 03, expressa o resultado de uma das questões da avaliação final, onde o mesmo apresenta o percentual de acertos e erros dos alunos. Houve um grande avanço após os trabalhos realizados, pois se fazermos uma comparação com os resultados da avaliação diagnóstica notamos significativa evolução.

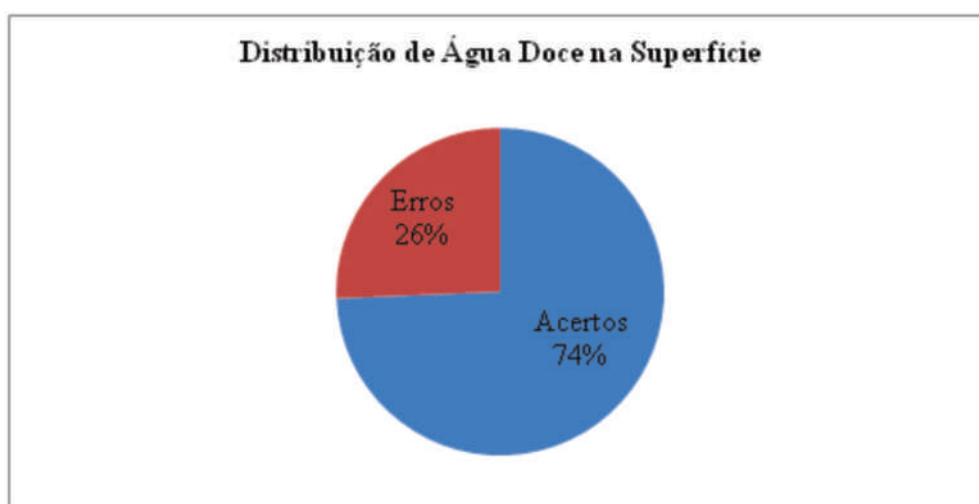


Gráfico 03: Percentual de erros e acertos dos alunos na avaliação final aplicada no 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Americano do Brasil no ano de 2013.

Elaboração: Hugo de Carvalho Sobrinho e Hildete da Silva Quinane

Entretanto, com a ação realizada visando à minimização das dificuldades na interpretação de gráficos, nota-se que ainda possui um percentual de alunos que apresentam dificuldades, em torno de 26%, este percentual pode estar atrelado à questão da falta de interesse pela leitura. Assim, é preciso que seja trabalhado com leitura em suas diversas formas em todas as etapas da educação básica para o aluno exercite e aguce a sua interpretação.

No gráfico 04, como se percebe, como no gráfico anterior, avanços na interpretação de gráficos nas aulas de Geografia, pois o percentual de acerto é bastante expressivo, 87%, em detrimento ao percentual de erros 8% e 5% que não responderam a questão.

Comparando com os gráficos da avaliação diagnóstica, compreende-se que o índice de respostas que categorizamos foi menor. No gráfico 02, tivemos um total de 14 categorias de respostas, o que indica grande confusão na interpretação de gráficos. Assim, após os trabalhos realizados no decorrer da execução do projeto, essa confusão foi diminuindo significativamente.

No gráfico a seguir, nota-se que o percentual de respostas que categorizamos foi menor que a atividade anterior, totalizando 4 categorias, o que indica que a maioria dos alunos ressignificaram a interpretação de gráficos.

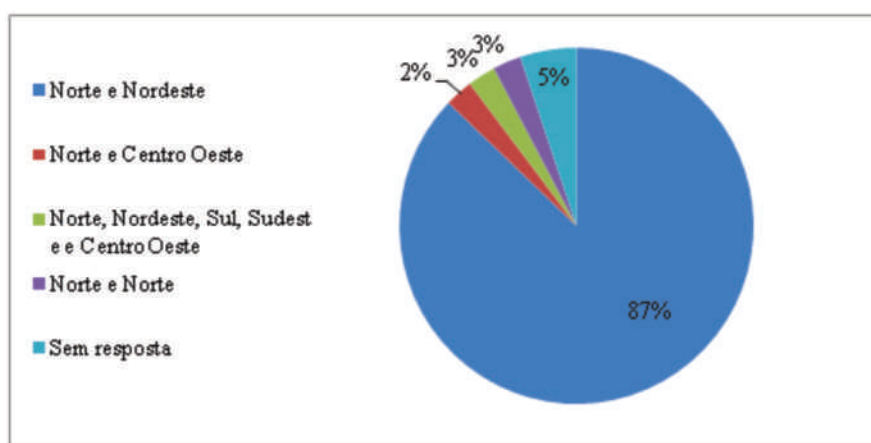


Gráfico 04: Respostas da atividade sobre a distribuição de água no Brasil por Região aplicada no 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Americano do Brasil no ano de 2013.

Elaboração: Hugo de Carvalho Sobrinho e Hildete da Silva Quinane

O aprimoramento que foi apresentado na aprendizagem dos alunos ligado à interpretação de gráficos faz parte dos esforços dos alunos, como também, das diferentes abordagens utilizadas a partir das metodologias aqui apresentadas. Foi detectado na avaliação diagnóstica problemas, principalmente no elemento legenda, assim o trabalho foi intensificado neste quesito, no qual podemos perceber resultados satisfatórios em relação à interpretação de gráficos, pois foi gradativamente sendo ressignificado nas aulas de Geografia da turma trabalhada no Colégio Estadual Americano do Brasil no ano de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de levar os alunos a (re)significar a interpretação de gráficos foi efetivada no processo de aprendizagem dos alunos, pois cerca de 80% dos alunos demonstraram maior habilidade na interpretação dos mesmos. Após a realização desta ação pedagógica, se percebe

a importância do estágio supervisionado emaranhado na realidade da aprendizagem na escola, pois tanto a escola campo como a Universidade se transformaram em espaços de reciprocidades, isto é, de construção do conhecimento.

Esse trabalho partiu de uma problemática e dificuldade dos alunos, sendo que a aplicação dessa pesquisa-ação resultou em resultados significativos, confirmando e dando credibilidade aos trabalhos que foram realizados na escola de maneira efetiva e comprometidos com o processo de aprendizagem.

Entretanto, necessita-se que uma abordagem ligada aos gráficos no ensino de Geografia não se restrinja apenas no 6º ano do ensino fundamental, mas sim, por todo o processo de aprendizagem na educação básica, pois se constitui ferramenta que possibilita o conhecimento do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia (terceiro e Quarto Ciclo do Ensino Fundamental). Brasília: MEC/SEE, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

PAGANELLI, T. I. et al. A noção de espaço e de tempo: o mapa e o gráfico. Revista Orientação, São Paulo. p. 21-38, Nov.1985.

PEIXOTO, A. M. D; CRUZ, E. O desafio do trabalho com gráficos no processo-aprendizagem de Geografia. Vértices, Campos dos Goytacazes, v.13.n. 3. P.123-168. Jan/abr. 2011.

PILETTI, Claudino. Didática geral. 6. ed. São Paulo: Ática, 1986. 258 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, A. S. Espaço urbano, desigualdade e indicadores de dimensões da sustentabilidade: análise de Formosa-GO. 2011. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2011.

SOUZA, V. L. C. A. A importância do Letramento cartográfico nas aulas de Geografia. Congresso Latino-Americano de Compreensão Leitora, 6. 2013, Formosa. Cadernos de resumos. Goiânia. Ed. Kelps, 2013.

MEIO AMBIENTE E ENSINO FUNDAMENTAL: A POSSIBILIDADE DE UMA VIVÊNCIA E APRENDIZAGEM INOVADORA

Cleudimar Rosa Alves
UFG - Regional Catalão
cleudimarcra@uol.com.br

Marli jose tavares
UFG - Regional Catalão
marlitavares_4@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende analisar o contexto/cotidiano escolar do Colégio Estadual Maria das Dores Campos, situado no Bairro Ipanema – Catalão - GO, unidade que ministra o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de compreender como a educação ambiental tem se introduzido nas práticas educativas, proporcionando aos envolvidos uma nova vivência e uma aprendizagem inovadora, distinta e relevante. A escolha do presente temas ocorreu por entendermos que a realidade atual busca e exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto só ocorre na integração, na interrelação entre práticas e saberes coletivos que possibilitem a criação de novos valores e ações que se voltam e valorizam a natureza, o homem e a sociedade. O texto faz uma relação entre a realidade aqui descrita e a implantação de um projeto para reativação da horta escolar para trabalhar com eficiência na produção de produtos orgânicos.

Palavras-chave: Educação Ambiental, práticas educativas, natureza, sociedade e homem.

INTRODUÇÃO

Desde a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (EA) ocorrida em Tsibilisi (nos Estados Unidos da América, no ano de 1977), começa em esfera global, um processo amplo de orientação para que se desenvolva e forme uma consciência nova e distinta sobre a natureza, bem como sua relação com o ensino formal, de maneira que o conhecimento seja construído interdisciplinarmente, nos diferentes níveis de formação escolar ou externas a ela.

Jacobi (2003) citando Sorrentino (1998) reforça os argumentos colocados acima, dizendo-nos:

O documento da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia), chama a atenção para a necessidade de se articular em ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares. (JACOBI, 2003 apud SORRENTINO, 1998, p. 190).

É nessa perspectiva que este trabalho propõe analisar o que ocorre no cotidiano escolar do Colégio Estadual Maria das Dores Campos, localizada no Bairro Ipanema em Catalão, Goiás, buscando a articulação entre Educação Ambiental (EA) e o Ensino Fundamental, ali ministrado.

Por querer entender o engajamento existente entre os setores educativos que atuam na referida unidade e o projeto de reativação da horta escolar, utilizando produtos orgânicos, que tem potencializado saberes novos, distintos e relevantes acerca do meio ambiente é que escolhemos a temática em pauta, registrando que este programa foi estruturado em relação ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que funciona na escola, envolvendo funcionários, alunos, pais e ou representantes da comunidade local.

Em face à urbanização e evolução da civilização humana, o modo de perceber o ambiente teve que ser alterado, uma vez que a natureza passou a ser subordinada pela humanidade, tornando-se conhecida e explorada por conta da curiosidade de muitos, sendo considerada inferior em relação aos seres humanos.

Por volta dos anos 60 e 70, os problemas ambientais se avolumaram em razão da exploração acelerada, descontrolada e constante, tamanha eram tais ações que rapidamente se espalharam e transcenderam as fronteiras nacionais, modificando os cenários regionais e até mesmo globais, como a poluição do ar, fontes de águas secando e erosões de solos ocorrendo em diversos e distintos lugares/regiões, deixando evidentes os abusos cometidos pelos homens em diferentes partes do planeta.

Diante disso, surgem as necessidades de se pensar e começar a entender melhor a natureza e planejar/desenvolver atividades humanas para protegê-la e tentar corrigir os erros ecológicos que vêm cometidos em nome do progresso da sociedade moderna.

Mediante essa conscientização, a Carta de Belgrado, (1975), redigida por vinte especialistas em Educação Ambiental (EA) do mundo inteiro, declara que a EA, segundo a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (1999), tem como meta:

Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros. (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, 1999, p. 22).

Registre-se que, esse objetivo já é razão suficiente para colocar em funcionamento o Projeto “REVIVENDO A HORTA ESCOLAR”, na Unidade de Ensino já citada, ainda mais que, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) tem desenvolvido nessa escola um curso de Agricultor Orgânico, ofertado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), na modalidade presencial, no período noturno, com 25 vagas disponíveis, totalizando uma carga horária de 160 horas.

O Curso tem como objetivo geral a “formação continuada em Agricultor Orgânico, na modalidade presencial capacitar para a produção de orgânicos com base na legislação vigente”, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Este curso proporcionará ao profissional em formação compreender os aspectos ligados a produção vegetal na agricultura orgânica, manejo

da propriedade orgânica, além de práticas voltadas a produção de produtos orgânicos. Em suma, noções de produções sustentáveis, tais como, práticas ecológicas (adubação orgânica, combates naturais/alternativos), que poderão e serão utilizados na reativação da horta (espaço existente e sem uso situado no terreno onde situa o prédio) do Colégio Estadual Maria das Dores Campos.

Delineada a nossa intenção, que, por sua vez, conta com o apoio da equipe gestora da Unidade Escolar, com a contribuição de docentes de disciplinas afins (Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Geografia, Educação Física, etc.) e, em especial, com a participação dos alunos (5º ao 9º ano) e também, com a ajuda voluntária dos pais desses educandos e com doações de representantes da comunidade local, cabe aqui problematizar a temática apresentada, colocando alguns questionamentos relacionados à mesma: Existe uma Educação Ambiental (EA) ou existiram muitas? Será que todas as pessoas que estão fazendo EA vivenciam os mesmo pressupostos pedagógicos? O fazer EA hoje tem a ver com os ideais de nossos jovens educandos?

É preciso que estas perguntas/questões sejam consideradas durante o desenvolvimento do Projeto proposto e, necessário será registrar as ideias, reações e depoimentos de todos os participantes do mesmo pelos responsáveis pelo desenvolvimento do referido Projeto.

1.A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É POSSÍVEL E PRECISA SER INOVADORA

A questão ambiental, mais do que uma palavra em voga, nos alerta para os diferentes modos que a sociedade humana se relaciona com o meio construído e natural desde os tempos mais remotos. (Higuchi, mines@inpa.gov.br; AZEVEDO, genoveva@inpabr).

Observando o ambiente natural e o meio construído, vemos que as ações humanas nem sempre são positivas, ficamos preocupados, então, como ignorar o que está acontecendo? Como não comprometer com nossa própria existência? De que modo se pode modificar o que parece não ter outra maneira de acontecer?

Essas e outras questões estão presentes diariamente na cabeça de boa parte da população local, regional, nacional e mundial e, dar respostas a elas, significa ir em busca de vivenciar atividades distintas e significativas que possam sustentar e explicar as relações que ocorrem entre os homens e a natureza, quase sempre conflitantes e complexas cotidianamente.

Essa preocupação tem produzido muitos estudos e projetos quanto de sucesso quanto de fracasso; alguns propícios para “... aprofundar a reflexão e a prática em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão das demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais” (JACOBI, 2003, p. 192).

Cabe aqui dizer eu, além de faltar um nível de conscientização por parte dessa população localizada, bem como, de criticar a falta de políticas governamentais para estes locais, e que esse mesmo autor nos mostra:

[...] representa também a possibilidade de abertura e de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural. (JACOBI, 2003, p. 192).

Como por exemplo, aqueles projetos que são bem sucedidos, pois, foram pensados, elaborados com base no conhecimento das pessoas envolvidas, no ecossistema e nos recursos naturais existentes nos locais.

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (1999), esses projetos possuem as seguintes características:

Baseiam-se em recursos locais e renováveis (...);

- Mantêm e ampliam o rendimento dos recursos naturais, usando-os de forma eficiente, (...);
- (...) o comprometimento dos seus criadores é local e direto;
- Os projetos ocorrem onde está o maior número de pessoas e necessidades, (...);
- (...) produzem alimentos e bens para a população local;
- São montados em base na energia e habilidades que a população já possui (...) encorajam o desenvolvimento de novas aptidões e realisticamente concretizáveis; (...) valem-se, não somente dos músculos;
- Respeitam e estimulam a variedade e produtividade do ecossistema local (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, 1999, p. 88-89).

Tais características apontadas acima, definem clara e adequadamente as ideias e finalidades contidas no Projeto “Revivendo a Horta Escolar” (de nossa autoria/iniciativa), o qual será apresentado em detalhes adiante.

Porém, antes de apresentar o referido Projeto, há que considerar o que nos diz Carvalho (2001):

A observação destas práticas facilmente mostrará um universo extremamente heterogêneo no qual, para além de um primeiro consenso em torno da valorização da natureza como um bem, há uma grande variação das intencionalidades socioeducativas, metodologias pedagógicas e compreensões acerca do que seja a mudança ambiental desejada. (CARVALHO, 2001, p. 44).

O que a autora Carvalho (2001) deixa evidente é que a EA, incorporada e levada a efeito pelo processo educativo, comportará as implicações diversas que estão imbricadas nestes dois campos – ambiental e educacional. Ou seja, a EA, terá finalidade maior: entender as mudanças de comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente (Educação Ambiental Comportamental), e, ao mesmo tempo, partilhar da ideia que a educação é um processo político, uma prática social de formação cidadã (Educação Ambiental Popular).

Registre-se que esta autora, não escolhe uma ou outra EA, afirmando que, tanto a comportamental quanto a popular possui suas virtudes e vícios. Tudo se trata de uma escolha didática ou pedagógica e não de uma verdade pronta e acabada; que uma seja melhor ou pior do que a outra e vice versa.

Com os inúmeros problemas que vêm surgindo através do uso inadequado dos recursos naturais, tem aumentado o número de ações e projetos que visam à prática da educação ambiental. Segundo Quintas (2002), existem quatro grandes conjuntos de temas e objetivos com os quais se identificam distintos projetos de educação ambiental, em diversos locais do país. São eles:

Biológico: proteger, conservar e preservar espécies, ecossistemas e o planeta como um todo.

Espirituais / culturais: promover o autoconhecimento e o conhecimento do universo.

Políticos: estimular a cidadania e a participação democrática, estimular a formação e o aprimoramento de organizações. Econômicos: contribuir para a melhoria da qualidade de vida através da geração de empregos e atividades “ambientais”. (QUINTAS, 2002, p. 112-113)

Para Quintas (2002), esses quatro conjuntos de temas e objetivos podem ser reduzidos a um grande objetivo geral, que talvez expresse uma tendência entre os diversos fazeres educativos voltados à questão ambiental: “Contribuir para a conservação da biodiversidade, para a auto realização individual e comunitária e para a autogestão política e econômica, através de processos educativos e participativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida”. (QUINTAS, 2002, p.112-113).

Contudo, antes de propor qualquer projeto, ação ou alternativa, seja com a finalidade de prevenir, sanar/solucionar e/ou educar, há que se buscarem teorias, definições, conceitos, representações, ou seja, saberes ou informações teóricas acerca do tema com o qual se prevê, se pretende trabalhar ou lidar por meio do Projeto em vista.

Higuchi e Azevedo (mines@inpa.gov.br: genoveva@inpa.gov.br), citando Reigota (1994),

[...] alerta que a prática da EA depende da concepção das pessoas sobre meio ambiente, para então podermos iniciar um programa de construção de conhecimento que fomente a necessária modificação de valores e condutas pró-ambientais de forma crítica e responsável. (HIGUCHI e AZEVEDO mines@inpa.gov.br: genoveva@inpa.gov.br, apud REIGOTA, 1994, p. 64).

O que os autores querem esclarecer-nos, basicamente, é que em EA é necessário e/ou importante saber/compreender como as pessoas pensam, vivem, agem e aprendem no contexto em que vivem e trabalham, isto é, como essas pessoas veem o mundo, as coisas e os fatos cotidianos e as outras pessoas com as quais convivem.

Então, nessa direção de como as pessoas aprendem e sobre as coisas que acontecem diariamente, por exemplo, encontrando textos, obras e estudos acerca de problemas ambientais, é preciso entender como estes profissionais que escreveram sobre os mesmos chegaram até eles, como os descobriram e pensar em algumas ideias para resolvê-las. E, para que isto aconteça de fato, é necessário ler muito sobre o assunto e debater o tema/problema, conversar com outras pessoas, procurar entender como a ciência vê tal/tais fenômenos e como os não especialistas os explicam e se comportam perante este ou aquele problema em pauta.

Outro aspecto essencial (e não o último) que é apontado pelos autores Higuchi e Azevedo (mines@inpa.gov.br: genoveva@inpa.gov.br):

[...] é saber atuar como um educador que não se preocupe em ser o dono da verdade, mas alguém que ajude os educandos a buscarem soluções para os seus problemas de forma criativa, motivadora e eficaz. (...) Deve-se negociar com equilíbrio, interpretar o que significa para aquelas pessoas fazer ou pensar do jeito que o fazem. Só essa compreensão poderá trazer o cuidado que é preciso ter para introduzir novas práticas. (HIGUCHI e AZEVEDO mines@inpa.gov.br; genoveva@inpa.gov.br).

Essa citação nos lembra de que ninguém sabe tudo. Nem mesmo o educador foge a essa máxima, necessitando ter em mente que novas práticas não ocorrem de um dia para outro. Essas ações e pessoas levam um tempo para mudar seus hábitos e seus resultados. Tudo dependerá das atitudes, posturas e práticas diversas usadas pelo educador; do modo que ele tratar seus alunos no trabalho dentro (e fora) do ambiente escolar.

De acordo com os mesmos autores:

Paulo Freire (1977) foi um educador que defendeu a ideia de que os educadores dever ser críticos e compromissados com a promoção das pessoas com as quais vai trabalhar. O respeito às individualidades, à cultura e necessidades socioeconômicas devem ser levados em conta. Deve-se enfatizar o presente, o passado e o futuro para entender a realidade e construir um mundo melhor nesse planeta, nesse Brasil, nessa região, nessa cidade, nesse bairro, nessa comunidade. (HIGUCHI e AZEVEDO mines@inpa.gov.br; genoveva@inpa.gov.br).

Tem razão o educador Paulo Freire e com a inserção da EA nos currículos escolares, essa temática tem sido desenvolvida como um dos eixos transversais, numa dimensão que perpassa todas as atividades escolares nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do Ensino Fundamental.

E como as crianças, adolescentes e jovens passam a maior parte do tempo na escola, então, ela passa a ser o local de valores e referências sociais, portanto, dever ser o espaço em que educadores e educandos estejam juntos e envolvidos e, acima de tudo, comprometidos na edificação de um ambiente equilibrado, saudável e harmonioso, propício ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

2. O PROJETO “REVIVENDO A HORTA ESCOLAR” SUAS CARACTERÍSTICAS E COMPOSIÇÕES

O desenvolvimento do Projeto “Revivendo a Horta Escolar” justifica-se pela necessidade da reativação da horta que existiu na escola e no momento encontra-se desativada, envolvendo a participação direta dos alunos do referido Colégio Estadual Maria das Dores Campos e contribuição indireta de funcionários, professores de disciplinas afins, pais dos alunos e representantes da comunidade, que além de atender a necessidade de consolidação da EA neste estabelecimento de ensino, confirmará a importância dessa dimensão/área de conhecimento, bem como, uma maneira de agregar valores às atividades do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que vem sendo vivenciado por esta escola e comunidade local, quanto à prática da agricultura orgânica.

Respeitando-se a autonomia dos docentes na transposição didática dos conhecimentos selecionados nos componentes curriculares, as metodologias de ensino pressupõem procedimentos didático-pedagógicos que auxiliem os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- elaborar e implementar o planejamento, o registro e a análise das aulas e das atividades realizadas;
- problematizar o conhecimento, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno, incentivando-o a pesquisar em diferentes fontes;
- contextualizar os conhecimentos, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção dos saberes;
- elaborar materiais didáticos adequados a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- utilizar recursos tecnológicos adequados ao público envolvido para subsidiar as atividades pedagógicas;
- disponibilizar apoio pedagógico para alunos que apresentarem dificuldades, visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- diversificar as atividades acadêmicas, utilizando aulas expositivas dialogadas e interativas, desenvolvimento de projetos, aulas experimentais (em laboratórios), visitas técnicas, seminários, debates, atividades individuais e em grupo, exposição de filmes, grupos de estudos e outros.

No que se referem ao Projeto, essas metodologias de ensino auxiliaram os alunos e professores na construção intelectual necessária, e elas farão parte desse Projeto, o qual foi elaborado a efeito: a elaboração e o planejamento do presente trabalho, sendo ele considerado aberto, flexível e democrático, capaz de aceitar mudanças e/ou acréscimos, contudo, não perdendo de vista o seu principal objetivo, cujo modelo/esquema se apresenta aqui:

Título: PROJETO “REVIVENDO A HORTA ESCOLAR”.

Série(s): 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Objetivo Geral: Reativar a horta escolar, consolidar a Educação Ambiental (EA) na escola e vivenciar/capacitar a prática da agricultura orgânica.

Objetivos Específicos: a) Conhecer as principais técnicas de produção envolvidas dentro de um sistema orgânico, buscando que essa atividade seja economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta;

b) Aprender o processo de conversão de uma propriedade para o sistema orgânico.

c) Dominar as principais fontes de nutrientes utilizadas para adubação no sistema orgânico de cultivo;

d) Compreender a forma como é realizado o manejo do solo.

Área(s)/Disciplina(s): Geografia, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física, Artes, Ensino Religioso e demais que tenham interesse em contribuir para o desenvolvimento do Projeto.

Conteúdo(s) Atividades: capina do terreno; preparação dos canteiros, adubação orgânica;/ semeadura; transplante de mudas; cuidados até a colheita.

Pessoas envolvidas: alunos, professores, grupo gestor, pais, representantes da comunidade local.

Materiais necessários: instrumentos agrícolas; sementes; adubos orgânicos; instrumentos de medição; mangueira, etc.

Período: 1 semestre.

Avaliação/conclusão: Auto avaliação; avaliação cooperativa e do autor; observações/registros de cada atividade.

A partir de agora, será demonstrado/descrito como se desenvolveu o projeto:

- 1º) Apresentação do Projeto à escola.
- 2º) Análise do Projeto com aqueles que serão convidados a participar do mesmo.
- 3º) Esclarecimento dos objetivos.
- 4º) Convite aos titulares das disciplinas afins.
- 5º) Discussão sobre as atividades a serem desenvolvidas (nomeações de líderes e equipes de trabalho).
- 6º) Convite e confirmação do pessoal participante.
- 7º) Levantamento (e providências) dos materiais necessários a serem utilizados durante a vivência do Projeto.
- 8º) Definição do calendário (próprio/específico) de cada tipo de alimento a ser cultivado.
- 9º) Avaliação, acompanhamento e fiscalização do Projeto (observações/comentários através de registros escritos) e no final – uma avaliação geral de tudo e de todos, levantando pontos negativos e positivos.

Registre-se que a avaliação prevista se deu de forma diagnóstica e formativa no decorrer de tudo o projeto, por não haver a preocupação de promover os educandos para o ano escola seguinte, pois como frisa Bennet (1977) citado por Zeppone (1999), “[...] a avaliação no campo da Educação Ambiental dever ser parte integrante de todo o processo, estabelecendo-se as prioridades” (ZEPPONE, 1999, apud BENNET, 1977, p. 44).

É importante avaliar os educandos em todas as atividades individuais e coletivas para observar se há necessidade de refazer algumas ações ou não. Zeppone (1999) sugere alguns critérios a serem usados para avaliar as atividades dos alunos (e demais envolvidos, se estes concordarem):

- 1 – Se o comportamento construído demonstra tomada de consciência perante o problema, ou seja, se os alunos fazem mecanicamente ou sabem porque estão fazendo.
- 2 – Se o comportamento é frequente, ocorrendo dentro e fora da sala de aula.
- 3 – Se houve alguma mudança visível na sala de aula e na escola, em relação à resolução do problema.” (ZEPPONE, 1999, p. 45).

O termo “problema” corresponde à “desativação” ou “não da existência” da horta escolar, sendo que os critérios sugeridos servem para confirmar a validade da vivência do Projeto, registrando que os participantes ou envolvidos, devem ter ciência de que esta avaliação estará sendo feita no decorrer das atividades (de cada uma delas).

É válido ressaltar que, todos os itens 9 (ao todo no Modelo/Esquema) devem ser apresentados, debatidos e aprovados previamente por todas as pessoas participantes/envolvidos no Projeto.

No tocante à avaliação, Medina (2008) nos sugere que, “... no próprio desenvolvimento do trabalho (...) sejam exercitados (...) valores éticos ambientais (...) cooperação, solidariedade, responsabilidade consigo mesmo e com os outros, compromisso com a construção coletiva de uma nova racionalidade ambiental. Alternativa de desenvolvimento sustentável com justiça social, aceitação das diferenças entre as pessoas e os grupos e o respeito pelas suas opções” (MEDINA, 2008, p. 71).

Os princípios propostos pela autora, podem ser assimilados pelos alunos em menor grau de compreensão, uma vez que tal aprendizagem não acontece “do dia para a noite”, levando um certo tempo para uma maior conscientização desses saberes, porém, por parte dos adultos (professores, principalmente), certamente, haverá um certo conhecimento acerca da temática Educação Ambiental (EA). Ainda de acordo com Guimarães (1995, p. 27), o qual afirma que a Educação Ambiental deve ser um processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e de sua comunidade. Deve ser um processo crítico, criativo e político com preocupação de transmitir conhecimentos a partir da discussão e avaliação feitas pelo aluno, a sua realidade individual e social, na comunidade em que vive.

Medina (2008) faz uma colocação interessante relacionada aos critérios a serem observados na formação de grupos de trabalho, prática comum e natural em vivência de Projetos destacando:

- . Constituir grupos multidisciplinares (...).
- . Formar grupos de no máximo 6 pessoas.
- . (...) formar grupos com pessoas das diversas instituições partícipes.
- . Contemplar as diversas experiências profissionais, de vida e de suas diversas atuações de trabalho.
- . Ao longo do processo de aplicação é importante fazer rodízios na composição dos grupos, de modo a permitir uma maior integração dos diversos membros e ampliar o intercâmbio de experiências e de produção de conhecimentos...” (MEDINA, 2008, p. 72).

A sugestão da autora é interessante e pertinente à natureza do trabalho desenvolvido em Projeto tal qual a este que aqui foi apresentado, especialmente, o critério que sugere fazer “rodízios”, deve-se formar grupos compostos de alunos menores (5º ano), com os do último ano do Ensino Fundamental (8º ou 9º ano) e com um professor, um pai de aluno e representante da comunidade (com profissões diferenciadas), constituindo grupos heterogêneos (idades, funções, profissões, histórias de vidas distintas), para realizar atividades diversas (registrar participações individuais e coletivas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade atual marcada pela degradação permanente do meio ambiente, da natureza, faz surgir uma necessária articulação entre a educação escolar e uma Educação Ambiental (EA), que juntas podem ou poderão transformar os homens e a sociedade, que ali se relacionam e convivem em meio a um cenário complexo e cheio de problemas diversos que precisam ser enfrentados e resolvidos cotidianamente.

Partindo do entendimento que a escola é o local ou espaço onde será possível desenvolver

uma Educação Ambiental (EA), capaz de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida, é que surgiu a ideia de realizar e vivenciar esse Projeto.

A escolha do referido trabalho, “Revivendo a Horta Escolar” tal como está aqui descrito, se deu em função de acreditarmos que a escola pública brasileira é um espaço importante e favorável para o desenvolvimento de projetos de EA, pois, estou podendo comprovar os resultados como o mesmo em andamento.

É pertinente registrar algumas conclusões a que cheguei durante a elaboração desse artigo, importantes no trato da temática aqui apresentada tais como: A EA, transita na esfera das relações conflitivas das diferentes orientações políticas e pedagógicas que ocorrem dentro do processo educativo no espaço escolar.

Há duas diferentes EAs, uma comportamental, que valoriza a educação como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente e, a outra – popular, que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo – como prática social de formação de cidadania.

A avaliação faz parte integrante do processo educativo pelo seu aspecto interdisciplinar e as ações dos alunos envolvidos nele. Neste sentido, a escola pública é um espaço importante e favorável para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental (EA).

O estudo que aqui se encerra, em caráter parcial, uma vez que o tema comporta outras múltiplas pesquisas, afirma que há entre várias boas razões, em muitos níveis, uma que é essencial para que um país promova a Educação Ambiental, a saber: fazer render ao máximo os recursos naturais com que o país foi dotado; administrar essas fontes de modo eficiente, produtivo e sustentável, assegurando um ambiente enriquecedor que dê segurança e alegria às pessoas, ao qual elas se sintam econômica, emocional e espiritual conectadas.

Este texto nos mostrou uma realidade insatisfatória e nos serve de alerta para as pessoas que não se preocupam com a temática ecológica, chamando a atenção destas para o que ocorre no mundo todo e também no Brasil em relação aos problemas ambientais que vêm afligindo todos numa velocidade assustadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instrução normativa nº 07, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.99, n.94, p. 11-14, 19 maio 1999. Seção 1.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre a educação ambiental e extensão rural**. Porto Alegre (RS): EMATER, 2001 (Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável. Porto Alegre, v. 2, nº 2, abr/jun).

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na educação**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; Azevedo, Genoveva Chagas de. **Educação como processo na construção da cidadania ambiental**. ().

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade.** (Cadernos de Pesquisa, nº 118, p. 189-205) São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mar, 2003.

_____. **Educação e meio ambiente – transformando as práticas.** São Paulo: USP. s.d.

MEDINA, Naná Mininni. **Educação Ambiental:** uma metodologia participativa de formação. Elizabeth da Conceição Santos. 5 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

QUINTAS, José Silva, org. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, 2002. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental).

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnicas e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2008.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Conceitos para se fazer educação ambiental.** 3ª ed. São Paulo: A Secretaria 1999 (série educação ambiental, ISSN 2658 – 0103).

ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. **Educação Ambiental:** teoria e práticas escolares. 1ª ed. Araraquara (SP): JM Editora, 1999.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA ESCOLA COMO POSSIBILIDADE DE ESCALA DE ANÁLISE NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Alexsander Batista e Silva
Universidade Federal de Goiás
lexgeo10@gmail.com

Resumo

Com o presente artigo temos o intuito de fazer uma discussão do espaço escolar enquanto espaço geográfico e pensá-lo como possibilidade enquanto uma escala de análise no tratamento de fenômenos geográficos em sala de aula. Partimos do pressuposto de que o espaço é produto social, pois contém relações sociais. Ao estabelecer uma relação dialética com a sociedade, o espaço é ao mesmo tempo produtor e produzido por ela. Pensando o espaço escolar algo que jamais pode-se perder de vista é que ele possui ligação com o contexto externo, com o espaço social mais amplo. Portanto, o espaço escolar contém e é contido pelo espaço social. Os elementos e fenômenos que atravessam o espaço social fazem-se presentes, em certa medida, na escola. Para finalizar nossa reflexão, imaginamos que no jogo de escalas, utilizado em sala de aula no trato dos fenômenos geográficos a escala do espaço escolar pode ser o pontapé inicial para tal tarefa. O desafio colocado ao professor de Geografia é o de imaginar alternativas para aproveitar as práticas espaciais dos sujeitos na escola, de modo a possibilitar que o conteúdo de Geografia dialogue com a espacialidade dos alunos.

Palavras-chave: espaço social, espaço escolar, escala de análise, aprendizagem geográfica

INTRODUÇÃO

Educação é, reconhecidamente, um elemento central para qualquer sociedade. Não é incomum ouvirmos, por exemplo, que somente pela educação torna-se possível o desenvolvimento de um povo/sociedade/país. Nesses termos, ela figura em diversos discursos mundo a fora, proferidos por pessoas/instituições que nada tem a ver com o campo educacional. Todos se metem a falar de educação, são os cidadãos comuns em rodas de conversa, o que é até comum, pois nesses espaços se dialoga sobre tudo ou quase tudo; são discursos oficiais, entrevistas, textos em revistas e jornais assinados por pessoas públicas como apresentadores de telejornais ou programas televisivos, pessoas do meio artístico ou esportivo, políticos etc.

A educação e, por conseguinte, a escola ganham centralidade nesses discursos, centralidade que fica enalacrada só e unicamente nas falas. A educação/escola pública vai mal no Brasil, não tem conseguido minimamente cumprir sua função.

A escola como lugar da educação formal tem como função atualizar o sujeito de toda a produção de conhecimento - produto histórico-social. Por isso, essa instituição é o lócus da humanização dos indivíduos. Dito de outra forma, a educação deve se esforçar para ajudar os alunos na tarefa de entenderem sua condição humana. A escola deve formar para a vida! Entretanto, é inegável que, em decorrência de pressões do sistema capitalista, a instituição tem focado em formar as crianças e jovens, quase que exclusivamente, para o mundo do trabalho.

O objetivo final da escola tem sido mais o mercado, até por conta da estrutura social (capitalista) que se coloca a montante e a jusante da instituição, do que formar para a vida. O espaço escolar é organizado para garantir o cumprimento de um papel, para atender as demandas dos que detém o poder/dos que dirigem a sociedade. Dessa forma, o espaço escolar como fragmento do espaço social pode ser levado, pelo professor de Geografia, à sala de aula para discussão com os estudantes acerca da espacialização os fenômenos que ocorrem no âmbito social mais amplo.

A DINÂMICA SOCIAL E O ESPAÇO ESCOLAR

O modo de produção capitalista, a nível planetário, se reestruturou a partir de meados do último século. Isso só foi possível em decorrência dos progressos nos campos da ciência, da técnica e da informação. O processo produtivo passa a ser controlado por nova racionalidade, agora mais flexível/fluida. Isso promoveu modificações substanciais nos aspectos espaço-temporais ligados à produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais e imateriais. Favoreceu também a unificação do espaço, fazendo com que os lugares se globalizem, por via dos transportes mais rápidos e do avanço dos meios de comunicação.

A globalização, conforme Santos, provoca rebatimento em diversos setores da vida social. “Para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade.” (SANTOS, 2001, p.142-143).

No tocante a subjetividade contemporânea, Pelbart (2000) afirma que as fronteiras entre as instituições são diluídas, tudo é escola, tudo é família, tudo é fábrica, de modo que tudo pode ser comprado, mesmo a vida, até o tempo. Para o autor a lógica do sistema se generaliza, alcança tudo e todos, somos nos tempos atuais “prisoneiros a céu aberto”.

Entendemos que a escola e seus sujeitos são produtos históricos e sociais. Ou seja, por estarem enfeixados do elementos do mundo, acompanham seu movimento. São produtos da dinâmica social no tempo e no espaço. Dito isso, emerge a seguinte questão: qual é a realidade contemporânea da escola e dos sujeitos que a constituem?

O mundo hodierno, aligeirado, rápido, veloz, mutável, plástico, flexível alcança a escola - instituição de tradição secular. Ao que parece, ela não tem acompanhado, *pari passu*, o movimento do mundo, até porque o peso de sua cultura institucional imprime um ritmo mais lento do que as transformações ocorridas na sociedade. O que não quer dizer, de modo algum, que a escola não estabelece densas ligações com o contexto externo. Mas apenas que os elementos e fenômenos mais contemporâneos da sociedade tardam um pouco para adentrar completamente na escola.

Por estarem mergulhados na cultura escolar, por falarem/representarem a instituição professores, toda a gestão da escola, assim como os demais funcionários apresentam dificuldades para acompanhar e seguir lado a lado o movimento social. Esse são produzidos e produtores do espaço escolar.

No cenário orquestrado pela voracidade da lógica contemporânea do capital, que abre mercados em diversos estratos da sociedade, que a despeito do discurso politicamente correto dilapida o ambiente, não respeita a diversidade humana etc., emerge a escola transbordante. Aquela que acaba por assumir funções que não estão diretamente vinculadas à questão da escolarização. “Os sonhos desmedidos da educação integral favoreceram a emergência daquilo que tenho designado por ‘escola transbordante’, exorbitante e sufocada por um excesso de missões.” (Nóvoa, 2010, p. 33)

Imaginamos ser imprescindível ter em mente que a supervalorização da escola, em termos de discurso, cria uma indefinição de sua função. O certo é que a escola não deve ser responsável por resolver todos os problemas da sociedade. O professor tem uma função definida no espaço escolar, não sendo possível fazer papel de pai, assistente social, psicólogo... Ele, em seu labor, pode, em determinados momentos, caso necessário, para o desempenho da função de escolarizar, estabelecer uma proximidade maior com o estudante, ouvi-lo, dialogar sobre as coisas do mundo e da vida. Nunca se esquecendo do objetivo de seu trabalho. Ou corre-se o risco de procurar desempenhar uma função para a qual não tem formação, e que, portanto, não é de sua alçada, esquecendo-se de cuidar efetivamente do processo de ensino-aprendizagem.

A escola que procura abraçar o mundo, tomar para si responsabilidades que não lhes são pertinentes, fatalmente não realizará a contento sua função. O professor que busca desenvolver atividades as quais não se situam no leque de atribuições de sua profissão pode incorrer no erro de descuidar do que efetivamente deveria fazer, que é ensinar. Essa situação da prática pedagógica recai diretamente na imprecisão da identidade do professor e, por tabela, na profissionalização docente.

Para Libâneo (2012), nas três últimas décadas, a escola pública brasileira sofre um incessante declínio de qualidade; o que está intimamente associado por um lado às políticas educacionais de cunho neoliberal para os países em desenvolvimento e, por outro, aos traços da escola dualista. O autor salienta que há um agravamento na dualidade da instituição, caracterizada como uma escola do conhecimento para os ricos e como uma escola do acolhimento social para os pobres.

A escola do acolhimento é aquela que funciona quase como um “depósito de crianças e jovens”. Representa um lugar seguro para eles, enquanto os pais ou responsáveis estão no trabalho. Ao que parece, é a escola da sociabilidade e que pouco se preocupa com o conhecimento. As demandas lançadas à escola são tantas que o efetivo trabalho de escolarizar fica relegado a um segundo plano. Esquece-se de que, assim como o lugar da vida, a escola é, antes de tudo, o lugar de aprendizagem. Imagino que isso seja algo que se tornou bastante comum, pois os professores esbarram em graves problemas situados nas instâncias da prática, formação e profissionalização.

Aqui, partimos da premissa de que a escola é lugar localizado no seio da sociedade. Como salienta Gonçalves (2006), é impossível pensar a educação como uma categoria autônoma e separada das outras realidades sociais organizacionais e humanas. Portanto, essa instituição torna-se atravessada pelos elementos e fenômenos que recortam o corpo social no qual está inserida. Nesse sentido, os elementos que figuram, por exemplo no espaço urbano/metropolitano, aparecem também na escola.

O ESPAÇO ESCOLAR E A APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA

Como indicado anteriormente, a escola atual vive o fenômeno do “transbordamento”. Pouca a pouco, a sociedade lança para dentro dessa instituição um gigantesco leque de tarefas, as quais os professores, paulatinamente, tem se apropriado com certo voluntarismo e generosidade. Desse modo, a escola acumula hoje um excesso de missões. Acometendo-a de uma dispersão, uma falta de prioridades, ausência de um rumo. Ou seja, nesse emaranhado de tarefas que a escola foi tomando para si, ela parece ter perdido seu foco. É preciso lembrarmos que a atividade primordial da escola, devendo ser função dos docentes é a aprendizagem dos alunos. (NÓVOA, 2007)

O autor segue dizendo que outrora, sob a égide da pedagogia tradicional a educação era baseada na transmissão de conhecimentos. Há uma grande mudança na de paradigma no campo da educação com o surgimento da pedagogia moderna. Agora os alunos povoam o centro do processo. Passa-se de uma leitura pedagógica de que o escopo deveria ser o conhecimento, para outra cujo cerne de questão é o aluno. Novoa (2007), como o qual concordamos, arremata a questão defendendo que a educação, na realidade, deve centrar-se na aprendizagem.

Ao fazer a defesa da aprendizagem enquanto objetivo maior da educação, portanto da escola, lança-se a ideia de que é preciso avançar para além de tomar o aluno como elemento nuclear do processo de escolarização. Pressupondo que deve-se garantir àquele a aprendizagem. Uma vez que aprendizagem implica sujeitos (professor e aluno) e ao mesmo tempo conhecimento. A missão da escola, que tem no trabalho do professor um de seus elementos fundamentais, é garantir a aprendizagem dos alunos.

Na medida em que conclui-se que a escola deve tomar como seu objetivo central a aprendizagem do aluno, tarefa que recai em última instância sobre os ombros do professor, emergem daí a grande questão, de que maneira fazer isso? Nos aproximando mais da sala de aula, e da aula em si, a questão se desdobra em uma série de perguntas, que segundo Souza Neto (2008) são: a quem ensinar? O que ensinar? Quando ensinar? Como ensinar?

Não temos a pretensão, nessas poucas linhas, de responder ou discutir todas essas questões. O objetivo aqui a abordar a última indagação, mas no tocante, principalmente, em um aspecto, a escala de análise na aprendizagem em Geografia.

Considerando que as práticas sociais cotidianas têm uma dimensão espacial, o conhecimento geográfico torna-se necessário para a vida das pessoas em seu dia a dia. Ou seja, a educação geográfica na escola pode levar os indivíduos a terem consciência da espacialidade das coisas no mundo. Daí a importância da geografia escolar para os alunos.

O trabalho de educação geográfica ajuda os alunos a desenvolverem modos do pensamento geográfico, a internalizar métodos e procedimentos de captar a realidade tendo consciência de sua espacialidade. Esse modo de pensar geográfico é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que essas práticas são sempre práticas socioespaciais. (CAVALCANTI, 2008, p.36)

Parece haver um consenso no campo da educação da necessidade do professor, em sua ação pedagógica, considerar os conhecimentos do estudante. Visto que todos, a partir das experiências cotidianas, conhecem algo. Essa tese de que o aluno é portador de conhecimento, mesmo que não sistematizado, chega até a Geografia.

Callai (1999; 2001) diz ser extremamente importante considerar o aluno e a sociedade em que vive. Entende que torna-se mais fácil compreender os fenômenos partindo do lugar em que se vive, do espaço próximo. O que possibilitaria uma melhor organização das informações, podendo-se teorizar, abstrair do concreto, na busca de explicações, de comparações, de extrapolações.

Em suma, Callai advoga entorno do espaço próximo como entrada para considerar a vivência do estudante. Mas que essa escala (local) jamais deve ser considerada dissociada das escalas mais abrangentes. Pois a explicação dos fenômenos que acontecem no local, tem sua compreensão em outros espaços e tempos, maiores, mais distantes, mais amplos, mais complexos. E, que no jogo dialético dessas escalas o aluno inicia um processo de elevar o empírico ao nível da categoria.

As explicações para entender a realidade estudada exigem um vaivém constante entre os diversos níveis de análise, em que se cruzam as interpretações que decorrem do local ou do regional, considerado em sua totalidade, e os níveis nacional e internacional. (CALLAI, 1999, p.58)

Na seara da escala de análise para problematizar e introduzir os conteúdos geográficos, Callai faz a defesa do recorte do município. O qual pode ser uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós elementos do real em sua totalidade, sem perdermos de vista a dimensão de outras escalas de análise. “Ao propor o estudo do município como a possibilidade de os alunos se apropriarem das histórias da sua própria vida, parte-se da constatação [...] de que a realidade brasileira é muito condicionada pelo nível da divisão administrativa que é o município.” (2001, p. 147). Para as pequenas cidades o município se constitui como um recorte importante e significativo. Entretanto, para as grandes cidades o mesmo recorte para apreensão dos movimentos do cotidiano não seria a melhor escolha, para essas a escala pode ser a do bairro.

Entendemos que a argumento utilizado pela autora está correto, o município do muito bem ser esse recorte para dar o pontapé inicial nos conteúdos das aulas de Geografia. E que é necessário analisar o fenômeno estudado num vaivém de escalas. Isso para não chegarmos a explicações simplistas, desconsiderando a complexidade do real. Outrossim, pretendemos acrescentar algo nesse constructo. Tal proposta de escala de análise pode se aproximar um pouco mais, focalizando os elementos do próprio espaço escolar.

Conforme Pereira (2012) há uma vinculação entre o espaço e o fato educativo. Para o autor, qualquer atividade humana precisa de espaço e tempo determinados. Assim também o é com o ensinar e o aprender. A educação lança mão de uma dimensão espacial e que, o espaço seja, junto com o tempo, é um elemento básico, constitutivo da atividade de ensino.

O desafio é de pensar a escola enquanto um espaço geográfico. Entendendo assim, o professor terá condições de trazer o espaço escolar para sala de aula. A escola entendida como espaço/tempo próximos tanto dos discentes, quanto docentes, pode figurar também na aula de Geografia.

Aqui estamos pensando o espaço, a partir de Lefebvre (2000), produto social. Por contém relações sociais. O espaço enquanto produção, processo, dinâmico, enquanto elemento ativo

nas relações dialéticas que estabelece com a sociedade. O modo de produção organiza as relações sociais e produz seu espaço/tempo. Da mesma forma que o espaço interfere, lançando possibilidades e/ou restrições para a produção e reprodução das relações sociais.

Para o autor um modo de produção para existir e se estabelecer deve produzir seu espaço. E o modo de produção capitalista fez e faz isso. Ele organiza projeta essas relações no terreno, e o espaço (elemento não passivo) reage sobre elas.

A sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto e produtor, suporte das relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2000, p.7)

O espaço enquanto categoria ontológica, do ser das coisas, faz presente no fenômeno educativo. Partindo dessa tese é que estamos na defesa da escola ser encarada com espaço geográfico. Espaço que aparece como produção nunca acabada, permeado e que permeia as relações sociais - tecidas em decorrência de intencionalidades pedagógicas - ali estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e práticas pedagógicas, empreendidas no espaço escolar, sem dúvidas tem ligação com o contexto externo. A cultura dos sujeitos sociais desfila, no espaço geográfico da escola, produzindo-o e se reproduzindo. O professor, a partir de tal compreensão, tem a possibilidade de agregar no seu labor cotidiano esses elementos do empíricos, da concretude da escola em sala de aula.

Imaginamos que, ao compreender melhor a produção do espaço escolar, seus arranjos e as redes de relações que ali se estabelecem, assim como a teia de vínculos daquele com o espaço externo, o professor de Geografia potencializa as chances de qualificar seu fazer pedagógico. Utilizando-se de uma leitura crítica que vislumbra o fenômeno estudado em diversas escalas, mas iniciando a partir do espaço escolar. De modo a garantir uma aprendizagem significativa, objetivo da escolarização.

Por fim apostamos que o professor de Geografia deve olhar para a escola a partir da espacialidade das coisas. Imaginar possibilidades para aproveitar as diversas vivencias e práticas dos sujeitos na escola. Pois, as práticas espaciais que figuram na sociedade como um todo, são em certa medida reproduzidas no espaço escolar. Até porque o conteúdo de Geografia deve dialogar com a espacialidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, n.16, p.133-152, jan./jun. 2001.

CALLAI, H. C. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. . In:_____. CATROGIOVANNI, A. C. et all. **Geografia em sala de aula práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. da Universidade.129-132. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade. 1999. p. 55-60.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas-SP: Papirus, 2008.

GONÇALVES, Amanda Regina. Professores e conhecimentos escolares: perspectivas teórico-metodológicas de investigação em Didática da Geografia. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 93-112, jul./dez. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <_____>. Acesso em: 18 jun. 2012.

NOVOA, Antonio. **O regresso dos professores**. Lisboa - Portugal: Educa, 2010.

_____. Desafios do trabalho docente no mundo contemporâneo. Publicação do Sindicato dos Professores de São Paulo. São Paulo: Sinpro-SP, 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/noticias.asp?id_noticia=639>. Acesso em 29/08/2012.

PELBART, Peter Pal. **A vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PEREIRA, Marcelo Garrido. O imperativo situacional do ensino geográfico: em busca do lugar negado e do território perdido. In: CASTELLAR, S.; CAVALCANTI, L.; CALLAI, H. (org.). **Didática da Geografia**: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012. p. 173-186.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Aula de geografia e algumas crônicas**. 2 ed. Campina Grande: Bagagem, 2008.

O LIVRO DIDÁTICO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: O TEMA CERRADO E SUA ABORDAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Hugo Gabriel Mota
Universidade Federal de Goiás
hugo_brt@yahoo.com.br

Daniel Mallman Vallerius
Universidade Federal de Goiás
daniel.mv@uol.com.br

Resumo

O presente texto versa sobre dois objetivos: primeiro, discutir o processo de formação continuada de professores de geografia no contexto da sala de aula, por meio da utilização do livro didático e, segundo, discorrer sobre as concepções que o livro didático de geografia expressa a cerca do tema cerrado e algumas conseqüências dessas abordagens para o ensino de geografia. Para suscitar o debate em torno do tema e contribuir com as discussões sobre a formação de professores e as reflexões sobre o cerrado e sua explicitação em sala de aula, trazemos a tona nossas experiências, vividas como professor de geografia, da Rede Municipal de Ensino de Goiânia, no contexto da prática docente e de suas limitações e possibilidades, fazendo paralelos da prática escolar com a prática acadêmica, agora na condição de pesquisador sobre o trabalho docente. Para debater as concepções sobre o tema cerrado, presente nos livros didáticos, elegemos dez coleções de livros de geografia destinados as séries finais do ensino fundamental, afim de fomentar as discussões sobre as concepções de cerrado que são abordadas nos livros didáticos e as possibilidades formativas que a utilização deste instrumento pode oferecer.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, livro didático, Cerrado.

INTRODUÇÃO

O tema formação de professores tem suscitado elevado número de pesquisas, seminários, conferências e publicações, nos mais variados temas, sobretudo, nos níveis de pós-graduação, e ainda, que não seja um tema novo, muito há o que se discutir e repensar quando o assunto é o ensino, especialmente o ensino de geografia.

A reflexão sobre o ensino e a formação de professores tornou-se uma agenda muito importante nos dias atuais, uma vez que a qualidade do ensino e da formação inicial de futuros professores vem sendo cada dia mais discutida e, por vezes, questionada. O reprodutivismo de

outras épocas do ensino, não coaduna com as expectativas do mundo moderno, que prescinde um professor competente, atento e detentor de múltiplos conhecimentos além de sua área de formação, afim de, ser capaz de promover o aprendizado com exercício pleno da cidadania, viabilizando a atuação autônoma do educando frente às novas demandas do cotidiano.

Do mesmo modo, não se pode conceber que o professor seja o detentor exclusivo e soberano do conhecimento, responsável por “iluminar” seus alunos e tirá-los da escuridão. O conhecimento está posto, disseminado e disponível a todos, por multi-meios, em tempos e lugares cada vez mais fluídos, onde não cabe a centralidade da figura do professor, porém, necessita de sua capacidade de orientar, conduzir e mediar o processo do conhecimento.

A essa nova condição do professor, Demo (2014) em uma palestra para professores da Rede Municipal de Ensino de Goiânia, esclarece que no século XXI, “*não há espaços para argumentos de autoridade, mas sim, a autoridade do argumento*”.

As novas demandas do ensino suscitam professores conscientes de seu papel, e das transformações ocorridas em sua profissão ao longo dos anos. É um movimento sem volta. Tornou-se incompreensível pensar o ensino sem a consideração das experiências dos educandos, sem o uso das tecnologias e sem a função mediadora do professor, em detrimento do modelo tradicional e transmissivo de conhecimento.

Contudo, é também necessário refletir sobre os avanços alcançados pela educação nas últimas décadas, em que inúmeras estratégias e ações governamentais, permitiram mudanças significativas, na relação ensino-aprendizagem, como, por exemplo, a adoção de livros didáticos para todo o ensino básico brasileiro e a interiorização, ainda que insuficiente, de cursos universitários para lugares mais distantes dos centros urbanos.

Com a consolidação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o livro didático tornou-se uma ferramenta importante no processo de ensino, especialmente se consideramos as dimensões territoriais e as diferenças sociais existentes no país, chegando a tal ponto, que este instrumento se confundiu com a própria profissão do professor. Contudo deve-se olhar para essa realidade com boa crítica e competência profissional.

Sobre o tema professor-livro didático entendemos que não é uma novidade em termos de pesquisa acadêmica, uma vez que vários autores já discutiram sobre essa questão, apontando falhas, pontos de divergências e convergências, demonstrando sentimentos de amor e ódio a este instrumento de ensino.

Nosso objetivo é refletir sobre esse binômio professor-livro didático, sob o enfoque da mediação didática. Entendemos que sendo o livro didático um instrumento disseminado no cotidiano e na cultura escolar, que mobiliza diversos pesquisadores, instituições e milhões em investimentos durante todo seu processo de concepção, avaliação, produção e distribuição, deve conter elementos que possibilitem a formação continuada do professor no momento em que o utiliza para ministrar suas aulas.

Sobre o conceito de mediação, este se fundamenta na compreensão que o aprendizado não é uma ação direta entre o sujeito que ensina e aquele que aprende, mas uma atividade mediada, ou seja, para que ocorra o aprendizado, além da vontade e disposição dos indivíduos que estão envolvidos no processo, é necessária a mediação de outros elementos [instrumentos] que viabilizem a efetivação do aprendizado.

Sobre o processo de mediação, Oliveira (2002 apud MARTINS e MOSER 2012), descreve:

“Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (pag. 09)

Desta forma fica evidente que o livro didático não pode ou deve ser o orientador das práticas educativas, mas sim, um instrumento mediador, que se bem utilizado pelo professor pode conduzir o educando no desenvolvimento de seu próprio aprendizado.

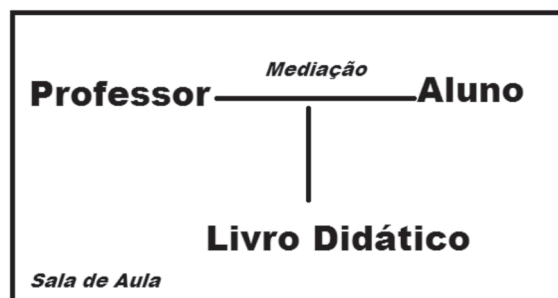


Figura 01 – processo de mediação

Elaboração dos autores.

Disto surge nosso interesse é investigar as potencialidades do livro didático como instrumento da formação continuada do professor de geografia, no contexto da sala de aula, pois é neste ambiente que as relações se estreitam e a presença robusta do livro precisa ser compreendida e analisada, afim de que se produza qualidade no ensino e potencialmente também, processos de formação continuada de professores.

Para Cavalcanti (2003), a escola é um lugar importante na construção da identidade profissional.

[...] experiência no cotidiano da escola é um dos instrumentos para a compreensão da formação do professor, já que sua identidade é também construída e reconstruída nesse espaço. (pag. 196)

Pensando nos ambientes formais de ensino e aprendizagem, a escola é um lugar privilegiado, não exclusivo, pois, contém em si a atmosfera propícia ao desenvolvimento do pensamento, da reflexão crítica, da transformação do educando e da inserção e sustentação desse professor no exercício da sua profissão. Como acontecem esses processos de reflexão e formação no interior das escolas de nosso país? Como tem sido a postura desses professores frente ao livro didático?

Nossa experiência, como professor de geografia, na educação básica de Goiânia, nos mostra que tem sido muito difícil estabelecer momentos, sobretudo, coletivos, de reflexão e formação continuada de professores. A organização do sistema de ensino, as exaustivas cargas horárias, a falta de estrutura física e humana, a carência de uma política que efetive a qualidade da educação como prioridade, as deficiências da formação inicial, faz com que esses profissionais sejam conduzidos a um movimento apático quanto ao pensar e repensar sua própria função e

profissão dentro do cotidiano escolar. Com exceção de momentos pontuais de insurgências, como são as greves e manifestações além dos momentos de formação continuada.

As escolas atualmente não se constituem como espaços de reflexão e debate, ao menos no potencial que poderiam constituir-se, pois segundo, Nóvoa (2009) nossas escolas estão “transbordando” em papéis, burocracias, relatórios, atas e tantos programas alheios ao ato mais importante da escola: ensinar e aprender formando cidadãos.

Nesse contexto, acreditamos ser pertinente refletir sobre o papel e importância da escola e do professor, não como fiel no “murro de lamentações”, listando demoradamente as mazelas e os problemas vividos por nossas escolas e professores em todo país, ainda que seja sempre importante denunciá-los, mas sim, ver na atuação docente e no contexto escolar um “mundo de possibilidades”, procurando encontrar dentro desse ambiente, um espaço para formação do professor, para a reflexão crítica e segura sobre a profissão docente e o ato de ser professor.

Dentre as possibilidades situa-se o processo de formação continuada do professor de geografia, tendo o livro didático como instrumento de mediação.

O LIVRO DIDÁTICO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Pensar a formação do professor, inicial ou continuada, pressupõe refletir sobre o domínio que este profissional possui dos elementos, instrumentos e conhecimentos necessários ao pleno exercício da sua função, considerando a realidade dos ambientes para atuação, da organização do sistema de ensino, gerências e ingerências políticas dentro das escolas e de todos os outros fatores que envolvem a sala de aula, sobretudo, as condições sociais e familiares.

A realidade posta nas salas de aula exige do professor um conhecimento muito além daquele disponível na academia, pois, no exercício da função outras demandas surgem com velocidade e “cobram” ações práticas desse professor, dentre elas – usar ou não o livro didático?

Talvez não seja essa a melhor pergunta para uma reflexão sobre o livro didático, mas devemos perguntar: “Qual a melhor maneira de utilizar o livro didático em sala de aula”. A variação da pergunta tem seus motivos de ser.

Primeiro, porque o livro didático é uma ferramenta acessível a todos os educandos na educação básica; segundo, é um instrumento construído e avaliado por muitos profissionais – boa parte destes, formadores de professores; terceiro, o Governo investe anualmente um montante muito alto para avaliação, produção e distribuição deste material. Disto nos sugere pensar que abandoná-lo ou ignorá-lo não nos parece algo razoável. Porque não utilizá-lo reconhecendo como instrumento de trabalho, passível de falhas e contribuições no exercício da docência?

Desejamos incorrer na reflexão sobre a utilização competente deste instrumento.

A utilização competente do livro didático pressupõe uma formação inicial capaz de fornecer os elementos necessários para a atuação docente autônoma, dotando este profissional de uma sólida formação teórico-metodológica da ciência geográfica, bem como dos conteúdos, conceitos e temas pertinentes a essa ciência, ao ponto de que o torne um indivíduo consciente dos caminhos que deve trilhar sobre seu trabalho pedagógico, agindo com segurança dentro do contexto escolar, utilizando os recursos disponíveis, entre eles o livro didático, para alcançar seus objetivos no ensino.

Ainda sobre a formação inicial, é importante salientar a formação sobre os conceitos

relativos ao campo do ensino e da didática geral e particular e, sobretudo, a didática para o ensino de geografia.

Entendemos que havendo uma ação competente desse professor frente ao livro didático, com análise crítica, com questionamentos teórico-metodológicos, bem como de conteúdo e posições ideológicas, este instrumento, pode ser um bom aliado no processo de ensino, seja nos seus pontos fortes ou nas suas falhas.

É fato que há muitos livros de boa e péssima qualidade, conforme aponta Demo (2003), mas havendo uma ação competente, essas falhas e incorreções podem transformar-se em excelentes elementos de discussão e debate dentro de sala de aula, além de subsídios importantes no processo de formação continuada do professor.

Uma forma prática de utilizar essas falhas do livro didático é questionar, com os educandos, quais os temas e elementos de determinado conteúdo não foram abordados, ou se foram, de que modo? Enviesado? Acrítico? Descontextualizado historicamente? Ou de modo tendencioso? É muito interessante despertar essa curiosidade nos educandos.

É uma forma de ensino da qual os educandos e por vezes, os professores, não estão acostumados, mas o exercício pode trazer ótimos resultados para a qualidade da aula e do trabalho docente a partir de questões como essas: Nesse conteúdo, quais os sujeitos que não participam? Porque não participam? A quem interessa prestar essa informação? Quais as outras possibilidades de abordar esse mesmo tema?

Essas perguntas levam os alunos a questionarem as fragilidades e intencionalidades presentes nos livros didáticos e no processo de ensino, tornando-se agentes ativos e autores do seu próprio aprendizado.

Com a intenção apontar encaminhamentos para uma utilização positiva do livro didático, em seus pontos de elogios e críticas, elegeu-se o tema cerrado do livro de geografia do ensino fundamental, para fazer algumas considerações.

AS CONCEPÇÕES DE CERRADO E O LIVRO DIDÁTICO

Existem várias concepções de cerrado cristalizadas no imaginário das pessoas, educandos e por vezes, professores, construídas pela vivência cotidiana, pela influência escolar ou midiática, como aponta Barreiro e Chaveiro (2010, p. 11)

“Região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. Ou: “celeiro do Brasil”, “caixa d’água do planeta”, “corredor produtivo”

As múltiplas concepções variam da negação a posituação desse importante bioma brasileiro. Compreender seus fatores físico-naturais, histórico-sociais e, sobretudo, político-econômicos, de modo integrado é uma tarefa essencial para um ensino que preze a qualidade da reflexão e da transformação de pensamentos fragmentários e compartimentados.

O tema cerrado se constitui em um importante conteúdo de ensino de geografia, seja nos aspectos físico-naturais, na sua concepção de faunística e florística, mas também na sua capacidade de adaptação as modernas técnicas de agricultura, ou nos elementos conseqüentes, como desmatamento, assoreamento, desertificação, sobretudo, para o centro-oeste brasileiro,

região em que predomina esse bioma. Ross (2005, p. 181-183), assim define o cerrado,

Os cerrados arbóreos têm uma fisionomia característica, marcada pelas árvores, geralmente tortuosas e espaçadas, com troncos de cortiça espessa e folhagem coriácea e pilosa. Apesar do aspecto xeromórfico que estas características conferem as árvores e aos arbustos, lembrando regiões semi-áridas, não há escassez de água nos cerrados, mesmo nas estações mais secas. Os cerrados brasileiros, em contraste com as savanas africanas, são úmidos, apesar da sazonalidade da umidade. As estações chuvosas e secas são bem marcadas, e as precipitações anuais estão acima de 1000 mm. As espécies de plantas arbóreas são adaptadas para retirar água de grandes profundidades do solo, com raízes que atingem mais de 15 m. A água não é o limitante para o desenvolvimento do extrato arbóreo. A sazonalidade climática expressa-se claramente na estrutura e funcionamento dos cerrados, que apresentam diferentes fenofases dos grupos de espécies que neles se desenvolvem (...) a baixa fertilidade natural do solo é a principal causa da origem dessa formação. As espécies típicas do cerrados só se desenvolvem em solos ácidos e extremamente pobres em bases trocáveis, principalmente em cálcio. A formação dos cerrados é controlada pela composição dos solos mais do que por qualquer outro fator (...) as formações de cerrados ocupam terrenos planos ou levemente convexiados do Brasil Central, com algumas ocorrências isoladas na Amazônia e em São Paulo. Uma das principais influências da topografia está na drenagem, que nas regiões de cerrados se caracteriza por rios permanentes ladeados por matas de galerias e buritizais. (...) hoje os cerrados, que apresentam, em extensão, o segundo maior domínio vegetal do país, encontram-se ameaçados pelos projetos de monoculturas e pastagens, com significativa perda de sua biodiversidade. A expansão da agropecuária, à taxa de 3% ao ano, em termos de superfície, já determinou a conversão de 40% do cerrado para agricultura, com perda de vegetação total em 50%.

Ao investigar as formas de abordagens do livro didático sobre o tema cerrado, verifica-se uma série de questões e elementos importantes que podem subsidiar bons debates dentro da sala de aula e por sua vez, contribuir para a formação continuada do professor de geografia.

Para evocar essas possibilidades de formação do professor tomamos por referência dez coleções de livros didáticos de geografia, voltados para as séries finais o ensino fundamental, referentes do 6º ao 9º.

Segundo os dados obtidos, o tema cerrado, é discutido sempre nos 6º e 7º anos, momento em que se debate a formação e características do território brasileiro. Fica evidente que quando se trata de temas como a modernização do campo, produção agrícola, degradação ambiental ou globalização (conteúdos abordados nos 8º e 9º) o tema cerrado não é aludido, mesmo participando de modo premente destes cenários, caracterizando um descolamento do tema com as novas demandas do cenário global.

Fica claro esse tipo de constatação quando se analisa o modo como o tema é abordado, sempre na perspectiva de paisagem (neutralidade), algo a ser contemplado, e às vezes, preservado, como se no seu interior, não houvesse crises, disputas, problemas ou interesses em questão.

A abordagem “neutra” do tema cerrado é um elemento muito eficaz para as discussões em sala de aula. Uma atividade muito pertinente é buscar em jornais, impressos e televisivos, notícias sobre os recordes de produção agrícolas, os investimentos no setor ou as novas indústrias instaladas na região, especialmente, do setor sucroalcooleiro, e questionar se somente a idéia de paisagem responde ao cenário real do cerrado.

Ou ainda, quais sujeitos estão se apropriando desse bioma cerrado, uma vez que boa parte das notícias vinculadas sobre as instalações de empresas ou os volumosos investimentos que são sempre destinados a grandes complexos industriais, o que extingue, ou no mínimo dificulta bastante, a participação os pequenos produtores ou aqueles que foram expulsos da terra, no processo de apropriação desses recursos e modernização das técnicas produtivas para competir (se defender) desses grandes complexos industriais.

Essa falta de conexão entre o que se vincula sobre o tema cerrado, pelos meios de comunicação, e o que se estuda em sala de aula, pode ser uma das explicações para o distanciamento dos nossos educandos sobre o cerrado, suas características e importância para o cenário nacional.

Oliveira (2012) constatou o desconhecimento dos educandos do ensino médio sobre o tema cerrado, em pesquisa realizada na cidade de Jataí, e atribui em parte essa “desinformação” a uma forma de ensino que desvincula o conteúdo abordado em sala de aula e a realidade vivida e/ou publicada pela mídia nacional. Esse descompasso entre escola e realidade vivida, pode ser um ótimo espaço para o professor, de modo competente, fazer os contrapontos necessários afim de, expor as limitações do livro didático, explorar o conhecimento adquirido fora do ambiente escolar, e também, explorar os interesses da mídia na abordagem do mesmo tema. E mais, questionar os motivos porque seja no livro ou na mídia em geral, os povos continuam sendo excluídos e apagados do cerrado.

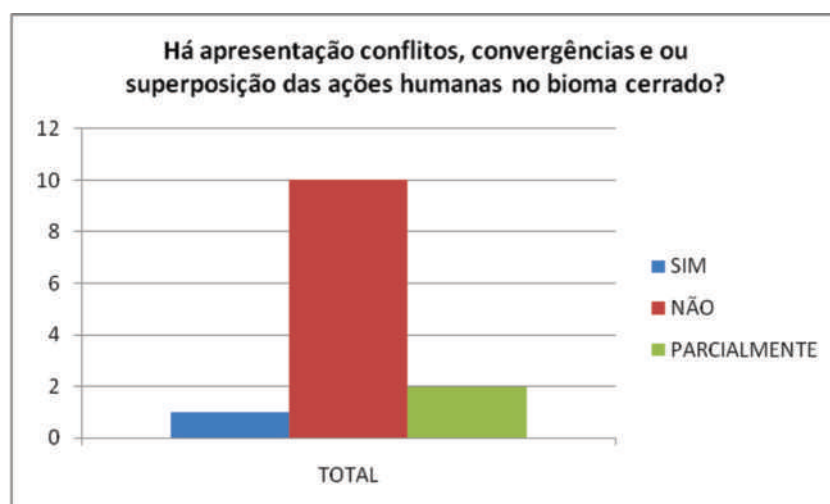


Figura 1 - Apresentação de conflitos, convergência e/ou superposição das ações humanas no Bioma Cerrado.

A idéia de cenário-paisagem do tema cerrado fica evidenciada quando pensa-se nos conflitos existentes dentro desse bioma, na disputa de interesses, no jogo político e nos confrontos ocasionados pela inserção de grandes complexos industriais, dos mais variados segmentos, e na conseqüente expropriação de povos anteriormente instalados, que são “apagados” da história cerradeira em prol de um suposto desenvolvimento e melhoria dos indicadores produtivos – dedicados a exportação -, sem dar voz aqueles que foram expulsos ou que sofrem o esquecimento do poder público, e agora, das escolas e do ensino de geografia.

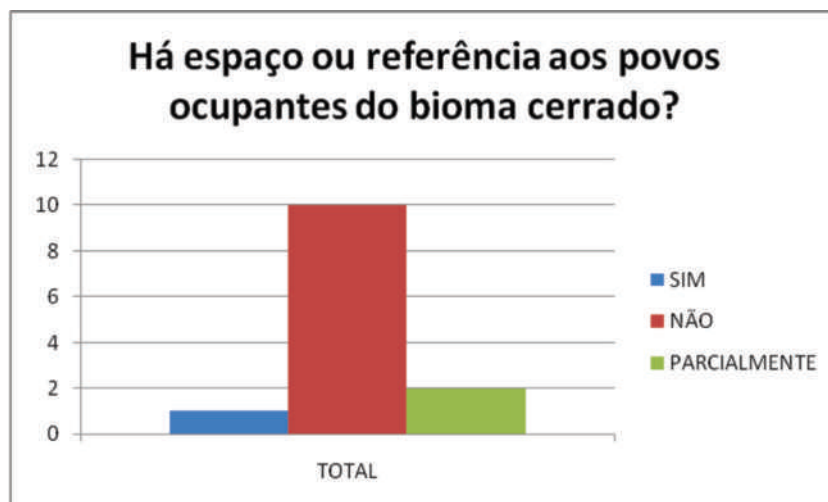


Figura 2 - Referência aos povos ocupantes do Cerrado.

Para a maioria dos autores de livros didáticos de geografia do ensino fundamental, o cerrado apresenta-se como uma região “sem pessoas”, sejam no corpo do texto ou nas várias ilustrações não se vê pessoas trabalhando, lavrando a terra, operando máquinas, manuseando instrumentos. Vigora a idéia do cenário-paisagem.

Deste ponto ressurgiu a idéia da utilização competente do livro didático como instrumento de ensino e mediação, levantando os pontos contraditórios da abordagem do tema, suscitando o debate e o questionamento, que pode ser confrontando com outras imagens e visões do mesmo assunto, o que enriquece e dinamiza o aprendizado.

Outro ponto importante para a formação continuada do professor ao fazer esse tipo de análise de conteúdo, refere-se ao descolamento das atuais pesquisas acadêmicas e os conteúdos presentes nos livros didáticos. Enquanto a academia tem se preocupado com os sujeitos ocultos desse processo de modernização, expansão e importância do cerrado para a economia brasileira, os livros continuam vinculando e reduzindo a importância desse bioma a idéia de paisagem.

Na medida em que se vai aprimorando os questionamentos e aprofundando-os o professor também se forma, ficando mais interessado nos elementos não-ditos, ou nos objetivos a que ele e o livro se propõem. Os resultados são importantes para o esse professor que passa a se colocar como sujeito capaz de avaliar, criticar e até mesmo corrigir o livro didático, uma postura ainda tímida, mas já presente em diversas escolas de nosso país.

Essa nova postura do professor frente ao livro didático, também se expressa no ato de preparar suas atividades que serão utilizadas em sala de aula. Ainda que não tenha sido objeto deste texto avaliar as questões e atividades propostas pelos livros didáticos, pensar sobre a forma e os objetivos das atividades que os alunos devem realizar se configura também, em formação continuada do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada do professor de geografia deve ser um objetivo constante, seja do próprio professor, dos sistemas e redes de ensino ou das instituições formadoras, dentro ou fora do ambiente escolar, com a utilização de todos os elementos e instrumentos disponíveis, de qualidade, para a efetivação de um ensino de qualidade e comprometido com a construção da cidadania de nossos educandos.

Compreender o livro didático como um instrumento deste processo possível de formação continuada e ensino de qualidade é uma tarefa a ser perseguida cotidianamente se, se pretende se apropriar das muitas possibilidades que o mesmo livro didático pode oferecer.

Acreditamos que se deve formar professores competentes e conscientes de sua função e objetivos com o ensino, afim de que não se sintam estes profissionais ofuscados pelas idéias, conteúdos, métodos e metodologias de trabalho apresentadas, mas sim, que este professor dentro de suas habilidades e competências seja capaz de avaliar o que se adequa ou não a sua proposta de ensino, sendo capaz de subjugar os elementos do livro didático a seu crivo, elegendo o que lhe percebe correto, pertinente, completo, esclarecedor, e questionar, conjuntamente com seus educandos, os elementos distantes, pouco formativo, deturpados ou incorretos, afim de que se valendo de um instrumento dado e de fácil acesso e uso, seja efetivada uma educação geográfica competente, consciente e construtiva.

Que este instrumento de ensino seja novamente revisto, e inserido no contexto da sala de aula, como uma ferramenta de trabalho do professor, competindo a ele mediar a formação e o aprendizado dos educandos, superando a dicotômica relação, já desgastada de usar ou não usar o livro didático.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. A formação de professores de Geografia - o lugar da prática de ensino. In: **Concepções e práticas em formação de professores: Diferentes olhares**. TIBALLI, Elianda F. Arantes e CHAVES, Sandramara Matias [orgs]. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONTI, José Bueno e FURLAN, Sueli Ângelo. Geoecologia: o clima, os solos e a Biota. In: **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 67-198.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas – São Paulo. 6ª Ed. Editora: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

BRASIL. GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD, 2014. Geografia: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

DEMO, Pedro. Educação Integral e o direito a Aprendizagem. **Conferência de abertura da VII Jornada Pedagógica da Secretária Municipal de Goiânia**. Goiânia, 2014.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. *Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch*: **Revista Intersaberes**. vol. 7 n.13, p. 8 – 28. Jan. – Jun. 2012

NÓVOA, Antônio. Evidentemente. Evidente...mente. **Conferência para professores no Sindicato de Professores do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2006.

O USO DA IMAGEM PELO PROFESSOR COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL ALCÂNTARA DE CARVALHO, JATAÍ (GO)

Uerlei de Jesus
Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí
Uerley@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido com o professor de geografia do Colégio Estadual Alcântara de Carvalho, localizado no município de Jataí (GO), e teve como finalidade compreender a melhor forma de usar a imagem como recurso didático para contribuir com ensino de Geografia na prática docente. Este estudo traz como tema a importância do recurso didático na mediação do ensino de Geografia, bem como, avalia a forma que é utilizada a imagem pelo professor no processo de ensino-aprendizagem. Como procedimentos metodológicos utilizaram-se de bibliografias que aborassem o tema, observação de aulas e entrevista estruturada com o professor do colégio. Os resultados apresentam pouco uso da imagem pelo professor de Geografia do presente colégio.

Palavras-chaves: Educação. Recurso didático. Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As linguagens no ensino de Geografia são utilizadas há tempos, mas, atualmente com a revolução técnico-científica passam a ter mais possibilidade no seu uso, devido à disseminação de aparelhos eletrônicos, digitais e transmissões via satélite. Segundo Santos (2008), os progressos técnicos que, por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da terra. Essa tecnologia pode proporcionar condições para usar diferentes tipos de linguagens no ensino de Geografia.

Este trabalho realizado no Colégio Estadual Alcântara de Carvalho (CEAC) com o professor de geografia, traz o uso da imagem como recurso didático no ensino de Geografia, além de verifica a frequência do uso da imagem pelo professor e a maneira como é utilizada em sua prática docente.

O ensino de Geografia com o uso de imagem vem para facilitar a compreensão dos conteúdos, sobretudo para atrair a atenção e buscar uma melhor forma de envolvimento e de compreensão por parte dos alunos. Diante disso, “uma das funções primordiais da imagem é a *função pedagógica*” (JOLY, 1994, p. 52, grifo do autor).

O uso de imagens sempre esteve presente no cotidiano das pessoas desde os tempos mais remotos, sejam por meio de pinturas rupestres, pinturas a óleo, fotografias, revistas, televisão, jornais, computador ou embalagens de produtos. Entretanto, a sociedade contemporânea passa atualmente por um processo de transformação jamais visto na história da humanidade, a qual exige das pessoas constante contato com diversas tecnologias, principalmente aquelas voltada para as áreas da eletrônica e da informática, surgidas a partir da revolução técnica-científica. Isso exige que a educação acompanhe tais mudanças, exigindo que os professores tenham domínio de tecnologias e façam uso das mesmas como recurso didático. Além da facilidade na atualidade na obtenção de imagem é muito grande, seja pela internet, celular, máquina fotográfica dentre outras.

Dessa forma, o uso de imagem no ensino de Geografia precisa ser associado à realidade do aluno, para que ele possa refletir quanto as suas vantagens e desvantagens em seu uso. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), é fundamental que o professor reflita com seus alunos sobre a importância das novas tecnologias para essas transformações.

A imagem possibilita ver diversos aspectos físicos em várias partes do mundo, onde o professor tem a possibilidade de trazer esse recurso para sala de aula, e assim, facilitar o entendimento do aluno a respeito do conteúdo, tendo em vista que a partir da visualização da imagem através do material didático – Datashow, aparelho multimídia, revista, jornal, etc. – o estudante poderá fazer relação entre o visível da imagem e o conteúdo trabalhado. Sendo assim, o professor pode relacionar a imagem com a realidade e o cotidiano do aluno.

Nesta perspectiva, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p. 97) contribui afirmando que “à medida que os conteúdos deixam de ser fins em si mesmos e passam a ser meios para a interação com a realidade, fornecem ao aluno os instrumentos para que possa construir uma visão articulada, organizada e crítica do mundo”. As possibilidades de relacionar imagens com os conteúdos são muitas e esse recurso vem para proporcionar uma melhora na qualidade do ensino, tornando assim as aulas mais prazerosas e fortalecendo a possibilidade de compreensão por parte dos estudantes, sobretudo porque atualmente o uso da imagem vem sendo difundida por toda parte, seja na televisão, internet, *outdoors*, revistas dentre outras.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas (bibliográfica, observação *in loco* e entrevista estruturada) com o objetivo de obter informações sobre a prática de ensino do professor de Geografia.

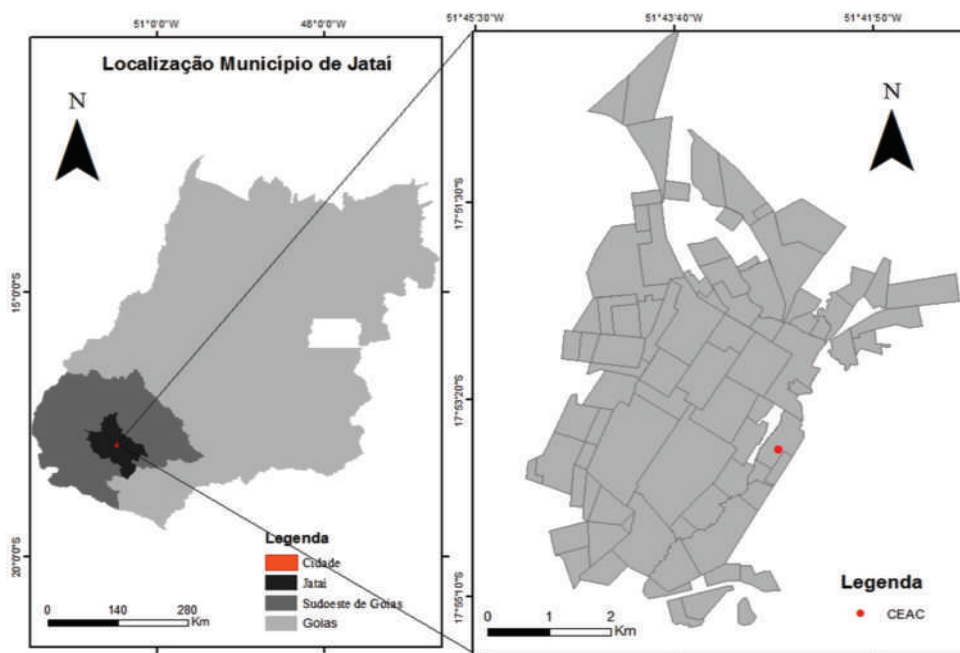
Evidente que as escolas públicas carecem de material didático e que professores exercem longas cargas horárias de trabalho e falar de recurso didático parece até ser uma afronta. Mas acreditamos na importância do papel do professor em sua prática docente na formação do cidadão. Para Guimarães (2009), quando o professor espera pouco dos alunos, não acredita em sua capacidade de pensar ou duvida da sua competência intelectual, há um trabalho não intencional da sua parte para que suas suspeitas se realizem.

Neste sentido, pretendemos contribuir para o trabalho docente, para que a relação entre professor-aluno e aluno-aluno se torne mais prazerosa. Fazer com que o estudante tome consciência da importância do estudo escolar e colaboraram na construção do conhecimento geográfico de forma dinâmica e eficaz com o uso da imagem.

O COLÉGIO ESTADUAL ALCÂNTARA DE CARVALHO

As atividades foram desenvolvidas no município de Jataí (GO), onde se encontra o Colégio Estadual Alcântara de Carvalho (Mapa 01), localizado na Rua Rio Verde nº 287, Vila Olavo, Jataí, é mantido pelo Poder Público Estadual, vinculado à Secretaria Estadual de Educação sob a responsabilidade da Subsecretaria Regional de Educação de Jataí.

O CEAC funciona atualmente em três turnos e possui 404 alunos matriculados. Possuem dois aparelhos Datashow, um laboratório de informática com 30 computadores, quadra poliesportiva e biblioteca.



Mapa 01 – Localização do Colégio Estadual Alcântara de Carvalho (CEAC), município de Jataí (GO).

Fonte: Sistema Estadual de Estatísticas e informações Geográfica de Goiás.

Organização: Carvalho, L. S., 2013.

Participou da pesquisa sobre o uso e a importância da imagem no ensino de Geografia o professor do colégio. Utilizou-se como metodologia uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, entrevista estruturada e pesquisa de campo. Conforme Lakatos (2010), pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou relação entre eles.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, a saber: revisão bibliografia acerca do uso de linguagens no ensino de Geografia; observação das aulas de geografia para avaliar o uso de imagens nas aulas; e entrevista estruturada com o professor.

A IMAGEM COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPECTATIVAS E DIFICULDADES

A imagem como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem vem para facilitar a compreensão dos conteúdos, sobretudo pela pelo fato da precariedade que se encontra as escolas públicas. Numa sociedade de classes, a classe dominante não quer que os proletariados

e seus filhos tenham acesso à leitura, não querem que eles leiam¹. Dessa forma, o ensino de Geografia deve chegar da melhor forma para os estudantes, para que eles possam entender melhor os conteúdos no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é preciso que o professor busque diferentes recursos didáticos, a imagem aqui vem proporcionar condições para que o aluno entenda o conteúdo estudado. Neste processo, o uso da imagem possibilita outra forma de ensinar o aluno a compreender o conteúdo, se utilizada como recurso didático pode vim a facilitar seu entendimento como ressalva Mussoi (2008, p. 08):

Utilizada como recurso didático no ensino de geografia, a fotografia desenvolve no aluno sua percepção visual sobre o espaço retratado. Ela não substitui textos ou outras fontes de informações geográficas, mas se agrega a estes recursos cabendo ao professor ao fazer uso de diferentes linguagens, opção de incluir a fotografia como mais uma possibilidade para tornar as aulas mais dinâmicas e prazerosas.

O ensino de geografia deve fazer parte da realidade do aluno, fazer com que ele possa entender o processo de transformação que ocorre no mundo, e para que haja êxito no ensino de geografia os professores devem estar atentos a desenvolver habilidades de percepção do espaço, com metodologias que possibilitem uma visão dialética das transformações. Nesse sentido, os PCN's (1998, p. 25) afirmam que, “a Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações”. À medida que o mundo vai se transformando e novas tecnologias fazem parte do dia a dia das pessoas, os professores precisam ter compreensão dessa realidade. Na visão de Silva (2010, p. 157), “já que as tecnologias fazem parte da realidade da vida do ser humano, os professores devem aprender a usá-las para aprimorar e melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos estudantes”.

Os recursos didáticos devem ser utilizados de forma adequada, onde o professor tenha conhecimento do material que está utilizando, para que possa ser um poderoso instrumento didático, e apresentar resultados significativos para a aprendizagem, se utilizado corretamente na sala de aula. Mas para isso de acordo com Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p. 215-216):

Os recursos didáticos [...], na qualidade de mediadores do processo de ensino-aprendizagem, nos diferentes níveis, obedecem, em sua seleção e utilização, a alguns critérios, tais como adequação aos objetos propostos, aos conceitos e conteúdos a ser trabalhados, ao encaminhamento do trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula e as características da turma.

Desse modo, para utilizar os recursos didáticos antes é preciso adequá-los a realidade de cada turma, para que possa ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem. Ainda a referida autora supracitada, a esse respeito afirma que: “Esses recursos, se adequadamente utilizados, permitem melhor aproveitamento, [...], maior participação e interação aluno-aluno e professor-aluno” (PONTUSCHKA, PAGANELLI e CACETE 2009, p. 216). Para que seja profícuo o uso de diferentes imagens, é preciso que haja relação entre os conteúdos e as imagens utilizadas no ensino de Geografia, não basta usar este recurso apenas de forma vaga é preciso contextualizar com o tema abordado. A disciplina de Geografia possui grande potencial para se inserir

¹ Veja-se como exemplo de sociedade de classes em *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. de Marilena Chaui (1986).

diferentes imagens no processo de ensino-aprendizagem, o seu uso pode ser bem aproveitado nos conteúdos que tratam de geologia, climatologia, globalização, migração e etc..

Para obter imagens nos dias de hoje é relativamente fácil, devido à quantidade de informações que se encontram disponíveis na internet, mas é preciso cautela devido o grande número de informações banalizadas e sem procedência, onde não há credibilidade nas informações. No entanto, o uso de imagem pode proporcionar uma compreensão melhor do conteúdo estudado pelo aluno, quebrando a monotonia de apenas aulas expositivas, pretende-se fazer o aluno pensar, refletir e se interessar pelos temas discutidos na sala de aula, envolvendo práticas alternativas, diferentes das convencionais.

Como a imagem faz parte do dia a dia das pessoas seu uso no ensino de geografia é de grande importância, cabe ao professor aproveitar esse material como recurso didático para atrair a atenção do aluno. Rego (2007) fala sobre a importância da imagem em que ela expressa a existência do acontecimento, ver algo significa, um pouco, a legitimação da sua existência. Isso mostra algo positivo no uso da imagem, mostrar a realidade tal com é, deve ser o objetivo dos professores em sua prática educativa.

A imagem no ensino de geografia não deve ser mera ilustração, deve estar associada à realidade do aluno, e ser condizente com o texto estudado. Para isso, o educador precisa saber utilizar desse recurso didático e entender a realidade do aluno. Segundo Vasconcelos (1992, p.06), “o educador deverá entender o educando, seu ponto de vista, para saber como ajudá-lo na construção do conhecimento”.

No caminho de uma educação de qualidade é importante o educador ter consciência da precariedade da educação pública no Brasil, entender a importância do seu trabalho, e com isso, buscar na prática do ensino minimizar esse problema. As linguagens no ensino de Geografia devem ser utilizadas para aumentar a qualidade e a compreensão dos conteúdos estudados, assim, o educador tem a possibilidade de mediar o conhecimento utilizando a imagem e fazer com que o educando faça leitura do mundo através desse recurso didático, dinamizando desta forma o processo de ensino-aprendizagem.

O PROFESSOR E O USO DA IMAGEM

A entrevista realizada com o professor regente do CEAC, Luiz Carlos Pereira Borges, acerca do uso de imagens nas aulas de Geografia. O professor é graduado em Geografia, e há 15 anos exerce a docência, quando questionado se recebeu algum tipo de formação continuada por parte da escola ou da Sub-Secretaria Estadual de Educação respondeu: “Apenas no início dos anos, durante o planejamento, mas pouco se aprende, pelo fato de o curso se demasiadamente efêmero”.

A Sub-Secretaria Estadual de Educação disponibiliza todo início de ano um curso de reciclagem para os professores, mas como afirma o professor pouco se aprende devido o curso ser de pouca duração, tornando dessa forma o curso quantitativo, pelo fato de que apenas se tem mais um tipo de curso no currículo e nada se aprende.

Em relação aos recursos didáticos disponibilizados pelo colégio e quais ele utiliza com mais frequência, afirmou que a escola possui poucos livros didáticos, utiliza o datashow com frequência, e complementa com textos variados em forma de fotocópia.

Perceber que a falta de material didático para o uso do professor em sala de aula está prejudicando a prática docente e dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem realizado entre professor-aluno tende a se desmotivar. De acordo com Guimarães (2009), falar sobre a incorporação de diferentes registros e linguagens no processo de ensino em escolas destruídas, mal equipadas e para professores com excessiva carga de trabalho, problemas e desafios a serem solucionados pode parecer um contrassenso. Frente a isso, o professor precisa acreditar na importância do seu trabalho, na capacidade cognitiva dos alunos e trabalhar para tornar as aulas mais atrativas e prazerosas, fazendo uso de diferentes recursos didáticos.

A respeito do uso de fotografias, charges, apresentação de slides, e vídeos na abordagem dos conteúdos na disciplina, o professor afirma que os utiliza várias vezes, inclusive nos testes e nas provas, e ressalta ainda que daria para utilizar ainda mais esses recursos. Costuma usar também além de recursos didáticos, às vezes, recursos paradidáticos e com frequência baixa imagens na internet. Para o professor a sua motivação em usar a imagem na sala de aula é, “porque elas [imagens] muitas vezes ‘falam’ mais que o texto”. Para o professor o uso de linguagens diferentes na sua prática docente é importante, para ele a imagem possibilita melhor visualização e interpretação do texto. Entretanto o uso das linguagens, nesse caso representada pela imagem precisa ser analisado de forma crítica, pois segundo Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) existe uma relação íntima entre as linguagens e as representações que necessitam ser analisadas criticamente na sala de aula. Dessa forma, deve-se ter como intuito, promover o uso da imagem de maneira crítica, de tal forma que conduza ao entendimento do conteúdo estudado.

Ao utilizar a imagem como recurso didático o professor percebe que os alunos compreendem de forma mais esclarecedora, e ainda enumera três vantagens na utilização de imagens: “É mais esclarecedor; mais atrativo; explica mais que o texto.”

Para o professor Luiz Carlos Pereira Borges, também existe desvantagem na utilização de imagens como recurso didático, e relata que é necessário contextualizá-las, pois o uso de imagens não oferece vantagens quando não se caracteriza e não se faz as devidas explicações antes do uso das mesmas. Afirma também que todos os conteúdos oferecem possibilidades de se trabalhar com imagens, essas quando utilizadas para contextualizar o assunto abordado, auxilia efetivamente no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, Mussoi (2008) relata existir várias possibilidades de uso da imagem, o professor poderá propor aos alunos consultar a outras fontes documentais disponíveis (livros, jornais, revistas, vídeo etc.) no sentido de contextualizar o assunto, comparando-os com as imagens e aprofundado sua análise.

Tendo em vista que o colégio possui poucos recursos audiovisuais, quando estão indisponíveis, seja por problemas técnicos ou por estar sendo usado em outras aulas, o professor recorre ao recurso que tiver maior disponível, como por exemplo, os livros didáticos. Diante disso, percebe-se que o professor utiliza predominante nas aulas de Geografia do CEAC, o livro didático. Apesar de inserir outras formas de linguagens em suas aulas, como por exemplo, a imagem, o livro didático prevalece devido ao acesso facilitado, bem como a escassez de outros recursos didáticos. Para Oliveira (1984) os livros didáticos de História, Geografia e Estudos sociais, que têm sido os mais estudados em nosso país são carregados de preconceitos, ideologias e modo de apreensão social. Portanto, o uso excessivo do livro didático tende a prejudicar a formação do estudante, sobretudo pelo fato de que, a carga horária do professor no Brasil é extensa, impedindo assim que o professor faça uma leitura crítica do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de linguagens no ensino de Geografia é de grande importância para a construção do conhecimento, ela pode proporcionar outra forma de percepção da realidade. A imagem como recurso didático quando relacionada com o conteúdo no ensino de Geografia traz outra perspectiva de compreensão, dando condições para o estudante entender o conteúdo estudado. É evidente que somente a imagem não possibilita a compreensão dos conteúdos estudados, mas se usada como auxiliadora nas atividades em sala de aula, certamente seu uso será profícuo na mediação do conhecimento.

Reforçamos o uso da imagem como metodologia no ensino de Geografia para facilitar e dinamizar o conteúdo estudado, motivar a compreensão dos alunos frente ao processo de globalização mundial. Na atualidade a imensa maioria dos estudantes tem acesso a diferentes tipos de imagens, sejam elas *outdoors*, revistas, internet, televisão dentre outras, trazer essa realidade para a sala de aula é de grande importância, sobretudo porque muitas vezes a imagem é usada de forma ideológica e/ou manipuladora pelos meios de comunicação. Discutir os conteúdos através da imagem, diversifica a maneira de ministrar aula e possibilita maior interação entre aluno-aluno e professor-aluno, além de auxiliar esses alunos a construir um pensamento crítico em relação a essas imagens que lhes são servidas diariamente.

Evidente que aqui não pretende incentivar a redução das leituras de textos, pelo contrário, pretendemos incentivá-las, sobretudo pelo fato de que quando os alunos não entendem o que está sendo lido, a tendência é rejeitar a leitura. Com o auxílio da imagem é possível que o aluno compreenda melhor o que está lendo. Neste sentido, quando a leitura é compreendida certamente o aluno tem prazer em continuar a leitura, dessa forma adquirindo mais conhecimento.

Considerando os avanços tecnológicos nas áreas de informática e transmissão via satélite, entende que esses recursos são pouco usados na educação. As possibilidades de obter imagens através de aparelhos eletrônicos digitais são muitas, sendo assim, têm-se várias possibilidades de relacionar imagens aos conteúdos. A partir daí atrair a atenção dos alunos para esses conteúdos e conseqüentemente tornar as aulas mais dinâmicas e participativas.

Os resultados alcançados por meio dessa pesquisa no CEAC evidenciam que o uso da imagem possibilita uma maior interação entre os alunos e o professor, dessa forma contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, considera-se que o presente trabalho serve como ferramenta para a melhoria do ensino de Geografia.

Apesar da precariedade e das dificuldades enfrentadas nas escolas públicas, percebe que é possível fazer uso da imagem no ensino de forma geral, sobretudo devido ao acesso às tecnologias que podem ser adquiridas, em muitos casos, por um baixo custo, facilitando assim, a inserção da imagem no processo de mediação dos conteúdos escolares.

Entende-se que cada linguagem possui suas especificidades, e que o uso da imagem como recurso didático facilitador do processo de ensino-aprendizagem, não é exclusivo. Entretanto o uso da imagem pode complementar outras formas de ensino, pois quando trabalhada em parceria com a leitura de material textual, certamente auxiliará na compreensão dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Geografia. Brasília. 1998. 156p.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo. Ed, Brasiliense, 1986. 179p.

GUIMARÃES, Iara. Possibilidades criativas no ensino de Geografia: diferentes registros e linguagens na sala de aula. In: FONSECA, Selma Guimarães. **Ensino fundamental conteúdos, metodologias e práticas**. Campinas, SP: ed. Alínea, 2009, p. 313-334.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa, Ed. 70 – Digitalizado Por Souza, R. 1994. 175p.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

MUSSOI, Arno Bento. **A fotografia como recurso didático no ensino de geografia**. Guarapuava, 2008. Disponível em <http://www.uesb.br/eventos/ixsegeo/arquivos/pdf>. Acesso em: 09/10/2013.

OLIVEIRA, João Batista Araújo, GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto e BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política no livro didático**. 2 ed. São Paulo: Summus/Editora UNICAMP, 1984. 135 p.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2009. 383p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 174p.

SILVA, Eunice Isaias. Linguagens alternativas no ensino de Geografia. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa / MORAES, Loçandra Borges. **Formação de professores**: conteúdo e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: NEPEG, 2010, p. 155-177.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos S. Metodologia Dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília: Abril de 1992 (n. 83).

PRÁTICAS CURRICULARES NAS ESCOLAS CAMPO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO LOCALIZADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS (GO)

Valmir Crispim dos Santos
Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
valmircrispim@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise das escolas estaduais quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás, enfatizando o currículo desenvolvido no processo de ensino aprendizagem das mesmas, e como as práticas pedagógicas colaboram na valorização dos saberes e fazeres tradicionais da comunidade. Apresentaremos elementos que indiquem a adaptação, ou não, do currículo à realidade local, visando o resgate e a preservação dos saberes tradicionais, como também o cumprimento dos dispostos na lei nº 11.645/2008. Para atingir o objetivo, pesquisamos três escolas da rede estadual de ensino, localizadas nas regiões denominadas Riachão, Saco Grande e São Pedro, no município de Monte Alegre de Goiás (GO).

Palavras-chave: educação, currículo, quilombola, Kalunga, saberes.

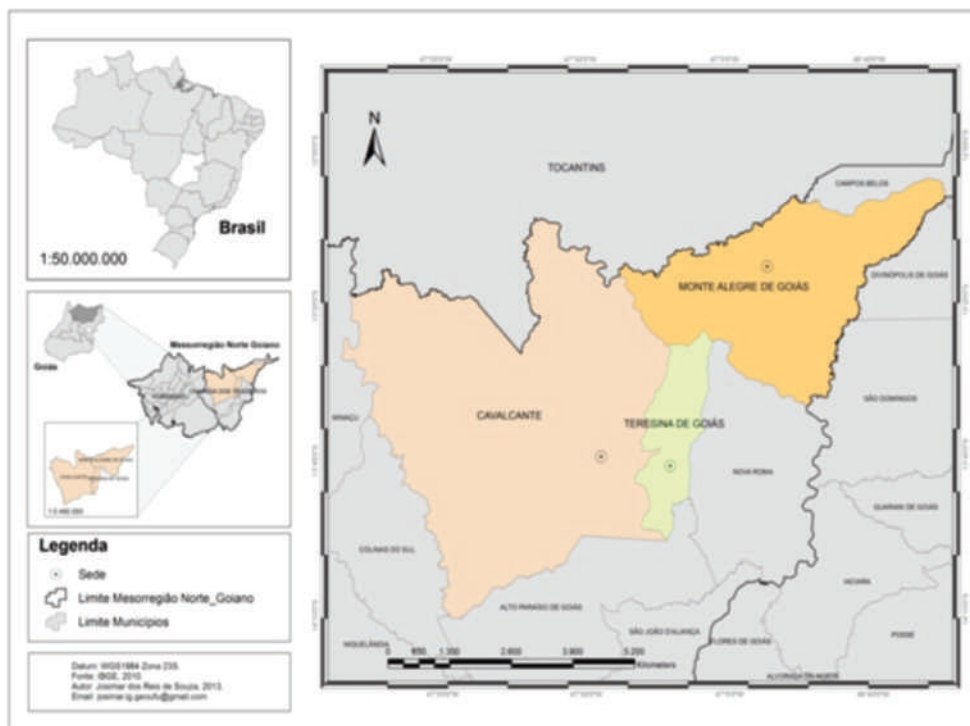
INTRODUÇÃO

O menino escravo, que aprende com o trabalho a que o obrigam não chega a escola. O menino livre plebeu em geral para nela. O menino livre e nobre passa por ela depressa em direção aos lugares e aos degraus onde a educação grega forma de fato o seu modelo de “adulto educado” (Sólon legislador grego 638-558 a.C).

A microrregião da Chapada dos Veadeiros, nordeste de Goiás, foi ocupada durante o ciclo do ouro, no século XVIII, com a utilização de trabalhadores em situação de escravidão na extração desse metal. O ciclo do ouro, nessas terras de Goiás, iniciou-se após o esgotamento das minas na região do Rio Vermelho, no final do século XVII. Na metade do século XVIII, as terras do norte eram as grandes produtoras de ouro da capitania de Goiaz.

No vão do Paranã formou-se o maior núcleo quilombola do Brasil. São os povos Kalunga¹, que estão espalhados pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás (mapa 1), estendendo-se aos municípios de Paranã e Arraias, no Estado do Tocantins. Ocupam uma área de aproximadamente 2.570 km², habitada por aproximadamente 5.000 pessoas, distribuídas em vários núcleos ao longo do rio Paranã. Quilombo é um termo banto que significa acampamento de guerreiros na floresta e os habitantes dos quilombos são chamados de quilombolas.

1 Termo banto que significa força suprema de poder ilimitado (VILA REAL, 1996. p 17).



Mapa 1: municípios onde se localiza o Sítio Histórico Quilombo Kalunga

Autor: Jansão Reis de Souza (2013)

Organização: Valmir Crispim dos Santos

Os Kalunga apresentam características culturais de seus antepassados que chegaram o Vão do Rio Paranã, no século XVIII, fugindo do trabalho escravo nas minas de ouro em Arraias, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás. Ocupam uma região do Cerrado onde o acesso é dificultado, principalmente em decorrência das características irregulares do relevo local.

A Comunidade² Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás sempre conviveu com o abandono do poder público em relação às políticas públicas que, na realidade, nunca chegaram a contento aos quilombolas de Goiás. Dentre as demandas atuais estão a demarcação do território onde habitam há mais de dois séculos, políticas de atenção a saúde básica e uma prática educacional adequada às realidades locais. A educação é uma das ferramentas importantes no resgate e na preservação dos saberes tradicionais dos Povos Quilombolas, sendo o único serviço público disponibilizado à comunidade Kalunga, com potencial para desenvolver ações que possam influenciar na reprodução cultural dos Povos do Cerradeiros³.

Os povos quilombolas, de forma geral, apresentam traços culturais que as remetem a seus antepassados, que viviam em condição de trabalho escravo, além de uma forte identidade com o território que ocupam. É nesse território que se reproduzem formas de vidas ligadas a um passado de lutas e um presente de incertezas em relação à manutenção das características culturais. Conforme o Programa Brasil Quilombola, “nas comunidades quilombolas, território e identidade estão intimamente relacionados enquanto estilo de vida, uma forma de ver, fazer e sentir o mundo” (BRASIL, 2004, p.11).

² Segundo Fernandes (1973), comunidade se caracteriza pela existência de um grupo de pessoas que vivam juntos, de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum (FERNANDES, 1973, p. 122).

³ O conceito de “Povos Cerradeiros” aparece em Mendonça (2006, p. 327) para identificar os Povos do Cerrado. Para o autor ser Cerradeiro é ser diferente entre as muitas diferenças construídas pelos Povos Cerradeiros. É valorar ações e atitudes que escapam aos olhos dos racionalistas políticos e econômicos, sem, contudo, enxergarem que elementos da cultura e das formas de expressão dos Povos Cerradeiros podem ser apropriados para uma ação política emancipadora.

O direito a terra e a educação se colocam como políticas públicas essenciais à preservação dos saberes tradicionais que compõem a identidade sociocultural das Comunidades Quilombolas Kalunga.

O papel da educação na preservação da cultura nas comunidades quilombolas Kalunga deve pautar-se no planejamento de ações voltadas ao reconhecimento e à incorporação no currículo escolar de elementos que constituem a identidade cultural dos quilombolas. No caso dos Kalunga, as manifestações culturais de matrizes afros, os saberes tradicionais e sua relação com o Cerrado são as características principais a serem observadas e aprimoramento nos currículos das escolas.

O artigo proposto faz parte da Pesquisa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (GO)⁴, cujo objetivo é aprimorar as metodologias utilizadas na educação formal e informal (extensão rural), visando a valorização dos saberes agrícolas tradicionais na Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás. Nesse texto analisaremos os currículos das três escolas da Rede Estadual de Educação da Comunidade Quilombola Kalunga⁵, localizadas nas regiões do Riachão, Saco Grande e São Pedro, ambas localizadas no município de Monte Alegre de Goiás, região nordeste do Estado. É nosso intuito identificar a colaboração dessas unidades escolares para a preservação da cultura Kalunga, por meio da inserção no currículo de atividades inerentes aos saberes quilombolas. Para atingir o objetivo proposto, fizemos três visitas às escolas pesquisadas no segundo semestre de 2013, além de análises de documentos na Secretaria Estadual de Educação.

Na oportunidade, acompanhamos as atividades pedagógicas desenvolvidas, analisamos os componentes curriculares e os materiais didáticos utilizados no cumprimento do currículo proposto. Os resultados serão expressos em textos e fotografias das escolas pesquisadas, onde evidenciaremos as características dos currículos analisados e algumas situações do ambiente escolar que influenciam diretamente no ensino aprendido e na cultura da comunidade.

A DIVERSIFICAÇÃO CURRICULAR NAS ESCOLAS KALUNGA E A REPRODUÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

É importante dar centralidade, nos currículos das escolas do campo, às experiências de opressão e, sobretudo, de resistência que professores e educandos carregam para as escolas; trazer as experiências sociais, coletivas, assim como dar centralidade à história de expropriação dos territórios, das teorias, da destruição da agricultura camponesa; trazer para os currículos as persistentes formas de resistência, de afirmação e de libertação dos povos do campo de que os próprios educadores e educandos participam. Experiências de formação-humanização, de recuperação da humanidade roubada, ausentes nos currículos oficiais e no material didático, mas que disputam o território dos currículos nas escolas do campo e nos cursos de formação e de licenciatura. (ARROYO 2012, p. 560).

As diferentes concepções da palavra currículo derivam dos diversos modos pelos quais a educação foi concebida historicamente, bem como das influências teóricas e políticas que afetaram

4 Pesquisa orientada pelo Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – IESA/UFG

5 Ao contrário do conceito “remanescente de quilombo” utilizado na Constituição Federal, optamos por utilizar em nossa pesquisa o conceito de “comunidade quilombola”. Entendemos que o primeiro passa a ideia de algo em destruição, podendo em razão dessa situação dificultar a implantação de políticas que atendam as necessidades coletivas da comunidade.

as discussões em toda trajetória da educação formal. Fatores socioeconômicos, políticos e culturais têm contribuído para que currículo seja entendido, ora como conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, ora como experiências escolares e sociais vividas pelos alunos e professores que formam as bases do ensino aprendizagem. Diante disso, questionamos sobre como podemos, então, conceber o currículo nessa análise? Nessa pesquisa consideraremos currículo como sendo as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de estudantes, professores e comunidade escolar de uma maneira geral. Sobre currículo, Celani (2002) explica que:

[...] currículo não é simples elenco de conteúdos ou disciplinas, mas sim um complexo de atividades e propostas de ações, de estratégias, que vão desde a organização do horário escolar até o entendimento do profundo significado e o papel de cada membro da unidade escolar, tendo em vista o exercício da cidadania e dos direitos e deveres de toda sociedade (CELANI, 2002. p. 106)

Entendemos que currículo é a identidade de um sistema educacional e, em última análise, da unidade escolar. Nele podemos encontrar, em forma de conteúdos, a visão política e ideológica do sistema educacional vigente ou da comunidade onde a escola está inserida evidenciando a contraposição da comunidade escolar por meio de conteúdos ou disciplinas que expressem a necessidade específica de cada território. Cada grupo a depender de sua realidade pode e deve formatar uma matriz curricular que aproxime de sua realidade cultural, tornando o ensino aprendido mais integrado às várias realidades existentes em seu território. Em comunidades tradicionais, nesse caso falando das quilombolas o currículo necessita caminhar junto com os saberes e fazeres expressos na cultura, no modo de vida e na identificação com o território.

Essa orientação está presente na Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Conforme a resolução “a questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas deverá orientar todo processo educativo no Projeto Político Pedagógico”. Dessa forma, a construção dos currículos passa inexoravelmente pela comunidade escolar, onde serão inseridos os saberes e práticas cotidianas nos conteúdos já sistematizados nas práticas pedagógicas. É a valorização dos saberes que segundo Mendonça (2006, p. 327), “podem ser apropriados para uma prática política libertadora”.

A proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9394/96), de não engessar os conteúdos do Ensino Básico possibilitou que fosse levada às salas de aula a diversidade cultural brasileira, evitando que as escolas fossem multiplicadoras de hábitos e valores distantes de sua realidade. Quase duas décadas depois, percebemos que de nada adiantou essa possibilidade, pois, no caso das escolas rurais, onde incluímos também as escolas da comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás, não se conseguiu avançar muito nesse debate, nem mesmo quanto à disposição de materiais didáticos que pudessem atender às possíveis adequações curriculares.

Nas escolas rurais Kalunga, os currículos analisados durante a pesquisa em nada se diferenciam das escolas urbanas. As características curriculares apresentam-se como principal dificuldade à prática de uma educação voltada à reprodução dos saberes dos habitantes da comunidade. Ao deixar de exercitar um currículo diferenciado e adaptado às especificidades locais, as escolas quilombolas adquirem características que as colocam no mesmo patamar das

escolas rurais tradicionais, gerando conflitos entre as partes envolvidas. Nesse sentido, Vila Real (1996), levanta a seguinte hipótese a cerca dos problemas das escolas Kalunga:

[...] possivelmente é devido a desvinculação do currículo com o contexto cultural mais próximo do educando, a causa do baixo rendimento de aprendizagem, pois os alunos não veem sentido e significado naquilo que lhes ensinam. A agressão, a indisciplina, o desinteresse dos alunos pelas aulas propostas, a elevada taxa de evasão e o alto índice de reprovação na escola kalunga, ou seja, dos vinte e sete alunos matriculados no 1ª série, somente quatro foram aprovados poderá ser um indicador dessa hipótese. São mecanismos diversificados de resistência que traduzem em denuncia latente de uma educação escolar imposta arbitrariamente (VILA REAL, 1996, p. 177).

Essa realidade em nada mudou nos últimos anos na comunidade. No período entre a pesquisa realizada por Vila Real (1996) e a apresentada nesse texto, não houve avanço significativo nas práticas curriculares visando aproximar o ensino-aprendizagem da realidade social vivida pelos alunos. Nas três escolas pesquisadas os principais problemas se referem à evasão escolar, à indisciplina, e ao deficiente processo de ensino e aprendizagem, possibilitando constatar as mesmas hipóteses colocadas pelo autor dezoito anos depois.

Não foi localizado qualquer documento ou componente curricular que indicasse uma discussão permanente sobre a história e a cultura dos povos quilombolas Kalunga. Algumas atividades são realizadas em datas especiais pelas escolas ou Organizações Não Governamentais (ONGs), normalmente em 20 de novembro. Esses momentos ressaltam a condição do negro apenas como ex-escravo das minas de ouro da região no século XVIII, mas, sem a precedência de uma discussão permanente sobre a trajetória de seus antepassados, a luta pela liberdade cultural e territorial e a condição de trabalhadores explorados do século XXI.

Os recursos didáticos utilizados não introduzem qualquer discussão ou proposta de trabalho permanente voltada para a cultura local. Os textos, imagens e atividades propostas nos livros didáticos não contemplam a cultura afro brasileira, e algumas imagens até retratam o negro, mas o apresentam em situação social inferior, partindo de uma visão preconceituosa da história, ignorando a pluralidade étnica brasileira. Nesse contexto, são desconhecidos até os dispostos na lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de elementos da cultura afro nas escolas públicas brasileiras, conforme o enunciado abaixo:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (LEI nº 11.645, de 2008).

Vale lembrar que a inserção de conteúdos programáticos que retratam a importância da cultura afro na formação cultural brasileira é uma obrigação das redes de ensino e, acima de tudo, um processo político que necessariamente deverá ser construído pelas escolas, em especial as localizadas em comunidade quilombolas. O fato de não se oferecer condições para que as escolas Kalunga possam introduzir em seus currículos práticas que promovam a liberdade,

a autonomia e a preservação cultural, pode ser interpretado como uma postura política do modelo de educação rural praticado no Brasil. Estamos sobre o domínio de um modelo pensado e imposto para que a população rural seja incentivada a morar nas cidades, abandonando suas terras que são ocupadas pelo capital agrário.

Os problemas existentes nas escolas pesquisadas vão além da postura política em relação ao cumprimento da lei 11.645/2008 e da diversificação curricular. Mostram o tratamento dispensado às escolas campo no Brasil, em especial no estado de Goiás.

O mais grave é a não inserção nos currículos escolares de práticas pedagógicas que possam colocar em discussão não só elementos culturais locais, mas toda uma história de lutas e incertezas vivenciada pela comunidade. Assuntos como o acesso à terra, a invasão do capital minerador e do agronegócio em território quilombola, suas riquezas culturais, saberes tradicionais, o respeito pela natureza e as práticas agrícolas são temas que podem estar presentes nas práticas pedagógicas de várias disciplinas, contextualizando os conteúdos obrigatórios e valorizando o jeito Kalunga de ser e viver.

Entendemos, ainda, que de nada adianta a criação de dispositivos legais se os investimentos em infraestrutura, materiais didáticos e recursos humanos não acompanharem a necessidade das escolas, principalmente das escolas que atendem comunidades negras e indígenas. Nesse caso, o caminho a seguir passa, necessariamente, pela construção de uma nova matriz curricular em que os membros da comunidade tenham participação ativa nas discussões a cerca dos conteúdos a serem inseridos na proposta. Esses conteúdos deverão, efetivamente, avançar em práticas que promovam a cidadania e a valorização da cultura e da etno-história dos povos Kalunga.

A utilização dos saberes locais nas práticas pedagógicas não é nada diferente que contextualizar os conteúdos elencados no currículo utilizando as atividades realizadas cotidianamente pela comunidade. Gonçalves (2013), em pesquisa desenvolvida na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra em Arraias (TO), chegou a seguinte conclusão a cerca dos saberes etno-matemáticos presentes e utilizados na produção de farinha de mandioca:

Na maioria das vezes essas pessoas fazem uso de conceitos matemáticos sistematizados, conhecimentos que são adquiridos com o passar do tempo vindo dos seus antepassados que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades habituais e na produção de utensílios. (GONCALVES 2014, p. 52).

Em 2013, a Secretaria Estadual de Educação realizou em Cavalcante (GO), o primeiro seminário para discussão de um currículo voltado às escolas quilombolas do estado. Ocorre que essas atividades já foram debatidas em outros momentos com a comunidade, subsídios foram colhidos e nada foi colocado em prática. Ademais, o problema não é apenas o aperfeiçoamento curricular, mas um conjunto de medidas que passam pela formação de recursos humanos, remuneração diferenciada ao professores dessas comunidades e a organização de um espaço físico que possa oferecer condições adequadas à prática do ensino e da aprendizagem.

De nada adianta as boas intenções se temos um modelo de educação que se distancia, propositalmente dos interesses das comunidades tradicionais, fazendo parte de uma estrutura comandada por um Estado omissivo diante de suas obrigações para com as políticas educacionais nas comunidades quilombolas de Goiás.

ESCOLAS KALUNGA: RETRATO DO ABANDONO

Em nossa formação social e política, não apenas o padrão de poder, de trabalho, é racista e segregador dos coletivos diversos, mas também o padrão de conhecimento e de racionalidade carrega uma função segregadora e de produção das diversidades como inferioridades (ARROYO, 2012. p. 233)

Em minhas pesquisas e atividades profissionais convivo diariamente com a luta das comunidades tradicionais⁶ do nordeste goiano, e, sempre me preocupou a qualidade das políticas públicas, principalmente as educacionais, destinadas a essa população. Essa inquietação se justifica, talvez, pelo fato de ser filho de camponês e oriundo de escolas rurais, onde estudei todo o ensino básico, sendo, em parte, vítima do descaso imposto pelo Estado aos camponeses brasileiros quando o assunto é educação. No norte de Goiás quando falamos de escolas rurais na década de 1980 e no ano de 2014 as realidades ainda se assemelham. Não houve mudanças significativas em três décadas, excetuando o fato de fazer dos ônibus uma extensão das salas de aulas das escolas urbanas.

Na região Nordeste de Goiás, a maioria das escolas rurais se localiza em comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Normalmente, são ligadas às Redes Municipais de Ensino, exceto nas comunidades quilombolas, em que a Rede Estadual de Educação mantém algumas escolas nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, onde estudam conforme dados da Secretaria Estadual de Educação 450 alunos no Ensino Fundamental. São unidades que só se diferenciam das escolas localizadas nas áreas urbanas em função das várias carências existentes, uma vez que faltam recursos humanos qualificados, estrutura física mínima, materiais didáticos adequados e uma estrutura curricular diferenciada para atender a um público diferenciado em vários aspectos.

São escolas que reproduzem fielmente a forma de ensino voltada à manutenção do modelo agrário predominante no campo brasileiro.

O modelo educacional disponibilizado às comunidades quilombolas de Goiás é um exemplo clássico da falta de responsabilidade do Estado na execução de políticas públicas destinadas a camponeses e habitantes tradicionais no Brasil. Os problemas observados, nesse caso, decorrem principalmente da maneira equivocada como é tratado o público habitante desses territórios. Segundo Celani (2002), “no meio rural escola e trabalho são responsáveis pela continuidade ou não dos processos socioculturais e de produção, como o próprio trabalho e a convivência grupal”. A escola precisa estar inserida nesse contexto, reproduzindo esses processos e promovendo a valorização das práticas culturais específicas da população local.

Assim, na educação do campo, a escola não pode restringir sua ação educativa, limitando-se a reproduzir os conhecimentos mínimos constantes nos livros didáticos, sem levar em consideração as especificidades e as contradições verificadas no território. Cabe a escola reproduzir as práticas socioculturais da comunidade, garantindo, assim, a continuidade do processo de transmissão de costumes e saberes entre as gerações. Sobre a importância dessa prática, Freire (1996) esclarece que “é necessário estabelecer certa intimidade entre os saberes curriculares fundamentais e a experiência social que os alunos possuem como indivíduos”.

6 Segundo Little (2002), o conceito de População Tradicional diz respeito a um mecanismo que é capaz de juntar fatores em que aparecem: o regime comunal da terra; o sentimento de pertencimento ao lugar ao qual se inserem; a procura por uma autonomia cultural; além de práticas ligadas à sustentabilidade quanto ao uso dos recursos da natureza. (LITTLE 2002, p. 22).

As escolas pesquisadas apresentam inúmeros problemas que vão desde a formação inadequada dos professores, a relação de trabalho com os professores baseada em contratos temporários de apenas três anos de duração. Quando os professores que, em sua maioria, não têm origens na comunidade, estão inteirados da cultura Kalunga, encerra-se o período dos contratos e são substituídos. Inicia-se, então, um novo ciclo, com outros profissionais.

Os livros didáticos são os únicos recursos pedagógicos utilizados pelos professores no processo de ensino e aprendizagem, também são os únicos livros disponíveis na biblioteca. São os mesmos utilizados nas escolas urbanas, assim como os demais recursos metodológicos. Régis (2006) faz a seguinte reflexão sobre as condições dos livros didáticos no ensino étnico racial:

[...] as alterações nos livros didáticos são insuficientes para subsidiar práticas de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade étnico racial. Os livros didáticos continuam, de um modo geral, representando a população negra como minoria no Brasil, imerso na perspectiva do universalismo abstrato a partir dos valores eurocêntricos e com a homogeneização de sua situação na sociedade atual. Além disso, é constante a abordagem sobre o negro como escravizado, no passado e a partir de uma perspectiva de que a participação dos negros na construção da sociedade brasileira se resume a pequenas contribuições (REGIS, 2006, p.6).

Recursos tecnológicos, como computadores, projetores, *internet* e outros, utilizados para dinamizar o processo de ensino aprendizagem não existem nas Escolas Estaduais Kalunga. A escassez de recursos pedagógicos impede que os professores planejem aulas utilizando maneiras diversificadas na construção do conhecimento. Restando, quase sempre, a metodologia do quadro e giz.

O desrespeito do poder público aos direitos dos povos Kalunga de possuírem uma escola de qualidade fica evidente nas figuras abaixo:



Figura 1: sala de aulas Escola Estadual Kalunga II
Autor: SANTOS. V. C. novembro (2013)



Figura 2: sala de aula anexa a Escola Estadual Kalunga III
Autor: SANTOS. V. C. novembro (2013)

Mesmo tendo como objetivo principal a discussão sobre o currículo das escolas campo da Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás, não foi possível fechar os olhos ao tamanho descaso na prestação de um serviço público essencial ao desenvolvimento sociocultural da comunidade. Milton Santos disse em determinada entrevista, que “a função do pesquisador não se restringe à ação de produzir conhecimento e agradecer a todos, cabe-lhe também a função de provocar a inquietação mostrando determinadas realidades”. Também é papel do pesquisador se indignar com determinadas realidades verificadas em seu campo de pesquisa. As imagens acima mostram a realidade presente em uma escola Kalunga pertencente à Rede Estadual de Ensino em pleno século XXI (novembro de 2013). A comunidade foi obrigada a construir salas anexas para atender aos alunos que não dispunham de espaço na escola.

Os problemas evidenciados não se restringem apenas à estrutura física dos prédios, como mostram as imagens. Ele se estende como resultado final no desrespeito com as populações camponesas e tradicionais brasileiras, para quem o estado deve garantir políticas públicas de qualidade. O problema em questão pode ser estendido à maioria das escolas Kalunga deste e de outros municípios da região Nordeste de Goiás. O descaso e a falta de compromisso com uma educação de qualidade, sem dúvida, iniciam-se com a oferta de um espaço incapaz de atender às expectativas de alunos e professores, os tratando como sujeitos inferiores na escala de preferência dos investimentos públicos.

Das três escolas pesquisadas, duas apresentam as características mostradas pelas figuras I, II. Faltam salas de aula adequadas, bibliotecas, área esportiva, além de recursos humanos qualificados, materiais didáticos e pedagógicos e estrutura curricular que atendam aos interesses locais. Não podemos dizer, portanto, que nessa comunidade se pratica uma educação voltada à autonomia, visando a valorização dos saberes, pois as escolas reproduzem, fielmente, o modo de ensino voltado à manutenção do modelo econômico explorador existente. Segundo Pessoa (2007), [...] “a escola que chega ao meio rural é a mesma da cidade, em termos de conteúdo, mas muito pior em termos de preparação de professores, de instalações físicas e de concepção didático-pedagógica” (PESSOA, 2007. p. 27).

A educação nas comunidades quilombola de Goiás é um exemplo da falta de planejamento na aplicação dos recursos públicos destinados aos camponeses e habitantes de comunidades tradicionais no Brasil. Os problemas observados nesse caso centram-se, principalmente, na qualidade e na maneira equivocada como é tratado esse público específico. Não se concebe atualmente uma escola localizada em comunidades quilombolas que funcione sem a articulação entre os saberes e fazeres tradicionais e os conteúdos normais. Tomamos como base as orientações curriculares para escolas quilombolas da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso (2010, p. 9), que esclarece que:

[...] é papel de a escola organizar-se de forma democrática e com equidade de representação nos espaços deliberativos. A realidade e a forma organizativa das comunidades quilombolas devem estar presentes na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e na organização do currículo, bem como no desenvolvimento de espaços pedagógicos que propiciem a valorização da identidade quilombola, que possibilite ao aluno (a) conhecer suas origens, pois o reconhecimento/visibilidade da história dos quilombos diz respeito à história e identidade do povo brasileiro.

O respeito aos saberes torna-se mais necessário quando falamos de escolas campo, principalmente, quando essas escolas estão localizadas em comunidades tradicionais, quer sejam indígenas ou quilombolas. Nesses espaços, a escola ainda é referência à prática social, funcionando como instrumento ativo nas manifestações culturais realizadas pela população, devendo se mostrar como instituição diferenciada, no momento em que vai além de seus prédios, juntando-se à comunidade na busca pela consolidação e reprodução de sua identidade. Sobre o assunto, Celani (2002) nos apresenta a seguinte reflexão:

[...] constante nos sistemas sociais, a educação estabelece-se como valor cultural que permeia as ações humanas e, como fenômeno universal, está presente na transmissão do conhecimento das experiências históricas – sociais. De maneira formal ou informal, a educação como “valor” permanente instrui comportamentos e práxis, dado seu papel de produção e reprodução dos conhecimentos e saberes. Necessários para a vida em sociedade, esses conhecimentos são básicos para o desenvolvimento político, paralelamente às necessidades materiais e à produção dos meios que permitem a sobrevivência humana. (CELANI, 2002, p. 75).

Concordamos com o autor por entendermos que, no estágio atual das relações econômicas e sociais, está cada vez mais difícil para as comunidades tradicionais, principalmente quilombolas e indígenas reproduzirem e consolidarem sua cultura. A imposição de modos de vida baseados nas relações capitalistas colabora, a cada dia, para a perda do modo de vida camponês tradicional, ao passo que o mesmo entra em colapso levando seus protagonistas a busca de outras alternativas de vida. Fazer valer a cultura, reproduzir saberes e buscar um novo rumo para essas comunidades pode ser elencado, também, como uma das responsabilidades das escolas-campo. Contudo, seria salutar que, em comunidades quilombolas, as escolas cumprissem pelo menos o papel determinado pela LDB 9394/96, ou seja: proporcionar um ensino aprendizado de qualidade. É o mínimo que as comunidades rurais e tradicionais esperam das escolas campo. Conforme Arroyo (1999):

Um projeto de educação básica do campo tem que incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situamos a educação, a ciência e a tecnologia a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeito desse processo (ARROYO, 1999. p. 26).

Nesse contexto, a educação do campo busca se firmar visando atender assentados da reforma agrária, indígenas e comunidades quilombolas que anseiam por um modelo de educação que possa garantir autonomia, a independência, e, ao mesmo tempo, oferecer condições de continuidade de suas culturas. Portanto, o debate em busca de novos rumos nessas unidades educacionais deve ser permanente e envolver, de forma ativa, a comunidade escolar. Nessa situação, uma das maneiras da educação atender às necessidades dessas comunidades é fazer valer o artigo 28 da LDB 9394/96, onde estabelece que: “na educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 1996).

As adaptações, conforme a LDB, podem ocorrer principalmente nos currículos das escolas que atendam a um público específico, sejam assentados da reforma agrária, indígenas

ou quilombolas. Nesses casos, a interface com a cultura e os saberes locais é de fundamental importância para a estruturação de um modelo de educação autônomo e capaz de colaborar para o avanço da autonomia dessas comunidades através da promoção cultural e da diversidade de saberes.

CONSIDERAÇÕES

A ordem em Canudos era construir uma comunidade solidária e o progresso seria entendido como o bem estar de todos. Tratava-se de uma comunidade de lutadores que se negou a sucumbir ao latifúndio.
(Mesquita, 2011, p. 39)

Quando dispomos a pesquisar a adequação curricular das escolas estaduais localizadas nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás, já tínhamos uma pequena noção do que viria pela frente. Acompanhamos, como cidadão, a política educacional nessas e em outras unidades ensino desde 2007, ano em que iniciamos uma parceria com todas as escolas da comunidade para desenvolvermos atividades educacionais visando potencializar a execução de políticas de sanidade animal, principalmente no que tange aos cuidados com a raiva dos herbívoros, uma zoonose que provoca o óbito da pessoa ou animal contaminado.

Nesse período, acompanhamos, com muita apreensão, a inexistência de investimentos para a prática de uma educação transformadora nas escolas da comunidade. A falta de recursos humanos capacitados, de infraestrutura adequada e materiais didáticos específicos faz com que a educação formal na comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás seja deficiente em vários aspectos e, no caso analisado, deixa de valorizar os saberes tradicionais da população.

Em 2011, participamos de um grupo de trabalho que buscou, junto ao Ministério da Educação, a liberação de recursos financeiros para a reforma das escolas da comunidade, visando oferecer o mínimo de conforto e melhores condições de ensino e aprendizagem aos alunos. Foram disponibilizados recursos para reforma de todas as escolas das redes municipal e estadual, contudo, pela falta de contrapartida a reforma acabou se transformando em pequenos reparos efetuados em poucas unidades.

Situações como as encontradas nas escolas das Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás, em especial, nas Escolas da Rede Estadual em Monte Alegre de Goiás, deixa claro o tratamento destinado à educação nas comunidades tradicionais brasileiras. Sabemos que os investimentos públicos em educação nunca estiveram na pauta de prioridades do Estado brasileiro, sendo tratados como gastos orçamentários que podem ser reduzidos ao limite mínimo exigido. Sem dúvida, é uma opção política equivocada que colabora significativamente para o agravamento das relações sociais nesses territórios.

A distância que separa as escolas que atendem os povos Kalunga de Monte Alegre de Goiás e suas reais necessidades educacionais não é medida apenas pelas dificuldades de acesso a essa comunidade, mas, também, pela falta de recursos para que se possa oferecer um ensino aprendizagem de qualidade e digno a uma população ávida pela consolidação de seus direitos. Os problemas de infraestrutura, recursos humanos e, principalmente, recursos pedagógicos, não podem ser entendidos apenas como resultado de séculos de abandono das comunidades negras tradicionais espalhadas pelo país. Entendemos que tudo isso se deve à deficiência das

políticas públicas voltadas às questões étnicas e raciais no Brasil, sendo que, grande parte, ainda carece de efetivação junto às comunidades quilombolas e indígenas.

Enquanto não ocorre a efetivação de um novo modelo de educação formal nessas comunidades, que possa alcançar e pensar não somente nos alunos, mas em todos os membros a elas pertencentes, continuaremos a reproduzir e consolidar a exploração e a expropriação dos saberes e culturas do campo, nesse caso, patrocinadas pelo governo do Estado. Esse modelo está presente desde a abstenção da escola, enquanto instituição pública, em buscar na comunidade os elementos necessários à prática de uma educação autônoma, que respeite e valorize os saberes tradicionais, como também uma orientação política e curricular calcada em práticas libertadoras agregadas a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social de seu povo, no caso os Povos Cerradeiros Quilombolas Kalunga da Região Nordeste de Goiás.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social no campo**, Brasília, DF. 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Diversidade**. In: Dicionário de Educação do Campo. Organizadores: Rosely Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Rio de Janeiro, Expressão Popular 2012, p. 229-236.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Secretaria Especial de Igualdade Racial, 2004.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**, dispõe sobre a inclusão nos currículos da rede de ensino pública e privada o ensino da história e cultura afro-brasileira. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 20 de julho de 2013.

_____, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF. 2012. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em 20 de janeiro 2014.

ESTADO DO MATO GROSSO. **Orientações curriculares para educação escolar quilombola**. 2012. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=463>. Acesso em 10 de junho de 2013.

FERNANDES, Florestan. **Comunidades e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. 2 ed. São Paulo. Nacional, 1973.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Quilombolas**. In: Dicionário de Educação do Campo. Orgs: Rosely Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, Expressão Popular 2012, p. 645-650.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 22 ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Rosa Maria dos Santos. **O uso de artefatos no processo de produção da farinha de mandioca na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra em Arraias(TO)**. 2014. 57 f. Monografia (Monografia de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias – TO. 2014.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002. 31 p. Disponível em: http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf. Acesso em 29 de março de 2014.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.

MESQUITA, Helena Angélica. **A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara**. Goiânia, editora UFG, 2011.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Educação e ruralidades**. In: PESSOA, J.M. Extensões do rural e educação. Goiânia: editora UFG, 2007. p. 13-28.

REGIS, Kátia Evangelista. **Relações étnicas raciais e currículos escolares: desafios para uma escolarização que contemple efetivamente a diversidade**. 2006. Disponível em <http://www.anpae.org.br>. Acesso em 05 de junho de 2013.

VILA REAL, Rosolino Neto de Souza. **Cultura e Currículo: um estudo da escola Kalunga**. 1996, 224 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

REPRODUÇÃO DO FOGUETE DE GARRAFA PET: UMA AULA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sandro Cristiano de Melo

Universidade Federal de Mato Grosso - CUA
sandrocristianomelo@bol.com.br

Carlos Alessandro dos Reis

Universidade Federal de Mato Grosso - CUA
Carloalessandro20@hotmail.com

Resumo

Teve-se como objetivo principal auxiliar o aprendizado de Educação Ambiental, com aulas teóricas e práticas utilizando-se como ferramenta pedagógica a realização de uma oficina pedagógica a partir da reprodução do foguete de garrafa pet e materiais de baixo custo, idealizado pela Agência Espacial Brasileira – AEB Escola / Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho pautou-se em 8(oito) etapas distintas. Foi proporcionado aos participantes uma oficina pedagógica, na qual foi realizada a fabricação do foguete de garrafa pet. Neste contexto discursivo participaram do desenvolvimento oficina pedagógica 17 (dezesetes) acadêmicos do Curso de Geografia do Campus Universitário do Araguaia/UFMT no ano de 2013. Desse total 7(sete) participantes disseram que a oficina está excelente; 6(seis) ótimo e 4(quatro) bom. Assim foi atribuída uma nota para o desenvolvimento da oficina pedagógica onde 7(sete) participantes deram a nota 10; 6(seis) nota 9; 3(três) nota 8 e 01(uma) nota 7. Observaram-se nos questionários avaliativos, que todos os 17 participantes responderam que foi bom ter conhecido a metodologia de reprodução do foguete de garrafa pet e ambos ficaram interessados por saber que trabalhar Educação Ambiental de uma maneira diferente é tão envolvente.

Palavras-Chave: foguete, garrafa pet, ensino, educação ambiental.

INTRODUÇÃO

As primeiras noções sobre educação ambiental são introduzidas, geralmente, na primeira etapa do ensino, hoje denominado ensino infantil (3º e 4º anos) (SOUSA, et al, 2005).

Callai (2008, p. 85) argumenta que nas séries iniciais do ensino fundamental a ênfase do trabalho docente é a alfabetização, na maioria das vezes compreendida como aquisição da leitura e da escrita, e com isso ficando no esquecimento o não uso do entendimento de mundo que os alunos já trazem do cotidiano.

O assunto é retomado nos 5º e 6º anos, visando o entendimento das ações de intervenções de natureza humana. Entretanto, esses assuntos são de difícil compreensão para alunos nessa

faixa etária, principalmente quando se trabalha em nível teórico e não se oportuniza experiências práticas como, por exemplo, a utilização de sucatas na forma de oficinas pedagógicas (MAZZINI, 1982). Por essa leitura, a formação básica a ser buscada no ensino infantil, fundamental e médio se realizará mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas, do que pela quantidade de informação obtida na educação (CONTI, 1990).

Para Sousa et al (2005), o aprendizado de Geográfica escolar aplicada, flui melhor a partir das aulas práticas nas formas de oficinas pedagógicas com o despertar do interesse dos alunos em estar num espaço diferenciado. Daí pode-se verificar a importância de se ministrar conteúdos, de diversos temas abordados pela Geografia e sanar dúvidas, através da utilização de sucatas e materiais descartados pela sociedade no meio ambiente, proporcionando uma inter-relação entre as aulas teóricas e práticas.

Teve-se como objetivo principal auxiliar o aprendizado de Educação Ambiental, com aulas teóricas e práticas utilizando-se como ferramenta pedagógica a realização de uma oficina pedagógica a partir da reprodução do foguete de garrafa pet, idealizado pela Agência Espacial Brasileira – AEB Escola.

O referido trabalho surgiu a partir da necessidade de se ter um ensino diferenciado de Educação Ambiental a partir da utilização de sucatas e materiais de baixo custo idealizado pela Agência Espacial Brasileira – AEB Escola / Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE. Também é importante ressaltarmos que infelizmente boa parte dos profissionais que ministram a disciplina de Geografia no ensino fundamental e médio na rede educacional de Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO são formados em outras áreas do conhecimento como História, Biologia, Pedagogia, Matemática, Agronomia e outras. Com isso, em concordância com as avaliações conceituais e práticas, foi proposto, em linhas gerais um ensino e aprendizagem mais adequado para se trabalhar os temas abordados pela Educação Ambiental aplicado a Geografia.

METODOLOGIA

O Estado de Mato Grosso está localizado entre as coordenadas geográficas de latitudes 7° a 18° sul e longitudes 50° a 62° oeste de Greenwich. As altitudes variam de 100 a 1200 metros, no centro do Continente Sul Americano (Figura 1).

A escolha da área foi definida, entre as coordenadas de Longitude 361073 a 365662 e de Latitude 8246472 a 8250151 no perímetro e urbano da cidade de Barra do Garças – MT, localizada às margens do Rio Araguaia, no estado de Mato Grosso, na divisa com o estado de Goiás (Figura 1).

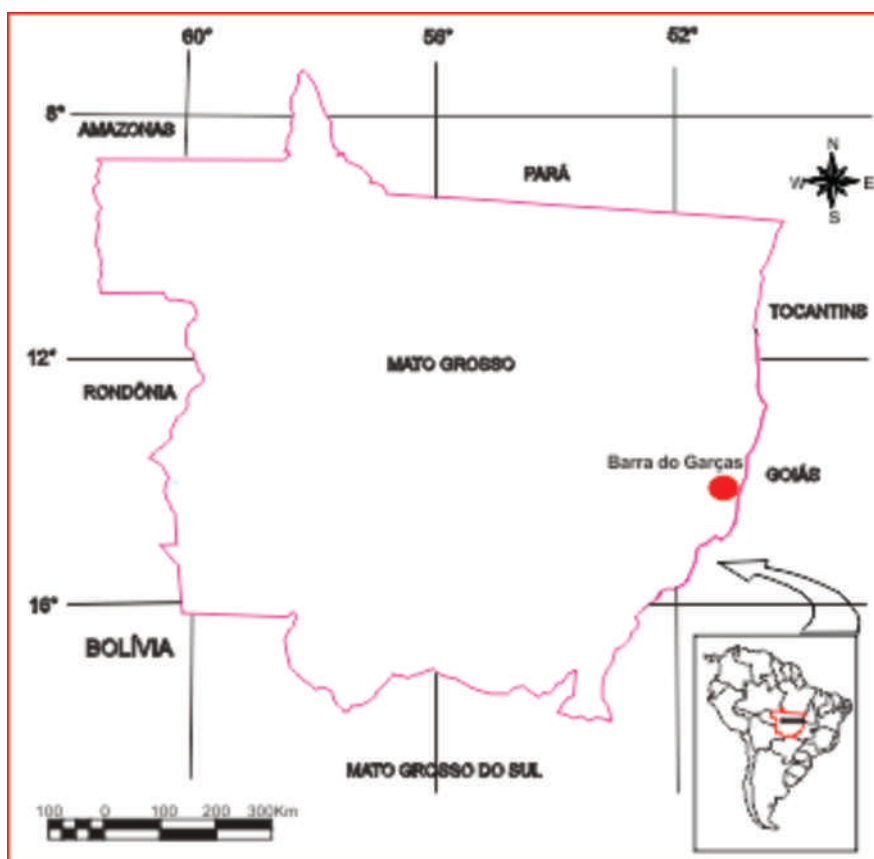


Figura 1 – Localização da área de estudo

Elaboração: Romário Rosa de Sousa (2014).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho pedagógico pautou-se, em 8(oito) etapas distintas:

1ª etapa: abordagem teórica em sala de aula sobre o tema proposto;

2ª etapa: coleta de sucatas em vias públicas como a exemplo garrafas pet de refrigerantes 2 litros e caixas de papelão;

3ª etapa: aquisição de materiais de baixo custo com a exemplo, tesoura, caneta de escrever em cd-rom, fita durex, bomba de encher pneu de bicicleta, mangueira para conduzir ar comprimido, barbante de algodão e outros;

4ª etapa: desenvolveu-se uma oficina pedagógica com os participantes, que se pautou na fabricação e lançamento de foguete de garrafa pet;

5ª etapa: fabricação da base de lançamento a partir da utilização de cano de PVC de ½ polegada;

6ª etapa: lançamentos do foguete de garrafa pet ;

7ª etapa: contabilizou-se a atividade de Educação Ambiental como a coleta de resíduos sólidos,

8ª etapa: aplicação de um questionário avaliativo e quantitativo, para se mensurar a aceitação do trabalho com os alunos.

Para o desenvolvimento da oficina pedagógica fez-se uso dos seguintes materiais: 40 – garrafas de refrigerante de 2 litros de gargalo longo e curto; 01 – tubo de cola rápida “super bonder”; 01 – tesoura; 15 – fita crepe larga transparente de 5cm; 01 – pacote de estopa cor branca para toda a turma; 15 – abraçadeiras de plástico de 15 centímetros; 01 – caneta de escrever em cd-rom, ponta grossa; 01 – luva de 40 polegadas para cano de esgoto; 1½ – tubo de PVC de ½ polegadas; 04 – Tês ½ polegadas; 01 – registro de esfera de 1½ polegadas; 01 – pedaço de cano de 40 polegadas de esgoto; 01 – anel onrig na medida 20 x 14; 01 – marreta de borracha tamanho média; 02 – chaves de fenda 1/4 x 10 – 6 x 250 mm; 01 – niple de ½ polegada; 10 centímetros de borracha de câmara de pneu de bicicleta; 01 – bico de câmara de pneu de bicicleta; 01 – arco de serra 89 mm; 01 – ceguenta 300 mm (12”) 18T; 01 – bomba de ar pressão dupla para pneu de bicicleta com relógio demonstrativo de calibragem; 01 – mangueira para passagem de ar medindo 10 metros de comprimento, flexível 03/16” 6, 40mm com malha de nylon e 01 – Becker de 2000 ml; e 01 – Becker de 20 litros. Assim a partir dos materiais citados reproduziu-se a fabricação do foguete de garrafa pet idealizado pela Agência Espacial Brasileira – AEB Escola/ Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE.

Portanto espera-se que metodologicamente as pessoas envolvidas neste trabalho passem a ser agentes transformadores e divulgadores do trabalho propiciando a formação de um cidadão crítico, em um processo de formação dinâmica, em que haja o envolvimento, permanente e participativo da universidade com a comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A didática e as metodologias de ensino formam uma unidade, mantendo entre si relações recíprocas, cabendo ao professor ter suas metodologias próprias de trabalho a fim de transmitir o conhecimento para os alunos. Dessa maneira de acordo com Libâneo (1994, p. 28), o processo didático, efetiva-se a partir da mediação escolar, com os conteúdos e aprendizagem na formação da sociedade.

As condições adversas das nossas crianças e jovens e de suas famílias, sem dúvida, geram muitas dificuldades para a organização do ensino e aprendizagem na cabeça dos alunos. Entretanto, cabe ao professor ter a consciência política de convergir para o seu trabalho dentro e fora da sala de aula, tornando o ensino uma tarefa real, concreta, que expressa o compromisso social, tendo como requisito principal a participação dos alunos em suas aulas, mas sabido que para as aulas do professor se tornem prazerosas e interessantes é necessário que o mesmo elabore aulas atrativas e fascinantes, onde se busque a participação do aluno de forma espontânea e crítica. (LIBÂNEO, 1994, p. 38).

Damis (2004, p. 14), enfatiza que estimular e permitir a participação ativa dos alunos nas aulas gera a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de projetos diferentes e atraentes para os alunos, utilizando-se de diversos meios didáticos como o uso das novas tecnologias, comunicação, informação, oficinas, mini-cursos e outras formas, são algumas dimensões enfatizadas pela ação do professor com o objetivo de diversificação de suas aulas nas diversas áreas do conhecimento.

Segundo Castrogiovanni, (2003, p. 33-46), há uma perspectiva de ação metodológica criativa que deve envolver a democratização no ato do aprender – o aluno também falar, o

sentido da participação – a circularidade. Todavia isso não pode estar desconectado do rigor teórico metodológico, e dos sentidos éticos da responsabilidade professor/aluno em todos os níveis de aprendizagem.

A experiência pedagógica do professor além de dominar a linguagem, conceitos, procedimentos teóricos e a transposição da pesquisa acadêmica na prática escolar ele tem um encontro pedagógico com os alunos e automaticamente, o mesmo age de forma comunicativa com os alunos através do conteúdo.

Cavalcanti (2008, p. 26) argumenta que a geografia escolar só ocorre de forma coerente por meio das metodologias, das quais é o modo de exercitar a geografia escolar a partir da relação professor aluno e os meios, procedimentos, métodos de ensino é que fazem o aprendizado fluir de maneira fácil, sendo que a leitura de mundo feita pela geografia pelo aluno, conta muito no ensino e aprendizagem na geografia escolar

Atualmente, o que não falta em muitas escolas, tanto públicas quanto particulares, são recursos didáticos como tvs, mapas, vídeos, documentários, aparelhos data-show e outros meios, quando utilizados com criatividade pelo professor, despertam o interesse dos alunos ao conteúdo aplicado, dando assim uma nova perspectiva ao ensino de Geografia. A esse respeito, Postuschka et al (2007) concluem que através de textos escritos, de cartografia, relevo, astronomia, climatologia, rochas, minerais e as demais linguagens, aumentam para os alunos as oportunidades de entenderem o espaço geográfico e conseqüentemente fica mais fácil entender o mundo em que vivem.

O educador deve estar ciente que, se tratando da Geografia, podem ser utilizados inúmeros recursos didáticos e metodológicos, ou seja, fazendo uso das diferentes linguagens, entre eles a geografia em canção, cultural, dramatização, debates, exploração e outros métodos. Uma característica importante do mundo atual é o desenvolvimento da tecnologia das comunicações e da informação. Por um lado, esses avanços permitem simultaneidade, ou seja, torna possível “presenciar” fenômenos naturais, astronômicos, políticos, sociais e outros, mediante a isso o professor do ensino fundamental, médio e até mesmo universitário pode usufruir de inúmeros meios tecnológicos para dinamizar suas aulas (CAVALCANTE, 2008, p.16).

Neste contexto discursivo participaram do desenvolvimento oficina pedagógica 17 acadêmicos do Curso de Geografia do Campus Universitário do Araguaia/UFMT no ano de 2013. Desse total 7(sete) participantes disseram que a oficina está excelente; 6(seis) ótimo e 4(quatro) bom.

Reproduziu-se 20 foguetes de garrafas pets onde seguiu-se os seguintes passos:

As bases estabilizadores do foguete foram recortadas (Figura 2), utilizando-se uma tesoura. Posteriormente realizou-se o corte de duas garrafas iguais, ou seja com gargalo semelhantes e juntou-se as mesmas com fita crepe (Figura 3).



Figura 2 recorte das bases estabilizadoras
Fonte: Romário Rosa de Sousa (2014).



Figura 3 - fixar duas garrafas
Fonte: Romário Rosa de Sousa (2014).

Em seguida pautou-se para a fase de fixar as bases estabilizadoras no foguete e finalizar a parte de fabricação do mesmo em sala de aula (Figura 4 e 5).



Figura 4 fixação das bases estabilizadoras.
Fonte: Romário Rosa de Sousa (2014).



Figura 5 – averiguação final.
Fonte: Romário Rosa de Sousa (2014).

Após a confecção e montagem da base de lançamento posicionou-se a mesma em local seguro para efetivar os lançamentos dos foguetes em ambiente ao ar livre, deixando o gatilho do veículo lançador a uma distância de 10 metros de comprimento, oferecendo assim segurança aos participantes da oficina (Figura 6).



Figura 6 – foguete pronto para lançamento.
Fonte: Romário Rosa de Sousa (2014).

Dessa forma, adicionou-se água no corpo do foguete para dar calibragem e força para o foguete subir na atmosfera, podendo atingir até 60(sessenta) metros) de altura com uma proporção de 7 libras de pressão. Utilizou-se no procedimento bomba de encher pneu de bicicleta (Figura 7).

A fase de confecção da base de lançamento, não foi repassada para os alunos por se tratar de uma etapa que precisa de mais tempo em laboratório para montagem e também e também, para que o educador realizar a elaboração dessa oficina, em sua unidade escolar, é necessário que ele seja acompanhado por mais um adulto, porque, durante trabalhos da oficina, será necessário manusear objetos que se aquecem e são pontiagudos, e que, portanto, oferecerem certo perigo de queimar, cortar e perfurar o corpo humano. Assim, sugere-se que o professor comunique aos alunos dos riscos inerentes à atividade e que supervisione de muito perto o trabalho dos grupos, contando com colegas de outras turmas para esta supervisão.

Assim foi atribuída uma nota para o desenvolvimento da oficina pedagógica onde 7(sete) participantes deram a nota 10; 6(seis) nota 9; 3(três) nota 8 e 01(uma) nota 7.

Observaram-se nos questionários avaliativos, que todos os 17 participantes responderam que foi bom ter conhecido a metodologia de reprodução do foguete de garrafa pet e ambos ficaram interessados por saber que trabalhar Educação Ambiental de uma maneira é tão envolvente.

Os acadêmicos se demonstraram interessados pela oficina forma satisfatória, fazendo perguntas e sanando dúvidas.

De acordo com Arroyo (2003, p. 55), o processo de aprendizagem se dá de forma lúdica e clara, sendo que o professor é um agente transmissor do saber, ele tem que estar seguro de suas ações enquanto mestre, podendo tornar suas aulas mais fascinantes a partir do momento que ele a diversifica, utilizando-se de várias metodologias envolventes como oficinas, dramatização, teatro, palestras, visitas e outros métodos pedagógicos, com isso os alunos se demonstram interessados e participativos.

Os acadêmicos argumentaram de forma escrita que a oficina deve continuar e ser desenvolvido neste ano de 2014 e que o mesma é de grande valia para a formação dos futuros geógrafos, eles também afirmaram que com certeza os alunos no ensino fundamental e médio se interessam mais por esse tipo de aula fora do ambiente escolar, onde o aprendizado fluiu de maneira interessante e, melhor, não só na área da Geográfica, mas também na matemática, física, química e outras.

Para Castrogiovanni e Goulart (2003, p. 133) no ensino fundamental e médio, o livro didático não deve ficar apenas como a única fonte de conhecimento, cabendo ao professor buscar outras fontes e diferentes maneiras de trabalhar suas aulas de forma prazerosa e interessante, deve-se fornecer, sim, aos alunos elementos que estimulem, a partir da prática observação, interpretação, reflexão e análise, uma visão crítica da realidade, fazendo com eles se sintam agentes transformadores da sociedade.

Fica a cargo do professor a qualquer nível instrução, buscar novas maneiras de tornar suas aulas envolventes e de encontrar novos espaços para trabalhar seus ensinamentos, podendo ser teatros, cinemas, museus, praças, feiras populares, planetários, observatórios, zoológicos, parques, reservas ambientais, eco trilhas e tantos outros meios disponíveis e de fácil acesso (CAVALCANTE, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o ensino deve ser dinâmico e variado. No dia a dia da sala de aula, o professor precisa ter suas maneiras de tornar suas aulas atrativas e diferentes, fazendo com que

as mesmas fiquem de maneira interessante, claro que não podemos esquecer que toda a atividade do professor deva ter a contribuição de todos os agentes da escola.

O desenvolvimento da oficina pedagógica de Educação Ambiental com a reprodução e lançamento do foguete de garrafa pet no ano de 2013 foi de grande ajuda no ensino de Geografia para os acadêmicos do Curso de Geografia do Campus Universitário do Araguaia/UFMT no ano de 2013, onde a mesma contribuiu de forma enriquecedora o saber em todas as áreas do conhecimento humano, por que os participantes tiveram aulas teóricas e práticas, e com isso o aprendizado fluiu de forma interessante, prazerosa, participante e sanando dúvidas.

Quanto o desenvolvimento da oficina pedagógica com sucatas, todos os participantes desejam voltar para fazer novamente a mesma e outras futuras. Os participantes solicitaram que esta oficina seja inserida com um projeto de extensão e cultura e argumentaram que com certeza as escolas estão de portas abertas para receber os projetos que venham somar na disseminação do conhecimento e intercâmbio cultural da universidade com a comunidade em Educação Ambiental.

Observou-se que todos os participantes, ficaram interessados pelas atividades da oficina, e que a mesma proporcionou de forma excelente à integração entre os alunos, superando as nossas expectativas rompendo fronteiras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. (org.). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola. 6ª ed., 2003. 183 p.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHAFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. (Org). **Ensino de Geografia, práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação. 4ª ed., p. 85-136, 2008. 176 p.

CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHAFFER, N. O. KAERCHER, N. A. (Org). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Mediação. 4ª ed., p. 133-171, 2003. 200 p.

CASTROGIOVANNI, A. C. O misterioso mundo que os mapas escondem. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHAFFER, N. O. KAERCHER, N. A. (Org). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Mediação. 4ª ed., p. 33-46, 2003. 200 p.

CAVALCANTE, L. S. de. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papyrus, 2008. 192 p.

DAMIS, O. T. Didática e ensino: relações e pressupostos. In: LOPES, A. O.; VEIGA, I. P. A. (Org.); **Repensando a didática**. Campinas: Papyrus. 23ª ed., Rev. Atual. 2004. 160 p.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez. Coleção magistério 2º grau, série formação do professor. 1994. 263 p.

MAZZINI, M. A. Construa sua própria estação meteorológica. **Revista de Ensino de Ciências**, Curitiba: nº 06 Julho, p. 44-56, 1982. 120 p.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, R. R; ASSUNÇÃO, H. F; SILVA, E. M. Uma nova visão de climatologia geográfica para professores do ensino fundamental e médio dos municípios de Portelândia e Mineiros – GO a partir da utilização de sucatas. In: Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica 6. Aracajú: Diversidades climáticas. 13 a 16 dezembro. **Anais...** 2004. 320 p.

SOUSA, R. R; SILVA, I. C. O; ASSUNÇÃO H. F; MARIANO, Z. F; GOMES N. F. A estação meteorológica como ferramenta para o ensino fundamental e médio, na cidade de Jataí – GO. In: Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária 8, v 2, Rio de Janeiro: 27 a 30 de novembro, **Anais...** Cd-rom. 2005.



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a ASA EDITORA GRÁFICA / KELPS, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da ASA EDITORA GRÁFICA/
KELPS, no papel: Off-set 75 g/m². Dezembro, 2014

A revisão final desta obra é de responsabilidade dos autores